



Mnemosine Revista

VOL.8, N. 4, OUT/DEZ 2017.4

ISSN: 223 732 217



Ensino
de
História, Memória
e
Cidades



MNEMOSINE REVISTA / Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Humanidades

Universidade Federal de Campina Grande. n. 4 (2017). Campina Grande: CH / UFCG, 2017-Trienal
ISSN 2237-3217

1. História I. Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em História

CDD 900

Rua Aprígio Veloso, 822, Bodocongó
58.439-900 – Campina Grande – PB – Brasil
e-mail: menmosinerevista@gmail.com

Equipe de Realização:

Edição de Texto: Karolina Kelly Grangeiro Lins
Felipe Cardoso de Souza

Arte: Rodrigo Ribeiro de Andrade

MNEMOSINE REVISTA

Volume 8 – Número 4 – Out/Dez 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Reitor: Prof. Dr. Vicemário Simões Filho

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Coordenador Administrativa: Prof. Dr. Roberval da Silva Santiago

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenador: Prof^a. Dr^a. Marinalva Vilar de Lima

COMITÊ EDITORIAL

Prof^a. Dr^a. Juciene Ricarte Cardoso – Editora

Prof. Dr. José Otávio Aguiar – Editor Adjunto

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Antônio Gomes Ferreira,

Faculdade de Educação, Universidade de Coimbra, PORTUGAL

Dr. Cristian Wick,

*Lecturer for European and Atlantic History, University of the West Indies,
TRINIDAD E TOBAGO*

Dr^a. Elizeth Payne Iglesias,

Escola de História/CIHAC, Universidad de Costa Rica, COSTA RICA

Dr. Gervácio Batista Aranha,

*Decano da Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande,
BRASIL*

Dr. Iranilson Buriti de Oliveira,

Professor de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Jean-Frédéric Schaub,

L'Ecole Des Hautes Etudes en Sciences Sociales

Dr. Joanildo A. Burity,

Pesquisador Sênior, Fundação Joaquim Nabuco, BRASIL

Dr^a. Juciene Ricarte Apolinário,

Professora de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Dr. Martin N. Dreher,

Professor Emérito de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Dr. Paulo D. Siepierski,

Professor Titular de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, BRASIL

Dr. Ronald P. Morgan,

Professor of History, Abilene Christian University, Abilene/TX, UNITED STATES

CONSELHO CONSULTIVO

Alarcon Agra do Ó,

Professor de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

André Figueiredo Rodrigues,

Professor de História, Universidade Estadual Paulista/Assis, São Paulo, BRASIL

Ângela Maria Vieira Domingues,

Professora de História na Universidade Nova de Lisboa, PORTUGAL

Antonio Carlos Jucá de Sampaio,

Professor de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, BRASIL

Antônio Clarindo Barbosa de Souza,

Professor de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Antônio Torres Montenegro,

Professor de História, Universidade Federal de Pernambuco, BRASIL

Carla Mary S. Oliveira,

Professora de História, Universidade Federal da Paraíba, BRASIL

Dilton Cândido Santos Maynard,

Professor de História, Universidade Federal de Sergipe, BRASIL

Durval Muniz de Albuquerque Junior,

Professor de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, BRASIL

Edson Silva,

Professor de História, Universidade Federal de Pernambuco, BRASIL

Eduardo França Paiva,

Professor de História, Universidade Federal de Minas Gerais, BRASIL

Elizabeth Christina de Andrade Lima,

Professor de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Geraldo Silva Filho,

Professor de História, Universidade Federal de Tocantins, BRASIL

Marcos Fábio Freire Montysuma,

Professor do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, BRASIL

Marinalva Vilar de Lima,

Professora de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Mary Catherine Karasch,

Teacher of History, Oakland University, Rochester/MI UNITED STATES

Patrícia Cristina Aragão Araújo,

Professora de História, Universidade Estadual da Paraíba, BRASIL

Regina Célia Gonçalves,

Professora de História, Universidade Federal da Paraíba, BRASIL

Regina Coelli Gomes Nascimento,

Professora de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Rodrigo Ceballos,

Professor de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Severino Cabral Filho,

Professor de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Silvia Hunold Lara,

Professor de História, Universidade Estadual de Campinas, BRASIL

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....7

ARTIGOS DO DOSSIÊ

MEMÓRIAS FLUVIAIS DO IMAGINÁRIO PESSOENSE: O RIO SANHAUÁ COMO NASCEDOURO DA CIDADE DE JOÃO PESSOA- PB E CONSTRUTOR DE IDENTIDADES

Alana Cavalcanti Cruz.....17

CONVIDA, INTERPELA E DESAFIA: MEDIAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIAS DE BUENOS AIRES

Carmem Zeli de Vargas Gil.....40

O QUEBRA-QUEBRA DE 1987: APONTAMENTOS SOBRE CLASSES POPULARES E CULTURA POLÍTICA NO RIO DE JANEIRO

Charleston José de Sousa Assiss.....63

A CIDADE DE CAMPINA GRANDE CONTEMPLADA POR SEGMENTOS LABORAIS: MEMÓRIA, TRABALHO E VIDA

Cid Douglas Souza Pereira.....83

PARAÍBA 1817: HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Eliete de Queiroz Gurjão.....102

PARAÍBA 1817: HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Eliete de Queiroz Gurjão.....117

"UMA COISA É VOCÊ SE MUDAR DE ONDE VOCÊ MORA OUTRA COISA É VOCÊ SER EXPULSO": ORIGEM E TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM NA PARAÍBA

Ellen Layanna de Lima.....131

QUANDO A RUA SERÁ MINHA?

HISTÓRIA, INFÂNCIAS E O DIREITO DE VIVER A CIDADE

Humberto da Silva Miranda.....147

OS BAIROS DIZEM A CIDADE: O MAPEAMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DOS "OUTROS" MORADORES URBANOS

Keila Queiroz e Silva.....164

MEMÓRIAS DO TRABALHO NA MINERAÇÃO BREJUI: PROPOSTA PARA USO DA HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM MINERAÇÃO, EM CURRAIS NOVOS/RN

Cléia M Alves; Francisco C S Souza; Olivia M M Neta.....178

NARRADORES DE EIRUNEPÉ: ORALIDADE, NARRATIVA E ENSINO DE HISTÓRIA NA (RE)CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA COLETIVA URBANA

Paulo de Oliveira Nascimento.....202

AZUL OU ENCARNADO, NÃO IMPORTA A COR DO ORNATO, A MATIZ É UMA SÓ. É FESTA EM UMBUZEIRO, É DIA DE VAQUEJADA!

Tatiane Vieira da Silva.....220

ARTIGOS DE FLUXO

PRODUÇÃO, COMÉRCIO E CONSUMO DE ALIMENTOS NO CONTEXTO MINEIRO COLONIAL: A COMARCA DO RIO DAS MORTES (SÉCULO XVIII)

Caroline Sauer Gonçalves.....238

DO LIXO À LUTA: HISTÓRIA DOS CATADORES DE MATERIAL REUTILIZÁVEL E RECICLÁVEL DO MUNICÍPIO DE SOUSA, PARAÍBA

Rosimery A A Lima; Maria F N Barbosa;.....270

ETNIA E AFRO-RELIGIOSIDADE EM PERNAMBUCO NO SÉCULO XVIII

Josinaldo S Queiroz; Juciene Ricarte Apolinário.....291

A ORIGEM DA IMAGEM-POSTAL DA CIDADE DO RECIFE

Roberval da Silva.....318

A HISTÓRIA E A CIÊNCIA NO BRASIL: MÁRIO GUIMARÃES FERRI E A ORGANIZAÇÃO DA COLEÇÃO RECONQUISTA DO BRASIL

Gisella de A Serrano; José Otavio Aguiar.....334

ASSENTAMENTO E APA TAMBABA, MEIO AMBIENTE E ORALIDADE – ENTRECruzamentos

Pedro C G Vianna; Ronaldo L Soares.....355

CRIPTOJUDAISMO NA MESA DO INQUISIDOR. TÁTICAS FEMININAS PARA A MANUTENÇÃO DE COSTUMES JUDAICOS EM FINS DO SÉCULO XVI (PERNAMBUCO, ITAMARACÁ E PARAÍBA).

Priscila Gusmão Andrade; Juciene Ricarte Apolinário.....375

DESERTIFICAÇÃO E SEMIÁRIDO BRASILEIRO: ÍNDICES E INDICADORES BIOFÍSICOS E SÓCIO-ECONÔMICOS

Sérgio Murilo S Araújo; Eduardo R Viana de Lima.....397

ENSINO DE HISTÓRIA, CIDADE E MEMÓRIA APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

Reconhecer a cidade como um texto, nos convida a mergulhar na polissemia das experiências urbanas. A trajetória de ensino, pesquisa e extensão direcionada à história e à geografia local mediada pelos narradores dos bairros, das praças e dos demais espaços públicos conduz ao encontro com as memórias individuais e coletivas locais. Investir em uma cultura política de resistência ao processo de globalização implica em reconhecer as vozes locais que foram silenciadas pela memória oficial celebrativa herdeira da História Positivista.

Conforme sugeriu Walter Benjamin, a história à contrapelo tem uma dimensão política muito profunda, as pesquisas que ousam adentrar o cotidiano dos corpos invisíveis da e na cidade do passado e do presente coloca os leitores em contato com o avesso da história oficial. Essa dobra no fazer historiográfico pode ser experienciada por diversos caminhos metodológicos como a Educação Patrimonial, a Pedagogia da Cidade, a história oral e outros percursos de caminhada pela cidade que apresentem a sua

diversidade social e cultural no que diz respeito às dimensões étnicas, de classe, gênero e gerações e que demonstrem o quanto o fazer e o viver urbano é plural, contraditório e complexo.

Dando visibilidade a essa complexidade do viver urbano no Brasil e na Argentina, ou seja, em experiências urbanas latino americanas, caminhemos pelas diversas cidades brasileiras de estados da região Nordeste como Pernambuco com o olhar voltado para a cidade de Recife e mais intensamente no estado da Paraíba onde são narradas experiências urbanas da capital João Pessoa, de uma cidade média, a chamada Rainha do Agreste da Borborema, Campina Grande, adentremos cidades interioranas menores como Umbuzeiro e Pedro Velho. Ainda seguindo nossa caminhada pelo Nordeste, vamos ao encontro das experiências urbanas da cidade de Currais Novos no estado do Rio Grande do Norte. Do Nordeste em direção à região norte do país, Amazonas, mergulharemos nas experiências cidadinas de Currais Novos. De modo a ampliar nossa cartografia enquanto caminhantes nos dirigimos ao Sudeste do Brasil por meio de uma experiência de pesquisa

histórica fundamentada na cultura política da cidade do Rio de Janeiro e dando passos mais ousados e internacionais, caminharemos pelas trilhas da cidade de Buenos Aires movidos pela pedagogia cidadina museológica .

Esse dossiê expressa e enfatiza a pluralidade das sociabilidades e sensibilidades cidadinas nordestinas, nortistas, norte rio-grandenses e da região sudeste, mais especificamente, cariocas e no âmbito internacional, as experiências urbanas de Buenos Aires, com o olhar voltado para os museus. Esse mergulho historiográfico amplia as possibilidades investigativas sobre as cidades e o ensino de história local, bem como nos convida a aprofundar o diálogo entre ensino e pesquisa no processo de educação histórica de modo a provocar nos educandos o desejo de ler suas cidades e escrever outras histórias cidadinas para além da cidade vertical. Outros leitores, narradores, escritores e ouvintes das cidades entram em cena deshierarquizando quem faz e quem conta a história, entrelaçando saberes acadêmicos com saberes experienciais, dando passagem às vozes dos pescadores, barbeiros, antigos moradores, às crianças, aos militantes de movimentos sociais

urbanos de modo a afirmar a polissemia do texto cidade em suas variadas temporalidades e espacialidades.

A autora Alana Cavalcanti nos convida a mergulhar no Rio Sanhauá e nas águas do mar da Praia de Tambaú nos possibilitando encontros com os pescadores, veranistas, e moradores do centro e do litoral pessoense movida pela inquietação com relação ao processo de mutação da vitrine urbana do centro para o litoral.

Em seu artigo "MEMÓRIAS FLUVIAIS DO IMAGINÁRIO PESSOENSE: O RIO SANHAUÁ COMO NASCEDOURO DA CIDADE DE JOÃO PESSOA- PB E CONSTRUTOR DE IDENTIDADES", ela enfatiza como o Centro da cidade, no final do século XIX a meados do século XX, foi palco das várias transformações da cidade de João Pessoa na Paraíba, como também precursor dos equipamentos modernos de acordo com o contexto. Partindo da escuta das histórias de vida de antigos moradores por meio da narrativa de suas memórias cidadinas, a pesquisadora se fundamentou teórico e metodologicamente na História Cultural e suas múltiplas representações (CHARTIER, 1990), entendendo a cidade como um texto

(CERTEAU, 2014). A metodologia da história oral (BOSI, 2003) e (MONTENEGRO, 1992), também foi fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa. Dessa forma, o presente artigo, busca contribuir com os estudos e debates acerca da cidade, memória e história oral e as mudanças de representações dos espaços citadinos em sua historicidade local.

O segundo artigo escrito pela historiadora da UFRGS, Carmen Zeli de Vargas Gil intitulado “CONVIDA, INTERPELA E DESAFIA: mediações em instituições de memórias de Buenos Aires convida o leitor a reconhecer a importância do educador histórico como um mediador no conhecimento e reconhecimento das instituições de memórias no meio urbano. Propõe-se a discutir três experiências identificadas na cidade de Buenos Aires, durante o ano de 2015, em um intenso trabalho de acompanhar escolas em espaços de memórias nesta cidade que congrega tantos museus. Que pressupostos assumem em relação ao público escolar? Outorga-se aos alunos um lugar de escuta somente? Como a pergunta pode ser o fundamento da participação ou da transmissão de ideias e valores? Trata-se de interrogantes que estruturam as

reflexões tecidas neste texto com ênfase no trabalho pedagógico do Parque de la Memoria, Casa Nacional del Bicentenario e o Museo Etnográfico Juan B. Ambrosetti. A autora enfatiza em seu texto como nessa trajetória dialógica de aproximação, foi possível perceber a importância da pergunta no processo de mediação; a pergunta que convida a olhar mais de perto, interpela, desafia e instiga o diálogo. Portanto, Freire é a inspiração para esta reflexão, assumindo que todo conhecimento começa com a pergunta ou a necessária curiosidade que produz a busca.

Saindo da experiência da Pedagogia da cidade na Argentina, mais especificamente na cidade de Buenos Aires e voltando às tramas citadinas brasileiras, nos deparamos com a narrativa histórica do autor carioca Charleston José de Sousa Assis, historiador vinculado à Universidade Federal Fluminense, que nos convida a pisar o chão carioca caminhando pelas ruas da cidade, pondo-nos em contato com os revoltosos e suas reivindicações no que concerne aos transportes locais, exercendo sua cidadania e buscando a materialidade de seus direitos enquanto moradores, à cidade. Os tumultos de 1987 pelo aumento nas

tarifas de ônibus: apontamentos sobre classes populares e cultura política no Rio de Janeiro. Ele nos relata que em 30 de junho de 1987, milhares de pessoas participaram de uma revolta popular no Centro da cidade do Rio de Janeiro, cujo estopim foi um aumento das tarifas de ônibus. Durante cerca de oito horas foram depredados mais de 100 ônibus, entre vários outros alvos. Fundamentado no historiador E. P. Thompson, o autor ressalta que o anormal pode nos auxiliar a desvendar as normas do cotidiano, por esta razão este artigo parte daquele protesto para investigar a cultura política do carioca no período da transição da ditadura para a democracia, que teve como marcos fundamentais a Campanha Diretas Já, os eventos envolvendo a eleição e morte de Tancredo Neves e o sucesso efêmero do Plano Cruzado. Aos registros produzidos na cobertura daquele protesto serão cotejadas às falas de outros populares presentes em cartas encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte e em produtos culturais. No referido período, assistiu-se ao surgimento de uma unidade comum entre os setores populares e os médios empobrecidos em torno de valores como democracia, soberania popular e justiça social, derivados de

experiências comuns tanto no campo material quanto no simbólico e vivenciadas, pelo menos, desde meados dos anos 1970, quando da reorganização popular contra a ditadura. A julgar pelas evidências, os manifestantes de 30 de junho de 1987 foram resultado da cultura política surgida tanto do efeito pedagógico daqueles eventos quanto das inúmeras frustrações reiteradamente experimentadas pela sociedade em função dos arbítrios da ditadura.

Do Rio de Janeiro diretamente para a Rainha da Borborema, o historiador Cid Douglas Souza Pereira nos leva a olhar para A CIDADE DE CAMPINA GRANDE CONTEMPLADA POR SEGMENTOS LABORAIS: MEMÓRIA, TRABALHO E VIDA. Conforme afirmou, este artigo apresenta uma discussão em torno das categorias conceituais de trabalho e outras demarcações que fundamentaram a sua pesquisa de Mestrado. Para tentar compreender o mundo do trabalho e dos trabalhadores, em especial os antigos barbeiros de Campina Grande – PB, entre os anos de 1960 a 1980, o autor diz que almejou, a partir da memória, recompor o cenário urbano desses labutadores, os quais fazem do seu ofício uma arte que caminha na contramão das implementações da

modernidade, e praticam isso no momento em que, em nome de costumes e hábitos, conservam antigas tradições. Dessa forma, assim como os de "cima", as pessoas comuns são capazes de narrarem sua trajetória de vida e a história da cidade onde vivem, entrelaçando memória individual e coletiva. Aprenderemos muito com os barbeiros narradores campinenses, uma vez que as barbearias eram e são potenciais espaços pedagógicos masculinos, onde os homens aprendem e ensinam ser homens e a ser cidadãos.

Ainda caminhando pelo estado da Paraíba, vamos ao encontro de outros personagens históricos militantes que foram invisibilizados pela história e memória oficial paraibana. A historiadora Eliete de Queiroz Gurjão Silva em seu artigo "PARAÍBA 1817: HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO", ao mesmo tempo que denuncia o silenciamento de uma memória local de extrema relevância, mostra o protagonismo da Paraíba na Revolução de 1817; a importância desta no contexto do início do século XIX; recuperando e ressignificando sua memória; conforme a autora descreveu em seu texto, ela procurou descrever e divulgar seu patrimônio sobrevivente na cidade de João

Pessoa-PB. Neste sentido faz uma crítica à historiografia que praticamente ignora a participação das demais províncias na rebelião, narrando-a como apenas A Revolução Pernambucana, tecendo, assim, um véu de esquecimento que apagou-a da memória dos paraibanos. Esse processo de construção de uma nova narrativa com relação à Revolução de 1817 e de denúncia do silenciamento dessa experiência social foi constatado através da execução do projeto que é relatado no final do texto. A historiadora caminhou pela pesquisa-ação ao ir ao encontro das narrativas que reconhecem os protagonistas da revolução de 1817 na Paraíba ao realizar uma pedagogia da cidade por meio de um projeto de extensão cujos objetivos foram: salvar o que restava do patrimônio e da memória da Revolução de 1817 na Paraíba, restaurar placas referentes à Revolução e realizar um trabalho de Educação Patrimonial, tentando sensibilizar parte da população local sobre a importância e significado desse patrimônio, procurando reforçar seu sentimento de pertença e auto-estima.

E por falar em lutas, movimentos sociais e invisibilidade dos protagonistas militantes, façamos uma viagem espaço-temporal da

cidade de João Pessoa para a comunidade Pedro Velho numa temporalidade bem mais próxima de nós leitores. A autora Ellen Layanna de Lima em seu artigo "UMA COISA É VOCÊ SE MUDAR DE ONDE VOCÊ MORA OUTRA COISA É VOCÊ SER EXPULSO": ORIGEM E TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM NA PARAÍBA" narra as tramas políticas e sociais da comunidade de Pedro Velho no ano de 2004 que foi vítima de uma experiência significativa de perda material e simbólica com o rompimento da barragem de Argemiro Figueiredo (Acauã) na Paraíba. Segundo a historiadora, este fato acarretou o aprofundamento das desigualdades sociais, ao passo que produziu centenas de famílias que além de pobres, ficaram sem terra para manter a atividade agrícola, atividade que garantia o sustento da maioria dos Pedro velhences. Para além de um prejuízo econômico, a população ainda enfrentou a suplantação de bens culturais e a perda de suas referências tradicionais. Acreditando no rompimento das "barreiras do silêncio" a autora nesse artigo contou um pouco da história de Pedro Velho, comunidade inundada no mês de Janeiro de 2004, e seus desdobramentos (sendo um de seus

principais a formação do Movimento dos Atingidos por Barragens) a partir do olhar de moradores e militantes. Sua pesquisa teve como principal ferramenta metodológica a história oral. Ao adentrar o cotidiano dessa comunidade em 'ruínas' através das narrativas dos moradores militantes, não militantes e de diversas gerações, a pesquisadora chega a conclusão que a perda de referência no âmbito material e cultural foi algo presente na fala dos entrevistados, tal perda engrenou a produção de estratégias de adaptação e resistência. Neste sentido, para ela, a memória, a organização social e a inspiração pela luta, foram pontos notáveis na fala dos narradores que procuramos destacar.

As crianças também são protagonistas urbanos, o historiador Humberto da Silva Miranda, professor da UFRPE trata de uma pedagogia da cidade por meio da ênfase do seu trabalho na importância da participação das crianças na escrita desse texto cidade de modo horizontal, combatendo o olhar vertical com relação à urbs. Em seu artigo "QUANDO A RUA SERÁ MINHA? HISTÓRIA, INFÂNCIAS E O DIREITO DE VIVER A CIDADE" o autor, conforme ele mesmo afirma, objetiva debater a relação entre a cidade e o

“viver a infância” a partir da preocupação de como foi construída, historicamente, a noção de criança cidadã. Tendo como foco o âmbito da rua, ele procurou discutir como esses espaços se tornaram, ao longo do século XX, cenários das mais diferentes formas de sociabilidades nas cidades. As ruas como espaço de brincadeiras e de conversas tornaram-se locais de moradia, de trabalho e até de exploração sexual. A grande pergunta que moveu o seu caminho investigativo é como o Sistema de Justiça brasileiro produziu dispositivos legais a fim de garantir o direito das crianças viverem o espaço urbano? A partir desta pergunta, o historiador analisou textos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária investigando como estas leis produziram o discurso sobre o direito da criança viver a cidade.

Dando continuidade a essa reivindicação do direito à cidade pelos moradores comuns e da relevância de sua participação social na cena urbana, voltamos à cidade de Campina Grande e chegamos ao maior bairro da cidade dessa cartografia cidadina, uma vez que possui mais de 30.00 habitantes, o bairro das Malvinas que conforme

ênfaticamente pela historiadora Keila Queiroz e Silva, esse bairro diz muito de Campina Grande e seus moradores ao gritarem por justiça e pertencimento local. O artigo “OS BAIRROS DIZEM A CIDADE: O MAPEAMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DOS “OUTROS” MORADORES URBANOS” coloca em evidência os outros cartógrafos de uma cidade plural e dos de baixo, denunciando e estranhando as narrativas históricas e midiáticas que dão visibilidade aos grupos políticos dominantes e invisibilizam as tramas históricas locais dos sujeitos ordinários e suas artes de fazer, fazendo uma viagem cereteuniana e também benjaminiana pela cidade de Campina Grande. A nossa escolha teórico-metodológica historiográfica cereteuniana e benjaminiana deu passagem a outras vozes, a outros rostos, a outras paisagens, a outras formas de luta, resistência e sociabilidade que nos permitiram reescrever o texto cidade, colocando em cena novos personagens e novas sensibilidades urbanas, reconhecendo o protagonismo histórico dos sujeitos ordinários (CERTEAU:1994) que não aparecem nos livros didáticos, nem nos documentos oficiais. Amparada na metodologia da história oral, a autora trabalhou com histórias de vida dos

moradores de bairros populares da cidade de Campina Grande e identificou a partir de suas narrativas, o patrimônio cultural tecido por eles em seu cotidiano do trabalho, do lazer e da sociabilidade dentro do bairro. Através de sua atuação no Programa Pet-Educação, a pesquisadora juntamente com seus alunos orientandos fez um mapeamento do patrimônio cultural imaterial dos moradores e registrou esse legado através da produção de um documentário com relatos biográficos dos artistas mapeados.

Retomando nessa caminhada por diversas trilhas urbanas geográficas, adentremos o universo das "MEMÓRIAS DO TRABALHO NA MINERAÇÃO BREJUI: PROPOSTA PARA USO DA HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM MINERAÇÃO, EM CURRAIS NOVOS/RN", artigo esse que tem como autores os historiadores Cléia Maria Alves, Francisco das Chagas Silva Souza, Olivia Morais de Medeiros Neta.

Neste artigo eles narram que entre os anos de 1945 a 1981, a Mina Brejuí, em Currais Novos-RN, se destacou nacionalmente pela produção de sheelita. Ela hoje é um parque temático e guarda uma memória do trabalho. Logo, é um

lócus constitutivo de uma memória histórica de um determinado grupo social, os mineradores. Portanto, possui um potencial educativo à medida que expressa algo memorável, contribuindo de forma que os educandos possam situar-se como sujeitos históricos em um processo de construção e compreensão de tempos e espaços dos "lugares de memória". A pesquisa do referido autor tem o objetivo de discutir sobre proposta de uma unidade didática sobre a História Local da Mineração Brejuí como contributo para as aulas de História e as reflexões sobre o mundo do trabalho, no Ensino Médio Integrado em Mineração, na Escola Estadual Manoel Salustino, em Currais Novos-RN. Podemos considerar que o autor educador contribui para a escrita de uma pedagogia da cidade de Currais Novos, história escrita com os seus educandos, entrelaçando ensino e pesquisa.

Cruzando as fronteiras entre o Nordeste e o Norte brasileiro, seremos convidados a ler o artigo do autor Paulo de Oliveira Nascimento. Tendo esses narradores como nossos guias cidadãos, chegaremos na cidade de Eirunepé no estado do Amazonas. O artigo "NARRADORES DE EIRUNEPÉ: Oralidade, Narrativa e Ensino de

História na (re)construção de uma Memória Coletiva urbana”.

Nascimento afirma que a memória coletiva possui uma significativa gama de vestígios do passado de uma cidade. Segundo esse autor, Na Amazônia, esta memória coletiva desempenha um papel muito importante enquanto fonte histórica, dada a quase inexistência de quaisquer outros vestígios. Memória reatualizada, Memória disputada, Memória viva, esta chega à sala de aula através da fala dos alunos e alunas, que ouvem as histórias de seus pais e avós. Neste texto, eles tratam das relações entre a Memória Coletiva e o Ensino de História, a partir de sua experiência didático-pedagógica com alunos e alunas da 1ª e 2ª série do Ensino Médio, do IFAM/Campus Eirunepé. Esse relato de experiência de ensino e pesquisa se destaca como mais uma colaboração nesse dossiê no sentido de repensar e ampliar os caminhos metodológicos no processo de educação histórica.

De volta à Paraíba, mais especificamente à cidade de Umbuzeiro na Paraíba e encerrando nossa caminhada por diversas cidades e suas complexidades, encontramos o artigo de Tatiane Vieira da Silva “AZUL OU ENCARNADO, NÃO IMPORTA A

COR DO ORNATO, A MATIZ É UMA SÓ. É FESTA EM UMBUZEIRO, É DIA DE VAQUEJADA!”. Nesse artigo a autora enfatiza que a cultura local exerce um papel singular no cotidiano dos pequenos centros urbanos, na medida em que provoca sociabilidades, integra as referências identitárias e os sentimentos de pertença. Ela diz a cidade de Umbuzeiro ressaltando A cidade paraibana de Umbuzeiro, sediou por várias décadas uma das vaquejadas mais antigas da região. Essa prática rural adentrou o espaço urbano, conquistou adeptos, atraiu multidões e se tornou a melhor e mais afamada festa daquelas paragens. Sua pesquisa foi norteadada pela metodologia da história oral (ALBERTI, 2011) e das fontes jornalísticas (LUCA, 2011). O que possibilitou que a referida pesquisadora investigasse a historicidade da vaquejada de Umbuzeiro e mergulhasse nas experiências vividas, lembrando hábitos, valores, e práticas da vida cotidiana daqueles que vivenciaram aquelas festas, conforme ela mesma salienta em seu trabalho. Começamos nossa caminhada entre o rio e o mar pessoense e concluiremos imersos na experiência das vaquejadas da cidade de Umbuzeiro. Desejo uma prazerosa caminhada pelas cidades aqui

apresentadas e representadas a
todo@s os@s leitore@s.

Dra. Keila Queiroz e Silva
(UAED/UFCG)

MEMÓRIAS FLUVIAIS¹ DO IMAGINÁRIO PESSOENSE: O RIO SANHAUÁ COMO NASCEDOURO DA CIDADE DE JOÃO PESSOA- PB E CONSTRUTOR DE IDENTIDADES

*FLUVIAL MEMORIES OF THE
PEOPLE'S IMAGINARY: THE
SANHAUÁ RIVER AS THE
NASCEDOURO OF THE CITY OF JOÃO
PESSOA- PB AND IDENTITY BUILDER*

Alana Cavalcanti Cruz ²

*O homem que cavalga
longamente por terrenos
selváticos sente o desejo de
uma cidade. Finalmente
chega a Isidora [...] A cidade
sonhada o possuía jovem;
em Isidora, chega em idade
avançada. Na praça, há o
murinho dos velhos que
veem a juventude passar;
ele está sentado ao lado
deles. Os desejos agora são
recordações.*

Italo Calvino

RESUMO

O Centro da cidade, no final do século XIX a meados do século XX, foi palco das várias transformações da cidade de João Pessoa na Paraíba, como também precursor dos equipamentos modernos de acordo com o contexto. Os relatos de antigos moradores conduzirão a narrativa através de suas memórias cidadinas, fundamentadas teórico e metodologicamente através da História Cultural e suas múltiplas representações

(CHARTIER,1990), entendendo a cidade como um texto (CERTEAU, 2014). A metodologia da história oral (BOSI, 2003) e (MONTENEGRO, 1992), também foi fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa. Dessa forma, o presente artigo, busca contribuir com os estudos e debates acerca da cidade, memória e história oral.

PALAVRAS-CHAVES: João Pessoa;
memória; cidade

ABSTRACT

The center of the city, in the late nineteenth century to the mid-twentieth century, was the scene of the various transformations of the city of João Pessoa in Paraíba, as well as a precursor of modern equipment according to the context. The reports of former residents will lead the narrative through their city memories, based theoretically and methodologically through Cultural History and its multiple representations (CHARTIER, 1990), understanding the city as a text (Certeau, 2014). The methodology of oral history (BOSI, 2003) and (Montengo, 1992) was also fundamental for the development of this research. Thus, the present article seeks to contribute to studies and debates about the city, memory and oral history.

KEYWORDS: João Pessoa; memory city

As invenções históricas e construções culturais constituem segundo Marilena Chauí o mito fundador (CHAUÍ, 2000). A autora compreende esse conceito tanto no sentido etimológico, quanto no antropológico, tendo em vista a necessidade que existe em um povo de entender ou explicar sua origem. Dessa forma, ao explicar o surgimento de uma região ao qual pertence um grupo de pessoas, o mito fundador tem o intuito de ressignificar a cada momento a existência do mesmo.

Temendo que o Vale do Javé³ afundasse literalmente, o povo dessa comunidade buscava escrever uma história científica, a partir dos relatos de fundação que estavam registrados apenas na memória das pessoas. O livro tinha o objetivo de provar a existência do local ameaçado pela instalação de uma Usina Hidrelétrica instalada nas redondezas. Por conta disso, a barragem em poucos dias inundaria aquela região. Em busca desse "mito fundador", um dos poucos moradores alfabetizados, que já havia exercido a função de carteiro, Antônio Biá, foi convocado pela população para entrevistar antigos moradores e assim

transformar as versões orais em escrita.

A partir dessa experiência podemos compreender a fala de Certeau, quando este nos diz que a cidade é um texto (CERTEAU, 2014) e a partir dessa compreensão, podemos afirmar que não há um discurso unívoco da cidade e sim um discurso plural, porque as experiências são plurais. Mas há um desejo de identidade e de cristalizar uma identidade cidadina, o qual também é perceptível na cidade de João Pessoa, um desejo de cristalização da identidade pessoense do Rio Sanhauá, baseada nas memórias fluviais.

A cidade de João Pessoa, mesmo sendo litorânea, surgiu no Centro, tendo o Rio Sanhauá como referência para o seu nascedouro. A partir desse dado, pretendemos começar a nossa análise, sobre as memórias e conseqüentemente, o imaginário urbano pessoense. Sandra Pesavento, em seu artigo "História, memória e centralidade urbana", nos traz contribuições valiosíssimas, acerca dos significados e símbolos, que contribuem para o imaginário da centralidade urbana. Assim podemos perceber que através de dados objetivos e subjetivos, tais como

hábitos, maneiras de ser, bem como os acontecimentos do passado, as identidades se fundamentam:

As identidades são fabricadas, inventadas, o que não quer dizer que sejam, necessariamente, falsas. As identidades, enquanto sensação de pertencimento são elaborações imaginárias que produzem coesão social e reconhecimento individual. Identidades asseguram e confortam, sendo dotadas de positividade que permite a aceitação e o endosso. Identidades fundamentam-se em dados reais e objetivos, recolhendo traços, hábitos, maneiras de ser e acontecimentos do passado, tal como lugares e momentos. Com tais elementos, a identidade implica na articulação de um sistema de idéias imagens que explica e convence (PESAVENTO, 2007,:4).

Segundo Sandra Pesavento, geralmente os centros urbanos, carregam essa simbologia, pelo fato de geralmente, terem sido responsáveis pelo surgimento das cidades, sendo assim os elementos naturais, quando se integram com a cultura, possuem um forte valor simbólico:

Mais do que isso, a identidade se mostra e se exhibe em ritos e práticas sociais, e se dá a ver, como no caso dos monumentos, feitos para lembrar. E tais marcos, como se pode bem apreciar, têm seu locus preferencial de referência nos

centros urbanos, núcleo onde tudo começou. A construção de identidades urbanas tem seu acabamento na construção de paisagens, onde o enquadramento do espaço construído com seus elementos referenciais e icônicos e ajusta e se enlaça com o meio natural. Neste sentido, cidades à beira do mar, de um rio ou de um lago jogam com o elemento natural a integrar-se com a cultura, compondo imagens dotadas de valor simbólico de forte apelo. Conhecemos de sobra centros urbanos, corações da urbe que atraem pelo seu valor de paisagem. É ainda o cenário urbano de um centro, agitado e densamente povoado e edificado, o traço emblemático que melhor define o fenômeno urbano (PESAVENTO, 2007:4).

Em se tratando da cidade de João Pessoa, percebemos que o Rio Sanhauá e o seu entorno, desempenha esse papel reforçado pela a autora, no que diz respeito a ligação existente entre a paisagem natural com o cultural. Mesmo com o passar do tempo e consequentemente havendo o desaparecimento de algumas funções desempenhadas por esse setor em outras épocas. O centro da cidade ainda ocupa um papel relevante no campo da memória. A maioria dos habitantes entre as décadas de 1930 e 1940 pertenciam à elite pessoense, em tempos que o centro da cidade, representava a vitrine do moderno, atendendo às

necessidades dessa camada social. A bibliografia local analisada, geralmente enfatiza essas localidades que foram freqüentadas por esse grupo privilegiado. Mesmo havendo descrições de algumas praias no final delas, o Centro por ter sido palco de experiências de sociabilidades da elite local, acaba ocupando a maioria das páginas, e legitimando aquela passagem como vitrine do moderno durante muitos anos. Esse olhar voltado para o Centro da cidade, pode ser compreendido pelo fato dos seus espaços serem utilizados, seja para moradia, trabalho, lazer e demais sociabilidades, até a década de 1950 com maior frequência. Neste cenário, ser pessoense bem sucedido era sinônimo de morar, se divertir, consumir e se socializar no entorno do Rio Sanhauá. Assim como nos afirma Pesavento, o centro urbano geralmente tem essa visibilidade de vitrine, por abrigar o que já passou e ao mesmo tempo esconder alguns silêncios:

Destes tempos, o centro urbano é como que uma vitrine, um microcosmo do tempo que passou, mas que nem sempre se deixa ver. Destas temporalidades, o tempo mais difícil é o do esquecimento. Tempo que finge não ter existido, soterrando as

lembranças. Talvez, por isso mesmo, seja o mais procurado por historiadores teimosos, que insistem em indagar dos silêncios e em tentar preencher as lacunas e os vazios do passado de uma cidade (PESAVENTO, 2007: 6).

É tarefa nossa, indagarmos, sem que muitas vezes tenhamos as respostas. Batermos nas portas que não serão abertas. Assim seguindo como um historiador teimoso, como sugere a autora, para nos aprofundarmos na multiplicidade do texto cidade.

A CONSTRUÇÃO DOS "MITOS FUNDADORES" DA CIDADE DE JOÃO PESSOA POR PESSOENSES E SUAS NARRATIVAS FLUVIAIS

Antônio Viégas, além de morador do Centro da cidade, também possui o seu emprego nesse mesmo bairro, o qual se localiza na Assembleia Legislativa, assim sendo não só convive nesse espaço, como tem orgulho de declarar o seu amor pelo mesmo. Marcamos o nosso encontro num pequeno shopping do centro da cidade, próximo ao seu trabalho, ele chegou com duas sacolas cheias de livros sobre a História de João Pessoa e preferiu que nos deslocássemos para a Biblioteca Central, pois segundo ele, seria um ambiente mais adequado.

Andamos algumas ruas e a cada prédio histórico que passávamos nos explicava sobre o mesmo, ao chegarmos no local ele falou:

[...] você agora tá fazendo essa entrevista aqui dentro desse espaço [...] essa beleza todinha de conservação, porque essa foi a primeira Biblioteca Pública da cidade. Aqui foi onde funcionou o primeiro Colégio Público, aqui foi onde funcionou até a Faculdade de Direito, já foi aqui no passado e tem uma história, isso aqui tem uma história e é uma arquitetura belíssima.⁴

E a seguir afirmou:

[...] além de saudosista, é por isso que eu amo o centro da cidade, eu resido no próprio Centro da Cidade, onde não abro mão deste espaço, de jeito nenhum, porque eu acho que o centro de João Pessoa, aliás, a cidade de João Pessoa, é uma das cidades que tem um dos centros mais bonitos do Nordeste, pelo seu patrimônio histórico, entendeu. Então, dentro dessa realidade, eu que sempre me preocupei com essa parte [...] e preservo muito essa identidade da minha cidade. Então, eu acho que a cidade tem um Centro lindo, é uma referência pra toda região e pra o Estado da Paraíba, até porque é a capital e foi a primeira Cidade do Estado e, ao mesmo tempo, me sinto feliz em morar no centro de João Pessoa [...] O diferencial do Centro da Cidade começa pelo fato histórico [...] até porque João Pessoa foi uma cidade colonizada a partir do rio. Toda história da cidade de João Pessoa está basicamente, ela é totalmente, central, quer dizer, as suas ruas históricas, os seus prédios históricos e dentro desse sentido de mobilidade e de

qualidade de vida, eu acho o centro maravilhoso porque você encontra de tudo. Você tem hospitais, você tem comércios, você tem shopping, você tem repartições públicas, tudo se concentra no Centro de João Pessoa. Agora, o que tá precisando é que os gestores da cidade tomem uma atitude séria para que restaure e preserve o centro, porque a história de nossa cidade está exclusivamente na área central. João Pessoa não foi colonizada pelo mar, foi pelo rio, entendeu? Então as primeiras avenidas, as primeiras ruas da cidade estão todas no centro.

Observamos em sua fala um certo destaque, porque não dizer uma exaltação ao fato do nascimento da cidade ter se dado no entorno do Rio Sanhauá, tornando portanto essa área um local muito importante por ser considerado um reduto da história local, como se de certa forma as informações históricas da cidade de João Pessoa, só pudessem ser consideradas legítimas se partissem da parte central, essa sua forma de pensar fica mais clara quando observamos essa passagem do seu relato: *"porque a história de nossa cidade está exclusivamente na área central"*.

Porém, se observarmos com cautela essa afirmação de Viégas, não podemos isolá-la nem tão pouco olharmos sem nos questionarmos quanto ao porquê dessa identidade voltada ao Rio. Sobre isso, Ecléa Bosi

nos afirma: *"Não esqueçamos que a memória parte do presente, de um presente ávido pelo passado, cuja percepção é a apropriação veementemente do que nós sabemos que não nos pertence mais"* (BOSI, 2003:20).

Viégas fala da cidade não como um espaço praticado (CERTEAU, 2014), mas como algo a ser contemplado, apreciado, ele não narra suas experiências cotidianas no Centro. A cidade apresentada por Viégas é a cidade de pedra, em que são exacerbados os prédios arquetônicos e os monumentos do passado, sem que seja estabelecida uma relação pessoal com estes (SENNETT, 1994).

Ao relatar a respeito de suas experiências citadinas na juventude e mais uma vez nos deparamos com a mesma dificuldade anterior do narrador em demonstrar as suas relações pessoais com a cidade, ele prefere tratar das praças, dos piqueniques de forma geral, como uma experiência comum do Centro da cidade e não própria:

O que me marca profundamente no Centro da cidade eram as praças de João Pessoa. Eu me lembro que as praças de João Pessoa eram lindíssimas, eram praças totalmente arborizadas,

em que você saía e sentia o perfume. Eu saía de casa, chegava no pavilhão do chá, que antigamente tinha aqueles relógios de flores que hoje não existe mais, aí você tinha todo aquele movimento estudantil da Academia de Comércio Epitácio Pessoa, dos colégios Lins de Vasconcelos, Pio XII. .A Lagoa que era um ponto de referência da Juventude, onde as pessoas se sentavam, confraternizavam. Os piqueniques eram realizados na Lagoa, até nas praças. Tinha essa questão da participação da sociedade em si e essa troca de energias sem violência na cidade. Tudo era centralizado aqui em João Pessoa no centro da cidade, a Lagoa era uma referência estudantil e ao mesmo tempo de movimento político, mas tinha a Churrascaria Bambu que também era um local de movimento, de concentração, de encontro das pessoas e tinha a cidade em si, todo movimento era na cidade.

Viégas também relata a respeito do desenvolvimento do comércio naquela região, destacando a participação de alguns familiares, mas de certa forma mostrando que essa é uma das justificativas para uma concentração maior de moradores na região inicial da cidade:

Mas minha infância foi toda aqui no centro da cidade, até porque minha família fez parte da história dessa cidade, tá me entendendo, meus tios foram grandes comerciantes nessa cidade e tiveram grandes lojas aqui na cidade, foram referência. Por exemplo, eu tive um tio que teve a primeira loja de eletrodomésticos, que era a

Panex, na época, nos anos 40, 50. Outro teve armazém de estivas e cereais, que é próximo ao Palácio da Redenção, que é Alfredo Delgado, um comerciante conhecidíssimo. Teve outro tio meu, que era Antônio Viégas, que é o meu nome, que foi casado com uma mulher que fazia partos, os irmãos foram homens importantes na história dessa cidade, que foram proprietários do Paraíba Palace Hotel, que era a família Minervino, e depois se transformou no grande comércio do Mercado de Jaguaribe, tá dentro da história, tá dentro dos livros.

Através dessa sua fala nos questionamos: Porque ele tem uma identidade saudosista, totalmente colada a essa área do centro? Parece-nos que tem a ver com o lugar social dele, ele é oriundo das famílias tradicionais da cidade, sendo assim, valorizar o entorno do Rio Sanhauá é valorizar a memória da família dele. O lugar social do entrevistado, morador no centro, pertencente às famílias tradicionais de João Pessoa, essa identidade pessoense é sinônimo de pertencimento a essa área fluvial/central da cidade, ou seja, a afirmação da memória das elites locais. Não seria esse também, um discurso da historiografia positivista local?.

Esse comportamento é denominado por Ecléa Bosi em sua obra "O tempo vivo da memória:

ensaios de psicologia social" de "Memória Institucional":

Mas não vá alguém pensar que as testemunhas orais sejam sempre mais autênticas que a versão oficial. Muitas vezes são denominadas por um processo de estereotipia e se dobram à memória institucional. Há portanto uma memória coletiva produzida no interior de uma classe, mas com poder de difusão, que se alimenta de imagens, sentimento, ideias e valores que dão identidade àquela classe (BOSI, 2003:7-8).

Dentre as razões que nosso narrador destaca para justificar a importância do Centro é justamente o fato deste espaço ter sido responsável pelo nascimento da cidade, sendo assim o Rio Sanhauá eleito como seu nascedouro, bem como o seu entorno são considerados o berço da história do município de João Pessoa, quando ele nos diz que: "*a história de nossa cidade está exclusivamente na área central. João Pessoa não foi colonizada pelo mar, foi pelo rio, entendeu?*".

O ato de chegar com sacolas de livros e de nos transportar para uma biblioteca pública, carrega em si um valor simbólico muito forte. Pois o depoente demonstra que de certa forma o nosso mito de origem, fundado por aquele material bibliográfico que ele carregava, ficou

cristalizado na memória de pessoenses que viveram em outro contexto da cidade, assim é possível compreender também o fato dele se sentir mais confortável em um prédio histórico, do que num Shopping Center. Retomando as considerações de Bosi (2003), vemos que para o entrevistado, a identidade pessoense, está intimamente ligada à memória institucional.

CAMINHANDO COM O NARRADOR E CONSTRUINDO PAISAGENS URBANAS

A Rua Direita parece ter sobrevivido para servir de amostra até certo ponto capaz de simbolizar o que havia de melhor na apresentação urbanística da Capital da província, bastando a quem se detiver em sua contemplação minuciosa, com faro de historiador, recuar a imaginação há doze décadas atrás. (Almeida, in Aguiar & Melo, Apud TINEM).

Pretendemos caminhar por espaços muitas vezes esquecidos no contexto atual, porém bastante vivos na memória dos traseuntes citadinos de outrora, os moradores pessoenses fluviais⁵. O nosso ponto de partida será a Rua Duque de Caxias situada no centro da cidade de João Pessoa. Na condição de representante da

memória geográfica de fundação da Parahyba, podemos destacar a relevância desta rua, localizada no Centro até a primeira metade do século XX, vale salientar que sua notoriedade se deve também ao fato de ter sido freqüentada por pessoas que pertenciam a grupos sociais de prestígio na sociedade, conforme nos indica a passagem a seguir:

Rua Direita, Rua Baixa, Rua de São Gonçalo ou do colégio. Eram estes nomes da nossa atual Duque de Caxias [...] Localizando-se no centro da cidade, [...] Nela moravam comerciantes, industriais, professores, médicos, políticos, magistrados [...] (AGUIAR, 2002: 220-221).



Imagem 1. Trecho de cidade de João Pessoa. Rua Direita em destaque. Fonte: Tinem, 2006.

As representações das experiências citadinas estão associadas ao cotidiano dos seus moradores e sua relação com as ruas centrais. Neste momento histórico, era na rua Duque de Caxias que

aconteciam as festas, as quais serviam como entretenimento e sociabilização da época das elites locais, pois lá além de residências, comércio, consultório, também existiam o Clube Ástrea e o Clube Cabo Branco.

Gostaríamos neste momento de apresentar uma narrativa a partir das memórias de um antigo morador da Rua Duque de Caxias, hoje residente na Praia Ponta de Campina, no município de Cabedelo. Mário Glauco Di Lascio, nasceu em João Pessoa (1929), onde permaneceu radicado, formou-se na Escola de Belas- Artes de Pernambuco (1957), lecionou na Escola de Engenharia da Paraíba, fundou o curso de arquitetura da UFPB, no qual lecionou, atuou no Serviço de Engenharia, foi consultor da prefeitura de João Pessoa de 1954 até 2008. Dentre várias obras realizadas nesta cidade, está a reforma do Ponto Cem Réis, o qual recebeu iluminação, foi arborizado com um moderno e importante viaduto denominado Damásio da Franca, nome do gestor da época. Este foi construído no intuito de atender a expansão do trânsito de veículos.

Sua família chegou à capital paraibana em 1916, pois seu pai Hermenegildo Di Lascio de origem italiana, porém erradicado na Argentina, foi contratado, juntamente com outro compatriota e companheiro de ofício o arquiteto Pascoal Fiorilo, ambos no governo de Camilo Holanda. Uma das razões para que eles e outros profissionais da área buscassem essa cidade, devia-se ao fato dos encaminhamentos das obras públicas realizadas na cidade, portanto Mário já nasceu em uma família bem sucedida e por isso usufruiu de espaços privilegiados de acesso a uma minoria favorecida.

Seguindo os passos do pai, também se tornou arquiteto, desenvolvendo projetos particulares, bem como foi responsável durante várias gestões municipais, por conduzir obras da prefeitura, através de plantas de bairro, obras de mobilidade urbana, dentre outras. Atualmente, aos 86 anos, está aposentado, mas uma de suas atividades prediletas é conversar com estudantes universitários que estão realizando monografias, dissertações, teses, dentre outros trabalhos universitários sobre a cidade de João Pessoa. Ele afirma, que é sempre um

prazer compartilhar essas informações, posto que a maioria dos seus contemporâneos já faleceram.

De forma descontraída ele diz: "[...] porque da minha época todo mundo já morreu, 'pratrasmente' não tem mais ninguém vivo, 'prafentemente' também o pessoal não sabe [...]". Devido a sua formação em Arquitetura, Mário possui uma grande facilidade em delimitar verbalmente as áreas da cidade. Ao tratamos da Rua Duque de Caxias ele nos descreveu suas características principais, e provavelmente devido à influência do seu ofício, no decorrer da conversa pegou papel e lápis para fazer os rabiscos do que ele estava descrevendo. Então sem que saíssemos da cadeira pudemos transitar na Rua Duque de Caxias nos idos dos anos 1930 e 1940.

O depoente inicia sua descrição, enfatizando que a Rua Duque de Caxias é uma das mais antigas urbanizadas, ligando a área católica ao poder político, na época em que ele morava lá, ela chamava-se Rua Direita, nome que geralmente era dado para demarcar o trecho que liga dois largos de Igreja (Do Convento de São Francisco ao Mosteiro de São Bento), essa

denominação na época também foi utilizada em outras cidades do Brasil, como em São Paulo e Rio de Janeiro. Também relata a respeito das transformações que ela passou ao longo do tempo, mudando e transformando sua configuração urbanística e formando uma nova paisagem:

[...] que o Palácio do Governo que naquela época, nem se chamava Palácio da Redenção, e nem era Palácio do Governo era outra Igreja, que era o Convento dos Jesuítas, onde hoje é o Palácio da Redenção, que ainda ficou a torre, aquela torre do Liceu, que num é mais Liceu, é a Faculdade de Direito, ali era o Convento dos Jesuítas [...]. Outra coisa, agora tá o Palácio da Redenção, o jardim, a torre [...] aquele jardim era a Igreja da Conceição que foi derrubada [...]⁶.

Em "Fronteiras marcos e sinais". Leituras das ruas de João Pessoa, organizado por Nelci Tinem, é feito um pequeno histórico dessa rua, que atesta sua representação de vitrine do moderno, do final do século XIX a meados do século XX. Esta rua foi palco das várias transformações da cidade, como também precursora dos equipamentos modernos de acordo com o contexto. Dessa forma, possui significado não só simbólico, mas na materialidade urbana da

memória da cidade, sendo considerada uma das mais antigas ruas da cidade, com características elitistas. Dentre as suas principais construções, estão as edificações religiosas, habitacionais e administrativas.



Imagem 2. Rua Duque de Caxias (Rua Direita), 1942. Fonte: Arquivo: Acervo Humberto Nóbrega. Disponível em: paraibanos.com. Acesso: 29 jun. 2013.

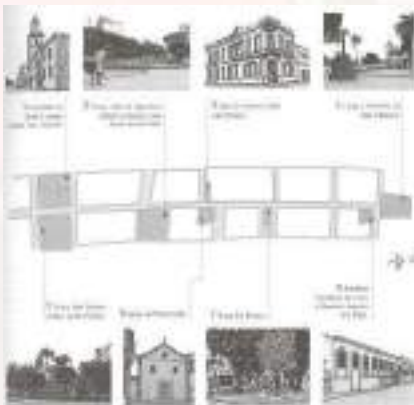


Imagem 3. Rua Direita. Referências Visuais. Fonte: TINEM, 2006

Em relação aos equipamentos modernos que fizeram parte da sua história, sempre como pioneira em relação a outras áreas da cidade

podemos citar: Calçamento com pedras vindas do Rio de Janeiro (Século XIX); iluminação pública; poste de luz elétrica; bonde elétrico. No século XX, a rua foi tomando outra forma para atender os ideais modernos, sendo assim, várias igrejas foram derrubadas para surgirem praças. Nos anos 1930, a Praça João Pessoa foi rotulada como vitrine da cidade, por ser um dos locais de lazer da Rua Duque de Caxias preferido para as práticas de sociabilidade e entretenimento da época. Assim, podemos perceber a representatividade dessa rua na formação urbana da capital paraibana, conforme nos mostra a passagem a seguir.

Assim, essa rua participa de grande parte da dinâmica urbana e do processo de remodelação da capital que, entrando no século XX com intuito de se modernizar, como ocorre em outras capitais brasileiras, transforma seus campos, largos, travessas, becos, em praças, avenidas e parques, remodelando sua aparência herdada do período colonial, segundo os ideais de uma modernidade almejada que direcionam novas formas aos espaços urbanos que são embelezados, saneados e ampliados para valorizar a circulação e estimulam a população a adotar novos usos em concordância com essa nova

27

aparência. (TINEM [org], 2006: 95 e 96)

A diversidade de representações citadinas se confirma nos depoimentos de antigos moradores do centro pessoense. Convidamos o amigo leitor a uma viagem no tempo aos anos 1930 e 1940 da Cidade de João Pessoa, conduzida por Mário Di Lascio morador da Rua Duque de Caxias, número 417. Espero que as palavras escritas aqui neste papel possam transmitir as experiências vividas durante uma conversa agradável, com muitas gargalhadas, que mesmo estando em um escritório, pudemos nos transportar para um tempo com outros cheiros, sentidos, cores e com personagens únicos.

Tomaremos a liberdade de criar um enredo para essas memórias, porém em determinados momentos, cremos que a fala do próprio narrador nos conduzirá de forma mais apropriada, para que se possa criar a atmosfera vivenciada, se é que isso seja possível. O que estamos querendo deixar claro é que o nosso desejo seria tornar possível transcrever todos os sentimentos que vivenciamos através do relato de um residente da Rua Duque de Caxias, que ora era um memorialista, ora um

contador de anedotas hilário, mas às vezes o seu ofício falava mais alto e ele se tornava mais técnico. À medida que o trabalho se desenvolve, conheceremos um pouco mais desse morador, que nos presenteou com lembranças tão lúcidas e agradáveis. Pois bem, vamos iniciar nossa viagem. Mário já chegou e estará a frente da excursão que o espera, não precisaremos de nenhum transporte, pois iremos caminhando durante esse passeio, para que seja possível conversarmos, quem sabe pararmos para tomarmos um sorvete na sorveteria de seu Verner, sairemos "*de casa em casa, do Cruzeiro de São Francisco até o Ponto Cem Réis*".

Através dessa caminhada pela Rua Duque de Caxias, conheceremos diversos personagens distintos e experiências significativas, nos dando uma dimensão do vivido a partir das experiências do nosso entrevistado, mas não de uma forma precisa e/ou linear. A trajetória da caminhada segundo Certeau, muitas vezes se torna imprecisa, mas nos conduz a uma outra legitimação operacional através dos passos que espacializam os mapas humanos através do caminhar (CERTEAU, 2014).

Diante dessa compreensão, Michel de Certeau nos lança um convite, para observarmos a cidade, através de um olhar diferenciado, que nos fará enxergarmos algumas experiências peculiares do cotidiano citadino. Vejamos:

Eu gostaria de acompanhar alguns procedimentos-multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos- que escapam à disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exerce, e que deveriam levar a uma teoria das práticas cotidianas, do espaço vivido e de uma inquietante familiaridade da cidade (CERTEAU, 2014: 163).

Essas práticas cotidianas que só são possíveis através do espaço vivido, podem ser contempladas através da retórica da caminhada, que nos é sugerida pelo autor teoricamente, e pelo depoente através do que está registrado na sua memória. Assim sendo, através dessa narrativa o narrador não só dará um novo sentido às suas experiências, como selecionará aquilo que tem algum significado para sua vida, posto que a memória é seletiva, como nos aponta Worcman (WORCMAN, In Santhiago e Magalhães, 2013).

Para aprofundar o debate Certeau compara as enunciações pedestres às enunciações

lingüísticas, utilizando três características: O presente, o descontínuo e o fático, existindo portanto, todo um sistema que rege o caminhante, vejamos:

[...] é um processo de apropriação do sistema topográfico pelo pedestre (assim como o locutor se apropria e assume a língua); é uma realização espacial do lugar (assim como o ato de palavra é uma realização sonora da língua); enfim, implica relações entre forma de movimentos (assim como a enunciação verbal é 'alocução'm coloca o outro em face do locutor e põe em jogo contratos entre locutores). O ato de caminhar parece portanto encontrar uma primeira definição como espaço de enunciação (CERTEAU, 2014: 164).

Para Certeau, o caminhante sempre pode dar um novo significado ao seu espaço, mesmo este sendo regido por um sistema cheio de possibilidades e proibições, há um ato enunciativo próprio que rege o caminhante. Ao continuar percorrendo sobre a temática, utiliza exemplos lingüísticos para mostrar exemplos das práticas sociais, que nos aponta que a caminhada produz a tessitura urbana, ao passo que a palavra lhe direciona. Sendo assim, o caminhante transforma em outra coisa cada significante espacial. Observe:

Em primeiro lugar, se é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades (por exemplo, por um local onde é permitido circular) e proibições (por exemplo, por um muro que impede prosseguir), o caminhante atualiza algumas delas. Deste modo, ele tanto as faz ser como aparecer. Mas também as desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais. Assim Charlie Chaplin multiplica as possibilidades de sua brincadeira: faz outras coisas com a mesma coisa e seu uso. Da mesma forma, o caminhante transforma em outra coisa cada significante espacial (CERTEAU, 2014: 165).

A retórica da caminhada, portanto, produz algo descontínuo:

Cria assim algo descontínuo, seja efetuando triagens nos significantes da "língua" espacial, seja deslocando-se pelo uso que faz deles. Vota certos lugares à inércia ou ao desaparecimento e, com outros, compõe "torneios" espaciais "raros", "acidentais" ou ilegítimos. Mas isso já introduz a uma retórica da caminhada (CERTEAU, 2014: 165).

É através dessa retórica da caminhada, que conduziremos o nosso passeio pela Rua Duque de Caxias dos anos 1930 e 1940 através do imaginário urbano de João Pessoa, construído pelas memórias de alguém que viveu o momento

narrado, que foi um praticante cidadão e que testemunhou e viveu as experiências que serão compartilhadas. Assim sendo, esses relatos nos ajudarão a formar uma nova compreensão da cidade, bem como de suas práticas cotidianas.

Saindo do Cruzeiro de São Francisco em direção ao Ponto Cem Réis, vamos caminhando nesse rico mapa mental. O prédio em que hoje funciona a Academia Paraibana de Letras, entre as décadas de 1930 e 1940, moravam os contemporâneos de Mário da família Mesquita e da família Bezerra, "[...] que restauraram, emendaram uma na outra e pegaram o quintal de uma casa velha derrubaram e fizeram um pátio". Correspondendo aos números 33 e 37 da imagem abaixo:

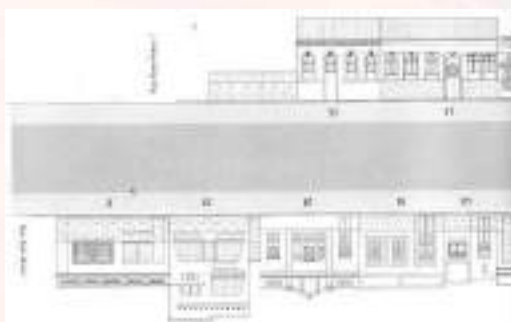


Imagem 4. Perfil da Rua Direita. Fonte: TINEM, 2006

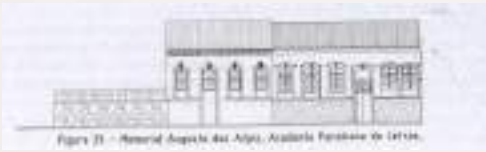


Imagem 5. Perfil da Rua Direita. Fonte: TINEM, 2006

A nossa caminhada continua e vamos passando pelo Centro estudantil, a casa de Dr. Otacílio que era na esquina e a seguir a casa do fiscal de consumo Samuel Hardman Norat. Mário recorda que naquela época toda mãe gostaria de ter uma filha que casasse com um funcionário do Banco do Brasil ou Fiscal de consumo, pois eram as profissões que davam uma boa remuneração, assim sendo, quando uma moça estava namorando com um rapaz que trabalhasse nesses ofícios, todo mundo comentava que a família estava com o futuro feito. *"Pra você ver como a coisa muda"*. Dos catorze filhos de Samuel, Marcelo, Samuel e Ivis eram colegas de Pio X do nosso depoente, que com tristeza lamenta: *"[...] já morreu todo mundo num tem mais ninguém"*.

Através desse depoimento pudemos perceber na fala do entrevistado, as mudanças que foram

acontecendo ao logo do tempo, seja em relação a uma profissão ou até mesmo ao fato daqueles seus amigos tão presentes no seu dia a dia, hoje já não estarem mais vivos, e também se estivessem, não habitariam mais naquele espaço assim como Mário também se deslocou. Aquela convivência, bem como as experiências são próprios daquele contexto. Roberto Damatta ao tratar da casa e a rua metaforicamente, deixa claro que o seu entendimento vai além da compreensão física ou espacial, mas leva em consideração os domínios culturais institucionalizados que são capazes de despertar emoções e reações diversas (DAMATTA, 1997). Como pudemos perceber através da descrição do depoente.

Outros lugares da Rua Duque de Caxias, presentes na memória de seu Mário são:

- Delegacia de Ordem Política e Social: *"pegava o oitão todinho, ali eles davam surra de mangueira de jardim de borracha cheia d'água pra num ficar a marca, os ladrões né!? Depois mandava pra o céu ou pra cadeia do Roger"*.

- A dona da **Escola de Datilografia Remington**, que possuía o seu estabelecimento no andar térreo.

Eu sei que junto dela era outra escola, ali na subida, depois do sobrado do menino que deu uns tiro em João Pessoa⁷, tinha uma escola que eu fui aluno, era Instituto Comercial João Pessoa, de Dona Hortência ... que era dona do sítio da lagoa, que pegava emendava com a família... subindo ali pro lado da bica, a praça lá de cima, emendava com a família de Arquimedes Bigodão da família Souto Maior .

- **Colégio das irmãs Mesquita**

- **Livraria de seu Bartolomeu** *"uma loja térrea pequena, quando o camarada fazia lançamento de livro era lá e tal"* .

- **Farmácia de seu Mota**

- **A casa de Augusto Simões:** *"primeiro maçom grau treze"*.

- **Movelaria de seu Morlofe**

- **Barbearia** *"foi a primeira barbearia que tinha uma manicure uma mulher que fazia as unhas, o caba fazendo a barba e ela fazendo as unhas"* [risos].

- **Mortuária de EE**

- **Venda de seu Joca bate bate:** *"que nunca botou lâmpada elétrica porque dizia: - Tá bom, isso é negócio de invenção do diabo, o negócio meu é no candeeiro, eu nasci*

e me criei com candeeiro e vou morrer no candeeiro" [risos].

- **Cinema Rio Branco**

Conforme o prometemos, pararemos na **Sorveteria de seu Verner**, Mário garante que *"o sorvete é bom danado"* , vamos subir os dois degraus que tem ao fundo da loja, onde logo avistaremos as mesinhas de ferro, sentaremos e ouviremos mais uma das histórias desse narrador apaixonado. Assim conheceremos um pouco de sua infância e suas principais brincadeiras, o sorriso virá com certeza!

Menino era o seguinte se jogava "Patacho" que era caco de telha que o caba jogava no chão e o outro jogava, se batesse ganhava um ponto, se caísse perto, aí o outro tinha direito de jogar e ganhar, a dinheiro, sabe o que era o dinheiro!? Carteira de cigarro que naquela época num era mole como a de hoje, era papelãozinho durinho, o "Cônsul" era o cigarro mais caro, não o cigarro que era caro, era caro a caixa do cigarro que a gente arrancava a frente custava 20 mil reis, teórico né!? Era o dinheiro da gente.

Ou então "Fona" que chamada gude, que era bola de gude, que a gente fazia três buracos no chão que era o buraco mestre, o segundo buraco e terceiro buraco que era o gude, quem caía no buraco, tem direito a jogar noutro buraco, quem caía perto o outro ia, se caísse dentro do buraco, o outro tinha direito de dar uma "Petelecada" na bola dele na

outra mais distante ainda e era um jogo... que era o jogo da gente...

Depois tinha "Amarelinha", na época da gente tinha outro nome... academia, que é aqueles quadrados com o número e a outra coisa era subir no sobrado da esquina que ainda hoje ainda existe lá, ta fechado, subia por dentro, até o quarto que Antonito nasceu, tinha uma escadinha por dentro pra ir pelo forro, depois do forro, quebrava umas ripas ia pro telhado, quebrar as telhas e jogar as bandas de telhas lá no Ponto Cem Réis no carro de praça, que ficava em redor da torre do relógio os caba:

- Caba safado!

[risos]

Era as brincadeira da gente .

Ao lembrar a infância Mário também não pode esquecer das irmãs "cajazeiras" as irmãs Mesquita:

As três cajazeiras, que não eram cajazeiras, eram as irmãs de doutor Guilherme que era: Efigênia, ela era baixinha andava com a sobrinha debaixo do braço e vendia renda do Ceará, a irmã dela era Alice, que Alice era uma advinha danada, a gente brincava ela dizia:

- Cuidado, vocês vão se machucar!

Aí quando acontecia qualquer coisa ela dizia:

- Eu num disse!

Não tinha dito nada! [risos]

E dona Otília, que era completamente surda .

Recorremos às reflexões de Michel de Certeau que nos aponta para a enunciação do pedestre, do caminhante que "*apresenta três características que de saída a*

distinguem do sistema espacial: o presente, o descontínuo, o 'fático'"

(CERTEAU, 2014: 164). Assim sendo:

A caminhada afirma, lança suspeita, arrisca, transgride, respeita etc. as trajetórias que "fala". Todas as modalidades entram aí em jogo, mudando a cada passo, e repartidas em proporções, em sucessões, e com intensidades que variam conforme os momentos, os percursos, os caminhantes. Indefinida diversidade dessas operações enunciadoras. Não seria, portanto, possível reduzi-las ao seu traçado gráfico.

As caminhadas dos pedestres apresentam uma série de percursos variáveis assimiláveis a "torneios" ou "figuras de estilo". Existe uma retórica da caminhada (CERTEAU, 2014: 165).

Estamos quase chegando à casa de Mário: "*Era na Duque de Caxias, 417 ... E a da esquina de Dr. Guilherme da Silveira era a 427, que era um dos melhores advogados da Paraíba, pai de Antonito, colega meu..."*

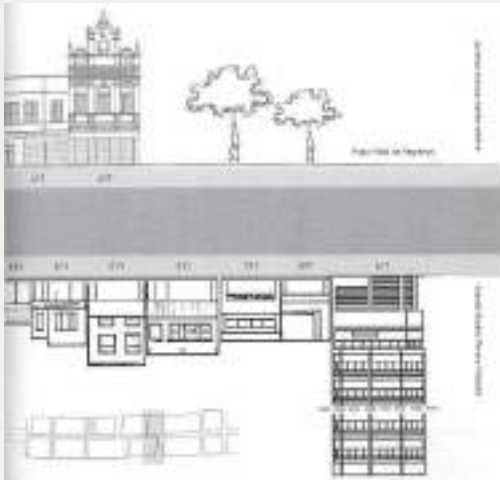


Imagem 6. Perfil da Rua Direita. Fonte: TINEM, 2006

E nesta hora vamos recordar mais um episódio engraçado, ocorrido desta vez em sua própria residência:

O banheiro era no térreo...
Uma vez minha mãe fez uma pizza carregada na noz moscada e de noite nem a Avenida Paulista tinha um trânsito daquele na escada...
minha mãe descendo a escada:
- Rapaz sai do banheiro
Gente pra danado .

A noite chega e de longe podemos ver a **Casa de seu Alustal:**

[...] no oitão tinha um portão de entrada com três degraus, tinha um elmo, um elmo era um soldado espanhol, da conquista da Espanha aqui no México, que tinha aquele capacete de guerreiro espanhol com uma lança na mão assim, na ponta da

lança tinha uma luminária assim de vidro que acendia de noite. Eu achava aquilo arretado!

Outra possibilidade de entretenimento estava no salão de jogos de bingo e sinuca: "**Ramball** era sinuca, que o camarada faz número 3 e o caba marca os quadradinhos, bate e diz: - Bingo! Sendo que era a dinheiro [...] É víspora né o nome!?" Perguntamos: - Não é bingo não!?"

É bingo, mas antigamente se chamava víspora, o profissional daquilo mesmo se chamava "rambol", que era o nome inglês que era do seu Salú, que morava junto lá de casa, o "rambol" era defronte. Era seu Salú, Milton que tomava conta do "rambol", o filho dele moreno, alto e o outro filho dele que era cantor... que eu agora não me lembro o nome ... e a filha dele .

Continuando a nossa caminhada na Rua Duque de Caxias temos vizinho ao Ramball **Sobrado de Henrique:**

- **Sobrado de Henrique (primeiro andar) / Jornal O Estado da Paraíba, de Alírio Vanderlei (térreo):**

Ninguém dormia de noite, porque naquela época não havia rotativo era rotoplana pra imprimir o jornal de página em página e uns rolos que fazia "Ru Ru" ... Depois de duas horas da madrugada

ninguém conseguia dormir.” [risos] agora defronte tinha o rambol e junto lá de casa quem morava em cima que era seu Salú.

Relembrando o que vimos até aqui: *“Então aí estão as famílias e o pessoal todinho até o Ramball [...] em cima do Ramball eram os consultórios” [...]*.

- Consultório de Luíz Gonzaga Burity

Pai de Burity que foi governador, Tarcísio Burity. Luiz Gonzaga Burity, era dentista e na janela tinha uma empanada assim, pra o pessoal não ficar vendo o povo de boca aberta arrancando o dente, e defronte era a janela do quarto em que eu nasci na casa defronte [...] Junto dessa casa tinha duas casinhas baixinhas... uma era de Alfredo Monteiro (colocando a mão na cabeça, fazendo sinal de chifres) [risos] que era casado com Dona Alice Monteiro, que era educadora que foi diretora do Jardim Da Infância que eu estudei.

O narrador fala de dentro, do lugar de alguém que teve uma história de vida pessoense intensa, com muito lazer e muita sociabilidade. Essas memórias fluviais falam de uma João Pessoa pulsante, lúdica e cheia de atrativos e divertimentos. Possuindo uma subjetividade cidadina ligada às experiências burguesas no cotidiano

pessoense por isso, ele fala de uma João pessoa dos incluídos e bem sucedidos.

As falas destacadas por Mário refletem o lugar em que o mesmo está inserido na cidade, são lugares de memória, categoria de análise trabalhada por Pierre Norra:

A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer como Halbwachs o fez, que há tantas memórias, quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais às evoluções e às relações das coisas (NORA, 1993: 9).

Percebemos o quanto o cinema já fazia parte do seu cotidiano, como uma prática cultural. Certo dia, ao receber o seu boletim com a nota três em matemática, o seu coração ficou apertado e disse ao seu amigo Antonito – *“Tô lascado, o último capítulo do “Besouro Verde” eu vou perder!”*. A exclamação de Mário, devia-se ao fato de que, o entretenimento do domingo na Matinal do Piazza, só era permitido pelo pai, após assinada a caderneta e ter-se conferido que todas as notas estavam acima de sete. *“Por que aí o*

pai da gente assinava a caderneta, toda semana, as notas que tirávamos na semana o pai lia, assinava a caderneta, aí liberava pra gente ir a matinal do Piazza, que era um filme de Cowboy e a série... "O Besouro Verde"... etc".

Diante do ocorrido, o seu amigo lhe deu uma solução, transformar o três em um oito. Mário passou muito tempo treinando, até ficar perfeito, quando ele estava super feliz, Antonito lhe alertou que o próximo passo seria encontrar uma tinta da mesma cor da que estava na caderneta. *"Arranjamos a tinta! Tô salvo!"*. Diante do êxito, tudo indicava que ele iria assistir o tão esperado último episódio da série *"Besouro Verde"*. Na tarde daquele sábado, o senhor Hermenegildo Di Lascio, já estava sentado em sua cadeira aeroplana, fumando charuto, quando viu Mário se aproximando pediu a caderneta:

Aí ele pegava a caneta pelicano, ficava primeiro olhando e olhando e o charuto andando pra lá e pra cá e ele olhando e eu atrás em pé no encosto da cadeira olhando por cima pra ver a desgraceira, ele olhou, olhou e deu um suspiro assim [faz o barulho do suspiro] aí virou, porque a assinatura era de lado [fez o barulho da assinatura também] fechou e disse:

- Pronto!... Quando eu dei uns quatro passo assim para frente ele fez:
- AMANHA NÃO TEM CINEMA! Tu acha que eu ia perguntar por quê? [gargalhamos] .

Sendo assim, o indivíduo tem as suas memórias individuais estruturadas de acordo com o pertencimento do mesmo com o lugar, por isso as memórias mesmo coletivas de um lugar se diferenciam também, pois uns se sentem pertencentes outros não. Observem:

Admitamos, contudo, que as lembranças pudessem se organizar de duas maneiras: tanto se agrupando em torno de uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista, como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais. Portanto, existiram memórias individuais e, por assim dizer, memórias coletivas. [...] Por um lado, suas lembranças teriam lugar no contexto de sua personalidade ou de sua vida pessoal- as mesmas que lhe são comuns com outras só seriam vistas por ele apenas no aspecto que o interessa enquanto se distingue dos outros. Por outro lado, em certos momentos, ele seria capaz de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo (HALBWACHS, 2006: 71).

Foi possível então através dessas descrições de práticas do

cotidiano, visualizar uma João Pessoa que tinha como vitrine do moderno o centro da cidade, tendo como elemento da cultura material a Rua Duque de Caxias, com algumas construções que ainda permanecem até os dias atuais. Alguns outros elementos foram recuperados através de um senhor que atualmente reside em um espaço litorâneo, mas as suas memórias permanecem vivas naqueles lugares vividos nas brincadeiras de crianças, no carnaval, nos clubes, no cinema.

As memórias fluviais de Antônio Viégas e Mário Di Lascio,

proporcionaram um novo olhar para o Rio Sanhauá e seu retorno, através de relatos singulares, que mesmo possuindo características nos fizeram ver que aqueles mitos fundadores destacados nas fontes bibliográficas, acabaram se perpetuando e se cristalizando na memória dos seus moradores.

¹ Fluvial: adj. Relativo aos cursos de água: erosão fluvial. Que vive nos rios. (Dicionário Online de Português. Disponível em: <http://www.dicio.com.br>. Acesso em: 05/11/2014). Esta metáfora é utilizada no intuito de destacar a construção da identidade pessoense a partir do Rio Sanhauá e seu entorno, sendo assim, as "memórias fluviais" serão apresentadas através das narrativas de afirmação da identidade pessoense na experiência fluvial (no entorno do rio) e do centro.

² Mestre em História pela UFCG.

³ Filme Narradores de Javé, Ano de Lançamento (Brasil): 2003, Estúdio: Bananeira Filmes / Gullane Filmes / Laterit Productions, Distribuição: Riofilme, Direção: Eliane Caffé, Roteiro: Luiz Alberto de Abreu e Eliane Caffé, Produção: Vânia Catani, Música: DJ Dolores e Orquestra Santa Massa, Fotografia: Hugo Kovensky, Direção de Arte: Carla Caffé, Edição: Daniel Rezende.

⁴Entrevista concedida a autora em 10 de fevereiro de 2013.

⁵Moradores do centro da cidade. O Rio Sanhauá, considerado o nascedouro da cidade, serviu como ponto inicial da cidade de João Pessoa, posto que os primeiros bairros foram nascendo em seu entorno. Assim sendo, como a terminologia fluvial refere-se a rio, utilizamos a metáfora moradores pessoenses "fluviais". Op. Cit 1.

⁶ Entrevista concedida a autora em 25 de setembro de 2014.

⁷ Refere-se a João Dantas, personagem da História da Paraíba, o qual assassinou o então presidente do estado, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Candidato a vice-presidente do Brasil na chapa encabeçada por Getúlio Vargas, contra o grupo paulista de Júlio Prestes. Esse fato, desencadeou a Revolução de 1930, e dessa forma, Getúlio Vargas se tornou Presidente do Brasil.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wellington e Mello, José Octávio. Uma Cidade de Quatro Séculos. Evolução e Roteiro. Gráfica Grafset, 1985.

AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos. Cidade de João Pessoa - A Memória do Tempo. 3 ed. João Pessoa, Ideia, 2002.

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

CERTEAU, Michel de. (et all) A Invenção do cotidiano: 2, morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____, Michel de. A Invenção do cotidiano: artes de fazer. 21 ed, Petrópolis: Vozes, 2014.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução: Laís Teles Benoir, São Paulo: Centauro, 2004.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral e memória: a cultura popular revisitada, São Paulo: Editora Contexto, 1992.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, Cidades Sensíveis, Cidades Imaginárias. Revista Brasileira de História-Órgão Oficial.

_____, Sandra Jatahy. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____, Sandra Jatahy. História, memórias e centralidade urbana,, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Débats, mis en ligne le 05 janvier 2007, consulté le 22 avril 2015. URL : <http://nuevomundo.revues.org/3212> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.3212.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. Lazer permitidos, prazeres proibidos. Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945-1965). 2002. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós- Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

TANKO, Janete Leiko. Clubes recreativos em cidades das regiões sudeste e sul: Identidade, sociabilidade e lazer. Patrimônio e Memória (9). Revista. UNESP-FCLAs-CEDAP, v.7, n.1, p.328-347, jun.2011.

TEIXEIRA, Coelho (org). A cultura pela cidade. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.

TINEM, Nelci (org). Fronteiras, Marcos e Sinais. Leituras das de João Pessoa. João Pessoa: UFPB, 2006.

CONVIDA, INTERPELA E DESAFIA: MEDIações EM INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIAS DE BUENOS AIRES

*INVITES, INTERPELS AND
CHALLENGES: MEDIATIONS IN
INSTITUTIONS OF MEMORIES of
Buenos Aires*

Carmem Zeli de Vargas Gil
UFRGS/Faculdade de Educação

RESUMO

Esta reflexão tem como tema mediações em instituições de memórias. Propõe-se a discutir três experiências identificadas na cidade de Buenos Aires, durante o ano de 2015, em um intenso trabalho de acompanhar escolas em espaços de memórias nesta cidade que congrega tantos museus. Que pressupostos assumem em relação ao público escolar? Outorga-se aos alunos um lugar de escuta somente? Como a pergunta pode ser o fundamento da participação ou da transmissão de ideias e valores? Trata-se de interrogantes que estruturam as reflexões tecidas neste texto com ênfase no trabalho pedagógico do Parque de la Memoria, Casa Nacional del Bicentenario e o Museo Etnográfico Juan B. Ambrosetti. Nesta aproximação, foi possível perceber a importância da pergunta no processo de mediação; a pergunta que convida a olhar mais de perto, interpela, desafia e instiga o diálogo. Portanto, Freire

é a inspiração para esta reflexão, assumindo que todo conhecimento começa com a pergunta ou a necessária curiosidade que produz a busca.

Palavras- chave: Mediação; Pergunta; Museus; Educação.

ABSTRACT

This reflection has as its theme mediations in memory institutions. It proposes to discuss three experiences identified in the city of Buenos Aires during the year 2015, in an intense work of accompanying schools in spaces of memories in this city that congregates so many museums. What assumptions do they make regarding the school public? Grants to students a listening place only? How can the question be the basis for participation or the transmission of ideas and values? Trata-se de questões que estruturam as reflexões tecidas neste texto com ênfase no trabalho pedagógico do Parque de la Memoria, Casa Nacional del Bicentenario e o Museo Etnográfico Juan B. Ambrosetti. In this approach, it was possible to perceive the importance of the question in the process of mediation; the question that invites us to look more closely, challenges, interpeles and instigates dialogue. Therefore, Freire is the inspiration for this reflection, assuming that all knowledge begins with the question or the necessary curiosity that produces the

search.

Keywords: Mediation; Question; Museums; Education.

1. INTRODUÇÃO

Escrever é um ato necessário para acomodar as ideias e provocar o aparecimento de outras. O registro escrito documenta dúvidas, sínteses, aprendizagens e ajuda a projetar novas aprendizagens. É também uma possibilidade de dialogar com as próprias representações ou compreender melhor as questões que se colocam cotidianamente na docência. Neste texto, pensei em escrever para compreender um pouco mais o que ocorre no museu quando alunos e professores percorrem suas salas e observam objetos, discutem ideias, respondem perguntas ou simplesmente ouvem os mediadores. O que pode um educador de museu? Que pressupostos assumem em relação ao público escolar quando realizam a mediação de uma forma e não de outra? Outorgam aos alunos um lugar de escuta somente? Reconhecem os saberes dos alunos durante a

mediação? O certo é que a concepção que temos da relação escola-museu define o como e por que planejamos a educação ou as mediações tal como são.

Tais inquietações estão situadas em um tempo (2015) e um espaço (museus de Buenos Aires) derivadas de um estágio na Universidade de Buenos Aires para conhecer as propostas educativas de alguns museus, destinadas ao público escolar. Com o "olhar estrangeiro", caderno de campo e muita curiosidade percorri museus e espaços de memórias tentando acompanhar as escolas durante as visitas. Este movimento provocou-me a necessidade de escrever para pensar sobre o encontro da escola com o museu. Tal questão é preocupação desde o lugar de professora da disciplina de Estágio de Docência em História III – Educação Patrimonial, do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Brasil, que ocorre em museus e arquivos.

Dos muitos espaços observados, três experiências de mediação provocaram-me um exercício de pensamento que me conduziu aos escritos de Paulo Freire, considerando o propósito dos mediadores, instituindo a

pergunta como fundamento da mediação. Estudei Paulo Freire nos tempos em que atuei como professora no Curso de Magistério em Santo Antônio da Patrulha e, mais tarde, também no Mestrado em Educação na UFRGS e hoje recorro, em especial, aos seus anúncios em *À sombra desta mangueira* onde escreveu sobre a necessária curiosidade que alimenta a vontade de saber mais e o diálogo como forma de aproximar os homens entre si e do mundo. Eis a importância da pergunta, aquela que convida a olhar mais de perto, interpela e desafia, instiga a curiosidade e possibilita o diálogo. Freire defende a ideia de que se deve aprender a perguntar por que todo conhecimento começa com a pergunta ou a necessária curiosidade que produz a busca.

As instituições de memória observadas e apresentadas nestes escritos são o *Parque de La Memoria* - **convida** os alunos a olhar obras de arte para refletir sobre ditadura e direitos humanos. A *Casa Nacional del Bicentenario* - propõe aos alunos olhar a exposição AMOR instigados por uma mediação que **interpela** o tempo todo. O *Museu etnográfico* - **desafia** os alunos a armar uma caravana para

refletir sobre a vida dos povos andinos. O que une as três propostas de mediação é a pedagogia da pergunta. Portanto, nas três instituições, por caminhos diferentes, o pressuposto é a mediação participativa que institui o diálogo como possibilidade para a educação nestes espaços.

As reflexões e informações apresentadas neste texto foram construídas a partir de observações de mediações com o público escolar, a análise do catálogo da exposição Amor, catálogo do Parque de la Memoria, sites das instituições observadas e conversas com os mediadores das três instituições.

O Parque de la Memoria é uma área de 14 hectares, situado nas margens do Rio da Prata entre a Avenida Rafael Obligado, o rio e a Cidade Universitária da UBA. É um espaço para recordar e homenagear as pessoas desaparecidas durante a ditadura na Argentina, ocorrida de 1976 a 1983. Foi uma iniciativa da Legislatura e do Governo da Cidade de Buenos Aires e representantes de organismos de Direitos Humanos que propuseram a localização junto ao Rio da Prata, símbolo da desaparecimento de muitas

personas através dos *vuelos de la muerte*.

Criado em 1998 por Lei, teve em 2001 a praça de acesso inaugurada e em 2007 o Monumento as Vítimas do Terrorismo de Estado, formado por 30.000 placas de pedra que simbolizam uma consigna referente às vítimas entre o período de 1969 a 1983. Atualmente o Parque conta também com uma sala PAYS – sigla da consigna “Presentes, Ahora y Siempre” – de exposição e eventos para o debate do terrorismo de Estado. Esta sala é também a sede do Centro de Documentación y Archivo Digital, uma base de dados com informações sobre a vida e as circunstâncias de desaparecimento das pessoas que tem seu nome inscrito no Monumento¹. O site² do Parque apresenta atividades educativas envolvendo as obras de arte em exposição permanente no parque.

A Casa Nacional del Bicentenario foi criada como marco das comemorações dos 200 anos da Revolução de Maio. Oferece, em seus quatro andares, exposições temáticas, oficinas educativas, conferências, seminários e ciclos de cinema, música e poesia em torno de temas da história argentina. Está localizada em dois

edifícios em estilo neoclássico francês construídos em 1913 na rua Riobamba, 985 da cidade de Buenos Aires. Com uma superfície total de 3.000 m², os edifícios foram, inicialmente, utilizados pela empresa de Obras Sanitárias da Nação como moradia para as pessoas da empresa. Em 2006, durante a presidência de Néstor Carlos Kirchner, começaram as obras de remodelação para abrigar a Casa Nacional del Bicentenario. No pátio foi concebido um espaço onde esse realizam projeções e atuações ao vivo.

A Casa conta ainda com um Arquivo digital, livraria, sala de leitura e a Área Educativa que oferece um programa para escolas e público em geral com visitas orientadas e atividades. Para cada exposição há um conjunto de atividades destinadas as crianças, jovens e adultos e são postadas no Blog³ que também contem orientações para antes da visita - "Planificá tu visita", situando os eixos temáticos da exposição – e para depois da visita, indicando situações ou temas para continuar trabalhando a exposição em aula.

O Museo Etnográfico Juan B. Ambrosetti foi criado no âmbito da disciplina de Arqueologia Argentina na

Faculdade de Filosofia e Letras, onde era professor Juan Bautista Ambrosetti, que em 1904 solicita à faculdade o financiamento de uma expedição arqueológica ao Noroeste argentino. Estes foram os primeiros passos para o que viria a ser mais tarde o Museu. Em 1905 Juan Ambrosetti será nomeado primeiro diretor do museu e dá continuidade as expedições anuais com a participação dos alunos, constituindo, portanto, uma instância de ensino. Neste sentido, o Museu Etnográfico nasce educativo, pois para este professor (Juan Ambrosetti) a Arqueologia necessitava ser ensinada a partir do contato dos alunos com os objetos. Em 1927 ele já tinha reunido tantos objetos através de doações, compras e investigações com seus alunos que tornou necessário um novo espaço para o museu. Neste mesmo ano, o museu passa a ocupar o prédio atual.

Em 2015, conta com uma área de extensão educativa criativa que desafia os alunos com situações de aprendizagem que possibilitam interpretar as coleções e as exposições em suas abordagens antropológicas e históricas. As oficinas tem o propósito de revisar as representações sociais

sobre os povos originários, assim como alguns conceitos antropológicos presentes no currículo da escola e da universidade. A área oferece atividades educativas para alunos das escolas e para professores em formação na universidade. O site⁴ do Museu Etnográfico descreve as atividades oferecidas pela área de extensão educativa.

É o principal museu de antropologia da Cidade de Buenos Aires com um acervo de objetos que representam sociedades de diferentes partes do mundo, com destaque para as coleções do Noroeste argentino, Patagônia, cerâmica pré-colombiana andina, coleções etnográficas do Chaco, entalhes de África e Oceania e objetos de culto de diversas religiões. E, continua sendo um centro de investigação, enquanto Instituto de da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires e, também sede de vários grupos de pesquisa e do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas da UBA.

O acompanhamento de mediações nestas três instituições ocorreu a partir da autorização da direção da instituição, dos mediadores

e dos professores que acompanhavam as turmas. O primeiro contato foi realizado por e-mail com agendamento de um horário para apresentar os propósitos de meu estudo, solicitar autorização para observar as mediações e obter informações sobre o cronograma de visitas. Neste primeiro contato foi importante a carta de apresentação assinada pela professora Silvia Finocchio que, de certa forma, oficializava a minha presença como parte de um intercâmbio da Universidade de Buenos Aires e Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na sequência, passei a frequentar as instituições, seja para observar as mediações ou participar das atividades culturais. Ao observar os alunos e acompanhar o trabalho do mediador, apesar da ânsia de tudo anotar, detalhadamente, no diário de campo, quase não consegui registrar literalmente as falas dos alunos e, por isso, não as apresento aqui em espanhol. Optei em apresentar, também em português, o que registrei da fala dos mediadores.

Em relação aos depoimentos dos mediadores apresentados mais ao final deste texto, cabe destacar a importância de reconhecer as falas dos

componentes como representativas de um contexto social maior, por um lado, e o estabelecimento de conexões das mesmas com as ações desenvolvidas, por outro lado. Após observação de algumas mediações, estabeleci contato com os responsáveis que optaram em escrever-me sobre sua atuação como educadores em museus. Somente um decidiu conversar e narrar sua atuação e pressupostos na execução da mediação. Não houve gravação dos depoimentos e sim anotações das conversas que tivemos na própria instituição.

Logo após as observações, procurei escrever sobre impressões, recorrências, consensos e dissensos tentando recompor elementos centrais das falas no processo da mediação. É importante observar que não se trata de fazer uma análise de conteúdo, nem linguístico, nem psicanalítico, mas sim de refletir sobre observações para compreender um pouco mais a relação museu-escola. Para isso, é fundamental pensar também no que não é dito, mas aparece na prática observada.

Na sequência do texto, um breve relato de mediações nas três instituições, fruto de registros em caderno de campo durante os meses de

junho a setembro de 2015 para, então, ampliar as reflexões sobre as mediações que tomam o diálogo como pressuposto educativo.

2. NOTA I – PARQUE DE LA MEMÓRIA: A ARTE CONVIDA A LEMBRAR

Era uma tarde de outono em Buenos Aires onde o sol forte não tinha pressa em se esconder. Refletia no rio que formava o cenário para a recordação, a homenagem, o testemunho e a reflexão a respeito de um tema que mobiliza a sociedade argentina: os 30 mil desaparecidos durante a ditadura (1976-1983). Logo, os estudantes de uma escola pública chegavam ao parque com seus celulares fotografando e já observando a obra que ficava próxima a entrada do parque. Trata-se de uma obra de Roberto Aizenberg que lembra os filhos de sua companheira sequestrados em 1976.⁵ As três figuras olhando o rio são puro vazio e convidam o visitante a pensar sobre as histórias de vida dos desaparecidos que estão presentes na memória. “Siluetas vazias... mas a cabeça não”, conclui um aluno; outro

complementa: “desaparecidos e presentes em nossa memória”.



Sin título/ Roberto Aizenberg - 2003 (obra realizada a partir de un boceto del artista)
Bronce laminado - Parque de la Memoria.

Logo o mediador se aproxima, solicita que os alunos se apresentem e lança um turbilhão de perguntas: O que é este espaço? Um museu? Um monumento? Um parque de diversão? Porque próximo ao rio? Por que é um semicírculo? Quando falamos de monumento às vítimas do terror de Estado, estamos falando de que? E as perguntas seguem com respostas que, às vezes, eram novas perguntas. Neste caso o próprio espaço é mobilizador por si, mas as perguntas do mediador são essencial e faz do espaço ainda mais educativo. O diálogo se anuncia como uma troca de informações, dúvidas,

curiosidades e saberes para anunciar que o Estado exerceu uma política de terror com a população no período da ditadura (1976-1983). O Parque – um semicírculo rodeado pelo rio - foi criado para propor este diálogo com a sociedade a respeito do terrorismo coordenado pelo Estado. É um espaço de memória que não foi um centro de detenção, mas está junto ao Rio da Prata, lugar onde muitos corpos foram jogados, como estratégia para fazer desaparecer.

O mediador convida os alunos a observar a obra *carteles de la memoria* do Grupo de Arte Callejero (GAC). Trata-se de 54 placas semelhantes aquelas usadas para sinalização do trânsito distribuídas no semicírculo que forma o parque e começaram a ser feitas em fevereiro de 1998, indicando os domicílios dos torturadores, como forma de denúncia da impunidade. Após o tempo de observação dos *carteles*, o mediador apresenta novas perguntas aos alunos alimentando uma conversa bastante instigante: Quais *carteles* chamaram atenção? Quais falam de proibição? O que proíbem? Por que ocorreram as ditaduras na América do Sul? Como chegamos a uma ditadura? Que pistas têm os *carteles* sobre a

participação dos Estados Unidos? Perguntas, respostas, comentários, informações, novas perguntas alimentavam um diálogo em que a arte era a linguagem possível para contar o que tinha ocorrido na Argentina durante a ditadura e que não se tratava de um acontecimento específico deste país. Ao acompanhar as indagações, os alunos buscavam respostas, levantavam hipóteses e construía lógicas explicativas para o sofrimento: *Eu também aprendi com a visita no Centro de Detenção, aquele lugar tem o vazio que faz a gente sentir o sofrimento. Não consigo compreender por que isso foi feito com as pessoas. Por que a Igreja participou? E hoje ainda existe muito sofrimento nas famílias que não sabem onde estão seus parentes. Por isso as avós da Praça de Maio são importantes para a Argentina.* A observação do diálogo permitiu perceber o esforço dos alunos para compreender o terrorismo de Estado seguindo as pistas que as obras sugeriam. Ao mesmo tempo o mediador historicizava a obra: em que momento foi construída? Por que? Como? Aos poucos os alunos compreendiam o estilo do Grupo de Arte Callejero, usando placas de sinalização como uma marca comum no espaço da

cidade que permitia o acesso à informação pelo maior número de pessoas.

A próxima parada foi o Monumento a las Víctimas del Terrorismo de Estado onde estão os nomes dos desaparecidos e ou assassinados pela ação do estado no período de 1969-1983. Os alunos percorriam o monumento, tocavam, observavam a relação dos nomes e, logo, comentavam as informações indicadas ao lado dos nomes: ano de desaparecimento, idade e a indicação das mulheres que estavam grávidas. Novas perguntas são apresentadas pelo mediador: O que se vê no monumento? O que não se vê? Por que existem placas sem nomes? Por que é um monumento em construção? Como tem sido possível saber todas essas informações? Qual a relação deste monumento com as Abuelas de Plaza de Mayo? O diálogo é, assim, construído de forma que os alunos compreendam que a relação dos nomes é ampliada a cada ano, a partir de pesquisas, denúncias e os juris que vem sendo realizados para punir crimes contra a humanidade. E, mais uma vez, fica evidente que os alunos chegam ao Parque sabendo sobre a última ditadura na Argentina,

sendo possível pensar a importância da Ley Federal de Educación 24195/93 que incorporou conteúdos da história recente⁶ nos programas curriculares de História e Ciências Sociais.

Outras obras, mais observações, tempo de conversas entre os alunos, novas perguntas. A dinâmica segue com ênfase na pedagogia da pergunta convidando os alunos para um diálogo que tenta refletir sobre a ausência, o sofrimento ou a indiferença do presente e, assim, imaginar um futuro com menos violência. Ao mesmo tempo, o mediador propõe que os alunos pensem nos direitos que são negados atualmente e as situações cotidianas que dão visibilidade para novas formas de discriminações.

Segundo o mediador, cada escultura do Parque permite indagar sobre distintos temas em diálogo com o presente. Por exemplo, discutir os Centros Clandestinos e o que ocorre hoje nestes espaços ou a luta das famílias que buscam seus parentes desaparecidos. Outro conceito trabalhado é o de memória coletiva enfatizando as disputas, pois não falamos do ocorrido tal como se falava a 20 anos atrás. A memória como algo dinâmico que está sempre mudando. E

discutem essa perspectiva com os alunos a partir do Monumento que segue sendo acrescido de novos nomes e dados. Ao mesmo tempo, o mediador relaciona o terrorismo com os fatos ocorridos nas escolas onde estudantes foram sequestrados, o que possibilita aos alunos compreenderem as placas colocadas, hoje, nas escolas indicando o nome dos estudantes desaparecidos durante a ditadura.

3. NOTA II – CASA NACIONAL DEL BICENTENARIO: O AMOR INTERPELA OS JOVENS

Era o dia 22 de maio de 2015 e uma turma de jovens alunos de uma escola pública da Cidade de Buenos Aires chegavam a Casa Nacional del Bicentenario para conhecer a exposição que discutia o amor em três aspectos: Eros (El amor como marea); Filia (El amor como puente); Agape (El amor sin orillas). A exposição AMOR fala de encontros, matrimônio, sedução, fronteiras, Pátria e indaga, de diferentes formas, o amor.

A turma de jovens dividiam-se entre ouvir as perguntas e mirar o que a exposição apresentava sobre o amor.

Convidados a observar a seção *Amor e cozinha através da publicidade* com suas propagandas de época os alunos são interpelados por um conjunto de perguntas: Que relação existe entre o amor e a cozinha? De imediato respostas vão surgindo: *mulher, amor à comida, família, almoço no domingo...* Cada palavra gerava diferentes problematizações do grupo e do mediador.

No primeiro piso da exposição, diante de *Eros*, a mesma dinâmica: O que é o amor para vocês? Que coisas amam? O que lembra o amor? O amor é exclusivo? O amor é compromisso? Existe amor a primeira vista? As respostas dos alunos evidenciava que o amor lembrava mil coisas e que era algo difícil de explicar. Um aluno comentou que o amor era algo que chegava e passava sem controle. Em outro espaço, o mediador convidou-os a ler, ouvir, observar o que existia na sala e, após um tempo, questionou: Algum discurso os provoca mais? O que acham que falta? O que tem a ver amor e coração? Por que a exposição apresenta essas imagens de coração? Que reações o amor produz? Quando se está enamorado o que passa? Por que há imagens de cérebros na exposição?

As imagens de mulheres indicando distintas formas de sedução em diferentes tempos (tipo de roupa, a forma de usar o leque...) provocam novas perguntas do mediador: Como conquistamos os seres humanos? E os alunos foram elencando: regalos, palavras, risos... Hoje em dia onde se seduz? Quais os papéis do homem e da mulher na sedução? Hoje quem conquista quem? Na mesma direção um quadro de Antonio Berni⁷ direciona as perguntas para o matrimônio: Para vocês o que é o matrimônio? Em algum momento da vida de vocês pensaram em casar? Por que casar é natural? E os alunos comentam: *Tem pessoas que nunca se casaram. Podemos estar juntos e não casar* destaca outro aluno. A partir das frases dos alunos o mediador comenta a naturalização do matrimônio como representação do amor na esfera institucional, convertendo o vínculo amoroso em vínculo matrimonial.

Pode a lei expressar o amor, questiona o mediador? E, neste momento, convida os alunos a observar a linha do tempo que apresenta as mudanças no casamento: matrimônio na colônia, matrimônio e revolução, matrimônio secular, a luta pelo divórcio,

matrimônio igualitário e a reforma do código civil em 2014, na Argentina, que elimina a definição de matrimônio como união entre homens e mulheres e se define como união entre pessoas.

Outra parada do mediador é diante do quadro de San Martim: Conhecem? O que sabem de São Martim? E os alunos prontamente dizem: o senhor de la pátria, o libertador... De que amor ele falava quando dizia de amar a pátria? Como pensar a Pátria desde o amor? O que é a Pátria? Vocês amam a Pátria? (silêncio total entre os alunos). O que é que amam? O lugar em que viveram na infância? Os amigos? Um bairro? O mediador comenta o significado da pátria para São Martim que era diferente de hoje. Para ele pátria era a América e, por isso, sua luta para libertar os territórios do domínio espanhol. Por fim, os alunos são convidados a olhar as imagens desta sessão que falam de amor e pátria: a Plaza de Mayo como lugar de lutas e conflitos para construir a pátria, fotos de lutas de fronteiras, depoimentos e imagens de quem foi obrigado a deixar a Pátria – o exílio. E a emblemática obra de Daniel Ontiveros⁸ *Nosotros* (2012) e *Los otros* (2014), um convite a reflexão

sobre um país construído a partir da diversidade étnica e cultural de ontem com as correntes migratória europeias e hoje latino americanas.

4. NOTA III – MUSEU ETNOGRÁFICO: UM POVOADO DE 1000 ANOS DESAFIA AS CRIANÇAS

Era uma manhã de setembro de 2015 e uma turma de alunos com idade próxima a 11-12 anos, de uma escola pública de Belgrano, chega ao museu para vivenciar a atividade *Nós vamos de caravanas* que toma como referência a exposição *De la Puna al Chaco: una historia precolombina*. Trata da história social do noroeste argentino por volta de 1000 anos com ênfase nos intercâmbios entre as sociedades, revelando complexas formas de produção e organização. Ao mesmo tempo, focaliza problemáticas antropológicas que, de certa forma, revisitam as representações sociais dos povos originários.

Sentados no chão, os alunos observam imagens de diferentes paisagens que foram habitadas por povos que produziram os objetos com

os quais vão trabalhar na atividade. A cada imagem um conjunto de perguntas é apresentado pela mediadora para que os mesmos pensem sobre as diferenças entre os povos, as formas de trabalho, os tipos de alimentos, os animais encontrados, as trocas de produtos realizadas. O desafio é pensar a região antes da chegada dos espanhóis e compreender a Cordilheira dos Andes não como algo que separa, mas em movimento. A conversa se desenvolve a partir de um conjunto de perguntas: Como coordenar o trabalho de tantas pessoas? Havia um líder? Para que serviam as lhamas? Como era o trabalho de metalúrgicos, ceramistas e tecedores? O que pensam quando digo: vamos de caravana? Como pensar a mobilidade destes grupos? Onde podiam viajar os caravaneiros?

Na segunda parte da atividade, os alunos são convidados a se imaginar fazendo parte de um povoado das montanhas. Cada grupo recebe um livro com pistas para averiguar na sala os objetos relativos ao seu tipo de trabalho (ceramista, campesino, trabalhador de metal, caravaneiros, tecelagem...). Após o recorrido na sala de exposição

onde cada grupo tentava descobrir a quais objetos se referiam as pistas do caderno, a turma, novamente, se reúne para conversar sobre as descobertas. O que tinham que buscar? O que encontraram? Com que ferramentas trabalhavam cada grupo? Quem usava alguns destes objetos?

Na terceira parte cada grupo ganha uma caixa com as réplicas de objetos expostos na sala dos povos originários e devem discutir e eleger três para fazer parte da caravana, que a turma irá montar até o final da atividade. Necessitam definir critérios e razões para suas escolhas atendendo as necessidades de uma caravana que segue pelas montanhas: por que decidiram por estes objetos? Qual a importância de cada um destes objetos na caravana? O que vamos necessitar na viagem? Manipulando os objetos os alunos também percebiam a forma, o material, as dimensões e, assim, desenvolviam entre si um diálogo que os fazia pensar sobre suas escolhas. Nas mãos dos alunos os objetos “ganham vida”, despertavam a curiosidade, permitiam formular hipóteses, negociar escolhas e construir sentidos sobre temporalidades distantes. De certa forma, não é uma

visita ao museu, mas um encontro que possibilita compartilhar, conhecer, vivenciar modos de vida diferentes. A intenção parece ser que os alunos considerem o museu como um espaço para explorar, aprender e sentir-se bem.

Durante a atividade os alunos ampliaram informações sobre temas nem sempre aprofundados no currículo da escola, como aqueles relacionados a arqueologia, antropologia ou a história social entre outras. Ao mesmo tempo, os alunos entravam em contato direto com objetos podendo tocar, interrogar e trocar informações, próximo ao que chamaríamos de um laboratório onde vigora a busca por respostas, neste caso, sobre os povos originários, invisibilizados na história. Ao mesmo tempo, a atividade rompe com a mera escuta da fala do mediador ou a tarefa de copiar legendas. Ocorre, sim, outra relação com os bens culturais pondo em evidência uma dimensão sensível de conhecer modos de vida de outros tempos.

5. NOTA IV – NÓS, TRAMAS E LAÇOS... (CONCLUSÕES PROVISÓRIAS)

As três experiências de mediação ocorridas em instituições muito diferentes entre si tem em comum a pergunta como princípio educativo. Ao mesmo tempo, potencializam aquilo que Ulpiano Bezerra de Meneses (2010) destaca como a percepção sensorial que se projeta como um dos usos prioritários que podem ser assumidos por um museu. Neste caso, essas instituições criam espaço para a palavra dos alunos e as tomam como referência no rumo da atividade ou da visita.

A pergunta, no âmbito dos museus, é uma possibilidade para que o aluno se sinta parte da reflexão empreendida a partir da exposição. A pergunta é um convite à participação e permite que múltiplas vozes sejam ouvidas durante a atividade proposta pela instituição. Ao mesmo tempo, o exercício da pergunta tem o propósito de fazê-los continuar formulando perguntas após a visita. Cabe pensar, então, que tipo de questões provoca tal exercício de pensamento, considerando que há diferentes formas de se fazer perguntas. Algumas já pressupõem a resposta, outras parecem ter uma só resposta e há aquelas que convidam a imaginação⁹.

Nas mediações, brevemente descritas acima, as perguntas possibilitam que os alunos observem os objetos a partir de suas experiências (compreensão em relação ao amor, a outros modos de vida, violência ...); dos conhecimentos escolares (a repressão e a resistência no período da ditadura argentina, os modos de vida de povos andinos antes da chegada dos espanhóis e as lutas de San Martin) e resulta em algo que poderíamos denominar aqui de encontro com o museu. É mais do que uma visita se lembrarmos de que a palavra visita contém, também, o sentido histórico da visita régia, às vezes incômoda e perigosa; sempre com funções de supervisionar.

Ao convidar o aluno ao diálogo, instituindo a pergunta como dimensão da atividade, a instituição assume determinados pressupostos:

- o aluno é portador de um saber e encontra espaço para explicitar os sentidos atribuídos ao que vê nas exposições.
- o museu é um foro de ideias sobre a forma como olhamos os objetos, porque não olhamos da mesma forma quando estes mesmos objetos são parte da vida prática. Como diz Ulpiano um relógio

não está no museu para marcar a hora e não vamos a museu para ver se os objetos funcionam. Estão ali com a função de evocar memórias.

- a exposição é um campo aberto porque os sentidos são construídos e, assim, mais do que ver objetos temos a possibilidade de construir ideias. Um objeto não é só a sua forma, cor, materiais e, sim, cultura.

- a mediação é um encontro de saberes e sentidos, pessoas e instituições onde o educador do museu não é o único que tem conhecimentos autorizados.

Os depoimentos dos mediadores das três instituições observadas evidenciam, também, a pergunta como princípio do trabalho com as escolas:

Como integrante del Área Educativa de la Casa Nacional del Bicentenario, pienso mi actividad partiendo del supuesto de que los/as visitantes que recibo no son sujetos pasivos, más bien todo lo contrario. Pero como no conozco al grupo que nos visita ni ellos/as me conocen a mí, la dinámica que planteo debe ser expuesta de forma manifiesta cada vez que inicio una nueva visita guiada. En cada comienzo del recorrido/actividad, hago una breve presentación personal, introduzco el espacio e invito directamente a los/as visitantes a comentar el porqué de su visita, si conocían o no el espacio, cuáles son sus expectativas respecto de su visita, etc. De esta forma busco empezar a generar el clima participativo que a mí me interesa.

En la medida de lo posible, intento incorporar el humor para dar a entender a los/as visitantes que se encuentran en un espacio amigable en el cual pueden sentirse a gusto. Esto lo hago porque, en mi opinión, existe una mirada muy generalizada que supone a los museos y espacios culturales como lugares fríos, serios y distantes. Instituciones a las que uno acude en calidad de "público espectador".

También persigo, en mi rol de mediador entre las diferentes exposiciones y los/as visitantes, incorporar actividades para volver más dinámicas y participativas las visitas. (Mediador na Casa Nacional del Bicentenario)

Antes que nada, entiendo que mi tarea en el museo es una tarea política. Creo que todos los objetos que guarda, tienen sentido en tanto y cuanto nos permitan conocer a las personas que están detrás de ellos: sus preocupaciones, sus deseos, sus relaciones con otros, sus formas de entender el mundo. Se trata también de encontrar en la vida de estos actores del pasado elementos que permitan pensar las problemáticas de nuestro presente. Particularmente, al inscribirse mi tarea en un museo de Antropología, la responsabilidad es aún mayor, porque cada vez que asumo una visita abordo un patrimonio que es fruto de la expansión colonialista. Al estar emplazado en pleno centro histórico de la ciudad, sus visitantes son generalmente estudiantes porteños o extranjeros que entienden el patrimonio que resguarda como el patrimonio de un otro (exótico, ajeno, lejano y, en algunos casos, "atrasado") o, en el lado opuesto, como el patrimonio de "nuestras raíces" (sin atender a las diferencias entre los distintos pueblos originarios, ni a su historicidad, ni a su existencia en el presente y, muchas veces, reproduciendo la imagen de "pobres

víctimas" descontextualizada que les quita agencia social).

Si partimos de la base de que el modo en que abordamos el pasado de los pueblos originarios repercute en el lugar que tienen en el presente, dar cuenta de su complejidad, de su historia y superar los estereotipos que se construyeron -y aún se construyen- sobre ellos, es el principal desafío de mi tarea.

En este sentido, creo que la tarea de mediación en un museo de Ciencias Sociales debe proponerse como meta mucho más que generar una experiencia memorable en los visitantes, sino también aportar en la construcción de conocimiento, apuntar a la reflexión crítica, señalando no sólo lo que somos, sino también las posibilidades de aquello que podemos ser. Y para eso es necesaria una formación sólida de los guías en temas disciplinares pero también en pedagogía.

En las visitas que asumo, el primer objetivo siempre es provocar una ruptura epistemológica, un quiebre, instalar una pregunta que permita romper o trabajar con algunas(s) representación(es) que traen los visitantes. Podríamos pensar que esa ruptura se incita a partir de dos caminos que generalmente son complementarios. Uno es el diálogo, entendido como un espacio de intercambio entre el guía y los visitantes, que se vinculan como pares con conocimientos distintos. En este sentido, la(s) pregunta(s) van orientadas no tanto a indagar en lo que los visitantes saben, sino en lo que piensan acerca de un tema o de un objeto. Se trata de invitarlos a crear sus propias hipótesis, a hacer sus interpretaciones, de acuerdo a su bagaje cultural, y compartirlas con otros. El guía parte de allí para ir construyendo junto con los visitantes saberes nuevos y/o revisar los existentes.

Otro de los caminos es el juego. La instancia del juego ofrece libertad,

es una instancia descontracturada que sirve muchas veces para romper el hielo y, a la vez, para hacer aparecer el conjunto de ideas que traen los visitantes y trabajar con ellas. En el juego tomamos decisiones de acuerdo a nuestros valores y creencias, nos vinculamos con otros mediante la escucha y la mirada atenta, y presentamos las situaciones como problemas a resolver con otros. En el juego el guía funciona como un mediador, moderando con preguntas, "pinchando" a los visitantes y proponiendo situaciones problemáticas para ir profundizando en el trabajo conceptual. (Mediador do Museu Etnográfico)

As palavras acima evidenciam a importância do mediador como aquele que realiza a comunicação da instituição com o aluno, do aluno com os objetos, dos objetos com o argumento da exposição, da exposição com as hipóteses dos alunos. Institui a pergunta e cria, portanto, as condições para o diálogo. Os pressupostos que sustentam a atuação destes mediadores apontam para uma percepção do público escolar ou do visitante como alguém que tem o que dizer. Interessa ao educador/mediador saber o que pensa o seu interlocutor e dialogar com suas percepções, problematizar representações construídas, encontrar na vida das pessoas do passado elementos que permitam pensar as problemáticas do

presente e, assim, propor novas aprendizagens. Tarefa difícil, mas necessária para organizar as mediações na forma de perguntas. Ao incentivar que os alunos falem sobre os objetos, o mediador amplia as possibilidades de conexão entre este público e os objetos e, possivelmente, estes já não serão tão anônimos para os alunos, afinal a aprendizagem não acontece somente observando as coisas. A pergunta é o pressuposto da mediação e permite que o aluno assuma um lugar ativo nos espaços de memória em um exercício de interpretação e construção de hipóteses embasadas em seus conhecimentos.

Utilizando a ferramenta *Nuvem de Palavras*¹⁰ para ampliar a compreensão das respostas dos mediadores percebe-se que nos dois depoimentos, a palavra com maior destaque é visitante. Ou seja, na construção do argumento de cada um dos mediadores a palavra visitante é amplamente citada, indicando o foco de suas preocupações. Em uma mediação participativa, cuja pergunta é a estratégia para estabelecer o diálogo, certamente a comunicação é um dos pilares do trabalho destas instituições. Não são concebidos como visitantes

espectadores e, sim, como pessoas que com sua compreensão constrói o que lhes é apresentado. A mediação, nesta perspectiva, é uma possibilidade para que os alunos ou os visitantes se envolvam em uma conversa sobre coisas escolhidas como patrimônio. Por sua parte, Alderoqui (2012, p.36) ao referir-se aos visitantes, anuncia "Cada vez que recorren la exposición pasan a ser ellos mismos, con sus experiencias y relatos, patrimonio de la exposición."

A pergunta como princípio da mediação reafirma o museu como arena de conflito ou campo de tradição e contradição para lembrar as palavras de Mario Chagas (2006) e não mais o espaço estático que preserva coisas de outros tempos. Preservar e expor são o fundamento dos museus, mas não sustenta sua existência. Sua mensagem atualmente é, cada vez mais, centrada na trama entre as histórias que conta e as experiências de seus visitantes. Falar de trama é tentar romper com a dicotomia: ou preservar, estudar e expor os objetos ou concentrar o foco do trabalho no visitante. A trama possibilita pensar estas dimensões juntas, sem hierarquia, pois para fazer boas perguntas tanto na mediação

como nos textos das exposições é necessário pesquisa e muito estudo.

A dimensão política dos museus, destacada pelo mediador do Museu Etnográfico, lembra as palavras de Ulpiano Menezes (2010) quando aponta os museus como um ambiente para propor indagações e novas perspectivas de compreender o mundo. Por isso, o autor nos desafia a pensar a acessibilidade aos museus, tanto no sentido físico, como no cultural. Em outros termos, assegurar que o público entenda a linguagem expositiva, revelando as estratégias da própria exposição no duplo sentido expor/mostrar e interrogar. Reside aí o caráter político dos museus, enquanto espaços que ampliam a capacidade de reflexão sobre a vida e promovem, mais do que a “preservação”, o debate sobre as memórias colocadas em evidência nas exposições.

Outra reflexão a ser destacada diz respeito ao depoimento¹¹ do mediador do Parque de la Memoria, destacando que o trabalho da equipe educativa com as escolas envolve três objetivos: recuperar a história do terrorismo de Estado, discutir a história do Parque a partir da ideia de pessoa desaparecida e pensar a sociedade de

hoje. Trata-se de um esforço reflexivo para que jovens que nasceram na democracia reflitam sobre o que ocorreu nos anos 70 na Argentina relacionando com os direitos na sociedade atual. Segundo o mediador: *o que fazemos é perguntar para que os alunos nos contem o que percebem nas esculturas. A partir do que dizem vamos apresentando os conceitos que queremos trabalhar.* Segundo o mediador as perguntas dos alunos indicam que eles têm conhecimento do tema da ditadura até porque existe uma política pública que propõe um desenho curricular com acento no ensino da história recente. Outro destaque do mediador é que *a escola que vem volta.* Em 2014 o Parque recebeu 20.000 estudantes e 500 escolas.

As três experiências apresentadas anunciam formas de operar com o patrimônio em que museus e instituições de memórias tornam-se espaços potentes de fruição, de debate e de conhecimento convidando os alunos a refletir sobre o passado e o presente. Tais reflexões tem relação com as palavras de Dujovne; Calvo; Staffora quando dizem:

Vamos al museo a mirar. Y a pensar.
Y a emocionarnos. A disfrutar. A

conocer. A hacernos preguntas. A hacer preguntas a otra gente. A interrogar los objetos. A cuestionar. A participar de actividades. A tomar contacto de muy diferentes maneras con un patrimonio que es nuestro. Pidámosles a los museos que nos permitan hacerlo de la manera más agradable y provechosa. (DUJOVNE; CALVO; STAFFORA, 2001, p.6)

As instituições em destaque, tomando a pergunta como orientações das mediações, potencializam sua função pedagógica, pois incentivam a multiplicidade de leituras dos objetos, permitem o contato dos alunos com o passado mediante a cultura material e incentivam o mesmo a construir sentidos para o que vê na exposição, o que requer estar atento ao que os alunos/visitantes dizem ou perguntam durante o percurso na exposição.

A pergunta é também uma estratégia que colabora para a interpretação da exposição pelo visitante, rompendo com os longos textos, escritos com vocabulário técnico e que, dificilmente, chamam a atenção dos visitantes ou alunos. Beverly Serrell¹² (1996), referindo-se aos textos das exposições discute a importância de se fazer boas perguntas que contribuem para mobilizar a atenção das pessoas. Trata-se das perguntas participativas, anunciadas por Nina Simon¹³ e que

podem também ampliar a compreensão sobre a mediação. Para ela as perguntas participativas são aquelas que:

Dan ganas de responderlas inmediatamente y motivan la expresión auténtica. Involucran, enganchan, atrapan. Apelan a la experiencia personal y no a la abstracción. Están abiertas a todos (minimizando inclinaciones culturales). Tienen muchas respuestas posibles (¿Qué pasaría si? En lugar de ¿Qué es tal cosa?). Producen respuestas que son interesantes de leer y generan a la vez nuevas respuestas. Algunos ejemplos serían: Frente a una fotografía de una quema de libros durante la última dictadura militar: ¿Un libro puede ser peligroso? Frente a una vitrina con objetos de inmigrantes: ¿En qué parte de tu ciudad te sentís extranjero? Frente a una rayuela dibujada en el piso: ¿Y ustedes a qué jugaban en los recreos?¹⁴

Nina Simon propõe, também, um elenco de questões sobre o que não seriam boas perguntas. Citando exemplos, esclarece a diferença entre uma pergunta que provoca, incentiva, interpela e faz irromper o exercício do pensamento criativo daquelas que “devem” ser feitas, são parte do currículo tradicional, são consenso, informam sobre coisas que consideramos importantes que os alunos aprendam, enfim as perguntas que não conseguem quebrar a rigidez

de alguns monólogos instituídos em salas (de exposições) e aulas (nas escolas). São:

Las que disfrazan información de una forma supuestamente amistosa. Por ejemplo: ¿Sabías que en 1932 las maestras firmaban un contrato en el que prometían no casarse? (Esta información puede transmitirse sin necesidad de hacer la pregunta)

Las que no surgen fácilmente del interés del visitante. Por ejemplo: ¿Por qué fracasó el sistema lancasteriano de educación a mediados del siglo XIX? (Estas preguntas se sienten como una imposición, el visitante podría responder: ¿a quién le interesa por qué?, ¡no lo sé!).

Las que implican una respuesta correcta conocida por el experto pero que no es visible para el visitante. Por ejemplo: ¿Cómo definirías la laicidad? (Estas preguntas hacen que el visitante se sienta en situación de examen.)

Las que se quedan solo en la descripción de lo que se ve: Por ejemplo, frente a una fotografía de un Jardín de Infantes de 1935: ¿De qué color son los guardapolvos de las maestras y los niños?

Las que son muy abstractas y complejas de responder en pocas palabras. Por ejemplo: ¿Qué es el aprendizaje para vos?

Las que obligan al visitante a hacer valoraciones superlativas. Por ejemplo: ¿Cuál es la mejor maestra que tuviste en tu vida?

Las que son demasiado generales. Por ejemplo: ¿Qué te parece la educación argentina?

Diante do exposto, acredita-se que a educação é um dos nós que trama museu e escola e por isso é tão

importante o movimento de diferentes instituições implementando um setor de difusão cultural e educativa que promove o diálogo com o “visitante”.

Desde os anos 90, esse debate tem se intensificado no Brasil com discussões que buscam redimensionar o entendimento sobre práticas educativas que ajudem a superar as hierarquizações de culturas, atreladas a certa concepção de História. É necessário aprofundar o debate de modo que o trabalho educativo se paute na reflexão e não na transmissão, pois a escola não leva seus alunos em uma exposição (ou não deveria) simplesmente para ouvir informações. O exercício do olhar pode ser ampliado com a pergunta participativa que interroga os cenários recriados, os objetos divinizados, os esquecimentos e o próprio observador, levando-o pensar sobre como e por que acredita naquilo em que acredita e, no fim das contas, reexaminar o que pensa do mundo. Não é este o diálogo anunciado por Freire? A construção conjunta do ato de conhecer e re-conhecer o objeto de estudo em um movimento que requer aproximação, encontro, interação, escuta, sensibilidade e conhecimento do mundo, do outro e das coisas que se

ensina. Eis o que nos espera no encontro museu-escola!

Outra dimensão da aproximação com Freire é a possibilidade de pensar a educação em museus como prática política. Ler criticamente o mundo é um fazer político pedagógico ou como dizia Freire, não há prática social mais

política do que a prática educativa. E essa educação não se limita ao âmbito das instituições educativas, expandindo-se aos contextos sociais, políticos, epistêmicos e existenciais.

¹ Mais informações sobre o projeto de construção do Parque em: VECCHIOLI, Virginia 2014.

² <http://www.parquedelamemoria.org.ar/> e <https://www.facebook.com/ParquedelaMemoria>

³ <http://casabicentenarioeducacion.blogspot.com.ar/>

⁴ <http://museo.filo.uba.ar/instituciones-educativas-0>

⁵ Sua companheira era a jornalista e militante Matilde Herrera e seus três filhos (de outro casamento) Valeria, José e Martín, também militantes políticos, vítimas da ditadura argentina. Em 1976 Martín e a sua esposa grávida foram sequestrados. Em maio de 1977, sequestraram a Valeria também grávida e seu companheiro e a Tania, de 1 ano. Dias depois levaram José e a sua mulher, com o bebê chamado Antonio. Tania e Antonio foram recuperados e, hoje, os avós da Praça de Maio ainda buscam dois netos desta família que nasceram nos centros clandestinos de detenção. AUGUSTOWSKY, Gabriela. *Memoria, arte y derechos humanos*.

⁶ Sobre a história recente Maria Paula Gonzalez (2011, p.207) diz que: "Para el ámbito que me ocupa, historia reciente alude también a un contenido escolar atravesado por la mencionada polisemia: en efecto en la escuela aparecen y se entremezclan referencias diversas y, de manera análoga a la historiografía, resultan claves los desafíos que comporta. Por mi parte, cuando aquí hablo de historia argentina reciente aludo a las décadas del '70 y '80, vale decir, los años de mayor violencia política y terrorismo estatal, centrándome en la última dictadura y sus años previos".

⁷ Wedding cake, 1978.

⁸ Utiliza espelhos quebrados para montar a palavra nosotros e los otros intentando falar da identidade em pequenos fragmentos.

⁹ O Museo de las escuelas de Buenos Aires coloca em prática este tipo de pergunta durante as visitas: Qué sonidos habría en esta aula con mil alumnos? Si pudieran cambiar el color de los guardapolvos, de qué color los harían? Cómo diseñarían bancos para pensar? Cómo se habrá sentido Alicia cuando la maestra la corrigió delante de sus compañeros? (PUGLIESE, Mercedes. 2012)

¹⁰ Trata-se de uma ferramenta que destaca, pelo tamanho, as palavras que aparecem com mais frequência no texto fonte. No endereço <http://www.wordle.net/create> acesse a ferramenta

¹¹ Tratou-se de uma entrevista com um roteiro de perguntas, sem que fosse possível a sua gravação, cujos registros realizados fundamentam os comentários aqui apresentados

¹² SERRELL, Beverly. Exhibit Labels: An Interpretive Approach. Published by AltaMira Press, 1996. Tradução realizada por Dina A. Fisman e publicado em: http://www.serrellassociates.org/pdf/exhibitlabels_esp.pdf

¹³ Blog de Nina Simon "museum 2.0" publicada em: CIRCULO DE LECTURA 04/11/2014 "Preguntas para la participación" disponível em: <https://www.facebook.com/notes/museo-de-las-escuelas/edmus-circulo-de-lectura-08072013-la-participaci%C3%B3n-en-los-museos/653029421374862>

¹⁴CIRCULO DE LECTURA 04/11/2014 "Preguntas para la participación" disponível em: <https://www.facebook.com/notes/museo-de-las-escuelas/edmus-circulo-de-lectura-08072013-la-participaci%C3%B3n-en-los-museos/653029421374862>

REFERÊNCIAS

ALDEROQUI, Silvia. Curadoría educativa. In: ALDEROQUI, Silvia; LINARES, María Cristina; FISMAN, Dina; PEDERSOLI, Constanza; PUGLIESE, Mercedes; HOLSTEIN, Adriana; PAZ, Silvia, GALINDON, Graciela; BETELU, Marcela; CARIDE, Josefina. Los visitantes como patrimonio: el museo de las escuelas. 2012.

CHAGAS, Mario. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó, SP: Argos, 2006, 135p.

DUJOVNE, Marta; CALVO, Silvia e STAFFORA, Veronica. Ir al Museo. Notas para docentes. Ministerio de Educación de Nación. Buenos Aires. 2001.

FREIRE, P. FAUNDEZ, A. Por uma pedagogia da pergunta. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GONZALEZ, Maria Paula. La enseñanza de la historia argentina en la escuela secundaria. Una aproximación a los recortes temáticos de los docentes en torno a la última dictadura. Reseñas de enseñanza de la historia, 9, 2011, 205-236.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O Museu e a Questão do Conhecimento. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado; RAMOS, Francisco Régis Lopes (Org.). Futuro do Pretérito: escrita da história e história do museu. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar/Expressão Gráfica Editora, 2010. P. 13-33.

SERRELL, Beverly. Exhibit Labels: An Interpretive Approach. Published by AltaMira Press, 1996. Disponível em: http://www.serrellassociates.org/pdf/exhibitlabels_esp.pdf.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O museu e a questão do conhecimento. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado; RAMOS, Francisco Régis Lopes (Org.) Futuro do pretérito: escrita da história e história do museu. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2010.

VECCHIOLI, Virginia. La monumentalización de la ciudad: los sitios de memoria como espacios de intervención experta de los hacedores de ciudad. Revista Estudios Sociales Contemporáneos, Nº 10, Mendoza - Julio 2014. IMESC-IDEHESI.

Sites:

<http://museodelasescuelas.blogspot.com.br>

Artículos en el blog de Nina Simon:

<http://museumtwo.blogspot.com.ar/2010/02/simple-technique-for-writing-better.html>

<https://www.facebook.com/notes/museo-de-las-escuelas/edmus-circulo-de-lectura-08072013-la-participaci%C3%B3n-en-los-museos/653029421374862>

O QUEBRA-QUEBRA DE 1987: APONTAMENTOS SOBRE CLASSES POPULARES E CULTURA POLÍTICA NO RIO DE JANEIRO

*THE RIOTS OF 1987 BY THE INCREASE
IN BUS FARES: NOTES ON POPULAR
CLASSES AND POLITICAL CULTURE IN
RIO DE JANEIRO*

Charleston José de Sousa Assis¹

RESUMO

Em 30 de junho de 1987, milhares de pessoas participaram de uma revolta popular no Centro da cidade do Rio de Janeiro, cujo estopim foi um aumento das tarifas de ônibus. Durante cerca de oito horas foram depredados mais de 100 ônibus, entre vários outros alvos. De acordo com E. P. Thompson, o anormal pode nos auxiliar a desvendar as normas do cotidiano, por esta razão este artigo parte daquele protesto para investigar a cultura política do carioca no período da transição da ditadura para a democracia, que teve como marcos fundamentais a Campanha Diretas Já, os eventos envolvendo a eleição e morte de Tancredo Neves e o sucesso efêmero do Plano Cruzado. Aos registros produzidos na cobertura daquele protesto serão cotejadas às falas de outros populares presentes em cartas encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte e em produtos culturais. No referido período, assistiu-se

ao surgimento de uma unidade comum entre os setores populares e os médios empobrecidos em torno de valores como democracia, soberania popular e justiça social, derivados de experiências comuns tanto no campo material quanto no simbólico e vivenciadas, pelo menos, desde meados dos anos 1970, quando da reorganização popular contra a ditadura. A julgar pelas evidências, os manifestantes de 30 de junho de 1987 foram resultado da cultura política surgida tanto do efeito pedagógico daqueles eventos quanto das inúmeras frustrações reiteradamente experimentadas pela sociedade em função dos arbítrios da ditadura.

Palavras-chave: classes populares; cultura política; democracia; protesto.

ABSTRACT

On June 30, 1987, thousands of people participated in a popular revolt in the downtown area of Rio de Janeiro, which triggered an increase in bus fares. For about eight hours, more than 100 buses were depredated, among several other targets. According to E.P. Thompson, the abnormal can help us to unravel the norms of daily life, for this reason this article starts from that protest to investigate the political culture of the Carioca in the period of transition from dictatorship to democracy, which had as fundamental milestones the Campaign Diretas Já, the

events involving the election and death of Tancredo Neves and the ephemeral success of the Cruzado Plan. The records produced in the coverage of that protest will be compared to the speeches of other popular present in letters sent to the National Constituent Assembly and in cultural products. In this period, there was a common unity between the popular and middle sectors impoverished around values such as democracy, popular sovereignty and social justice, derived from common experiences in both the material and the symbolic fields and experienced, at least, since the mid-1970s, when the popular reorganization against the dictatorship. Judging by the evidence, the demonstrators of June 30, 1987 were the result of the political culture that arose both from the pedagogical effect of those events and from the countless frustrations that society has repeatedly experienced due to the dictatorship's arbitrariness.

Keywords: popular classes; political culture; democracy; protest.

INTRODUÇÃO

Terça-feira, manhã de 30 de junho de 1987. Milhares de pessoas se dirigiam ao trabalho na região metropolitana do Rio de Janeiro. Seria uma manhã como outra qualquer, caso não ocorressem incidentes que terminaram por envolver dezenas de

milhares de pessoas no maior protesto ocorrido na cidade desde os distúrbios vinculados à morte de Getúlio Vargas, em 1954. Durante mais de oito horas, o centro da cidade se transformou numa praça de guerra, com a população de um lado, portando paus e pedras, e os policiais de outro, com bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, revólveres, metralhadoras e cassetetes. O saldo: mais de 100 ônibus apedrejados, 19 incendiados, cerca de 200 pessoas presas e mais de 50 feridas.

Três acontecimentos algo singelos concorreram para originar os tumultos, iniciados devido ao aumento de CZ\$ 4,80 para CZ\$ 7,20 nas tarifas de ônibus. O primeiro incidente ocorrera às 9 horas, quando uma passageira de um ônibus da linha Central-Copacabana decidiu não pagar a tarifa reajustada e discutiu com a cobradora, obtendo a adesão dos demais passageiros, os quais saíram em sua defesa. Ali mesmo a discussão se tornou acalorada e os passageiros ordenaram que o motorista parasse o ônibus – na esquina da rua Santa Luzia com Avenida Calógeras – e, tendo descido, esvaziaram os pneus do coletivo e de outro da mesma empresa

que estava parado no local. O segundo ocorreu às 10 horas, próximo à Cinelândia, quando dois passageiros se negaram a pagar o aumento das passagens e, obtiveram também o apoio dos demais passageiros que nada sabiam do incidente anterior. A cobradora Ana Luiza Nunes, 30 anos, assim descreveu o início do tumulto: “o sujeito me deu CZ\$ 5,00 e pediu o troco. Olhei espantada e todo mundo começou a gritar”.²

O motorista, Delmir Fernandes Bastos, 60 anos, afirmou não ter tido outra solução a não ser levar o ônibus para a porta da delegacia,³ a 3ª Delegacia de Polícia, na Rua do Santana.⁴ O terceiro caso ocorreu às 10h30, na esquina da Avenida Rio Branco com a Rua Santa Luzia, quando uma cobradora de um ônibus da linha 247 (Méier-Passeio) não aceitou receber duas notas de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), afirmando que tinham saído de circulação. Ao narrar o ocorrido, o repórter utiliza termos que não figurariam na grande imprensa em nossos dias: “A passageira, uma preta de blusa branca e saia florida, protestou e recebeu o apoio dos outros passageiros, que esvaziaram os pneus do ônibus”.⁵

Explicar a impressionante solidariedade exibida pelas milhares de pessoas naquele dia constitui a preocupação central deste texto. Dados os limites do mesmo, desejo chamar a atenção para alguns aspectos: os atos da multidão, seus discursos e a identidade comum por ela exibida. Em primeiro lugar, por que estudar uma revolta? De acordo com E. P. Thompson, sua relevância reside no fato de que “o atípico pode servir para vislumbrarmos as normas” (1992: 69). E através do apoio de dois outros teóricos pude vislumbrá-las. Eric Hobsbawm, que ensina serem as melhores fontes “aquelas que registram ações que devem implicar certas opiniões” (1998: 223), e Bakhtin, quando afirma que

na realidade, o ato de fala, ou, mais exatamente, seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual no sentido estrito do termo; não pode ser explicado a partir das condições psicofisiológicas do sujeito falante. A enunciação é de natureza social” (in FERREIRA, 1987: 109).

Se Hobsbawm e Bakhtin subsidiam a apreensão dos aspectos que permitem a explicação do fenômeno, é o próprio Thompson quem me permite compreender a

impressionante unidade demonstrada pela multidão, quando nos ensina que as pessoas atuam como classe quando elas, “como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus” (1997: 18). Orientado por tais pressupostos, ao historiador torna-se possível apreender aspectos da cultura política dos setores populares de então, se cotejar os registros do protesto com outros, tais como produtos culturais populares e cartas de populares encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte entre 1985 e 1987.

As cartas compõem um conjunto documental de 72.719 cartas custodiadas pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados e disponibilizadas integralmente através das Bases Históricas do *site* do Senado Federal.⁶ Elas constituem importante recurso para o historiador pois nelas podemos encontrar as queixas, as reivindicações, as sugestões, os elogios, as decepções e os sonhos dos brasileiros que, ao remetê-las aos

constituintes, acreditavam estar participando da construção de um novo país, democrático e com justiça social. Os discursos ali presentes, por sua vez, revelam conteúdos socialmente compartilhados de natureza política. Sendo assim, na análise, há que se ter em vista a associação da política com a cultura, a cultura política tomada como

um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama. Se o conjunto é homogêneo, as componentes são diversas e levam a uma visão dividida do mundo, em que entram em simbiose, uma base filosófica ou doutrinal, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível, ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa, com grandes períodos do passado, uma visão institucional, que traduz o plano da organização política do Estado os dados históricos e filosóficos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como veem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são produtoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante (BERSTEIN in RIOUX & SIRINELLI, 1998: 350, 351).

Ou, muito sinteticamente, cultura política como “expressão da

necessidade de ligar os dois domínios, focalizando as atitudes políticas de diferentes grupos e as maneiras pelas quais essas atitudes são instiladas” (BURKE, 2005: 136). Além da aludida cultura política, cartas de pessoas comuns nos permitem também olhá-las na perspectiva da história vista a partir de baixo (HOBSBAWM, 1998), entendida como “um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história” (BURKE, 1992: 59).

Tanto os indivíduos que encaminharam suas sugestões aos constituintes quanto os que nas ruas partiram para a ação direta integram o que denomino classes populares,

classificação que me pareceu mais adequada em função de seu emprego possibilitar o imediato reconhecimento de que se trata de uma conformação social não ajustada aos projetos de poder dos segmentos sociais dominantes (...). Ou, ainda mais sinteticamente: *classes*, porque o exame das fontes aponta para um comportamento em termos classistas, apesar de não estarem restritos a uma única classe social; *populares*, porque contrários aos projetos hegemônicos das elites.⁷

Tendo em vista a categoria classes populares, o artigo buscará,

mais especificamente, compreender os vínculos que as pessoas comuns estabeleceram entre democracia e justiça social nas cartas, identificar a perspectiva classista que aparece naqueles discursos e apontar as correspondências dos mesmos com as atitudes e os discursos enunciados no protesto de 30 de junho de 1987.

O INÍCIO DOS DISTÚRBIOS

Tendo havido as três ocorrências, as pessoas do primeiro incidente ainda se encontravam no mesmo lugar a espera de uma solução para prosseguirem viagem. Havia jornalistas presentes e registraram as primeiras pedradas dos passageiros contra os coletivos, bem como as queixas dos populares. A doméstica Amália de Sousa dos Campos, 50 anos, queixou-se do fato de estar fora de casa desde às 5 horas da manhã e da fome que sentia. Cléa de Oliveira, 37 anos, declarou: “Tenho três filhos e tenho que trabalhar. Não tenho dinheiro para a passagem”. Às 10h20 os jornalistas viram o ladrilheiro Antônio Pompílio de Jesus chamar os outros passageiros para o meio da rua, no que foi seguido. A auxiliar de serviços gerais Selma

Maria dos Santos Pereira, concordando com ele, bradou: "Vamos lá. Somos pobres, mas trabalhamos". Alguns minutos depois, alguém gritou: "Vamos para a Rio Branco" e cerca de 20 pessoas se dirigiram para lá.⁸ De acordo com o jornal *O Dia*, "os passageiros que não concordaram em pagar passagem acabaram saltando e tomaram a direção da avenida Rio Branco dispostos a fechar o trânsito".⁹

Pouco depois as pessoas se encorajavam a bloquear a avenida. Ao cercarem os ônibus no sinal de trânsito obtiveram a adesão espontânea dos passageiros, que iam descendo e ali permaneciam, parando os demais coletivos. Um ônibus da linha 123 furou o bloqueio humano e foi apedrejado. Depois disto, nenhum outro motorista resolveu enfrentar os manifestantes. Temos o exemplo de Giovani de Oliveira, 23 anos, baterista da escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel, que era motorista de um daqueles ônibus e só fez pegar sua marmita e abandonar o coletivo às pressas. Logo a Avenida Rio Branco estava totalmente bloqueada por uma multidão composta de passageiros que desciam dos ônibus e de pedestres que, curiosos, paravam

para assistir e iam aderindo ao protesto espontaneamente.¹⁰

Às 11h30 três carros do batalhão de choque da Polícia Militar chegaram ao local e foram vaiados sob o *slogan* "PM não ganhou gatilho". A essa altura dos acontecimentos o repórter afirmou que "a multidão é incontável". Hostilizados, os policiais às vezes perdiam o controle. O policial militar Reginaldo, exaltado, gritou para um manifestante: "Meto você na caçapa", tendo sido contido por colegas. O capitão Sérgio resolveu empurrar a multidão para a calçada a fim de desobstruir a avenida. Deu várias vezes essa ordem, mas foi solenemente ignorado pela multidão. Ninguém se retirava. Nesse ínterim, chegou o coronel Mathusalém dizendo: "Não quero violência". E, certo de poder resolver a questão, propôs à multidão: "Vocês podem ocupar apenas meia pista da avenida. Concordam?" Foi logo repellido pela multidão com uma resposta que se tornou coro durante todo o dia: "A avenida é do povo".¹¹ A essa altura, por volta das 12h15, os policiais militares conseguiram apenas liberar a avenida para os carros, mas os ônibus continuavam retidos pela multidão,

formando enormes filas. Como era a hora do almoço a adesão ao protesto foi sendo facilitada pelo enorme número de pessoas que circulavam no centro da cidade. As escadarias do Theatro Municipal ficaram lotadas, bem como as calçadas e as pistas da Avenida Rio Branco.¹²

Aos gritos de "Fora Sarney" e "Diretas Já" a multidão se deslocou para a esquina da Avenida Almirante Barroso com a Avenida Rio Branco, depois para as escadarias do Theatro Municipal. As primeiras bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral foram lançadas próximo dali, na rua Araújo Porto Alegre, por policiais civis, num momento em que já haviam dois batalhões de choque na área, sempre recebidos com vaias e protestos.¹³ Isto aconteceu às 12h30, quando surgiu um Opala preto, do extinto Departamento de Investigações Especiais (DIE), pela rua Araújo Porto Alegre. O veículo chegou com faróis acesos e sirene ligada, com dois ocupantes – o motorista e um outro policial com uma arma de cano longo. A multidão não se intimidou com a chegada desta viatura e, com vaias e palavras de ordem, avançou sobre os policiais. Com o carro em movimento o

policial jogou uma bomba de efeito moral na multidão e logo outra, que caiu a poucos metros da primeira. Ainda assim não foi possível intimidar os manifestantes, e o Opala, ainda em marcha-à-ré, saiu pela Rua México, atacado a pedradas. Vitorioso, o grupo voltou para a esquina da Avenida Rio Branco e foi obtendo a adesão de cada vez mais pessoas.¹⁴

Às 12h40, Guilherme Reondir, da CUT, se aproximou do coronel e lhe disse: "Esse negócio é espontâneo, tem que ter calma. Deixa que eu vou tentar conversar com o pessoal". Sua tentativa ilustra bem o quanto as pessoas agiram de forma autônoma, isto é, sem a tutela de grupos políticos ou sindicais. Guilherme dirigiu-se à multidão com essas palavras: "O povo está na rua protestando contra a miséria e a fome". Foi interrompido por gritos de "Fora Sarney". O coronel, percebendo que o militante não seria ouvido lhe perguntou se ele desejava um megafone. Ele aceitou a oferta, mas nem mesmo com este aparelho a multidão lhe deu ouvidos. Nessa hora, espontaneamente, o povo entoou o Hino Nacional.¹⁵

Próximo das 13 horas, o coronel deu ordem para empurrar o povo para

a Cinelândia. Um popular teve sua queixa registrada pela imprensa: "A gente quer protestar e não pode". Em seguida o coronel Mathusalém declarou à imprensa que o povo estava "cansado e sem direção. Daqui à pouco se dispersa". Enganou-se. O tumulto no Centro da cidade aumentava a cada momento. Para tentar evitar a confusão dos arredores da Avenida Rio Branco com a Rua Santa Luzia os motoristas passaram a entrar na Rua Araújo Porto Alegre. Ao perceberem a manobra, os populares dirigiram-se ao local para impedi-los – com sucesso.¹⁶

A PRIMEIRA GRANDE BATALHA

Por volta das 14 horas estourou a primeira batalha campal. Desta vez, na avenida Presidente Antônio Carlos, em frente aos ministérios da Fazenda e do Trabalho. Ali, os populares bloquearam a rua impedindo a passagem de 22 ônibus e esvaziando os pneus de 14 deles. Vários manifestantes chegaram a deitar em toda a extensão da pista com o objetivo de impedir a passagem de qualquer veículo. "Havia nesta área mais de 50 policiais, mas eram reduzidos para conter os descontentes,

que a cada instante gritavam 'tem que quebrar', 'tem que tocar fogo'". As cinco primeiras pessoas foram presas nesse confronto, entre elas o camelô Renato Silva, que rasgava os pneus com uma faca. Somente depois da chegada do Batalhão de Choque é que a multidão se dispersou.¹⁷ Cerca de mil pessoas foram até a 3ª Delegacia de Polícia, no Castelo, aos gritos de "fecha a delegacia", para tentar libertar o camelô Renato, que havia sido preso. Naquele momento, os ânimos ficavam mais exaltados, se multiplicaram os brados de "fora Sarney, abaixo Moreira [então governador do estado] e Diretas Já". À medida que o tempo passava aumentava o número de detidos. A Polícia Federal também recebeu vários presos ao longo do dia. Entre os cerca de 100 presos "estavam mulheres, cinco menores e até crianças, como um garoto que chegou no banco de trás de uma patrulha".¹⁸

Bastou a primeira pedrada para que as pessoas comesçassem a tirar cada vez mais pedras do calçamento e atirá-las nos vidros dos ônibus. A multidão adotou a tática de parar o apedrejamento com a chegada dos policiais e recomeçá-lo em outro ponto.¹⁹ Devido à fúria dos revoltosos,

os motoristas, apavorados, abandonavam os carros em fila dupla, um atrás do outro, por toda a Rio Branco até a Avenida Presidente Vargas, muitas vezes sem ter tempo de desligar o motor.²⁰ A partir desse momento é que as lojas e bancos baixaram suas portas e as pessoas, fugindo das pedras que voavam em todas as direções, invadiam as portarias do primeiro prédio que encontravam. Assim o jornal *O Globo* descreveu este episódio:

Em todos as esquinas da Avenida Rio Branco havia correria e pânico. As pessoas iam de um lado para o outro, no vaivém da fuga, e muitas se abrigavam em orelhões, atrás de árvores, postes, bancas de jornal ou pilastras de edifícios. Os ônibus abandonados com os pneus furados, tinham seus vidros destruídos. As pedras atingiam também vidraças, como as do Citibank, na Rua da Assembléia, ou a da lanchonete Mc Donald's, na Rio Branco. No Largo da Carioca um grupo aproveitou um tumulto para invadir e saquear quatro lojas: Livraria Ediouro, De Plá Fotografia, Cogumelo Modas e Uruaiana Discos.²¹

MAIS REFORÇOS E A GENERALIZAÇÃO DO CONFLITO NAS RUAS DO CENTRO

Por volta das 14 horas estourou a primeira batalha campal. Desta vez, na avenida Presidente Antônio Carlos, em

frente aos ministérios da Fazenda e do Trabalho. Ali, os populares bloquearam a rua impedindo a passagem de 22 ônibus e esvaziando os pneus de 14 deles, segundo o *Jornal do Brasil*. Vários manifestantes chegaram a deitar em toda a extensão da pista com o objetivo de impedir a passagem de qualquer veículo. *Havia nesta área mais de 50 policiais, mas eram reduzidos para conter os descontentes, que a cada instante gritavam "tem que quebrar", "tem que tocar fogo".*²² As cinco primeiras pessoas foram presas nesse confronto, entre elas o camelô Renato Silva, que rasgava os pneus com uma faca. Somente depois da chegada do Batalhão de Choque é que a multidão se dispersou em três grupos: um caminhou em direção à Assembleia Legislativa, onde havia um ato público; outro, composto de sindicalistas e líderes de entidades, foi até a 3ª Delegacia de Polícia exigir a liberação dos detidos. O maior grupo, porém, decidiu pelo retorno à Avenida Rio Branco através das ruas Nilo Peçanha e Almirante Barroso, apedrejando todos os ônibus que estavam no caminho.²³

Cerca de mil pessoas foram até a 3ª Delegacia de Polícia, no Castelo, aos

gritos de *fecha a delegacia* para tentar libertar o camelô Renato Silva, preso por esvaziar os pneus de um ônibus na Avenida Presidente Antônio Carlos, esquina com a Rua Santa Luzia. A cada momento, os ânimos ficavam mais exaltados pois se multiplicavam os gritos de *fora Sarney, abaixo Moreira e Diretas Já*. À medida que o tempo passava aumentava o número de detidos. Havia tanta tensão naquele local que o deputado estadual Carlos Vignoli (PDT), ao tentar se dirigir a um detido, foi atingido com um soco, pelo capitão Zacarias, da Polícia Militar.²⁴

Os reforços policiais só chegaram quando a maioria dos ônibus já estava destruída. Reforços esses de peso, armados com porretes de madeira bem maiores que os convencionais, atirando bombas de gás lacrimogêneo – mais de 100, segundo a reportagem – e de efeito moral, que provocavam enorme estrondo.²⁵ Tais reforços não foram capazes de conter o ímpeto da multidão:

A chegada dos reforços policiais não intimidou os manifestantes, que então já eram em maior número ainda. Houve muita pancadaria, por parte da Polícia Militar, que também efetuou algumas prisões (...) À medida que a Polícia aumentava a ação repressiva, inclusive requisitando mais homens, também crescia a ação dos manifestantes, que em

sua fúria, não pouparam sequer os carros oficiais.²⁶

Mesmo com um forte aparato policial o prédio da Caixa Econômica Federal, nas esquinas das avenidas Rio Branco e Almirante Barroso, foi apedrejado. É provável que a multidão tenha visto no prédio público um símbolo do governo que combatia. E logo a seguir tentou virar, sem sucesso, um ônibus da empresa Real. A solução encontrada pelos manifestantes na impossibilidade de virar o ônibus foi atear fogo no coletivo utilizando a própria roupa do corpo como tocha. A fumaça dos 19 ônibus – quase 30, segundo a reportagem de *O Dia*²⁷ – tomaram conta da Rio Branco.²⁸ Começando às 15h20, a fumaça tornou-se tão espessa que os carros da PM usaram faróis altos ao circular, pois *as chamas chegaram até 10 metros de altura e os 120 bombeiros do Quartel Central, comandados pelo major Flávio Fagundes, não conseguiram evitar que os veículos fossem destruídos por falta de garantia policial.*²⁹

Para as autoridades, os atos violentos que ocorreram ao longo do dia eram "baderna", para a multidão, atos heróicos. Num dos casos, um

jovem bem vestido surgiu dentre a multidão e apedrejou os coletivos:

A cada pedrada era aplaudido pela multidão que o incentivava a seguir em frente. Corria de um lado a outro a procura de pedras e, não encontrando, tomou um cavalete de ferro largado no meio da avenida e o lançou contra o vidro do ônibus. Atingiu em cheio e voltou a ser aplaudido com mais entusiasmo pelos manifestantes. Sorriu meio sem jeito e como chegou, sumiu na multidão.³⁰

As pessoas buscavam diversas formas de participar dos protestos. Vaiando, aplaudindo, atirando pedras e paus ou cantando coros e palavras de ordem. Havia mesmo cumplicidade entre as milhares de pessoas que compunham a multidão. Tanto que “do alto dos prédios eram atirados grampeadores, furadores e material de escritório sobre os policiais”,³¹ além de sacos com água.³² A população parecia empenhada em manifestar seu descontentamento e, por isso, impedia a ação de policiais e bombeiros e quaisquer outros que tentassem, de uma forma ou de outra, por fim ao protesto. “Doutor, não está dando para engatar o reboque nos ônibus. O povo manda pedra na gente”, foi a frase de um mecânico ao dono da Viação Madureira, que chegou dentro de um Monza Classic 87, exigindo dos seus

funcionários a retirada de seus ônibus.³³

Os ânimos estavam exaltados em ambos os lados. O secretário de Estado de Segurança, Marcos Heusi, ao entrar na faixa da polícia e tentar impor respeito nas transmissões teve sua mensagem interrompida por palavrões e chacotas – dos próprios policiais[!], o que deixa evidente que compartilhavam os valores da multidão. Um operador anônimo lhe mandou “tomar no cu e prosseguiu: pega o teu boné e vai embora”. Ao que Heusi, enfurecido, respondeu: “Seu vagabundo! Vem falar pessoalmente, seu safado!”³⁴

À época, a imprensa denunciava os esforços nada republicanos que o presidente Sarney envidava para garantir cinco anos de mandato aos invés dos quatro (ou menos) que desejava a sociedade. Em análise publicada no dia seguinte ao quebra-quebra, o jornalista Villas-Bôas Corrêa forneceu elementos que nos ajudam a interpretar o contexto social da multidão: *a sociedade está a beira do desespero porque perdeu a fé, a crença, a confiança. Ela se considera enganada e, o que é pior, procura enxergar à frente e não vislumbra*

*nenhuma esperança.*³⁵ Um anônimo popular, em plena avenida Rio Branco e no calor dos acontecimentos, também fez sua leitura do episódio: *Para acontecer essa porra toda é que o Sarney quer ficar cinco anos?*³⁶

APONTAMENTOS SOBRE A CULTURA POLÍTICA DA MULTIDÃO

É preciso levar em consideração a advertência de Eric Hobsbawm ao historiador que se ocupa da história das “pessoas comuns”, quando afirma que é necessário dar *sentido a todas essas formas de comportamentos (...) descobrir um conjunto de suposições que tornariam a combinação desses diferentes tipos de comportamento coerentes entre si segundo algum esquema racional* (HOBSBAWM, 1998: 228). De fato, se fossem tomados isoladamente os acontecimentos do 30 de junho de 1987 não seria possível explicar as razões para que milhares de pessoas agissem como se tudo tivessem combinado anteriormente seus atos e suas falas. Ainda que demonstrem aspectos da cultura política dos cariocas naquele momento, se aqueles acontecimentos forem divorciados do

contexto socioeconômico e cultural dos anos anteriores, não será possível que se compreenda aquele protesto social.

O exame de diversos outros registros do período indica que os elementos constituintes da cultura política dos manifestantes vinham circulando *bakhtianamente* (GINZBURG, 2006: 18) entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira. Isto pode ser observado tanto no campo da política quanto nos produtos culturais destinados ao grande público. Um dos exemplos pode ser visto no samba-enredo de grande sucesso no Sambódromo carioca no Carnaval de 1986, *Eu quero*, que foi cantado também em um quebra-quebra no Largo da Carioca, centro do Rio de Janeiro. Na ocasião, centenas de pessoas se colocaram contra o aumento nos preços na lanchonete *Bob's* e em outras lojas próximas, no primeiro dia do congelamento de preços decretado pelo Plano Cruzado, em 28 de fevereiro daquele ano. Os versos do referido samba se ligam aos discursos e aos atos da multidão em evidente circularidade.

Quero nosso povo bem nutrido
O país desenvolvido
Quero paz e moradia
Chega de ganhar tão pouco
Chega de sufoco e de covardia
Me dá, me dá

Me dá o que é meu
Foram vinte anos
Que alguém comeu (bis)
Quero me formar bem informado
E meu filho bem letrado
Ser um grande bacharel (bacharel)
Se por acaso alguma dor
Que o doutor seja doutor
E não passe de bedel
Cessou a tempestade
É tempo de bonança
Dona liberdade
Chegou junto com a esperança...³⁷

No ano seguinte, ano do quebra-quebra, estive entre as mais tocadas no Brasil a música *Corda no pescoço*,³⁸ que, na voz de Beth Carvalho denunciava que o povo estava "com a corda no pescoço" ao passo que "a vida dessa gente" (ricos e políticos) estava "um colosso"; Dizia ainda que o povo levava "rasteira" e estava "com o pires na mão", vivia um "jogo de cartas marcadas", e que os seus "problemas não têm solução", que o povo era vítima de "conversa fiada", de "promessa furada", e só via mesa farta "na novela da televisão". O refrão não deixa dúvidas de que se tratava de protestar contra o estado das coisas:

E o povo como está?
Está com a corda no pescoço
É o dito popular,
Deixa a carne e rói o osso
Mas a vida dessa gente, aposto que
está um colosso
Mas da fruta que eles gostam
Eu como até o caroço.³⁹

Naquele ano de 1987, *Que país é esse?* ("Nas favelas, no Senado/ Sujeira pra todo lado/ Ninguém respeita a Constituição/ Mas todos acreditam no futuro da nação/ Que país é esse?..."),⁴⁰ da banda "Legião Urbana", se tornaria uma das músicas mais executadas nas rádios em todo o Brasil. Em enunciação perfeitamente adequada às experiências dos brasileiros, o grupo explicou porque uma música composta em 1978 só havia sido gravada em 1987: "Nunca foi gravada porque sempre havia a esperança de que algo iria realmente mudar no país, tornando-se a música então totalmente obsoleta. Isto não aconteceu e ainda é possível se fazer a mesma pergunta do título".⁴¹

Nas cartas enviadas pela população aos constituintes também podemos observar os elementos formadores da multidão que protestou contra o aumento das tarifas de ônibus. Vejamos alguns exemplos.

Pedro Pereira Nelo, 25-29 anos*, casado, 1-2 salários, 2º grau**, morador de São José do Campestre (RN), foi um dos muitos que vinculavam democracia à justiça social. Ele afirmou que desejava "uma constituinte livre e soberana, sem

interferência do poder econômico e composta de legítimos representantes dos mais diversos seguimentos da nossa sociedade".*** Afirmou também que a Constituição deve ser democrática e combater "os privilégios inescrupulosos de alguns e a miséria de muitos", "que tenha realmente autoridade diante dos banqueiros internacionais, resolvendo os problemas da nossa dívida externa fazendo melhorar nossa condição de vida (...) e que veja com bons olhos o trabalhador que ganha salário de fome". Após reivindicar "uma política educacional mais democrática", o combate ao desemprego, "uma política habitacional mais humana", entre outros, assim encerrou sua carta: "Em síntese, justiça social".⁴²

Para Esmênia Geralda Dias, 20-24 anos, solteira, 1-2 salários, Superior incompleto, moradora de Anápolis (GO), apresentou várias reivindicações. Entre elas, destaca-se a exigência de eleições diretas para presidente, de concursos para todos os cargos públicos, de programa de alimentação para os pobres e do fim do analfabetismo. Quase ao final, deseja "que realmente todos [sejam] iguais perante a lei".⁴³ De fato, na

análise das cartas, a percepção da desigualdade era quase palpável, como se pode observar na missiva de Maria das Neves Barbosa, 15-19 anos, solteira, até 1 salário, 2º grau incompleto, residente em Tavares (PB):

Em primeiro lugar gostaria que acabasse a mordomia no país. Não acho justo um senador desfrutar de tudo quanto a República possui. Em segundo lugar, não acho que mudou nada na nova república (...). A República nada mudou, o País não está vivendo uma democracia, sim um sistema de capitalização, ou seja, o rico cada vez mais rico e os pobres cada vez mais miseráveis. Quem diria que o Brasil continuasse sendo um cativo, onde só predomina o poder aquisitivo do maior. O Brasil não pode sair deste empasse [sic] sem conquistar primeiro a sua independência financeira, se livrando das empresas estrangeiras.⁴⁴

Morador de Cuiabá (MT), Carlos Albérico R. de Lima, 25-29 anos, solteiro, 1-2 salários, Superior incompleto, foi outro entre milhares que se colocou contra as desigualdades. Ele defendeu uma "cláusula na constituição, para que o cidadão pudesse se defender dos desmandos e injustiças contra pessoas", assim como uma "lei contra a segregação racial, que por incrível que pareça ainda existe no país, de forma não declarada".⁴⁵ Muito

contrariado com os rumos do país, Paulo Tarsio Cipriano Carneiro, 30-39 anos, solteiro, 1-2 salários, 2º grau, residente em Cana Verde (MG) assim se manifestou:

Se os homens que governam este [país] preocupa-se realmente com a opinião pública, o que fariam em primeiro plano: Tomariam vergonha na cara e deixariam de tanta corrupção safadeza. Nós brasileiros já não sabemos mais em quem acreditar (...). que democracia é esta onde somos escravos de uma sociedade de líderes corruptos indistintamente...⁴⁶

Um anônimo morador de Itaguatins (GO), 30-39 anos, casado, 2-3 salários, 2º grau, parecia estar ainda mais furioso com a manutenção das injustiças sociais no governo José Sarney e com a Nova República que não cumprira as promessas feitas pelo falecido presidente Tancredo Neves:

É realmente vergonhoso para nós brasileiros continuarmos vendo o País do mesmo jeito que estava quando era governado pelos militares. Nova República é uma ova, tudo continua do mesmo jeito, a corrupção correndo solta sem ninguém indo para a cadeia, as mordomias que a oposição tanto criticou, as mesmas caras mentindo direto na televisão, os desgraçados dizendo que a inflação vai cair quando basta ter o mínimo de inteligência para se saber que não é interesse do próprio governo baixar a inflação, pois a curriola deixará de ganhar os trocados que já estão acostumados. Pelo amor de Deus deixem de hipocrisia,

respeitem o povo brasileiro, ele é pacífico, mas uma hora o saco pode explodir e nessa hora posso garantir a todos vocês, que pegaremos em armas para expulsá-los de seus palácios. Criem vergonha na cara e façam o que prometeram ao povo. Tenho vergonha de ter nascido no Brasil. A minha sugestão para a Nova Constituinte é que vocês vão todos para o inferno.⁴⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por volta das 17 horas do dia 30 de junho de 1987 a Avenida Rio Branco era um mar de vidros quebrados, pedras e paus, além de muita fumaça. Milhares estavam nas ruas, e milhares nas janelas dos edifícios jogavam papéis picados em solidariedade aos manifestantes. Os registros demonstram que estes eram compostos por todo tipo de gente: homens, mulheres e crianças; jovens e velhos; pessoas de várias profissões e de diferentes segmentos da sociedade. Às 21 horas haviam acabado as manifestações. Foi a vez dos garis da Comlurb entrarem em cena para limpar os saldos dos confrontos. Mas já

no fim da tarde, restavam na Avenida Rio Branco apenas os destroços dos ônibus, um tapete de cacos de vidro, restos de bombas de gás e muita água. Às 18 horas, já na avenida quase desimpedida, um ônibus da linha 125 seguia em

direção à Copacabana. No vidro da frente, um enorme cartaz mostrava o preço da passagem: CZ\$ 4,80.⁴⁸

À semelhança das jornadas de outro mês de junho – de 2013 –, não se tratava apenas do preço das tarifas de ônibus. A análise dos fatos e discursos arrolados nas páginas precedentes permite indicar que, em 30 de junho de 1987, os milhares de homens e mulheres – crianças, adultos e idosos – que protagonizaram a revolta contra o aumento das tarifas de ônibus estavam imersos em sentimentos, vivências e experiências comuns, e que estavam irmanados por tais fatores. Dadas as restrições de um simples artigo científico, não foi possível explicar pormenorizadamente que tal unidade não surgira naquela data específica, mas no processo de luta – luta pelas eleições diretas, pelo fim da ditadura militar, por direitos sociais, pela manutenção do congelamento de preços, pela eleição de Tancredo Neves após a derrota das diretas, e luta pela própria sobrevivência cotidiana enfrentada setores populares e médios empobrecidos diante dos pacotes econômicos, da inflação, da carestia, do sentimento de traição política e do desemprego que voltava a crescer (o

que explico na tese citada anteriormente). Assim, o quadro apresentado como carioca era de fato mais amplo. Ao que indica o exame dos diversos registros, a multidão já estava formada naquela terça-feira de manhã, e não se restringia aos que viviam na cidade do Rio de Janeiro.

Passados 30 anos daquelas conquistas, nada mais inquietamente que os retrocessos vivenciados no presente momento, na esteira da retração das diversas forças populares que se organizaram na crença de que tinham direito a ter direitos – sindicatos, associações e indivíduos. Na primeira metade dos anos 80, em determinado momento de unidade contra a ditadura, quase todos os segmentos sociais falaram uma mesma linguagem, compartilharam sentimentos, experiências e crenças semelhantes: grosso modo, exibiram uma mesma identidade. Os segmentos populares, entretanto, ao se apropriarem desta identidade coletiva e ressignificá-la, se afastaram da orientação dos setores dominantes que tentavam controlar o que fosse possível, e se constituíram em agentes capazes de impor suas mudanças nas políticas públicas na segunda metade

dos anos 80, desde controle de preços e tarifas, passando pela criação do vale-transporte e do seguro-desemprego às diversas conquistas dos trabalhadores inscritas na

Constituição de 1988. À vista daquelas conquistas, terá sido aquela década mesmo perdida como tanto propagam os meios de comunicação?

¹ Doutor em História Social (UFF) e professor do Colégio Universitário Geraldo Reis (UFF)

² JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987, Caderno Cidade, s/p.

³ Ibid.

⁴ JORNAL O DIA, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987, p. 12.

⁵ JORNAL O GLOBO, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987. Caderno Grande Rio, p. 8

⁶ Sugestão dos cidadãos. Constituição Federal. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/sugestao-dos-cidadaos. Acesso em: 11 jan. 2018. As cartas, que foram analisadas qualitativamente, apresentam diversas informações sobre o missivista, dentre as quais destaco a faixa etária, o grau de instrução, o estado civil, o nível salarial e a cidade em que residia. O texto está mantido como no original com a intenção de, ao mesmo tempo, respeitar o escrevente e compreender que eventuais equívocos na escrita e/ou baixa instrução formal não subtraíram das pessoas a capacidade de refletir sobre a política e a sociedade de seu tempo.

⁷ Em minha tese, ao formular a categoria “classes populares” (em estreito vínculo com os registros de época), procurei compreender “a unidade constituída por e entre integrantes de diversos grupos sociais para além dos limites do mundo do trabalho, incluindo estudantes, movimentos sociais, donas de casa, profissionais liberais e segmentos médios” nos anos 1980. O exame das inúmeras evidências – cartas, ações diretas (saques, quebra-quebras), discursos de partidos, de políticos, de trabalhadores, de artistas, de estudantes, de jornalistas, de humoristas, matérias jornalísticas, panfletos, músicas, teledramaturgia, etc. – indica que eles “se irmanaram ao compartilhar experiências comuns de exclusão e enfrentamento do desemprego, do arrocho salarial ou da explosão do custo de vida”, assim como por um nacionalismo que inibiu as diferenças de classe e colocou as classes populares (a nação) em oposição aos seus inimigos (os ricos – empresários e políticos –, os militares, o FMI, o governo americano etc.). Vide ASSIS, Charleston José de Sousa. Experiências cruzadas: a participação popular no Plano Cruzado em perspectiva histórica. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, p. 28-30. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1411.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2018.

⁸ JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987, Caderno Cidade, s/p.

⁹ JORNAL O DIA, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987, p. 12.

¹⁰ JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987. Caderno Cidade, s/p.

¹¹ Ibid.

- ¹² JORNAL O GLOBO, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987. Caderno Grande Rio, p. 8.
- ¹³ JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987. Caderno Cidade, s/p.
- ¹⁴ JORNAL O GLOBO, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987. Caderno Grande Rio, p.8.
- ¹⁵ JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987. Caderno Cidade, s/p.
- ¹⁶ JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987. Caderno Cidade, s/p.
- ¹⁷ Ibid.
- ¹⁸ JORNAL O GLOBO, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987. Caderno Grande Rio, p. 12.
- ¹⁹ Ibid., p. 8.
- ²⁰ JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987. Caderno Cidade, s/p.
- ²¹ JORNAL O GLOBO, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987. Caderno Grande Rio, p. 8.
- ²² Ibid.
- ²³ JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987. Caderno Cidade, s/p.
- ²⁴ JORNAL O GLOBO, Rio de Janeiro, 1º jul. 1987. Caderno Grande Rio, p. 12.
- ²⁵ JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987. Caderno Cidade, s/p.
- ²⁶ JORNAL O DIA, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987, p. 12.
- ²⁷ Ibid.
- ²⁸ JORNAL O GLOBO, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987. Caderno Grande Rio, p. 8.
- ²⁹ Ibid.
- ³⁰ JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987. Caderno Cidade, s/p.
- ³¹ JORNAL O GLOBO, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987. Caderno Grande Rio, p. 8.
- ³² JORNAL O DIA, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987, p. 12.
- ³³ JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987. Caderno Cidade, s/p
- ³⁴ Ibid.
- ³⁵ Ibid.
- ³⁶ Ibid.
- ³⁷ "Eu quero". Composição: Aloísio Machado, Luiz Carlos do Cavaco e Jorge Nóbrega. G.R.E.S. Império Serrano. Samba enredo do Carnaval de 1986. Disponível em <http://letras.terra.com.br/imperio-serrano-rj/477555/>. Acesso em: 17 jan. 2018.
- ³⁸ De acordo com a reportagem, somente no Rio e em São Paulo, Corda no pescoço era tocada cerca de 40 vezes por dia nas rádios. "Do Rio para o Brasil, a voz dos líderes". Revista Veja. São Paulo, 04 mar. 1987, p. 80.
- ³⁹ "Corda no pescoço". Composição: Almir Guineto e Adauto Magalha. Intérprete: Beth Carvalho. LP. RCA, 1986. Letra disponível em: <http://www.bethcarvalho.com/?p=255>; <http://letras.terra.com.br/beth-carvalho/175005/>. Acesso em: 17 jan. 2018.

⁴⁰ "Que país é este?". Composição: Renato Russo. Que País É Este 1978/1987. LP. Legião Urbana, EMI, 1987. Letra disponível em: <http://letras.terra.com.br/renato-russo/1175645/>. Acesso em: 17 jan. 2018.

⁴¹ Texto incluído no encarte do álbum "Que País É Este 1978/1987". Legião Urbana, EMI, 1987. Disponível em <http://www.legiaourbana.com.br/html/discografia/album-que-pais-e-este.html>. Acesso em: 13 jan. 2018.

* As cartas não apresentam a idade específica de cada missivista, pois o mesmo indicava em campo próprio a faixa etária em que se encontrava.

** Corresponde ao atual Ensino Médio.

*** As cartas foram reproduzidas com a sua grafia original, portanto, em diversas ocasiões, erros ortográficos e gramaticais, entre outros, aparecem nas mesmas.

⁴² Carta de Pedro Pereira Nelo à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L011 DATA: 20/02/86 FORMUL: 254 DV: 0 TIPO: 13 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 15 jan. 2018.

⁴³ Carta de Esmênia Geralda Dias à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L011 DATA: 20/02/86 FORMUL: 277 DV: 0 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 15 jan. 2018.

⁴⁴ Carta de Maria das Neves Barbosa à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L016 DATA: 20/02/86 FORMUL: 369 DV: 1 TIPO: 10 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 15 jan. 2018.

⁴⁵ Carta de Carlos Albérico R. de Lima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L016 DATA: 20/02/86 FORMUL: 372 DV: 2 TIPO: 14 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 15 jan. 2018.

⁴⁶ Carta de Paulo Tarsio Cipriano Carneiro à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. ORIGEM: L016 DATA: 20/02/86 FORMUL: 383 DV: 4 TIPO: 40 31/10/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 15 jan. 2018.

⁴⁷ Carta anônima à Assembleia Nacional Constituinte. Sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte. ORIGEM: ORIGEM: L004 DATA: 23/02/86 FORMUL: 078 DV: 8 TIPO: 40 09/11/86. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/basesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em: 15 jan. 2018.

⁴⁸ JORNAL O GLOBO, Rio de Janeiro: 1º jul. 1987. Caderno Grande Rio, p. 11.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Charleston José de Sousa. Experiências cruzadas: a participação popular no Plano Cruzado em perspectiva histórica. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. Por uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998.

BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. O que é História Cultural? Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FERREIRA, Jorge Luiz. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/73.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2018.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOBBSAWM, Eric John. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

A CIDADE DE CAMPINA GRANDE CONTEMPLADA POR SEGMENTOS LABORAIS: MEMÓRIA, TRABALHO E VIDA

*FOR THE ROUTE OF MEMORY AND
WORK: THE CITY IN THE MALE
VOICE*

Cid Douglas Souza Pereira¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão em torno das categorias conceituais de trabalho e outras demarcações que fundamentaram a nossa pesquisa de Mestrado. Para tentar compreender o mundo do trabalho e dos trabalhadores, em especial os antigos barbeiros de Campina Grande – PB, entre os anos de 1960 a 1980, almejou-se, a partir da memória, recompor o cenário urbano desses labutadores, os quais fazem do seu ofício uma arte que caminha na contramão das implementações da modernidade, e praticam isso no momento em que, em nome de costumes e hábitos, conservam antigas tradições. Dessa forma, assim como os de "cima", as pessoas comuns são capazes de narrarem sua trajetória de vida e a história da cidade onde vivem, entrelaçando memória individual e coletiva.

Palavras-chave: Trabalho. Memória. Cidade.

ABSTRACT

This article presents a discussion about the conceptual categories of work and other demarcations that underpinned our Master's research. In order to try to understand the world of work and the workers, especially the old barbers in Campina Grande – PB, from 1960 to 1980, it was hoped to recompose the urban scenario of these toilers, which their craft an art that runs counter to the implementations of modernity, and practice it at a time when, in the name of

customs and habits, they retain ancient traditions. In this way, as well as those of "up", ordinary people are able to narrate their life trajectory and the history of the city where they live, intertwining individual and collective memory.

Keywords: Work. Memory. City.

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos têm crescido a importância da temática trabalho e o debate em seu entorno. Na própria academia é possível perceber a relevância e o alargamento da História do Trabalho. Isto pode ser constatado pelo grande número de autores que desenvolvem diferentes pesquisas, as quais muito têm contribuído para o fortalecimento de grupos de estudos sobre o tema. O trabalho vem sendo apresentado como meio responsável pela sobrevivência do ser humano enquanto ser social. Contar a história de uma classe subalterna, que de forma autônoma consegue uma admissão na sociedade em que vive, torna-se um constante desafio ao historiador do trabalho.

Assim sendo, na pesquisa desenvolvida nos propusemos acompanhar a trajetória de vida dos barbeiros e entender o significado desses personagens históricos para a cidade, e, a partir de suas experiências, compreender a vivência

desses trabalhadores na urbe campinense. Logo, o intento foi traçar o percurso e a própria vivência desses profissionais como sujeitos sociais que fazem do seu ambiente de trabalho um espaço de sobrevivência e sociabilidade.

Dessa forma, sendo o esperado traçar o mundo dos trabalhadores, mas precisamente o dos velhos barbeiros de Campina Grande, recorreremos aos anais da memória com o propósito de dar voz a pessoas comuns silenciadas e esquecidas, as quais são hábeis em tecer sua própria história. Nesse intuito, se fez necessária uma argumentação balizada por autores que buscam entender o universo urbano por meio da memória e das atividades laboriosas. Assim, a partir da "história vista de baixo", é possível reconstruir práticas culturais e experienciais de trabalhadores anônimos que veem no seu ofício um constituído existencial e social.

Nesse sentido, a pretensão foi analisar a maneira como os barbeiros percebem, pensam, vive e age na cidade a partir do seu local de trabalho, os quais fazem do seu espaço não só um lugar de subsistência, mas também um ponto de encontro do público masculino, e talvez esta seja a hipótese que

justifique a sobrevivência desse pequeno ofício e das antigas barbearias.

E. P. THOMPSON: EXPOENTE DA CLASSE TRABALHADORA

Ao discorrer sobre mundos do trabalho e os trabalhadores, os conceitos próprios da História Social² produzidos e defendidos pelo inglês E. P. Thompson são os que melhor se adequam aos propósitos da pesquisa, a saber: dissertar sobre a categoria trabalho, suas implicações, importância e significância. Thompson, a partir da "história vista de baixo", elege como objeto de estudo a formação da classe operária inglesa em meio ao processo de industrialização, que pode ser expressa em sua vasta obra sobre os movimentos sociais na Inglaterra.

Assim sendo, em meio às diferentes concepções historiográficas, o trabalho de E. P. Thompson revela-se bastante elucidativo às ações humanas e suas experiências como os verdadeiros construtores da História Social. Em "A formação da classe operária inglesa",³ é notória a preocupação do autor com uma análise "*sempre encarnada em pessoas e contextos reais*" (THOMPSON, 2012: 10). Ao

descrever a história das pessoas comuns, ele procura relatar experiências e memórias silenciadas. Como se constata no volume I – A árvore da liberdade (2012), quando o autor apresenta com minúcias as características das personagens, as circunstâncias e o contexto onde viviam.

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro Luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” (...) Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles vivem nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais. (THOMPSON, 2012: 13).

Por ser Thompson um autor que procura evidenciar os feitos de pessoas comuns, é possível identificar em sua obra a prioridade à noção de experiência histórica⁴ e cultural. Esses conceitos foram fundamentais à problematização e compreensão do universo dos trabalhadores subalternos, marginalizados e autônomos, como é

o caso dos velhos barbeiros de Campina Grande.

Thompson também é responsável por uma revisão do conceito de *classe social* e sua formação, a qual, para ele, só passa a existir a partir de uma perspectiva histórica. A classe não existe fora do campo da experiência, ela não deve ser vista como uma “coisa” (THOMPSON, 2012). “Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica” (op. cit., p. 9).

Portanto, a classe não é algo dado, tampouco a consciência. Esta surge com a experiência. Então o indivíduo precisa sentir-se pertencente a uma determinada classe social. “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si” (ibidem, p. 10).

Thompson parece contrário à ideia de *classe social* defendida por uma parcela de letrados, “não vejo a classe como estrutura, nem mesmo como uma categoria” (op. cit., p. 9). Assim, é necessário que os trabalhadores se vejam enquanto classe, pois esta não está condicionada à posição econômica ocupada pelo indivíduo, não é algo definido, determinado, pronto e

acabado, como defendiam e pensavam os marxistas ortodoxos.

Esses pensadores argumentavam sobre a necessidade de um guia, um intelectual, um líder ou partido que contribuísse com a gestação e aprimoramento da consciência de classe, o qual também seria capaz de indicar um caminho condutor da liberdade social e política. Mas, para Thompson: *"a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição"* (ibidem, p. 12). Portanto, em Thompson, há um longo caminho até a formação da classe, fruto igualmente de longa caminhada rumo à consciência dos trabalhadores em luta.

Thompson também é considerado um dos grandes estudiosos da cultura, e faz isso mediante uma forte proximidade com as tradições antropológicas, como pode ser detectado em sua obra *"Costumes em comum"*, na qual o autor analisa as relações conflitantes entre a cultura dominante e a plebeia. Nesse embate, ele mostra que o povo, assim como os governantes, exerce uma autonomia que se revela por meio de uma cultura tradicional rebelde. *"A cultura conservadora da plebe quase sempre*

resiste, em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia (...) que os governantes, os comerciantes ou os empregadores queriam impor" (THOMPSON, 2012: 19). Portanto, para Thompson, o conceito de cultura surge a partir da experiência humana consubstanciada pelas relações sociais em que se evidenciam comportamentos, vivências e costumes.

Dessa forma, é notória a importância do Thompson aos historiadores do trabalho, tendo em vista que ele tem como compromisso social resgatar sujeitos anônimos e esquecidos pelas grandes matrizes da historiografia. Assim, esse autor os apresenta como personagens e atores sociais de suas próprias histórias. Em suma, a grande contribuição de Thompson é que ele promove visibilidade aos de baixo, e faz isso ao lançar os holofotes da historiografia sobre os atos de pessoas comuns, as quais do seu local de trabalho constroem sua trajetória de vida.

O TRABALHO E SUAS DEFINIÇÕES

Desde Engels se discute que o trabalho *"é a condição básica e fundamental de toda vida humana. É em tal grau que, até certo ponto,*

podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem"⁵. Para Marx, o trabalho é o meio específico que surge no valor da mercadoria, é a base fundante da evolução humana. Já a alienação do trabalho subordina o indivíduo e o distancia de sua emancipação.⁶

O trabalho também é um termo que suscita constantes contradições: para alguns liberta, promove bem-estar, realização pessoal, ascensão, progresso, prosperidade e riqueza; para outros escraviza, fadiga, estressa, explora, empobrece, castiga e humilha. Nessa perspectiva, deve-se reforçar a distinção feita por Marx entre trabalho concreto e o abstrato: o primeiro refere-se à atividade útil e positiva que promove um autodesenvolvimento indispensável a vivência humana; por sua vez o último representa o que se poderia chamar de negativo ou trabalho morto, que tem por finalidade a criação de mais-valia, ou simplesmente trabalho alienador e valorizador do capital, em que o trabalhador está separado de sua própria criação.

Nesse sentido, a designação trabalho vem no decorrer dos séculos sofrendo diferentes mutações⁷, isso ocorre principalmente entre a

passagem do período medieval para a era moderna. Se considerada a condição de alienação, a palavra trabalho poderia ser interpretada como tortura, ou ainda ser associada à perda da liberdade por se referir aos escravos romanos, uma vez que eram eles que faziam as tarefas práticas pertencentes aos patrícios.⁹ Assim, pode-se dizer que trabalho representava um suplício, até mesmo uma condição inferior, se considerada a posição do cativo.

O conceito de *trabalho* passa a ganhar uma nova conotação com a chegada da urbanização e do comércio. É na *urbes* que o trabalho tem uma maior valorização. Nesse momento ele é visto como enobrecedor e ação dignificante. Se antes o trabalho era uma tarefa reservada mais aos cativos, agora assume uma posição privilegiada e importantíssima no desenvolvimento de uma sociedade⁸.

Certamente o trabalho constituiu-se como uma das categorias mais valorizadas e que pode ser tida como um dos pilares básicos da modernidade. Pode-se mesmo dizer que o trabalho é em grande parte responsável pela emergência do mundo moderno, afinal, ele foi elevado de castigo divino à condição de instância humanizadora. Base de toda existência humana, uma das vias capazes de conduzir os homens para um estágio superior de

civilização. (CABRAL FILHO, 2009: 71).

Portanto, é com a chegada da modernidade que o trabalho assume uma nova significação e tende a ser visto como elemento impulsionador de acúmulo de riqueza e da produção de alimento, contribuindo para uma suposta progressão social dos indivíduos que buscam na labuta uma realização ou afirmação social e econômica.

A HISTÓRIA DO TRABALHO EM AMPLIAÇÃO

Linden (2010) apresenta não só o conceito de História do Trabalho, como também discute o quanto tem crescido na academia as especulações e o interesse por parte de diferentes intelectuais, sobretudo os historiadores¹⁰, em tentar compreender o mundo do trabalho e os trabalhadores, seja na convivência cotidiana ou na contextualização das suas lutas.

Nesse sentido, autores como Chalhoub (2001)¹¹, em "Trabalho, lar e botequim", analisa o cotidiano dos trabalhadores que viviam na cidade – capital do Brasil – Rio de Janeiro. A abordagem parte de uma discussão em torno das singularidades particulares compartilhadas por

peças comuns, seja no trabalho, no lazer, nos conflitos e repressão.

Marins (1998) também mostra que no Brasil, nesse mesmo período, o da *bellé époque*, restava ao operário ocupar os espaços periféricos afastados dos grandes centros, "*uma solução (...) moradias coletivas tradicionais foi a das vilas operárias ou das casas populares, já presentes no Rio de Janeiro desde os fins do Império*" (op. cit., p. 174). Portanto, a problemática social urbana dificulta a moradia e a própria sobrevivência do trabalhador.

Por sua vez, Bresciani (1994) também apresenta questões relacionadas ao cotidiano dos trabalhadores na cidade. Tomando como referência os operários de Londres e Paris, a autora analisa a ocupação urbana por uma "multidão de trabalhadores" e seus problemas cotidianos como: "*os efeitos devastadores da aglomeração urbana, o emprego casual, as más condições de suas moradias, acrescidas com superpopulação e a mendicância como flagelo social*" (BRESCIANI, 1994: 23).

Outro fato apontado pela autora, é que a cidade é um lugar de migrantes que vieram com a intenção de conseguir um trabalho regular para sobreviver, quando se deparam

com os desencontros e a problemática da vivência urbana, a intenção é de retornar o mais rápido possível ao lugar de origem. É nesse momento que a ilusão de morar no moderno centro urbano desaparece, restando apenas frustração.

Dessa forma para Bresciani (op. cit., p. 96), "*as várias marcas que tornam reconhecidas uma cidade industrial são: a miserável, a atrofiada, a decrepita e frequentemente mutilada aparência dos trabalhadores cansados que podem ser vistos em casas geralmente sujas e desagradáveis*". Essa fileira de trabalhadores pobres que só aumentava no espaço urbano londrino e parisiense, causava espanto à burguesa, que enxergava essas categorias como classes perigosas.

Sendo assim, constata-se que a História do Trabalho tem ganhado projeção mundo afora, mas ela não só se preocupar com as questões pertinentes ao trabalhador assalariado, fronteiras tem sido alargadas. O objeto de estudo não se resume apenas aos operários fabris, uma vez que diferentes sujeitos sociais são referenciados pelos historiadores do trabalho, como: agricultores, barbeiros, operários, escravo, enfim, trabalhadores livres e

não livres. "*O estudo das relações de trabalho engloba o trabalho, bem como o não-livre, o pago, bem como o não pago*" (LINDEN, 2010: 52).

Assim como o trabalhador apontado por Marx merece ser estudado, é necessário incluir outros grupos de trabalhadores marginalizados, a exemplo dos escravos, mineradores, etc. Com isso, amplia-se o conceito de classe trabalhadora, quando se inclui na pauta da pesquisa de campo categorias de trabalhadores livres, não livres, rurais e urbanos. Eles, como os trabalhadores assalariados reais de Marx, que dispunham da força de trabalho como "*sua própria mercadoria*" (ibidem, p. 53), também devem ser citados.

Cabe ao historiador do trabalho resgatar a história desses profissionais anônimos, que assim como o operariado fabril, precisam ser analisados e integrados a uma organização de vários grupos de "*trabalhadores subalternos*" (idem). No momento em que o pesquisador começar a focalizar diferentes categorias de trabalhadores, estará banindo uma série de negligências e trazendo à cena histórica os profissionais de pequenos ofícios. Desse modo, haverá uma ampliação no conceito de classe trabalhadora, a

qual até certo tempo era vista como uma instituição reducionista, voltada apenas ao trabalhador livre e assalariado das grandes fábricas.

[...] Gostaria de chamar esta classe de classe trabalhadora subalterna ou ampliada. Seus membros formam um grupo muito variado: incluem escravos, meeiros, pequenos artesãos e assalariados. É a dinâmica da "multidão" que devemos tentar compreender. (...) No seu longo desenvolvimento o capitalismo se utilizou de vários tipos de relações de trabalho. (LINDEN, 2010: 53).

Esta citação é importante porque mostra que o capitalismo moderno, com o propósito de atender aos seus muitos interesses, cria e recria diferentes alternativas de mercantilização do trabalho, e estas variantes merecem ser contempladas pelos estudiosos do mundo do trabalho. Batalha (2006) também observa que nos últimos anos as conquistas da História do Trabalho têm ganhado novas proeminências. A sua posição assemelha-se à dos demais pesquisadores do mundo do trabalho, de que é preciso evitar o jogo controverso de contrapor os diversos recortes. Fazer isso é ser "sensível" a outras questões ou problemáticas, que ultrapassam a noção de *classes sociais*, "como as

questões de gênero, raça e etnia" (op. cit., p. 89).

Outra amplitude percebida por Batalha (ibidem) relaciona-se ao recorte geográfico, pois as pesquisas e discussões no Brasil não se restringem mais entre o eixo Rio-São Paulo. Distintas regiões são englobadas e ajudam a formar uma rede de integração sustentada pela pesquisa em torno da temática do trabalho e do trabalhador. "*Cada vez mais é possível encontrar pesquisas que têm como recorte geográfico localidades onde o trabalho industrial está longe de ser significativo*" (op. cit., p. 90). Logo, contar a história de uma classe trabalhadora deve ser tarefa do historiador que busca, na contextura de profissionais subalternos ou não, entender de que forma estes conseguem se afirmar como sujeitos sociais no meio urbano.

CIDADE, MEMÓRIA E MASCULINIDADE

"*Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu*" (BOSI, 2015: 69). Esse fragmento traz uma inspiração quando se quer escrever sobre

cidade, ela que surge, que é construída e reconstruída pela memória daqueles que vivenciaram sua forma embrionária, seu crescimento, o vai e vem das suas ruas, o frenesi do centro comercial, as principais mudanças e permanências na sua arquitetura e infraestrutura.

Talvez a cidade de ontem só exista na memória dos velhos moradores, *"cada geração tem uma forma diferente de ver a cidade"* (op. cit., p. 70). A cidade narrada provavelmente não é a contemplada, é possível que boa parte dela fora colocada abaixo. Espaços tradicionalmente ocupados por antigos prédios dão lugar a suntuosas construções, que não parecem em nada com as edificações lembradas pelos narradores. *"Na história de vida podemos acompanhar as transformações do espaço urbano"* (ibidem, p. 73).

Mas também a cidade não é só o espaço das mudanças, alguns monumentos ainda sobrevivem em meio aos modernos projetos de urbanização. Dessa forma, muitas construções, abandonadas e em vestígios pela ação do tempo, resistem e aguçam a memória e trazem consigo as marcas de um

passado que permanece vivo nas lembranças de antigos moradores.

"Os momentos e as construções antigas passam a ser considerados, neste caso, como registros da memória" (BARROS, 2009: 42). Assim, a cidade é um ambiente de significados e de diversas formas de leitura e interpretação. *"A cidade tem, certamente, diversos sentidos"* (op. cit., p. 41). Dentre estes, o mais elementar deles seria o de um *"polo de atração"* (ibidem, p. 84), que oferece aos seus transeuntes uma espécie de espetáculo aberto, onde tudo encanta, fascina e causa espanto e imaginação. *"Espectáculo, por fim, para a atuação do homem comum, tornando simultaneamente ator e espectador"* (idem).

Assim sendo, esse espaço que causa admiração, encanto e desencantos foi projetado pelo ser humano e para ele como ambiente próprio de seres citadinos e civilizados, que veem na *urbes* um local de sobrevivência coletiva. Nela, na cidade, as relações de convivências sociais são percebidas em suas diversas formas, o espaço urbano, por ser próprio do convívio coletivo, proporciona relações conflitantes, amistosas, envolvendo diferentes categorias, que juntas

debatem e interagem sobre diversos temas do cotidiano.

Nesse sentido, o resgate das vozes silenciadas de uma categoria de trabalhadores, possibilitou uma melhor compreensão sobre a cidade e suas relações sociais no espaço urbano. Assim sendo, através dos anais da memória, procuramos traçar a história da cidade de Campina Grande, dos anos de 1960 a 1980. Esta emergiu a partir da trajetória de vida dos antigos barbeiros, que do seu local de trabalho, a barbearia, conseguiram despontar como personagens históricos e atores sociais possuidores de uma experiência merecedora de ser compreendida, resgatada e divulgada.

Com esse objetivo, procuramos utilizar os recursos próprios da oralidade, que é o meio mais adequado aos propósitos da pesquisa: reconstruir particularidades, revelando práticas cotidianas, culturais e experiências singulares de pessoas comuns. Portanto, o método da história oral, possibilitou a reconstituição da memória daqueles que, cotidianamente, fazem da barbearia um local de trabalho e de troca de experiências. A importância da oralidade revela-se no momento em

que o *"oral pode ser um método extremamente profícuo na medida em que revela as formas de ver o mundo dos atores sociais comuns"* (CABRAL FILHO, 2009: 28).

Para Prins (1992: 192), *"a história oral é a que melhor reconstrói os particulares triviais das vidas das pessoas comuns"*. Através das lembranças e dos testemunhos orais são revelados os conflitos, as práticas culturais, as experiências, as lutas cotidianas, a própria visão dos sujeitos esquecidos sobre suas vidas e acerca do mundo ao seu redor. Em outro momento, Prins (1992: 169) reconhece que, por pertencermos a uma cultura dominada pela escrita, a palavra falada é rebaixada: *"os historiadores são pessoas alfabetizadas por exllence, e que para eles a palavra escrita é soberana"*.

O texto *"História Oral – Desafios para o século XXI"*¹² discute que o testemunho oral revela-nos o indescritível e toda uma série de realidades raramente presentes nos documentos escritos, porque são consideradas muito significativas ou inconfessáveis. Dessa forma, contrariando a lógica do documento escrito como detentor de verdades consolidadas, a fonte oral, a partir do depoimento dos excluídos, auxilia na

reconstrução da memória e dá vida aos fatos narrados. Pois, como mostra Pollak (1992: 2), a oralidade torna conhecidos os atos dos marginalizados e das minorias, e ressalta a importância "das memórias subterrâneas".

Assim sendo, ao abordar a experiência dos "de baixo", faz-se necessária a utilização de um método apropriado, sobretudo quando se pretende trabalhar com histórias de vida. Nesse caso, é interessante que se recorra à oralidade, uma vez que esta funciona como mecanismo capaz de revelar o acervo vivo da memória.

A reminiscência pessoal e as tradições particulares das famílias, que raramente são postas no papel, exatamente porque a maioria das pessoas não as considera muito importantes para os outros, é que se tornam o tipo padrão da evidência oral. É geral apenas entre grupos de menor prestígio, tais como crianças, os pobres da cidade, as pessoas isoladas no campo, é que hoje se coletam outras tradições orais (...) ainda não esgotamos os novos passos mais importantes na criação da fonte oral para a história social. (THOMPSON, 1998: 50, 51, 65).

Portanto, é notória a necessidade de uma escrita que se volte para a experiência de pessoas comuns que têm em suas reminiscências um conteúdo existencial e social bastante rico.

Isso só é possível a partir da história oral de vida, que é o "gênero bastante cultivado e com crescente público. Trata-se de narrativa com aspiração de longo curso – daí o nome vida – e versa sobre aspectos continuados da experiência de pessoas" (MEIHY; RIBEIRO, 2011: 82). Experiências estas que se projetam a partir do recurso da oralidade, em que o pesquisador tende a valorizar, registrar e analisar as ações dos indivíduos que produzem narrativas que são vistas como documentos extraídos das subjetividades emanadas do diálogo entre historiador e entrevistado.

"A história de vida permite obter informações na essência subjetiva da vida de uma pessoa. Se quisermos saber a experiência e perspectiva de um indivíduo, não há melhor caminho do que obter estas informações através da própria voz da pessoa" (SANTOS, 2008: 715). Nesta ação não é obtida apenas a voz do falante, outras questões devem ser percebidas, pois ocorre um diálogo entre duas pessoas permeado por gestos, olhares, expressões e observações que, às vezes, sufoca, silencia ou destoa do verbal. Isso ocorre principalmente quando o narrador é interrogado ou lembrado de algum episódio

complicado de refazer, por ter sido muito significativo ou deixado profundas marcas. “*Nesse caso, o silêncio tem razões bastante complexas*” (POLLAK, 1989: 7).

Sendo assim, é possível perceber muito no silêncio, no não dito, esses momentos falam bastante, principalmente se vier acompanhado por lágrimas e voz comovida. Em algumas entrevistas que realizamos com os nossos colaboradores, nos deparamos com essa questão. Às vezes, eles falavam pouco, em outros momentos, se expressavam com bastante fluidez, e ainda havia aqueles instantes em que mal conseguiam completar a frase, já caía no choro. Esse foi o caso de Seu Genival barbeiro, que nos pediu que parássemos a entrevista por causa do coração.

P. Quais são suas boas recordações?

SG. Eu tenho mais saudades é da adolescência mesmo. Mesmo com a pobreza que eu passei, das brincadeiras lá, no sítio onde nasci, por causa daquela inocência, não tinha maldade nenhuma. Era uma beleza! Era mais livre, as brincadeiras sem malícia. Eu tenho grandes saudades dessas coisas. Inclusive os dias de feira meu pai ia pra feira. E isso eu não esqueço nunca... (*lágrimas...*). Às vezes, eu comento com minha irmã mais velha que, quando chegava o dia, menino é doido por pão. Naquela época, porque naquela época tudo era melhor que hoje. A

gente acha que era. O pão naquela época era gostoso demais! Então, quando chegava o dia de sábado, meu pai chegava da feira. No terreiro da minha casa tinha um serrote, tinha uma pedra bem grande, assim comprida e alta. Ele chegava da feira de três, quatro horas, aí a gente subia todos na pedra para esperar meu pai vim, **porque lá de cima da pedra dava para ver quando ele apontava lá embaixo**. Aí dizia: Lá vem pai. O nosso pensamento era só de comer pão. E se eu lhe disser que, em muitas dessas vezes, meu pai não trazia o pão? A gente perguntava: Pai, trouxe o pão? E ele respondia: Não pude trazer, meu filho, o dinheiro não deu... (choro). É melhor parar o coração não suporta...¹³ Grifo nosso.

São muitas as marcas de uma história de vida, elas são contagiantes, germinantes. É um diálogo de vai e vem carregado ou pautado por intensas emoções e oscilações. Em alguns depoimentos prevaleceram o lamento, a euforia, o permitido, o proibido. Essas variantes impulsionavam e desencadeavam sentimentos de alegria, nostalgia, expectativas, frustrações e ilusões. Portanto, a história oral de vida multiplica ambientações, alterações e contextualizações situacionais presentes na fisionomia, no falar e nos toques de quem se propõe a revelar um pouco de si.

Esse processo obedece ou não a uma sequência lógica, sistemática. Aqui os dados surgem da imprecisão,

são postos voluntariamente pelo que a memória consegue recapitular, nem sempre os dados se conectam. Talvez seja este o grande encanto de trabalhar com a história oral de vida: a cada encontro uma surpresa, uma nova impressão, uma sensação de que por aqui a subjetividade parece superar a objetividade.

A informação vem do acaso, da voz cansada, fragilizada, às vezes favelada, e assim, a conversa vai escoando pelo filtro da memória. Quando menos se espera, nos deparamos com um oceano de lembranças merecedoras de nossa atenção. Elas surgem acompanhadas de uma constelação de emoções que precisam ser propaladas, pois tem muito a nos anunciar, visto que eles, os "de baixo", transitam entre protagonistas e coadjuvantes de muitas histórias abrigadas.

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. (POLLAK, 1989: 4).

Todo trabalho que recorre à oralidade como método de pesquisa deve destacar a importância dos estudos acerca da memória. Nesse aspecto, Bosi (2015) percebe que é comum a memória dos velhos vir acompanhada por atividades laborativas. Então, o sentido da vida parece ser a ação do trabalho como meio significativo e existencial. "*A memória do trabalho é o sentido, é a justificação de toda uma biografia*" (ibidem, p. 481).

Ainda sobre a memória, é interessante perceber o quanto a mesma é produtora de significados e representações reveladas através dos quadros sociais do indivíduo, que é "*Sociável, sobretudo, porque o indivíduo só se explica na vida comunitária*" (MEIHY, 2011: 68). Por sua vez, Halbwachs (2006) também entende que a memória, por natureza, deveria ser um fenômeno coletivo e social, e como tal estaria sujeita a flutuações, transformações e mudanças constantes. Para este autor existe um processo de "negociação" na conciliação de memórias individuais e coletivas.

"Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos que somente nós estivemos envolvidos e objetos que

somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós” (op. cit., p. 30). De igual modo, Pollak (1992) afirma ser a memória um fenômeno construído social e individualmente. Portanto, a estruturação da memória do indivíduo é condicionada à vivência deste com o seu grupo e com as instituições sociais a que ele pertence.

Por ser a proposta trabalhar com a reminiscência de velhos barbeiros, que fazem do seu local de trabalho um espaço de sociabilidade, Benjamin (1994), em seu texto “O narrador”, estabelece uma discussão nesse sentido, quando discorre sobre o conceito de narrativa e extinção do narrador. Para ele, o narrador é uma figura extremamente importante por transmitir em seus relatos sabedoria e experiência.

Assim, ao contrário da informação, que só tem valor enquanto nova, a narrativa traz como marca a conservação, mesmo diante do passar dos tempos, ela consegue manter-se viva entre as gerações. Então, é percebido que na narrativa sempre há uma “*dimensão utilitária*” (BENJAMIN, 1994: 204), ela não se perde com o tempo, pois “*o narrador é um homem que sabe dar conselhos*” (op. cit., p. 200). Estes, às vezes, valem para toda uma vida;

se bem que essa prática já não é tão considerada, porque “dar conselhos” soa como algo ultrapassado ou descontextualizado.

“*As experiências estão deixando de ser comunicáveis (...). A arte de narrar está definindo porque a sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção*” (BENJAMIN, 1994: 200 e 201). Além disso, o homem atual só conserva o que pode ser conciso. Portanto, a cada dia fica evidenciado que, aos poucos, na chamada cultura moderna, o narrador tradicional já não atrai ouvintes, ele não consegue mais juntar pessoas prontas a escutar suas experiências, histórias, contos e outros episódios do cotidiano.

O que prevalece é um isolamento do indivíduo, que se basta com a condensada informação, bem como uma visível extinção do narrador e a declarada morte da narrativa. “*Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas*” (op. cit., p. 205).

Após essa discussão voltada ao conceito de narrativa, abordaremos questões relacionadas à masculinidade. Nesse aspecto, a pretensão é mostrar que as antigas barbearias de Campina Grande

funcionavam como um microcosmo de reprodução dos supostos valores masculinos. A proposta foi a de tentar reconstruir as experiências vivenciadas pelos frequentadores, apresentando este espaço não só como local de embelezamento, mas de passatempo do público masculino. Muitos indivíduos, mesmo não necessitando dos trabalhos do barbeiro, eram assíduos no salão.

Para subsidiar a discussão sobre masculinidades, recorreremos a textos como "A dominação masculina", Bourdieu (2005), que estabelece um diálogo em torno da dominação de gênero, em que ao homem é reservada ou reproduzida naturalmente no meio social a ideia de superioridade em relação ao ser feminino. Já o texto de Grossi (2004) traz uma abordagem próxima do que é discutido na pesquisa: a organização social das masculinidades em suas "inscrições e reproduções locais e globais", bem como a compreensão do modo como os homens entendem e expressam a "identidade de gênero" a partir das interações sociais dos homens com os outros homens e com as mulheres, ou seja, a masculinidade como expressão da dimensão relacional de gênero.

Após essas considerações, devemos acrescentar que no intuito de conseguir material que proporcionasse consistência à elaboração da pesquisa, partimos em busca de textos produzidos na academia capazes de nos auxiliar na fundamentação da pesquisa. Ao realizar tal atividade, percebemos que não havia trabalhos relacionados a experiências profissionais específicas. Após detectar essa lacuna na historiografia campinense: de perceber a cidade sob o ponto de vista de segmentos laborais, é que resolvemos desenvolver um projeto que contemplasse a cidade a partir da ótica dos seus trabalhadores.

Portanto, somada à curiosidade intelectual, a pretensão da pesquisa foi ampliar o conhecimento sobre a temática proposta, levando novos saberes a diferentes pesquisadores. Compreendemos que essas considerações por si mesmas justificam a elaboração do presente estudo. Contudo, mesmo sendo possível defrontar-se com textos abordando a temática apresentada, isso não inviabilizaria a realização deste trabalho, pois entendemos que no campo da historiografia um mesmo tema pode ser visto a partir

de diferentes perspectivas teórico-metodológicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após essa singela apresentação sobre a importância do trabalho no resgate da memória, e suas principais definições, bem como as diferentes problemáticas que circundam essa temática, seja na vivência social, no meio urbano, nos conflitos e na repressão cotidiana, espera-se que esta discussão facilite a elucidação sobre a categoria trabalho e as transformações que esta designação vem sofrendo. A qual, com o advento da modernidade, passa de uma conotação negativa à ressignificação da ação humana.

Diante das indagações e afirmações apresentadas, amplia-se o campo de possibilidades quanto à busca de alternativas nas experiências e no cotidiano particular de pessoas comuns, facilitando com

isso o entendimento dos acontecimentos sociais e históricos que fazem parte da vivência dos trabalhadores urbanos, em especial os barbeiros. Que as narrativas desses personagens promovam a compreensão sobre suas vidas, a história e o mundo do trabalho em Campina Grande.

Dessa forma, a partir de uma perspectiva da "história vista de baixo", o pesquisador certamente estará provocando o brado de sujeitos sociais emudecidos e olvidados, os quais têm muito a dizer sobre suas práticas e experiências no meio urbano. Assim, tomando como base seus relatos, pode-se desvendar um pouco de suas histórias, sua cultura, seus hábitos, costumes e a cidade em que residem.

¹ Mestre em História – Universidade Federal de Campina Grande – ciddouglas@yahoo.com.br

²Com relação à História Social e seus respectivos representantes e tendências, observar CARDOSO, Ciro Flamarion *et al.* (orgs.). *Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

³A *formação da classe operária inglesa* está escrita em três volumes. O volume I – *A árvore da liberdade* – trata de recuperar e compreender o sentido das tradições populares vigentes no século XVIII. No volume II – *A maldição de Adão* – o autor apresenta-nos, com detalhes, a experiência da mudança de vida de alguns grupos trabalhadores, a partir da presença ameaçadora da fábrica em plena Revolução Industrial e destaca a expressão cultural e política da consciência de classe operário, advinda dessas experiências. No último volume conhecemos *A força dos trabalhadores*, os quais, mediante a imposição do silêncio, da censura e da repressão das classes dominantes, tecem na

clandestinidade suas experiências, produzindo a história do radicalismo plebeu até o momento heroico de manifestação de uma tentativa de revolução democrática.

⁴O conceito de experiência serviria para Thompson como um modelo unificador das ações dos trabalhadores. Em a "Miséria da teoria" e no prefácio do volume I de "A formação da classe operária inglesa", o autor traz a seus leitores o conceito de experiência histórica e cultural como modelo catalisador de ação social. (Ver com maior detalhe em ALFREDO, João. Carta de Campos Melo Júnior. In: THOMPSON, Edward. *O conceito de experiência histórica*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, Julho 2011, p. 2 e 3.)

⁵Cf. ENGELS, Friedrich. *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. São Paulo: Global, 1990, p. 269.

⁶Cf. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Livro I, v. 1, 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

⁷Cf. ALVORNOZ, Suzana. *O que é trabalho*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiros Passos)

⁸Cf. FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: Nascimento do Ocidente*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.

⁹As atividades laborativas passam a ser tão importantes, que como ressalta Franco Junior no Capítulo II – "As Estruturas Econômicas", já no final da Idade Média começam a surgir as primeiras corporações de ofício, as quais reuniam trabalhadores artesãos urbanos ligados a um mesmo ofício. Estas instituições visavam, sobretudo, garantir os interesses e direitos dos trabalhadores. As corporações também tinham uma composição básica de mestres e aprendizes. Estes últimos geralmente eram parentes do mestre e prestavam serviços pelo aprendizado.

¹⁰Sobre esta questão, o autor destaca que no Brasil tem aumentado de tal forma o interesse pela História do Trabalho, que desde os anos 2000 foi criado no interior da Associação Nacional de História (ANPUH) o Grupo Mundos do Trabalho.

¹¹Sidney Chalhoub defende em 1984 sua dissertação de Mestrado e depois, em 1986, editada como livro, "Trabalho, lar e botequim". Os materiais utilizados como fonte foram os manuscritos de processos criminais de homicídios (1898-1911).

¹²FERREIRA, M. M. *et ali. História Oral: Desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fio Cruz, FGV, 1998, p. 31-45.

¹³Genival Dias da Silva. Entrevista concedida ao autor em: 30 de maio de 2016.

REFERÊNCIAS

BARROS, José d'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2009.

BATALHA, Claudio, H. M. Os Desafios Atuais da História do Trabalho. Anos 90, Porto Alegre, v. 13 n. 23/24, jan./dez. 2006. Companhia das Letras, 2015.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Obras escolhidas: Magia e técnicas, arte e política*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRESCIANI, Maria Stela Martins. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CABRAL FILHO, Severino. Modernização e trabalho: as dores do progresso. In: A cidade revelada: Campina Grande em imagens e história (1930-1950). Campina Grande – PB: EDUFCG, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion et al. (orgs.). História das Mentalidades e História Cultural. In: Domínios da História de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

DANTAS, Gilson. A crítica de Hannah a Karl Marx. Revista Sociológica em Rede, v. 3, n. 3, 2013.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. A Idade Média: Nascimento do Ocidente. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FURTADO, Júnia Ferreira. Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial. Revista do Arquivo Público Mineiro, n. 41, pp. 88-105, 2005.

GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: Uma revisão teórica. Antropologia em primeira mão, n. 1, 1995, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

LEBRUN, François. Os cirurgiões-barbeiros. In: LE GOFF, Jacques. As doenças tem história. Lisboa: Ed. Terramar, 1985.

LINDEN, Marcel Van der. História do Trabalho para além das fronteiras. Cad. AEL, v. 17, n. 29, 2010.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). História da vida privada no Brasil República: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe B. Manual de História Oral. São Paulo: Contexto, 2011.

MÜLLER, Ricardo Gaspar; MORAES, Maria Célia Marcondes de. E. P. Thompson e a pesquisa em ciências sociais. In: MÜLLER, Ricardo Gaspar; DUARTE, Adriano Luiz (orgs.). E. P. Thompson: política e paixão. Chapecó – SC: Argos, 2012.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. In: Estudos históricos: Memória 3. Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1989.

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (org). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

SANTOS FILHO, Lycurgo. História geral da medicina brasileira. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991, v. II.

SANTOS, Inês Maria Meneses dos; SANTOS, Rosângela da Silva. A etapa de análise no método história de vida - uma experiência de pesquisadores de Enfermagem. Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis, Out./Dez. 2008, 17(4). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/12.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2016.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012, v. I.

_____. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Tradução Livia Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PARAÍBA 1817: HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

*PARAÍBA 1817: HISTORY, MEMORY
AND HERITAGE*

Eliete de Queiroz Gurjão¹

RESUMO

Este artigo constitui uma tentativa de mostrar o protagonismo da Paraíba na Revolução de 1817 ; a importância desta no contexto do início do século XIX; recuperar e ressignificar sua memória ; descrever e divulgar seu patrimônio sobrevivente na cidade de João Pessoa-Pb. Neste sentido faz uma crítica à historiografia que praticamente ignora a participação das demais províncias na rebelião, narrando-a como apenas A Revolução Pernambucana, tecendo, assim, um véu de esquecimento que apagou-a da memória dos paraibanos. Tal fato foi constatado através da execução do projeto que é relatado no final do texto. Foi um projeto de extensão cujos objetivos foram: salvar o que restava do patrimônio e da memória da Revolução de 1817 na Paraíba, restaurar placas referentes à Revolução e realizar um trabalho de Educação Patrimonial, tentando sensibilizar parte da população local sobre a importância e significado desse patrimônio, procurando reforçar seu sentimento de pertença e auto-estima.

Palavras-chave: Revolução de 1817; Educação Patrimonial; História da Paraíba

ABSTRACT

This article is an endeavour to present the protagonism of the state of Paraíba in The Revolution of 1817; the importance of the revolution in the context of the early nineteenth century; to recover and re-signify its memory; and describe and unveil its surviving heritage in the city of João Pessoa-Pb. In this sense the article makes a critique of historiography that practically ignores the participation of other provinces in the rebellion, narrating it as only The Pernambuco Revolution, thus weaving a veil of oblivion that erased it from the memory of the people from Paraíba. This fact was verified through the implementation of the project that is reported at the end of the article. It was an university extension project whose objectives were to save what was left of the heritage and memory of The Revolution of 1817 in the state of Paraíba, to restore plaques related to the Revolution and to carry out a Heritage Education work, trying to sensitize part of the local population about the importance and meaning of this heritage, seeking to reinforce their sense of belonging and self-esteem.

Keywords: Revolution of 1817; Heritage Education; History of Paraíba

O NORDESTE DO BRASIL NO CONTEXTO DO SÉCULO XIX

Em 1817 a Europa atravessava o início da fase que Eric Hobsbaum denominou de "ondas revolucionárias" (1982: 127). Em meio às novas condições sociais e econômicas e a luta das monarquias européias para manter a velha ordem, os ideais da Revolução Francesa ecoavam por toda parte. Além disto, a independência das colônias inglesas da América repercutia por toda o continente americano, onde colônias espanholas proclamavam-se independentes. O ideal republicano e os princípios liberais eram trazidos e divulgados no Brasil, apesar da proibição das obras de seus defensores. Brasileiros que se formavam na Europa, no retorno, difundiam as novas ideias.

Desde 1808 toda Corte de Portugal instalou-se no Brasil. O Rio de Janeiro foi transformado em sede do Estado português, e como tal, teve que ser aparelhado de todo o necessário às exigências de uma corte acostumada ao conforto. Durante sua estadia no Brasil, D. João VI empreendeu a invasão da Guiana francesa e da Banda Oriental, que acarretaram grandes despesas. Para cobrir os gastos da Corte e das

campanhas militares as capitânicas eram sobretaxadas, criando-se, assim, motivo de insatisfação.

As capitânicas do Nordeste, cuja economia agro-exportadora foi hegemônica durante os séculos iniciais da colonização, representando o sustentáculo da Colônia e maior fonte de rendas para a Metrópole, a partir do século XVIII foram atingidas por crises resultantes da vulnerabilidade da estrutura econômica que lhe foi imposta: dependência às oscilações do mercado externo e à política monopolista da Coroa. A economia açucareira foi atingida inicialmente, a partir da expulsão dos holandeses e da concorrência do açúcar das Antilhas. O algodão, segundo produto na pauta das exportações, planta nativa do Nordeste, apesar de sua grande potencialidade e facilidade de produção, não foi devidamente estimulado. Considerado da melhor qualidade, no entanto, ficou à mercê das oscilações da demanda externa. O gado, afastado para o interior, em face do monopólio da cana nas terras do litoral e zona da mata, foi conduzido para os sertões, propiciando o estabelecimento das fazendas a partir do século XVII. Esta atividade, embora separada da área canavieira, permaneceu dependente do mercado consumidor do litoral e

zona da mata. Somente no século XIX, com o desenvolvimento da lavoura algodoeira associada à pecuária, latifúndios do sertão entraram no circuito do comércio exterior. Quanto à economia de subsistência, desde o início da colonização sobrevivendo atrelada a agro-exportação, assim continuou, produzindo alimentos nas terras consideradas impróprias para a grande lavoura de exportação.

No início do século XIX o açúcar e o algodão foram novamente atingidos por grande retração. Segundo Carlos Guilherme Mota (1972) tratou-se de uma grande recessão, cujos anos-base foram 1812/1815, quando houve queda dos preços no mercado externo, bem como redução da produção, especialmente do algodão. Esta redução, em parte, pode ser resultante das grandes secas que atingiram o Nordeste desde os fins do século XVIII e em 1816. Além destes fatores, o citado autor acrescenta outro fator interno: Pernambuco e Paraíba, maiores centros exportadores, a partir dos anos 1812 e 1820 enfrentam a concorrência do Maranhão, cuja produção estava em constante crescimento.

É por demais sabido o papel político representado pela elite agrária nordestina que, desde os primórdios da colonização, exercia o poder local

de forma incontestável. O monopólio da terra e a escravidão, associados às prerrogativas de poder que a Coroa portuguesa lhes delegou favoreceram seu mandonismo. Como senhores das Câmaras ou chefes de Milícias e Ordenanças controlavam o poder nas municipalidades. Por conseguinte, constituía a classe dominante em uma sociedade escravocrata, patriarcal e estratificada.

A Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, implantada pelo marquês de Pombal, durante o período de 1759 a 1780 exerceu o monopólio do comércio e impôs juros e taxas abusivas, acarretando endividamento e falências. Segundo Celso Mariz (1939) foi apontada pelo governo da Paraíba como responsável pela ruína de engenhos e crise financeira da Capitania. Parte da elite agro-exportadora destas Capitânicas, através das Câmaras de Olinda, Recife e Paraíba revoltada, solicitou ao rei de Portugal a extinção da Companhia. Declarada extinta em 1780, todavia, sua junta liquidatória continuou atuando até 1821. Às vésperas da revolução, portanto havia um grave conflito entre a elite agrária e mercadores "monopolistas". Estes dominavam o comércio de importação/exportação, vendendo suas mercadorias, inclusive escravos, a preços exorbitantes e comprando

açúcar, algodão e demais produtos da terra pelo menor preço.

Esta troca desfavorável acarretou o endividamento de parte da elite local que, para saldar suas dívidas, tinha que recorrer a empréstimos que eram fornecidos também por “monopolistas”, cobrando juros extorsivos. Tal situação acarretou o encarecimento do custo de vida, atingindo, portanto, toda a população e prejudicando especialmente as camadas populares. Daí porque as manifestações de lusofobia da elite eram frequentes também entre a população como um todo. (MOTA: 1972, 21 a 23).

Neste contexto a Paraíba era submetida à dupla subordinação: à Coroa portuguesa e à Pernambuco. Mediante a deficiência de seu porto, todo seu comércio externo era realizado através de Recife, que já atuava como polo regional, convergindo para seu porto e centralizando a produção das províncias vizinhas: CE, RN, PB, AL e SE.

A essa dependência da economia paraibana à Pernambuco, pode-se acrescentar a dependência política, uma vez que ela esteve anexada à Pernambuco por 44 anos (1755/1799). Após quase meio século anexada à Pernambuco, a Paraíba encontrava-se administrativamente

desorganizada e com sua economia arruinada. Tal situação teve como agravante a série de estiagens ocorridas em 1777, 1792 e 1816 que contribuiu mais ainda para o agravamento de sua situação, com o encarecimento dos produtos de primeira necessidade.

A REVOLUÇÃO NA PARAÍBA

As articulações e mobilizações que conduziram à revolução ocorreram bem antes de 1817. Em 1799 o paraibano Arruda Câmara fundou o Areópago de Itambé, segundo Mário Melo (1912: 12) primeira loja maçônica do Brasil. Situada na fronteira entre Paraíba e Pernambuco era frequentada por maçons das duas capitanias, partidários das idéias republicanas e liberais. Em 1800 foi implantado o Seminário de Olinda, outro centro de expansão do liberalismo europeu e dos Estados Unidos. O Areópago de Itambé foi denunciado e fechado, porém em 1801 duas lojas maçônicas funcionavam clandestinamente em Recife: academias do Cabo e Paraíso. Por conseguinte, a ideologia de 1817 foi propagada pela maçonaria e clero e foram maçons e padres os principais articuladores e líderes do movimento, participando ativamente nas lutas.

A animosidade entre brasileiros e

portuguêses era pontuada no cotidiano por episódios conflituosos frequentes, sobretudo em relação aos “monopolistas”. A revolução estava sendo preparada, quando um motim militar em Recife resultou na prisão de oficiais brasileiros e no assassinato de um brigadeiro português pelo capitão José de Barros Lima. A tropa aliou-se aos rebeldes, iniciando assim, o movimento revolucionário em Pernambuco, seguindo-se a tomada do poder e proclamação do governo republicano em 06 de março.

Na Paraíba a revolução foi iniciada nas cidades de Itabaiana e Pilar, cujas tropas marcharam para a capital. “ [...] *por todos os logares por onde passavam encontraram o povo armado com os principais proprietários em frente, que de boa vontade o seguiam*”(TAVARES: 1917, CXXVIII).

Em 16 de março, alguns chefes militares proclamaram a República e elegeram a Junta Governativa da Paraíba, constituída de lideranças revolucionárias. Logo que assumiu o governo a Junta decretou a abolição das Câmaras, Ouvidorias e outras instâncias políticas da velha ordem colonial e monárquica. Da Paraíba partiram contingentes armados visando expandir a Revolução para o Rio Grande do Norte e Ceará. De Pernambuco, foram enviadas expedições para as capitanias ao sul.

Porém, além de Pernambuco, somente na Paraíba o movimento revolucionário conseguiu tomar o poder e implantar um governo republicano, embora por apenas um mês e vinte dias.

Correspondência diplomática e notícias veiculadas por jornais da Europa e Estados Unidos na época da rebelião, pesquisados por Gonçalo Mourão (2009), demonstram que a Revolução de 1817 foi motivo de preocupação na Europa, em face do contexto de movimentos emancipatórios da América espanhola e, sobretudo, da independência do Haiti. O TIMES dedicou-lhe mais espaço do que à proclamação da Independência em 1822. Nos Estados Unidos foi anunciada com entusiasmo. O jornal Times de Londres dedicou grande espaço nas suas matérias para falar sobre os revolucionários nordestinos, que lutavam pela independência que tanto desejavam. A primeira notícia que o jornal publicou tinha manchete em grande destaque: *Insurreição Geral no Brasil!* Segundo o citado autor, pode-se afirmar que o Times foi o maior responsável pelo conhecimento da Revolução de 1817 pelo mundo. O jornal chegou a publicar diariamente notícias sobre a mais nova revolução no Brasil, inclusive 21 editoriais sobre tal fato.

Representando a nova republica já implantada em Pernambuco e Paraíba, foi enviado aos Estados Unidos um dos seus líderes pernambucanos "O Cabugá", no sentido de solicitar apoio do governo estadunidense à revolução; tentativa fracassada, porém que é considerada a primeira missão diplomática do Brasil no exterior. O fortalecimento da reação e investidas das tropas imperiais, sobretudo pela via marítima, conseguiram enfraquecer as tropas revolucionárias. Recife foi ocupado e na Paraíba, perante a superioridade das forças realistas, seus líderes foram convencidos a se renderem mediante promessa de anistia. Todavia, logo se fez violenta repressão. Centenas de prisioneiros foram encarcerados na Bahia e seus principais líderes foram enforcados e esquartejados em Recife. Entre estes, cinco paraibanos, cujas cabeças e mãos foram expostas em vias públicas da Paraíba.

Todavia, os ideais de 1817, apesar de toda repressão não foram silenciados, ecoaram com toda força através de duas rebeliões: em 1824 e 1848; ambas fundamentadas nos mesmos princípios, ocorridas na mesma região e que contaram com alguns líderes sobreviventes de 1817. A importância desse movimento é bem avaliada por Carlos Guilherme

Mota que a considera como "o 10. movimento significativo de descolonização acelerada e radical do mundo luso-brasileiro" e que apesar de fracassar não houve retorno pacífico ao statu quo ante (1972: 2).

ANTES QUE SE ACABE COMPLETAMENTE: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO DA REVOLUÇÃO DE 1817 NA PARAÍBA

O título acima refere-se a um projeto de extensão executado entre 2011/2014 na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. A motivação que impulsionou o projeto foi o inconformismo de sua coordenadora, professora de História, com o enfoque exclusivo de Pernambuco na historiografia sobre a Revolução de 1817. Todas as publicações sobre história do Brasil, são praticamente unânimes em apresentar esse fato como "Revolução Pernambucana" equando se referem à participação da Paraíba colocam apenas como um prolongamento do movimento de Pernambuco, sem nenhuma consequência. A obra mais referenciada sobre este fato foi escrita pelo pernambucano Francisco Muniz Tavares. Na condição de participante, ele descreve detalhadamente todos os momentos dessa rebelião que

denominou “Revolução de Pernambuco em 1817”. Nesta obra, que até hoje é a maior fonte para o estudo deste acontecimento, o autor, reiteradamente, enaltece Pernambuco e pernambucanos. Para ele, o mérito da revolução cabe exclusivamente aos pernambucanos. Quando fala sobre a participação de paraibanos, atribui à educação que estes tiveram em Pernambuco. Sobre o início da revolução na Paraíba, comentou: “ [...] a povoação de Itabayanna teve a primazia, uma circunstancia particular ocasionou esta honra: era ahi, e na sua vizinhança, que habitava a mór parte dos jovens educados em Pernambuco, [...] ” (TAVARES: 1917, CXXVII).

Excetuando-se algumas obras escritas por paraibanos os historiadores em geral, reproduzem a concepção exclusivista de Pernambuco. Como exceção, pode-se indicar o trabalho de Carlos Guilherme Mota, cujo título, “Nordeste 1817”, já indica sua abrangência, não se restringindo ao movimento em Pernambuco. Realizou extensa pesquisa documental, objetivando analisar a mentalidade das lideranças nordestinas naquele contexto, sem enaltecer pernambucanos.

Aliás, a concepção da superioridade de Pernambuco não se limita à historiografia de 1817,

perpassa por toda história e deita raízes nos primórdios da colonização. Foi de lá que partiu a ideia de criação da Capitania Real da Paraíba, transformando a “indomável” capitania de Itamaracá em território “dócil” à conquista, após vencerem a resistência dos potiguaras (nativos que ocupavam o litoral, desde Itamaracá até o Maranhão) com a indispensável ajuda dos tabajaras (indígenas recém-chegados). Na condição de polo açucareiro e controlador do comércio de exportação dos produtos da região, através das condições favoráveis de seu porto, desde o período colonial, Pernambuco mantinha a hegemonia no Norte e Nordeste. A Paraíba, também pela proximidade geográfica, foi a capitania mais vinculada a Pernambuco, chegando (no século XVIII) a ser-lhe anexada oficialmente, dependência que durou quase meio século. Conforme já comentado, mesmo após emancipada continuou influenciada e economicamente absorvida pelo comércio de Pernambuco. Por conseguinte, a mentalidade do paraibano foi construída mediante tais condições históricas adversas, que não favoreceram sua auto-estima. Durante o governo provisório, instalado na Paraíba em 1817, seus líderes demonstraram preocupação

referente à dependência da economia paraibana, incluindo no projeto de governo medidas para fortalecer seu comércio. No decorrer da história da Paraíba ocorreram outras tentativas pontuais neste sentido. Porém nunca conseguiram vencer as forças oligárquicas, cujos interesses estavam atrelados aos setores políticos e econômicos predominantes em Pernambuco.

Mediante histórica submissão à hegemonia pernambucana a identidade paraibana foi enfraquecida, junto com o apagamento da memória das lutas travadas em seu território desde sua conquista, tal como a brava resistência dos potiguaras. Por conseguinte é evidente que a memória de 1817 não foi cultivada na Paraíba, diferentemente de Pernambuco, onde sempre foi enaltecida através dos livros didáticos e todos os meios de comunicação e incorporada às suas tradições e manifestações culturais. Enquanto isto os paraibanos nunca ouviram falar em tal revolução. Revolução na Paraíba? Para a esmagadora maioria dos paraibanos só houve a de 1930! Esta sim foi tão importante que resultou até na mudança do nome da capital!

Todavia, alguns guardadores da memória de 1817 na Paraíba: o

Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGB) e a Fundação Cultural do Estado, por ocasião do centenário da revolução, fizeram uma homenagem através de placas de mármore, colocadas nos lugares da capital onde foram expostas cabeças e mãos de seus líderes e no local onde ocorreu a rendição. Quanto ao poder público, nesta ocasião, limitou-se a atribuir a denominação de "Praça 1817" a um canteiro situado no meio de uma rua do centro da cidade que hoje quase ninguém sabe por que este nome; conforme evidenciado durante as entrevistas realizadas pela equipe do projeto.

No decorrer do projeto, constatou-se o desconhecimento da existência das placas; raríssimas pessoas na cidade sabiam de sua existência e significado, apesar de colocadas há quase um século.

Placas referentes a 1817

Placa 1: Afixada em um prédio em ruínas na ladeira São Pedro Gonçalves. Local em que foram expostas cabeça e mãos de Amaro Gomes Coutinho.

Fonte: Arquivo da autora.



foram expostas cabeça e mãos de José Peregrino de Carvalho.

Fonte: Arquivo da autora.



Placa 2: Afixada na fachada da Igreja Nossa Senhora de Lourdes, na Av. João Machado. Local em que



Placa 3: Afixada na fachada do prédio da FUNAPE (Fundação de Apoio à Pesquisa/UFPB), na Praça Rio Branco. Local em que foram expostas cabeça e mãos de Francisco José da Silveira.

Fonte: Arquivo da autora.



Placa 4: Afixada na fachada do Mosteiro de São Bento, na Rua General Osório. Registra o local em que ocorreu a rendição dos revolucionários paraibanos frente às tropas imperiais.

Fonte: Arquivo da autora.



Mediante a marcha inexorável do tempo, a ação destrutiva das intempéries e a absoluta falta de manutenção, assim como a memória de 1817, as placas estavam se apagando. Daí porque o título do projeto: "Antes que se apague completamente: memória e patrimônio da Revolução de 1817 na Paraíba". Mediante este lamentável estado de coisas, o projeto teve como objetivos: recuperar a memória e o patrimônio histórico relativo à Revolução de 1817 na Paraíba, alguns "lugares de memória" que sobreviveram, por meio de duas ações: restaurar as placas e executar um trabalho de Educação Patrimonial. A etapa inicial do projeto foi realizada em 2011.2. Consistiu na seleção e capacitação de 12 alunos-bolsistas. Em seguida, foi ministrado pela coordenadora do projeto um curso sobre a fundamentação teórica e oficinas de Educação Patrimonial. Unidos do referencial necessário, os bolsistas realizaram um trabalho de campo para reconhecimento e registro da área de atuação. No semestre 2012.1 foi realizado o mapeamento do entorno das placas e da Praça 1817 e realizadas entrevistas junto a uma amostragem desse contingente, perfazendo o total de 360 entrevistados. Apurados, catalogados e interpretados, os dados

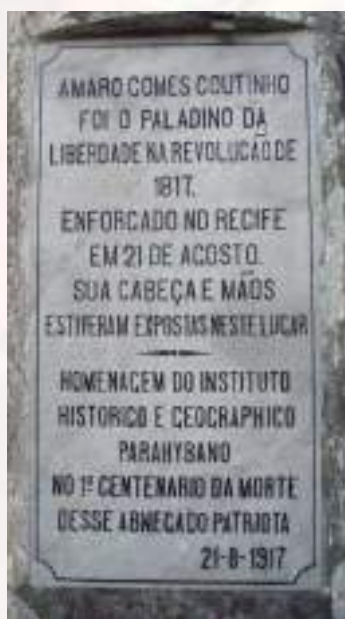
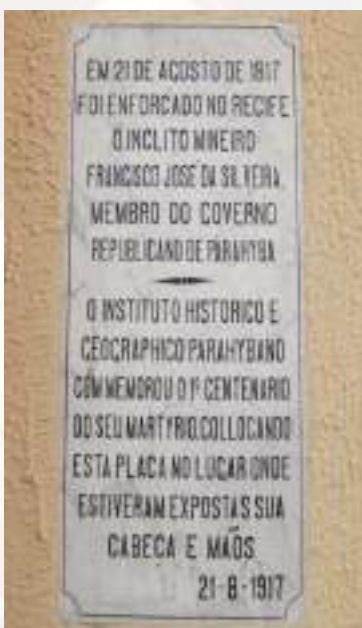
obtidos foram utilizados na produção de textos e materiais de divulgação. O trabalho de Educação Patrimonial foi iniciado através das entrevistas e prosseguiu com a realização de Estações Patrimoniais. Nestas, a equipe do projeto realizou plantões em tendas montadas em praças mais frequentadas da cidade e, durante dois dias seguidos, interagiu com os transeuntes com base nos objetivos do projeto. Nestes dias foram distribuídos folders e panfletos informativos sobre o patrimônio, memória e identidade e apresentados banners referentes à questões pertinentes a essas temáticas e uma exposição de fotos antigas da cidade. Este trabalho foi muito gratificante, possibilitando interação com muitas pessoas. Foram realizadas quatro Estações Patrimoniais: três em João Pessoa e uma em Campina Grande. Estas foram visitadas por centenas de pessoas, destas, a equipe do projeto interagiu com 287, conforme assinatura das listas de presença. No decorrer destas foram distribuídos 2000 convites, 800 panfletos e 2800 folders; material informativo sobre memória, patrimônio e revolução de 1817.

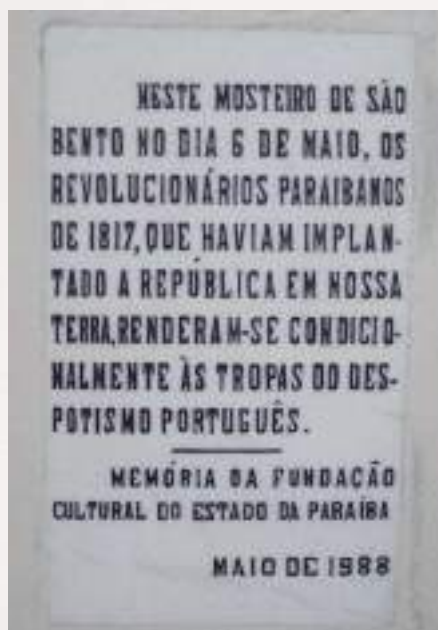
Até o final do projeto foram executadas ações educativas e de divulgação, acompanhando a recuperação das placas que foram

devidamente restauradas e encontram-se em seus lugares de origem bem legíveis à disposição dos visitantes (Ver fotos das placas pós-restauração). Inclusive, considerando que os guias turísticos locais ignoravam a existência do patrimônio sobre 1817 foi realizada uma palestra para eles e distribuído material impresso.

Placas em homenagem aos revolucionários de 1817 pós - restauradas

Fonte: Arquivo da restauradora Maria da Piedade Farias





Conforme proposto no projeto, elaboramos um livro paradidático intitulado: “Antes que se apague: Memória, Patrimônio e Identidade da Paraíba” que foi distribuído nas escolas públicas de nível médio em João Pessoa. Esta distribuição foi precedida de palestras nas escolas sobre a temática do livro.

Com a execução desse projeto iniciamos uma tentativa no sentido de mudar a relação entre o patrimônio de 1817 e parte da população da cidade.

Esperamos que a “descoberta deste patrimônio” reforce o elo entre ele e parte da comunidade local e que seu conhecimento seja ampliado e contribua para reforçar a identidade e autoestima de parte da população paraibana.

É com grande satisfação que registramos a repercussão e certa continuidade de nosso trabalho. Em março de 2017, por ocasião do bicentenário da Revolução de 1817 o IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba) promoveu palestras públicas e realizou a posição solene de uma placa comemorativa ao evento.

Finalizando, resta externar nossos agradecimentos a todos que colaboram com o projeto, especialmente ao CFDD/ MJ/ SDE (Conselho Federal de Direitos Difusos/ Ministério da Justiça/Secretaria de Direito Econômico) que aprovou e financiou o projeto junto com a UEPB.

¹ Professora de História aposentada (UEPB/UEPB). Ms em Sociologia Rural pela UFPB.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, 320 p.
- AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. Cidade de João Pessoa: a memória do tempo. 2 ed., João Pessoa: Grafset, 1993.
- ALBANO, Celina; MURTA, Stela Maris (org.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. 288 p.
- ALMEIDA, Horácio de. História da Paraíba. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1978.
- BERGSON, Henri. Matéria e Memória. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade- Lembranças de Velhos. 4. ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.
- _____. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. 2 ed., São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CALVINO, Italo. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CANDAUI, Joel. Memória e Identidade. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHAUÍ, Marilena et al. In: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal/ Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar DPH, 1992.
- DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. São Paulo: Autores Associados, 1996.
- FAZENDA, Ivani. Metodologia da pesquisa educacional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- FERNANDES, José Ricardo Oria. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. In: Rev. Brasileira de história 25/26. São Paulo: ANPUH/Ed. Marco Zero, 1993. p. 265-276.
- FLEURI, Reinaldo Matias (org.). Educação intercultural: mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, 158 p.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GRANELL, Carmem Gomes; VILA, Ignácio (orgs.). Acidade como projeto educativo. Porto Alegre: Artmed, 2003. 152 p.
- HALBWACHS, Maurice. La mémoire collective. 2.ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 104 p.

- HENRI, Aysel (org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 240 p.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras et al. Guia básico de educação patrimonial. Brasília:IPHAN/Museu Imperial,1999.
- HOBBSAWN, Eric J.A era das revoluções. 4 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. 4 ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.
- LE MOS, Carlos A. C. O que é Patrimônio Histórico. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MOTA, Carlos Guilherme. Nordeste 1817: Estruturas e argumentos. São Paulo: Ed. da USP, 1972.
- MÉLO, Mário Carneiro do Rego. A maçonaria e a revolução republicana de 1817. Recife: Imprensa Industrial, 1912.
- MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. A revolução de 1817 e a história do Brasil: um estudo de história diplomática. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL. Disponível em: <http://www.redebrasil.tv.br/salto>. Acessado em: 18 abr. 2007.
- PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio cultural: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO IPHAN. Brasília, 1999/2000, 2001/2002,2003/2004.
- REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Olhar o Brasil**, no. 29, Brasília, 2001.
- SANTOS, André Luis Ramos e KLAMT, Sérgio Célio (orgs.) Educação Patrimonial: Teoria e Prática. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007. 200 p.
- SILVA, Keila Queiroz e; OLIVEIRA, Silêde Leila. Educação patrimonial: um olhar pedagógico sobre a cidade. Campina Grande: UFCG/ DHG-DE/ Comissão de construção do projeto
- NORA, Pierre. **Entre a memória e a história; a problemática dos lugares**. In: Projeto Hist pedagógico para as escolas, 2002. p. 1-2.
- TAVARES, Francisco Muniz. História da revolução de Pernambuco em 1817. Recife: Imp. Industrial, 1917.
- THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ção. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. Cidades educadoras. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.

**"UMA COISA É VOCÊ SE MUDAR
DE ONDE VOCÊ MORA OUTRA
COISA É VOCÊ SER EXPULSO":
ORIGEM E TRAJETÓRIA DO
MOVIMENTO DOS ATINGIDOS
POR BARRAGEM NA PARAÍBA**

*"UNE CHOSE EST DE VOUS CHANGER
O YOU VOUS VENEZ QUE VOUS
PENSEZ UNE AUTRE CHOSE":
ORIGINE ET TRAJECTOIRE DU
MOUVEMENT DES DOMMAGES DANS
LE PARAÍBA*

Ellen Layanna de Lima¹

RESUMO

A comunidade de Pedro Velho no ano de 2004 passou por uma experiência significativa de perda material e simbólica com o rompimento da barragem de Argemiro Figueiredo (Acauã) na Paraíba. Este fato acarretou o aprofundamento das desigualdades sociais, ao passo que produziu centenas de famílias que além de pobres, ficaram sem terra para manter a atividade agrícola, atividade que garantia o sustento da maioria dos Pedro velhences. Para além de um prejuízo econômico, a população ainda enfrentou a suplantação de bens culturais e a perda de suas referências tradicionais. Nos rumos da história o silêncio é uma barreira, a que os vencedores submetem os vencidos, barreiras estas que devem ser rompidas. Acreditando no rompimento das "barreiras do silêncio" este artigo contou um pouco da história de Pedro Velho, comunidade inundada no mês de Janeiro de 2004, e seus desdobramentos (sendo um de seus

principais a formação do Movimento dos Atingidos por Barragens) a partir do olhar de moradores e militantes. Nossa pesquisa teve como principal ferramenta metodológica a história oral. No âmbito teórico contamos com Le Goff (1990) para nos ajudar a compreender a luta pela dominação da recordação e da tradição, bem como, das manifestações da memória, refletindo a partir disto sobre a narrativa oral. Santos (2007) nos apresentou um quadro de autores que pensam sobre a memória e sua relação com a história. Benjamin(1994) nos ajuda a entender a figura do narrador ao passo que fala da experiência de narrar e Barbosa (2000) nos diz que história oral é um misto de método, fonte e técnica e nos subsidia no entendimento desta metodologia. Por último, ao fim desta pesquisa, tivemos a conclusão que a perda de referência no âmbito material e cultural foi algo presente na fala dos entrevistados, tal perda engrenou a produção de estratégias de adaptação e resistência. Neste sentido a memória, a organização social e a inspiração pela luta, foram pontos notáveis na fala dos narradores que procuramos destacar.

Palavras chave: Memória, História, Movimento dos Atingidos por Barragens, resistência.

RÉSUMÉ

La communauté de Pedro Velho a vécu, en 2004, l'expérience d'une perte matérielle et symbolique pertinente, avec la rupture du barrage d'Argemiro Figueiredo

(Acauã), à Paraíba. Cet évènement a eu comme résultat une hausse des inégalités sociales, tandis que certaines de familles se sont appauvrit et ont perdu les terres où elles développaient l'activité agricole qui apportait des revenus à la plupart des habitants de Pedro Velho. En plus des pertes économiques, la population a fait face à des pertes des biens culturels et des leurs références traditionnelles. Tout au long de l'histoire, le silence est une barrière à laquelle les vainqueurs soumettent les vaincus et ces barrières doivent être rompues. En croyant à la rupture de ces "barrières du silence", nous avons écrit cet article pour partager une partie de l'histoire de Pedro Velho, la communauté inondée en Janvier 2004, et ses conséquences (notamment la formation du Mouvement des Atteints par des Barrages), du point de vue des habitants et des militants. Le principal outil méthodologique de notre étude a été l'histoire orale. Pour la revue de la littérature, Le Goff (1990) nous a aidé à comprendre la lutte pour la domination des souvenirs et de la tradition, ainsi que les manifestations de la mémoire, dans une réflexion sur la narrative orale. Santos (2007) nous a présenté des auteurs qui parlent de la mémoire et de son rapport avec l'histoire. Benjamin (1994) nous aide à comprendre le rôle du narrateur, tandis qu'il nous parle de l'expérience de la narration, et Barbosa (2000) nous dit que l'histoire orale est un mixte de méthode, de source et de technique, tout en expliquant cette méthodologie. Enfin, à l'issue de cette recherche, nous avons

conclu que la perte de référence, aux niveaux matériel et culturel, était visible à travers les réponses des interviewés. Cette perte a engendré la production de stratégies d'adaptation et de résistance. Dans ce sens, la mémoire, l'organisation sociale et l'inspiration pour la lutte ont été des points identifiés dans les discours des narrateurs que nous voulons mettre en exergue.

Mots-clés: Mémoire, Histoire, Mouvement des Atteints par des Barrages, Résistance.

INTRODUÇÃO

Para investigar as peripécias humanas no decorrer da História, a memória se constitui em uma ferramenta importante e muitos a têm como a "salvação do tempo". Sem a memória os homens perdem sua base identitária e a substância de sua historicidade. A importância de fazermos uma releitura dos acontecimentos a partir da memória e da oralidade está relacionada ao fato que como documento/monumento representou e ainda representa o objeto de poder, a fonte oral ainda é a principal responsável por descortinar elementos da cultura popular. Como disse Le Goff (1990):

São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que

melhor permitem compreender essa luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (p.476)

Para uma análise mais precisa sobre a origem e trajetória do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) fomos em busca de aspectos de um contexto mais amplo que envolve a origem do movimento, quais as atitudes e posturas e os principais sujeitos envolvidos no surgimento do MAB- PB. Em virtude disso, optamos pelo método de pesquisa da história oral. De acordo como BARBOSA (2000):

A história oral é um misto de método, fonte e técnica, embora também seja evocada como campo científico, inclusive de disputa de hegemonia acadêmica junto às agências de fomento à pesquisa historiográfica. E para Verena Alberti a História Oral é um método de pesquisa que privilegia o acesso a informações diretamente das fontes testemunhais; e esse método produz fonte, que são os depoimentos, as narrativas, as quais são colhidas através da técnica de entrevista, que ficam à disposição dos estudiosos [...]

As narrativas que colhemos, neste trabalho consistem também na narrativa do líder do movimento social, que nos forneceu informações acerca de datações, posturas, fatos que envolvem o MAB como também

de outros sujeitos e atores participantes desse processo. Diante da evidencia do papel da memória na reconstrução dos fatos, nos deparamos com o desafio das relações teóricas entre memória e História, e percebemos que os populares tem um modo peculiar de enxergar os acontecimentos, modo que tem muito pouco a ver com a história contida nos livros. A transformação do lugar de fala na construção textual, saindo da condição de objeto de estudo para a condição de sujeito ativo, merece uma análise peculiar sobre a reconstrução dos acontecimentos, por intermédio da memória. Concordamos com Santos (2007):

Não se busca mais uma veracidade inquestionável, mas antes uma compreensão de como o passado, aquele vivido e sobrevivido, em documentos e monumentos (LE GOFF, 1994), rastros (RICOEUR, 1997), sinais (GINZBURG, 1989) e mesmo lugares de memória (NORA, 1993) se mostram ainda como espaços privilegiados de uma compreensão do presente. Nesse caso, o presente pode ser lido como tempo que se coloca ao historiador como processo, como dinâmica que a todo o momento sente, dentro de si, o deflagrar de um passado que convida à pesquisa porque exige respostas ao presente. Um passado que deixa emergir ressurgências de si, que impõem o repensar sobre memórias constituídas e vividas com uma intensidade política

provocadora de ações e reações de grupos étnicos, religiosos, sexuais e acadêmicos nas suas defesas de direitos e deveres de memória.

A História dar-se para os grupos não como uma periodização, mas também uma seleção dos fatos significativos. A História que o povo vive e recorda, passa à margem da História oficial², tratando muito mais como uma percepção dos fatos passados, também constroem um presente:

Para Halbwachs (2006), a memória coletiva e a memória individual se elaboram em um exercício racionalizante e voluntário de reconstrução do passado. Esse autor, como disse Jacy A. Seixas (2001a, p.95), acredita que são os quadros sociais que permitem a lembrança à medida que o grupo social sobrevive e se articula como mantenedor de uma dada memória. Para a autora, muito mais que reconstruir o passado esses grupos deixam-no emergir, tornando-os esteios de lutas políticas referendadas por memórias que, reatualizadas, pautam as defesas de identidade e de cidadania. Isso porque mais que mantenedores de memória, como o queria Halbwachs, esses variados grupos sejam de que lutas se formem – étnicas, religiosas, culturais, por independência política, defesas de gênero – têm na memória um ponto de apoio e justificativa de suas ações. Lidam afetivamente com uma memória que irrompe

trazendo consigo o passado pleno de sentimentos e afetos. (SANTOS, 2007)

1.3 HISTÓRIA DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO BRASIL

Alguns movimentos sociais e suas atuações e implicações na história política do Brasil se deram a partir da ditadura. Ao pensar na trajetória e no contexto político e temporal em que surgem os movimentos de redemocratização (1970), com o movimento dos atingidos por barragem na Paraíba que tem origem anos de 2004, verificamos que cada um emerge de uma conjuntura específica e tem objetivos e forças diferentes no seio da sociedade em que se apresentam. Ao passo que o primeiro (movimentos de redemocratização) é um movimento mais amplo, pois envolve um desejo de transformação também mais amplo e complexo. O segundo (movimento dos atingidos por barragem – Pedro Velho I) é um movimento local que surge a partir de um fato que envolve desde a perda material, identitária, do território de origem da população até os direitos costumeiros que implicam no prejuízo de patrimônios de origem material, imaterial e natural.

Os movimentos sociais na história do Brasil se deram em meio a grandes embates. Damos ênfase aos surgidos em meio aos governos autoritários na ditadura militar, estes possuíam um ideal voltado para a ideia de redemocratização. De início as grandes revoltas estavam calcadas na exigência da redemocratização e quando esta redemocratização vai sendo conquistada, os governos eleitos não tem em sua ideologia a classe trabalhadora, ou seja, são governos que não enxergam a minoria o que provoca a contínua existência de movimentos que a todo tempo surgem no solo "fértil" da negligência e no descompromisso governamental com as classes subalternas. Então podemos dizer que o movimento social tem como uma de suas características o surgimento em condições adversas, pois nos períodos mais críticos da história do Brasil é que surgiram as grandes mobilizações³.

No período da ditadura militar onde se deu início as grandes obras, mesmo com a estrutura autoritária do governo, os movimentos sociais não se calaram ou desapareceram, estes se articulavam às escondidas de forma "clandestina". Foram 21 anos de ditadura militar (1964-1985). Um período que envolveu restrições,

dentre elas o direito ao voto, ou seja, era um princípio governamental que diluía a democracia e a participação popular reprimindo com violência qualquer espécie de ameaça ao governo instituído.

Assim como disse Emir Sader (2001), por não admitirem a participação popular o governo criou em si seu próprio dispositivo de destruição. Um sistema governamental se desgasta quando menos admite a participação popular nas decisões públicas. Fazendo uma articulação com a política de 19 anos depois (1985-2004), aquela da sociedade que os atingidos por barragem vivenciavam, cuja política é maquilada por uma performance democrática e provedora do bem estar social, podemos perceber que a participação popular sempre foi um aspecto problemático para o sistema governamental implantado no país. Quase 20 anos depois, com a dita "redemocratização" ainda não ultrapassamos a barreira da ausência de participação popular na tomada de decisões, as políticas especificamente aquelas que não beneficiam a população, são realizadas de forma unilateral, são feitas em benefício de uma minoria, de modo vertical.

Quando o assunto é atingidos por barragem, não podemos esquecer que no Brasil a construção de Usinas hidrelétricas (UHE) datam o fim do século XIX e também são grandes responsáveis por imensas demandas sociais de pessoas atingidas. O questionamento e as ações de resistência frente à construção destes empreendimentos se deram, a partir dos anos 70. De acordo com Atamis Antônio Foscheira a igreja Católica progressista, influenciada pela Teologia da Libertação, por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e suas Pastorais, foi a principal formadora de liderança de atingidos por barragem. Em outros locais, como em Rondônia, notamos a participação de grupos luteranos. Temos a participação de pessoas vinculadas a Universidade que se identificam com os movimentos sociais. Neste contexto, alguns signos e linguagens como "caminhada do povo oprimido e libertação", o símbolo da cruz, cantos, rituais como a mística, missas e outros marcaram as (iniciais) ações dos atingidos.

A organização por parte da igreja católica, teria sido algo primitivo na história do MAB. Em seguida, mais precisamente a partir da década de 1980, o sindicalismo

combativo, que seguia bem os princípios da igreja. Este passou a ter importância significativa na organização dos atingidos. Percebemos a partir daí uma união dos trabalhadores rurais com os urbanos e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Como vemos é algo totalmente impreciso definir uma data acertada da origem do movimento, pois as reivindicações por desapropriação de terra para construção de lagos, barragens é algo remoto. O objetivo dos movimentos sociais não é apenas reivindicar, mas discutir as consequências da construção das grandes barragens, tendo como principal ponto a dimensão desumana dessas construções. O movimento procura impedir que as barragens sejam construídas e/ou agem em outros contextos quando as construções são realizadas e deixam um débito humano e social gigantesco para com as populações atingidas

NARRADORES DE PEDRO VELHO

A narrativa é uma experiência compartilhada que envolve uma subjetividade interna, pois só compartilhamos aquilo que produziu

um sentido, sentidos do passado produzidos no presente. As tramas que fizeram surgir Pedro Velho são bem presentes na memória da população, principalmente daqueles mais velhos. A história baseia-se na ação de personagens, tempo e espaço cujo detalhamento nos faz recriar imageticamente como tudo aconteceu. O enredo apresentado abaixo consiste na fundação do local como Pedro, e não envolve o narrador, mas faz menção a seus ancestrais próximos e distantes. A seguir a fala de Iranildo Firmino Vereador da localidade:

Aproximadamente 200 anos aqui era caminho de tropeiros que saiam daquela região de Boqueirão do cariri, chamava-se "o cariri" pra ir buscarem a cachaça, o açúcar, a rapadura la em Timbaúba - Pernambuco, saiam da Paraíba e traziam para Pernambuco. e pernoitavam aqui nessa região da gente aqui, onde foi construída a barragem de Acauã e o proprietário era um senhor chamado Pedro Velho, seu Pedro, seu Pedro Velho e todo mundo quando saia dizia você vai dormir aonde? Em seu Pedro, vai dormir lá em seu Pedro Velho. E...

O narrador alude à comunidade expressando seu vínculo afetivo, embora não tenha vivido a

mesma temporalidade da narrativa, deixa transbordar um sentimento de pertencimento que dar significado a tudo que está sendo narrado, uma história enraizada na memória que produz sentido e vinculação na produção de sua identidade individual e coletiva. Além de trazer datas, e mesmo sem ter plena certeza da precisão dessa temporalidade que apresenta, ele utiliza descrições que fazem o leitor alcançar um cenário imaginário. Rememora não o fato em si, mas faz alusão a outra narrativa a ele contada. Nestes termos lembramos de mais uma característica que o narrador pode ter:

A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos. [...] A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes esses dois grupos "Quem viaja muito tem o que contar", diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições. (BENJAMIN p. 198-199)

Voltando a narrativa:

Conta-se que nas viagens que foi feita por Duque de Caxias, Duque de Caixas passou aqui nesse meio subindo no rio Paraíba e foi até Monteiro no rio Paraíba e... foi onde os homens brancos começaram a ficar nessa região, os primeiros brancos, aqui era habitada por índios, essa região era habitada pelos índios, nós temos até resquícios ainda aí, as Pedras dos Caboclos mas se ficou instalado aqui eu não sei, ninguém sabe nem como chegou Pedro Velho, mas que um desses tropeiros resolveram se instalar aqui o pai dele morreu pegou uma parte da herança e veio para cá.

Ao narrar a história vem aos nossos olhos nomes como Duque de Caxias cruzados com a presença do homem branco nas terras e de índios, o narrador acaba estruturando a narrativa com personagens típicos da história do Brasil. A Pedra dos Caboclos existe próximo a Pedro Velho e dá respaldo ao argumento que a terra foi ocupada por índios e depois aconteceu a presença do homem branco. O fato da localidade se chamar Pedro Velho é devido a esse ancestral aventureiro, de origem desconhecida, mas se sabe é que ele chegou, chegou às terras e se fixou sem imaginar, talvez que seu nome iria ficar como nome de localidade.

Essas terras eram terras comuns resquícios das capitânicas hereditárias, e... ae ele veio conseguiu comprar de seu Pedro Velho, esse ponto chamado de "hotel" né? Seu Manoel Gomes de Brito, ele era um filho de um grande latifundiário, do lado de Boqueirão. ae como ele vinha pra cá. ele era um homem de visão né? viu o rio Paraíba, uma mata e dava para estabelecer-se... se estabelecer com a família, isso ele fez. ae veio casado tinha sete filhos já . era um homem experiente né? Com sete filhos... se chegou aqui se estabeleceu mexeu coma agricultura a pecuária na exploração do algodão ae criou o vapor para despolpar o algodão, ae foi quando 50 anos depois chegou a história da barragem de Acauã a primeira barragem de Acauã era projeto já de D. Pedro I.

O narrador cita que as terras eram resquícios das capitânicas hereditárias, talvez querendo lançar a hipótese de Pedro Velho ser um donatário ou mesmo um possível descendente de donatários. O termo *hotel* é utilizado anacronicamente para representar uma casa de apoio onde os tropeiros pernoitavam, mas a casa passou a ser tida como "ponto", "referência" de localidade o que

acabou contribuindo para Pedro Velho ser não apenas o nome de um senhor, mas também de um espaço territorial. Vemos a presença (também notória na história oficial) do latifundiário, proprietário de grandes pedaços de terra já presente na história da comunidade.

O seu Manoel Gomes de Brito inaugura um período de atividade com a terra. Vemos isso quando ele diz: *“mexeu com a agricultura a pecuária na exploração do algodão ae criou o vapor para despolpar o algodão”*. A máquina de despolpar algodão nos chamou atenção, pois é uma tecnologia para a época, porém existiu em Pedro Velho.

Essa caracterização entre o urbano e o rural fez de Pedro Velho uma agrovila⁴ que cultivava de forma mais representativa: o capim elefante, feijão, milho e palma forrageira, o plantio de hortaliças como quiabo, pimentão e tomate. Estes cultivos eram direcionados principalmente ao consumo humano e ao comércio. Trata-se de populações que viviam próximas ao rio Paraíba e em virtude disto, usufruíam da umidade e da boa qualidade da terra. O consumo de água daquela região se dava da seguinte forma: Não era feita uma análise qualitativa da água que a população consumia, em virtude disto

doenças eram adquiridas através do consumo de águas impróprias. A água era encanada, mas não era da melhor qualidade para a ingestão humana, uma prática costumeira desenvolvida era o coamento das águas que as famílias faziam usando panos e tecidos para filtrar, outra, em menor número utilizava de substâncias como cloro ou outro. Mas a narrativa não acaba por aí. Nosso entrevistado prossegue:

Depois essa barragem foi cogitada no governo de João Batista Figueiredo que também não foi concluída por conta de desvio de verba para outra barragem no Ceará.

Toda narrativa nos conduziu a pensarmos, mas porque construir uma barragem justamente ali? O território paraibano tem tantas áreas desabitadas, quem sabe até apropriadas para a construção... Nosso entrevistado responde:

É por conta do estreitamento de Serras, economiza muito porque fica, ali é o ponto que fica no máximo 200 metros de largura, aí por isso escolheram aquele ponto. Mesmo morando gente. Barragem não respeita ninguém! Quando querem construir não respeita ninguém.

Destacamos a frase *“barragem não respeita ninguém”*, o narrador coloca a barragem como um sujeito e

em um sentido figurativo revela que quando se quer construir barragens, o ser humano não é respeitado. Este fator fere a democracia e o direito a liberdade humana. Lamentavelmente esses casos passam despercebidos pelos judiciário que não punem os responsáveis por tais construções serem realizadas de uma forma tão bruta, unilateral e desumana.

Vemos que a construção da barragem naquela comunidade envolveu estudos geográficos, da engenharia, inclusive nós tivemos acesso a esses discursos através de documentos do Estado. Então não é possível afirmar que o que aconteceu foi um acidente, pois a obra tem respaldo científico.

N9: Aí mais ou menos depois de 30 anos, 20 anos depois, ae o governador Zé Maranhão resolve construir uma barragem no Rio Paraíba, com o nome de Acauã, mas só que em outro ponto né, foi em outro ponto viram que a barragem ficaria mais baixa só que acumularia mais água e eles fizeram. Só que quando ele construiu essa barragem a população em peso achava que ia ter uma grande melhoria. Todos nós acreditava, a teoria e até nos projetos era que ia haver investimentos na área de agricultura, terra para trabalhar, mesmo os mais pobres aceitava, o discurso sedutor, sedutor... uma conversa antigo né?.. só que infelizmente quando a barragem foi sendo construída começaram a fazer a avaliação das casas,

colocaram um valor até mais alto que valia, para as pessoas não questionassem, mas quando fizeram a avaliação um saco de cimento estava custando 6 reais e quando vieram pagar o saco já era 12 reais, no espaço de três anos variou o preço. ae quando construíram a barragem ae lá vem: E nossas indenizações? não a gente só vai pagar de acordo com as águas, as águas vão cobrindo e a gente vai pagando ae foi que a gente se mobilizou fizemos movimentos forte mesmo.

A partir do relato percebemos que as primeiras mobilizações foram engrenadas, segundo o narrador, pela sensação de engano e percepção que a população foi ludibriada pelos órgãos de planejamento da barragem.

A noticia foi pacífica e nos receberam muito bem, porque na realidade a gente ali não podia fazer nada. Ah vou fazer a barragem, a gente sabia que ia ser construída a barragem só que a gente sabia também que ia ter uma melhoria de vida, de emprego. A gente fala população pobre, mas era uma população que tinha o rio pra plantar batata, plantar o milho, a gente tinha uma vida pacata a gente não tinha riqueza, apartamentos, automóveis chiques, mas todo mundo tinha sua vida normal. vivia muito bem. A gente não tinha dinheiro, não vestia palitô mais tinha a liberdade que é coisa muito melhor! fizeram até musica nesse tema. A gente começou a perceber o tamanho do buraco que a gente tava caindo.

Tomando como base o relato vemos que houve uma propaganda do

governo em trazer melhoria de vida para a população, como a água sempre foi sinônimo de vida, inclusive as antigas civilizações se localizavam próximo a rios, a ideia de ter uma barragem trouxe imediatamente a associação a produtividade e a esperança de execução de outros projetos. Porém o nosso entrevistado segue falando o que de fato aconteceu na prática. Segundo Iranildo:

Veja bem: temos o maior Não estamos hoje, pior porque conseguimos nos mobilizar. Veja bem o resultado final temos hoje o terceiro maior potencial de água da Paraíba e ainda tá sendo beneficiado pela transposição do São Francisco e não produzimos um só pé de cuncho nessa barragem não produz nada nem água nas torneira tem... então é a realidade de que governo e estado num faz nada pensado no bem estar social. Hoje nos vemos com um olhar mais clínico, mais apurado, que na época o governador queria simplesmente fazer uma manobra com a construção dessa barragem, porque tava uma seca muito grande para abastecimento de Campina Grande e para conquistar os votos de Campina Grande. Aí depois da barragem construída vieram para cá com uns projetuzinhos de casas, chamado projetos Marix, casas de placa, que tão tudo caindo, quem tem uma condiçãozinha melhor ta derrubando e construindo outra. De outra forma ta todo mundo parado aí, alto índice de desemprego, as escolas de pior qualidade porque o próprio município não dá atenção,

a violência crescendo cada vez mais, as drogas tomando conta, as drogas é uma praga parece que as drogas do mundo saí tudo daqui, a segurança.

O narrador deixa transparecer em seu discurso o que é bastante vivido no Nordeste do Brasil, uma prática tradicional que se mantém: A indústria da seca. Neste sentido as estiagens favorecem aos políticos lançarem políticas e projetos que "ajudem" a população a passar pela estiagem, mas isso nunca ocorre de forma a beneficiar a população desinteressadamente, mas se visa a troca de favores.

Então olhe o que é que a gente tem hoje? a gente tem hoje a terceira maior barragem da Paraíba uma das terras mais produtivas do mundo energia elétrica suficiente para todo tipo de projeto, mas infelizmente caímos na malha da política que quando mais miséria pro povo melhor. Político nenhum quer investir aqui, porque se investir vai ter melhoramento e ter melhoramento não é o objetivo de político nenhum.

A fala do narrador reflete a indignação de ter saído de seu habitat em nome de um projeto que não cumpriu com suas promessas. O que chama atenção é que ele traz dados para refletirmos o quanto há negligência do poder público e interesse que as pessoas continuem

pobres para alimentar uma indústria que favorece a corrupção e o enriquecimento ilícito de políticos e empresas.

2.4 PEGADAS DO MAB EM PEDRO VELHO

A experiência vivenciada pelas pessoas lançaram as bases para reunião do grupo social em movimentos de reivindicação, inclusive um dos primeiros ocorreu rumo ao palácio da Alvorada em João Pessoa, fato que aconteceu em sua primeira vez no ano de 2004. De acordo com o líder do movimento Osvaldo Bernardo, o movimento surge a partir da seguinte experiência:

Sobre a questão do movimento MAB ele surge em 2002 com uma grande inquietação das pessoas, que as pessoas perguntavam: Como é que a obra ia ser inaugurada e ainda não tenha sido pago a indenização? Isso é uma pergunta que as pessoas faziam, no ano de 2002 quando a barragem ia ser inaugurada. A partir daí a iniciativa que foi dada foi que os atingidos da localidade de Pedro Velho. Edvaldo estudante de História na UFCG e o padre Rômulo de Aroeiras eles foram até a universidade da UFCG na época era UFPB para apresentar suas inquietações, sobre isso. Então, a partir daí, foi um processo que os professores abraçaram e começaram a ir a Pedro Velho reunir as pessoas por

lá né? Como se fosse uma rede de assessores locais.

O movimento social precede a expulsão dos moradores de Pedro Velho pelas águas que se deu em 2004, mas sem dúvida sucede a atitude arbitrária e unilateral adotada pelo Estado. Vemos então que a primeira causa que fez o movimento se originar, foi o não pagamento das indenizações o que também é acompanhado por um não cumprimento das promessas de melhoria e dignidade na realocação das famílias. A população começou a perceber o “jogo” do Estado, e despertar para uma nova consciência. Aliado ao conjunto de pessoas moradoras de Pedro Velho, outras pessoas vieram somar forças com o movimento. Padre Rômulo e o acadêmico do curso de história Edvaldo ambos contribuíram para a divulgação e o fortalecimento do movimento social em Pedro Velho. Segundo Osvaldo:

Os assessores locais compreende professores, estudantes, representantes da ASA que a Articulação do Semi-árido, posto sindical da Borborema, sindicato da extensão rural que esta o SINTER, CPT que era a construção pastoral da terra um Mandato do deputado estadual Anastácio do PT e o padre de Aroeiras, o padre

Romulo que foi uma pessoa muito importante no apoio decisivo a causa dos atingidos. Todos estes se reuniam junto conosco.

O grupo se formou e articulou, a partir de reuniões, organizações cujas pautas não estavam baseadas apenas no ganho das indenizações, mas em problemas específicos do dia-a-dia que se constituíam, em elementos motivadores e desencadeadores fundamentais da luta reivindicatória coletiva. Com a chegada de pessoas “de fora” da comunidade para aliar-se ao MAB, outra conquista foi sendo alcançada: Pessoas das comunidades de Itatuba e Natuba (comunidades também atingidas) foram se fazendo presentes nas pautas e discussões, o que promoveu articulações. Continua Osvaldo:

E agente também teve um momento importante que foi a divulgação do documento na imprensa livre, divulgação nas principais rádios e jornais de Campina Grande, realização de reunião de planejamento também semanal entre lideranças e assessores do campo da UFPB na época. Também tivemos a tentativa de reunião com o representante do governo do Estado, mas não foi bem sucedida né? mas nesse momento não conseguimos articular nada. E a gente tinha que

sair de PV para se articular com outras comunidades.

Então nesse processo aqui muita luta, teve um momento que tivemos que ir para CG para a gnt ir pra rádio para denunciar o processor. 24 de maio de 2002 nas ruas de Cg. Teve um momento que a UFCG conseguiu,

Assim, o movimento dos atingidos por barragem foi surgindo e ganhado forma no Estado da Paraíba. Sendo citado pela mídia que apesar de não defender a sua ideologia, publicou a existência da situação das famílias em seu corpus no texto intitulado “A situação das famílias atingidas pela barragem de Acauã”. Estes acontecimentos se concretizaram depois da construção da barragem e a visão do abismo que muitas famílias caíram, por já serem pobres, e agora pobres sem terra.

Osvaldo: Teve um momento que a gente teve que vir para CG, juntamos a equipe, ir para rádios denunciar tudo. E o primeiro ato que nos fazemos foi no dia 24 de Maio de 2002 nas ruas de Campina Grande, a gente nesse momento a UFCG conseguiu, porque a gente não tinha internet e a UFCG/UFPB foi aqueles que deram, essa relação com o MAB nacionalmente que a gente não conhecia. No primeiro momento veio um Gaúcho Chamado Themar passou 2 dias, voltou. Em outro momento veio Depois veio Jucely é do Rio grande do Sul, e a terceira vez veio Josivaldo e é uma liderança do MAB no Ceará barragem do

Castanho e eu disse a ele" rapaz nós temos que reunir para mudar esse quadro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer de nossa pesquisa, foi possível contemplar cenários de transformação material e simbólica que nos fizeram refletir sobre possibilidades que o ser humano tem de criar e recriar modos de vida diante de situações limites. Percebemos e apresentamos estratégias de adaptação e luta que fazem os atingidos continuarem vivos mesmo diante de tamanha adversidade. A adaptação, da resistência, estão presentes na emblemática História de Pedro Velho, a reordenação da vida, a organização social e a inspiração pela luta, foram pontos que procuramos destacar.

Através das narrativas apresentadas encontramos acontecimentos que procuramos "salvar em meio as águas", a partir da análise de narrativas, falas oriundas de diversos atores vieram à tona nos mostrando conclusões e opiniões que no início da pesquisa jamais imaginávamos que iríamos ter. As perspectivas de escrita foram alteradas de forma que no começo da

investigação traçamos um roteiro que foi quase plenamente modificado, não por exigência nossa, mas pela exigência dos fatos, das narrativas. Fomos sujeitos ativos até certo ponto, nos deixando conduzir pela voz dos atingidos, os protagonistas principais desta trama, procurando escrever conforme eles "escrevem", tecendo assim uma história no porão.

Como foi mostrado através da pesquisa, no plano cultural, modificações importantes foram operadas. A localidade, mesmo remanejada para outro lugar, fez questão de manter seu nome Pedro Velho, como símbolo de persistência e da conservação de uma identidade, agora ameaçada. Embora todo um conjunto de informações escondessem os "prejuízos de Acauã", ao negligenciar os prejuízos humanos da construção, havia fora do escritório e da poeira de muitos jornais, uma história que procurava a visão e fala dos Pedro velhences.

As histórias que ouvimos, as experiências vividas foram contadas por pessoas que daqui a um tempo não estarão mais presentes. Deixando a cargo dos diversos registros a recontagem de suas histórias, pois os narradores são patrimônios vivos.

Por fim, na nossa pesquisa não temos uma conclusão, entendo esta como um "fechamento" e reitero que nas ciências humanas é difícil alcançar uma ideia concluinte, tendo em vista que podemos chegar sim a resultados, a olhares sintéticos daquilo que

conseguimos enxergar durante a pesquisa, mas jamais chegaram a um ponto fixo e imutável, posto que a história é viva e pulsante.

¹Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande

² Para saber mais: COSTA, E. V. da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823**. Trad. BARRETO, Anna Olga de Barros. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³Para saber mais: disponível em: <http://www.educacao.cc/cidada/a-historia-dos-movimentos-sociais-no-brasil/> Acessado em 09/04/2015

⁴ Habitação social próxima a cidade, intermediária entre a moradia rural e a urbana. Possibilita o egresso do meio rural (provido do êxodo rural) a manter atividade agrícola em pequena escala e prestar serviços na cidade como operário especializado. Disponível em Dicionário informal de Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS

SANTOS. Márcia Pereira dos. História e Memória: Desafios de uma relação teórica. OPSIS, Vol 7, n9, jul-dez2007.

BARBOSA. Roldão Ribeiro. O uso oral na pesquisa em Educação no Brasil. Universidade Federal do Piauí – UFPI.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Ed. Brasiliense S.A., 1994c. p.197-221.

LE GOFF, J. História e Memória. Campinas - SP: Unicamp, 1990. (coleção repertórios) disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/19906282/820661633/name/LE_GOFF_HistoriaEMemoria.pdf> Acesso em 11 mar. 2017.

Mnemosine Revista

VOL.8, N. 4, OUT/DEZ 2017.4



**QUANDO A RUA SERÁ MINHA?
HISTÓRIA, INFÂNCIAS E O
DIREITO DE VIVER A CIDADE
WHEN WILL THE STREET BE
MINE?
HISTORY, CHILDREN AND THE
RIGHT TO LIVE THE CITY**

Humberto da Silva Miranda¹

RESUMO

Este artigo objetiva debater a relação entre a cidade e o “viver a infância” a partir da preocupação de como foi construída, historicamente, a noção de criança cidadã. Tendo como foco o âmbito da rua, buscar-se-á discutir como esses espaços se tornaram, ao longo do século XX, cenários das mais diferentes formas de sociabilidades nas cidades. As ruas como espaço de brincadeiras e de conversas tornaram-se locais de moradia, de trabalho e até de exploração sexual. Mas como o Sistema de Justiça brasileiro produziu dispositivos legais a fim de garantir o direito das crianças viverem o espaço urbano? A partir desta pergunta, analisaremos como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária produziram o discurso sobre o direito da criança viver a cidade.

Palavras-chave: Infâncias, cidade, História

ABSTRACT

This article aims to discuss the relationship between the city and the "live the childhood" from the concern of how was historically constructed the notion of citizen child. Focusing on the street space, we will try to discuss how these spaces became, throughout the twentieth century, scenarios of the most different forms of sociability in the cities. The streets as spaces for games and conversations have become places of housing, work and even sexual exploitation. But, how did the Brazilian Justice System produce legal provisions to guarantee children's right to live in urban space? Based on this question, we will analyze how the Statute of the Child and Adolescent and the National Family and Community Coexistence Plan produced the discourse on the right of the child to live the city.

Key words: Childhood; City; History.

PONTO DE PARTIDA...

A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar — uma experiência, é verdade, esfarelada em deportações inumeráveis (deslocamentos e caminhadas), compensadas pelas relações e pelos cruzamentos desses êxodos que se entrelaçam, criando um tecido urbano, e postam sob o signo do que deveria ser, enfim, o lugar, mas é apenas um nome, a cidade (CERTEAU, 1994, p. 230).

Ao pensar a cidade, o historiador francês Michel de Certeau nos faz refletir como este espaço físico

e social pode ser visto a partir da experiência humana. Portanto, aprendi com Certeau que, para analisá-la, é importante concebê-la a partir da "errância", ou seja, da caminhada sem destino, pois o sentido que podemos produzir sobre a cidade pode partir das diferentes andanças.

É na cidade que muitas histórias são vividas, trajetórias são construídas e conquistas são alcançadas. É no espaço citadino que as pessoas sobrevivem às mais diferentes adversidades, produzindo, muitas vezes, memórias de dor e trauma. Nesse sentido, a cidade é o espaço onde as experiências humanas são praticadas, assim afirma Certeau.

No Brasil, os núcleos urbanos se configuram de forma mais intensa a partir da segunda metade dos oitocentos, sendo o século XX um período fortemente marcado pelo crescimento das cidades e pelos desdobramentos que impactaram diretamente a vida social da população. Para a pesquisadora Lúcia Lippi Oliveira,

A intensa urbanização que se iniciou no Brasil no final dos anos 50 começou a apresentar seus efeitos já nos anos 60. O crescimento de áreas metropolitanas, a ampliação da rede urbana e o aguçamento de seus problemas, entre eles a marginalização de enormes

segmentos pobres da população, marcam as últimas décadas do século XX (OLIVEIRA, 2002, p.10).

A explosão demográfica ocorrida na década de 1950 e 1960 deve ser entendida a partir do crescimento industrial e outros fatores econômicos. Contudo, não pode ser analisada distante da reflexão dos problemas sociais gerados (que ainda hoje persistem) e das contradições. Por outro lado, as cidades ainda são marcadas pelo fascínio da urbe, construído na modernidade. De acordo com Oliveira, "a cidade continua a exercer grande atração entre as populações que para ela se dirigem em busca de novas oportunidades de vida. Dados recentes do IBGE indicam que mais de 80% da população brasileira vive hoje em cidades" (OLIVEIRA, 2002, p.10).

Mas como esses espaços urbanos são pensados pelas diferentes pessoas que neles circulam? Homens e mulheres, idosos e crianças. Será que a lógica urbana vem sendo pensada para acolhê-los? Este trabalho se pautará, portanto, na preocupação de como as cidades tornaram-se palco para a circulação das crianças no Brasil, tendo como foco a problematização na qual foi construída historicamente a ideia do direito das crianças viverem a cidade.

É bastante comum ouvirmos dos mais vividos as memórias das brincadeiras de rua e das mais diferentes formas de sociabilidade nesses espaços. Era no brincar que as crianças exerciam a sua cidadania. A historiografia da infância registra que o século XX foi marcado pelas mudanças significativas no mundo urbano, de modo que este deixou de ser reservado para as experiências cidadãs e tornaram-se locais de negação da infância, uma vez que eles passaram a se inserir no mundo do trabalho, da mendicância e até do abandono familiar.

A rua será um espaço privilegiado nesta reflexão. O objetivo é debater a cidade a partir das ruas, uma vez que elas possuem importância fundamental nas configurações das cidades e até na vida de seus moradores. De acordo com Maria Stella Bresciani,

Não estranha as cidades existentes serem descritas no verbete como um conjunto de várias casas dispostas em ruas e cercadas por uma cinta comum, composta em geral por muros e fossas. Contudo, também para construí-las a prescrição não ia além de observações para que fossem belas, indicando ser necessário que todas as ruas conduzissem às portas, e que essas ruas, na medida do possível, fossem perpendiculares umas às outras de modo que, nas esquinas, as casas formassem

ângulos retos [...] (BRESCIANI, 2002, p.20).

Seja nos projetos urbanísticos descritos nos verbetes ou nas memórias das mais diferentes experiências humanas, as ruas não podem ser concebidas como meros espaços para circulação de pessoas ou de mercadorias. É na rua que nossas crianças e adolescentes se encontram para viver as mais diferentes experiências. Do correr ao brincar de esconde-esconde, ao correr para fugir da polícia...

As pesquisas realizadas por Fernanda Miller apontam que nos dias de hoje as crianças estão cada vez mais afastadas do mundo das ruas, pois estas se apresentam como locais de perigo, impedindo-as de viverem diferentes formas de sociabilidade nesses espaços. Para Miller,

A rua é entendida pelas crianças como oposta à casa, sobretudo por ser, na opinião delas, um espaço sujo e perigoso [...] São poucas as cidades brasileiras que apresentam vias limpas e uma hipótese menos comprometida seria de que, enquanto o privado – entendido como o familiar – é cuidado dentro de um contexto íntimo, a rua é de todos e de ninguém ao mesmo tempo e, então, não é assumida como responsabilidade coletiva e compartilhada. Isto porque a rua (pública, suja e perigosa) é contrária a casa (MILLER, 2012, p. 305).

A partir dessas questões, proponho-me a debater como essas diferentes (re) apropriações da rua foram produzidas no século XX. É preciso entender como as ruas tornaram-se espaços das diferentes formas de sociabilidade e sobrevivência sobre as crianças e adolescentes, diante da dinâmica social e econômica produzida, e como o Estado buscou produzir dispositivos de controle e punição sobre o cotidiano das crianças.

DAS INFÂNCIAS NAS RUAS AOS "MENORES DE RUA": A CIDADE E AS CRIANÇAS NA HISTÓRIA

Muitos de nós vivenciamos as mais diferentes experiências infantis nas ruas das nossas cidades. Futebol, esconde-esconde, ciranda, queimada e outras formas do brincar fazem parte das nossas lembranças e já foram narradas na construção das narrativas memorialistas. O poeta Manuel Bandeira, ao recordar momentos de sua meninice, em seu poema "Evocação do Recife", publicado em *Libertinagem* (2000), lembrou a infância na qual as brincadeiras de rua faziam parte de seu cotidiano. Evocando o Recife, em forma de poesia, Bandeira lembra:

A Rua da União onde brincava de chicote-queimado

e partia as vidraças da casa de Dona Aninha Viegas
Totônio Rodrigues era muito velho e botava o pincenê na ponta do nariz.
Depois do jantar as famílias tomavam a calçada com cadeiras mexericos namoros risadas.
A gente brincava no meio da rua
Os meninos gritavam:
Coelho sai!
Não Sai!

A distância as vozes macias das meninas politonavam:
Roseira dá-me uma rosa
Craveiro dá-me um botão

(Dessas roas muita rosa
terá morrido em botão...)
(BANDEIRA, 2000, p.42).

As memórias de infância de Manoel Bandeira nos levam a refletir sobre suas experiências de criança, quando a meninada se divertia nas ruas da cidade com suas brincadeiras de roda, de esconde-esconde e de boca de forno. Na construção das memórias do tempo de criança, em forma de poema, Bandeira produziu as memórias da infância como o tempo da inocência, das recordações saudosas da meninice.

Bandeira deixou registradas suas memórias, nas quais podemos encontrar imagens e representações evocativas sobre o Recife, construídas pelo poeta ao lembrar seus tempos de meninice. Mas será que as ruas que o poeta recordou eram para todas as crianças naquela época? E como historicamente essas ruas deixaram de representar espaços do convívio

social infantil e passaram a se tornar espaços para outras experiências na vida urbana? O tempo passou e as ruas do centro do Recife já deixaram de se tornar cenários das brincadeiras infantis. As crianças que circulam neste espaço muitas vezes vivenciam as experiências do trabalho, da mendicância e outras formas de abandono.

Ao pesquisar a história do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Recife, conheci seus integrantes e sua trajetória política, o que me levou a perceber como, ao longo do tempo, as crianças se (re) apropriam da cidade de variadas formas. Diferente de Manuel Bandeira, para muitos meninos e meninas que relembrou as memórias do tempo de criança no Recife, a produção da memória possui outro sentido e significado: as ruas das cidades são lembradas como espaços de disputa e opressão.

Por meio da análise dos panfletos, dos livretos e outros documentos produzidos pelo movimento, é possível afirmar que há diferentes cidades em uma cidade, haja vista que há diferentes formas de viver as infâncias. A cidade do romantismo e da poesia aos poucos se torna o espaço da sobrevivência de meninos e meninas que dormem e

acordam, trabalham e descansam, correm das batidas policiais ou descansam nos becos e nas calçadas de suas ruas.

Tempos diferentes. Cidades diferentes. Ao longo do século XX, assim como Recife, as capitais brasileiras e os núcleos urbanos de grande e médio porte tornaram-se espaços onde a circulação das crianças ficou fortemente marcada pelo abandono, pela exploração do trabalho ou até pela violência sexual. A cidade torna-se um espaço complexo de contradições e até de desigualdades sociais.

A historiografia nacional sinaliza que o problema dos meninos e das meninas em situação de rua no Brasil não foi contemporâneo aos anos de 1980, uma vez que, na segunda metade do século XIX, já tínhamos registros de garotos e garotas que vivenciavam as mais diferentes experiências no mundo das ruas. Ao analisar a questão dos moradores de rua e dos cortiços no Rio de Janeiro no período do Império, o historiador Sidney Chalhoub, em sua obra *Cidade Febril* (1996), leva-nos a perceber que já existia uma forma de categorizar as crianças e adolescentes que viviam ou trabalhavam nos espaços públicos. De acordo com Chalhoub,

A expressão “classes perigosas” parece ter surgido na primeira metade do século XIX. A escritora inglesa Mary Carpenter, por exemplo, em estudo da década de 1840 sobre a criminalidade e “infância culpada” — termo do século XIX para os nossos “meninos de rua” —, utiliza a expressão claramente no sentido de um grupo social formado à margem da sociedade civil [...]. As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio. Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa: as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres estivessem expostas aos vícios de seus pais (CHALHOUB, 1996, p. 20).

A partir dos estudos de Chalhoub, percebemos que, desde os anos oitocentos, o problema dos meninos e das meninas em situação de rua já era visto como caso de polícia e que sobre eles recaía a pecha do perigo. De acordo com sua pesquisa, os documentos da época registram que a expressão “classes perigosas” era utilizada de forma bastante restrita, servindo para identificar aqueles que procuravam estratégias de sobrevivência.

Foi nesse cenário que eles surgiram: nas primeiras ações do poder público no combate à chamada “vadiagem” praticada pelas crianças e

pelos adolescentes, quando o aparato policial passou a controlar de forma mais efetiva o cotidiano dos meninos e das meninas consideradas “às margens da lei”. De acordo com as pesquisas de Ana Paula Malfitano e Rubens de Camargo Ferreira Adorno,

A preocupação com tal controle e assistência para este exercício culmina com a expansão das cidades, no século XVIII, sendo que, para tanto, são criadas várias estratégias de dominação da Metrópole, dentre elas destaca-se a higienização das famílias. O higienismo e a ação sanitária sobre a cidade vão propor sistematicamente a modelagem dos comportamentos de forma compatível com o modelo econômico vigente, sendo que a visão de criança passa por uma preocupação com condutas alimentares, disciplinares, pedagógicas e até de vestuário, na busca da formação do adulto identificado com o Estado Nação (MALFITANO; ADORNO, 2006, p. 15).

A partir da perspectiva da filantropia higienista, foram promovidas ações de assistências voltadas para as crianças e adolescentes em situação de rua nas cidades mais populosas do Brasil. A lógica de “limpar” o espaço urbano foi fortemente vivenciada mais notadamente no período pós-abolição.

No século XX, as medidas de controle e coerção contra as crianças e os adolescentes que viviam em situação de rua procuravam conter o

crescimento da criminalidade nas grandes cidades. A própria ideia da República, baseada nos princípios da "ordem" e do "progresso", trazia consigo a proposta de fortalecer as instituições de segurança no sentido de garantir o controle social, passando a produzir uma "arte de governar as crianças".

Ao se debruçar sobre a questão da criminalidade infantojuvenil no início do Brasil Republicano, o historiador Marco Antônio Cabral dos Santos nos fala que o controle do Estado, através do Código Penal, que estabelecia punição às práticas de "vadiagem", procurou estabelecer normas disciplinadoras e punitivas contra os meninos e as meninas considerados "vadios". De acordo com Santos,

A recém-instaurada República tecia e estruturava os símbolos de um novo país sob a pecha da ordem e do progresso, impulsionada pelo nacionalismo, que, desde a década de 1880, ecoava em prol da industrialização. Ao mesmo tempo, a aura da República moldava a forte dicotomia entre os mundos do trabalho e da vadiagem, protagonizados, respectivamente, pelo imigrante e pelo nacional, principalmente aquele advindo da escravidão. A eugenia era a ideia corrente entre teóricos e autoridades, e a 'profilaxia social' era praticada cotidianamente (SANTOS, 2004, p 256).

Nesse sentido, as práticas de roubos, furtos, mendicância, de abuso sexual, passaram a estar na mira da polícia, que buscava combater tais ações a partir da lógica punitiva, em que o encarceramento era visto como alternativa de retirar a presença de meninos e meninas das vias públicas, na tentativa de "higienizar", de "limpar", o cenário urbano. A questão da criminalidade infantojuvenil não era percebida como problema de ordem social, mas sim como um caso que deveria ser resolvido pelo aparato policial.

Ao longo século XX, o Estado brasileiro passou a produzir dispositivos de controle e coerção sobre essas crianças, que se tornaram "menores" à luz do Sistema de Justiça e de Segurança. O Código de Menores, promulgado em 1927 e reformulado em 1979, passou a ditar uma série de mecanismos de controle sobre as meninas e meninos em situação de rua, passando a estabelecer punições sobre eles e suas famílias.

De acordo com o sociólogo Edson Passetti, o Estado assume o lugar da igreja como centro da caridade, procurando ofuscar, construindo e propondo "outa" racionalidade. A partir dessa perspectiva, este Estado apoiou-se no sistema jurídico, materializado no

Código de Menores de 1927 que, por sua vez, representou:

O instrumento jurídico balizador desta continuidade foi, em primeiro lugar, o Código de Menores de 1927, que procurava não só regulamentar o trabalho de crianças e adolescentes, mas também definir a emergência do "menor perigoso" como decorrente da situação de pobreza. O Código de Menores de 1979 reviu essa perspectiva a partir da concepção de situação irregular como origem do delinquente (PASSETTI, 1999, p. 25).

O Código de Menores representou o marco legal que procurou codificar as ações punitivas frente aos atos considerados "desviantes" praticados contra os meninos e as meninas que viviam no mundo das ruas. O Código possuía um forte caráter policialesco e buscava efetivamente controlar o cotidiano das crianças e dos adolescentes e de suas famílias. Esse aparato legal buscava aplicar penalidade ao chamado "vadio", ou mendigo habitual, que eram aqueles meninos e aquelas meninas que foram apreendidos mais de uma vez por estarem praticando tais atos.

O Código estabelecia a criação de instituições de recolhimento dos chamados "menores em situação irregular". É nesse período que emerge o debate mais aprofundado

sobre os meninos e meninas de rua. A própria Febem² passou a produzir um discurso de prevenção e controle sobre esses garotos e essas garotas, que das ruas das grandes cidades eram encaminhados para as suas unidades de internação.

Este Código já estabelecia a relação entre a criança e o espaço cidadão. De acordo com os estudos de Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto e Maria Lívia do Nascimento,

Tal legislação surge com o objetivo de regulamentar a assistência ao chamado menor e emerge a partir da associação entre os discursos dos médicos higienistas, preocupados com a prevenção e com a produção de novas formas de controle da sociedade, e dos juristas da época, atentos ao grande número de crianças que perambulavam pelas ruas e inquietos com o aumento da chamada criminalidade infantil. Vemos, então a emergência de uma lei que se destina a uma infância específica, a infância pobre, que não deveria circular pela cidade, não deveria fazer parte da paisagem urbana. Era preciso invisibilizá-la, cobri-la com as paredes e os muros dos internatos. É uma população composta por aqueles que passam a ser nominados menores, em diferenciação aos que são chamados crianças. (LAZZAROTTO; NASCIMENTO, 2016, p.262).

O Código perdurou praticamente por todo século XX, tornando-se um dispositivo de controle que fundamentava as

práticas jurídicas, da assistência social e da educação. Considero que a partir dele as escolas e instituições de atendimento, a exemplo da Febem/Funabem, passaram a produzir governabilidades partindo da lógica do controle e da punição, buscando disciplinar e garantir a produção de um "ideal de criança".

É a partir do período da redemocratização, compreendido entre o final da década de 1970 e os anos de 1990, que a cidade deixa de ser espaço pensado exclusivamente para o mundo adulto e se torna um direito da criança e do adolescente. E como afirma Silvio Gallo, a partir deste cenário, a sociedade brasileira assistiu "uma construção de uma 'governamentalidade democrática', na qual o centro é o cidadão", sendo a cidadania o valor fundamental a ser afirmado, inclusive para as crianças e os adolescentes (GALLO, 2015, p.332).

Diferentes movimentos sociais passaram a atuar na defesa dos direitos humanos de meninos e meninas, buscando construir formas de alternativas ao Código de Menores, em que a própria expressão "menor" passou a ser questionada. É importante ressaltar que este movimento pró-direitos das crianças e dos adolescentes foi motivado por um

debate para além das fronteiras, que fez produzir a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, no qual o Brasil é signatário.

Este debate está diretamente ligado a diferentes formas de pensar e conceber o que é ser criança. A História e a Sociologia da Criança, assim como outras áreas do conhecimento humano, também contribuíram para a promoção de uma nova forma de pensar o "ser criança" e o "ter infância" e, conforme afirma Manual Sarmiento:

Conhecer as crianças impõe, por suposto, conhecer a infância", ou seja, é fundamental se apropria dos "os itinerários individuais, privados e singulares de cada criança só fazem completo sentido se perspectivados à luz das condições estruturais que constroem e condicionam cada existência humana (SARMENTO, 2002, p. 268).

Desse modo, é fundamental pensar que os conceitos de criança e de infância são distintos, assim como o de adolescente. Para além da perspectiva psicologizante, é importante entender como historicamente e sociologicamente as sociedades passaram a conceber e praticar as infâncias, que vai para além do "ser criança". Por meio das pesquisas realizadas, tenho chegado ao entendimento que os movimentos em defesa dos direitos da criança e do

adolescente tem se configurado na defesa que as crianças tenham o direito de viver a infância.

Do ponto de vista legal, o que demarca historicamente este período é a própria Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, que passa a reconhecer as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, negando de forma direta os princípios do Código de Menores. Ao negá-lo, o Estado brasileiro produz outro dispositivo jurídico, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que foi elaborado à luz da Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

Este debate está diretamente relacionado com as questões até aqui colocadas, uma vez que esta nova forma de conceber as crianças como sujeitos de direito interfere diretamente nas possibilidades delas vivenciarem a cidadania, ou seja, vivenciarem a cidade e a rua. Mas como o Estatuto da Criança e do Adolescente, que representou um marco divisório no plano do Sistema de Justiça no Brasil, por romper com a lógica punitiva e policlesca do Código, racionalizou a questão do direito da criança viver a cidade?

SE ESTA RUA FOSSE MINHA: O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO

ADOLESCENTE E A CIDADANIA REGULADA

A partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o direito da criança ao convívio familiar e comunitário se tornar um dever da própria família, do Estado e da sociedade. O Estatuto, ao conceber uma nova “doutrina jurídica” no campo da proteção e da socioeducação, passa a estabelecer novas formas de pensar a política para o público infantoadolescente nos mais diferentes seguimentos, entre eles, educação, assistência social, saúde e segurança.

Pensar a legislação e as políticas para este público a partir do Estatuto é (re) pensar as “novas” formas de se relacionar com as crianças e adolescentes e os diferentes espaços onde elas circulam. Baseado no princípio da “proteção integral”, o Estatuto nasce do discurso da necessidade de uma “outra arte de governar” meninos e meninas no campo jurídico e político que, por sua vez, seguiu a concepção de criança e de adolescente presente na Constituição Federal de 1988.

Mas como o Estatuto pensa a relação da criança e do adolescente com a questão da cidade? Ao me

debruçar sobre este dispositivo percebi que ele não faz alusão direta à questão em foco. Contudo, no seu Artigo 14, o documento afirma que meninos e meninas passam a ter o direito de “ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais” (BRASIL, 1990). Para além do direito de ir e vir, também se encontra contemplada nesta Lei os artigos que regulamentam a participação das crianças e adolescentes em festas públicas:

Art. 74. O poder público, através do órgão competente, regulará as diversões e espetáculos públicos, informando sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada.

Parágrafo único. Os responsáveis pelas diversões e espetáculos públicos deverão afixar, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local de exibição, informação destacada sobre a natureza do espetáculo e a faixa etária especificada no certificado de classificação.

Art. 75. Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária.

Parágrafo único. As crianças menores de dez anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável (BRASIL, 1990).

Dada a questão dos cuidados, a lógica etária e com a proteção física e moral das crianças e dos adolescentes, percebe-se que o discurso do Estatuto é permeado pelo sentimento de controle sobre o cotidiano das crianças e adolescentes nos espaços públicos. Este controle é dever dos pais ou dos responsáveis, sinalizando que nas suas ausências a responsabilidade deste controle passa a ser do Estado.

Percebo que para o Estatuto, a ideia da criança viver a cidade se encontra permeada por uma cidadania regulada. Nas entrelinhas do discurso, o Estatuto parte da preocupação que as crianças e os adolescentes deverão ser preservados das “ameaças” vindas das ruas, ou seja, este dispositivo traz consigo a percepção de espaço público produzida no século passado, onde tais espaços devem ser tutelados, disciplinarmente regulado pela família, pela escola ou até, em alguns casos, pelos dispositivos de segurança³.

Para este dispositivo legal, viver a cidade está fortemente atrelado às práticas de regulação das instituições pensadas pelo mundo adulto, que não levam em consideração as diferentes formas de pensar as diferentes infâncias. Neste

aspecto, o Estatuto ainda reproduz a ideia da rua como lugar de perigo, estabelecendo diferentes regulações disciplinadoras. De acordo com Michel Foucault, “a sociedade da normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, na norma da disciplina e na norma da regulamentação” (FOUCAULT, 2010 p.213).

Desse modo, a proposta estabelecida é de viver a cidade a partir da regulação da família e do Estado. Assim, a cidadania regulada proposta pelo Estatuto é uma cidadania permeada pela normatização e da disciplinização. Esta forma de pensar a cidadania, por sua vez, apresenta-se partindo do princípio da lógica liberal, que procura universalizar as infâncias. Esta análise me faz recorrer ao estudo de Lucia Rabello de Castro, pois esta condição de criança universal deve ser analisada desde a perspectiva histórica, levando em conta como esta concepção influenciou as práticas legais e educativas. Para a pesquisadora:

Para a criança, a narrativa moderna determinou sua condição universal de despreparo e inocência, posto que, num momento ulterior, frente às exigências da modernidade econômica, superado o infantil, se

daria lugar ao adulto preparado para o domínio de si, do outro e da natureza. A ficção universalizante da infância – como também da adultidade – encerra a reificação do conceito de ser criança, através de práticas histórica e culturalmente situadas, como, por exemplo, ser criança é ir para a escola, é brincar, é não ter responsabilidades, é não precisar trabalhar e assim por diante (CASTRO, 2002 p. 51).

A perspectiva é universal, uma vez que nega as diferentes condições humanas vividas pelas diferentes infâncias. O discurso do Estatuto se encontra fortemente marcado pela busca de uma “infância ideal”, logo, de uma “família ideal”. Da criança regulada por uma família, que, na sua ausência, o Estado passa a regular com seus aparatos de segurança.

Contudo, é importante lembrar que para além do Estatuto a história da luta em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes também é marcada por outros movimentos que passaram a perceber os problemas sociais que afligem o público infantoadolescente aquém das normativas legais.

No campo das políticas públicas, em 2006, setores governamentais e a sociedade civil organizada lançaram o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Um documento oficial, que foi elaborado pelo Conselho

Nacional dos direitos da criança e do adolescente e pelo Conselho Nacional da Assistência Social, em que as vivências das ruas cumprem um papel fundamental para a formação humana das crianças e dos adolescentes. Este Plano passa a estabelecer estratégias de ação seguindo fundamentos conceituais que desafiam a lógica disciplinar. De acordo com ele,

A partir da relação com colegas, professores, vizinhos e outras famílias, bem como da utilização das ruas, quadras, praças, escolas, igrejas, postos de saúde e outros, crianças e adolescentes interagem e formam seus próprios grupos de relacionamento. Na relação com a comunidade, as instituições e os espaços sociais, eles se deparam com o coletivo – papéis sociais, regras, leis, valores, cultura, crenças e tradições, transmitidos de geração a geração – expressam sua individualidade e encontram importantes recursos para seu desenvolvimento (BRASIL, 2006, p. 33).

Neste trecho, ressalta-se que os vínculos comunitários são fundamentais para as crianças, principalmente quando elas podem vivenciar a rua e outras experiências humanas para além da família. O documento defende a ideia que tais vínculos devem ser construídos de forma integrada, entre a família, a escola e a comunidade.

Destacou-se também uma proposta mais efetiva para os

meninos e meninas que vivenciam diferentes experiências nas ruas. Ressalta-se a perspectiva deste Plano para a questão das crianças e adolescentes em situação de rua, que por sua vez afirma:

A situação de rua se apresenta de forma complexa e heterogênea, sugerindo perfis distintos de crianças e adolescentes nas ruas: trabalhadores, pedintes, perambulantes, moradores, com menor ou maior grau de contato com suas famílias e comunidades. Crianças e adolescentes que “se movimentam entre suas casas, as ruas e as instituições, em busca de proteção e de um lugar onde se sintam pertencentes. São diversos os fatores de ordem política mais ampla que determinam os processos excludentes que afetam as vidas de cada uma destas crianças e famílias” (BRASIL, 2006, p. 56).

No excerto acima, destaca-se a crítica ao sistema político, que mesmo buscando construir estratégias de normatização, ao estabelecer fluxos de atendimento, não conseguem vencer os problemas sociais enfrentados por meninos e meninas em situação de rua. Este documento também reconhece como as crianças que vivenciam as experiências de rua são fortemente marcadas pela negação de seus direitos, garantidos pelo próprio Estatuto.

Crianças e adolescentes, muitas vezes, encontram-se precocemente diante dos desafios do amadurecimento e esta pressão pode ter um impacto negativo sobre o seu desenvolvimento moral (descrença nos sistemas de valores), cognitivo (cristalização de conceitos operacionais para se lidar com um cotidiano adverso que não admite experimentação e flexibilidade) e afetivo (perda de confiança nas relações de proteção com adultos e instituições). Estas conseqüências (*sic*) são responsabilidades não apenas da família, mas também do Estado, da sociedade e de um conjunto de instituições que deveriam considerar o adolescente como sujeito de processos educativos, também desenvolvidos na mídia, no mercado de trabalho, na comunidade e principalmente na escola (BRASIL, 2006, p. 27).

O Plano lança luz a uma nova concepção de viver a cidade, destacando a sua experiência comunitária. O documento passa a estabelecer uma nova concepção de cidadania infantoadolescente, reconhecendo e valorizando a experiência urbana como fundamental para o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e afetivo das crianças e adolescentes.

Desse modo, no campo da legislação e da política, é preciso olhar para a relação da criança e o direito de viver a cidade para além do Estatuto. O Plano sinaliza que há setores da sociedade brasileira que passaram a perceber as crianças em

situação de rua como uma questão de direito humano, desafiando a lógica de controle e da punição ou até da "cidadania regulada".

PALAVRAS FINAIS: QUANDO A RUA SERÁ MINHA?

A cidade, para muitas crianças e adolescentes, pode se tornar um espaço de viver os diversos modos de sociabilidade. A rua e outros espaços que integram o universo urbano são muitas vezes vividos a partir de experiências cidadãs, uma vez que são marcadas pelo direito de circular, de participar e até de intervir na sua estrutura física. Contudo, para alguns meninos e meninas, a cidade pode ser considerada um espaço das mais diferentes experiências de abandono e de exclusão social.

Historicamente, a estrutura física e social das cidades é fortemente marcada pela lógica dos interesses dos adultos. Os espaços destinados às crianças e adolescentes são sempre resumidos a esfera do brincar, de forma que muitas vezes esses locais não são designados a todas às crianças e às suas necessidades. Para os meninos e as meninas que vivenciam a situação de morar, esmolar ou trabalhar na rua,

este espaço físico e social se apresenta como o cenário de diferentes formas de sobrevivência. As ruas e as praças tornam-se espaços do medo, da competição e da ameaça. As referências que o Estatuto faz aos locais públicos são permeadas pelo controle do adulto, construindo a perspectiva de que as crianças e os adolescentes devem praticar os espaços públicos a partir da autorização dos seus pais, responsáveis ou tutores.

Analisando o discurso do Estatuto e sua relação com o direito da criança viver a cidade, percebi que este dispositivo procura estabelecer interfaces da criança na família, na escola ou em espaços de acolhimento ou de socioeducação, o que me leva a afirmar o viés mais disciplinar do Estatuto, desdobrando-se em uma

“cidadania regulada” ou uma “cidadania tutelada”, mesmo sendo considerado um marco na História dos direitos da criança, por concebê-la como sujeitos de direitos.

As ruas, que para além de representarem vias de deslocamento nas configurações urbanas e espaços de viver as diferentes sociabilidades, muitas vezes fazem parte do patrimônio histórico ou da memória afetiva dos seus moradores por terem sido cenário de fatos e acontecimentos que narram a história da cidade. Mas ainda há perguntas que nos perseguem: como ou quando a cidade vai passar a ser construída para as crianças? Quando as ruas serão delas?

¹Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Programa de Pós-Graduação em História e Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades.

²A Febem era uma instância estadual da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem, que foi criada no primeiro ano da Ditadura Civil-Militar, quando o então Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco promulgava a lei que estabelecia a Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM, fazendo parte dessa política o sistema Funabem/Febem. Sobre o tema, ver: MIRANDA, Humberto da Silva. *Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas* (Pernambuco/1964-1985). Tese. Programa de Pós-Graduação em História. Recife: UFPE, 2014.

³ Importante salientar que a defesa pela segurança e integridade das crianças e adolescentes nos cenários urbanos deve ser perseguida por todos nós, haja vista os números alarmantes de violência nas ruas das cidades de grande, médio e de pequeno porte. Contudo, é fundamental pensarmos uma cidade onde meninos e meninas tenham o direito de viver a infância se (re)apropriando dos espaços urbanos, onde a rua não se apresente como um espaço de perigo e sim como uma possibilidade de viver as diferentes sociabilidades.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Manoel. *Libertinagem – Estrela da Manhã*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul 1990*.
- BRESCIANI, Maria Stella. *Cidade e História*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.) *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2002.
- CASTRO, Lucia Rabello de. *A infância e seus destinos no contemporâneo*. In: *Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 47-58, jun. 2002*.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano (Artes de Fazer)*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- GALLO, Sílvio. "O pequeno cidadão": sobre a condução da infância em uma governamentalidade democrática. In: RESENDE, H. (Org.). *Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini; NASCIMENTO, Maria Livia do. *Infância e Cidade: inventar espaços e modos de viver*. In: *Fractal. Revista Psicologica, v. 28, n. 2, p. 257-265, maio-ago. 2016*.
- MALFITANO, Ana Paula Serrata; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. *Infância, juventude e vivências nas ruas: entre o imaginário da instituição e do direito*. In: *Imaginário. São Paulo, v.12, n.12, p.15-33, jun.2006*.
- MIRANDA, Humberto da Silva. *Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco/1964-1985)*. Tese. Programa de Pós-Graduação em História. Recife: UFPE, 2014.
- MÜLLER, Fernanda. *Infância e Cidade: Porto Alegre através das lentes das crianças*. In: *Educação e Realidade. Porto Alegre, v.37, n.1, p.295-318, jan-abr.2012*.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2002.
- PASSETTI, Edson. *Violentados: crianças, adolescentes e justiça*. São Paulo: Editora Imaginário, 1999.

SANTOS, Marco Antônio. Criança e criminalidade no início do século. *In*: DEL PRIORE, Mary. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância, Exclusão Social e Educação Como Utopia Realizável. *In*: Educação & Sociedade. Ano XXIII, nº 78, Abril/2002.

OS BAIROS DIZEM A CIDADE: O MAPEAMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DOS "OUTROS" MORADORES URBANOS¹

THE NEIGHBORHOODS NARRATE THE CITY: THE CULTURAL HERITAGE MAPPING OF "OTHER" URBAN DWELLERS

Keila Queiroz e Silva²

RESUMO

O ensino de história no Brasil foi marcado por uma trajetória verticalizante, colocando na condição de sujeitos históricos, as elites dominantes. Nessa perspectiva metodológica, o texto cidade foi escrito e lido por alguns, enquanto os outros moradores citadinos e suas histórias de luta material e simbólica eram invisibilizadas pela historiografia tradicional. A nossa escolha teórico-metodológica historiográfica ceriteuniana e benjaminiana deu passagem a outras vozes, a outros rostos, a outras paisagens, a outras formas de luta, resistência e sociabilidade que nos permitiram reescrever o texto cidade, colocando em cena novos personagens e novas sensibilidades urbanas, reconhecendo o protagonismo histórico dos sujeitos ordinários (CERTEAU:1994) que não aparecem nos livros didáticos, nem nos documentos oficiais. Amparados na metodologia da história oral, trabalhamos com histórias de vida dos moradores de bairros populares da cidade de Campina Grande e identificamos a partir de suas narrativas, o patrimônio cultural tecido por eles em seu cotidiano do trabalho, do

lazer e da sociabilidade dentro do bairro. Mapeamos o patrimônio cultural imaterial dos moradores e registramos esse legado através da produção de um livro acadêmico intitulado "As artes de fazer dos malvinenses", bem como por meio da produção de um documentário com relatos biográficos dos artistas mapeados. Acreditamos que a nossa proposta de Educação Patrimonial Popular e Intercultural contribuiu para a desestigmatização dos populares urbanos campinenses e para a afirmação do seu pertencimento ao bairro e à cidade e para dizer a cidade a partir das vozes dos "outros", indo na contramão de uma história oficial celebrativa e patrimonialista e descortinando a cidade dos excluídos da história.

Palavras-chave: Pedagogia da cidade. Patrimônio Cultural Popular. Os outros pobres.

ABSTRACT

The teaching of history in Brazil was marked by a vertical trajectory, putting the dominant elite in the condition of historic subjects. In this methodological perspective, the text city was written and read by some dwellers, while the others city dwellers and their histories of material and symbolic fight were made invisible by traditional historiography. Our theoretical-methodological historiography choice influenced by Certeau and Benjamin gave way to other voices, other faces, other landscapes, other ways of fighting,

resistance and sociability that allowed us to rewrite the text city, putting in picture new characters and new urban sensibilities, recognizing the historical protagonism of the ordinary subjects (CERTEAU:1994) that are not seen in textbooks, or in official documents. Based on the methodology of oral history, we worked with life histories of people from poor neighborhoods from the city of Campina Grande and we identified, from their narratives, the cultural heritage produced by them in their daily work, leisure and sociability inside the neighborhood. We mapped the immaterial cultural patrimony of the dwellers and we registered this legacy through the production of an academic book named "As artes de fazer dos malvinenses", as well as through the production of a documentary with biographical narratives from the mapped artists. We believe that our proposal of People's Patrimonial and Intercultural Education has contributed to de-stigmatisation of poor urban people from Campina Grande and to the affirmation of their belonging to the neighborhood, to the city and to narrate the city through the voices of "others", going against an official commemorative and patrimonial history and revealing the city from the excluded from history.

Keywords: Pedagogy of the city. People's Cultural Patrimony. The other poor.

A trajetória histórica da educação no Brasil foi marcada pelo silenciamento e pela invisibilidade das práticas curriculares dos "outros",

ditos não civilizados pelos nossos invasores- colonizadores. No processo de modernização da sociedade brasileira, as cidades se apresentam como a grande vitrine das elites dominantes material e simbolicamente. O texto cidade tem sido escrito e espetacularizado por alguns homens ilustres, mesmo no Brasil republicano, de modo a produzir e reproduzir uma cultura urbana patrimonialista e narcisista.

As tramas históricas narradas pela historiografia positivista investiram na construção de uma memória coletiva oficial, celebrativa e apologética. A herança de uma cultura política que enraíza algumas oligarquias a uma identidade local tem desempoderado historicamente os moradores comuns das cidades brasileiras. Diagnósticos sociais, culturais e psicológicos, como o desenraizamento, o não pertencimento, o favoritismo, a falta de autonomia e a aparente vitória do pensamento único (ARANTES:2011) cidadão transformam a cidade em espaços privados, desfigurando-as enquanto espaços públicos e afirmadores da cidadania.

O nosso diálogo com historiadores como Michel de Certeau e Walter Benjamin, bem como com os estudos culturais na Educação, tem contribuído para o delineamento e

vivência de uma pedagogia da cidade desconstrutora dos paradigmas funcionalistas, oligárquicos e homogeneizantes produzidos pelo positivismo e clientelismo. Reconhecer a cidade como espaço pedagógico, como um texto polissêmico e contrastante e fundamentado em uma história e geografia a contrapelo foi a válvula propulsora da nossa trajetória pedagógica e acadêmica em busca da história e da geografia local narrada e visualizada pelos "outros" moradores urbanos de cidades do estado da Paraíba(Brasil).

Na trajetória oficial da produção geográfica e historiográfica sobre as cidades e seus processos de urbanização e modernização, o centro se configurou como a grande vitrine que possibilitava a tessitura da história das cidades brasileiras. Os bairros, sobretudo, os considerados territórios marginais, cartografias dos populares do medo e do mal, foram invisibilizados pelos pesquisadores que reproduziram a leitura oficial do texto cidade. A cidade, enquanto experiência da modernidade foi problematizada por muitos historiadores críticos marxistas, marcadamente, a partir da década de 80 do século XX. Nessa perspectiva, a historiadora Maria Stella Bresciani estudiosa da temática cidade do

século XIX deu excelentes contribuições no sentido de dar visibilidade ao cotidiano material e simbólico dos pobres londrinos, ressaltando a denúncia da realidade social de suas moradias.

A denúncia dos dramas sociais provocados pela materialização de projetos de urbanização emblematicamente excludentes, desumanizantes e autoritários foi uma escolha historiográfica assumida por muitos pesquisadores influenciados pela história social inglesa thompsiana. Com a influência da história marxista, as cidades vistas de baixo entraram em cena, sem dúvida, neste período, a multiplicação de investigações acerca das cidades brasileiras do século XIX foi bastante visível e contagiante no meio acadêmico.

No estado da Paraíba, temos um legado da historiografia marxista que estranhou os discursos oficiais sobre as cidades que merecem destaque, tais como: as contribuições de GURJÃO (1994), acerca das heranças oligárquicas e sua influência na cultura política das cidades de João Pessoa e Campina Grande, mostrando a intrínseca relação entre a cultura política e a fisionomia urbana, construindo territórios privados no centro das cidades, demarcados pela filiação partidária do chefe político da

época. O historiador Fábio Gutemberg Souza (2005) também deu valiosas contribuições no sentido de desmistificar a cultura cidadina apologética, patrimonialista e elitista. Este pesquisador dedicou sua pesquisa ao processo de modernização implantado em Campina Grande pelo prefeito Vergniaud Wanderley na década de 40 do século XX, denunciando a sua marca autoritária e excludente, em busca do embelezamento e da higienização da cidade.

Em nossa experiência profissional na universidade, como pesquisadores e como professores temos dado passagem a outras leituras do texto cidade que dão visibilidade, audiência e autoria aos sujeitos ordinários, aos "outros" moradores de bairros populares urbanos. Com foco nas cidades do século XXI e nas tramas históricas dos moradores populares urbanos, direcionamos o nosso olhar para os bairros de Campina Grande.

A Pedagogia da cidade, inspirada na perspectiva cereteuniana no sentido de considerar a cidade um texto polissêmico e plural, tem sido um percurso teórico metodológico predominante no meu ofício de educadora e historiadora. Por meio da Educação Tutorial, eu e meus orientandos realizamos um trabalho

em comunidades populares urbanas da cidade de Campina Grande, no qual fizemos um levantamento da história local, bem como o mapeamento do patrimônio cultural dessas comunidades. Temos, por meio de nossas pesquisas sobre a cidade, com foco na história vista de baixo e nas memórias subterrâneas (POLLAK:1989), dado visibilidade a outras cidades, a outras Campinas, para além do olhar vertical sobre Campina Grande. Esse olhar investigativo tem nos convidado a mudar a direção do nosso olhar, indo ao encontro dos moradores à deriva.

Os "outros" protagonistas da cidade, sobretudo, os pobres tecem criativamente em seu cotidiano experiências urbanas de resistência à razão tecnocrática burguesa que ameaça lhes devorarem objetiva e subjetivamente. Os estudos sociológicos e históricos sobre a pobreza foram marcados por olhares de estereotipia e vitimização, a antropóloga Cinthya Sarti sugere um novo olhar aos pobres, que lhe proporcione alteridade.

Para SARTI (2003) os intelectuais militantes de esquerda com os seus olhos de superioridade, acreditando em seu heroísmo, sempre definiram os pobres como passivos e manipulados, mais precisamente alienados. Isso é muito risível, como é

que os corpos que são tão alienados e desentranhados de si ainda se acham no direito de subestimar e classificar corpos que não são surdos às suas sensações! Esses corpos são corpos ativos, são sujeitos de experiência e de ação. Eles nos chamam à vida. Michel de Certeau fala com muita justiça e muita poesia também, desses corpos, apesar de não usar o conceito de corpos. Ao falar sobre as astúcias anônimas das artes de fazer desses sujeitos ordinários - os pobres em sua cotidianidade, na relação com a sociedade de consumo que a tudo tenta coisificar - Certeau (1994) os coloca na condição de corpos ativos e criativos, de corpos vivos e vividos. Em seu ofício de historiador ele nos apresenta corpos subjetivados e não assujeitados. Os corpos pobres com alteridade são os delinquentes certeuanianos que se expressam criativamente e topologicamente, como ele ressalta a seguir:

Se o delinqüente só existe deslocando-se, se tem por especificidade viver não à margem, mas nos interstícios dos códigos que desmancha e desloca... A delinqüência consistiria em tomar o relato ao pé da letra, tomá-lo como o princípio da existência física onde uma sociedade não oferece mais saídas simbólicas e expectativas de espaços a pessoas ou grupos, onde não há mais outra alternativa a não ser o alinhamento disciplinar e o desvio ilegal, ou seja, uma forma ou

outra de prisão e a errância do lado de fora. Reciprocamente, o relato é uma delinqüência em reserva... Resta saber, naturalmente, que mudanças efetivas produz em uma sociedade essa narratividade delinqüente. Em todo o caso, pode-se de antemão dizer que, em matéria de espaço, essa delinqüência começa com a inscrição do corpo no texto da ordem. A opacidade do corpo em movimento, gesticulando, andando, gozando, é que organiza indefinidamente um *aqui* em relação a um *alhures*, uma 'familiaridade' em confronto com uma 'estranheza'. O relato de espaço é em seu grau mínimo uma língua falada, isto é, um sistema lingüístico distributivo de lugares sendo ao mesmo tempo articulado por uma 'focalização anunciadora', por um ato que o pratica. (...) Basta aqui, antes de ir buscar as suas indicações na organização da memória, lembrar que com essa enunciação focalizante o espaço surge de novo como lugar *praticado* (CERTEAU, 1994, pp. 216-217).

O relato de espaço como língua falada e forma de tirar os corpos do estado de opacidade que a razão ordeira provoca através de seu alinhamento disciplinar físico e simbólico foi experienciado por nós através das narrativas delinqüentes dos corpos pobres, de pessoas que vivem "nos interstícios dos códigos que desmancha e desloca" (CERTEAU, 1994, p.216). Mulheres e homens pobres desordeiros, ousaram experienciar uma caminhada pela cidade de Campina Grande que ultrapassou as demarcações dos

mapas elaborados pelos tecnocratas, criando com suas astúcias, territórios, considerados pelos ordeiros, inabitáveis, inomináveis e inaceitáveis socialmente.

Certeau (1994) em seu poético texto sobre cidade nos apresenta uma cidade viva, uma cidade enquanto texto, e enquanto corpo social. Ele nos convida em sua travessia bastante sensível e perspicaz, a uma leitura transgressora do texto cidade possibilitada pelos corpos pobres, que ele denomina de sujeitos ordinários. E foi através dos contatos com os corpos pobres que a nossa pesquisa mergulhou em narrativas delinqüentes nas cidades de Campina Grande, dando visibilidade aos corpos em movimento, aos corpos que sonham, amam e desamam, choram, riem, gozam e cuidam.

OS BAIROS COMO ESPAÇOS FORMATIVOS: A EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA E OS NARRADORES COMO PEDAGOGOS DA CIDADE.

O estudo da cidade, do bairro e da escola como um lugar praticado, que foi o que nos propomos a fazer, só foi possível através dos nossos encontros com os corpos narradores. O espaço de operações que o narrador

pisa, como diz Certeau: "é feito de movimentos, é *topológico*, relativo às deformações de figuras, e não *tópico*, definidor de lugares. Através da leitura da vida das pessoas no bairro e na cidade e em outros espaços do seu cotidiano, configuradora dos corpos delinqüentes-estranhos- e não de sujeitos modernos geométricos e normais, pudemos enrugam a nossa própria subjetividade.

As escolas por não investirem em saberes narrativos delinqüentes, e até por combaterem quaisquer possibilidades de vazamentos destes, pois não querem ouvir as histórias de vida de seus alunos pobres estranhos e inomináveis, são reprodutoras de uma leitura espacial tópica, seja ela, da própria escola, do bairro, ou da cidade. A escola é uma grande aliada no processo de civilização dos sujeitos ordinários, no sentido de torná-los lisos e moldáveis à cidade geométrica. O fracasso escolar para os educadores escolares, defensores da razão instrumental moderna, é o reconhecimento da impossibilidade de geometrização, portanto de matança emocional e simbólica desses corpos. Por isso, a escola é um território que está em estado de guerra simbólica. E por incrível que pareça, quem está ganhando a guerra, não de uma forma criativa, mas destrutiva e bárbara,

são os corpos não geometrizaáveis, os corpos infantis e jovens pobres.

Em meio a essa crise socializadora e normatizadora da escola do século XXI, os saberes experienciais e a educação intergeracional comunitária se configuram como um meio formativo eficaz, porque proporcionam a construção de referenciais simbólicos locais, frente à globalização dos costumes e à expansão do hiperconsumo. Os pobres, diferentemente do que acreditavam os pensadores marxistas que só denunciavam a sua submissão à ideologia burguesa, são rebeldes e criativos em seu cotidiano, reinventam o estabelecido, portanto, constroem seus próprios símbolos, exercendo assim a sua alteridade e construindo biografias criativas, desfocadas dos códigos vigentes. Focamos as nossas investigações sobre as histórias de vida de moradores de bairros populares na escuta e no registro de suas astúcias, cartografando o seu devir revolucionário (GUATARRI, 1996).

Quem são os mestres desta Pedagogia da Cidade? Os narradores, as pessoas ricas em experiências comunicáveis são os mestres da educação intergeracional comunitária. Fundamentados em Benjamin recuperamos em nossa pesquisa

sobre a história local, mapeando, assim, o patrimônio cultural dos bairros populares campinenses, a função social, simbólica e pedagógica do narrador, personagem histórico que vem desaparecendo dos cenários citadinos modernos, Conforme ressalta Benjamin (1996), a sociedade civilizada moderna vive uma miséria, um estado de pobreza muito grande no que diz respeito à experiência. Nós perdemos esse tesouro das sociedades tradicionais. Em seu artigo "Experiência e pobreza", inserido no mesmo livro que fala da morte do narrador nas sociedades modernas, ele nos conta a seguinte história, e a comenta sensivelmente:

Em nossos livros de leitura havia a parábola de um velho que no momento da morte revela a seus filhos a existência de um tesouro enterrado em seus vinhedos. Os filhos cavam, mas não descobrem qualquer vestígio do tesouro. Com a chegada do outono, as vinhas produzem mais que qualquer outra na região. Só então compreenderam que o pai lhes havia transmitido uma certa experiência: a felicidade não está no ouro, mas no trabalho. Tais experiências nos foram transmitidas de modo benevolente ou ameaçador, à medida que crescíamos: "Ele é muito jovem, em breve ele poderá compreender". Ou: "um dia ainda compreenderá". Sabia-se exatamente o significado da experiência: ela sempre fora comunicada aos jovens. De forma concisa, com a autoridade da

velhice, em provérbios; de forma prolixa, com a sua loquacidade, em histórias; muitas vezes como narrativas de países longínquos, diante das lareiras contadas a pais e netos. Que foi feito de tudo isso? Quem encontra ainda pessoas que saibam contar histórias como elas devem ser contadas? Que moribundos dizem hoje palavras tão duráveis que possam ser transmitidas como um anel, de geração em geração? Quem é ajudado hoje por um provérbio oportuno? Quem tentará, sequer, lidar com a juventude invocando sua experiência? (BENJAMIN, 1994, p.115).

Para Benjamin, o monstruoso desenvolvimento da técnica provocou uma nova forma de miséria, uma vez que se sobrepõe ao homem, e indignado ele pergunta: "qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais se vincula a nós?" (1994, p.115). Para ele, confessar nossa pobreza é uma forma de honradez e de reconhecer que estamos em uma nova barbárie. Os corpos somáticos analisados por Ortega em pleno século XXI são corpos miseráveis, na perspectiva de Benjamin ao denunciar a sociedade moderna ocidental do século XIX. São corpos desvinculados de sua experiência, são corpos descarnados, objetificados e espetacularizados, muito mais do que os corpos modernos do século XIX, dos quais Benjamin fala. Os corpos da hipermodernidade, do Capitalismo pós-fordista, pós-industrial e

informacional, são os corpos da era digital, ou seja, são cruelmente negadores do passado e dos corpos que têm muita experiência e história para contar, os corpos enrugados, estes são os des-aparecidos da cidade, do *lócus* da civilidade (SILVA:2018).

OS NARRADORES DIZEM O BAIRRO E DIZEM A CIDADE

A nossa experiência com a Educação Patrimonial Popular Intergeracional tem sido um caminho metodológico facilitador da expansão de uma Pedagogia da Cidade, que por sua vez, tem colaborado na construção de mapas mentais cidadãos por parte das novas gerações que não testemunharam os acontecimentos do passado experienciados pelos moradores mais velhos.

O bairro das Malvinas tem sido foco de nossa pesquisa em Educação Patrimonial com mais profundidade desde o ano de 2011. É um bairro campinense que se destaca pela sua densidade demográfica, possui mais de 80.000 habitantes, dentro de uma cidade com 400.000 habitantes, se destaca também pela riqueza da sua historicidade e do seu patrimônio

cultural. Os narradores dessa história, ao contarem o processo de ocupação desse bairro, afirmam a sua alteridade, porque foram vistos e perseguidos pelos políticos locais na década de 80 do século XX, como os "outros" desordeiros e ameaçadores da ordem, mas teimaram em determinar a geometria dos pobres no delineamento de seus traçados urbanos referentes às moradias da cidade.

O tópico virou topológico, em 1983 a cidade de Campina Grande contava com uma obra da iniciativa do governador Wilson Braga, intitulada Conjunto Álvaro Gaudêncio, obra planejada para moradores populares urbanos que compraram a chave de suas casas com baixo custo. Finalizada a construção das casas, a infraestrutura necessária para uma moradia digna dos populares não foi materializada pelo gestor estadual. Os pobres migrantes do campo para a cidade de Campina Grande que estavam desabrigados e que moravam em casas alugadas, mas eram expulsos dessas casas por não conseguirem pagar o aluguel em dia, souberam dessa realidade de casas construídas e não habitadas e decidiram "invadir" a área.

Para a narradora "delinquente" D. Rivonise, uma grande pedagoga da cidade, o espaço não foi invadido, o

espaço foi ocupado, percebemos que a leitura do texto citadino dos populares vai na contramão da leitura oficial, classificatória e excludente. Ela nos contou que estava vivendo um momento difícil com a família, tinha que viver se mudando direto, porque não conseguia pagar aos alugueis em dia. As suas narrativas nos conduziram a uma viagem a "outras" cidades e a "outros" citadinos. Ao tomar conhecimento das casas desocupadas do Conjunto Álvaro Gaudêncio, a narradora decidiu ocupar, já que não tinha casa para morar.

Vejamos a sua narrativa astuciosa e topológica da cidade, referente ao processo de ocupação das Malvinas :

Eu lembro que o pessoal decidiu ocupar. Quando se deu a ocupação das Malvinas, foi um momento extremamente político. Época de eleições, eu fui junto. Fui comunicada da ocupação. A defasagem de moradia era grande em Campina, todo mundo foi pelo desejo de possuir sua própria casa. Foi feita uma relação do movimento com a guerra que tava acontecendo nas Malvinas. O governador colocou o cerco policial, quem tava dentro não podia sair, quem tava fora, não podia entrar. A ocupação aconteceu no dia 26 de março de 1983, era Semana Santa, no domingo da Páscoa, a gente fez uma Via Sacra, quebramos o cerco policial, torando os arames. A gente dizia aos policiais que ia comprar pão, leite e água, eles não queriam deixar. A mulher tem mais coragem de desafiar um homem, do que outro homem, eu

chegava junto dos policiais e dizia, você não tem mãe não, se fosse sua mãe que tivesse aqui, você ia deixar ela ficar com sede e fome. A gente tentava sensibilizar os policiais, a gente foi criando corpo, criando corpo, já vem com alma. Campina ficou despolicada, o governador botou todos os policiais lá. Eu disse a um deles, eu vou mostrar como eu passo. Ele disse que eu era a mais atrevida de todas as mulheres que tavam ali. Eu dizia, não fizemos nada errado, ocupamos uma área que tava abandonada. Será que o senhor não tem um parente seu aqui...quando se trata de parente, a gente amolece, deixa eu entrar, faça de conta que sou sua mãe. O policial respirou fundo e disse: tenho que manter a ordem. Eu respondi, se não deixar eu passar, garanto que vai ter desordem, as mulheres com crianças chorando de fome vão quebrar esse cerco. Ele me deixou passar, eu disse: é bom o senhor ver quantas pessoas tão esperando eu passar com essa comida, era muito pacote. Lá estava sem energia, tinha pouco candeeiro, a gente tava ali porque a importância da casa era muito grande. O cerco policial durou 30 dias³.

A narrativa de D. Rivonise expressa um potencial combativo e criativo pulsantes. Ela ressaltou em sua entrevista a participação numérica e qualitativa das mulheres populares, elas foram as grandes protagonistas dessa história de redesenho do texto cidade, rompendo com os paradigmas geométricos burgueses. A força do enfrentamento, conforme o relato da militante estava atrelada ao desejo e à necessidade de uma moradia para si e sua família. O autoritarismo do gestor estadual é flagrante, é tanto que a narradora

comentou que a cidade ficou despolicada, todos os policiais migraram para o cerco do Conjunto Álvaro Gaudêncio para os "donos do poder" e Malvinas para os ocupantes. A alteridade dos ocupantes se confirmou também, na denominação do território, intitulado-o de bairro das Malvinas, em contraposição à denominação oficial "Conjunto Álvaro Gaudêncio". Este era oficial, mas era vazio, não tinha moradores, aquele era a desordem, mas expressava a existência de famílias populares ávidas por moradia. Malvinas é o nome topológico do bairro e Álvaro Gaudêncio é o nome tópico. E para dar vitalidade à nossa Pedagogia da Cidade popular, ressaltamos que a cartografia que venceu diante desses embates entre o poder vertical e os micropoderes horizontais foi a cartografia dos sujeitos ordinários e não dos homens ilustres.

Dando continuidade a essa trama de luta, bem como a recuperação das memórias coletivas dos moradores do bairro das Malvinas, entrevistamos Iara Rodrigues, filha de uma companheira de luta de D. Rivonise, ao perguntarmos a ela sobre a representação do bairro para a sua vida, a depoente fez uma viagem à sua infância: Vejamos a sua narrativa:

As Malvinas marcou a minha vida e a minha formação como ser...isso percebo melhor hoje lembrando os tempos da ocupação das casas e desse tempo de lutas e sofrimentos, tudo isso pra conquistar a moradia um dos direitos garantidos na Constituição Brasileira. No inicio as casas eram todas iguais no formato e nas cores, brancas e pequenas, alguns tinham um quarto, cozinha, sala, área pequena, e outras tinham dois quartos, eram pequenas e um quintal espaçoso, mas a maioria das casas tinha escrito na parte da frente "ESSA CASA É MINHA"... ou muitas vezes tinha a frase "OCUPADA" escrita com carvão...naqueles momentos nós moradores vivemos cenas de guerra, pelos enfrentamentos com a policia e em reivindicações com os governantes da época, foi muito sofrimento e também alegrias e conquistas. Relembro dos momentos de pegar água, de frente a Igreja católica São Francisco foi construída uma cisterna d'água, o carro pipa chegava e enchia a cisterna e as bacias, baldes e latas de água dos moradores, eram filas e filas, dava muita confusão, brigas, tinha momentos de muita alegria pela água ter chegado, uma festa, uma mistura de sentimentos... A luta continua... pois foram muitas reivindicações, e das prestações das casas foi a mais recorrida pelos moradores, muitas comissões, muitas reuniões, passeatas, muitas solicitações aos governantes para isentar das tais cobranças dos moradores. As reuniões nas quadras era a solução pois nos primeiros momentos das Malvinas não existia associação de moradores, as reuniões eram feitas nas ruas sob a luz dos candeeiros e lamparinas por causa da falta de energia. Passaram muitas lideranças, Elpídio Feitosa, Clovis Barbosa, nessa época da ocupação...o centrar em sua formação deu-se também nas Malvinas, o PT também esteve dentro dessas lutas e organização popular. Participação de muitos

moradores que me vem na mente, Lindalva, Geneceuda, Carlinhos, Padua, Rita, Marcos, as freiras Heloisa, Ana, Zélia, Ritinha, Sr. Silvino, Dona Maria, Sr. José, Dona Mocinha, Carlos da Radio Lagar Fm, Adijelson Cavalcanti que criou o hino das Malvinas, Edier Sabino, entre tantos outros... A igreja católica esteve muito presente nessa luta, na época eu e minha mãe fazíamos parte da Igreja São Francisco, as irmãs do sagrado coração de Jesus contribuíram e muito para organização da comunidade pra enfrentamento de toda demanda de problemas que tínhamos, desde a participação religiosa a participação política, tínhamos muita formação, éramos um grupo de catequistas que dávamos formação pra crianças, era muito bom, tínhamos muito compromisso de reza e de participação política. As missas no pé de juá...as celebrações da vida, da nossa história das Malvinas, era vivida e muito celebrada. Algo que lembro com muita alegria foi o mutirão de construção da Igreja católica São Francisco, eram domingos e domingos de festa e partilha, pois tudo era dividido, as tarefas, as mulheres cozinhavam, faziam os lanches, cafés e almoços para os homens que trabalhavam na construção, a gente organizava tudo, as pessoas que participavam das tarefas, a gente celebrava a vida, muita oração, violão e trabalho, era a nossa vida de comunidade religiosa e de bairro. ..O que aprendi com as Malvinas ?? aprendi sobre o valor e a força da união, o valor da organização de uma povo, a consciência do que se quer...e a força de uma comunidade que enfrenta com passeatas, documentos, pressão política e reivindica seus direitos negados ,sua dignidade renegada... aprendi sobre pequenas ações de força imensa... as pessoas são fortes quando se unem, quando conversam, dialogam, discutem e discordam também, a paciência de criar processos de contribuições diversas uns com os outros..4

[REDACTED]

O depoimento de Iara confirma a representação do bairro como um espaço pedagógico de produção e circulação de saberes como a vida em comunidade, o aprendizado da luta, das experiências lúdicas e religiosas de sociabilidade, criando assim um novo espaço fisicamente e simbolicamente. A capacidade criativa dos moradores do bairro das Malvinas foi registrada por meio de um mapeamento cultural que fizemos na comunidade viabilizada pela atuação do Programa PET-EDUCAÇÃO do qual sou autora e fui tutora durante 06 anos. Nessa comunidade nos deparamos com muitas riquezas, encontramos artistas como: cordelistas, músicos, oleiras, restauradoras de móveis antigos, dançarinos, costureiras e rezadeiras que por meio das suas artes de fazer constroem uma Pedagogia da cidade fundamentada no patrimônio cultural local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A comemoração dos 150 anos da cidade de Campina Grande foi materializada pelo nosso projeto de Educação Patrimonial Popular por meio de um olhar horizontal e múltiplo

com relação à cidade de Campina Grande dando visibilidade e dizibilidade aos moradores citadinos que vivem à margem da história oficial, através da produção de um documentário narrando a história da ocupação do bairro, a partir das falas de seus líderes, bem como sobre as artes de fazer dos malvinenses, com entrevistas realizadas com os artistas do bairro resultante da pesquisa sobre as histórias de vida dos artistas malvinenses. Desse modo, o bairro das Malvinas, diz muito da história da cidade de Campina Grande, uma vez que a sua história de luta e enfrentamento denuncia as tramas políticas das oligarquias locais e toda a sua prática excludente, higienista e autoritária. Como pesquisadora de fronteira entre a classe média e a classe pobre, aprendi nesse fazer a face com os populares a dobrar as minhas subjetividades cidadinas campinenses.(SILVA:2012).

Vale salientar também que a ocupação desse espaço redesenhou o texto cidade e que quem foram os protagonistas dessa arquitetura, foram os "outros populares" que se empoderaram do espaço citadino com muita ousadia, união, luta e criatividade, reinventando a cartografia urbana campinense. Diante desse percurso de caminhantes e ouvintes das tramas

históricas do bairro das Malvinas, não podemos deixar de pontuar e reconhecer que esses moradores com toda essa trajetória de luta por cidadania são potencialmente pedagogos da cidade e que nós

pesquisadores fomos os sujeitos aprendentes nesse encontro intergeracional e interclasses. Cruzemos então, as fronteiras cidadinas!

¹ O nosso trabalho está vinculado à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), por meio do financiamento do Programa de Educação Tutorial e do PROEXT foi direcionado ao registro da memória coletiva de comunidades populares urbanas da cidade de Campina Grande, situada no estado da Paraíba e na região nordeste do Brasil.

² Profa. da Universidade Federal de Campina Grande keilaqueirozesilva@gmail.com

³Entrevista concedida a autora em 26 de setembro de 2015.

⁴Entrevista concedida à autora no dia 18 de abril de 2015

REFERÊNCIAS:

ARANTES, Otília et al. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

BENJAMIN, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Ed. 34, 2002.

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória: Ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRESCIANI, Maria Stella. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Cartografias do desejo. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1994.

SILVA, Keila Queiroz e. Os corpos enrugados e meus outros espelhos etários. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SILVA, Keila Queiroz e Zélia Maria de Arruda Santiago. Face a face com os populares: dobrando subjetividades cidadinas. Campina Grande: Realize, 2012.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SARTI, Cyntia Andersen. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUZA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. Paraíba no Império e na República. Ideia, João Pessoa, 2005.

MEMÓRIAS DO TRABALHO NA MINERAÇÃO BREJUI: PROPOSTA PARA USO DA HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM MINERAÇÃO, EM CURRAIS NOVOS/RN

MEMORIES OF WORK IN PROJECT MINING FOR THE USE OF LOCAL HISTORY IN MIDDLE SCHOOL INTEGRATED IN MINING IN CURRAIS NOVOS / RN

Cléia Maria Alves ¹
Francisco das Chagas Silva Souza ²
Olivia Moraes de Medeiros Neta ³

RESUMO

Entre os anos de 1945 a 1981, a Mina Brejuí, em Currais Novos-RN, se destacou nacionalmente pela produção de sheelita. Ela hoje é um parque temático e guarda uma memória do trabalho. Logo, é um locus constitutivo de uma memória histórica de um determinado grupo social, os mineradores. Portanto, possui um potencial educativo à medida que expressa algo memorável, contribuindo de forma que os educandos possam situar-se como sujeitos históricos em um processo de construção e compreensão de tempos e espaços dos "lugares de memória". A nossa pesquisa tem o objetivo de discutir sobre proposta de uma unidade didática sobre a História Local da Mineração Brejuí como contributo para as aulas de História e as reflexões sobre o mundo do trabalho, no Ensino Médio Integrado em Mineração, na Escola Estadual Manoel Salustino, em Currais Novos-RN.

Palavras-chave: História local. Ensino de História. Trabalho e educação.

ABSTRACT

Between the years of 1945 and 1981, the Brejuí Mine, in Currais Novos-RN, stood out nationally for the production of Sheelite. Today it is a theme park and it keeps a memory of the work. Therefore, it is a locus constitutive of a historical memory of a certain social group, the miners. Therefore, it has an educational potential as it expresses something memorable, contributing so that learners can situate themselves as historical subjects in a process of construction and understanding of times and spaces of "places of memory". Our research aims to discuss the proposal of a didactic unit on the Local History of the Brejuí Mining as a contribution to the lessons of History and the reflections on the world of work in the Integrated Middle School in Mining, at the State School Manoel Salustino, in Currais Novos-RN.

Keywords: Local history. Teaching History. Work and education.

1 INTRODUÇÃO

Conhecida como a "Princesa do Seridó" e a "Capital da Scheelita", a cidade de Currais Novos está localizada na microrregião do Seridó

Oriental, estado do Rio Grande do Norte. Sua origem e povoamento estão relacionados à história econômica do Brasil no século XVII, principalmente o ciclo do gado e da pecuária, que teve um papel decisivo no processo de ocupação do sertão. Inicialmente, a pecuária era a principal atividade econômica, seguida da agricultura, que contribuíram decisivamente para a ocupação e fixação das primeiras comunidades que foram se formando na região.

De acordo com Souza (2008), a origem do topônimo Currais Novos, tem relação com antigos e os velhos currais utilizados para criação de gado no sítio Totoró, onde o fundador da cidade, o Capitão-mor Cipriano Lopes Galvão, instalou-se com a sua família, dando início às primeiras fazendas de gado e expansão da pecuária no município.

Contudo, em meados do século XX, especificamente na década de 1940, a pecuária e a agricultura foram suplantadas por uma nova atividade econômica, a produção da scheelita,⁴ brotada nas terras secularmente destinadas à criação de gado, tornando-se parte integrante e de relevância na economia dos currais-novenses e também do estado do Rio Grande do Norte.

Neste contexto, nasce a Mina Brejuí (nome de uma árvore nativa da região) localizada a oito quilômetros da cidade de Currais Novos. Considerada a maior produtora de scheelita da América do Sul, foi responsável pelo o crescimento e desenvolvimento da economia local entre os anos de 1943 e 1990. A exploração das atividades iniciou-se nos anos 1940, com a descoberta do minério na região, e teve o seu auge durante a Segunda Guerra Mundial, fornecendo minérios às indústrias para a produção de materiais bélicos, tendo os Estados Unidos como o seu principal mercado consumidor.

A Mineração Brejuí foi fundada pelo Desembargador Tomaz Salustino de Melo. Porém, somente em 1954 foi constituída a empresa com o nome Mineração Tomaz Salustino S/A. Durante esse período, a atividade mineradora atraiu um considerável número de trabalhadores, em sua maioria agricultores, deslumbrados pela a exploração do minério e com a perspectiva de obtenção de melhores condições de vida.

Diante deste cenário, a cidade de Currais Novos esteve atrelada à ideia de desenvolvimento e progresso, e, por isso, atraia cada vez mais os trabalhadores norte-rio-grandenses e estados vizinhos. Conseqüentemente,

a cidade cresceu e foi beneficiada com a construção de prédios que referenciavam a mina, como Hotel Tungstênio, a Rádio Brejuí, o Cine Teatro Desembargador Salustino e a praça com o mesmo nome, dentre outras obras e instituições que fazem referência e manifestações honoríficas à família Salustino, como o Grupo Escolar Manoel Salustino, a Praça Tetê Salustino e a Maternidade Ananília Regina, mãe do Desembargador.

No âmbito educacional, a cidade foi beneficiada com a implantação do Educandário Jesus Menino, como espaço educativo para os filhos da elite currais-novense. Em contrapartida, foi criado o Colégio Comercial de Currais Novos, destinado aos filhos da classe trabalhadora que tinha por objetivo preparar mão de obra para as atividades na Mina Brejuí.

Com o processo de desenvolvimento e aumento do número de trabalhadores, o gestor e fundador da mina, criou a Vila Operária, situada na área industrial. Além disso, também foi criada uma quadra de esporte, um laboratório, um campo de futebol, a Cooperativa de Consumo Popular, o Grupo Escolar Manoel Salustino, o Clube de eventos, o serviço de alto falante e a Igreja de Santa Tereza D'Ávila e a Gruta de

Santa Bárbara, localizada na parte mais elevada da mina, para que pudesse ser vista por todos os trabalhadores, que ao longo dos anos, a Santa foi adotada como a Padroeira e protetora pelos operários.

De acordo com os estudos realizados por Dantas (2007, p.100) sobre a Mineração Brejuí, o autor relata que:

Inicialmente a mineração Mina Brejuí construiu uma série de barraquinhas e essas barraquinhas perduraram por muito tempo; ali se alojavam as pessoas, profissionais empíricos sem nenhuma qualificação, apenas com conhecimentos populares, passados de pai para filho, de pessoas experientes a pessoas que iniciavam o trabalho, [...] com um fluxo aproximado de duzentas pessoas - depois veio assistência médica, assistência odontológica, a assistência social com a chegada de técnicos, tudo isso foi melhorando e dando acomodações mais dignas para as pessoas. (Sic)

Sobre o trabalho de prospecção mineral, o autor acrescenta que "era realizado através de bateias (vaso de madeira em forma de alguidar que serve para a lavagem das areias auríferas) e caixas modelos bem rudimentar". (DANTAS, 2007, p.115). A produção da scheelita no Seridó apresentou sete picos de produção em várias épocas compreendidas entre os anos de 1945

a 1981, seguidos de intervalos de queda, devido às oscilações dos preços internacionais. (NESI *apud* BEZERRA, 2014). Contudo, a partir dos anos 1980, a mineração sofreu um declínio, chegando a paralisar as atividades no final da década de 1990, devido à oscilação dos preços internacionais da scheelita, dada à entrada da China no mercado, com preços baixos, inviabilizando a exploração do produto. Em meio à crise, a cidade assistiu atônita ao êxodo e desemprego de dois mil trabalhadores. (SOUZA, 2008).

Com a paralisação da produção da scheelita, a cidade de Currais Novos, que outrora foi a capital da scheelita, passou a buscar formas de sinalizar uma memória voltada para os tempos áureos da mina, como a construção de uma estátua em homenagem ao minerador, erguida pela prefeitura da cidade, e a instalação de vagonetes (veículo utilizado para transportar o minério dos túneis com a logomarca da Mina Brejuí), nas rotatórias da cidade; assim como os nomes das ruas relacionados aos variados minérios e dos prédios comerciais tais como Rádio Ouro Branco, a papelaria Mina do Ouro, dentre outros. (BEZERRA, 2014).

Diante deste panorama, a Mina Brejuí transformou-se em um parque temático e atualmente constitui-se em um patrimônio histórico e cultural, com criação, em 2006, do Museu Mineral Mário Moacyr Porto e o Memorial da Família Tomaz Salustino, sendo visitados frequentemente por estudantes e turistas, oportunizando a atividade turística e pedagógica do cenário que restou da mina, as galerias subterrâneas (túneis) ricos em acervos mineralógicos, as dunas brancas formadas pelos rejeitos da scheelita, a memória dos antigos garimpeiros, a Vila dos operários, a Escola Estadual Manoel Salustino.

Em razão disto, a Mina Brejuí guarda uma memória do trabalho e, logo, é um lócus constitutivo de uma memória histórica de um determinado grupo social, os mineradores. Portanto, possui um potencial educativo à medida que expressa algo memorável, contribuindo de forma que os educandos possam situar-se como sujeitos históricos em um processo de construção e compreensão de tempos e espaços dos "lugares de memória", constituídos por museus, arquivos, comemorações, festas, monumentos, associações e testemunhos de outro tempo, afora locais que apresentam sinais de reconhecimento e

pertencimento de um determinado grupo em uma sociedade (NORA, 1993).

Sob esta perspectiva, os lugares de memória, de que trata Nora (1993), são repositórios de um passado que podem contribuir de forma significativa para a construção do conhecimento histórico e saberes daquele tempo passado. Com isso, o ensino de História pautado nesta perspectiva, possibilita que os alunos percebam as diferentes relações dos lugares como espaços de memória, identidades e trajetórias de vida dos diversos grupos sociais que ali estiveram presentes em variados contextos históricos.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, contidos no documento "Ciências Humanas e suas Tecnologias", um dos compromissos fundamentais da História encontra-se na sua relação com a memória, pois que o direito à memória faz parte da cidadania cultural e revela a necessidade de debates sobre o conceito de preservação das obras humanas. Com isso, é necessário que o aluno compreenda os usos ideológicos a que a memória histórica está sujeita, situando-os nos "lugares de memória" construídos pela sociedade e pelos poderes

constituídos, que estabelecem o que deve ser preservado e lembrado e o que deve ser silenciado e "esquecido" (BRASIL, 2006).

Dessa forma, tem sido comum nas propostas curriculares a introdução dos estudos da memória e a história local, indicados como necessários no ensino de História e auxiliares no processo de aprendizagem, visto que, possibilitam a compreensão da realidade do aluno e a construção de identidades, contribuindo, assim, para formação de uma cidadania crítica. Entre os objetivos das reformulações curriculares "era recuperar o aluno como sujeito produtor da História, e não como mero espectador de uma história já determinada, produzida pelos heroicos personagens dos livros didáticos" (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 15).

De acordo com Schmidt e Cainelli (2009), as reformulações curriculares para o ensino de História contribuíram para um ensino crítico, centrado em discussões sobre temáticas relacionadas com o cotidiano do aluno, seu trabalho, sua historicidade. Porquanto, foram introduzidas novas temáticas e objetos da história, com ênfase na valorização e na historicidade de pessoas comuns; nos movimentos

sociais, na história local e suas relações com o global. Ou seja, um ensino voltado para a construção da cidadania, apreensão da pluralidade de memórias e não somente da memória nacional.

No entanto, a História Local nas propostas curriculares no ensino de História não é questão nova. Segundo Germinari e Buczenko, (2012, p. 128):

A abordagem sobre história local, no que se refere ao ensino de História foi alvo de grande debate entre historiadores no Brasil, que valorizaram esta abordagem por possibilitar novas visões sobre o processo de aprendizado da História e, a influência do meio em que o aluno e a escola estão inseridos. Em nosso país, o tema de história local, já foi proposto pelo menos há duas décadas, com diferentes formas de abordagem, sendo que nas décadas de 1970 e 1980, as propostas curriculares foram organizadas em círculos concêntricos, com abordagem dos estudos sociais partindo da realidade mais próxima do aluno.

Desse modo, a História Local se constituía como um recurso didático baseado na teoria dos círculos concêntricos, cuja característica consistia em que os estudos sobre a sociedade deveriam estar vinculados aos estágios de desenvolvimento psicológico do aluno, devendo, pois, partir do concreto ao abstrato em etapas sucessivas. Assim iniciava-se o estudo do mais próximo, a

comunidade ou o bairro, indo sucessivamente ao mais distante, o município, o estado, o país, o mundo. Os conteúdos ordenados hierarquicamente deveriam respeitar a faixa etária do aluno, por isso a história do mundo não deveria ser ensinada na escola primária, por ser considerada distante e abstrata. (BRASIL, 1998).

Contudo, a valorização da História Local no ensino de História no final do século XX, cresceu sob a influência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no seu artigo 26, traduz-se que a parte diversificada dos currículos do ensino fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura dos educandos, oportunizando a elaboração de novas propostas sobre o ensino de História Local. (BRASIL, 1996).

Nesta perspectiva, é importante ressaltar que a História Local, foi tomada como eixo temático para as séries iniciais do Ensino Fundamental e como recurso didático para todas as séries que compõem a Educação Básica, consolidando como um suporte metodológico importante na didática da história

Conforme Bittencourt (2011), diferentemente das propostas baseadas nos círculos concêntricos, que também utilizavam a história local como forma de introduzir o aluno na compreensão do mais próximo, a introdução da história local nas novas propostas curriculares, tem como finalidade estabelecer articulações entre o local, o nacional e o global.

Para Schmidt e Cainelli (2004, p. 112), o trabalho com a História Local precisa ser considerado duas questões:

Em primeiro lugar, é importante observar que uma realidade local contém, em si mesma, a chave de sua própria explicação, pois os problemas culturais, políticos, econômicos e sociais de uma localidade explicam-se, também, pela relação com outras localidades, outros países e, até mesmo por processos históricos mais amplos. Em segundo lugar, ao propor o ensino de história local como indicador da construção de identidade, não se pode esquecer de que, no atual processo de mundialização, é importante que a construção de identidade tenha marcos de referência relacionais, que devem ser conhecidos e situados, como o local, o nacional e o mundial.

Com isso, a problematização da História Local na sala de aula, possibilita a compreensão das relações existentes entre o local e o global, a história individual e coletiva, potencializando o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo sobre a

realidade e dos grupos e sociedades em distintas espacialidades e temporalidades.

Diante dessas abordagens, Manique e Proença (1994, p.26), apontam que:

Não se pense, porém, que, ao defender uma abordagem didática dos conteúdos programáticos assente preferencialmente nos estudos locais, se pretende acabar com a construção de uma identidade nacional. Pretende-se, sim, tornar diferente essa construção. Compreender o passado nacional na sua relatividade e historicidade e acabar com o mito de uma história nacional unitária e eterna, forjada num discurso historiográfico sobre a Pátria, herdeiro do século XIX, que nada diz aos jovens de hoje, nem contribui para fazer do ensino da história o suporte de uma memória viva que possa contribuir para criar uma identidade nacional, aberta ao mundo e multicultural.

Assim, a História Local como estratégia de aprendizagem, não significa uma oposição a História Global, mas uma possibilidade "de inserção dos estudantes num processo de conquistas de identidade, contribuindo para uma melhor percepção de sua existência como ser social e analista dos acontecimentos cotidianos, mas também aprimorando novas leituras de mundo". (CAINELLI; SANTOS, 2014, p. 162).

Desse modo, para Schmitd (2017), o trabalho com a História Local é um indicativo para a formação da consciência histórica, visto que exige conteúdos que permitam o desenvolvimento de determinadas argumentações históricas indicadoras de uma contra- narrativa, na medida em que se pode buscar a mobilização entre os alunos, não de todo o passado, mas de experiências específicas do passado.

Em virtude destes fatos, a problemática que impulsiona a pesquisa é: Como o estudo da História Local, abordando as relações sociais e do mundo do trabalho na Mina Brejuí, no século XX, pode colaborar para a formação integral e a consciência histórica dos alunos do Ensino Médio Integrado em Mineração, da Escola Estadual Manoel Salustino, em Currais Novos-RN?

Como a História Local pode se converter em uma proposta pedagógica para o ensino de História, na Educação Profissional e Tecnológica, contribuindo para a formação de trabalhadores cidadãos emancipados? Assim, objetivamos elaborar uma proposta didática sobre a História Local da Mineração Brejuí como contributo para as aulas de História e as reflexões sobre o mundo do trabalho no Ensino Médio

Integrado em Mineração, na Escola Estadual Manoel Salustino, em Currais Novos-RN.

2 HISTÓRIA LOCAL E ENSINO

A introdução dos estudos sobre História Local tem sido relevante e necessária nas novas práticas metodológicas no ensino de História, pois possibilita ao aluno a compreensão da sua realidade numa perspectiva crítica e reflexiva. Diante disso, optamos em desenvolver uma pesquisa sobre memórias do trabalho a partir da História Local no Ensino Médio Integrado em Mineração, na Escola Estadual Manoel Salustino, localizada no município de Currais Novos/RN, por considerarmos que esse trabalho possibilita a participação do aluno na construção do conhecimento histórico como elemento essencial para a formação da consciência histórica desse educando.

A Mineração Brejuí está ligada ao contexto da História Local de Currais Novos. Portanto, reconstruir e manter uma memória viva configuram-se em tarefas importantes no ensino de História no Ensino Médio Integrado, pois possibilita ao aluno a compreensão do mundo do trabalho

em suas diversas temporalidades, a partir das histórias contadas, das vivências ou dos monumentos, marcos, ou lugares de memória.

Neste contexto, faz-se necessário o desenvolvimento de práticas pedagógicas no ensino de História que tenham como foco a temática em questão direcionada para a realidade da História Local, a partir do uso da memória e da História Oral, visto que, a Mineração Brejuí, mantém uma história viva ligada à cultura, ao mundo do trabalho e à formação de identidades, possibilitando ao aluno a problematização e a reflexão da realidade que o cerca.

Com isso, problematizar o mundo do trabalho na Mina Brejuí, a partir da História Local, possibilita uma questão importante no Ensino Médio Integrado em Mineração, relacionando à relevância e a significância histórica presente na memória oral e os efeitos na vida prática dos estudantes, objetivando a formação integral e a consciência histórica pautada na interpretação do cotidiano.

Vista por esta ótica, a pesquisa sobre o mundo do trabalho na Mineração Brejuí, a partir da memória e dos relatos orais dos antigos trabalhadores, se apresenta como

uma alternativa de "inclusão de histórias e versões mantidas por seguimentos populacionais antes silenciados, evitados, esquecidos ou simplesmente desprezado por diversos motivos". (MEIHY, 2005, p. 11). Em outros termos, significa dar visibilidade aos sujeitos que não tiveram acesso na historiografia, considerando a "história vista de baixo".⁵

Porém, o intuito desta pesquisa não é reescrever a história da Mina Brejuí a partir dos documentos e do Memorial da família Salustino, mesmo sabendo da importância que teria uma pesquisa com essa finalidade. Nosso interesse é pedagógico e está voltado para o ensino da História Local, em sala de aula na Educação Básica, a partir dos relatos e vivências dos antigos garimpeiros, considerados personagens construtores da história.

Dessa forma, observa-se a importância da problematização da história local e da memória dos trabalhadores, no sentido de dar visibilidade a temas que podem estar secundarizados, contribuindo para uma prática que possibilite os alunos refletirem sua realidade cotidiana, questioná-la e reconstruir noções e conhecimentos históricos numa

perspectiva crítica, reflexiva e dialógica.

Assim, a análise das relações sociais do mundo do trabalho, a partir das trajetórias de vida e memória dos trabalhadores, possibilita relacionar os conhecimentos teóricos no Ensino Médio Integrado em Mineração, com a prática vivenciada, de maneira que os alunos possam compreender o universo do trabalho que irão atuar, ao explicitar como essas teorias se aplicam na prática.

Partindo de tal contexto, acreditamos que os estudos sobre Mina Brejuí podem contribuir para uma análise do mundo do trabalho, em outros contextos históricos, a partir da memória e da História Local. Como também propiciar a compreensão das práticas e vivências, transformando-as em objeto de estudo, análises e descobertas no Ensino Médio Integrado.

Por esta razão, a possível contribuição científica da pesquisa consiste no fato de que são poucos os trabalhos que enfocam a temática e, especificamente, na instituição pesquisada faz-se importante o aporte de um trabalho nesse sentido, pois consiste em uma proposta que possibilita uma aprendizagem mais participativa, contribuindo para a valorização da memória da

comunidade, da escola e também para a história de Currais Novos.

Neste contexto, entendemos que os estudos com a memória e a História Local pode ser um campo promissor para o ensino de História na Educação Profissional, pois possibilita a construção do conhecimento a partir da articulação entre a dimensão local e nacional e assim contribuindo para a formação integral e a consciência histórica dos sujeitos.

Nesta perspectiva, a pesquisa sobre o mundo do trabalho a partir da memória dos antigos garimpeiros, assim como as práticas cotidianas, torna-se um instrumento necessário, no sentido de proporcionar ao aluno a reflexão sobre as concepções de memórias associadas aos diversos grupos sociais, oportunizando uma aprendizagem significativa e crítica sobre a preservação e manutenção da memória.

Neste contexto, é importante ressaltar que, o trabalho com as fontes orais, desempenham um papel importante na reconstrução das memórias. Para Santhiago e Magalhães (2015), "mais do que informar sobre acontecimentos, a fonte oral descortina o significado que eles tiveram para as pessoas que os viram ou vivenciaram. Tanto os fatos quanto as percepções sobre tais

acontecimentos são importantes na construção do conhecimento” (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2015, p. 23).

Para análise específica sobre a memória e a história, a pesquisa também tem como aporte teórico, as sistematizações dos autores Maurice Halbwachs (2006), Jean Jacques Le Goff (1996), que reforçam o papel da história e da memória individual e coletiva para a compreensão do conhecimento histórico.

Para Le Goff (2003, p. 476), “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, seja ela individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais das pessoas e da própria sociedade”. É através da memória que o passado de reconstrói e presentifica, o que torna primordial conservar as informações passadas evitando os esquecimentos e a privação da memória na história.

Segundo Halbwachs (2006), a distinção entre a memória e a história, consiste no fato de que, a memória trabalha com o vivido ou o que está vivo na consciência de um grupo social, enquanto a história trabalha e constrói uma representação de fatos distantes, ou mesmo onde ou quando se encerra a possibilidade de

encontrar testemunhas daquela lembrança.

Contudo, a pesquisa sobre o mundo do trabalho, a partir das narrativas e experiências dos trabalhadores, possibilita uma análise crítica e reflexiva e que o aluno possa construir novas interpretações através da reconstrução das experiências humanas, situando como agente capaz de transformar a sociedade na qual está inserido.

Diante disso, a utilização da História Local a partir da memória, como prática pedagógica constitui-se como o elemento essencial para a operacionalização da consciência histórica e, é por meio dela que os fatos são lembrados e atualizados, como forma de ligações entre diferentes temporalidades.

De acordo com Schmitd e Cainelli (2009, p. 140):

O trabalho com a história local no ensino da História facilita, também, a construção de problematizações, a apreensão de várias histórias lidas com base em distintos sujeitos da história, bem como de histórias que foram silenciadas, isto é, que não foram institucionalizadas sob forma de conhecimento histórico, ademais, esse trabalho pode favorecer a recuperação de experiências individuais e coletivas do aluno, fazendo-o vê-las como constitutivas de uma realidade histórica mais ampla produzindo um conhecimento que, ao ser analisado e trabalhado, contribui

para a construção de consciência histórica.

Neste sentido, a teoria da consciência histórica será discutida sob a fundamentação de Jonh Rusen (2001), que define como:

Situações genéricas e elementares da vida prática dos homens (experiências e interpretações do tempo). [...] são fenômenos comuns ao pensamento histórico tanto no modo científico quanto em geral, tal como operado por todo e qualquer homem e geram determinados resultados cognitivos. [...] o pensamento é um processo genérico e habitual da vida humana. A ciência é um modo particular de realizar esse processo. O homem não pensa porque a ciência existe, mas ele faz ciência porque pensa. (RUSEN, 2001, p. 54).

Desse modo, a consciência histórica é um fenômeno intrínseco a espécie humana, é "a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e si mesmos de tal forma que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo" (RUSEN, 2001, p. 57).

Neste sentido, a proposição da pesquisa sobre o mundo do trabalho no contexto local, tem como elemento central, a formação da consciência histórica dos alunos, pautada na análise e interpretação do cotidiano e

a da vida prática dos sujeitos, partindo de alguns princípios que norteiam o ensino de História como, o estudo da História Local, as experiências, as vivências e as memórias dos antigos garimpeiros contribuindo para a compreensão do conhecimento histórico.

Diante de tais considerações, é importante o desenvolvimento de práticas educativas problematizadoras que possibilitem uma aproximação crítica reflexiva da realidade estudada considerando as experiências dos educandos como ponto de partida para o trabalho pedagógico.

Assim, a prática educativa no ensino de História no Ensino Médio Integrado em Mineração, sobre o mundo do trabalho se constitui em um mecanismo para construção do conhecimento, a formação da consciência histórica e a compreensão das identidades individuais e coletivas, de forma que os alunos possam intervir na sua realidade a partir de uma atitude reflexiva e dialógica.

Partindo deste pressuposto, convém ressaltar que, as atuais propostas curriculares para o ensino de História no nível Médio - inclusive na modalidade da Educação Profissional-, viabilizam a formação de

jovens cidadãos críticos, capazes de realizar trabalho e refletir sobre o mundo no qual está inserido, no sentido de transformá-lo.

Sob este contexto, o ensino de História, vem sendo permeado por novas propostas, fontes e métodos de pesquisa propiciando a construção do conhecimento histórico em diferentes níveis de ensino, inclusive na Educação Profissional que esteve ao longo de sua história, atrelada a um modelo de ensino tecnicista, que acabou contribuindo para que o ensino de História nas escolas técnicas desempenhasse uma função secundária e instrumental.

Nesta sequência, outro elemento importante se deve as políticas públicas orientadas pela efetivação do Currículo Integrado no início do século XXI, pautadas nos debates ocorridos nos anos 1980, ancorados nos fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica, que sinaliza para a construção de uma educação transformadora vinculada à prática social e o trabalho como princípio educativo.

Historicamente, a Educação Profissional no Brasil, sempre esteve pautada numa formação técnica e unilateral atrelada aos interesses do capital, alijando o indivíduo de uma formação global em suas várias

dimensões (trabalho, ciência, tecnologia e cultura). Esse modelo se concretiza no modelo de educação que foi sendo construída ao longo dos anos, “entre a formação de caráter propedêutico destinado à formação das elites e a formação de caráter instrumental proporcionada aos filhos das classes populares” (MOURA, 2010).

Nestas condições, ao se pensar em uma prática educativa para o ensino de História que possibilite uma formação global dos sujeitos, é necessário desenvolver atividades pedagógicas que sinalizam para a superação do saber fragmentado, tendo em vista uma educação integral que visam à formação de sujeitos críticos e reflexivos.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a educação deve contemplar a formação para o trabalho, como um direito fundamental dos sujeitos, possibilitando uma formação integral, que implica atender as várias dimensões do ser humano e que consiga superar a dicotomia entre o trabalho manual e intelectual, ação de fazer e pensar.

Desta forma, observa-se que esta nova referência legal, é fruto da preocupação em superar a dicotomia

constituída historicamente, tendo em vista uma proposta fundamentada na concepção de uma educação tecnológica ou politécnica, a qual sinaliza para uma formação omnilateral “centrada no trabalho, na ciência e na cultura, numa relação imediata com a formação profissional específica que se consolida em outros níveis e modalidades de ensino” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2012, p. 35).

Para Ciavatta, Frigotto e Ramos (2012, p. 85), a concepção de currículo integrado na perspectiva de totalidade da formação dos sujeitos é:

[...] garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos.

Considerando o Currículo do Ensino Médio Integrado em Mineração da Escola Estadual Manoel Salustino, as propostas pelas quais os agentes se propõem a desenvolver, buscam, a formação humana integral, o trabalho como princípio educativo, tendo sua relação com a ciência, tecnologia e a cultura e adotar metodologias de ensino que estimulem a iniciativa dos estudantes, tais como, o uso da

pesquisa como princípio educativo e que o aluno saiba aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos na vivência e experiência cotidiana. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, SUBCOORDENADORIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2017).

3 POR UMA PROPOSTA QUE ARTICULE HISTÓRIA LOCAL, MEMÓRIA E MUNDO DO TRABALHO

A pesquisa realizada junto a Escola Estadual Manoel Salustino, localizada na área industrial da Mina Brejuí, zona rural do município de Currais Novos-RN teve autorização da Gestão da escola através do documento (Carta de Anuência), concedendo a anuência para execução da pesquisa.

A referida escola funciona nos turnos matutino e vespertino, conta com 113 alunos matriculados e contempla os alunos da Vila Operária, mas também alguns residentes na zona urbana de Currais Novos.

De acordo com o Regimento/Portaria 309/76 – SEC, a Escola Estadual Manoel Salustino foi criada, em 1959, pela Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, como Grupo Escolar Manoel

Salustino, mantido pela empresa Mineração Tomaz Salustino, e tinha como objetivo atender aos filhos dos operários. Com isso, todos os recursos materiais e pedagógicos eram mantidos pela empresa. Nessa escola, eram ministrados cursos primários e pré-primários no regime externato, sendo que, dentre os princípios educacionais, estava o de promover o desenvolvimento educacional dos alunos, ministrando-lhes formação moral e cívica para destinar uma boa estruturação da personalidade do cidadão. A organização interna da escola era formada pela diretoria, secretaria, congregação de professores, docentes, discentes e o pessoal subalterno.

O Currículo tinha como um programa de conteúdos de disciplinas a serem seguidos, este tinha como parâmetros oferecer um ensino de 1º grau em atendimento à política educacional do país e do estado do Rio Grande do Norte, proporcionando aos educandos uma cultura geral básica e uma formação especial com vistas à sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho. (Regimento/ Portaria 309/76 – SEC).

Entretanto, com a crise da scheelita, o Grupo Escolar Manoel Salustino foi incorporado ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte, em

1985, como Escola Estadual Manoel Salustino, deixando de ser entidade para atender os alunos da Vila Operária. Nos dias atuais, a escola funciona em três turnos e nas modalidades: Fundamental I e II e o Ensino Médio Técnico Integrado em Mineração para os alunos egressos do Ensino Fundamental II.

Para o processo de intervenção em sala de aula, a pesquisa será desenvolvida na disciplina História, tendo como foco a turma do segundo ano do Ensino Médio Integrado em Mineração, do turno vespertino, sala esta composta por 28 alunos com idades entre 16 a 28 anos, sendo a maioria deles residentes na Vila Operária Mina Brejuí, e os demais residentes na zona urbana de Currais Novos.

Para intervenção em sala, a professora da disciplina História, será consultada para o assentimento do desenvolvimento da prática em suas aulas. Com isso, será explicado a importância da pesquisa, bem como a pertinência da temática trabalho, com um dos eixos temáticos do Plano Anual de Trabalho da Disciplina História, da turma do segundo ano do Ensino Médio Integrado, fato este, que também contribuiu para o desenvolvimento desta pesquisa na referida turma.

A estrutura curricular do curso é constituída de disciplinas da Base Nacional Curricular Comum e das disciplinas específicas do Eixo Tecnológico do curso de Mineração, ministrada por um Professor da área de Engenharia de Minas. A escola não dispõe de laboratórios para execução das atividades práticas. Para isso, são realizadas as atividades no laboratório particular da Mineração Brejuí.

Baseada nos objetivos dessa investigação, esta pesquisa se aproxima da pesquisa-ação, de natureza qualitativa. A pesquisa-ação, segundo a definição de Thiollan (2005), pode ser descrita como um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com uma resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Conforme, Thiollan (2005), a pesquisa-ação é uma estratégia metodológica da pesquisa social na qual:

Há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada. [...] o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da

situação observada; há durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação; a pesquisa-ação não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo); pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o "nível de consciência" das pessoas e grupos considerados. (THIOLLENT, 2005, p. 19).

Desse modo, a pesquisa-ação é vista como um instrumento de intervenção na realidade circundante dos pesquisadores e atores envolvidos no processo. Sobre o termo intervenção nas áreas de pesquisa social.

Conforme Dionne (2005), a pesquisa-ação como modalidade de intervenção coletiva, se agrega em quatro etapas: 1) identificação das situações iniciais; 2) projeção das ações (objetivos e planejamentos); 3) realização das atividades previstas; 4) avaliação dos resultados obtidos.

Com isso, a proposta de ensino de História Local sobre as memórias do trabalho na Mina Brejuí, se enquadra no método da pesquisa-ação, visto que procura estabelecer uma articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos, a partir do uso de metodologias e situações pedagógicas que contribuirão para o processo de ensino e aprendizagem, auxiliando o

pesquisador na resolução de problemas e na construção de novos conhecimentos. "A pesquisa-ação não é constituída apenas pela ação ou pela participação. Com ela é necessário produzir conhecimentos, adquirir experiência, contribuir para a discussão ou fazer avançar o debate acerca das questões abordadas". (THIOLLENT, 2007, p. 24).

Para tanto, a pesquisa que aqui propomos se pautará nas quatro etapas que delinea o percurso da pesquisa-ação:

a) Primeira etapa (Identificação das situações iniciais): será feita uma formulação de diagnósticos gerais, pois "não se pode iniciar uma intervenção sem prévio conhecimento da situação a modificar" (DIONNE, 2007, p.83). Com isso faremos um diagnóstico sobre a situação a partir dos conhecimentos prévios dos alunos através de aplicação de atividades em forma de questionários que serão levados em considerações os seguintes critérios: se os alunos valorizam a História Local, o que eles conhecem sobre as relações de trabalho na Mina Brejuí no século XX e como esses conhecimentos são transmitidos. A partir dos resultados da identificação inicial, será feita a formulação do problema e a elaboração da problemática com vista

à pesquisa e à ação que irão auxiliar o percurso metodológico.

b) segunda etapa (projeção das ações): será elaborado um plano de ação, as estratégias que respondam adequadamente às situações problemáticas identificadas na primeira etapa. Para isso, será feita uma seleção de materiais pedagógicos que contribuirão para o processo de ensino e aprendizagem, a partir das abordagens sobre a História Local, memórias e o mundo do trabalho no âmbito local e a elaboração de uma Unidade Didática composta por quatro atividades que subsidiarão a prática pedagógica.

c) terceira etapa (realização das atividades previstas): será implementada as atividades da pesquisa e da ação. Segundo Dionne (2007), é a fase da intervenção propriamente dita e uma das mais importantes fases da pesquisa ação, uma vez que ela torna possível a modificação da situação. Nesta etapa as atividades realizadas serão constituídas por: exposição em *Power point*, sobre a importância da História Local, visitas técnicas à mina, ao museu e o Memorial também situados na área industrial. Além disso, serão desenvolvidos trabalhos e oficinas com a metodologia da História Oral em sala de aula. Paralelamente às

aulas será utilizado por nós um Diário de Pesquisa, em que serão registradas as observações em sala de aula, o envolvimento e depoimento dos alunos nos processos e situações de aprendizagem.

d) quarta etapa (avaliação dos resultados): serão feitos o processamento e a socialização das informações coletadas, "é centrada principalmente na análise e na avaliação final da operação no tocante aos objetivos de partida e a reativação do processo" (DIONNE, 2007, p.113). Como a última etapa da pesquisa-ação, é necessária uma análise coletiva dos resultados, sendo que os parceiros precisam ser informados para finalização da ação.

Neste contexto, ressaltamos que, para a recolha de dados, utilizaremos a metodologia da História Oral na sala de aula, para preparar os alunos para realização de entrevistas abertas com os antigos garimpeiros residente na comunidade Brejuí localizada a 10 metros da escola, que serão, por sua vez, convidados a participar do projeto através de concessão de entrevistas sobre o mundo do trabalho, caso aceitem participarem, assinarão também o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) autorizando a participação na pesquisa.

A História Oral, é definida por Delgado (2006, p.15-16), como:

Um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida.

Por esta perspectiva, o uso da história oral, enquanto procedimento didático nas aulas de História no Ensino Médio Integrado em Mineração encaminha para a produção do conhecimento histórico, contribuindo para que o aluno se torne partícipe dessa construção através de atitudes críticas e reflexivas sobre as memórias oficiais em relação ao mundo do trabalho no contexto local.

Para o processo de intervenção, inicialmente será feito um diagnóstico a partir de uma atividade que irá identificar os conhecimentos prévios dos alunos sobre a História local, as memórias e o mundo do trabalho na Mina Brejuí. Com isso, serão explicados os objetivos e a importância da pesquisa. Seguidamente, os alunos serão convidados a participar. Aqueles que aceitarem e de que forem maiores de

18 anos, deverão assinar o Termo de Assentimento Livre Esclarecido (TALE). Será realizada uma reunião com os pais dos alunos que aceitarem participar do projeto e que são menores de 18 anos de idade. Os pais desses alunos também terão conhecimentos sobre os objetivos e finalidades da pesquisa e, caso aceitem que os seus filhos participem, assinarão também o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando a participação no estudo.

A partir daí, iniciaremos o desenvolvimento das atividades que nortearão a nossa pesquisa. Organizaremos um percurso de ensino-aprendizagem com uso de sequências didáticas, as quais, segundo Zabala, (2010) são “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos” (ZABALA, 1998, p. 18).

Neste contexto, para efetivação da prática educativa, será desenvolvida “uma unidade didática ou unidade de intervenção pedagógica para realização dos objetivos educacionais que permitem incluir as três fases de toda intervenção

reflexiva: planejamento, aplicação e avaliação” (ZABALA, 1998, p. 18).

Com isso, para encadear a Unidade Didática, serão desenvolvidas quatro atividades de ensino aprendizagem nas aulas de História na turma do segundo ano do Ensino Médio Integrado em Mineração da Escola Estadual Manoel Salustino. As etapas das atividades, serão realizadas em duas aulas de cinquenta minutos cada uma delas, totalizando oito aulas ao final.

Sobre o percurso das atividades que subsidiarão a Unidade Didática, o nosso objetivo central será o de investigar como a História Local e a memória pode contribuir para a compreensão do mundo do trabalho, possibilitando uma aprendizagem crítica, reflexiva e a formação da consciência histórica dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A partir do objetivo elaborar uma proposta didática sobre a História Local da Mineração Brejuí como contributo para as aulas de História e as reflexões sobre o mundo do trabalho no Ensino Médio Integrado em Mineração, na Escola Estadual Manoel Salustino, em Currais Novos-RN entendeu-se que a categoria

trabalho constitui-se como potência criativa, visando à participação dos membros no trabalho socialmente produtivo, encaminhando para a superação da dicotomia entre a atividade prática e a intelectual.

Diante disso, relacionando a pesquisa sobre o mundo do trabalho na Mina Brejuí, é importante que os alunos compreendam o sentido do trabalho no seu sentido histórico e ontológico, possibilitando construções intelectuais e a compreensão do processo histórico e construção do conhecimento.

Com isso, o ensino de História assume um papel importante considerando o mundo do trabalho, como categoria fundamental no processo de formação, em especial, na Educação Profissional, sobre esse aspecto assim, afirma Lima (2014, p.18):

A história é uma disciplina humanizadora que não pode se submeter à mera preparação para o ingresso no ensino superior. Mas, deve atender as necessidades imediatas da juventude, que tem ingressado cada vez mais cedo no mercado de trabalho. No contexto do Ensino Médio Integrado (EMI), inserir a dimensão do trabalho como princípio educativo é uma condição essencial. Cada estudante deve perceber-se como sujeito histórico, que atuante no mercado de trabalho, precisa entender os pressupostos históricos, sociais, políticos e

econômicos que envolvem sua ação profissional.

Neste sentido, considerando o Ensino Médio Técnico Integrado em Mineração, é necessário que os alunos compreendam o processo de produção de sua existência e as relações de trabalho numa perspectiva histórica, especialmente no que consta às relações de poder, presente na dimensão social, pública e privada. (LIMA, 2014).

Desse modo, a pesquisa como princípio educativo é fundamental e necessária para o fortalecimento da relação ensino e pesquisa, pois instiga o educando no sentido de curiosidade em relação ao mundo que o cerca; possibilitando o diálogo com a sociedade, reformulação de questões e construção do conhecimento despertando para atitudes críticas e reflexivas.

Nesta perspectiva, o uso da História Oral na reconstrução das memórias do trabalho, consiste em um método de pesquisa que possibilita a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de formular questões de investigações, colaborando para o processo de formação humana integral, promovendo, assim, amplas capacidades humanas e intelectuais.

No tocante a Educação Profissional, é importante destacar que, a formação para o trabalho deve ser entendida como um processo amplo em sua totalidade social, concretizando em processos educativos que contribuam para a formação dos sujeitos numa perspectiva libertadora; transformando-os em seres críticos e emancipados, conduzindo-os a participarem do processo histórico e social.

Tomando o Currículo Integrado como possibilidade para materialização dos saberes e para efetivação da prática docente, é importante destacar que o trabalho e o ensino devem ser elementos indissociáveis contribuindo para formação humana integral dos sujeitos.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, o Currículo Integrado também favorece o desenvolvimento de práticas interdisciplinares, através de ações didáticas e atividades integradoras. A interdisciplinaridade é, assim, entendida como abordagem teórico-metodológica com ênfase no trabalho de integração das diferentes áreas do conhecimento. (BRASIL, 2013).

Nesta perspectiva, é importante o desenvolvimento de atividades integradoras a partir de várias estratégias e ações didáticas que possibilitem a construção da autonomia intelectual dos alunos, promovendo-os como sujeitos do processo de produção do conhecimento.

Segundo Moura (2007) "contextualizar a aprendizagem significa superar a aridez das abstrações científicas para dar vida ao conteúdo escolar relacionando-o com as experiências passadas e atuais vivenciadas pelos estudantes/educadores, projetando uma ponte em direção ao seu futuro e ao da realidade vivencial" (MOURA, 2007, p. 24).

Desse modo, o presente estudo oportuniza possibilidades de alternativas pedagógicas para o ensino de História na Educação Profissional, tomando como parâmetros, o Currículo Integrado, orientado pela ideia da formação humana, com o propósito de favorecer aos alunos, à compreensão de sua realidade específica e a relação desta com a totalidade social, visando, portanto, o desenvolvimento da consciência histórica, conduzindo-os à emancipação social.

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica.

² Professora do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: olivianeta@gmail.com

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino (IFRN/UERN/UFERSA) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Mestrado Profissional em Rede Nacional), Polo IFRN/Mossoró. E-mail: chagas.souza@ifrn.edu.br

⁴ Minério identificado na nomenclatura da mineralogia como tungstato natural de cálcio (CAWO₄), que contém trióxido de tungstênio que se combina com o calcário. É utilizada nas indústrias aeronáutica e automobilística, na fabricação de foguetes e satélites, e outros engenhos específicos, inclusive para o fabrico dos filamentos das lâmpadas incandescentes.

⁵ Corrente historiográfica conhecida na Inglaterra nos anos 1980 como *history from below*, a história vista de baixo, preocupada em explorar as experiências históricas das classes mais baixas, cujas existências foram negligenciadas e ignoradas pelas formas mais tradicionais de escrita sobre o passado.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Ângela. Do trabalho à memória: um ensaio sobre a identidade dos mineradores e o processo de patrimonialização da Mina Brejuí em Currais Novos/RN. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 15, n. 36, p. 11-52, ago/dez. 2014.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004. - Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo*, Brasília: 23 de julho de 2004.

_____. Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo*, Brasília, DF, 18 abr. 1997.

_____. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Brasília: MEC Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec), 2002.

_____. *Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAINELLI, Marlene; SANTOS, Flávio Batista. *O ensino de História local na formação da consciência histórica: Um estudo com os alunos do ensino fundamental*.

Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional. Curitiba, v. 9, n. 21. p. 158-174. Jan/abr. 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 83-106.

DANTAS, Gildo da Costa. Mina Brejuí: a maior produtora de Scheelita do Brasil. Natal: RN/UNP/BCNC, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: _____. (Orgs.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2012. p. 21-56.

GERMINARI, Geyso; BUCZENKO, Gerson. História local e identidade: um estudo de caso na perspectiva da educação histórica. História & Ensino, Londrina, v. 18, n. 2, p. 125-142, jul/dez. 2012.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra 2008.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: UNICAMP, 1994.

LIMA, Aline Cristina Silva. Ensino de História, Currículo e Educação Profissional: um diálogo com a matriz curricular do IFRN (2005-2011). In: VI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH/RN, 2014, Assú, Anais... Assú, APUH-RN, 2014. p. 7-26

MANIQUE, Antônio Pedro; PROENÇA, Maria Cândida. A história local e a sua didática: relação história local/história nacional. In: _____. (Org.) Didática da história: patrimônio e história local. Lisboa: Texto, 1994.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de história oral. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. Holos, Natal, v.2, n. 23, p. 4-30, 2007.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. In: MOLL, Jaqueline et al (Org.). Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 58-79.

RUSEN, Jorn. Razão Histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa. História oral na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SCHMIDT, Maria. Auxiliadora. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlete Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.). Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). Jörn Rüsen e o ensino de história. Curitiba: UFPR, 2011.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. SUBCOORDENADORIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. Estrutura do Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Mineração. Natal, 2017.

SOUZA, Joabel Rodrigues. Totoró, berço de Currais Novos. Natal: EDUFRN, 2008.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

NARRADORES DE EIRUNEPÉ: ORALIDADE, NARRATIVA E ENSINO DE HISTÓRIA NA (RE)CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA COLETIVA URBANA

*EIRUNEPÉ NARRATORS: ORALITY,
NARRATIVE AND HISTORY TEACHING
IN
(RE)CONSTRUCTION OF AN URBAN
COLLECTIVE MEMORY*

Paulo de Oliveira Nascimento¹

RESUMO

A Memória Coletiva possui uma significativa gama de vestígios do passado de uma cidade. Na Amazônia, esta Memória Coletiva desempenha um papel muito importante enquanto fonte histórica, dada a quase inexistência de quaisquer outros vestígios. Memória reatualizada, Memória disputada, Memória viva, esta chega à sala de aula através da fala dos alunos e alunas, que ouvem as histórias de seus pais e avós. Neste texto, abordamos as relações entre a Memória Coletiva e o Ensino de História, a partir de nossa experiência didático-pedagógica com alunos e alunas da 1ª e 2ª série do Ensino Médio, do IFAM/Campus Eirunepé. Num exercício que se inicia com a exibição do filme *Narradores de Javé*, passa por oficinas de produção de entrevistas de História Oral e chega à produção, edição e alocação de depoimentos no Acervo Memória do Juruá,

buscamos congregar os conhecimentos históricos e historiográficos com a o dia-a-dia da sala de aula, a fim de construir e preservar os vestígios do passado, bem como tornar mais significativas as experiências dos nossos alunos e alunas em relação ao Saber Histórico.

Palavras-chave: Memória Coletiva;
Ensino de História; Eirunepé - AM.

ABSTRACT

Collective Memory has a significant range of vestiges from the past of a city. In Amazon, this Collective Memory plays a very important role as a historical source, given the almost nonexistence of any other vestiges. Updated Memory, Disputed Memory, Alive Memory, all these memories arrives in the classroom through the students' speech, who listen to the stories of their parents and grandparents. In this text, we discuss the relations between Collective Memory and History Teaching, based on our didactic-pedagogical experience with IFAM/campus Eirunepé students of the 1st and 2nd years of High School. In an exercise that begins with the exhibition of *Narradores de Javé* movie, and goes through workshops of Oral History interviews production and arrives at the production, edition and allocation of testimonies in the Acervo Memória do Juruá, we seek to congregate the historical and historiographic knowledge with the day to-day classroom in order to build and preserve the vestiges of the past, as well as to make more

significant the experiences of our students in relation to Historical Knowledge.

Keywords: Collective Memory; History teaching; Eirunepé - AM.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A memória coletiva de uma cidade possui sempre uma significativa gama de narrativas sobre o passado, seja ele distante, seja ele recente. Homens, mulheres, avôs, avós, tios, tias, aquelas “pessoas mais velhas” estão sempre “linkando” o seu dia-a-dia (o presente) com o passado, passado este evocado, na maioria das vezes, com a frase “no meu tempo era assim...”, “no meu tempo não era assim...”.

Numa sala de aula cheia de adolescentes, quando lançamos questões ou evocamos eventos sobre o passado urbano, esta memória vem à tona em ondas quase sempre difíceis de administrar. Todos querem falar de acontecimentos do passado, sabidos por seus familiares ou pessoas conhecidas. Os fatos são narrados. Surgem várias versões de um mesmo fato, às vezes conflitantes. Novas informações são acrescentadas acerca de um fato já conhecido. Desde 2015 – quando começamos a dar aulas no IFAM/*Campus* Eirunepé – que passamos por esta situação. Todos os anos, temos novas histórias

e/ou novas versões de velhas histórias. Uma com mais e outras com menos informações. Uma contada com graça e desenvoltura, outras dramaticamente narradas.

Diante das provocações desta memória coletiva urbana e em face da inexistente escrita historiográfica sobre a cidade, propomos – no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e de Inovação Tecnológica-PADCIT/IFAM/2016 – a realização do projeto “A ‘Capital do Juruá’, entre a Memória e a História: um olhar para a construção histórica de Eirunepé – AM (1877 – 1955)”, cujos principais objetivos eram (a) a construção de um acervo digital de fontes para a escrita de uma história de Eirunepé e (b) a produção desta escrita historiográfica. No que tange às fontes, pretendíamos reunir aquelas que encontrássemos. A tarefa se mostrou bastante onerosa, tanto em relação ao tempo quanto em relação aos recursos financeiros disponíveis (ou não). Todavia, conseguimos reunir (a) documentos eclesiásticos, (b) fotografias e principalmente as (c) memórias das pessoas da cidade.

Na tentativa de contemplar o tripé da indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão (BRASIL *apud* NASCIMENTO, 2013: p. 87), propomos aos nossos alunos e alunas a realização de entrevistas

temáticas, a partir daqueles temas que foram surgindo durante as nossas conversas em sala, entrevistas estas que seriam postas – junto com as demais fontes históricas encontradas – no nosso acervo digital. Para tanto, propomos as seguintes atividades: a) exibição do filme *Narradores de Javé*; b) oficina sobre a realização de entrevistas; c) elaboração de roteiros de entrevistas; d) realização das entrevistas; e) digitação das entrevistas; e f) apresentação dos resultados obtidos. Feito isto, o material seria disponibilizado para a composição do acervo digital.

Este texto nasce, portanto, da nossa experiência pedagógica no Ensino de História para alunos e alunas da 1ª e 2ª séries do Ensino Médio Técnico Integrado, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/*Campus* Eirunepé. Tendo iniciado o nosso trabalho pedagógico em 2015, começamos a nos deparar com a memória coletiva urbana, transmitida enquanto vestígios do passado. Este contato motivou a realização daquele primeiro projeto – no âmbito do PADCT/IFAM – do qual resultaram sete entrevistas temáticas. Já em 2017, repetimos a experiência com os alunos e alunas da 1ª série, do que resultaram 63 entrevistas temáticas, e em 2018, realizamos 25 entrevistas temáticas.

Todas elas – algumas ainda na fase de digitação e edição – compõem o Acervo Memória do Juruá, um acervo digital constituído por mais de dois mil documentos e que servirá à Memória e a História de Eirunepé e do Rio Juruá.

Trata-se, portanto, de – assim como o fez Antônio Biá em *Narradores de Javé* – irmos ao encontro dos narradores de Eirunepé, num esforço didático-pedagógico que busca congrega a História Oral e a Memória Coletiva com o Ensino de História, dando voz aos homens e mulheres que construíram a história e (re)constróem as memórias da Urbe e tornando o Ensino de História mais significativo para os alunos e alunas, uma vez que levamos os mesmos a se perceberem enquanto herdeiros de uma Memória Coletiva e partícipes na construção do Conhecimento Histórico.

MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA

Segundo o historiador francês Jacques Le Goff, “a memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas” (LE GOFF *apud* SILVA; SILVA, 2012: 275). Neste sentido, existe uma memória social que serve

como documento para as ciências sociais (sobretudo a História, a Antropologia, a Sociologia), especialmente por seu caráter seletivo, que dá conta dos fatos vividos a partir da seleção feita pelos sujeitos. Esta memória social, que na perspectiva de Maurice Halbwachs (1990) é uma memória coletiva, é acessada através da oralidade, oralidade na qual os sujeitos recorrem às lembranças de si ou de outrem e as exteriorizam para o pesquisador através da fala ou da escrita (SILVA; SILVA, 2012: 275).

Discorrendo acerca dos elementos constitutivos da memória elencados por Michel Pollack, Motta diz:

Em primeiro lugar, os acontecimentos vividos pessoalmente ou, em outras palavras, aqueles que fazem parte de nós mesmos, portadores de lembranças de um passado que se quer único. Em segundo lugar, os vividos "por tabela", ou seja, as possibilidades abertas pelo fenômeno de projeção ou de identificação tão forte com um passado, que pessoas que não o viveram se sentem coparticipantes e sujeitos desse mesmo passado. Isso significa dizer que é possível nos lembrarmos de algo que não nos atingiu diretamente, mas que, por uma razão ou outra, contaminou a nossa própria lembrança (MOTTA, 2012: 26).

A memória é, portanto, construída através de lembranças próprias ou de outrem, o que nos leva

à validação do depoimento de terceiros sobre acontecimentos da vida de outrem. Todavia, se somos postos diante destes depoimentos sobre um fato ou acontecimento sobre as memórias de outros sujeitos, teremos aí o chamado embate das memórias (MOTTA, 2012: 23). Este embate dar-se uma vez que as várias memórias individuais sobre um mesmo fato ou fenômeno – ou mesmo sobre memórias de uma outra pessoa – são postos em confronto. Todavia, é deste confronto que o pesquisador deve construir uma memória coletiva sobre o fato ou fenômeno e, assim, compor o seu material de análise (MOTTA, 2012: 24).

Conforme afirmamos acima, a memória é acessada através da oralidade e esta, por seu turno, constitui o campo da História Oral. Esta, por seu turno, "(...) é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente" (ALBERTI, 2011: 155).

Tendo percorrido um longo caminho ao longo do século XX, a História Oral figura, nos dias atuais,

como uma importante metodologia para o conhecimento historiográfico. De acordo com a autora supracitada, uma pesquisa que emprega a metodologia da História Oral consiste basicamente em (1) preparar a entrevista, (2) contatar o/a entrevistado/a, (3) gravar o depoimento, (4) transcrevê-lo, (5) revisá-lo e (6) analisa-lo (ALBERTI, 2011: 165) enquanto vestígio do passado.

Para o empreendimento ao qual nos propomos, tal qual Antônio Biá – ou seja, captar as lembranças eirunepeenses que estavam (e ainda estão) espalhadas na cabeça do povo – realizamos inicialmente a exibição do filme *Narradores de Javé*. Daí, propomos que os alunos e alunas tomassem o lugar do Biá e fossem à campo, para realizar as entrevistas e “colocar no papel” aquilo que fosse dito pelos entrevistados. Antes disso, todavia, realizamos uma oficina na qual tratamos dos conceitos de Memória, Esquecimento, Memória Coletiva e História Oral, entrelaçando-os com o enredo fílmico. Feito isto, orientamos os discentes sobre a elaboração de roteiro, condução das perguntas, captação em áudio e/ou vídeo, digitação e cessão de direitos.

“Eu nem me lembro bem...”. Com esta frase, a maioria dos depoentes inicia a sua narrativa. Parece até combinado. E quando

dizemos isto aos alunos e alunas antes de irem à campo, eles parecem céticos. Na volta à sala, quando devem expor suas experiências em campo, riem e testemunham sobre a paradoxal frase “Eu nem me lembro bem...” em contraste com a crescente vontade de falar daquelas pessoas que elencaram como seus depoentes.

A História Oral, assim como outros documentos, oferece ao pesquisador a possibilidade de acesso ao passado através da memória dos entrevistados, podendo constituir-se como uma fonte primeira ou que traga uma outra perspectiva sobre determinado passado posto em outras fontes, o que permite ao pesquisador realizar um trabalho de comparação entre as fontes. As fontes orais mostram-se fundamentais, quando nos voltamos para o passado de Eirunepé, especialmente porque são poucas e/ou quase inexistentes outras fontes além daquelas produzidas pela Igreja, conforme já elencamos.

Se a Memória, enquanto fonte histórica, e a História Oral, enquanto metodologia, parecem *a priori* um tanto abstrato para os alunos e alunas do Ensino Médio, o filme *Narradores de Javé* abre algumas janelas importantes, tomado como recurso metodológico auxiliar. Conceitos de História, Memória, Sujeito Histórico, Mitos Fundadores se tornam mais compreensíveis a partir da exibição do

filme, além do que os alunos e alunas refazerem os passos de Antônio Biá, quando da atividade de campo.

Sobre o cinema na sala de aula, devemos de atentar para aquilo que nos informa Napolitano (2003) acerca dos limites e possibilidades desta ferramenta didática. Nesse sentido, devem ser considerados (a) o conteúdo, ou enredo, (b) a "história" do filme, diga-se a relação entre texto e contexto, (c) a performance dos personagens e diálogos, (d) a linguagem, como a montagem e os planos, e (e) a composição cênica, seja os figurinos, o cenário, a trilha sonora, a fotografia (NAPOLITANO, 2003: 12). Além disto, o uso do cinema em sala de aula atua em duas frentes. Por um lado, o filme funciona como uma linguagem sobre o passado, quando retrata uma determinada época nos chamados filmes históricos, e podem exercer um fascínio significativo entre os alunos. Em geral, os filmes fazem muito sucesso na sala de aula. Além disto, as películas são também são retratos de uma época e, neste sentido, funcionam como fontes históricas importantes, quando problematizados a partir da relação entre texto e contexto, conteúdo e momento histórico no qual é produzido.

O filme *Narradores de Javé*, tomado como ponto de partida do nosso trabalho com os alunos e

alunas, conta a história de um povoado do interior da Bahia que está ameaçado de desaparecer, em função da construção de uma barragem para uma hidrelétrica. Em face desta ameaça, as pessoas do povoado decidem escrever um "livro da salvação", a fim de que provar a posse ancestral das terras e tombar o Vale de Javé como patrimônio. A tarefa de "tirar [as histórias] da cabeça e botar no papel" é dada à Antônio Biá, uma das poucas pessoas letradas em Javé. Iniciada a tarefa, Biá se põe a colher os depoimentos daquelas pessoas que guardavam as memórias das "origens javéricas" e se depara com a problemática das várias versões sobre o passado, versões estas que ora se coadunam, ora divergem, num constante combate pela Memória. Após ouvir várias pessoas, Antônio Biá acaba por não escrever o "livro da salvação" e a cidade de Javé é inundada pelas "águas do progresso". Todavia, após a inundação, o nosso cronista se põe a "colocar no papel" aquelas histórias que havia escutado ao longo das últimas semanas, escrevendo a história do Vale de Javé.

Problematizadas as questões relacionadas ao filme *Narradores de Javé* - tomado enquanto um recurso didático - à História e à Memória, devemos de matizar estes conceitos com o Ensino de História. A memória tem a prerrogativa de "animar os

estudos sobre o tempo pretérito em relação com o que é vivido no presente” (RAMOS *apud* COSTA, 2016: 145). A Memória tem a propriedade de tornar o Ensino de História mais significativo, uma vez que traz para a sala de aula aqueles vestígios que estão presentes na vida dos alunos. Sobre estes vestígios, Maurice Halbwachs (1990) afirma serem as expressões das imagens, os aspectos dos lugares, os modos de pensar e agir, inconscientemente conservados e reproduzidos.

São, pois estes vestígios que estão presentes nos mais sutis gestos cotidianos e que os alunos e alunas trazem para dentro da sala de aula. Narrativas sobre a “cobra embaixo da igreja”, ou “uma mulher que virava porca”. Histórias de pescador ou dos bairros. Relatos sobre este ou aquele padre que viveu e atuou na cidade. A queda do barranco e a destruição das casas e prédios que antes existiam na beirada do rio. Estas e outras narrativas da memória coletiva urbana de Eirunepé é que são postas diante de nós, cabendo-nos, enquanto professores de História, a tarefa de fazer os alunos perceberem-se enquanto também construtores da historicidade.

**OS ALUNOS E ALUNAS VÃO À
CAMPO – ENTREVISTAS,**

TEMÁTICAS E A PRODUÇÃO DE FONTES HISTÓRICAS

A nossa empreitada em busca das memórias urbanas de Eirunepé teve início quando da realização do projeto “A ‘Capital do Juruá’, entre a Memória e a História: um olhar para a construção histórica de Eirunepé – AM (1877 – 1955)”. Deste, tivemos como resultado inicial sete entrevistas temáticas com moradores da cidade de Eirunepé - AM, nas quais os entrevistados falaram sobre sua vida profissional, como era o município antigamente, a cultura de sua época, bem como das ruas da cidade, do porto, bairros, pontes, caminhos, o mercado, o barranco e o rio, bem como as lendas que envolvem a cidade.

As origens da cidade

Para toda e qualquer cidade, quando vamos tratar de seu passado, havemos de contemplar uma “história das origens”. Trata-se, portanto, do mito fundador, uma narrativa que quase sempre trata das origens heroica e de importantes personagens, homens de “coragem” e de “valor”, que – assim como Indalécio - puseram sua força e determinação para realizarem a grande empreitada de lançar as bases para a construção da cidade. Para

Eirunepé, a narrativa dar-se nos seguintes termos:

Pois é. Como eu falei pra vocês né, eu não tenho muito conhecimento, mas vamos ver o que eu posso ajudar. Segundo informações que foi passada pelos "antigos", Eirunepé, ele foi... Deu início através da vinda dos nordestinos, que vieram pra cá, por motivo da seca, da fome, aí eles vieram pra cá pela extração da borracha, que a borracha naquela época dava muito dinheiro, aí chegando, eles se fixaram no Rio Juruá, na foz do Rio Juruá, ai lá, eles começaram a fundar... Fizeram suas moradas, daí surgiram as primeiras vilas, de onde esse lugar, que hoje é Eirunepé, aqui era um seringal, chamado Eiru, um dos maiores seringais que tinha na região, ai foi a sede que foi o seringal Eiru, ai esse seringal Eiru, que era proprietário dele, era Felipe Manuel da Cunha, depois o seringal foi chamada de São Felipe, em homenagem ao proprietário. Com o passar do tempo o seringal foi se desenvolvendo, graças a venda da borracha, então o proprietário viu. Interessado nisso, buscou em elevar esse seringal em uma vila, que ainda era seringal, pra ver se trazia oportunidades, pra poder melhorar, a condição, ai ele fez um decreto, que pedia a transformação do seringal em vila, mas essa lei, não foi executada, ela foi "engavetada", que a vila seria chamada de São Felipe do Rio Juruá, mas a lei foi engavetada, não foi executada, mas ele não desistiu, ele continuou insistindo com o governo, pra poder fazer esse serviço, quando foi depois, no dia 4, a mudança da data de Eirunepé, 4 de novembro de 1832 (?), foi criado o município (OLIVEIRA, 2016).

Aqui, como podemos observar, a depoente remonta as origens

urbanas à chegada dos "nordestinos", vindos em função da migração ocorrida durante o Primeiro Ciclo da Borracha e que seria o responsável pelo período áureo da Amazônia, entre 1850 e 1920, cujas riquezas foram responsáveis por transformar Manaus na "Paris dos Trópicos" (WEINSTEIN, 1993). Aqui, o herói celebra, a quem é atribuída toda a glória é Felipe da Cunha, o fundador de São Felipe. Este personagem, a quem poderíamos comparar com Indalécio, era ninguém menos que o seringalista responsável pela exploração da seringa nesta parte do Rio Juruá. Filho do então secretário da Comissão de Demarcação de Terras cujo nome era João Alves da Cunha (CASTELO BRANCO, 1947: 154), Felipe da Cunha teria ocupado a foz do Rio Eiru e instalado o seu "barracão" naquele lugar, que está situado cerca de 5 km da cidade de Eirunepé, descendo pelo Rio Juruá. Posteriormente, o seringalista teria transferido o barracão para o local onde iniciou-se posteriormente a vila de São Felipe, que cresceu em torno daquela instalação. Há, em outro depoimento, a menção ao fato de que a instalação daquele barracão deu-se onde havia anteriormente uma aldeia indígena.

A bibliografia especializada sobre a exploração da borracha na Amazônia², dar conta das relações

notadamente violentas entre os exploradores da borracha e os indígenas. Tanto os seringueiros quanto os seringalistas se põem a atos de violência contra os indígenas. Por outro lado, devemos de chamar a atenção para a exploração do trabalho dos seringueiros, sejam eles os "cearenses", sejam eles indígenas que acabaram por integrar os grupos de trabalhadores da borracha. Estes sujeitos, indígenas e seringueiros, foram relegados ao Esquecimento. A narrativa das origens da cidade não trata da violência física e simbólica à qual os indígenas foram submetidos e nem das relações de exploração do trabalho dos seringueiros, empreendida pelos seringalistas, através do sistema de aviação.

"Aí, foi indo foi indo, passou de São Felipe passou pra João Pessoa, aí passou pra Eirunepé". Com estas palavras, o depoente Lino nos remete a aproximadamente meio século, indo dos primeiros anos do barracão de Felipe da Cunha, que teria fundado a vila de São Felipe, passando por João Pessoa, em razão dos acontecimentos de 1930 envolvendo o tão conhecido personagem da História do Brasil e da Paraíba, e posteriormente Eirunepé. Sobre este último nome, a depoente Oscarina diz o seguinte, ao ser perguntada sobre as possíveis motivações da divisão do município

em três e a consequente criação de dois outros municípios, em 1955:

Eu creio que a terra era muito grande, que foi tirada uma parte, para formar um município, que ficava difícil para governar. Eirunepé não é pequeno, e tem Envira e Ipixuna que fazia parte. Essa foi a razão da divisão do município, e por isso o povo chama Eirunepé, dizem que são filhos do Rio Eiru, que aqui o seringal se chamava Eiru, outros chamam de filho de Barata, que na verdade eu não sei por que essa palavra, eu acho que pra mim serve filhos do Rio Eiru, que de onde ele surgiu era um seringal, que era sede (OLIVEIRA, 2016).

Aqui, a depoente introduz uma temática interessante e que está entre os principais e mais polêmicos temas da Memória Coletiva da cidade, diga-se os vários debates em torno do significado da palavra "Eirunepé". Para uns, "filhos do Eiru", para outros "filhos da barata", ou ainda "caminho do mel". Também há quem diga que a composição deu-se em função das pessoas "virem à pé do Rio Eiru". Nenhuma delas, porém, é capaz de oferecer elementos conclusivos acerca do real significado do nome da cidade, o que nos tem impelido a refletir sobre esta questão e cujos resultados trataremos em outro momento. Todavia, o tema é também motivo de debates entre os nossos alunos e alunas, especialmente porque alguns não se sentem à vontade com a ideia de serem "filhos da barata".

O Alto do Bode e a Vila Cacau

Os dois termos acima dão conta de dois lugares muito específicos no espaço urbano eirunepeense. Um diz respeito à uma parte alta da cidade, situado no centro geográfico urbano e pelo qual passam todas aquelas pessoas que se deslocam de um lado para o outro. O outro é utilizado pelos “mais velhos” para se referir a um dos bairros mais afastados do centro da cidade, cuja história guarda algumas peculiaridades.

O *Alto do Bode* compõe um conjunto arquitetônico que hoje envolve principalmente estabelecimentos comerciais, além de algumas poucas casas residenciais. Na imagem abaixo, podemos ver o *Alto do Bode* ao fundo, tendo em primeiro plano a antiga ponte que ligava um e outro lado da cidade, separados pelo igapó e que cujas águas vemos no canto direito da foto. Sobre a ponte, um transeunte, que descia a ladeira.



Vista do Alto do Bode. Fotografia da década de 1970. Acervo Admar Oliveira

As principais discussões sobre este espaço dão-se em torno do significado do seu nome. A grande questão é saber porque chamam-no assim. Sobre isto, a depoente Eny, quando perguntada sobre o tema, diz o seguinte:

Não. Aí era alto e pra lá descia, aí por isso que chamavam Alto do Bode, não era porque tinha bode isso aquilo não, era porque era muito auto, quem tava lá não enxergava quem tava aqui e quem tava ali não enxergava quem tava prá cá, tá entendendo, era alto. Depois que foram jogando terra, jogando terra, que agora está quase nivelada, que realmente não está nivelada, lá ainda é um pouco mais baixa né? Esses comerciosinhos aí de frente ao Nossa Senhora das Dores, isso não existia não. Era muro, até quando eu fui diretora, ainda era muro porque essa escola aí, ela é alugada para o governo, por que São Francisco e Nossa Senhora das Dores é da paróquia e são alugados para o governo, mas os professores são pagos pelo Estado, por isso que é uma escola estadual, por que ela é paga pelo governo (ALENCAR, 2016).

Como pudemos observar, a depoente assume uma posição

negacionista em relação àquilo que poderia estar associado ao nome. Categórica em sua afirmação, nega que houvesse algum bode naquele local. Todavia, ao explicar o significado do nome, dar conta apenas de parte dele, falando que se trata de um lugar alto.

Já outro depoente tem uma versão diferente para explicar o significado da expressão. Sobre isto, diz que "(...) tinha um fulano de tal que tinha o sobrenome de bode, né?", um senhor de nome Alfredo. Afirma ainda que "Fazia negócio de festa pra'li, aí botaram esse apelido, que ali até os porqui da mata. Era ali dentro, era capoeira aquilo ali. Tinha só a estiva sinhá e bagaço de cana. Tinha um cara que vendia garapa, aí o bagaço estava pra passar dali pra frente." (LINO, 2016).

Numa terceira acepção, outra depoente informa o seguinte:

Aquilo ali era alto, chamavam de alto do bode. Era uma terra alta, terra mesmo, alta, ali do lado onde era o colégio, onde é colégio hoje, morava um senhor, o nome dele era Alfredo, ele criava muito bode, tinha goiabeira, muita goiabeira mesmo, por isso chamavam de alto do bode, porque ele morava do lado, agora se acabou-se aquele alto, agora tá baixo, ali onde é o hospital hoje, era o campo de futebol, campo de futebol ali (OLIVEIRA, 2016).

Seria o Senhor Alfredo apelidado de "bode" em função de

possuir uma criação de bodes? Ou apenas recebera o apelido sem nunca ter sido criador? Neste último depoimento, parece haver uma junção de elementos anteriores, diga-se o Alto e o Senhor Alfredo. Ao que parece, trata-se de uma parte alta da cidade, onde haveria um Senhor cujo nome era Alfredo e criava, entre outros animais, bodes. Isto é, pois, o que afirma o depoente Francisco Amazonas Lopes (2016), quando diz que se tratava de um Senhor que se chamava Alfredo e que criava "muitas cabras, muitos bodes" e que, em função disso, era chamado de "Alfredo do Bode". Mesmo tendo o Senhor Alfredo de criar bodes e cabras e ter se mudado do local, este continuou a ser chamado de "Alto do Bode", nome que permanece até os dias atuais.

Se o significado do nome do Alto do Bode carrega uma disputa pela Memória, a *Vila Cacau* é também um espaço urbano cujo nome carrega uma gama de significados. Se hoje a Vila Cacau recebe o nome de "Bairro de Santo Antônio", havemos de perceber os sentidos que tais nomes possuem e as suas motivações. Ao falar de uma antiga fábrica, uma das depoentes afirma que "a fábrica de vassoura era lá em Santo Antônio, antiga Vila Cacau, bem do lado de onde era o Tigrão (...) Vila Cacau foi um apelido que deram, que o povo deu (...)" (ALENCAR, 2016).

A explicação para o significado do nome da vila nos é dada por outro depoente. Sobre isto, nos informa o seguinte:

A Vila Cacau era uma área de mata. Ali tudo era mata. Daqui da estrada... pra lá, era mata. Não tinha nada. Era mata alta, né? E então, nós caçava. Nós caçava muita paca, tatu, nambu, na Vila Cacau. Depois que um cidadão fez uma casa do outro lado da ponte e, quando o [prefeito] Elias assumiu... o pessoal começaram a desmatar pra lá e fazer casa (...) o nome Vila Cacau porque ali era uma área... uma mata que tinha muito cacau... muito cacau, aí botaram o apelido de "Vila Cacau"... a comunidade. Depois foi que botaram o nome "Bairro Santo Antônio"... foi o Padre Antônio (LOPES, 2016).

O mercado, o barranco e o rio

A importância dos rios para a construção da história da ocupação e do povoamento da região amazônica, a partir dos primeiros contatos entre colonizadores e os povos originários, dar-se na medida em que são as águas caudalosas dos rios da bacia amazônica a única opção de acesso à região, uma vez que tinha-se uma densa e desconhecida floresta. É, pois, a partir dos rios que os homens adentraram a região, estabelecendo fortalezas e construindo cidades (ARAGÃO, 2009: 77). Na região amazônica, os rios são, portanto, o elo entre as populações e as outras regiões do Brasil e do Mundo, uma vez que os viajantes, as notícias, os

suprimentos e os povoadores acessam a região através dos rios. Conforme nos informa Aragão (2009: 86), os rios ofereciam uma percepção singular de si mesmos (dada a grandiosidade destes rios que compõem a bacia amazônica), das cidades que os margeavam, da grande floresta na qual estavam encravados tanto os rios quanto as cidades. Eirunepé constituiu-se, pois, enquanto uma destas cidades, nascida em função do Rio Juruá. Parafraseando Heródoto, quando se referia ao Egito e ao Nilo, poderíamos dizer que *Eirunepé é uma dádiva do Juruá*.

Desta relação necessária entre a cidade e o Rio Juruá, a Memória Coletiva eirunepeense guarda algumas questões bastante importantes, especialmente no que diz respeito à arquitetura urbana. Neste sentido, é o antigo Mercado da cidade um personagem central. Tendo sido construído ainda na primeira metade do século XX à beira do barranco do Juruá – em função da facilidade de embarque e desembarque de pessoas e mercadorias, especialmente os peixes que eram pescados e trazidos para serem comercializados – o Mercado sofreu uma sistemática deterioração de sua estrutura arquitetônica em função da ação das águas do Rio Juruá. Este, por seu turno, é

considerado o mais sinuoso do mundo, em função do movimento de suas águas, responsáveis por uma constante modificação do seu curso (REIS e SILVA, 2012). Este movimento do rio também é responsável pelas "barrancas de terra caída", o que acaba por destruir todas aquelas estruturas arquitetônicas construídas nas margens do Juruá. Na fotografia a seguir, tirada da "beira do rio", conseguimos visualizar a localização do Mercado.



Vista do antigo Mercado. Fotografia da década de 1970. Acervo Admar Oliveira.

Neste local, o que encontramos hoje é apenas uma área sem nenhuma construção, apenas com vestígios do que foram as fundações do antigo Mercado. Se esse Mercado não existe mais fisicamente, em função da ação das águas do Juruá, a Memória Coletiva traz para o presente os seus dias de glória.

Num dos depoimentos, temos o seguinte:

O mercado era grande, primeiro era aqueles boxes do lado. Ai tinha

o mercado grande, ai tinha a beira do rio, depois do mercado ainda continuava boxes dum lado, boxes do outro, tinha um comerciozim de dois andares, tinha boxes de um lado, boxes do outro, tinha uns no meio que o pessoal ajeitava relógio, outras coisas e o de dois andar era do "Chaguinha", quem era dono de lá era o "Chaguinha", ele morava bem ali, aqui perto onde era, mais pra cá de onde é a C&A, ele morava ali. O pai dele morava ali, então ele tinha esses boxes lá, mas era de dois piso, em frente de lá, esse negócio ficava de costa pro rio, por que tinha o mercado. Na frente do mercado, tinha esses boxes de dois andar e mais um atrás que esses boxes ficavam de frente pro mercado e de costas pro rio, no outro lado da rua tinha a casa do seu Civivo, finado Civivo, tinha o comércio dele. Ai tinha a prefeitura, ali na principal ali, depois da prefeitura tinha uma festa da finada Maria Gomes, ai continua normal dali pra cá (ALENCAR, 2016).

Como podemos observar, a imagem (re)construída pela memória da depoente vai ao encontro daquilo está posto na fotografia sobre o antigo Mercado. Ambas as fontes evocam um passado em que o prédio ainda estava de pé. Se a fotografia nos mostra um espaço pouco habitado – a fotografia talvez tenha sido tirada num dia em que não havia movimento – o relato oral da nossa depoente é rico em detalhes, remetendo-nos a uma época em que eram muitas as lojas e provavelmente o trânsito de consumidores e vendedores também era significativo. Um outro depoente nos fala o seguinte:

O porto de primeiro era oi, cadê o mercado que mercado aí não tem. Tá ali só o buraco. Vai ali entre bem aculá, o que tem ali é aquele pessoal vendendo cabeça de boi e vendendo fato de boi, ali. Mercado não tem mais, tem aquela feia aculá que os cabocos fazem a pior bagunça, tem mais caboco bebo lá de que outra coisa (LINO, 2016).

Aqui, o nosso depoente refere-se ao “buraco” que existe no local onde antes havia o antigo Mercado. Buraco este feito pelas caudalosas e incontroláveis águas do Rio Juruá. Aí, podemos perceber aquilo que havíamos afirmado anteriormente acerca da intrínseca relação entre o Porto e o Mercado, sendo um contíguo ao outro, para facilitar o embarque e desembarque de pessoas e mercadorias. Sobre o antigo Mercado, as águas do Juruá levaram-no, junto com o barranco no qual aquela construção havia sido alicerçada. Deste, só restaram as memórias e fotografias, que dão conta de sua antiga glória.

A cobra e a Igreja

Uma temática que também aparece com frequência nas narrativas sobre a urbe é a “Cobra Grande que vive embaixo da Igreja” e que “quando ela se mexe, cai um pedaço do barranco”. A Cobra Grande, chamada Honorato, que estão na origem mítica da maioria das culturas indígenas da Amazônia, tanto no

Brasil quando em outros países nos quais existe o bioma e populações nativas, é a divindade fértil, que engravida uma indígena e, desta relação sexual e amorosa, originam-se as etnias (GONGORA, 2007). O padre Jean-Baptiste Parrisier, em sua missão no Rio Juruá, registra uma versão da narrativa da “Cobra Grande”, mas ligando-a à origem do Rio Juruá (PARRISIER, 2009). Esta seria, pois, a “Cobra Grande” que estaria embaixo da Igreja.

Perguntada sobre esta “Cobra Grande”, a nossa depoente afirmou:

Isso aí, desde que nós chegamos aqui, nós ouvimos falar sobre isso, eu não acredito. (...) Sabe o que que falam, o que eu ouvi falar, que debaixo da igreja tem uma serpente, e que Eirunepé não vai pra frente, porque a igreja é construída com a porta virada pra dentro da cidade, nunca ouviram falar isso? Eu não acredito nisso aí, pra mim é um mito mesmo, esse negócio da porta da igreja, que a porta da igreja, tem que ser virada pro lado rio. Passando nesse mito aí, você vê as igrejas, as igrejas têm a porta virada pro lado do rio, ai eu acredito nessa teoria do povo, que Eirunepé não vai pra frente devido essa porta da igreja ser trocada, não sei, mas dessa cobra... Toda vida eu ouvi falar, assim que existe. (...) Agora vocês me digam uma coisa, se ali tivesse uma cobra, como o pessoal dizem que é uma cobra grande, ela se mexesse, vocês não acham que a igreja estremecia? Por que a igreja é colocada no barro, assim quando tem um tremor de terra, a terra não treme? Então eu acho que se ela fizesse movimento, a igreja tremia (OLIVEIRA, 2016).

Também um outro depoente, quando perguntado sobre a “Cobra Grande” e a crença de que está embaixo da igreja, declara:

É. Disse que é. Agora eu nunca vi igreja com a frente pra mata, todo canto que eu já andei: Tarauacá, Feijó, Manaus, Altaço. Tudo que eu andei as igrejas, você vai chegando olha a frente da igreja tá vendo. Aqui ói, pra lá. Como eles fizeram agora pra ajeita ela aí, era pra eles terem mudado, ter virado a frente pra cá. Porque, por isso que vai tudo atrasado, tudo é né. Igreja logo como a frente pro lado da mata. Olhando pra mata, tem que olha pro rio. Cruzeiro do Sul, tudo igreja olhando pro rio, aqui é pra mata aí. Tudo é diferente é, sei não (...) (LINO, 2016).

Como podemos perceber nos dois trechos acima, há um imaginário urbano que guarda uma importante ligação com a religiosidade popular eirunepeense. Tendo a então São Felipe sido construída, desde o final do século XIX, não apenas por seringueiros e seringalistas, mas também por sacerdotes católicos da Ordem do Espírito Santo, a hoje Eirunepé traz em sua Memória Coletiva o resultado de elaborações e reelaborações feitas ao longo dos anos das histórias que eram contadas pelos padres espiritanos. São eles os responsáveis por prender a “Cobra Grande” das narrativas mitológicas indígenas embaixo da Igreja Matriz de São Francisco, construída não “de frente para o rio”, mas “com a frente

pra mata”, o que seria uma das causas do “atraso” da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aos poucos, o passado vai sendo descortinado. As memórias vão surgindo. As versões vão se coadunando e os nossos alunos e alunas começam a ter novos olhares para as aquelas histórias contadas por seus parentes. Não apenas as narrativas passam a ser ouvidas com mais atenção e interesse, mas o traçado das ruas, as pontes, os bairros, a igreja, o porto, estes e outros elementos que constituem a urbe se tornam objeto de reflexão e problematização. Nas falas pós-entrevistas, nas apresentações dos trabalhos realizados, percebemos uma mudança de perspectiva em relação à cidade. Esta começa a ser percebida enquanto o resultado de uma construção histórica singular, construção esta que os ancestrais já mortos daqueles alunos e alunas, os seus avós, pais e outros parentes ainda vivos, bem como eles próprios – os discentes – são partícipes desse processo.

Acostumados aos “ finais felizes” da maioria dos filmes que já assistiram, alguns de nossos discentes se mostraram tristes e inconformados com o “final trágico”

do povoado de Javé. Todavia, a película mostrou-se bastante útil para introduzirmos a problemática da Memória Coletiva, da História Oral, da relação destas duas com o Passado e dos links que podem ser feitos entre estes elementos e o Ensino de História.

Perguntados se valeu a pena escrever a História de Javé, a maioria dos alunos e alunas afirmou que sim, uma vez que a escrita daquelas histórias não permitiria que o povoado, mesmo imerso pelas águas da barragem, “caísse no esquecimento”. E a História de Eirunepé, se valeria ou não a pena escrevê-la, todos responderam enfaticamente que sim. Sobre isto, seus argumentos poderiam ser resumidos no seguinte: mesmo tendo sido inundada, valeu a pena escrever a História de Javé. E se Javé é importante para os seus moradores e

para Antônio Biá, Eirunepé também é importante – “e muito” – para todos os que “nasceram e se criaram aqui”. Eirunepé se assemelha a Javé. Uma é ficcional e a outra é uma cidade real.

Assim como as Histórias de Javé - que “desde estão, essa é a História de Javé que se conta, mas que também pode ser lida e relida por essa serra e por essas grotas sem fim. Tá assentada em livro, correndo o mundo, pra nunca que ser esquecida” – as Histórias de Eirunepé também está sendo “assentada” no papel, ou melhor, no Acervo Memória do Juruá, disponibilizada para também ser “lida e relida”, mas também problematizada a partir da perspectiva do Conhecimento Histórico, tanto em sala de aula quanto na escrita historiográfica sobre a urbe do interior da Amazônia.

¹Professor Pesquisador PIBIC Jr/PADCIT 2016/IFAM/Campus Eirunepé

² BECHIMOL, 1977; WEINSTEIN, 1993; SILVA, 2010; SILVA, 2012; BUENO, 2012; LIMA, 2013; LEANDRO, 2014; BARBOZA, 2015.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011, pp. 155 - 202.

ARAGÃO, Solange de. De Belém a Tefé – as cidades e os rios do norte do Brasil nos relatos de viagem do século XIX. *Em Tempos de História*. Brasília, n. 15, jul./dez. 2009.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. Retirantes cearenses na província do Amazonas: colonização, trabalho e conflitos (1877-1879). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, n. 70, pp. 131-155, 2015.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco antes e além depois*. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1977.

BUENO, Ricardo. *Borracha na Amazônia: as cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização*. 1 ed. Porto Alegre: Quattro Projetos, 2012.

CAFFÉ, Eliana. *Narradores de Javé*. [filme]. Brasil: Lumiere/Vídeo Filmes, 2003, 102 min.

CASTELO BRANCO, José Moreira Brandão. Caminhos do Acre. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol. 196, pp. 150-198, 1947.

COSTA, Júlio César Virgínio da. Práticas de memória em Ensino de História. *Mnemosine*. Campina Grande, vol. 7, n. 4, pp. 145-171, 2016.

GONGORA, Majói Fávero. *No Rastro da Cobra-Grande: variações míticas e sociocosmológicas – a questão da diferença nas Guianas*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – USP. São Paulo: 2007.

HALBWACHS. Maurice. *A Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LEANDRO, Rafael Voigt. Os ciclos ficcionais da borracha e a formação de um memorial literário da Amazônia. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Literatura – UnB. Brasília, 2014.

LIMA, Frederico Alexandre de. Soldados da Borracha: das vivências do passado às lutas do presente. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História – UFAM. Manaus, 2013.

MOTTA, Márcia. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 21-35.

NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003.

NASCIMENTO, Paulo de Oliveira. A 'ARTE DE FAZER' CARNE DE SOL EM PICUÍ - PB: do patrimônio imaterial ao turismo gastronômico. *Revista Práxis - Saberes da Extensão*. João Pessoa: Editora do IFPB, Vol. 1, pp. 86-101, 2013.

PARRISIER, Jean-Baptiste. Seis meses no país da borracha, ou excursão apostólica ao rio Juruá, 1898. In: CUNHA, Manuela Carneiro Da. *Tastevin, Parrissier: fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009, pp. 1-60.

REIS e SILVA, Hiram. Desafiando so Rio-Mar: Rio Juruá. Disponível em: <<http://desafiandooriomar.blogspot.com.br/2012/08/rio-juru.html>>. Acesso em: 26 abril 2018.

SILVA, Júlio Santos da. Adoecendo na cidade da borracha: Manaus (1877-1920). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História – UFAM. Manaus, 2012.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de conceitos históricos. São Paulo: Contexto, 2012.

SILVA, José Rubisten da. Redes de aviamento da borracha e a organização espacial de Fortaleza do Abunã/Amazônia. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNIR. Porto Velho, 2010.

WEINSTEIN, Bárbara. A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850 – 1920. São Paulo: Hecitec/EDUSP, 1993.

Fonte Eclesiásticas

Livro Tombo (1911 – 1947). Paróquia de São Francisco. Eirunepé/AM.

Fontes orais

ALENCAR, Eny Martins de (depoimento, 2016). NERVAJU - IFAM/Campus Eirunepé. Eirunepé/AM, 2016.

DAMASCENO, Alberly da Silva (depoimento, 2016). NERVAJU - IFAM/Campus Eirunepé. Eirunepé/AM, 2016.

FERREIRA, Lindalva Alves (depoimento, 2016). NERVAJU - IFAM/Campus Eirunepé. Eirunepé/AM, 2016.

LINO, José (depoimento, 2016). NERVAJU - IFAM/Campus Eirunepé. Eirunepé/AM, 2016.

LOPES, Francisco Amazonas (depoimento, 2016). NERVAJU - IFAM/Campus Eirunepé. Eirunepé/AM, 2016.

OLIVEIRA, Oscarina Cordeiro (depoimento, 2016). NERVAJU - IFAM/Campus Eirunepé. Eirunepé/AM, 2016.

SOUZA, Maria Iza Almeida de (depoimento, 2016). NERVAJU - IFAM/Campus Eirunepé. Eirunepé/AM, 2016.

SOUZA, Sebastiana Almeida de (depoimento, 2016). NERVAJU - IFAM/Campus Eirunepé. Eirunepé/AM, 2016.

WILKER, José (depoimento, 2016). NERVAJU - IFAM/Campus Eirunepé. Eirunepé/AM, 2016.

**AZUL OU ENCARNADO, NÃO
IMPORTA A COR DO ORNATO, A
MATIZ É UMA SÓ. É FESTA EM
UMBUZEIRO, É DIA DE
VAQUEJADA!**

*BLUE OR RED, NO MATTER THE
COLOR OF THE ORNAMENT, THE
NUANCE IS ONE. IT'S PARTY IN
UMBUZEIRO, IT'S RODEO DAY!*

(tatiane vieira da silva. doutoranda
em história pela ufpe)

RESUMO

A cultural local exerce um papel singular no cotidiano dos pequenos centros urbanos, na medida em que provoca sociabilidades, integra as referências identitárias e os sentimentos de pertença. A cidade paraibana de Umbuzeiro, sediou por várias décadas uma das vaquejadas mais antigas da região. Essa prática rural adentrou o espaço urbano, conquistou adeptos, atraiu multidões e se tornou a melhor e mais afamada festa daquelas paragens. O presente texto é guiado pela metodologia da história oral (ALBERTI, 2011) e das fontes jornalísticas (LUCA, 2011). O que possibilita pensarmos a historicidade da vaquejada de Umbuzeiro, mergulhar nas experiências vividas, relembrando hábitos, valores, e práticas da vida cotidiana daqueles que vivenciaram aquelas festas.

PALAVRAS-CHAVES: Umbuzeiro; vaquejada; memória.

ABSTRACT

The local culture plays a unique role in the everyday life of small urban centers, insofar as it provokes sociabilities, integrates the identity references and the feelings of belonging. The city of Umbuzeiro, made for several decades one of the rodeo oldest in the area. This rural practice entered the urban space, win adepts, attracted crowds and has become the best and famous party from that region. This text is guided by the methodology of oral history (ALBERTI, 2011) and of journalistic sources (LUCA, 2011). What makes it possible to think the historicity of rodeo of Umbuzeiro, to immerse ourselves in the lived experiences, remembering habits, values, and practices of everyday life daqueles que vivenciaram aquelas festas.

KEYWORDS: Umbuzeiro; rodeo; memory.

A cidade é feita de sonhos e de desejos. Sonhos e desejos que, um dia, se tornarão recordações, se incorporarão aos inúmeros labirintos da memória, revelarão as faces escuras do passado ou deixarão que elas permaneçam desconhecidas para sempre. Mas sonhos e desejos que se reinventam e se transformam. Assim é a cidade, a grande moradia dos homens. O nosso olhar percorre suas ruas como se elas fossem "páginas escritas", querendo adivinhar as histórias que elas escondem, traduzir a língua difícil dos sentimentos que construíram o seu cotidiano, seus tantos símbolos que os homens teimam em decifrar

como se eles pudessem ter,
apenas, um significado.
(Antônio Paulo Rezende)

Ao nos debruçarmos sobre a história da cidade de Umbuzeiro, ansiosos por tentar decifrar aspectos de seu cotidiano pretérito, seguiremos o rastro deixado pelas vaquejadas e seus vaqueiros, pelos jornais e relatos orais de memória daqueles que experimentaram tais festejos e vivenciaram momentos de sociabilidades. Esta típica festa nordestina, teve lugar neste Município do Agreste Paraibano¹ que, emancipado politicamente desde 02 de maio de 1890, sediou por várias décadas uma das vaquejadas mais antigas da região, abrangendo inclusive, as cidades pernambucanas fronteiriças. É possível que seu primórdio seja ainda no século XX, contudo, o registro mais remoto a que tivemos acesso foi de 1924.

Os sonhos e desejos, que por muitos anos encheram de alegria o coração dos umbuzeirenses, vivem hoje nos labirintos da memória e por vezes, chegam até nós através das recordações de alguns depoentes que nos revelam as faces daquele passado e nos encantam com seus relatos orais de memória. Sabemos que são "*sonhos e desejos que se reinventam e se transformam*"(REZENDE, 1997), são nuances de uma história vivida, e que por nós, serão em parte

desveladas nestas linhas. Não em sua totalidade, visto que é impossível para o historiador dar conta de tudo que passou. Mas sim, na essência dos possíveis significados construídos, na e sobre a vaquejada de Umbuzeiro.

Destarte, para realizar a "*operação historiográfica*" aqui proposta, utilizaremos como guia as considerações apresentadas por Michel de Certeau (1995), segundo o qual, o ofício do historiador se desenvolve dentro de uma espécie de enquadramento, em meio a um sistema de referências. Além de ser um procedimento epistemológico, é também estratégico e político, de modo que a narrativa histórica não é mais tida como verdade absoluta. Mas sim, uma interpretação, uma versão pensada, regrada do que aconteceu e portanto, atrelada a um corpo social e uma instituição do saber.

Faremos nossa trajetória pelas sendas da História Cultural, que entre aproximações e distanciamentos com outras ciências, ampliou bastante o leque de objetos possíveis de serem estudados. Através de sua abordagem, a cidade deixou de ser vista apenas pela esfera econômica, social e passou a ser problematizada em todos os seus aspectos e vista enquanto problema e objeto de reflexão. Desse modo, conforme assinala Pesavento (2003: 77-78):

Não se estudam apenas processos econômicos e sociais que ocorrem na cidade, mas as representações que se constroem na e sobre a cidade. Indo mais além, pode-se dizer que a História Cultural passa a trabalhar com o imaginário urbano, o que implica resgatar discursos e imagens de representação da cidade que incidem sobre espaços, atores e práticas sociais. O imaginário urbano, como todo imaginário, diz respeito a formas de percepção, identificação e atribuição de significados ao mundo, o que implica dizer que trata das representações urbanas.

No contexto dessas várias possibilidades de abordagem cidadina, se insere a pesquisa aqui apresentada, tendo em vista a contingência de tecer uma leitura sobre as vaquejadas de Umbuzeiro, através de suas memórias e representações. Nesse aspecto, o conceito de "*representação*" torna-se essencial para se construir a ideia de "*como os indivíduos e os grupos se percebem e percebem os demais*" (CHARTIER, 2010: 43). Igualmente, a leitura desta urbe se faz possível, uma vez que, segundo Barros (2012: 45), a cidade é um texto que "*fala aos seus habitantes e aos seus visitantes através dos nomes próprios que ela abriga: dos nomes de ruas, de edifícios, de monumentos*". Embora seja o maior artefato produzido pelo homem. Seja complexa, plural e multifacetada, a cidade também pode ser apreendida pelo olhar comum, e

consequentemente, é passível de pesquisas e interpretações.

Nesses termos, pretendemos historicizar e perceber como Umbuzeiro é sentida, construída e imaginada pelos seus cidadãos. Como a cidade se (re)apropria e (re)elabora também a sua história, a partir dos momentos de glória vividos nos tempos das vaquejadas. Tal como afirma Pesavento (2007: 16):

[...] essa cidade do passado é sempre pensada através do presente, que se renova continuamente no tempo do agora, seja através da memória/evocação, individual ou coletiva, seja através da narrativa histórica pela qual cada geração reconstrói aquele passado. É ainda nessa medida que uma cidade inventa seu passado, construindo um mito das origens, recolhendo as lendas, descobrindo seus pais ancestrais, elegendo seus heróis fundadores, identificando um patrimônio, catalogando monumentos, atribuindo significados aos lugares e aos personagens, definindo tradições, impondo ritos.

Partimos do pressuposto de que as múltiplas temporalidades do espaço urbano e as distintas camadas de sentido atribuídas por seus habitantes abrem novas formas de leitura e apontam para a renovação da pesquisa histórica acerca das cidades (PESAVENTO, 2008).

Portanto, esta pesquisa foi desenvolvida considerando as possibilidades ensejadas pelas fontes e seguindo os rastros das notícias

sobre as vaquejadas em Umbuzeiro, publicadas nos periódicos a que tivemos acesso. Tendo em vista que, *"historicizar a fonte requer ter conta [...] das condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê"*. Bem como, *"estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural"* (LUCA, 2011: 132).

Com o fito de melhor abarcar esse nosso objeto de estudo, cotejamos as fontes hemerográficas com as fotográficas e prints do filme *Sob o céu Nordestino*. Usamos portanto, o recurso fotográfico como uma das possibilidades para problematizarmos e adentrarmos no mundo daquelas vaquejadas. Sabemos que a fotografia e o filme diferem de outras formas de imagem, são dotados de uma carga ideológica, mediados pelo olhar proposital de quem os criou. Por isso, não devem ser tomados como uma fonte inquestionável do passado, mas antes de tudo, como outro documento que carece de reflexão. As fotografias, de acordo com Santaella e Noth (2001: 128):

[...] não são meros espelhos mudos e inocentes daquilo que flagram, nem são habitantes de um reino paralelo à realidade. Embora tenham, de fato, um certo poder de duplicar o real, essa

duplicação é geradora de ambiguidades insolúveis. O fato de funcionarem como réplicas não significa que as fotografias deixam de ser partes, habitantes legítimos da realidade mesma que a replicam. Fotografias, assim como quaisquer outros tipos de signos imagéticos ou não, agregam-se à realidade, aumentam sua complexidade e tornam-na mais densa.

Como nos orienta Boris Kossoy (1941), não podemos deixar de considerar que a imagem congelada de um passado é uma fonte exclusiva do conhecimento histórico. Ela precisa ser analisada em si mesma, e em contraponto com outros documentos. Assim, considerando que as fontes impressas e cinematográficas, não foram suficientes para responder as nossas indagações, fizemos uso dos depoimentos de alguns cidadãos que vivenciaram e/ou experimentaram algum aspecto das vaquejadas. Nesse ponto tomamos a história oral como um dos procedimentos metodológicos para construir nossas fontes de pesquisa.

A memória entendida como uma *"operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar"* (POLLAK, 1989: 09) é igualmente a principal fonte da pesquisa oral, estabelece infinitas possibilidades e múltiplas variáveis (DELGADO, 2006). Assim, a história oral *"permite o registro de testemunhos e o acesso a*

'histórias dentro da história' e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado" (ALBERTI, 2011: 155). Ela possibilita repensar e reconstruir o passado sob um olhar atualizado, cuja particularidade *"decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu"* (ALBERTI, 2004: 23).

Destarte, por intermédio do cotejamento minucioso das fontes, do aporte teórico e metodológico empreendido, pretendemos através deste artigo, demonstrar aspectos da experiência e das sociabilidades sentidas e experimentadas por meio da tradicional festa de vaquejada que se realizou em Umbuzeiro, entre as décadas de 1920 e 1950. Refletir sobre sua relevância para a história dessa cidade, de seus frequentadores, na medida em que era, certamente, ansiada por muitos. Atraiu multidões e ficou tão famosa a ponto de ser registrada pelos maravilhosos produtos da tecnologia: a imagem fotográfica e a filmagem.

VALEU BOI! LEMBRANÇAS E SAUDADES DOS TEMPOS DAS VAQUEJADAS

O que tinha muito bom também aqui, antigamente, era vaquejada. Era muito boa! Era o partido [cordão] azul e o vermelho. Era os vaqueiros, quem corria pelo lado do azul, era um chuveirinho [adereço] na cabeça do cavalo, que botava os vaqueiros e do outro lado, era o vermelho, era uma disputa medonha. [...]

Era assim, um lado da arquibancada ficava só a turma do azul, do outro, o vermelho, tudo de chuveirinho. A gente fazia o chuveiro pra quando o vaqueiro derrubasse, a gente sacudir. Era feito de papel de seda com um pauzinho e o dos vaqueiros a gente fazia com cordão e pendurava na cabeça do cavalo. [...] Era pra se pegar uma com a outra, na torcida. [...]

Aí era a disputa, do vermelho e do azul. Quando o azul ganhava subia a bandeira do azul. Aí quando o vermelho fazia mais ponto, descia a bandeira. Era uma vibração, era muito bom! Era uma beleza!
(Eurides Lira)²

O que tinha de muito bom em Umbuzeiro, eram as vaquejadas, nos conta com muito orgulho e entusiasmo a Senhora Eurides, que vai acionando suas lembranças, relembando momentos e ainda canta trechos dos hinos dos dois "cordões", o azul e o encarnado/vermelho. Essa prática rural que adentrou o cenário urbano ainda ruralizado, se transformou na festa de maior destaque na cidade, equiparando-se a da padroeira, Nossa Senhora do

Livramento. A vaquejada enquanto folguedo, elemento cultural e momento de sociabilidades, entre práticas e representações da vida rural e urbana, adentrou o coração dos citadinos e foi ganhando espaço na vida cotidiana daquela pacata cidade do interior. Que, aos poucos, ganhou as páginas dos jornais e a tela dos cinemas. Atraiu curiosos e autoridades do Brasil inteiro e até de outros países. Todos queriam conhecer a vaquejada de Umbuzeiro.

A princípio, ainda nos idos do século XX, acontecia a chamada "pegada do boi", uma espécie de corrida para apanhar o boi desgarrado da boiada, com intuito de conduzi-lo ao cercado ou para a cocheira. Daí também o nome de "festa de apartação", momento em que os vaqueiros se esforçavam para separar da boiada algum animal, ou mesmo separar entre os donos, o gado que as vezes era criado misturado. Ocasão em que o vaqueiro mostrava sua valentia e importância na lida com o rebanho. Nessa empreitada, dentro do mato, em meio a vegetação catingueira, os vaqueiros precisavam se vestir adequadamente, usando vestes de couro, tal como o gibão, capaz de livrá-los dos espinhos de jurema e touceiras de xique-xique. Assim, com guarda-peito, perneira, botas, luvas e o chapéu do vaqueiro, subiam em seus cavalos ligeiros para

pegar o boi, enfrentando os perigos do mato, demonstrando coragem e destreza.

Além de ser o ofício do vaqueiro, era ao mesmo tempo um divertimento popular, atraente e de grande receptividade entre os povos da região. Igualmente, um momento de celebrar e de manter viva a cultura nordestina. Não faltavam sertanejos interessados em participar desse espetáculo fabuloso. Ocasão de descontração e alegria muito esperada entre os adeptos pois, só acontecia uma vez ao ano. Sem dúvidas, foi esse o motivo que atraiu para Umbuzeiro o fotógrafo e cineasta Walfredo Rodriguez, exatamente no momento em que queria mostrar para o Brasil que a Paraíba não se resumia a seca e a fome: "*queria rebater as críticas dos seus amigos da 'Federal Filme', do Rio, de que na Paraíba não existia nada civilizado, de que por aqui nem se comia direito, que os índios atacavam as pessoas nas cidades*" (LEAL, 2007:15). Foi com esse intuito que, naquele ano de 1924, chegou a Umbuzeiro o pai do cinema paraibano. Interessado em assistir e filmar aquilo que considerava representativo da cultura popular nordestina.

Entusiasta e fascinado pelo cinema, Walfredo Rodriguez produziu e dirigiu um longa-metragem silencioso, onde filmou várias cidades

do Estado da Paraíba, retratando os aspectos mais significativos de suas respectivas culturas, representando "um conjunto de imagens da terra e da gente paraibanas, colhidas dentro do melhor espírito otimista, por vezes com elevada grandeza social ou psicológica" (LEAL, 2007: 17). O trabalho inovador, batizado de *Sob o céu Nordestino*³, levou quatro anos para ser concluído e se transformaria num grande clássico paraibano. Tratava-se de um "filme natural de costumes do Nordeste Brasileiro" (LEAL, 2007: 17).

Em Umbuzeiro, cidade que abre o filme, Rodriguez exibiu algumas "vistas da cidade" apresentando aspectos de sua materialidade urbana, a exemplo de prédios públicos como o Grupo Escolar Cel. Antônio Pessoa, recentemente construído. Em seguida, se dedica ao tema que, por unanimidade, era conhecido como sendo o representativo da cultura local nordestina. Ao tratar de "Uma vaquejada nos arredores de Umbuzeiro", o cineasta fez o primeiro registro da vaquejada mais antiga daquelas redondezas.

Tal fato é revelador de sua importância na cultura nordestina, como também, da relevância de Umbuzeiro naquele momento em *Sob o céu nordestino*, fulgurando entre as principais cidades da Paraíba. Não

resta dúvidas de que a produção do mesmo foi uma obra majestosa, sobretudo se levarmos em consideração as dificuldades cinematográficas da época. Contudo, atentando para a imagem que segue, notamos que a vaquejada retratada é ainda a chamada "apartação", onde não há uma pista de corrida com a demarcação da faixa onde o boi é derrubado, nem há arquibancadas ou algum tipo de divisão com arame farpado, entre os que assistem e os vaqueiros.



Imagem 1. Cinemateca brasileira (1924-1928)

A partir da imagem captada por um "print" do filme, temos um exemplo de como eram aquelas vaquejadas nos seus primórdios. Uma típica festa de apartação com a pega do boi, realizada no ambiente genuíno das fazendas de gado, no meio do mato e sem o uso de recursos estruturais específicos como cercas, arquibancadas, ou palanques. Tal como nos indica a narração do filme (CINEMATECA, 1924-1928):

A vaquejada – os rebanhos do nordeste criam-se de mistura, numa promiscuidade forçada pela ausência de cercas divisórias das fazendas. De junho a julho, no fim da estação invernos, tem lugar a 'apartação' do gado em lotes, conforme os donos. Esse trabalho é a 'vaquejada': reúnem-se os vaqueiros numa extensão complanada, 'taboleiro' ou várzea enxuta, e para ai fazem convergir o gado da região, em lances de destreza sem par.

Uma vaquejada em Umbuzeiro – o gado disperso é conduzido para o curral previamente preparado nas proximidades da arena onde se realiza o torneio. Os habitantes dos lugares circunvizinhos acorrem em massa ao predileto certame.

Assim, em campo aberto, o gado corria solto e os vaqueiros se esforçavam em pegá-lo, de modo a apartá-los conforme seus donos. Outro aspecto relevante mostrado em *Sob o céu Nordestino*, é a forma como os vaqueiros mais velhos são respeitados e reverenciados pelos mais jovens. Antes de iniciar a corrida, faziam uma espécie de desfile dos vaqueiros, estando à frente o veterano, considerado o mais experiente de todos. Na cena em que Rodriguez exhibe esse momento, temos como legenda o seguinte: "A frente da tropa dos vaqueiros concorrentes, que os convidados passam em revista, vem o mais velho, outrora famoso naquelas paragens, e que ainda hoje persegue muita rez 'mocambeira' (manhosa)" (CINEMATECA, 1924-1928).



Imagem 2. Cinemateca brasileira (1924-1928)

Esse ritual de reverência e respeito pelos vaqueiros mais experientes, revela um pouco do espírito fraterno daquele que viria a se transformar num esporte nordestino. Aquelas corridas eram muito mais do que isso, faziam parte do cotidiano das fazendas, representavam a tradição e a cultura daquele povo. Nos relata Dona Eurides que, "a vaquejada começava na sexta feira". Porém, "era somente treino como se diz. Ai no sábado e no domingo era a vaquejada verdadeira de contar ponto para o vaqueiro. Era três dias de vaquejada. [...] O que tirasse em primeiro lugar, ganhava o prêmio". Prêmio este que foi se diversificando com o passar dos anos, desde medalhas, troféus simbólicos, animais, a valores em dinheiro.

Certamente, durante as corridas de gado, muitas eram as expectativas sobre quem seria o possível vencedor ao final da competição. Copiosas e diversas eram as falas acerca dos vaqueiros. Por vezes queridos, por outras, odiados.

Isso dependeria da cor do “cordão” que usava. É o que nos conta Dona Eurides: *“Tinha o Izaias do Padre, o povo do azul tinha ódio dele. [...] Ele era de Alagoa Grande. Ele vinha só correr nas vaquejadas porque todo boi que ele pegava, ele derrubava”*.

A despeito disso, verificamos que os torcedores tinham suas preferências. Embora houvesse essa disputa acirrada, demarcada pelas cores, o clima da festa era caracterizado por uma atmosfera esportiva e fraterna. Contudo, é possível que esta separação pelo “encarnado” e o “azul”, indicasse uma forma de distinção naquela festa de aparente coesão social e talvez desprovida das marcas das desigualdades socioeconômicas. Não era apenas uma opção por nutrir simpatias por uma ou outra matiz, provavelmente remetia a opções político-partidárias. Quanto a isso, vejamos o registro jornalístico do Diário de Pernambuco⁴:

De diversos municípios paibanos e de Pernambuco acorrem a Umbuzeiro “corredores” de fama, nos seus cavalos amestrados na tarefa de pegarem a rez ao primeiro pulo, em busca das glórias poeirentas conquistadas na pista flanqueada por milhares de vaqueiros, de curiosos e de moças bonitas, num combate tremendo entre os partidários do “azul e os do “encarnado”. Os lances são tremendos. A coragem dos cavaleiros é superior aos riscos da própria vida. [...] Tudo aquilo eles fazem com muita naturalidade e

imensa alegria, conscientes de que se tornam o motivo principal de tanto prazer e de tamanha expansividade.

Não resta dúvidas que muitos célebres vaqueiros vieram a Umbuzeiro mostrar suas habilidades na derrubada do boi. Alguns destes nomes ficaram gravados na memória dos frequentadores daquele espaço festivo, como também nas páginas dos jornais que anualmente noticiavam aquele evento. Entre estes, encontrava-se Antônio Tibiu, considerado o maior vaqueiro da região, cuja memória foi lembrada na vaquejada de 1941⁵. E o chamado Izaias Alves, popularmente conhecido como Izaias do Padre. Um veterano conquistador dos primeiros lugares e que se transformou no ídolo da torcida do encarnado.

Havia uma grande euforia naqueles que participavam ou torciam pelos vaqueiros, os quais, como já mencionamos, eram divididos em dois grupos: a ala do azul e a do encarnado/vermelho. Cada “cordão” cuidava em caprichar no enfeite, colocando flocos de fitas nas vestimentas e na cabeça dos cavalos por entre as orelhas. No instante em que o boi era ou não derrubado na faixa, subia a bandeira no mastro, denunciando a derrota ou a vitória do vaqueiro. O Mestre Zé Souto, músico afamado da cidade, além de animar a

corrida de gado com sua banda musical, também compôs o hino do azul. E seu filho, Ivandro Souto, seguia os passos do pai e foi o encarregado de compor do hino do encarnado. Vejamos.

Hino ao cordão encarnado (Compositor: Ivandro Souto)

Encarnado é a cor da nossa bandeira
Cor do lindo arrebol
Que aparece ao nascer do sol
Luz que nos dá calor
Cor do sol de verão
Encarnado é a cor que se traz no coração!

Seja no campo da luta
O bravo a pelear
Perante a rubra bandeira
Nada teme enfrentar
E não há touro valente
Que a ele faça temer
No seu cavalo, belo e potente
Ganha a vitória, a correr!

Hino ao cordão azul (Compositor: Mestre Zé Souto)

Azul é cor tão singular
Quando brilha n'ampidão do profundo mar
No horizonte a se encontrar
Céu de anil à serra azul a beijar
Que lindo matiz sem igual
Tu és vitória
Azul na história
Foi sempre a cor do pavilhão da glória!

É no azul
Onde o nosso Cruzeiro aparece,
É no azul
Onde a linda Rainha do Mar adormece
Nossa cor
Que tão rara beleza encerra
Pois que o azul
Está no céu, está no mar, está na terra.

Compostos por pai e filho, e considerando-se a atmosfera de

fraternidade e alegria vivenciada durante a vaquejada, nota-se que as cores, as opções por um ou outro cordão, no fundo não fazia tanta diferença. Afinal, azul ou encarnado? Não importava a cor do ornato, pois a matiz era uma só. De acordo com o Diário de Pernambuco⁶ [...]prevalece o espírito partidário que divide o povo, apenas, para um maior esforço pelo brilhantismo dos festejos. A luta é renhida, a disputa é veemente, mas o sentimento de união e de fraternidade faz confundir, ao final, os vencedores e os vencidos. De fato, o mais importante era a existência da própria vaquejada e de tudo o que proporcionava naqueles dias festivos. Quanto aos hinos, evocam elementos identitários associados ao amor, a natureza, a bravura e a vitória. São frases de ordem e exaltação que marcaram a sociedade da época e são lembrados ainda hoje.

Após o disputado páreo, era costume o grupo vencedor desfilarem pelas ruas da cidade, acompanhado de uma banda de música que tocava o hino dos vitoriosos e até mesmo, vaiava quando o vaqueiro errava a puxada. Conforme narrado no filme: "A 'música' mais afamada das redondezas acompanha a festa executando as 'peças' mais populares e entusiastas. No final da festa os vaqueiros alegres, brincam e dançam,

vaidosos de suas façanhas" (CINEMATECA, 1924-1928).



Imagem 3. Cinemateca brasileira (1924-1928)

A imagem acima, capturada a partir de *Sob o céu nordestino*, nos dá indícios acerca do tipo de música tocada na época e nos incita a imaginar sobre "os sons", característicos daqueles dias. O filme mostra uma banda formada por cinco componentes bem vestidos, montados a cavalo e que tocavam instrumentos como o trompete, trombone, tuba e o sousafone. Essa sonoridade que acompanhava o ambiente e as sociabilidades era algo magnífico, narra o Diário de Pernambuco⁷ que "[...] os acordes marciais da banda de música e os gritos estridentes da multidão emprestavam àquele acontecimento algo que toca aos limites do incrível".

Juntando-se aos acordes musicais, havia o entrelaçamento de vozes, dos aboios dos vaqueiros, das patas dos cavalos e dos bois, do chicote, do estalo da porteira no curral, da arrancada dos cavaleiros e dos repetidos, "valeu boi" ou "zero

boi"! Estes sons poderiam ter chegado aos nossos ouvidos através do filme, caso um imprevisto não tivesse acontecido. Ocorreu que, após sua exibição em várias cidades paraibanas, na Bahia e no Rio de Janeiro, "o filme foi levado por Barradas para Paris, com o fim de sonorizá-lo. Ali faleceu, subitamente, o amigo do cineasta paraibano e jamais se soube de qualquer indicação do paradeiro dessa cópia original" (LEAL, 2007: 16). Mau grado incidente, porém, não nos impede de acionarmos a imaginação e idealizarmos a ocorrência dessa gama de sons.

Outro aspecto revelado em *Sob o céu Nordeste* é o de que, ao menos nos seus primórdios, a vaquejada era frequentada apenas pelos homens. Certamente, naqueles anos de 1924, não era de bom tom que uma mulher visitasse aquele ambiente. É o que nos denuncia a última cena do filme onde, ao final da festa, os vaqueiros dançam entre si, homem com homem.



Imagem 4. Cinemateca brasileira (1924-1928)

Ainda que a presença feminina fosse inexistente no exórdio das primeiras corridas de vaquejada, é fato que, com o passar dos anos, as mulheres vagarosamente adentraram aquele universo um pouco rude e restrito ao público masculino. Elas proporcionaram alegria e formosura àquele ambiente, cantando, vibrando e animando as torcidas. Sendo inclusive, encarregadas de confeccionar os enfeites dos cordões. Na década de 1950, consagrou-se o costume de escolher a mais bela moça do lugar, indicada para receber o título de "Rainha da vaquejada".

Embora o gosto por aquelas festas não fosse unânime, nos parece que era consenso considerá-la um evento muito bonito, e que tinha o poder de atrair até mesmo os que diziam não gostar dela. É o que nos indica o relato de Dona Mariza⁸:

Não, eu nunca gostei não. [...] Mas era uma festa muito bonita, era muita gente. Eu ia, olhava um pedacinho, mas eu não gostava não porque eu... Me dava uma agonia ver aqueles bicho correndo. Agora era uma festa muito bonita, dava muita gente, muito vaqueiro bonito... Aí tinha o partido, aí era o azul e o encarnado, aí quando ganhava era aquela passeata na rua. Era muito bonito as vaquejadas. Aí depois foi se acabando também, acabou-se.

Talvez a curiosidade em ver as ruas cheias de visitantes e o ambiente festivo, já fosse o suficiente para

provocar os que afirmavam não gostar daquele tipo de festa. Por outro lado, verificamos que essa prática rural, em certa medida destoava dos anseios de modernidade almejados para aquela urbe, já guarnecida com alguns elementos modernos. E portanto, não condizia com as pretensões do Executivo Municipal, aspirante por uma cidade organizada e civilizada. É o que verificamos no Código de Posturas do Município, estabelecido em 1926, pelo então prefeito, José da Silva Pessoa Sobrinho⁹. O documento produzido para regulamentar a vida naquela urbe, também estabelecia normas de proibição e de permissão, tal como versa o Capítulo IV que trata dos "*costumes - trânsito público - divertimentos públicos - matas - caça - pesca - cães*". Destarte, em seu artigo 290, o código determinava que: "*é absolutamente proibida, em todo o território municipal, a realização das corridas de touros*"¹⁰. Quem desobedecesse, poderia pagar uma multa de 100\$000 cem mil réis.

Haja vista a dimensão que a vaquejada de Umbuzeiro alcançou nos Estados da Paraíba e de Pernambuco, ante o numeroso público que atraía e já havendo ganhado as salas de cinema, acreditamos que na prática, tal norma não se fazia valer e a multa, talvez, nunca fora aplicada a algum de seus organizadores. Por outro lado,

tendo em vista que os principais idealizadores estavam ligados a política municipal, acreditamos que a festa também servia de momento político, onde todos os umbuzeirenses se encontravam e provavelmente conversavam sobre os assuntos concernentes a vida política.

Dentre os nomes dos organizadores, tem destaque o agrônomo Roberto Pessoa, filho caçula do Cel. Antônio Pessoa, e que por muitos anos foi responsável por proporcionar momentos de lazer aquela pacata cidade do interior, transformando sua atmosfera e trazendo-lhe dias de alegria. Igualmente, os bailes no clube após a vaquejada se transformaram num fabuloso evento onde se apresentaram importantes artistas da época, a exemplo do célebre Jackson do Pandeiro.

Já nas suas primeiras edições, a vaquejada de Umbuzeiro atraiu um público numeroso. Inicialmente realizada entre junho e julho, anos mais tarde passou a acontecer entre os meses de setembro e outubro, durando em média três dias. As inscrições para a participação do certame giravam em torno de vinte (20) duplas de vaqueiros. Com o passar dos anos e com a popularidade do evento, este número chegou aos oitenta (80) pares. Umbuzeiro fervia de gente quando anunciavam a

chegada do gado e de cavaleiros de toda a região nordestina. Os chefes políticos locais, o delegado e até o padre se faziam presentes. Vinham agricultores, criadores, gente de toda a parte. Inclusive, visitantes das cidades vizinhas eram presença maciça, dentre os quais, personagens abastados, comerciantes, banqueiros, industriais e políticos de todo o país, que vinham em caravanas especialmente organizadas para o evento. Na vaquejada de 1953, temos o registro da vinda do filho da terra, o então Senador Assis Chateaubriand, que fazia questão de participar anualmente e trazer pessoas abastadas e políticos para compor a comissão de honra.

Incontáveis autovóveis, ônibus, cavalos congestionavam as ruas de Umbuzeiro. Nos anos 1953, nos conta o Diário de Pernambuco¹¹ que *"uma incalculável multidão compareceu à cidade de Umbuzeiro durante a sua mais tradicional festa sertaneja"*. Os visitantes eram tão numerosos que *"os hotéis [...] não puderam acomodar tanta gente. Desse modo as famílias hospedaram em suas casas grande número de pessoas"*. Um gesto acolhedor que seria marca daquela cidade conhecida por ser hospitaleira. Contudo, não era suficiente para contornar alguns problemas gerados pela presença maciça de visitantes. É o que

constatamos a partir do trecho que segue:

A cidade de 2 mil habitantes e um só hotel acolhe de uma só vez 400 forasteiros. Consequência imediata é o atropelo em acomodar tanta gente. O dono do hotel não sabe tirar partido da situação, afoba-se e o pessoal reclama o tamanho dos pratos, o gosto insosso do feijão, a carne de sol que é só gordura. Também não há mais água para se tomar banho.

Ante tais circunstâncias, nos parece que a cada ano, o festejo parecia superar o número de espectadores e a cidade não conseguia acompanhar satisfatoriamente a demanda e as necessidades daquelas pessoas no que se refere a alimentação e hospedagem. Outro aspecto pertinente é que, já na década de 1940, o evento ultrapassa o público humilde e a gente simples do local, pois, alguns vaqueiros também ostentavam riqueza e certamente, a vaquejada virou um negócio lucrativo, conforme nos indica o Diário de Pernambuco¹²: *Vaqueiros abonados, que vêm de automóvel de praça e mandam seus cavalos com portadores especiais, a pé ou de caminhão. A inscrição custa 100 cruzeiros por cabeça e há mais de 60 com vontade de correr.*

Aos poucos, a festa realizada inicialmente no "meio do mato", vai

ganhando pompa e consequentemente, limitando a presença dos menos favorecidos financeiramente. A entrada naquele espaço passou a ser restrita quando começou-se a cobrar por isso. No entanto, algumas pessoas conseguiam driblar essa situação, conforme nos conta Dona Eurides: *"O povo subia nos muros das casas para ver as vaquejadas. Os meninos botavam escada por dentro do quintal e iam olhar as vaquejadas. [...] Acho que era para não pagar a entrada. Era pago, aí subiam para ver melhor"*. E nessa empreitada, movidos pelo desejo de acompanhar a festança, os vizinhos também se ajudavam, é o que nos relata Dona Mariza: *"Seu Cícero, no tempo da vaquejada, fazia dentro do quintal um poleiro coberto, só pra gente mesmo, o pessoal aqui da rua"*. Isso era possível porque a vaquejada era realizada praticamente na cidade, numa local onde existiam muitas casas ao redor. A partir da imagem que segue, é possível verificarmos a estrutura da vaquejada naquele ano de 1949.



Imagem 5. Acervo da família Soares - 1949

Na estrutura montada, que nos parece adequada e possui um mínimo de conforto, é possível visualizar uma arquibancada feita de madeira, levemente elevada do chão e guarnecida com uma coberta, aparentemente de lona. Os espectadores já não sentiriam o desconforto de ficar com os pés na terra, ou se expor ao sol ou a chuva. Também notamos a existência de um parapeito que separava o público e os protegia do avanço de algum animal. No canto esquerdo da fotografia, numa altura mais elevada que a da arquibancada, há um pequeno palanque, destinado aos convidados de honra e autoridades presentes e equipado com algumas cadeiras para sentar. Noutra extensão daquele espaço, não demonstrada nessa imagem, havia as instalações da Estação Férrea não concluída e já abandonada, a qual, naquelas ocasiões também servia de

arquibancada improvisada por aqueles que buscavam o melhor ângulo.

Dentre os muitos personagens que por Umbuzeiro passaram, curiosos para conhecer a famosa vaquejada, está o célebre fotógrafo francês, Pierre Verger¹³. O qual, viajou os cinco continentes do mundo clicando a diversidade da cultura popular e com esse objetivo, aqui chegou em 1947. Assim, munido com sua câmera fotográfica, captou detalhes das vestimentas dos vaqueiros, congelou em imagem seus movimentos na corrida em busca de derrubar o boi, retratando a coragem e a destreza do homem sertanejo. Sua presença importante naquele evento não passou despercebida. Segundo o Diário de Pernambuco: "*O fotógrafo Verger se mete entre a matutada, bate chapa de gado, de moças que agitam no ar seus braços magros, balançando fitas e laços. Queria registrar tudo que estivesse ao seu alcance. Do outro lado, "o poeta Edson Regis conversa com vaqueiros, toma notas para uma futura reportagem e faz também fotografias com a sua máquina "caixão"*"¹⁴.

Dos caminhos traçados pelos cavaleiros que por Umbuzeiro passaram, resta o lugar onde a vaquejada foi por muito tempo realizada: nas proximidades da atual Rua da Palha, no local onde

atualmente se encontra a Escola Estadual Presidente João Pessoa. O espaço está totalmente modificado, recebeu calçamento e novos moradores. Hoje não sentimos a explosão de emoção de outrora. Não ouvimos mais os hinos do “azul” ou do “encarnado”, os aboios dos vaqueiros,

tampouco o “valeu boi”! Porém, tudo isso está presente na memória dos muitos umbuzeirenses que viveram e se encantaram com aquelas festas, e ainda hoje, nos contam saudosamente sobre as famosas vaquejadas de Umbuzeiro.

¹O Município de Umbuzeiro está localizado no Agreste paraibano. Sua área territorial é de 186,554 Km² e segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE, a população estimada em 2017 é de 9.913 habitantes.

²Entrevista com Eurides Lira, concedida à autora em 04 de outubro de 2013.

³O filme *Sob o céu nordestino* foi produzido entre os anos de 1924 a 1928, sendo Umbuzeiro uma das primeiras cidades a ser filmada. O longa-metragem silencioso, composto por oito partes (sete de caráter documentário e um prólogo-ficção) foi lançado na capital paraibana em maio de 1929, no Cine Rio Branco. Posteriormente, exibido em várias cidades paraibanas, bem como na Bahia e no Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bases.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=ID=005244&format=detailed.pft>. Acesso em 04/06/2014. Vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AuG3r46_vu8. Acesso em 22/04/2018.

⁴Diário de Pernambuco, 11 de setembro de 1949. p. 12.

⁵Conferir Gazeta de Notícias, 04 de novembro de 1941. p. 04.

⁶Diário de Pernambuco, 02 de outubro de 1949, p. 09.

⁷Diário de Pernambuco, 11 de setembro de 1949. p. 12.

⁸Entrevista com Mariza R. da Silva, concedida à autora em 14 de maio de 2014

⁹O Código de Posturas do Município de Umbuzeiro foi instituído pelo Decreto Nº 8, de 15 de março de 1926, conforme autorização constante do § 14, art. 16 da Lei Municipal Nº 31 de 18 de novembro de 1925. Fonte: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHGP.

¹⁰Código de Posturas do Município de Umbuzeiro - 1926, página 82.

¹¹Diário de Pernambuco, 29 de setembro de 1953, p. 09.

¹²Diário de Pernambuco, 21 de setembro de 1947, p. 03

¹³Pierre Edouard Léopold Verger (1902-1996) foi um fotógrafo, etnólogo, antropólogo e pesquisador francês que viveu em Salvador (Bahia). Interessado pela cultura popular, viajou os cinco continentes. Na Paraíba, realizou um trabalho fotográfico de grande importância, baseado no cotidiano e na cultura local, onde voltou seu olhar para a vaquejada de Umbuzeiro em 1947. Algumas dessas fotografias estão disponíveis no site da Fundação Pierre Verger. Disponível em: <http://www.pierreverger.org/br/acervo-foto/fototeca/category/578-umbuzeiro.html> Acesso em 22/04/2014.

¹⁴Diário de Pernambuco, 21 de setembro de 1947, p. 03.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bessanezi (Org.). Fontes históricas. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 155-202.

_____. Manual de História Oral. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ANDRADE, Joel Carlos de Souza et al (Org.). Cultura e Cidades. Campina Grande: EDUFPG, 2009.

BARROS, José D'Assunção. Cidade e História. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRESCIANNI, Maria Stella. História e Historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcus César de (Org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 2010. p. 237-238.

CALVINO, Italo. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). História: novos problemas. Rio de Janeiro: Edições Francisco Alves, 1995, p. 17- 48.

CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História Oral: memória, tempo, identidades. 1ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

FÉLIX, Loiva Otero. História e memória: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: UPF, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.

_____. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

_____. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

KOSSOY, Boris. Fotografia & História. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 2004.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

_____. Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LEAL, Wills. Cinema na Paraíba. Cinema da Paraíba. 2. vol. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 2007.

LIRA, Bertrand de Souza. Fotografia na Paraíba: um inventário dos fotógrafos através do retrato (1850-1950). João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

LOWENTHAL David. Como conhecemos o passado. In: Projeto História. nº 17, Nov. 1998, p. 63-28.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bessanezi (Org.). Fontes históricas. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 111-153.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História, metodologia, memória. São Paulo: Contexto, 2010.

REZENDE, Antônio Paulo. Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década XX. Recife: FUNDARPE, 1997.

SANTAELLA, Lucia; NOTH, Winfried. Imagem: cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Iluminuras, 2001.

TEDESCO, João Carlos. Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.

PRODUÇÃO, COMÉRCIO E CONSUMO DE ALIMENTOS NO CONTEXTO MINEIRO COLONIAL: A COMARCA DO RIO DAS MORTES (SÉCULO XVIII)

Caroline Sauer Gonçalves
Mestranda –UNESP/Assis – São Paulo

Orientador: Prof. Dr. André
Figueiredo Rodrigues

Órgão financiador: CNPq
caroline.sauer@hotmail.com

RESUMO

Sendo a agricultura uma das mais antigas atividades humanas, e sendo esta atividade a maior responsável pela transformação do meio físico e pela alimentação humana estudos que a priorizem como tema se fazem necessários. No Brasil, a agricultura muitas vezes teve papel importante e decisivo, dessa forma, o artigo que aqui se segue mostrará um breve panorama da agricultura em Minas Gerais, bem como do comércio e do consumo desses gêneros, especificamente no século XVIII, na região da Comarca do Rio das Mortes, próspera na produção e no abastecimento de alimentos do referido período.

Palavras-chave: Agricultura,
Alimentação colonial, Comarca do Rio das
Mortes

ABSTRACT

Since agriculture is one of the oldest human activities, and this activity is most responsible for the transformation of the physical environment and for human feeding, studies that prioritize it as a theme are necessary. In Brazil, agriculture has often played an important and decisive role, so the following article will show a brief overview of agriculture in Minas Gerais, as well as trade and consumption of these genera, specifically in the eighteenth century, in the region of Comarca of Rio das Mortes, prosperous in the production and food supply of the mentioned period.

Keywords: Agriculture, Colonial food,
Comarca del Rio das Mortes

INTRODUÇÃO

A agricultura para produção de alimentos é uma das atividades mais antigas do mundo, remonta aos primórdios da história da humanidade, quando se notou que alguns grãos, ao entrarem em contato com a terra, produziam plantas iguais àquelas das quais foram obtidos tais grãos. Através dessa prática se permitiu uma maior oferta de alimentos a essas populações.

A atividade agrícola causa uma transformação no meio físico, ao dar origem, pela primeira vez na história da humanidade, a um excedente da produção de alimentos que possibilita

consumo de produtos da natureza e que faz com que surja uma primeira divisão social do trabalho e um espaço urbano onde se encontram produtores não agrícolas. (MENEZES, 2000, p. 20)

No Brasil, a agricultura sempre foi uma das bases da economia. Desde os primórdios da colonização, temos práticas agrícolas em nosso território, ainda que tímidas e em locais específicos.

Com base nesta informação, o presente artigo vai mostrar um breve panorama da agricultura em Minas Gerais, bem como do comércio e do consumo desses gêneros, especificamente no século XVIII, na região da Comarca do Rio das Mortes, próspera na produção e no abastecimento de alimentos do referido período.

PRÁTICAS AGRÍCOLAS, COMÉRCIO E CONSUMO DE ALIMENTOS EM MINAS GERAIS (SÉCULO XVIII)

Desde o princípio da colonização, a distribuição de terras já visava à ocupação territorial e à produção de bens para comercialização, bem como a manutenção da população através da produção de alimentos. Tal distribuição de terras se deu através

do processo de sesmarias, que ocorre de acordo com o modelo adotado por Portugal desde o século XIV, através da Lei de Sesmarias, de D. Fernando I, com a preocupação de que as terras doadas através deste processo fossem verdadeiramente aproveitadas pelos seus proprietários para produção de alimentos. (MENEZES, 2000, p. 151-153) O processo de concessão de sesmarias foi herdado da metrópole pela colônia. (RODRIGUES, 2002, p. 153-154)

Havia um trabalho contrário a distribuição de sesmarias a pessoas que não iriam fazer daquelas terras propriedades produtivas, uma vez que as sesmarias não produtivas eram redistribuídas, ou seja, aquele senhor que não conseguisse cultivar a terra toda deveria cultivar a parte que conseguisse e ceder a um terceiro a parte que não desse conta de tornar produtiva. Porém, só ter a posse da terra não determinava que o processo de produção de alimentos fosse evoluído. (MENEZES, 2000, p. 151-153)

Nas Minas Gerais do período colonial, apesar das exigências para a concessão de terras, a Coroa portuguesa não conseguiu impedir a formação dos latifúndios durante o processo de doação das sesmarias, de maneira que uma grande extensão de terras foi apropriada para garantir explorações futuras ou como reserva

de valor; fato explicado pelo caráter predatório da agricultura da colônia e pela incapacidade da metrópole em controlar eficazmente essas sesmarias. (RODRIGUES, 2002, p. 153-154)

Ainda assim, em Minas Gerais, a produção agrícola sempre esteve presente, porém, seu auge se deu no século XVIII, em consonância com a mineração. Naquele momento, com a mineração em foco, as atividades agrícolas ficavam em segundo plano, mas já existiam. Não tinham participação na economia local. Foi essa preocupação em centrar esforços na mineração por parte de política portuguesa que acarretou nas diversas crises de abastecimento que assolaram o povo mineiro. (RODRIGUES, 2002, p. 154-161)

Quando observamos a historiografia sobre Minas Gerais colonial, nota-se certa tendência a mostrar a atividade mineratória do período como sendo a única fonte econômica da colônia. Esse fato faz com que se deixem de lado áreas importantes da economia colonial, como a agricultura, que desde a ocupação do território mineiro estava presente de forma determinante. O que fez com que isso acontecesse foi a presença de uma forte visão mercantilista de colônia por parte de muitos historiadores. (GUIMARÃES; REIS, 2007, v. 1, p. 321)

Ao contrário do que se pensava até então, a agricultura esteve em uma estreita conexão com a mineração, porém não tinha a mesma importância. (MENEZES, 2000, p. 19-32) As atividades agropastoris daquele momento eram pobres e inexpressivas, voltadas apenas para o autoconsumo. (GUIMARÃES; REIS, 2007, v. 1, p. 323-324)

Dessa forma, durante a primeira metade do século XVIII, período em que a produção aurífera aumentava e começava a atingir seu auge, a agricultura ficou renegada, e as atividades agropastoris eram inexpressivas e voltadas apenas para o autoconsumo. Esse fato deixa claro que a capitania não era dotada de mercado interno dinâmico. As atividades agropastoris só ganhariam destaque a partir da segunda metade do Setecentos, se apresentando como uma solução para a crise da mineração, que acabou por só ser superada de fato com o advento da cafeicultura, no final do século XIX. (GUIMARÃES; REIS, 2007, v. 1, p. 321-334)

A historiografia utiliza como motivos para a agricultura não ser uma atividade expressiva naquele momento o fato de que nenhuma atividade econômica poderia competir com a mineração e, também, afirma que as terras daqueles locais eram estéreis e impróprias para cultivo, o

que de forma alguma pode ser tido como realidade, por conta de que existiam muitas terras férteis para o plantio. Também houve um intenso incentivo, por parte da Coroa, para a produção de pedras e metais preciosos, desestimulando qualquer outra atividade, inclusive a agrícola. (GUIMARÃES; REIS, 2007, v. 1, p. 321-334)

Houve, então, uma necessidade de aumento da produção de alimentos em Minas, necessidade esta que fez com que se desenvolvesse um mercado de terras extremamente rentável. As unidades mineratórias, que diminuíram, mas não acabaram, procuravam fazendas próximas para lhes suprirem a necessidade de alimentos e, por conta disto, essas fazendas produtoras se consolidaram. (MENEZES, 2000, p. 38-39)

A mineração definiu a maneira de ocupação da capitania, de forma que a sociedade mineira se consolidou rapidamente nesse período. Assim, se formava um excelente mercado consumidor que demandava por uma variedade de produtos, dos mais básicos aos mais luxuosos, vindos de toda parte do Brasil e até mesmo importados. Nem todas as pessoas que chegaram nesse território tinham interesse na ¹ mineração. Muitos se dedicaram a outras atividades econômicas tão ou até mais lucrativas

que a mineração e essenciais para a manutenção da mineração. Em muitos casos a agricultura e a pecuária foram os escolhidos. (GUIMARÃES; REIS, 2007, v. 1, p. 321-334)

A agricultura de alimentos de Minas Gerais foi alternativa fundamental para o século XVIII, sendo a responsável pela ascensão econômica e social dos homens daquele período. (MENEZES, 2000, p. 342)

Importante nota sobre a agricultura na capitania de Minas Gerais foi escrita por Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, que a apresentou como sendo vasta, porém atrasada. Segundo ele, a área destinada à agricultura se reduzia ao plantio de grãos ordinários, como o milho, o feijão, o arroz e, de forma rara, o trigo. O centeio e a cevada também aparecem, mas em quantidade irrelevante, assim como o algodão. O uso de maquinário também é raro, como o arado, praticamente desconhecido. Ele ressalta que não havia outro modo de cultivo senão o de derrubar, roçar e queimar o mato para depois efetuar o plantio de grãos. Observa, também, a quase inexistência de gado, já que não se criam animais em grande quantidade, sendo raras as propriedades que praticam a criação de animais. (VASCONCELOS, 1994, p. 143)

Durante o século XVIII, os proprietários de terra que surgiram praticaram a policultura, ou seja, cultivaram diversos tipos de produtos ao mesmo tempo, ao contrário da monocultura açucareira das capitanias nordestinas. Raras eram as fazendas que praticavam agricultura com plantio de gêneros exclusivos. A preferência por esse tipo de agricultura acontecia por conta da necessidade de desenvolvimento de um mercado interno para abastecimento. Esses proprietários optaram por essa agricultura diversificada e a criação de animais, além de ser para atender as necessidades internas, também com interesse de comércio externo. (POLLIG, 2012, p. 76-143)

Esses empreendimentos agrícolas produziam os gêneros base da alimentação mineira, que supriam as necessidades das diversas classes sociais da Capitania, uma vez que essa base se repetia em todas as casas, o que era responsável pela diferenciação entre a mesa do mais pobre e a mesa do mais ricos eram itens adquiridos em vendas ou lojas e até mesmo importados.

A produção que mais se sobressaiu, indubitavelmente, era a do milho: produto alimentar mais consumido por todas as esferas da população, inclusive para a alimentação dos animais. (MENEZES,

2000, p. 111) Existia também a produção de cana de açúcar, dedicada especialmente para fabrico da cachaça, da rapadura, do melado e da garapa, uma vez que o fabrico de açúcar era muito dispendioso. Seguida pela cultura da mandioca. (RODRIGUES, 2002, p. 117)

De acordo com o memorialista José João Teixeira Coelho, na Capitania de Minas Gerais,

O terreno é quase todo montanhoso, cheio de matos, cortado de muitos rios e fértil em milho, feijão, trigo, centeio, arroz e hortaliças boas de todas as qualidades, de forma que, nos anos abundantes, se vende em algumas roças o alqueire de milho, que tem dois do de Lisboa, a setenta e cinco réis. (COELHO, 2007, p. 59)

Ele observa também que a referida Capitania

Produz muitos ananases, bananas, e outras frutas da terra, muita e excelente fruta de espinho e alguns melões, melancias, pêssegos, figos, ameixas, maçãs e uvas. É abundantíssima em carnes de porco e de vaca, baratas[...] Tem muita caça de perdizes da terra, de codornizes, de veados pequenos, de antas, tigres, onças, porcos-do-mato de duas qualidades, de tamanduás, pacas e outros animais, e ultimamente tem infinitas espécies de aves da terra e água. (COELHO, 2007, p. 59)

Mandioca e milho eram indispensáveis à alimentação mineira, portanto eram amplamente cultivados. A mandioca se cultiva em

três espécies diversas. A primeira se conhecia por mandioca brava, sendo esta um veneno para aquele que a comesse sem que se extraísse a substância mortífera. Depois temos duas variedades de mandioca conhecidas por mansas, a branca e a vermelha. A vermelha deve ser consumida com cautela, pois também se acredita que pudesse fazer mal, e a branca, a mais comum de todas, pode ser livremente consumida. É da branca que se procede a farinha de mandioca, também conhecida como farinha de pau. (CÓDICE Costa Matoso, 1999, p. 778-779; 785)

O milho era extremamente versátil, por isso era amplamente produzido. Servia desde alimentação para as criações de animais quanto para sustento das pessoas. Com o milho se fazia uma grande diversidade de produtos. Moía-se para que se tornasse fubá, e com o fubá se preparava o angu, que era indispensável. Quando verde era consumido assado na espiga e quando esmagado liberava um leite que era usado para fazer uma espécie de manjar branco muito substancial. Do bagaço que sobrava eram feitos bolos assados nas folhas da palha que chamavam de pamonhas. Quando está seco produz farinha, torrada ou não. Da torrada se faz o cuscuz, e com os grãos inteiros a canjica, grossa ou fina. E se misturar a farinha com

melado de cana e amendoim faz-se doces como os pés de moleque. (CÓDICE Costa Matoso, 1999, p. 785)

Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, em sua *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais*, também mostra um pouco do que se produzia em Minas Gerais naquele momento, especialmente na Comarca do Rio das Mortes. De acordo com ele, a agricultura daquela região

se reduz à planta dos grãos ordinários, o milho, o feijão e o arroz; a do trigo é rara [...] não dava na maior parte das terras das gerais. O centeio e a cevada e outros grãos acham-se em desprezo. E o algodão [...] corre à sorte dos outros ramos da agricultura. (VASCONCELOS, 1994, P. 143)

Ele também explora o uso das ferramentas na agricultura, observando que "O uso do arado é quase desconhecido, [...] derrubar, roçar e queimar os matos para depois plantar os grãos." (VASCONCELOS, 1994, p. 143)

A criação de animais também existe, mas há pouca tradição mineira na criação de animais, quando afirma que "criar não é também à proporção prodigiosa de campos, alguns existem em que se não se enxerga uma só cabeça de gado, e raras são as que aparecem na maior parte dos outros." (VASCONCELOS, 1994, p. 143)

Em sua passagem pelo Capitania de Minas Gerais, Auguste de Saint-Hilaire observou que a referida província não apenas

é rica por seus diamantes e pedras preciosas, minas de ouro, ferro, chumbo, etc., como também pelas suas gordas pastagens, belas florestas e fértil território [...] que pode produzir a videira, a cana-de-açúcar e o café; o cânhamo e o algodão; a mandioca, o trigo e o centeio; mangas, pêssegos, figos e bananas. (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 46)

De acordo com Saint-Hilaire, a agricultura já é pode ser vista sendo praticada dentro das casas, nos quintais, uma vez que ele afirma que “a maioria das casas possui um pequeno jardim [...]” onde era possível encontrar “belos cachos de uva, pessegueiros cobertos de frutos [...], belíssimos legumes e, entre outros, batatas.” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 62)

Ele ainda reitera que a agricultura daquele período, no referido território, é feita de maneira rudimentar, uma vez que, o agricultor, “após fazer sete ou oito colheitas em um campo, e às vezes menos, ele o abandona e queima outras matas, que em breve tem a mesma sorte das precedentes.” (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 91) Ele, inclusive, chega a sugerir aos agricultores com quem tem contato uma reforma no método empregado, o uso do arado e de fertilizantes, para

que não precisassem mais proceder daquela maneira e colhessem abundantemente por muitos anos. (SAINT-HILAIRE, 2000, p.92)

Na província de Minas Gerais, a produção agrícola que mais se pratica, nas observações de Saint-Hilaire, é a do milho, do feijão, da cana-de-açúcar e do arroz. Segundo ele, o milho e o feijão são plantados quase que simultaneamente, para que a colheita coincida e aconteça junto. O milho é colhido e debulhado, por vezes à mão ou no batedor, para depois ser usado como alimento, tanto para homens quanto para animais. (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 107)

Na parte oriental da Província de Minas cultivam-se duas espécies de arroz, uma branca e outra vermelha, as quais, apresentam a grande vantagem de não carecerem de terrenos inundados. O arroz que se planta muitas vezes no mesmo campo que o milho; mas não dá-se em primeiro lugar certo tratamento a terra, e das duas espécies de grãos é o arroz que se semeia em primeiro lugar.

A cana-de-açúcar, que, dizem, esgota muito a terra, dá mal na encosta dos morros; desenvolve-se melhor nos terrenos planos e um pouco úmidos; e observou-se que ela é menos doce quando nasce em queimada de mata virgem do que quando é plantada na de capoeiras. Antes de se fazer uma plantação de cana, cavam-se longas valas de palmo e meio de profundidade, e deixa-se entre

elas uma distância de dois ou três palmos. Nessas valas colocam-se, acerca de dois palmos e meio umas das outras, pedaços de cana com dois ou três nós ou mais, e, em seguida, cobrem-se as estacas com terra. Ao cabo de quinze, a dezoito meses a cana já está em condições de ser colhida; mas é necessário que, durante esse intervalo, a terra tenha sido sachada quatro ou cinco vezes. (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 107)

Waldemar de Almeida Barbosa, em *A decadência das minas e a fuga da mineração*, afirma que a mandioca, o milho, o feijão, os legumes, o arroz, as frutas, o trigo e as verduras eram cultivados no território mineiro. De acordo com ele, a mandioca era o primeiro produto a ser plantado em qualquer território, de forma que "O sesmeiro que se estabelecia, tinha, como preocupação inicial, depois de feito o rancho, plantar algumas ramas de mandioca. Podia faltar tudo, no início; mas o pão da terra estava garantido para a família e para as criações. Da mesma forma procedia o pequeno sitiante." (BARBOSA, 1971, p.216)

Ele justifica a grande predileção pela mandioca por esta ser um produto de cultivo simples, fácil e por ser utilíssima das mais diferentes formas e por ser consumida por todas as camadas da população, desde os escravos até os membros da Coroa. (BARBOSA, 1971, p.218-220)

O milho também foi elencado por ele como produto cultivado na capitania de Minas Gerais. Esse produto era predileto por conta de sua grande utilidade. Ele alimentava desde os animais até os senhores e era "indispensável para todos os sesmeiros que se estabeleciam no sertão." (BARBOSA, 1971, p.221)

As frutas também foram cultivadas, mas na maioria das vezes, as mais utilizadas eram aquelas que nasceram espontaneamente e já estavam lá quando os sesmeiros se estabeleceram. (BARBOSA, 1971, p. 224)

Naquele território "era comum a cultura do feijão, dos legumes, do arroz." (BARBOSA, 1971, p. 225) Barbosa observa também que "O trigo chegou a ser produzido, em Minas, em quantidade apreciável, e houve até exportação." (BARBOSA, 1971, p. 231)

Ele observa também que "cada casa de morada tinha obrigatoriamente sua horta. Nem sempre era bem cuidada. Mas era um complemento indispensável da casa." (BARBOSA, 1971, p. 232) Segundo ele, "Essa agricultura de subsistência ainda é a mais rotineira possível. Empregam-se os mesmos processos usados pelos primeiros colonos e que estes aprenderam com os indígenas." (BARBOSA, 1971, p. 234)

Ele afirma também que “Onde primeiro se intensificou a agricultura em Minas, foi na Comarca do Rio das Mortes.” (BARBOSA, 1971, p. 235), área a qual este trabalho se dedica, e que,

Aos poucos, foram os mineiros abandonando as minas exauridas, obtendo sesmarias e dedicando-se à agricultura e à criação de gado. Foram tremendas as dificuldades iniciais dos primeiros povoadores. Em primeiro lugar [...] era o próprio govêrno que encarava essas novas atividades com certa hostilidade, pois se a idéia predominante era aumentar a produção do ouro, e, com isto, a arrecadação do quinto, os homens da administração viam, nos escravos que acompanhavam seus senhores, para o trabalho das fazendas, apenas os braços que eram desviados da extração. (BARBOSA, 1971, p. 237)

A agricultura de alimentos se tornou a atividade econômica principal, depois da mineração e do comércio no período colonial. Ela foi um fator importante para a ascensão de homens livres e brancos, foi a atividade que proporcionou a sobrevivência para escravos forros, e até mesmo que ajudaram muitos escravos a adquirir sua liberdade. (MENEZES, 2000, p. 177-178)

A produção agrícola começou a alcançar um novo patamar e começaram a surgir as grandes fazendas com todo esse volume de produção o excedente começou a

aparecer e o comércio entre as comarcas e entre as capitanias começa a ser necessário. As práticas comerciais começaram a acontecer. O comércio veio exercer um papel fundamental na consolidação das comarcas. (RESENDE, 2009, p. 121-143)

Há que se observar também que mesmo que o caráter da agricultura estivesse ligado à produção mercantil, essa ligação não se deu de forma automática. A produção, mesmo baseada em mão de obra escrava, ainda era direcionada ao consumo interno, de forma que o objetivo principal da atividade agropecuária era o sustento de seus proprietários e escravos, para que estes pudessem trabalhar na mineração. Assim, as atividades agropastoris eram fundamentais para a manutenção dos centros mineradores. (GUIMARÃES; REIS, 2007, v. 1, p. 327-328)

Quanto ao abastecimento das Minas setecentistas, pode-se afirmar que o reforço de sustentação da atividade mineratória se deu através de uma produção interna desenvolvida por diferentes tipos de unidades produtoras e, também, por uma relativa atividade comercial. (GUIMARÃES; REIS, 2007, v. 1, p. 328-331)

O comércio em Minas Gerais colonial acontecia desde os tempos da

mineração. Com o aumento significativo da população, tal território se tornou um mercado consumidor atraente para todo tipo de comércio, em estabelecimentos fixos ou não. (FURTADO, 2006, p.197)

A primeira forma de comércio que surgiu naquele território foi estabelecida ao longo dos caminhos. Em toda sua extensão circulavam pessoas intensamente, entrando e saindo da capitania de Minas Gerais, formando, assim, um mercado rentável para o comércio dos produtos agropastoris. (MAGALHÃES, 2004, p. 57)

Com o aumento da população e do fluxo de pessoas que passavam pela capitania, o comércio foi se intensificando, principalmente porque "os mineiros possuíam em suas mãos um equivalente universal de troca" (FURTADO, 2006, p. 198), que era o ouro.

Essa presença maciça do ouro como moeda de troca para as mercadorias fez com que o comércio mineiro colonial gerasse bastante lucro, uma vez que envolvia grandes somas de dinheiro. Os preços praticados eram extremamente altos, principalmente por conta da distância das outras capitanias e da dificuldade no transporte dos produtos, além dos altos impostos cobrados pela Coroa. (FURTADO, 2006, p.198-199)

A alta lucratividade do comércio estabelecido nas Minas fez surgirem as redes de abastecimento, responsáveis pela entrada de diversos produtos, desde aqueles de primeira necessidade², até mesmo os de luxo³. Parte desses produtos vinha da metrópole e chegavam através do porto do Rio de Janeiro e de São Paulo e, por via terrestre, no lombo de burros, chegavam às Minas Gerais. (FURTADO, 2006, p. 199)

O agente responsável pelo transporte dessas mercadorias até a capitania era o tropeiro. Ele "era uma figura móvel que aos poucos foi adquirindo traços nítidos e característicos. Transformou-se em personalidade típica de nossa sociedade colonial [...]". (ZEMELLA, 1951, p. 141) O tropeiro comprava em outras vilas, especialmente as do litoral, gêneros alimentícios, fazendas e utensílios de diferentes tipos e levava até o interior, ganhando uma porcentagem sobre as vendas, que eram exorbitantes, tornando seu trabalho extremamente caro e seus produtos extremamente valorizados. (ZEMELLA, 1951, p. 141)

Além da rede de comércio externa, "desde cedo se formou nas Minas uma rede de abastecimento interna, baseada, principalmente, na agricultura de alimentos, pecuária, engenhos de cana e aguardente." (FURTADO, 2006, p. 200).

A principal forma de comércio interno na capitania de Minas Gerais eram as vendas e as lojas. De acordo com Mafalda Zemella, o que distinguia essas duas categorias de comércio era o fato de que nas lojas se vendiam apenas os produtos considerados "secos" ⁴ e nas vendas se encontravam os "molhados" ⁵. (ZEMELLA, 1951, p. 163)

Esses estabelecimentos rapidamente se expandiram. Surgiram outras formas de comércio. Juntamente com as lojas e vendas, surgiram as boticas, onde eram comercializados os medicamentos, e que, normalmente, eram mantidas por padres, que além de vender os remédios, também medicavam os doentes que os procurassem. (ZEMELLA, 1951, p. 163)

Havia também as formas de comércio consideradas informais, mantidas por mascates volantes e negras de tabuleiro. Esses comerciantes eram classificados como nocivos e indesejáveis e comparados aos vadios e mendigos. Assim também eram tratadas as negras de tabuleiro. (ZEMELLA, 1951, p. 165) Inclusive,

com relação às negras de tabuleiro, que iam até as áreas de mineração vender comestíveis e bebidas aos negros que lá mineravam, a política das autoridades foi a de proibir esse tipo de comércio. As negras de

tabuleiro eram acusadas de ser a causa principal dos desvios de ouro e diamantes, de provocar conflitos e desordens e de causar danos físicos a escravaria, visto que, além de gastarem os jornais que deviam aos seus senhores, os escravos costumavam se embriagar[...] (SILVA, 2007, p. 369)

O comércio fixo, representado pelas lojas, vendas e boticas, era mais facilmente controlável, principalmente porque pertenciam a brancos de alto poder aquisitivo que tinham interesse em manter seus estabelecimentos funcionando. Já o comércio ambulante, representado pelos mascates e negras de tabuleiro, que eram vistos com desprezo pela Coroa e pela sociedade, foi muito perseguido, e incontáveis tentativas foram empreendidas para colocar fim a este tipo de negócio. (FURTADO, 2006, p. 203)

A primeira deliberação imposta pela Coroa foi a obrigação de uma inscrição que cada proprietário de loja, venda ou botica efetuava para obter autorização para comercializar nos núcleos urbanos. A segunda medida foi a exigência colocada pelas câmaras para fiscalização de todo sistema de pesos e medidas usados nesses comércios, (FURTADO, 2006, p. 204) prejudicando os mascates e as negras de tabuleiro que não conseguiam nem efetuar tal inscrição e também não tinham padrão em seus

pesos e medidas para a venda de produtos.

O órgão responsabilizado pela Coroa para fiscalizar e normatizar o comércio de gêneros eram as câmaras das vilas, que publicavam editais para regimentar as vendas e não economizavam nas averiguações de que as normas estavam ou não sendo seguidas. (SILVA, 2007, p. 359)

A intenção das câmaras ao normatizar o comércio da carne e dos gêneros de primeira necessidade ⁶ foi freqüente por todo o século XVII, e isso facilitou o acesso dos mais pobres aos mesmos gêneros, e aos cortes de carne mais baratos, como os miúdos. (SILVA, 2007, p. 363-364)

Havia, também, comerciantes que dependiam de caixeiros para fazer seus negócios, uma vez que muitos não sabiam ler nem escrever. O caixeiro deveria ser de inteira confiança do senhor, representando seus interesses quando de sua ausência. (FURTADO, 2006, p. 251-252)

Dessa forma,

as práticas comerciais nas Minas setecentistas, a partir do momento em que foram criados os primeiros centros administrativos, passaram a ser regulamentadas, sobretudo aquelas que tinham como mercadorias os gêneros essenciais de subsistência. [...] todas as medidas de fiscalização e controle do comércio de víveres na Capitania não poderiam, sozinhas, garantir a conservação dos

caminhos que ligavam os núcleos produtivos aos diversos mercados consumidores. (SILVA, 2007, p. 366)

Assim, podemos notar que em primeiro momento as Minas foram em grande parte abastecidas por capitâneas vizinhas, e somente com a crise da mineração teria surgido uma agricultura capaz de reverter o processo e então o referido território teria se tornado autossuficiente, até mesmo exportando produtos.

Então, podemos concluir que as atividades agropastoris foram uma constante no território, estando presente em todos os momentos a produção de alimentos para o seu autoconsumo, constituindo a base da economia mineira, fazendo surgir toda uma dinâmica comercial naquele território e se intensificando após o declínio da mineração.

A partir desse advento agrícola e conseqüentemente comercial que acontecia em Minas Gerais, não há como não prestar atenção na alimentação que era praticada nesse local.

Para se chegar ao território da capitania de Minas Gerais existiam três caminhos. O primeiro, o mais antigo vinha da Bahia, de forma que grande parte dele acompanhava o rio São Francisco. Como tinha uma geografia facilitadora, uma vez que era aberto, confortável de se utilizar,

se tornou alvo de restrições das autoridades. O segundo caminho, o chamado "Caminho Velho", ligava a capitania à vila de Santos, passando pelo sul, gastando cerca de sessenta dias de viagem. O terceiro e mais importante para este ensaio é o "Caminho Novo". Inaugurado em 1701/1702, ligava o Rio de Janeiro às Minas, passando pela Zona da Mata mineira, e por ele a viagem levava quarenta e cinco dias, tornando-o o mais utilizado a partir de então. (GUIMARÃES; REIS, 2007, v. 1, p. 325-326)

Através desses caminhos, especialmente do Caminho Novo, que a capitania das Minas recebia pessoas vindas de todas as regiões com interesses mineratórios, bem como mantimentos e produtos necessários que a capitania por si só não produzia. No período da mineração, havia uma dependência da referida capitania em relação às demais, e até mesmo à metrópole no que se referia ao fornecimento de gêneros alimentícios básicos. Até este momento tais gêneros vinham de outras regiões através dos caminhos já mencionados. (ABDALA, 2007, p. 68-69)

Mesmo após sua abertura e a instalação da ideia de que ele viria para facilitar, não foi isso que aconteceu. Atravessar o Caminho Novo ainda era difícil, principalmente

pela forma como era efetuada essa travessia, de forma que o caminho era íngreme e não era possível ainda fazer essa travessia a cavalo, o que fazia com que a viagem ainda durasse tempo considerável. (POLLIG, 2012, p. 76-143) Ainda assim, mesmo com essas dificuldades, o tempo de viagem diminuiu consideravelmente, tendo antes cerca de três meses agora diminuídos em quinze dias.

Durante o ápice da mineração, o Caminho Novo funcionou muito como trajeto para o escoamento do ouro e dos metais preciosos até o Rio de Janeiro, de onde seguiria para Portugal. Por esse motivo, surgiram alguns assentamentos de pessoas em pequenos sítios e arraiais, de forma que seus ocupantes são considerados moradores dessa estrada. (SCARATO, 2011/2012, p. 535-552)

Com o declínio da mineração houve um aumento no interesse pela montagem de empresas agrícolas nessa região, de forma que o Caminho Novo passou a ser o principal canal de abertura das fronteiras de Minas. (RESENDE, 2009, p. 121-143) Em suas proximidades, a concessão de sesmarias começou a aumentar, de forma que ter empresas agrícolas nessas margens garantia, inicialmente, a subsistência daqueles que por ali passavam, e essa distribuição de terras foi a forma encontrada pela Coroa para manter os

privilégios da antiga elite mineradora, dando a essas pessoas terras com grande potencial agrícola.

Através desses caminhos que a capitania das Minas recebia pessoas vindas de todas as regiões, principalmente da capitania do Rio de Janeiro, com interesses mineratórios, bem como mantimentos e produtos necessários que a capitania por si só não produzia. Através dessa estrada temos também a entrada de escravos. (ABDALA, 2007, p. 94)

O Caminho Novo se tornou um importante ponto de referência para a colônia. A grande mobilidade de pessoas com interesses auríferos promoveu uma grande fixação de pessoas ao redor do referido caminho, mesmo depois da queda da mineração. Assim, se construiu uma nova região, onde as pessoas que lá se instalaram começaram a produzir alimentos essenciais para sua sobrevivência, desenvolvendo um cultivo agrícola e a criação de animais. (POLLIG, 2012, p. 76-143)

Ao longo do Caminho se estabeleceu a agricultura, a pecuária, e certo comércio de alimentos. A lucratividade promovida por este comércio surgido devido à escassez de alimentos na capitania fez com que o interesse em terras aumentasse, de forma que foi se formando uma elite agrária que viria a coadunar com a elite mineradora já existente. Com o

aumento desse interesse por terras chega-se a conclusão de que o interesse pelo ouro não foi o único fator de estímulo para o povoamento do Caminho Novo. A falta de alimentos para suprir o aumento populacional fez com que o interesse em investir em atividades, naquele momento, periféricas aumentasse. (POLLIG, 2012, p. 76-143)

Somente na primeira metade do século XVIII é que o problema referente ao abastecimento foi solucionado e os fornecimentos de mantimentos se organizaram. Assim, nada mais faltou e até mesmo o supérfluo chegou até as Minas. (ZEMELLA, 1990, p. 205)

Minas Gerais começou a conseguir suprir de forma melhor suas necessidades nutricionais. Apareceram, nesse momento, com maior frequência, hortas e pomares dentro das casas, tanto as grandes quanto as mais humildes, fazendo com que uma culinária mineira bem específica se formasse, sendo composta por vegetais dos mais diversos tipos de vegetais, carnes e cereais. Exemplos desses gêneros são: quiabo, arroz, feijão, angu, couve, frango, porco, entre outras. (TORRES, 2016, p. 14)

Assim, Minas Gerais formou uma alimentação peculiar e cheia de especificidades que perdura até os

dias atuais. De acordo com Daniela Raposo,

Minas Gerais tem o seu melhor retrato na sua população e na sua culinária. A imagem de um grande fogão à lenha com grandes panelas e tachos fumegando e exalando uma mistura deliciosa de cheiros inconfundíveis, para qualquer pessoa que já tenha experimentado a culinária mineira, é sem dúvida uma das mais belas paisagens mineiras. (TORRES, 2016, p. 2)

Nesse momento, começamos a perceber uma constante na alimentação básica dos mineiros. Parte-se do princípio de que a alimentação colonial do mineiro era bastante simples, marcada pela privação de gêneros de subsistência, caracterizada pela baixa quantidade de proteínas e pelo consumo de milho e mandioca nos períodos de maior dificuldade econômica, o que acabou por se constituir no principal sustento daquela população. (FRIEIRO, 1966, p. 53-60)

Para conhecer a cozinha mineira podem-se tomar dois caminhos, àquela praticada nas fazendas e a dos tropeiros. Aqui, tomaremos apenas a alimentação das fazendas e da população das vilas mineiras. Sabemos que a fazenda, para Minas Gerais colonial, se tornou o centro daquele universo material, social e cultural, com uma relativa

diversificação da produção. A cozinha dessas fazendas era um dos principais cenários da vida cotidiana mineira colonial, era normalmente o maior cômodo da casa, com utensílios em demasia e tudo feito com muito esmero. Na cozinha acontecia toda a intimidade da casa. Era ela que acolhia os visitantes, que recebia e era a responsável por toda a dinâmica das relações da casa e estendia-se além dela. (DUTRA, 2015, p. 1-3)

A alimentação do mineiro das fazendas e das cidades era baseada no consumo de pratos suculentos, com muito caldo e molho. O angu, a couve e o feijão são pratos indispensáveis, as carnes são, na maioria das vezes, ensopadas e com vegetais como couve e quiabo. De acordo com Frieiro, as famílias um pouco mais abastadas não permitiriam faltar o feijão, o angu, a farofa ou farinha de mandioca ou de milho, o arroz, o lombo de porco, os torresmos, a linguiça, a galinha e a couve. (FRIEIRO, 1966, p. 53-60)

O suíno era a proteína central da alimentação mineira, apareceu como alternativa para a carne bovina que era escassa. Ela tinha a predileção dos mineiros por conta de ser um animal aproveitável como um todo. Aproveitava-se desde a banha do animal para cozinhar e conservar carnes, para fazer o torresmo. Usava-se também o mocotó para geleia, o

sangue para o chouriço, as tripas para as linguças e a pele, que ia ao feijão ou era frita. Os pés, rabo, focinho, orelhas eram colocados no feijão. A preferência por esta carne era muito evidente nesse território. Não havia a mesma predileção pela bovina, que para eles não se prestava tal qual a do porco, e mesmo o seu sabor não era apreciado como era a carne suína. Ainda havia a presença das galinhas nos quintais, mais que também não eram tão apreciadas. (ABDALA, 2007, p. 72)

A produção nos quintais era composta de milho, mandioca, couve, frutas diversas, abóbora e batata-doce. Os demais gêneros necessários eram adquiridos de outras capitânicas ou até mesmo da metrópole. Os pratos servidos no dia a dia eram simples, caracterizados pela rusticidade dos produtos que saía de seus próprios quintais e roças. (ABDALA, 2007, p. 72-73)

Nas casas comuns, diariamente, a economia dos tempos difíceis implicava o aproveitamento completo do alimento. Apareceram os alimentos cozidos e o aproveitamento integral dos mesmos. Tudo de aproveitava, inclusive as sobras, que se não serviam ao homem eram usadas de alimentação para os animais domésticos. As farofas e as sopas eram exemplos claros desse aproveitamento, compondo o

cardápio mineiro até os dias atuais. O prato conhecido como "mexido" nada mais é do que a mistura das sobras, consumido pela manhã antes da saída para o trabalho, ou no jantar, tornando habitual para quem viveu em tempos de crise, e até hoje perdura nas fazendas e no interior de Minas Gerais. (ABDALA, 2007, p. 77)

Quando os rebanhos bovinos começam a crescer a carne acaba por não ser a principal atração, mas sim o leite. Criou-se em Minas a maior indústria de queijos, tornando o queijo mineiro o mais famoso do Brasil. Havia predileção também por peixes, ainda que em pouca quantidade. Os doces também marcaram forte presença no território. O doce de leite e as geleias e compotas eram as favoritas. (FRIEIRO, 1966, p. 170-171)

Assim, podemos observar que,

as respostas e soluções mineiras dadas às necessidades de sobrevivência, geraram usos pessoais e familiares, que, aos poucos, em banho-maria, se transformaram em hábitos locais, que, cozidos em fogo brando, generalizaram-se como costumes regionais, até que pipocaram como torresmos em gordura quente, formando [...] tradições culturais. (ROCHA, 2007, p. 78-93)

Assim, ao final dos anos setecentistas a agricultura já estava tão desenvolvida que conseguia não só abastecer toda a capitania das Minas como, também, exportar o excedente. (ZEMELLA, 1990, p.219) E ainda observou-se o aparecimento de novas atividades econômicas no território, como indústrias extrativas, manufaturas e pecuária.

A mesa mineira era, e possivelmente ainda é, composta pelos mesmos itens, com pouca variação, sendo amplo o consumo de feijão, angu, farinha de milho e de mandioca, arroz, lombo de porco, linguiça, carne de boi seca, galinha e couve. O feijão pode ser chamado de “pai de todos”, pois ocupa sempre o primeiro lugar em consumo, em todas as suas variedades. É seguido pelo consumo do angu e do torresmo. Combina-se o feijão com o arroz e não se pode deixar faltar a couve. Feijão com farinha e angu e couve, eis o cardápio básico do mineiro. (ROCHA, 2007, p. 78-93)

A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA COMARCA DO RIO DAS MORTES (SÉCULO XVIII)

Todas as comarcas de Minas Gerais viviam mais ou menos da mesma forma, com agricultura e comércio simples. A mais fértil e

rentável delas era a Comarca do Rio das Mortes, pois foi esta a que menos sofreu com as crises alimentares, uma vez que era, há muito tempo, a região produtora de alimentos que ajudava a sustentar as demais comarcas de Minas. (MENEZES, 2000, p. 44)

A Comarca do Rio das Mortes se configura uma das três primeiras comarcas de Minas Gerais, tendo como território principal a vila de São João del-Rei e sendo a segunda mais populosa da capitania. No Setecentos ela se tornou a segunda mais populosa da Capitania e foi valorizada pela sua alta atividade agropastoril. Ela estava no centro da rede de caminhos que se formou para chegar às Minas Gerais, ligando-se a São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Ao longo desses caminhos se formaram muitas vilas, freguesias e arraiais, dos quais destacamos São João del-Rei, São José del-Rei (atual Tiradentes). Tamanduá, Barbacena, Queluz (atual Conselheiro Lafaiete), Jacuí, Baependi, Ibitipoca e Tripuí.⁷

Desde o início do povoamento de Minas Gerais, portanto, a área da Comarca Rio das Mortes apresentou-se como local abastecedor de alimentos. Sua produção – próspera e autossuficiente – abrangia a cana-de-açúcar, o cultivo variado de legumes, frutas e verduras e a criação de gado. (RODRIGUES, 2010, p. 85-123; PINTO, 2010, p. 51-54)

Ela ocupava papel de destaque na produção agropastoril do século XVIII, sendo próspera, auto-suficiente e cumprindo até mesmo papel de abastecedora da corte quando da instalação da família real em terras brasileiras. (PINTO, 2010, p. 51)

Na Comarca do Rio das Mortes não houve problemas tampouco sofrimento com a decadência da mineração, então essa região agricultora se viu com possibilidades maiores, entre elas a possibilidade de abastecer a capitania do Rio de Janeiro e ampliando cada vez mais esse mercado agrícola emergente. (RODRIGUES, 2002, p. 115)

Assim sendo, ela se destacou como um importante centro abastecedor de gêneros alimentícios e vinha ocupando um papel de destaque na produção agropastoril na segunda metade do século XVIII, se tornando uma das regiões mais prósperas economicamente da colônia e sendo a responsável pelo abastecimento da Corte na primeira metade do século XIX. (PINTO, 2010, p. 53)

Na *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais* nota-se referências a comarca, onde se observa que

A Comarca do Rio das Mortes é mais vistosa e a mais abundante de toda a capitania em produção de grãos, hortaliças e frutos

ordinários do país, de forma que, além da própria sustentação, prove a toda a capitania de queijos, gados, carnes de porco etc. Esta comarca é habitada por oitenta e duas mil, setecentas [e] oitenta e uma almas católicas, por cálculo feito em 1776, e tem as vilas seguintes: a vila de São João del Rei e a vila de São José do Rio das Mortes. (COELHO, 2009, p.79)

A importância econômica deste território já havia sido observada por um viajante francês, Auguste de Saint-Hilaire. Ele foi o viajante que passou mais tempo andando pelas terras da Capitania de Minas Gerais, e quando visitou a Comarca do Rio das Mortes ele registrou que "A Comarca do Rio das Mortes compreende cerca de 200.000 almas, sendo, por conseguinte, a mais populosa das [...] que formam a Província de Minas Gerais [...] apesar de ser inferior em extensão [...]" (SAINT-HILAIRE, 2000, p.114)

Ainda na obra de Saint-Hilaire, temos descrições sobre a Comarca do Rio das Mortes que deixam em evidência que esta região tinha muita vitalidade econômica. Ele demonstra esse fato quando diz que "os proprietários abastados têm plantações a alguma distância, em melhores terrenos, e criam animais em pastos excelentes que fazem a riqueza deste distrito" (SAINT-HILAIRE, 2000, p.84).

Em sua passagem pela região onde hoje se encontra a cidade de Brabacena, próxima a São João Del-Rei, Saint-Hilaire analisa a produção de roças, que já era notável, e afirma que “por todos os lados veem-se campos de milho entremeados de pastos e moitas de arvoredo” (SAINT-HILAIRE, 2000, p.112), deixando claro que a região já era próspera produtora.

Confirmando o que aponta Saint - Hilaire, Kenneth Maxwell (2005, p. 146-147) mostra transformações significativas na Capitania que ocorreram no período da passagem do viajante acima mencionado por Minas Gerais. Ele afirma que no censo realizado em 1776 a Comarca do Rio das Mortes teve seu contingente populacional triplicado, passando de 82.781 habitantes para 213.617, o que, de acordo com Maxwell, significa uma queda na atividade mineral e ascensão das atividades agropastoris.

Mafalda Zemella (1990, p. 205) afirma que a Comarca tinha uma “vocalização agrícola”, sendo assim, mesmo havendo atividade mineral no território, as atividades agrícolas sempre estiveram presente. No momento em que a agricultura já ocupava um lugar de maior destaque na economia mineira no século XVIII, a Comarca do Rio das Mortes apresentou um maior avanço

nessa área em comparação às outras comarcas da capitania.

Nesse momento já era possível observar um comércio de gêneros alimentícios que possibilitava que as fazendas produzissem gêneros diversos para suprir esse mercado. Laird Bergad afirma que no século XVIII não houve dúvida de que a comercialização de produtos agrícolas estivesse bastante disseminada. (BERGAD, 2004, p. 58)

A Comarca do Rio das Mortes trouxe uma contribuição econômica grande para a capitania e até mesmo para locais fora dela. Afonso Graça Filho traz em sua obra um destaque para esse fato. Consoante com ele, a referida comarca se destacou como uma importante área abastecedora de alimentos para outras províncias, como a do Rio de Janeiro, desde o começo do século XIX, antes mesmo do crescimento da cafeicultura carioca. (GRAÇA FILHO, 2002, p. 36).

Esse apontamento deixa muito claro que entre os séculos XVIII e XIX a Comarca do Rio das Mortes se destacou, de fato como centro abastecedor de alimentos.

Para Lima,

a grande diversificação das atividades econômicas desenvolvidas na região de São João del-Rei, já nos anos de 1750, foi um dos fatores que possibilitou

que os homens mais abastados preservassem seus patrimônios em um momento de crise da mineração e reorganização da economia da capitania de Minas Gerais. O que por sua vez indica que já nos primórdios da mineração atividades como a agropecuária, o comércio e a usura já compunham o leque mais amplo das atividades econômicas desempenhada pelas elites econômicas locais, indicando até mesmo certa independência dessas atividades frente às atividades mineradoras, ou pelo menos uma conjugação desta com as demais atividades. (LIMA, 2016, p. 151)

Dessa forma, para conhecer a alimentação dos moradores da Comarca do Rio das Mortes, o que se consumia e o que se plantava, sendo esta uma das condições materiais básicas do dia – a – dia, “o que há de mais familiar, de mais cotidiano [...]” (BRAUDEL, 2005, p. 275) faremos uso de inventários *post-mortem* de moradores da referida Comarca.

Então, acreditamos que os inventários *post-mortem* são fontes especiais, extraordinárias, pois

era característico da sociedade colonial, devido à dificuldade de acesso a bens manufaturados e à baixa circulação monetária, detalhar os inventários: praticamente tudo o que era usado no cotidiano das pessoas tinha valor monetário e poderia

ser reaproveitado. (FARIA, 1998, p. 81)

Nesse sentido, o uso dessa documentação e a descrição dos espólios dos residentes nessa Comarca tornarão possível acompanhar como esses bens determinavam o modo de vida dessas pessoas, e, por conseguinte, sua alimentação.

Através dessa rica fonte, poderemos tomar ciência da cultura material desse agrupamento de pessoas, uma vez que, por cultura material, de acordo com Pesez, entende-se a relação que existe entre os homens e os objetos relacionados à vida cotidiana. (PESEZ, 1998, 242-244)

Para Fernand Braudel,

Vida material são os homens e as coisas – os alimentos, as habitações, o vestuário, o luxo, os utensílios, os instrumentos monetários, a definição de aldeia ou cidade – em suma, tudo aquilo que o homem se serve, não é a única maneira de avaliar a existência cotidiana. Também o número dos que partilhamos riquezas da terra faz sentido. (BRAUDEL, 2005, p. 19).

Assim sendo, para mapear o perfil de produção agropastoril e consumo de alimentos na Comarca do Rio das Mortes foram arrolados oitenta e quatro inventários, do período compreendido entre os anos de 1750 a 1799, de moradores que tivessem dessemelhantes modos de vida, para que fosse possível formar

uma amostragem o mais verossimilhante possível e condizente com a realidade do período.

Mais da metade dos inventários utilizados eram de proprietários de empreendimentos agropastoris, em sua maioria donos de fazendas, sítios e chácaras, mistos⁸ ou não, e quase todos, donos de significativos plantéis de escravos para mão-de-obra ou ganho.

Dentre os oitenta e quatro inventários analisados, o somatório dos espólios era bastante variado. Havia desde fortunas imensas, como a de Manoel de Barros Souto Maior, que possuía 34:445\$000 em bens e propriedades, quanto pessoas de poucas posses, como Jeronimo Correa Guimarães, que deixou para a família apenas 76\$800 em bens. A primeira família possuía uma quantidade interminável de bens, enquanto que a segunda, apenas uma residência simples, com poucos cômodos e pouca mobília.

Entre os moradores de nossa seleção, mais da metade (65%) eram proprietários agrícolas. Todos eles residiam na propriedade citada no documento, ou em uma delas, quando possuíam mais de uma. O fato de a maioria viver em sua propriedade rural faz com que compreendamos que grande parte da população que residia na comarca do Rio das Mortes, nos anos de 1750 a 1799, se dedicou

ao trabalho rural, tirando dele seu sustento.

Essa conjuntura nos leva a outro aspecto importante que compunha a fortuna desses inventariados: o seu plantel de escravos. A maioria desses proprietários possuía uma “grande propriedade [...] trabalhada por escravos” (JUNIOR, 2011, p. 119), característica do período colonial. Dos 84 inventários analisados, em 63 deles há a presença de pelo menos um escravo, totalizando 117 escravos. Isso já era esperado, uma vez que ao longo de todo o século XVIII, a capitania de Minas Gerais tenha recebido um contingente de escravos tão grande que não pode ser contado exatamente. Não há consenso, mas há dados que informam que um número próximo a cem mil cativos chegou à referida capitania em meados do Setecentos. (LIBBY, 2007, p. 416)

A maioria desses proprietários, devido ao nível de sua fortuna e ao número de escravos, vivia da produção de suas terras, comercializando a mesma. Um exemplo claro desse fato está em vários inventários, mas destaca-se o de Manoel Francisco de Paiva, que possuía uma quantidade significativa de bois de carro e dois carros de boi, o que nos dá a entender eu comercializava sua produção de

milho, mandioca e feijão. Ele possuía um devedor, um viandante, o que nos faz crer que ele também comercializava com quem passasse por sua propriedade.

Havia também os proprietários que se dedicavam ao comércio de bens importados e bens do reino. Um exemplo desse tipo de negócio está claramente presente no inventário de Domingos Pires. Em seu documento consta uma lista com: 80 barris de vinho a 408\$000, 30 barris de vinho com grande diminuição por causa da broca que nele tem dado a 135\$800, 25 barris de vinagre com alguma diminuição por causa da broca que neles terá dado a 112\$500, 17 barris de vinagre a 51\$000, 14 barris de aguardente a 92\$400, 8 barris de azeite doce a 48\$000, 20 cargas de peixe a 90\$000, 7 cargas de farinha do reino a 42\$000, 2 frasqueiras cada uma com 10 frascos cheios de aguardente do reino a 16\$800, 2 barris de manteiga do reino a 12\$800, 2 barris de passas a 12\$800, 2 barris de figos a 9\$600, 30 queijos flamengos a 18\$000, 4 caixas de camarões a 3\$600, 1605 bruacas de sal a 2: 304\$750.

Essa lista nos é proveitosa, não apenas porque informa quais tipos de produto chegavam à Capitania de Minas Gerais e seus respectivos valores, mas também porque indica os contratemplos do comércio,

observados nas brocas que estragavam os vasilhames em que eram armazenados os produtos e causavam prejuízo. A existência dos produtos do reino era um sinal de que, nas Minas Setecentistas, não se comia apenas milho, farinha de mandioca e feijão, mas que havia uma aproximação dos gostos e do modo europeu.

No tocante às residências, todos os inventariados possuíam pelo menos uma casa de vivenda⁹. Alguns citavam que as mesmas se localizavam em suas propriedades agrícolas e outros, em vilas ou arraiais. Dentre todos, destaca-se a propriedade de João Fortes Bustamante e Sá, que tinha um espólio de 5:583\$082, um dos maiores da região. Sua casa possuía móveis de muito luxo como armários, camas, mesas, baús diversos, relógios, muitos frascos e frasqueiras. Ele possuía jogos completos de garfos e colheres em prata e louças da Índia, muitas roupas que denotavam seu luxo. Seu inventário menciona móveis de madeira de cedro, da melhor qualidade.

Assim como nos demais inventários de pessoas abastadas, sua casa se destacava pela "qualidade geral da construção", o que se justifica quando são especificados os materiais usados nela e em seu conteúdo, como quando lemos que a

casa era coberta de telhas e não de capim, e que seu interior era luxuoso, feito em "seus materiais mais nobres, suas decorações mais ordenadas, seus interiores mais enfeitados [...] em que a distribuição interna se especializava, separavam-se os espaços de acolhida dos espaços íntimos." (ROCHE, 2000, p. 17)

Ainda concordando com Daniel Roche (2000, p. 140), "a casa era também um capital, uma mercadoria, uma escolha de investimento, a encarnação de valores representativos e distintivos[...]."

Jean Marie Pesez (1998, p. 184), afirma que a "evidente relação da cultura material com os condicionamentos materiais que pesam sobre a vida do homem e às quais ele opõe uma resposta que é precisamente a cultura". Assim, em consonância com essa afirmação, a análise dos inventários aqui empreendida visa ir além da análise da composição e do nível dos bens e vê-los como uma manifestação do cotidiano da Comarca do Rio das Mortes.

Ainda observando as residências, podemos encontrar na grande maioria delas um vasto conjunto de objetos relacionados ao conforto, mais do que à necessidade. Muitas casas possuíam uma boa quantidade de lençóis, fronhas, travesseiros, cobertores e almofadas.

Um exemplo disso era o inventário de André do Vale Ribeiro, que possuía itens de grande sofisticação, como: 1 toalha de Guimarães com guardanapos, 1 toalha de mão de Bretanha com rendas, 5 lençóis de linho com fronhas e 1 tapete indiano.

Embora fossem poucos, eram de grande valor. Os inventários de mulheres também tinham bastante destes itens descritos. O inventário de Anna Maria Velloza mostra bem isso. Era de sua propriedade: 1 colchão, 1 colchão de estampas, lençóis, 2 travesseiros, 1 colcha, 1 colcha de cetim e 2 colchas de algodão.

Sobre à vestimenta desses moradores, as pessoas em geral possuíam poucas roupas, mesmo os mais abastados. Os tecidos mais utilizados eram a seda, o cetim, o veludo, o linho, a cambraia, o camelão, a baeta, a lã, a Bretanha, o droguete, o lemiste, a pinhoela, o riscado, as chitas e as rendas. Muitos dos tecidos mais grosseiros, como a baeta e a chita, eram produzidos na própria capitania. (PAIVA, 1998, p. 23) Sendo assim, vestimenta dos moradores da Comarca do Rio das Mortes, os inventários são bem específicos. O básico do vestuário das mulheres eram os vestidos, e nenhuma roupa íntima é citada. Os tecidos da maioria destas roupas eram os já citados acima, de cores que não variavam muito além do azul,

vermelho e cores escuras como preto. Poucas são as roupas mencionadas nos espólios, uma vez que era comum passar as roupas a outros membros da família e até mesmo às escravas domésticas. As fardas também apareciam em alguns documentos.

Alguns dos inventários arrolados apresentam, além dos itens de vestuário feitos com estes tecidos, listas de compras onde aparece grande quantidade de tecidos como baeta e chita. Na documentação de Luciana Matirdes Vilela encontra-se uma lista de compras feitas na loja Chaves e Ferreira Sortimentos de Fazendas, Ferragens, Molhados, Louças e outros objetos, na qual consta que a mesma comprou peças de 24 metros de baeta azul e 14 metros de baeta verde no valor de 350\$000, peças de chita a 12\$800 e peças de lenços chitados a 44\$800, entre outros itens como pães, um par de chinelas e dois frangos.

No inventário do Reverendo Doutor Inácio José de Souza, vigário colado na igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca, é possível encontrar uma quantidade significativa de roupas de luxo, entre as quais se encontram casacas, vestes e coletes de veludo, luvas de camurça, botas e sapatos, uma sobrepeliz, chinelos e camisas de linho.

Ainda sobre indumentária e aparência temos a presença de jóias em muitos inventários, especialmente nos que pertencem a mulheres. Elas eram arroladas uma a uma, algumas bem femininas, outras essencialmente masculinas, algumas de cunho religioso e aquelas que podiam ser utilizadas por ambos os sexos. No geral, eram destinados as mulheres, os brincos e anéis, para os homens eram destinados as espadas com cabos em prata, os relógios e os cordões de ouro. Para ambos os sexos eram descritos as fivelas e botões. E, algumas pessoas, como Manoel Rodrigues da Costa, têm o "hábito de Cristo", que são medalhões com motivos religiosos ou militares. Todas essas jóias eram comumente em ouro e com pedras preciosas, até mesmo os relógios.

Alguns inventários mencionam vestes de devoção religiosa que alguns usam até mesmo em seu velório. Gregório Macedo da Cruz tem em seu inventário o pedido de que gostaria de ser enterrado vestido com o seu hábito de São Francisco, que nesse caso era uma vestimenta e não uma insígnia, como descrito acima sobre as jóias.

Objetos ligados a proteção e guarda como espadas, armas de fogo, punhais também eram constantes. Aparecem em mais da metade dos inventários arrolados.

Em se tratando da aparelhagem da casa, encontramos itens como louças finas, chocolateiras, talheres em metais nobres, tachos e caldeirões, roupas de mesa, sopeiras, tigelas diversas, xícaras e copos, bules e açucareiros. A quantidade desses itens determinava, em parte, o luxo da residência, mesmo assim, não havia casas com quantidades exorbitantes desses itens.

Um exemplo da pouca quantidade de itens mesmo em casas mais abastadas pode ser encontrado no inventário de José Ferreira dos Santos, que, apesar de possuir um espólio de 13:769\$282, o quarto maior dentre os inventários analisados, tinha apenas um copo de prata, seis facas com cabo de prata, dois tachos e um caldeirão de cobre, dezenove pratos pequenos de estanho, uma sopeira, uma tigela, um prato grande e um pires de louça da Índia em sua cozinha. Isso demonstra que o luxo não estava apenas na quantidade, mas sim no valor dos objetos.

Entre os inventários de menor fortuna, o máximo de sofisticação que possuíam estava na existência de faqueiros de prata, que eram passados das mães para as filhas como dote, e, em casos extremos de necessidade financeira, eram vendidos. Por outro lado, o extremo da riqueza era possuir

aparelhos de chá. Louças para tomar chá que vinham da Índia ou do Porto apareciam em muitos espólios.

As frisqueiras e seus frascos também eram itens comuns, quanto maior a quantidade maior a fortuna de quem os possuía. Nesses frascos era comum que fossem guardados azeite, vinho, aguardente e vinagre. No inventário de Domingos Pires observa-se bem a função das frisqueiras. Ele possuía duas frisqueiras com dez frascos cada uma onde estava armazenada aguardente do reino.

A maioria dos inventários é bem sintético na descrição das casas. Eles são focados nos valores dos bens e na estrutura física dela, sem dar muitos detalhes. Apenas observa se a cobertura é de capim ou telhas, se é assobradada ou térrea, e a composição de seu quintal.

Observa-se que o primor do interior das moradias estava na medida exata da rudeza verificada nas suas propriedades agrícolas. A maioria era bem simples, até mesmo nas grandes propriedades seu aparelhamento se resumia ao mínimo necessário ao trabalho. O inventário de Simeão Cardoso, homem de poucas posses, mostra que ele possuía apenas “três enxadas, três foices de roçar com muito uso e já velhas, dois machados [...]” sendo apenas essas ferramentas necessárias

para que seus poucos escravos (quatro, sendo apenas dois aptos ao trabalho), cultivassem suas terras.

Ao lado das ferramentas estavam os utensílios que lhes davam sustentação, tais como fornos de cobre, moinhos, monjolos, alambiques, pilões e teares, que apareciam em quase todos os inventários. Todos que possuíam empreendimentos agrícolas tinham pelo menos um desses utensílios.

O aparecimento desses utensílios demonstra que a maioria dos moradores de fato se dedicava a agricultura. Isso acontecia porque, embora Minas Gerais fosse a capitania mais urbanizada, ainda assim mantinha seu caráter agrícola. De acordo com Eduardo França Paiva (1998, p. 23), o que mais se destacava na produção agrícola de Minas Gerais era o plantio de gêneros alimentícios, que deram origem à famosa cozinha mineira. Segundo ele, até mesmo as casas urbanas possuíam um quintal onde cultivavam uma pequena horta e um pomar e criavam animais, especialmente galinhas e porcos.

Nos inventários arrolados a descrição de bens nos fala indiretamente sobre a dieta alimentar. Sabemos como eram seus costumes à mesa no que tange a escolha dos alimentos observando como era a produção agrícola das propriedades

inventariadas e as listas de compras presentes em alguns desses inventários.

Dos oitenta e quatro inventários, cinquenta e três mencionavam propriedades com roças de cultivo. A maioria também possuía pomares e criava animais, principalmente o porco. Nesses cinquenta e três inventários, todos, mencionavam o plantio de milho, feijão e mandioca e a criação de porcos, confirmando serem esses os gêneros essenciais e de maior predileção na Comarca do Rio das Mortes. Poucas propriedades mencionavam o plantio de cana-de-açúcar e a produção de seus derivados¹⁰, sendo que em todos os inventários apenas três proprietários tinham alambique e somente cinco possuíam engenho de cana.

Alguns inventários tinham anexadas listas de compras em lojas de "secos e molhados"¹¹. No inventário de Manoel Gomes de Melo temos uma lista onde consta: milho, farinha de milho, cinco pães, manteiga, cachaça, azeite, farinha de mandioca, azeite de mamona, cebola, alho, quatro latas de marmelada, galinhas e ananases.¹³ Essa lista nos mostra um pouco mais sobre a predileção pelo milho e pela mandioca acima mencionada. As maiorias desses produtos eram para uso dele e de sua família e para enviar à sua

chácara. O azeite de mamona era comumente usado para acender os lampiões e lamparinas usados nas casas e pelos viajantes.

Sobre a dieta alimentar dos moradores da Comarca do Rio das Mortes, os inventários não a mencionam, apenas indiretamente através do detalhamento dos aparelhos usados nas roças de plantio e dos gêneros que eram cultivados e comprados nas vendas de secos e molhados através das listas presentes nos documentos. No caso da referida Comarca os gêneros mais cultivados eram o milho, a mandioca e o feijão. Quanto a pecuária, alguns inventariados criavam gado, alguns em grande quantidade e outros apenas para o próprio sustento.

Havia alguns hábitos alimentares restritos a determinadas faixas de renda. Nesse momento muitas pessoas que residiam na colônia seguiam o que acontecia na Europa, e quem possuía um maior poder aquisitivo conseguia adquirir produtos chamados "do reino" em muitos inventários. Um exemplo para esta afirmação pode ser encontrado no inventário de Domingos Pires, onde há uma lista em que consta "sete cargas de farinha do reino no valor de 42\$000, duas frisqueiras cada uma com dez frascos cheios de aguardente do reino no valor de 16\$800 e dois

barris de manteiga do reino no valor de 12\$800."

A presença desses produtos não somente informa que eles chegavam da Europa aqui para o Brasil e que havia público consumidor para eles, como também mostra que nesse período não se consumia apenas milho, mandioca e feijão, havendo a tentativa de aproximação com os gostos e modos europeus.

Através dos inventários é possível saber que o consumo de chocolate, enquanto bebida quente e doce existia, mas não era comum. Compreendemos este costume quando encontramos chocolateiras em dois inventários de pessoas com mais posses. Elas eram, normalmente, de cobre ou estanho.

O consumo de bebidas como chá e café não são freqüentes, há poucos inventários onde aparecem utensílios para este fim, apenas para consumo e não para o preparo. Em três inventários aparecem o bule e em quatro deles, as xícaras.

Era na cozinha que a quantidade de objetos era maior. Era tradicional haver um fogão à lenha, uma mesa, tamboretas, caixas de madeira para se guardar mantimentos, balanças, formas, bacias, tachos de cobre, panelas, frisqueiras, copos e talheres. (PAIVA, 1998, p. 25) Quanto à aparelhagem da cozinha, o básico, presente em

quase todos os documentos, eram os tachos e caldeirões, de ferro, cobre ou estanho, usados no preparo de todos os tipos de alimentos. A quantidade deles determinava o poder aquisitivo da família. Eram muito comuns os talheres de prata. A regra da quantidade também se aplica neste caso.

CONCLUSÃO

Assim, podemos concluir que a Capitania de Minas Gerais não teve apenas a mineração como responsável por sua economia, mas também esteve presente a agricultura, mesmo que timidamente no início.

Dentre as comarcas da referida capitania, a Comarca do Rio das Mortes foi uma área substancialmente agrícola e que produzia todos os gêneros que necessitava. Não obstante, o requinte

coexistia com a debilidade, as desigualdades sociais e a concentração da riqueza nas mãos dos potentados daquela região já aconteciam.

Isso também faz ser possível entendermos que os inventariados, enquanto amostra da população geral da Comarca do Rio das Mortes, era resistente a qualquer adaptação às condições de vida da população nativa, e continuavam cercados o máximo possível de bens europeus ou que se assemelhavam a eles.

Até mesmo as pessoas mais simples buscavam essa aproximação com a Europa. Na alimentação não foi diferente. Embora seus utensílios fossem semelhantes aos europeus, os gêneros consumidos e cozidos neles, bem como os gêneros que eram cultivados nas propriedades rurais, eram os mais nativos, em geral o milho, a mandioca e o feijão.

¹ Segundo Mafalda Zemella "O artigo mais importante do intercâmbio com as Minas Gerais era o gado bovino. Os currais baianos exportavam para as Gerais boiadas e mais boiadas." (ZEMELLA, 1990, p.72) Ângelo Carrara nos traz ainda mais sobre as mercadorias que circulavam para Minas Gerais vindas da Bahia, destacando que, além das boiadas, chegavam "objetos de vestuário, ferramentas de uso nas lavras de ouro (almocafres, principalmente) e de roçar a terra (foices, especialmente), baralhos, pólvora, chumbo, azougue, facas flamengas, tabaco e aramas de fogo[...]"; não importando o tamanho do carregamento.(CARRARA, 2000, p. 101) De São Paulo, o principal comércio era o de muares e de gêneros comestíveis, como milho e feijão. (CARRARA, 2000, p. 110). Escravos também eram trazidos para serem vendidos em Minas. De acordo com Zemella, o caminho novo era a principal rota de compra e venda de escravos para Minas Gerais (ZEMELLA, 1990, p. 60)

² São considerados produtos de primeira necessidade para os mineiros coloniais o pão, a farinha de mandioca, o milho e o fubá, o feijão e o azeite de mamona que era usado nas lamparinas para iluminação.

³ Produtos de luxo para este território era a carne, tecidos mais nobres que chegavam da metrópole, armas, escravos, animais como o cavalo e vestimentas.

⁴ Produtos de armarinhos, tecidos, artigos para indumentárias, ferramentas, utilidades domésticas e perfumaria.

⁵ Bebidas, alimentos e guloseimas.

⁶ Eram eles: pão, farinha de mandioca, milho e fubá, feijão e o azeite de mamona para acender as lamparinas.

⁷ Histórico da Comarca do Rio das Mortes realizado pelo centro de Memória do Judiciário Mineiro - Jurisp. Mineira, Belo Horizonte, a. 65, nº 208, p. 13-26, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/7840/1/0208-NH-001.pdf>

⁸ Que tinham tanto lavras minerais quanto terras de cultivo em pleno funcionamento.

⁹ Estilo da construção e interior das residências da elite escravista sul-mineira. De acordo com Sheila de Castro Faria, (1998, p. 370) era o conjunto de lugares onde se conseguia subsistência, o que incluía a casa onde moravam e dormiam os senhores, os agregados e os escravos, mais os locais de beneficiamento como moinho, monjolo, fábricas de farinha, engenhos e alambiques. O tipo de cobertura, que podia ser de telhas ou de capim, também possuía significado simbólico.

¹⁰ Cachaça, melado, rapadura e açúcar.

¹¹ Conjunto de gêneros alimentares sólidos e líquidos que eram comercializados geralmente em mercearias e lojas.

¹² As quantidades dos itens não foram discriminadas da integra devido ao fato de que o inventário estava ilegível em algumas partes.

FONTES:

Arquivo Histórico do Escritório Técnico II da 13ª SR/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de Minas Gerais/São João Del Rei

Inventários do 1º e 2º Ofícios e Juízo de Órfãos

- Número das caixas e ano dos inventários: 30(1763/1789/1796/1760), 33(1768), 42(1787/1792/1799), 58(1784), 70(1783), 89(1774), 94(1787/1798/1793), 100(1771/1782/1788/1790/1796), 149(1749), 200(1752), 232(1747), 240(1782), 265(1801), 300(1770/1772/1772/1778/1778/1784/1794/1796), 304(1743), 316(1766/1783), 336(1744/1790/1795), 348(1726), 362(1797), 366(1777), 385(1771), 388(1768), 390(1726/1790/1796/1797/1736), 421(1776), 429(1748), 439(1746), 454(1799/1725/1766), 463(1772/1775/1789/1789/1798), 474(1758/1777/1799), 475(1772), 503(1785), 504(1744), 524(1745), 527(1749), 534(1767), 542(1781), 558(1774/1796), 559(1744), 568(1758), 569(1777), 573(1781), 589(1746/1755/1760), 595(1742), 620(1773), C-20(1769), C-48(1729/1757).

FONTES IMPRESSAS:

CÓDICE Costa Matoso: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papéis. Coordenação geral de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2 v.

COELHO, José João Teixeira. Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais (1782). Organização, transcrição documental e textos introdutórios de Caio César Boschi. Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Cultura; Arquivo Público Mineiro; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2007.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais. Estudo crítico de Carla Maria Junho Anastasia. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

BIBLIOGRAFIA:

ABDALA, Mônica Chaves. Receita de mineiridade: a cozinha e a construção da imagem do mineiro. 2. ed. Uberlândia: Edufu, 2007.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. A decadência das Minas e a fuga da mineração. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1971.

BERGAD, Laird. Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru: EDUSC, 2004.

BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV – XVIII: as estruturas do cotidiano. São Paulo, Martins Fontes, 1995, vol. 1.

DUTRA, Rogéria Campos A. 'Em ponto de dentro': cozinha mineira reflete colonização e cultura local, baseada na simplicidade e nos laços familiares. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, n. 115, p. 1-3, abr. 2015.

- FARIA, Sheila de Castro. A Colônia em movimento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FRIEIRO, Eduardo. Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1966.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 197-252
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.
- GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e mineração no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). As minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. v. 1.
- JUNIOR, Caio Prado. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- LIBBY, Douglas Cole. As populações escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). As minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. v. 1.
- LIMA, Felipe Moreira Alves de. A Comarca do Rio das Mortes e a historiografia sobre as Minas colonial. Porto Alegre, 2016. Oficina do Historiador, EDIPUCRS v 9 n 2 jul/dez .
- MAGALHÃES, Sônia Maria de. A mesa de Mariana: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850). São Paulo: Annablume, 2004.
- MAXWELL, Kenneth. A devassa da devassa: a inconfidência mineira Brasil e Portugal (1750 - 1808). São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- MENEZES, José Newton Coelho. O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina: Maria Fumaça, 2000
- PAIVA, Eduardo França. O ouro e as transformações na sociedade colonial: produção, abastecimento e comércio nas Minas Gerais. São Paulo: Atual, 1998.
- PESEZ, Jean Marie. História da cultura material. In LE GOFF, Jacques. A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- PINTO, Francisco Eduardo. Potentados e conflitos nas sesmarias da comarca do Rio das Mortes. Niterói, 2010. Tese (Doutorado em História Moderna) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.
- POLLIG, João Victor Diniz Coutinho. A apropriação de terras no Caminho Novo. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

RESENDE, Edna Maria. Os senhores do Caminho Novo: notas sobre a ocupação da Borda do Campo no século XVIII. *Mal-Estar e Sociedade*, Barbacena, ano 2, n. 2, p. 121-143, 2009.

ROCHA, Tião. O sabor de Minas Gerais. *Textos do Brasil*, Brasília, n. 13, p. 78-93, 2007.

ROCHE, Daniel. História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XVIII, tradução de Ana Maria Scherer, Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RODRIGUES, André Figueiredo. Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. A fortuna dos inconfidentes: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros (1760-1850). São Paulo: Globo, 2010

SCARATO, Luciane Cristina. O Caminho Novo: uma viagem social, administrativa e econômica às Minas Gerais setecentistas. *Revista Humanas*, Curitiba: UFPR, p. 535-552, 2011-2012.

SILVA, Flávio Marcus. Práticas comerciais e o abastecimento alimentar em Vila Rica na primeira metade do século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *As minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. v. 1.

TORRES, Daniela Almeida Raposo; MARTINS, Bruna Lívia; RAPOSO, Amanda Almeida. A relação entre a culinária mineira e o desenvolvimento de Minas Gerais no século XVIII. In: XVII Seminário sobre a economia mineira, UFMG, Diamantina, 2016. Disponível em: <

http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2016/anais/historia/238-402-1-RV_2016_10_09_00_44_19_376.pdf>

ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1990.

DO LIXO À LUTA: HISTÓRIA DOS CATADORES DE MATERIAL REUTILIZÁVEL E RECICLÁVEL DO MUNICÍPIO DE SOUSA, PARAÍBA

Rosimery Alves de Almeida Lima¹
Maria de Fátima Nóbrega Barbosa²

Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, Campina Grande, Paraíba.

RESUMO

02 de julho de 2014 marcou para o município de Sousa, Paraíba, a "intenção" do poder público de observar a Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Esta data não marcou apenas o fim do "lixão", mas, principalmente, o fechamento da principal fonte de renda dos 45 catadores e seus familiares: a coleta seletiva dos Resíduos Sólidos. As condições insalubres de trabalho não impediam a presença de homens, mulheres e, até mesmo, de crianças neste lixão, em busca de meios para sobreviver. Este artigo tem como objetivo recuperar a história dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis de Sousa, Paraíba. Para estabelecer um diálogo entre a teoria e as fontes, utilizouse das entrevistas de História Oral. Evidencia-se que os catadores necessitam ser mais valorizados e reconhecidos, devendo, portanto, ser assistidos pelas

políticas públicas, em um novo contexto de sustentabilidade socioeconômica e ambiental.

Palavras-chaves: Catadores; Inclusão Social; História Ambiental.

ABSTRACT

July 2, 2014 marked for the municipality of Sousa, Paraíba, the "intention" of the public power to observe the Law 12.305 / 2010, which establishes the National Policy on Solid Waste. This date not only marked the end of the "dump", but mainly the closure of the main source of income of the 45 collectors and their families: the selective collection of Solid Waste. Unhealthy working conditions did not prevent the presence of men, women, and even children in this dump, in search of the means to survive. This article aims to recover the history of collectors of reusable and recyclable materials from Sousa, Paraíba. To establish a dialogue between theory and sources, he used oral history interviews. It is evident that waste pickers need to be more valued and recognized, and should therefore be assisted by public policies, in a new context of socio-economic and environmental sustainability.

Key words: waste pickers; Social inclusion; Environmental history.

INTRODUÇÃO

Diante de cenários complexos e dinâmicos nos tempos hodiernos, surgem "novas" questões e "novos"

atores sociais que permeiam o universo, como é o caso da problemática ambiental. Os efeitos deletérios desta problemática estão intimamente atrelados aos processos da sociedade moderna, geração exacerbada de resíduos sólidos e, associado a isto, o cenário de incertezas e inquietações que cerca a realidade dos catadores de material reutilizável e reciclável. O enfrentamento dessas questões socioambientais, por sua vez, geradas pelo sistema vigente, requer políticas com melhor estrutura, independência e criticidade, envolvendo o poder público, sociedade civil e a esfera privada nas tomadas de decisões (BECK, 1996; SANSON, 2012).

Diante desse contexto que, o diploma legal, sob a Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (BRASIL, 2010), é visto como uma das alternativas para minimizar a questão que envolve os resíduos sólidos (RS) e os catadores, estabelecendo: o reconhecimento do RS como um bem de valor econômico e social, fonte de renda, que promove cidadania e integração desses catadores.

Até o ano de 2014, o município de Sousa utilizava de depósitos de lixo, ou lixão, em área próxima à zona urbana, especificamente nas

imediações do bairro Gato Preto. A partir de setembro do mesmo ano, o município passou a contar com um aterro sanitário para a destinação final dos resíduos sólidos, localizado a cerca de 10 km ao sul do município (DIÁRIO DO SERTÃO, 2014). Com a criação do aterro sanitário, o poder público municipal deteve contrato com a Trash (Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos Ltda.), empresa licitada responsável pela destinação e tratamento dos RS do município.

A presença dos catadores no lixão de Sousa apontava para condições insalubres de trabalho e de degradação ambiental. Então, em atendimento a PNRS (BRASIL, 2010), desativou-se o mesmo. Com a contratação da referida Trash, a mesma adquiriu o direito de exercer soberania e domínio de todo o material que atualmente adentra ao aterro, mas que anteriormente era destinado a este lixão. A questão é que o município não implantou a coleta seletiva e a principal fonte de renda dos catadores foi comprometida, já que os mesmos foram impedidos de ter acesso ao material reciclável e reutilizável.

Os catadores, por sua vez, utilizavam dos depósitos de lixo para realizarem a principal atividade de fonte de renda, a coleta de materiais

recicláveis e reutilizáveis, sob organização da Associação de Catadores de Material Reciclável de Sousa – ASCAMARES, fundada em 30 de outubro de 2006 e reconhecida como de utilidade pública municipal pela Lei Municipal n. 2.409 de 19 de outubro de 2012 (SOUSA, 2012). A ASCAMARES possui atualmente 45 catadores associados.

Diante disso, a questão levantada pela ASCAMARES é: o que justifica a situação em que toneladas de material reciclável são destinadas para o aterro, enquanto o meio ambiente é agredido e essas famílias, que antes sobreviviam da comercialização desse material, passam fome?

De acordo com a Lei Federal 12.305/2010, os catadores precisam ser inseridos na Gestão Integrada de RS dos municípios, de modo que seja implantada à coleta seletiva com participação, por exemplo, de associações de catadores de materiais recicláveis, cuja categoria detém papel essencial nesta gestão. Apesar disso, percebe-se que a ocupação de catador, na realidade de Sousa, ainda é caracteriza-se pelas precárias condições, principalmente, de trabalho e vida.

Face ao exposto, postula-se neste estudo responder alguns

questionamentos norteadores: de que modo pode-se recuperar a história dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis do município de Sousa? Quais são as conquistas e avanços desta categoria, considerando o contexto local, ao longo do tempo?; Até que ponto as políticas públicas do município de Sousa inclui-os socialmente, conforme estabelecido pela PNRS?; E, em quais condições de trabalho e vida vivem hoje os catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis de Sousa?

Objetiva-se, então, no presente estudo recuperar a história dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis do município de Sousa, na luta pela inclusão social e reconhecimento, de modo que fossem identificados os possíveis avanços e conquistas ao longo dos anos e os desafios a serem superados, a partir da História Oral.

TENTATIVA DE FAZER HISTÓRIA ORAL

O município de Sousa está localizado no interior do estado da Paraíba (Figura 1). Souza encontra-se à 438 quilômetros de João Pessoa, capital do estado. O município possui uma área de 738,547 km², dos quais 3,0220km² estão em perímetro

urbano, considerado o terceiro maior município do Estado em extensão territorial. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE(2016) a quantificação populacional foi de 69,196 habitantes, sendo o sexto mais populoso do estado. Souza faz parte do principal polo do Noroeste estadual na produção de laticínios industrializados e possuidor do principal sítio zoológico, denominado Vale dos Dinossauros. O município possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,668, considerando como médio pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IBGE, 2010).



Figura 1. Mapa da Paraíba com destaque para o município de Sousa – PB.
Fonte: Rosimery Almeida (2018).

No início do mês de junho de 2017, como ponto de apoio para a investigação, buscou-se documentos relacionados com a história dos catadores nos arquivos das Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente, Infraestrutura e

Comunicação do Município de Sousa, e da ASCAMARES, considerando que tais instituições estão, em maior ou menor grau, envolvidas diretamente com os catadores.

Na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente localizou-se o Plano Municipal de Gestão Integral de Resíduos Sólidos – PMGIRS. Este plano não se encontra disponível em nenhum veículo de divulgação online, o que pode dificultar o desenvolvimento de estudos visando propor melhorias neste documento e, por conseguinte, na própria Gestão dos resíduos sólidos.

Na Secretaria de Infraestrutura localizou-se a Lei Complementar n. 031/2004 que trata da criação do Departamento de Água, Esgotos e Saneamento Ambiental de Sousa – DAESA, órgão esse que, segundo a referida lei, seria responsável pela coleta, tratamento e reciclagem dos RS do município (Artigo 4, inciso V e VI) (SOUSA, 2004).

Não foi possível obter informações na Secretaria de Comunicação, pois, segundo o então Secretário, Eugênio Rodrigues, por questões políticas, acredita-se assim, problemas ocorreram na transição de uma gestão para outra, o que

prejudicou o acervo documental da referida pasta.

Em meados do mês de junho de 2017, obteve-se informações sobre o processo de disposição final dos resíduos sólidos e o tratamento sob responsabilidade da Trash. O que parece ser um contraponto a LC n. 031/2004.

Posteriormente, no dia vinte e um de junho de 2017, organizou-se um encontro com os principais associados da ASCAMARES e através do método da história oral buscou-se fazer o resgate históricodeste grupo. Na ocasião, aplicou-se um questionário com o objetivo de fazer o levantamento do perfil socioeconômico de todos os catadores da ASCAMARES, inclusive abordando o tempo de atuação no trabalho. Na oportunidade teve-se acesso ao estatuto da referida associação e informações sobre a sua constituição.

A escolha dos catadores a serem entrevistados deu-se, principalmente, far-se-á disponibilidade dos mesmos, condições físicas e mentais de compreender e responder aos questionamentos propostos. Escolheu-se, então, os catadores que efetivamente pudessem contribuir com o estudo, dada a sua faixa etária de idade,significativa experiência

vivida, protagonismo histórico e seu nível de importância em relação à ASCAMARES(ALBERTI,2004).

Desse modo, considerando essas variáveis, dentre os quarenta e cinco associados, entrevistou-se seis: a presidente da associação EvanildaSantos; sua irmãMaria José dos Santos, a catadora mais idosa do grupo; Eliomar Santos e outras figuras tidas com significantes para o grupo (Figura 2). Além dos catadores, entrevistou-se os responsáveis pela pasta da Secretária de Agricultura e Meio Ambiente e pela Trash.



Figura 2. Entrevista para resgate histórico da vida e trabalho dos catadores de Sousa. **Fonte:** Rosimery Almeida (2017).

Com vistas a atender o objetivo do estudo elaborou-se alguns questionamentos que nortearam o andamento da entrevista, tais como: quando e como surgiu o grupo?;quais são as principais lideranças do grupo?;quais pessoas foram importantes na luta dos catadores?; quais foram os momentos mais marcantes da caminhada dos

catadores?;o que contribuiu com o progresso da ASCAMARES?;quais as conquistas alcançadas?; quais as dificuldades enfrentadas?;quais desafios a serem superados?;como superar as dificuldades?;o que vocês gostariam de aprender e por quê?.

ASSOCIAÇÃO DE CATADORES/AS DE MATERIAL RECICLÁVEL DE SOUSA – ASCAMARES

Dentre os 45 catadores integrantes da ASCAMARES, 24 são do gênero feminino e 21 do gênero masculino. Ainda, 14 deste total não foram alfabetizados e apresentam idade entre 23 e 63 anos; 29 tem apenas o ensino fundamental incompleto e idade entre 16 e 65 anos; e apenas 2 indivíduos completaram o ensino médio, com idade entre 23 e 24 anos, conforme perfil socioeconômico levantado em pesquisa de campo.

Apesar do crescimento de outras religiões, a católica apostólica romana é predominante no município de Sousa (IBGE, 2010) e se mantém como sendo a doutrina com mais adeptos nesta categoria profissional (Figura 3). Para os catadores de Sousa, e especialmente para Dona Evanilda Santos, a fé Cristã é essencialmente importante para a

superação das dificuldades do dia-a-dia.

A gente tem que levantar a cabeça e ter fé em Deus para seguir em frente e levar a vida mesmo assim, se baixar a cabeça a gente deixa (sic) nossa família (sic) passar fome. Tenho fé que um dia as coisa (sic) miora (sic) pro nosso lado, por que Deus não abandona quem passa precisão. Eu cresci ouvindo isso e vou levar pro resto da vida.



Figura 3. Lava-pés dos catadores de material reciclável e reutilizável na Paróquia Sant'Ana em Sousa – PB. **Fonte:** Acervo documental, ASCAMARES (2016).

A cidade de Sousa apresenta 66.4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 88.5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 3.2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (IBGE, 2010). Em relação à moradia dos integrantes da ASCAMARES estão geograficamente localizados nos seguintes bairros da cidade de Sousa: 26,32% Sousa I; 23,68% Sorrilândia III; 21,05% Conjunto Nossa Senhora de Fátima (Vulgo Cangote do Urubu);

18,42% Conjunto Augusto Braga (Mutirão); 5,26% Gato Preto; 2,63% Conjunto CEAP; e 2,63% Conjunto Povo de Deus, sendo estas periferias da cidade, com exceção do bairro Gato Preto.

O salário médio mensal em Sousa era de 1.6 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 13.9%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 99 de 223 e 25 de 223, respectivamente. (IBGE, 2010). Em relação aos catadores, 85,71% declara rendimentos mensais inferiores a um salário mínimo e 14,29% diz possuir renda superior a um salário mínimo, fator agravado com o fechamento do "lixão" do município de Sousa, em julho de 2014, que provocou maior vulnerabilidade social e econômica.

Nesse quesito, leva-se em conta que 71,05% é beneficiário do Programa Bolsa Família do Governo Federal e, ainda, que em 90% das famílias os demais membros não exercem qualquer outra atividade laborativa. Para 97,37% dos catadores a renda familiar é voltada para a compra de alimentos.

Os catadores sobrevivem agora da coleta seletiva porta-a-porta, transportando o material coletado em sacos de *nylon* e nas

próprias costas. Em relação aos materiais coletados, os plásticos diversos correspondem a 71,05%, as garrafas PET a 23,69%, o ferro a 2,63% e o papelão a 2,63%, realizando-se a coleta porta-a-porta, com carga-horária de trabalho compreendendo o período das 5h00 às 23h00.

Os catadores alegaram como principais gargalos: a) a falta de resíduos sólidos para serem coletados (também porque outros catadores com carroças puxadas por animais ou a empresa terceirizada responsável pela coleta chegam antes); b) falta de transporte adequado, carrinhos (doados a partir de um projeto de extensão da Universidade Federal de Campina Grande em parceria com o setor privado, ver Figura 4), uma vez que carregam o material coletado em sacos de *nylon* e nas próprias costas.



Figura 4. Entrega de carrinhos aos catadores de material reciclável, projeto de extensão UFCG. **Fonte:** Acervo documental, ASCAMARES (2017).

Para os entrevistados, a razão que determina a existência da

Associação de Catadores/as de Material Reciclável de Sousa – ASCAMARES, o fim socioeconômico da união e da organização dos (as) catadores e a resiliência que tem permeado a luta de todos esses cidadãos sustenta a ideia que esta contribui com o meio ambiente, com o social e com o econômico que envolve não apenas os 45 integrantes desta associação, mas também seus familiares, de modo a gerar renda de modo sustentável e responsável.

CADÊ O MATERIAL RECICLÁVEL QUE ESTAVA AQUI?

O dia de 2 de julho de 2014, marcou para o município de Sousa a “intenção” do poder público de observar o diploma legal (Lei n. 12.305/2010) que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, desativando o antigo lixão (Figura 5). A data registra a contratação, por meio de licitação pública, da empresa Trash para tratamento e disposição final dos resíduos sólidos gerados no território municipal em aterro sanitário de propriedade, também, desta empresa.



Figura 5. Catadores no lixão desativado, próximo ao Bairro Raquel Gadelha, em Sousa. **Fonte:** Acervo Jornal Diário do Sertão (2014).

Para as 45 famílias vinculadas a ASCAMARES, aquele 2 de julho não marcou apenas o fim do “lixão”, mas, principalmente, o comprometimento da fonte de renda destas famílias de catadores: a coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos.

As condições insalubres de trabalho não impediam a presença de homens, mulheres e, até mesmo, de crianças nesse lixão. Disputavam de forma rigorosa cada metro quadrado, em busca de meios para sobreviver. Rotina exaustiva e de forte exclusão social, todavia, o fechamento deste lixão gerou uma perspectiva de futuro incerto, na percepção dos catadores.

Com uma área declarada de 30 hectares, o aterro sanitário da empresa Trash está localizado na Rodovia PB-384, Km 10, na zona rural do município. Mesmo distante 10 km da cidade de Sousa, e mesmo sem transporte público coletivo, os

catadores associados a ASCAMARES buscaram parceria com a Trash, com o objetivo de ter acesso à unidade de triagem de resíduos, que deve anteceder a disposição final dos rejeitos, visando a seleção de materiais passíveis de transformação ou tratamento pelas mais diversas tecnologias de recuperação, reutilização ou reciclagem. Contudo, esta parceria não foi efetivada.

Apesar de hoje os associados da ASCAMRES estarem mais vulneráveis econômica e socialmente, lograram êxito, devido ao esforço despendido junto a Prefeitura de Sousa, a qual doou um terreno para construção de um galpão, onde estes catadores possam realizar o seu trabalho de forma mais digna e respeitada.

COMUNIDADE PARCEIRA E SUA LUTA DIÁRIA

Em 1971, a senhora Maria Ferreira do Nascimento, conhecida com Mazé, inicia sua vida profissional como catadora aos onze anos de idade. Atualmente, Mazé possui cinquenta e sete anos.

Comecei a catar nos arredores de casa, depois fui pra dentro do lixão. Família (sic) pobre (sic). Fui por que eu não tinha outro meio (sic) de vida. Nós tinha (sic) uma

barraca no lixão. Pernoitava lá dentro. Até um assalto houve com a gente. Já sofremos muito, mas eu era feliz e não sabia. Hoje a dificuldade é grande. A gente não tem mais o lixo. Esse aterro acabou com nós. Ficamos (sic) parados. Além de tudo, hoje estou doente e nem posso mais trabalhar. Então, as coisas estão meio (sic) lá meio (sic) cá pro nosso lado. Concluiu, então, sua fala, com semblante de tristeza e desilusão.

No Plano Nacional dos Resíduos Sólidos algumas estratégias são apontadas para a inserção da questão dos catadores, por exemplo: a) promover o fortalecimento das cooperativas e associações de catadores; b) estipular metas à inclusão social de catadores e garantir que as políticas públicas forneçam alternativas de emprego e renda aos catadores que, após a extinção dos lixões, não puderem exercer sua atividade; c) garantir o acesso dos catadores aos resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente (BRASIL, 2010).

Em relação contraditória de abundância e ao mesmo tempo de escassez de material, visto que o acesso ao material foi impedido após a extinção do lixão de Sousa, para muitos a comercialização desses materiais é a única forma de sobrevivência. (Figura 6).



Figura 6. Catador na busca de material reciclável em terreno baldio na cidade de Sousa.
Fonte: Rosimery Almeida (2015).

Todavia, a problemática dos catadores - suas condições precárias de vida e trabalho - parece torna-se até "invisível" aos olhos da sociedade de um modo em geral e, especialmente, do poder público.

Nós comia (sic) salsicha azeda, era (sic) feliz e não sabia (sic). Nós passava (sic) o dia no lixão, aproveitava os resto (sic) de comida, frango, tudo do lixo, almoçava resto do lixo, cozinhado lá, mas nós tinha (sic) comida, tinha material pra vender e tinha renda. Nós hoje passa (sic) fome. Ivanilda dos Santos Silva, presidente da ASCAMARES, associada desde a fundação, mãe de quatro filhos e avó de sete netos, todos dependentes economicamente da coleta de RS.

Ivanilda dos Santos, 62 anos e sua irmã, Maria José dos Santos, 65 anos, começaram o trabalho de catação de material reciclável por volta de 1990, no primeiro lixão de Sousa, localizado as margens do Rio do Peixe, atualmente desativado

(Figura 7). Para elas, o trabalho como catadora foi/é a única alternativa disponível para a compra de alimentos.



Figura 8. Primeiro lixão do Município de Sousa, localizado as margens do Rio do Peixe. Local conhecido como Lixão do Rio do Barro Vermelho, nas intermediações dos Bairros André Gadelha e Fazenda Diamante. **Fonte:** Rosimery Almeida (2015).

Segundo Aneliesia dos Santos Silva, outra catadora, há mais de uma década, em referência a Dona Ivanilda, "outro dia ela desmaiou, nós chamamos (sic) o SAMU, mas era só fome e fraqueza".

Já a história do senhor Eliomar, que trabalha como catador de material reciclável desde 1980, hoje com 45 anos de idade, é iniciada a partir do relato dos reflexos do assassinato do seu pai, neste mesmo período de tempo. Sem a perspectiva de um futuro melhor, deparou-se com o lixão como uma oportunidade singular para sobreviver.

No tempo que comecei a trabalhar eu só tinha a minha mãe. Não

tinha mais ninguém por mim. Meu pai tiraram de mim muito cedo. O tempo todo eu catei lixo era um sucesso. Hoje é um catador "barruando" no outro. O negócio tá (sic) ruim pro nosso lado. Mas quando estou dentro do carro do lixão é só caindo o bom – fez referência aos materiais mais vendáveis – eu cato tudo. Já sei que nesse dia vou conseguir levar comida pra casa.

Finalizou a sua fala com certa empolgação demonstrando a alegria em pensar, pelo menos naquele dia, que a principal necessidade da sua família seria atendida, alimentar-se.

"*Antes da associação cada um era cada um*", disse Marcelo da Silva. Em outras palavras, não existia o trabalho em equipe. Cada catador recolhia o material de forma individual e repassava para as empresas de reciclagem. E, assim, concluiu seu raciocínio relatando:

Nós trabalhava (sic) também no lixão. Dormia por lá. Também caçava práticos (sic) em todo canto. Mas do lugar das coisas melhorar (sic) fica mais (sic) pior pra nós. Se o caba (sic) for contar a história de nós até a senhora chora. Disse Marcelo da Silva, ex-presidiário, e hoje catador de material reciclável na cidade de Sousa desde de 1990.

Sobre este, Amartya Sen (2010) comenta: negam-se as pessoas a liberdade de ter a capacidade de sobreviver em vez de sucumbir à morte, pela fome. Negam-

se as pessoas a liberdade básica de sobreviver.

No ano de 2002, através da votação entre os catadores de material reciclável, escolheu-se o primeiro nome do grupo - RECICLAMAR, Reciclagem de materiais. Pensou-se, até mesmo antes da ideia da escolha do nome, de organizar essa classe de trabalhadores de modo que futuramente criar-se uma associação.

Nesse processo inicial, a RECICLAMAR teve o apoio de diversas fontes: do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE de Sousa; do Padre Ernaldo de Pombal; da dentista Maria Lindete Virgínio; do projeto Cáritas Regional, entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos; da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário; da Diocese de Cajazeiras; e da Juíza de Direito Dra. Remédios. Na época doou-se aos catadores equipamentos de proteção individual, como capas de chuva, botas, fardamento e luvas.

Através dessas parcerias, entre o período de 2002 a 2006, o processo de organização do grupo RECICLAMAR concluiu-se. Objetivou-se, pois, a criação de uma associação para que futuramente fosse

implantada a coleta seletiva e remuneração dos catadores a partir da prestação de serviço pela coleta dos materiais recicláveis.

Ao longo do tempo, o trabalho de lideranças internas, também, foi importante nesse processo, tais como: os catadores Eliomar Florentino, Dalmir (*in memoriam*), Mazé e Dona Ivanilda. *"Naquela época o grupo era mais unido. Tinha mais força de vontade, nós tinha (sic) mais apoio"*, disse Eliomar.

Para consolidação do grupo RECICLAMAR alguns fatores foram cruciais, como o Programa do Governo Federal, o Cataforte³, onde a própria euforia e entusiasmo dos catadores, bem como as condições que eram ofertadas, como por exemplo, de alimentação, principalmente nas reuniões internas com a colaboração do setor privado de Sousa (Figuras 8 e 9).



Figura 8. Reunião da ASCAMARES aprovação de novo Estatuto e eleições da Diretoria e Conselho Fiscal. **Fonte:** Acervo documental, ASCAMARES (2017).

Esse processo inicial de organização foi marcado pela participação majoritária dos catadores, contribuindo com o bom andamento dos negócios. Para eles alguns fatores estariam relacionados com essa participação significativa como, por exemplo, a oportunidade de alimentar-se durante esses encontros, pois para muitos seria a primeira e/ou a última refeição do dia.



Figura 9. Reunião da ASCAMARES aprovação de novo Estatuto e eleições da Diretoria e Conselho Fiscal. **Fonte:** Acervo documental, ASCAMARES (2017).

"Antes as reunião (sic) tinha (sic) lanche. E daí todo mundo vinha. Por que o catador é preso pela barriga", declarou o senhor Eliomar Florentino. Possibilitavam-se, pois, a participação dos catadores, pela disponibilidade de alimentação e de pessoas que cuidassem das crianças, diferentemente de hoje que não há tanta participação dos associados.

Ao longo da história dos catadores diversas instituições contribuíram de forma positiva com o progresso desta categoria, destacando-se, segundo os

mesmos, o ex-presidente Lula, onde catadores, a exemplo de Eliomar, tiveram a oportunidade de participar do projeto Café com os catadores, em Brasília, financiado pelo Cataforte.

Outros nomes foram citados com entusiasmo como o da Advogada da ASCAMARES, Dra. Vera Vernaide, da Rede de Educação e Cidadania (RECID), do Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social (IFBDS), do Corpo de Bombeiros de Sousa, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e de alguns meios de comunicação local. Tais instituições foram importantes na capacitação dos catadores e no apoio financeiro.

Os movimentos de formação estadual e nacional dos catadores promovido pelo Cataforte, por volta de 2008, foram apontados como momento importante da caminhada desse grupo. *"Quando eu participava dessas coisa (sic) me sentia importante. Sei lá, nós voltava diferente"*, acrescentou Eliomar.

Hoje o conhecimento adquirido pelos catadores nesse período histórico é visto como uma conquista alcançada. *"Hoje a gente tem conhecimento da nossa própria história. Hoje a gente sabe participar e falar nos eventos. Falar das nossas dificuldade (sic). Do que precisamos (sic)"*, argumentou à catadora Mazé.

Mas reconheceram que além disso, a criação da ASCAMARES e da recente doação do terreno para construção do galpão para triagem armazenamento e tratamento do material por parte do poder público municipal, são conquistas relevantes. Já o recurso para construção desse galpão, segundo a ASCAMARES, será obtido proveniente de uma multa aplicada a uma empresa privada por um órgão ambiental, cujo valor financeiro será revertido e administrado pelo Ministério Público para essa construção.

Para a ASCAMARES, algumas dificuldades precisam ser enfrentadas: a falta de motivação dos associados desde o fechamento do lixão em 2014; a ausência da implantação da coleta seletiva no Município; a efetiva inserção dos mesmos no PMGIRS de Sousa; e, a desarticulação do grupo provocada pela falta de acesso aos materiais na Trash. Sobre este último, o catador Eliomar Santos argumentou: *"ali não é um aterro, é uma bomba atômica para o futuro"*.

Como alternativas para superar as dificuldades identificadas pela ASCAMARES, enxerga-se a necessidade de tornar, ainda mais, pública a problemática dos catadores,

de modo que através de audiência com o gestor público sejam expostas essas dificuldades e anseios. Bem como, buscar parceiros dispostos a implantar a coleta seletiva, como a Universidade Federal de Campina Grande, CampusSousa.

Por fim, questionou-se se o grupo teria interesse em aprender a fazer algo E, de forma majoritária, manifestaram o desejo de trabalhar com artesanato com o material reutilizável ou reciclável, pois para eles essa seria uma forma de demonstrar o seu trabalho, sua importância social e ambiental, e, além disso, ter outra alternativa de renda e trabalho.

O QUE (NÃO) MUDOU PARA OS CATADORES?

Em entrevista no ano de 2016, Gestão anterior, quanto à coleta seletiva, os Secretários de Infraestrutura e Meio Ambiente foram questionados se existe algum sistema para essa prática e consequente destinação. Ambos responderam que não e que existem perspectivas para essa implantação. O secretário do meio ambiente, no entanto, acrescentou: "Existe um projeto que venha a privilegiar as pessoas envolvidas. Lembrando que

houve um processo de capacitação e com parcerias.[mas que ainda não foi possível executá-lo]".

Na mesma esteira, os secretários foram abordados quanto à implementação das exigências do PNRS e a consequente exclusão dos catadores de materiais recicláveis dos extintos lixões para a coleta de resíduos sólidos. Perguntou-se se esse fato agravou a situação financeira das famílias que sobrevivem dessa atividade econômica. E se a Prefeitura projeta algum programa assistencial ou de renda mínima para garantir a atividade laborativa desses catadores, como, por exemplo, implantar a coleta seletiva de resíduos recicláveis antes da destinação final dos rejeitos.

O Secretário de Infraestrutura, por sua vez, respondeu: "*com certeza agravou a situação financeira, mas para tentar contornar essa situação, a gestão municipal cadastrou essas famílias para doação de cestas básicas para assim amenizar o ocorrido [...]*".

Compreende-se que com a implantação do aterro da Trash, feito de forma terceirizada na cidade de Sousa, os catadores tiveram sua fonte de renda comprometida. Com isso, no ano de 2016, a prefeitura municipal tentou minimizar essa situação

doando uma cesta básica mensalmente para os catadores cadastrados, o que não garantiu condições de vida, trabalho e renda de forma digna.

Entende-se, pois, que há uma necessidade de implantação da coleta seletiva dos resíduos. Todavia, não se deve unicamente a efetiva atuação e responsabilidade dos gestores municipais, mas também a participação popular, de um modo geral, inclusive desses catadores.

Verificou-se, ainda, que tais catadores não mais recebem essas cestas básicas desde o processo eleitoral em 2016 e, devido falta de projeto lei, a gestão atual não está habilitada a continuar com a ação que, por sua vez, não resolve o problema desses catadores, ao passo que apenas mascara-o.

De acordo com o atual Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, Zenias Alves da Silva, a Prefeitura Municipal de Sousa, desde maio de 2017, vem desenvolvendo uma parceria com o Programa Fomento a Empreendimentos Econômicos Solidários do Estado da Paraíba. Para a ASCAMARES, as informações acerca do andamento desse programa são encaminhados de forma lenta e desgastante, tendo em vista o processo burocrático.

Esse programa, por sua vez, objetiva identificar, mobilizar e cadastrar os catadores de material reciclável, bem como promover a organização sócio comunitária, capacitação, assessoramento técnico, principalmente, na perspectiva do apoio à comercialização solidária. Cogita-se, também, uma parceria com as secretarias de Ação Social e de Educação de modo que sejam criadas políticas públicas voltadas a esses trabalhadores (Figura 10).



Figura 10. Reunião com o Gestor público de Sousa para tratar ações voltadas aos catadores.
Fonte: Acervo documental da Prefeitura Municipal de Sousa (2017).

Face a esse cenário do que (não) mudou ao longo dos anos, aos “fiéis”, o 13 de junho é um dia de devoção ao Santo Antônio. Para a ASCAMARES passa a ser um novo marco histórico para os catadores, pois, a Câmara de Vereadores do município de Sousa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei do Poder Executivo (Prefeito Fábio

Tyrone), na qual se doou um terreno, onde funcionava o antigo matadouro público de Sousa. Para a ASCAMARES a nova expectativa é a implantação da coleta seletiva na cidade e a construção de um galpão neste terreno, que servirá como local para triagem, armazenamento e tratamento dos materiais coletados

Percebe-se que, mesmo a passos lentos, os integrantes da ASCAMARES já avançaram em alguns aspectos, conforme apontado nesse trabalho, no entanto, estes ainda não são suficientes como garantia de condições digna de vida e trabalho. Assim, o fortalecimento da categoria, em termos local e nacional, precisa ser intensificado cada vez mais, principalmente a considerar a necessidade de cumprimento da PNRS.

(DES) INTEGRAÇÃO DOS CATADORES NO PMGIRS

O PMGIRS de Sousa foi criado em 2013 pela empresa de engenharia e consultoria ambiental A5 Ambiental, com sede em Goiânia, estado de Goiás. O documento baseou-se nas normas da Lei Federal n. 12.305/2010, que estabeleceu a PNRS, determinando o prazo até o ano de 2014 para que todos os

municípios eliminassem os lixões, buscando uma destinação ambientalmente adequada para os rejeitos.

O PMGIRS tem como objetivo principal proteger o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, com caráter contínuo e desenvolvimento em várias etapas distintas. Sendo inter-relacionadas entre si, tem como base critérios sanitários, ambientais e econômicos. Tal plano destaca, ainda, a necessidade de mudanças de comportamentos e hábitos da população no intuito de reduzir o consumo e produção, através de um processo de educação ambiental. Desse modo, compreende-se que a gestão dos resíduos sólidos é um processo dinâmico que deve ser executado por meio de soluções e alternativas, por exemplo, instigar novos padrões de consumo, envolvendo a integração do poder público e a participação da sociedade.

Verifica-se que a elaboração de um PMGIRS, sem sua devida execução, não resolve por si só a problemática dos resíduos sólidos de um município, demandando, pois, a atuação de vários sistemas vinculados à gestão municipal, por exemplo: a participação popular, empenhada na separação dos materiais recicláveis

nas suas próprias residências; os catadores organizados em cooperativas/associações, capacitados para atender as demandas do processo de coleta; além dos estabelecimentos privados e públicos.

Sob a responsabilidade de a prefeitura contratar empresas e parcerias que desempenhem papel relevante no gerenciamento integrado. Nesse sentido, esse plano destaca a contratação de duas empresas que se responsabilizaram pela coleta e destinação final dos resíduos - a Conserv, empresa especializada em serviços de limpeza e a Trash. A primeira realizaria, segundo o plano, a coleta do lixo urbano através de rotas diárias, por meio de caminhões compactadores. Todavia, atualmente, a Trash está responsável por este processo de forma exclusiva. Tais resíduos são dispostos em um aterro "sanitário" que fica sob a administração da Trash que, por sua vez, responsabiliza-se também pela destinação final dos resíduos e tratamento.

Por meio de estudos realizados pela A5 Ambiental na cidade de Sousa no ano 2013, constatou-se a necessidade de ampliação e expansão da coleta seletiva em todo o Município. Conforme exposto no

Gráfico 1, o total diário de resíduos coletados pelo município e direcionado ao aterro sanitário equivale a, aproximadamente, 88 toneladas, sendo 36% relativo a lixo não orgânico, ou seja, passível de ser reciclado (A5 AMBIENTAL, 2013).

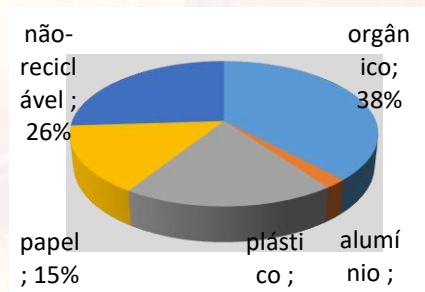


Gráfico 1. Percentual dos resíduos coletados diariamente no município de Sousa. **Fonte:**A5 Ambiental (2013).

A coleta na cidade é realizada por carros específicos licitados pelo Município. Mas ainda existe a coleta realizada pelos catadores da ASCAMARES que, como não possuem acesso ao material coletado pela Trash, executam o trabalho "porta a porta". Deslocam-se, por conta própria e sem envolvimento com a gestão pública, para os bairros da cidade em busca de material reciclável e reutilizável.

Observa-se ainda no PMGIRS, oportunidades de melhorias e sugestões que podem ser executadas pela Secretaria Municipal do Meio

Ambiente, como o aproveitamento do biogás produzido no Aterro, conforme o Projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)-Protocolo de Kyoto.

A empresa Trash possui um aterro sanitário constituído por várias camadas de lixo prensadas por trator, de forma que se torna necessário intercalar as camadas de lixo com camadas de terras. Para isto, existem o que eles chamam de jazidas de empréstimos, ou seja, local aonde, através de técnica de escavação, se toma material por empréstimo para a compactação do lixo no aterro. Essas jazidas são utilizadas para a criação de novos aterros sanitários. Verificou-se que o material chega ao espaço do aterro compactado, sem segregação e já é direcionado a fase final por meio do aterramento. Logo, tais rejeitos depositados de forma incorreta podem comprometer a qualidade do solo, da água e do ar, uma vez que contaminam toda a área através da emissão de gases bem como de outros compostos orgânicos.

A Trash possui um sistema de drenagem de gases (metano e carbônico) para captar as substâncias que são geradas por consequência do aterro dos resíduos sólidos. O PMGIRS, por sua vez, estabelece que deve existir um sistema com

tubulações verticais interligadas à drenagem horizontal de lixiviados, de forma que todo o gás capturado seja conduzido ao topo de drenos verticais onde é feita a queima do mesmo, buscando assim, reduzir as emissões atmosféricas e o odor (A5 AMBIENTAL, 2013, p.41).

A caixa de captação capta o chorume, originado da decomposição, bem como da dissolução em água da matéria orgânica encontrada no lixo, causador da poluição hídrica, principalmente os lençóis freáticos. Neste caso, a empresa Trash faz a drenagem adequada desse chorume, captando-o e enviando para a estação de tratamento, por meio de processos biológicos, como a lagoa de estabilização.

A Trash ainda possui outra unidade de tratamento que recebe o lixo hospitalar e fica localizada em outra área do Município de Sousa, no Distrito Industrial. É nesse local que a empresa armazena e depois faz o processo de incineração desses resíduos. Essa unidade funciona desde o ano 2009 e atende a vinte e três cidades nos Estados do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do esforço de recuperação de vestígios documentais exposto neste estudo, evidencia-se que os catadores de material reutilizável e reciclável do Município de Sousa necessitam ser mais valorizados e reconhecidos, dada a sua importância social e ambiental, devendo, pois, ser assistidos pelas políticas públicas em um novo contexto de cidadania e sustentabilidade socioeconômica. Considerando que a ideia de inclusão social vai além da organização da categoria, está intimamente relacionada com condições existenciais mínimas para uma vida digna e saudável.

Descobriu-se, a partir deste estudo, que a maioria dos catadores é analfabeta o que dificulta ou até impossibilita sua inserção do mercado de trabalho, inclusive, em termos de novas possibilidades, pela possível incapacidade de redefinição constante a qualificação necessária para um determinado trabalho.

A baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional ocasionaram, então, a limitação nas oportunidades de emprego, motivo pelo qual, os catadores buscaram retirar seu sustento e da sua família na catação do lixo. Para muitos, considerando as condições atuais de

vida e as longas e exaustivas jornadas de trabalho, a entrada ou até mesmo continuação por tempo expressivo na escolaridade bem distantes.

Associado a essa questão da baixa escolaridade, ainda se tem outro fator importante, a idade avançada da maioria dos catadores. Observou-se também que, apesar de alguns trabalhadores terem a idade avançada, mostraram-se produtivos, conscienciosos e cuidadosos com as suas atividades diárias.

No geral, mesmo diante de todas as dificuldades, demonstraram que sua atividade laboral é prazerosa. Sentem-se atores sociais importantes, úteis à sociedade e ao meio ambiente, mas sentem-se excluídos socialmente. Ainda se percebeu que ao participarem deste estudo, todos os catadores foram bastantes cordiais e prestativos, o que pode estar atrelado a possibilidade de tornarem seus problemas públicos, já que sentem-se esquecidos pelo poder público.

Evidencia-se neste estudo alguns aspectos que podem dissociar os efeitos deletérios das contingências políticas e socioeconômicas no município de Sousa, que tem desarticulado e desintegrado ações de cunho social, ambiental e de ordem

econômica: a realização da coleta, triagem, classificação e a comercialização dos RS de forma frequente e organizada, a partir da implantação da coleta seletiva; o apoio da Administração pública municipal, do privado e da sociedade civil, principalmente no sentido de reconhecer que o material reutilizável e reciclável é considerado um bem econômico e de valor social, que gera trabalho e renda e promove a cidadania; o incentivo a cadeia produtiva de reciclagem; o fortalecimento da ASCAMARES e da atuação dos catadores com melhoria das condições de trabalho e, por fim, a ampliação do leque de atuação desta categoria profissional por meio da implementação da PNRS, de fato.

Desse modo, o artesanato e as atividades em torno da compostagem, como mencionado anteriormente, mostram-se como novas possibilidades de atuação desta categoria, já que, em relação a este último, são coletadas diariamente na cidade de Sousa, aproximadamente, 32 toneladas de material orgânico passível de compostagem. Contudo, esta atividade demanda uma maior integração entre os catadores e a sociedade, que precisa participar ativamente do processo de separação

dos materiais, e com o poder público municipal, visando uma implementação e conscientização educativa da sociedade para essa coleta seletiva, promovendo, assim, preservação ambiental, economia dos recursos públicos e inclusão social.

Sabe-se que a função econômica, social e ambiental dos catadores é relevante, mas torna-se contraditório e complexo entender o fato de que, apesar da sustentabilidade disseminar-se no meio social, nos discursos acadêmicos e na legislação brasileira, ainda existam condições de vida e trabalho no Brasil.

Políticas públicas precisam ser criadas para transformar positivamente a realidade dos catadores de Sousa, tornando esta atividade mais justa e igualitária, por meio da oferta de boas condições de trabalho, alfabetização e/ou formação técnica dos catadores, fornecimento de materiais e equipamentos tanto permanentes como de proteção individual, garantindo maior segurança durante a coleta, a implementação de equipamentos logísticos, arrojado estrutural e tecnológico, visando garantir uma melhor qualidade de vida.

¹ Autor para correspondência. E-mail:rosy.alves@bol.com.br, ORCID ID:<http://orcid.org/0000-0001-5535-1973>.

² E-mail: mfnbarbosa@hotmail.com, ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0003-3415-8829>.

³ Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil no período mencionado.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. Manual de História Oral. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2004

ASSOCIAÇÃO DE CATADORES/AS DE MATERIAL RECICLÁVEL DE SOUSA – ASCAMARES. *Informação e documentação*. Sousa: Paraíba, 2017.

BECK, U. A Sociologia de Risco. Cap. 3. In: GOLDBLATT, David. Teoria Social e Ambiente. Lisboa, PO: Instituto Piaget, 1996.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 03 ago. 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010: resultados preliminares do universo – conceitos e definições – tabelas adicionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

SANSON, L. C. O caráter global da questão ambiental. Revista InterAção, v. 3, n. 3, pp 211-231, 2012.

SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUSA. Lei Complementar 031/2004. Dispõe sobre a criação do Departamento de água, esgotos e saneamento ambiental de Sousa – DAESA. Sousa, PB, 2004.

_____. Lei Municipal 2.409, de 19 de outubro de 2012. Trata da Associação de catadores de material reciclável de Sousa – ASCAMARES, como utilidade pública. Sousa, PB, 19 out. 2012.

ETNIA E AFRO-RELIGIOSIDADE EM PERNAMBUCO NO SÉCULO XVIII

ETHNIC AND AFRO- RELIGIOUSITY IN PERNAMBUCO IN THE EIGHTEENTH CENTURY

Josinaldo Sousa de Queiroz
(Doutorando – UFPE)

Juciene Ricarte Cardoso (Prof.^a. Dr.^a.
– UFCG)

RESUMO

Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla que contou com o auxílio financeiro do CNPQ. No presente artigo, analisamos os grupos étnicos oriundos da África e seus rituais eram realizados em Pernambuco, durante o século XVIII. Para tanto, utilizamos relatos de viagens e documentos manuscritos dos séculos XVII e XVIII, para entendermos os rituais Angolanos e Mina que se estabeleceram em Pernambuco. A propósito, para além dos variados grupos transportados para o Nordeste, concentramos nossas análises nos chamados negros “Angolas e Minas”, explicamos como estes se localizavam no continente africano, como receberam estas denominações étnicas (ou metaétnicas) e como suas vivências religiosas eram partilhadas em Pernambuco.

Palavras-chave: Liberdade. Escravos. África.

ABSTRACT

This work is part of a broader research that was supported by the CNPQ. In the present article, we analyze the ethnic groups from Africa and their rituals were carried out in Pernambuco during the 18th century. To do so, we use travel accounts and handwritten documents from the 17th and 18th centuries to understand the Angolan and Mina rituals that settled in Pernambuco. Incidentally, in addition to the various groups transported to the Northeast, we focused our analyzes on the so-called Angolans and Mines, explaining how they were located on the African continent, how they received these ethnic (or meta-ethnic) denominations, and how their religious experiences were shared in Pernambuco.

Keywords: Freedom. Slaves. Africa.

No presente artigo, analisamos duas práticas religiosas realizadas em Pernambuco – o Calundu e a Dança de Tundá. Para tanto, utilizamos documentos manuscritos do século XVIII, para entendermos os rituais Angolanos e Mina que se estabeleceram na capitania. Temos como foco, analisar como se davam estes ritos, quem os colocava em

prática e quais as suas ligações com os grupos étnicos que os realizavam. Trazemos à tona uma nova discussão sobre a Dança de Tundá ou Acotundá. Como já conhecido na historiografia sobre a religião afro e afro-brasileira, Luiz Mott tratou de estudar esta expressão cultural oriunda dos povos sudaneses. Neste trabalho, discutimos novos elementos que configuram uma variação da Dança de Tundá, em Pernambuco, apresentando novos elementos e a influência da cultura Banto no ritual supracitado. Além disso, discutimos sobre as denominações étnicas dos chamados "Angolas e Minas", onde se localizavam na África e como se deu sua vinda forçada para a Capitania de Pernambuco.

ANGOLAS E MINAS NA HISTORIOGRAFIA

Quando se trata do comércio transatlântico de escravizados, sempre se levou em consideração as características específicas de cada grupo étnico que vinha nas embarcações destinadas à compra e à venda desses sujeitos. A propaganda sobre os negros, segundo Reginaldo (2011, p. 149), reconhecia e valorizava as diferenças físicas e comportamentais, além das

habilidades para o manejo de determinadas funções. Luís dos Santos Vilhena chama a atenção para a preferência dos proprietários de escravos baianos pelos africanos da Costa da Mina, mesmo estes possuindo fama de "rebeldia e aspereza" (REGINALDO, 2011, p. 150), enquanto que angolas e benguelas, oriundos das regiões centro-africanas, eram apreciados pela sua suposta disposição e facilidade em se integrarem ao mundo dos brancos.

Claro que os argumentos a favor ou contra negros de determinadas localizações geográficas eram provenientes dos embates entre comerciantes luso-brasileiros e portugueses. Os primeiros preferiam o africano Mina em decorrência da política de valorização do tráfico com a Costa da Mina e o Golfo do Benin; já os portugueses, para além da perda do monopólio quando da tomada de São Jorge da Mina e Luanda pelo os holandeses, tinham interesse de retomar o comércio na intenção de, novamente, submeterem a Bahia e Pernambuco ao esquema triangular: África, metrópole e colônia.

É possível que para muitos membros do Conselho Ultramarino fosse mais interessante que os comerciantes de escravos luso-brasileiros

deixassem a Costa da Mina e se dirigissem para Angola. Primeiro, porque as autoridades portuguesas estabelecidas nesta região poderiam favorecer comerciantes metropolitanos, determinando quais mercadorias poderiam ser trocadas pelos africanos e quais seriam proibidas, ou pagariam taxas mais elevadas, desta forma diminuindo a supremacia dos luso-brasileiros no negócio dos escravos. Além disso, o aumento do número de mercadores de nação portuguesa nos portos angolanos diminuiria a influência dos mercadores ingleses, franceses e holandeses na região, principalmente em Benguela (STABEN, 2007, p. 497).

A partir de 1637 a Fortaleza de São Jorge da Mina passou a ser administrada pelos holandeses. Por determinação da Holanda, os navios "sob bandeira portuguesa [só] comprassem escravos apenas em quatro portos: Grande Popó, Ajudá, Janquim e Apá (mais tarde conhecido como Badagri), localizados ao leste do rio Volta, em uma região denominada Costa dos Escravos" (STABEN, 2008, p. 24). Mas, apesar da limitação imposta pela Holanda, Portugal tinha ao seu alcance uma vasta região para a captura de africanos. Durante a segunda metade do século XVII a situação do império português muda drasticamente, pois, ao passo que o comércio naquela região aumentava, Portugal perdia seu monopólio. Alguns acontecimentos no citado século

levaram o país ao declínio de suas atividades naquela região.

Os conflitos entre a Coroa de Castela e as nações europeias (França, Inglaterra e Países Baixos) enfraqueceram o poder naval de Castela. Diante disso, foram permitidas às nações inimigas a colonização de diversas ilhas do Caribe. Nestas ilhas, optou - se pela produção da cana de açúcar, produto, a esta altura do século XVII, de grande valia no mercado europeu. Para o cultivo e produção da cana de açúcar, era necessária a utilização da mão de obra escrava africana. Logo, esses países perceberam que poderiam obter lucros não só com as lavouras, mas também com o tráfico de escravos para as diversas ilhas do Caribe (STABEN, 2008, p. 26).

Assim, a demanda por negros da Costa da Mina aumentou exponencialmente. Negociantes da França e da Holanda adquiriram asientos ibéricos, que eram licenças "comerciais para o fornecimento de cativos para às Índias de Castela" (STABEN, 2008, p. 26). Em razão disto, as Companhias comerciais da Inglaterra, França e Países Baixos "se fortaleceram economicamente, colocando fim ao monopólio português na Costa da Mina" (STABEN, 2008, p. 26). Não restando

outra solução para Portugal, a não ser dividir o comércio com outros países (ver mapa 2), centrou seus esforços no monopólio do comércio de cativos em Angola. Daí os embates entre luso-brasileiros e portugueses, sobre a suposta qualidade entre um grupo étnico e outro. Essa discussão não passava de interesses comerciais por parte da Coroa portuguesa, já que a ideia era submeter comerciantes do Brasil ao comércio apenas em Angola, o que geraria maiores lucros aos portugueses.

As razões de Portugal coincidiam com a realidade das Capitâneas brasileiras. Na segunda metade do século XVII, Pernambuco contava com a mão de obra escrava da Costa da Mina (LOPES, 2008, p. 30). Não obstante, sua participação no comércio com esta região não se restringia apenas à compra e à venda de escravos, o que Gustavo Acioli Lopes (2008, p. 30) chamou de "navegação bipolar". Além da obtenção de cativos, comerciantes pernambucanos desenvolviam mercado paralelo com a venda de víveres, panos e outras coisas. O que significava, para Portugal, perda importante de capital. De acordo com Sousa e Almeida (2013, p. 35) pernambucanos e baianos, no século XVIII, gozavam de ampla liberdade no

comércio com a Costa da Mina, enquanto que os comerciantes do reino careciam de "privilégios, graças ou isenções" no referido comércio. Essa situação era o reflexo da perda do monopólio no comércio de escravos que Portugal sofreu com a tomada de algumas feitorias na Costa da Mina pela Holanda¹.

Pernambuco, além de atuar fortemente nas relações comerciais com a Costa da Mina, também possuía fortes ligações com o comércio em Angola. Desde a criação da Companhia de Pernambuco e Paraíba, disposta em alvará de 13 de Agosto de 1759, durante a administração pombalina, garantia-se o privilégio de que apenas a referida companhia poderia fazer comércio com a costa da África e outros portos - notadamente, Angola e Costa da Mina (MENZ, 2013, pp. 45-76). Exposto isso, visualizamos que para a segunda metade do século XVIII, a população escrava de Pernambuco era composta, em sua maioria, por centro-africanos e africanos do litoral da África Ocidental. Apesar de ter havido uma Generalização dos grupos deslocados para o Brasil e de outras partes do mundo, sabemos que nem sempre a identificação dada aqueles sujeitos condiziam com a sua realidade étnica. E, quase sempre,

sua origem étnica estava ligada ao porto de embarque do qual saiu.

O termo angola "era usado para identificar diferentes populações embarcadas para a América principalmente através de Luanda, porto e capital mais importante do enclave português na costa africana, a colônia de Angola" (REGINALDO, 2011, p. 185). Essa designação poderia se referir aos povos da costa ou a populações de outras regiões distantes do domínio português, mas que estavam inseridos no comércio interno da África. Logo, um negro designado por angola poderia pertencer a qualquer outro grupo. Ainda, é necessário ponderar-se, que a palavra ngola provem de línguas centro-africanas e referia-se ao título que designava o chefe político do Ndongo. O Ndongo se estendia a "grosso modo, entre os rios Dande e Cuanza, o litoral oceânico e as terras de Matamba, a que os portugueses atribuíram a designação de "reino de Angola" (REGINALDO, 2011, p. 185). Ou seja, essas regiões poderiam abrigar um vasto número de sujeitos de grupos diferentes, mas que eram englobados pelo termo "angola".

Mapa 1- Mapa da Região de Angola no século XVIII



Fonte: SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700.** 2.ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 823.

Para o período da documentação sobre os batuques empreendidos por Minas e Angolas, estima-se a entrada de 41. 324 escravos provenientes de Angola e 5. 601 da Costa da Mina, durante os anos de 1760 a 1779 (ARAÚJO, 2007, p. 74). Entre os anos de 1742 a 1760, dos 50. 871 cativos que deram entrada em Pernambuco, 16. 488 procediam da Costa da Mina, enquanto os outros 34. 383 vinham dos portos de Angola (ARAÚJO, 2007, p. 74).

Também ocorre certa confusão quando se trata dos negros denominados "Minas". Para Luís Nicolau Parés (2007, p. 25), o termo "Mina" foi uma denominação que se ampliou ao longo do tempo, mas que

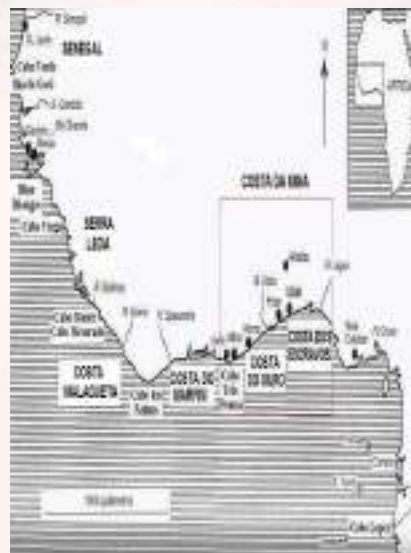
inicialmente era utilizado apenas para escravos embarcados do Castelo de São Jorge da Mina.

Como foi notado por Verger, a expressão "Costa da Mina" passou paulatinamente a designar não a Costa do Ouro, mas, mais precisamente, a Costa dos Escravos, isto é, a costa a sotavento do Castelo de São Jorge da Mina, que se estendia do delta do rio Volta, em Gana, até a desembocadura do rio Niger (rio Lagos), na Nigéria. Consequentemente, como bem observou Nina Rodrigues, mina ou "preto mina" podia designar africanos não só da Costa do Ouro como também da Costa do Marfim e da Costa dos Escravos, esta última incluindo Togoland, Benim e Nigéria ocidental". Desse modo, a abrangência semântica do termo "mina" passou a incluir quase todos os povos do Golfo do Benim, desde um ashante até um nagô (PARÉS, 2007, pp. 27-28).

Além de expressões como "escravos da Costa da Mina" ou de "Angola", as identidades étnicas forjadas na África e na diáspora sugerem mais possibilidades de identificações para além da origem geográfica. Determinados grupos que compartilhassem traços culturais semelhantes, poderiam ser enquadrados em uma única definição étnica. Dessa forma, este processo poderia começar ainda na África e se reestruturar em outras partes do mundo, como foi o caso dos nagôs ou anagous (PARÉS, 2007, p 25). Outra expressão possível de ser utilizada é a

"metaétnica", que se refere à identificação externa de grupos de localidades próximas que partilham características culturais e, no contexto do comércio de escravizados, quando eram embarcados nos mesmos portos. Esse conceito desenvolvido por Jesús Guanche Pérez foi parcialmente ampliado por Nicolau Parés (2007, p. 26), o qual entende que além da identificação imposta aos grupos heterogêneos, os mesmos podem, com o tempo, transformaram-se em identificações internas e utilizadas como formas de auto identificação.

Mapa 2 - Mapa da Costa da Mina no século XVII



Fonte: Costa da Guiné no século XVII. Adaptado de Barbot on Guinea apud PARÉS, Luis Nicolau (org). Práticas religiosas na Costa da Mina. Uma sistematização das fontes europeias pré-coloniais, 1600-1730. Disponível em: <<http://www.costadamina.ufba.br/>> Acesso em: 30/03/2017².

Ou seja, um determinado grupo étnico anterior à escravização poderia mudar a sua condição de identificação étnica de acordo com a situação que estivesse inserido. A exemplo:

sabemos que nagô, anagô ou anagonu era o etnônimo ou autodenominação de um grupo de fala iorubá que habitava a região de Egbado, na atual Nigéria, mas que emigrou e se disseminou por várias partes da atual República do Benim. Ao mesmo tempo, os habitantes do Daomé, reino que se manteve desde meados do século XVII até o final do século XIX, começaram a utilizar o termo "nagô", que na língua fon tinha provavelmente um sentido derogatório, para designar uma pluralidade de povos iorubá-falantes sob a influência do reino de Oyo, seu vizinho e temido inimigo. Desse modo, uma autodenominação étnica, restrita a um grupo particular, passou a ser utilizada por membros alheios a essa comunidade para assinalar um grupo de povos mais amplo (PARÉS, 2007, p. 25).

Mariza de Carvalho Soares (2000), utiliza o conceito de "procedência" para identificar povos incluídos sob uma mesma denominação metaétnica. Este conceito leva em consideração apenas o fator geográfico para denominação dos povos (Angola, Mina, Ketu etc.). Nos parece que as identidades criadas e recriadas vão além do fator geográfico. Nesse caso, concordamos com Parés quando o mesmo alega que

as identidades étnicas, no Brasil, foram um processo de trocas culturais entre os vários grupos que aqui se estabeleceram em função do deslocamento forçado pela escravidão (PARÉS, 2007, p. 27).

Com esta ressalva sobre as origens e a denominação dos negros que chegavam à Pernambuco, voltemos a uma questão anterior sobre a possível divisão de costumes e práticas ritualísticas entre negros Angolas e Minas. Para tanto, utilizamos três tipos de fontes: as de caráter inquisitorial (denúncias e processos), as de caráter administrativa (enviada por autoridades seculares e religiosas) e os relatos de viagens feitos na África e no Brasil.

Escreveu Manoel Félix da Cruz que "há tempo que ando escrupuloso e desejoso de dar conta a Vossa Reverência de um abuso que se tem introduzido neste Pernambuco"³. Fazendo menção aos conhecidos batuques no Recife⁴. Este denunciante informava que os "negros do gentio de Angola, e especialmente os do Gentio da Costa costumam, quando morre alguns seus parentes, ou malungo, pôr publicamente nas praças, e outros lugares uma mesa coberta com uma bata preta a pedir esmola para mandar dizer missa"⁵ pela alma do

parente ou malungo que falecera. Tal situação, nos fala o autor entre parênteses: "até aqui ato de piedade".

Porém, em seguida, os mesmos negros que pediam esmolas para a missa de seu companheiro juntavam-se ao redor da mesa para dançarem. Esta dança era acompanhada de tabaques e outros instrumentos⁶, "ao modo de suas terras". Estas e "outras danças e batuques" realizadas aos domingos e dias santos tinham licença por escrita do Governador da Capitania. Manoel afirma que eles usavam palavras "escandalosas" e cantilenas para realizarem tal ato, e que no meio da cristandade, não poderia ser admitido tais "ritos gentílicos opostos a Santa Fé e religião cristã"⁷.

Segundo a denúncia, temos aqui, ao menos, duas visões distintas de mundo – banto e católica – que convergiam em prol de um interesse em comum: cuidar da alma daqueles que partiram para o mundo dos mortos. Thornton observa que na parte cristã do Congo "cuidar dos ancestrais era algo tipicamente familiar (...) em troca, receberiam [os praticantes] boa sorte e saúde, mas, se fossem negligentes, doenças e má sorte" (THORNTON apud DELFINO, 2015, pp. 80-100).

Segundo Sweet (2007), este tipo de acontecimento é concebido pela ótica de que o animismo africano interpretou e reordenou elementos católicos com o propósito de complementar as estruturas religiosas dos centro-africanos, indicando que havia entre essas duas visões de mundo – católica e banto – interpretações equivocadas. Para Thornton, este processo resultava numa troca cultural entre ovimbundos e europeus. À medida em que se introduzia o catolicismo no antigo reino do Ndongo, seus habitantes partilhavam experiências num sistema de via dupla. Leonora Delfino complementa essa discussão afirmando que

na medida em que o poder metropolitano buscava disseminar os costumes europeus e o programa catequético expansionista, os povos afro-lusitanos também incorporavam valores e práticas centro-africanos, contribuindo assim para uma "interpenetração das duas sociedades", isto é, um processo de intercâmbio cultural anterior à travessia. Esta nova linguagem religiosa – desenvolvida inicialmente no Congo, seu epicentro de difusão – realizou a difusão do Cristianismo centro-africano, um dos pontos de partida para o entendimento das culturas atlânticas na diáspora (DELFINO, 2015, pp. 387).

Malungos, que vem do banto, malungu, significa canoa ou

mbarcação. Uma vez que os negros desembarcavam, passavam a considerar-se parentes, inclusive proibindo casamentos numa evidente associação ao incesto. A palavra malungu seria a referência a nove grupos matrilineares que supostamente descendem o povo bakongo. Assim, ao se reconhecerem como parentes, aqueles que partilharam da experiência dos navios negreiros indicam a vontade de sobreviver de acordo com suas origens ancestrais (PARÉS, 2016, pp. 327), (SLENES, 1995). Alberto da Costa e Silva (2011, p. 236), encontrou um sentido parecido ao de "malungu" na composição do "wari", ou seja, um sistema de "casas" liderada por um chefe de família. Este autor escreveu que os homens se mediam pela canoa e que em torno desta a estrutura social era alterada. Além do sentido de parentesco – através da embarcação –, a canoa também possuía o sentido de ascensão social coletiva.

Uma wari (casa) devia ser capaz de montar uma embarcação (canoa de guerra) com, pelo menos, 30 homens, armados de escudos e azagaias. Obtendo sucesso nesta etapa, o chefe da "canoe house"⁸ "passava a integrar o conselho real, a tomar parte nas deliberações sobre a

paz e a guerra e a disputar espaço no comando da cidade" (SILVA, 2011, p. 236).

Uma "casa" que tivesse um grande êxito em suas operações mercantis crescia em número de gente que a ela livremente se juntava, e de escravos, e de almadias. Quando algum de seus membros, fosse filho, parente ou escravo do chefe da casa, acumulava riqueza suficiente para ter a sua própria canoa de guerra, ele se separava da wari, com o consentimento de seu pai de sangue ou de seu "pai" de adoção, e ia fundar uma nova "casa", vinculada àquela em que se havia formado, como se fosse uma filial em relação à matriz. Compunham-se assim verdadeiras constelações de "casas", cada uma dessas constelações a lutar contra as outras, muitas vezes de armas na mão, por uma parcela maior do comércio e pelo mando na cidade-estado (SILVA, 2011, p. 236).

Wari (casa) e família se confundiam. Uma "casa" não podia crescer indefinidamente, ao atingir certo número de membros, era comum que se dividisse "um ou mais filhos da cabeça da família indo formar uma nova "casa". Nessa nova estrutura, mantinha-se os laços familiares, mas o que predominava era o parentesco⁹. A sobrevivência através do parentesco (real ou simbólico) dava-se muito antes do comércio atlântico de escravos. A metáfora da canoa se insere em outras situações específicas (como a

da wari), mas que, assim como a experiência dos malungus, estava relacionada ao sentimento de sobrevivência.

Em São João Del Rei, no século XVIII, existia um grupo denominado “confrades benguelas”. Este grupo tinha como objetivo garantir a salvação dos seus “parentes de nação”, realizando missas “para os seus vassalos e irmãos”, além das dez missas que lhes garantiam a filiação à Irmandade do Rosário daquele local. Em conjunto com outras nações, “decidiu pela potencialização dos sufrágios e da caridade para com os mortos, através da concessão de mortalhas e sepultamentos dignos aos parentes de nação” (DELFINO, 2015, p. 374).

Leonara definiu “parentes de nação” como uma reformulação do sentido de parentesco. Não necessariamente estaria ligado apenas à consanguinidade, mas, independentemente destes laços, leva-se em consideração a ligação étnica e espiritual. Sendo assim, sem as antigas linhagens ancestrais (baseadas no elemento da descendência consanguínea) que não conseguiram chegar nas Américas em função do desmonte causado pelo tráfico, estes sujeitos reinventaram-se e deram novo sentido ao

parentesco, forjando-o em outros elementos que fossem comuns a ambos (DELFINO, 2015, p. 375).

Com efeito, os irmãos da Nobre Nação de Benguela redimensionaram o culto aos seus antepassados a partir do paradigma interpretativo baseado na reciprocidade entre vivos e mortos. Isto é, quanto mais sofredoras, mais próximas estariam essas almas do alcance do estado de graça garantindo a capacidade de atender pelos chamados dos vivos. Neste ínterim, o purgatório — ícone emblemático da escatologia católica — foi eleito dentro deste imaginário, como o lugar privilegiado de assistência aos irmãos falecidos de nação, bem como o elo fundamental de solidariedade entre os mundos terreno e espiritual. Com efeito, as almas milagrosas deixaram de ser anônimas na perspectiva dos desterrados, ao adquirem a referência nominal dada nas certidões de missas votivas, passando a cumprir — nessas intenções de sufrágios e manifestações festivas — o papel de parentes protetores (DELFINO, 2015, p. 375).

Seriam Angolas e Minas parentes de nação na Capitania de Pernambuco? Apesar de não encontrarmos nenhum registro que indiquem esse sentimento de ajuda mútua entre esses grupos, o fato de participarem da mesma cerimônia em favor das almas de “parentes e malungos” podem indicar certa proximidade. Fazendo deste “ato de piedade”, como dissera Manoel Félix, um indício de que as turbulências do

cativo propiciavam experiências de companheirismos entre aqueles que, por alguma razão, poderiam se considerar diferentes, a depender do contexto em que se inseriam na África anterior a escravização.

O Calundu e a Dança de Tundá em Pernambuco

Apesar de ocorrer a participação de negros da África Ocidental, esta dança pública, com caráter de arrecadar dinheiro para cuidar da alma dos companheiros que partiram, era proveniente da cosmovisão banto. Mas, a cultura centro-africana não se resumia apenas a retirar esmolas pelo bem-estar dos que morriam. No início do século XVIII, precisamente em 23 de setembro de 1716, chegava aos inquisidores uma denúncia realizada por Joseph Prazeres do Monte contra a negra Izabel, acusada de praticar Calundu.

Izabel negra, forra, que havia sido cativa do alferes Manoel da Cunha Cardoso, residente em Parnamirim, Freguesia da Sé de Olinda, era tida por feiticeira, pois realizava Calundu em sua casa. Outro negro, Antônio, cativo de outro Manoel, este lavrador de engenho da Casa Forte, dissera que Izabel tinha

feito casar “fulano” com Úrsula Gomes através de artes “diabólicas”¹⁰. O Calundu representou, entre os séculos XVII e XVIII, a prática de curandeirismos, o uso de ervas e a possessão de quem o realizava por uma entidade mística. No livro o Peregrino da América, o autor Nuno Marques Pereira descreveu o que seriam os Calundus. Dizia este viajante

São uns folguedos ou adivinhações que dizem estes pretos, que costumam fazer em suas terás, e quando se acham juntos também usam delas cá, para saberem várias cousas, como as doenças de que se procedem, e para adivinharem algumas coisas perdidas e também para terem ventura em suas caçadas e lavouras e para outras muitas cousas (MOTT, 1986).

Em estudo pioneiro, Laura de Mello e Souza (1986, pp. 352 e seguintes) analisa um pequeno recorte do processo da angolana Luzia Pinta. Esta ficou conhecida em Sabará, Capitania de Minas Gerais, por realizar diversos serviços de cura e adivinhações. Foi presa pela Inquisição portuguesa no ano de 1742, quando prestou depoimento pormenorizado de suas práticas religiosas conhecidas como “Calundu”.

Para Souza, a preta Luzia seria uma espécie de “antepassada cultural

das mães de santo do Brasil contemporâneo” (SOUZA, 1986, p. 355), pela semelhança as suas vestes com as que são utilizadas nos cultos afro-brasileiros atuais. A autora argumenta ainda que o Calundu praticado por Luzia tratava da experiência sincrética do animismo africano e do catolicismo português. De fato, o processo analisado deixa claro que havia elementos africanos e católicos. O Calundu seria, para Souza, um processo de trocas culturais no campo mágico-religioso (MARCUSSI, 2015, p. 29). Luiz Mott (1994), também analisou o mesmo caso de Luzia. O autor afirmou a mesma hipótese de Laura, mas consegue identificar a proximidade do Calundu com práticas religiosas da região de Angola.

Luzia era muito requisitada para curar feitiços. Nas sessões que realizava, carregava em sua mão um instrumento de ferro semelhante a um cutelo ou alfanje, enquanto era acompanhada pelos sons de pequenos atabaques durante duas horas. Em seguida, ficava a negra “fora de seu juízo”, uma alusão ao transe quando o sacerdote utiliza seu corpo para fazer a ligação entre o mundo terreno e uma divindade. Quando estava “fora de seu juízo”, vinha a seus ouvidos “ventos de adivinhação” e, em

seguida, recitava o que era preciso para realizar a cura para determinado problema.

Em outro texto, Laura (2002, pp. 293-337), retifica algumas de suas ideias criticadas por Luiz Mott (1994, p. 81). A partir das inferências de Mott, que demonstrou em seu texto que o Calundu tinha sua matriz na África ocidental, esta autora considera que essa dança não foi a percussora do candomblé. Inclusive, a partir do século XIX, com a proibição do tráfico de africanos, é que a religiosidade negra começa a se instituir com base, em sua maior parte, nos grupos da África centro-ocidental e nos grupos da Costa da Mina. Sendo assim, o Calundu desaparece (ao menos das fontes) para dar lugar ao candomblé.

Em contrapartida, Sweet (2007, p. 173) discorda da visão de Mott e Souza descrita acima. Para ele, o Calundu era uma continuidade cultural dos africanos, que sobreviveu no Brasil até o século XVIII sem a incorporação de elementos sincréticos. No Brasil a prática de adivinhação, possessão e cura ficou conhecida como Calundu. Em Angola, esta prática era designada por quilundo, que “era o nome genérico para qualquer espírito que possuísse os vivos”¹¹. Luiz Mott lista oito

Calundus para Minas Gerais durante o século XVIII. No Arraial de São Sebastião, no ano de 1765, o negro Félix, nação Cabo Verde, fazia batuques e dizia que as almas da Costa da Guiné eram as que falavam nas criaturas quando caíam como mortas no Calundu. Ou seja, os espíritos provenientes da Guiné eram responsáveis pela possessão daqueles que serviam de matéria para a livre manifestação dessas entidades.

Em 1773, na Chapada do Raposo, o negro José Nagô misturava em um pote de barro aguardente, folhas e um "pedaço de marisco vulgarmente chamado caramujo", com a finalidade de realizar curas. No ano seguinte, em Vila Rica, descobria-se que Maria das Mercês tinha casa de Calundu. Em Itapeçerica, nos idos de 1777, Brígida Maria e Roque Angola faziam Calundus ao som de viola. Afirmavam que o "Calundu era o melhor modo de dar graças a Deus". Roque Angola dizia que era o "Anjo Angélico e tinha o poder do Sumo Pontífice de casar e descasar", nesse ponto, assemelhava-se a Izabel que também realizara um casamento em Pernambuco.

Cidade de Mariana, em 1779, Miguel de nação Caçange foi tido por feiticeiro e possuir pacto com o demônio. Domingos de Congonhas,

feiticeiro, faz curas e calunduzes. Em 1781, em São José da Barra, Luiza Joaquina fazia Calundus e adivinhações com ajuda de Domingos Congos. Antônio Calundu também fazia adivinhações no mesmo ano em Campanha. Por fim, em Mariana, Francisco fazia curas com "danças de roda".

Para Laura de Melo e Souza, assim como para Luiz Mott, Calundu seria um ritual de origem banto. Seu maior expoente em Minas Gerais seria a negra Luzia Pinta, uma escravizada angolana que protagonizou práticas mágicas e religiosas, em Sabará, com trajes desconhecidos da população maciçamente composta por Minas, rituais até então desconhecidos daquele povo.

Entendemos, através destes casos, que existia um complexo quadro de especificidades banto em relação aos rituais de curas e adivinhações. Especificamente nestes casos, nos parece que não havia relações próximas ou a influência dos negros Minas na composição destes rituais. Em Minas Gerais, como observamos, tal prática foi amplamente documentada, mas, para Pernambuco, até o presente momento, encontramos esta única referência. Recentemente, Alexandre Almeida Marcussi (2015, p. 71) fez

algumas considerações sobre os Calundus. Este autor afirma que “o calundu, não era, nem nunca foi uma única cerimônia definida e específica”. Na África, este ritual consistia na incorporação de espíritos por sacerdotes jagas e, constantemente, era utilizado para adivinhações e curas de doenças naturais ou aquelas supostamente adquiridas por feitiços.

O termo Calundu acabou por designar um amplo sistema ritualístico surgido na África, que estava sempre relacionado à adivinhação e à cura. Para o Brasil, esse sistema permanece baseado em adivinhar e curar, mas, assim como demonstram Marcussi e os casos descritos acima, encontrados por Luiz Mott, este ritual poderia ser realizado de diversas formas, cabia apenas ao calundzeiro (ou feiticeiro para as autoridades religiosas) como seria a ritualística do seu Calundu.

Em 23 de março de 1725, a mulher do Capitão Dionísio de Freitas contou que nas ruas da cidade de Olinda havia um negro que andava com uma cobra e era tido por feiticeiro.

Indo ontem visitar ao Capitão Dionísio de Freitas, contou a mulher deste em conversa, que andava por esta cidade de Olinda certo negro chamado Francisco o que traz consigo uma cobra metida dentro de um cabaço, e

sendo chamado de algumas pessoas, que o querem ver, a tirar de dentro do dito cabaço, e fazendo a cobra ação de que quer investir aquele; ele a aplaca, e depois pegando dela a enrosca pela cabeça, e se põe a falar com ela no ouvido, e depois de ter feito estes trejeitos, com dos quais ganha alguns vinténs dos que o chamam, e torna a meter dentro do cabaço, e ultimamente a vai vender [...] para um doente. Cura com caldo de cobras, e daí a tempo torna a vir com outra cobra, estas com ela os mesmos trejeitos; e com isto dá fundamento para suspeitar o tal negro é feiticeiro¹².

A denúncia traz uma variação do Calundu praticado pelo escravo Francisco. A cobra tirada do cabaço tinha a mesma função dos “ventos de adivinhação” que orientava Luzia para empreender suas curas em Minas Gerais. Não há menção da origem de Francisco. Caso fosse africano, provavelmente era oriundo da Costa da Mina ou da Guiné. Africanos destas regiões “eram também conhecidos por adivinhar através de serpentes” (SWETT, 2007, p. 157).

O caso de Francisco é importante, pois demonstra a apropriação de um ritual de origem banto e dos povos Fons, Euas e Iorubás. Ao passo que usa o Calundu para a cura de um cliente, Francisco provavelmente também fazia uso do Vodum Dangbé para receber orientações sobre como proceder para curar alguém. Nesse caso, ocorria

uma composição de práticas oriundas de regiões diferentes, mas que no Brasil foram assimiladas em um único ritual. Isso pode ser explicado pela grande quantidade de escravos Minas e Angolanos que foram introduzidos em Pernambuco.

Tollenare diz que os negros curandeiros se cercavam de serpentes e obedeciam às suas ordens, resultado de determinadas preparações. Ensinavam seus segredos a seus sucessores e este ensino toma a forma de uma iniciação religiosa [...] Tollenare igualmente viu em Recife um feiticeiro fazendo dançar duas serpentes numa praça da cidade [...] Koster chama esses negros feiticeiros não de "curandeiros", mas de mandingueiros; estes podem manejar as serpentes mais venenosas sem perigo, encantá-las com seus cantos ou seus gritos, curar de suas picadas. Nesse último caso, o paciente deve rodear sua cabeça, seu rosto e seus ombros com uma serpente domesticada e o mandingueiro pronuncia algumas palavras mágicas (BASTIDE, 1989, pp. 190-191).

Para Roger Bastide (1989, p. 191), a inserção da serpente no animismo africano é anterior à diáspora negra. No antigo reino do Daomé, existiu o culto à serpente Vodum Dan¹³ (ou Dangbé). Bastide acrescenta:

Muitos deles [os negros] preferiam levar uma bastonada a tocar e principalmente profanar uma serpente morta. Entretanto,

esta condição não é mais que aparente. Pode ela provir ou de uma sobrevivência totêmica, ou da ambivalência da noção de sagrado. Em todo caso, o fato é certamente verídico, porque Herskovits o encontrou igualmente entre os descendentes dos negros fugitivos da Guiana Holandesa (BASTIDE, 1989, p. 191).

No quarto livro das Ordenações Filipinas, Candido Mendes de Almeida explicou: "os povos da Guiné que os portugueses descobriram tinham duas divindades, uma denominada Mokisso¹⁴, que tinha por sacerdote (Ganga¹⁵) uma velha, a semelhança da antiga Pítia¹⁶ da Grécia" (BASTIDE, 1989, p. 191). A outra era conhecida por "Checoke", atualmente mais conhecida por "Wodú" ou "Iteque"¹⁷. A associação entre a Ganga e a Pítia significava que os negros da Guiné cultuavam um "deus-serpente", tal qual se fazia na Grécia. No caso, estavam a cultuar o Vodun Dangbé.

Sobre o culto ao vodum¹⁸ em Pernambuco, encontramos um registro dessa prática, arquivado na Torre do Tombo. O episódio é mais próximo do período ao qual estudamos ao longo do texto, e se insere na época em que a importação de escravos dos portos angolanos era maior. Cabe ressaltar que o culto a um vodum é originário das áreas de língua gbe¹⁹, ou seja, território dos

grupos que denominaram de "minas"²⁰.

Mapa 3 - Mapa das áreas falantes de língua gbe



Fonte: Área dos falantes de língua gbe e seus idiomas. Adaptado de CAPO *apud* PARÉS, Luis Nicolau. A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas: UNICAMP, 2006. p. 35.

No dicionário de "Língua geral da Mina"²¹, o termo "vodum" quase sempre vem acompanhado de um radical. Apesar dos vários significados²² desta palavra, todos são relacionados ao campo do sagrado ou diretamente a um ser divino. Por exemplo: *humbihóhéhihàvou vódum* (peço-vos pelo amor de Deus)²³. Nessa oração, a palavra vodum adquire o sentido de divindade (deus cristão). Em outra frase: *avódumcu hi hábouno mádu lambã* (na Quaresma os brancos não comem carne)²⁴. Nesse caso, o sentido de vódum é o

de Páscoa ou Quaresma. Apesar da variação na grafia da palavra e assunto, o contexto permanece sempre ligado à religião.

Na Povoação de Una, em 16 de fevereiro de 1761, João Pinto de Moura afirmou que "as gentes desta terra são pouco lembradas", em razão da distância com os centros mais importantes: Recife e Olinda. Onde, na freguesia de São Bento, mora um pardo por nome de João de Freitas e sua esposa Vitória²⁵ de tal. Eram há tempos são conhecidos por "escandalosas artes diabólicas de que usam, para mais claro falar, feitiçarias".

Costumam dançar o Caçûtû²⁶, a que chamam Tundá²⁷ em uma encruzilhada onde se encontra uma cruz, a que chamam do Padre Neto". Pessoas que passavam pelo local por acaso falam que viram os "mestres da dança e um bode preto entre outros"²⁸. Em 31 de maio, Dia do Divino Espírito Santo, fizeram em sua casa, a portas fechadas, a mesma "diabólica invenção". Algumas pessoas se dirigiram até a casa movidos pela curiosidade, o que demonstra que era fama pública essas danças, ao menos, nos dias religiosos. Os transeuntes que espiaram a casa relatavam ter visto "se ascender fogo artificial com desconhecido fendo, e

*extraordinário fumo*²⁹, subira tanta fumaça pelo teto da casa, que toda a rua se admirou com a quantidade que se dispersava no ar. Na mesma ocasião, uma pessoa ficou desacordada até o dia seguinte. Será que um dos espectadores ou alguém que estava dentro da casa? A documentação não possibilita essa informação.

Em outra ocasião, encontrava-se Vitória diante de várias pessoas "fidedignas", às quais ela proferiu "que não era possível salvá-la Deus". Ali também estava presente Reinaldo Dias dos Reis, Reverendo Coadjutor da freguesia, que a repreendeu de semelhante proposição, ao que a "feiticeira" replicou: "*digo isto a Vossa mercê que não é possível*"³⁰. Encerrava-se a denúncia dizendo que se fosse necessário, faria um sumário para melhor averiguar o caso, o que não fora pedido por parte da Mesa da Inquisição. Apesar de descrição simples, a denúncia apresenta um caso bastante significativo para a experiência religiosa daquela freguesia. Sobre esta "Dança de Tundá" ou Tunda, Luz Mott (1986) escreveu importante artigo que é uma referência nos estudos sobre a religiosidade negra na América Portuguesa. No citado trabalho o autor identificou a filiação étnica deste

ritual e suas similaridades com os atuais candomblés do Brasil.

Dança de Tundá ou Acotundá é o nome pelo qual se conhece um ritual dedicado ao deus da nação courá (Lagos, Nigéria)³¹. Para Mott,

Outra questão mais complexa - agora de etno-linguística-histórica -, é sugerida pelo próprio nome do ritual. De que língua seriam os termos "Tundá" e "acotundá"? Segundo informação oral da Dra. Yeda Pessoa de Castro, o termo TUNDÁ é claramente de origem banto, mais precisamente, proveniente do Umbundo significando "sair, produzir, originar". Por sua vez "Ako" ou "Aku" - de Acotundá - seria um substantivo adverbial, ou verbo infinitivo, típico prefixo de origem da região Benguela, Sul de Angola (MOTT, 1986, p. 17).

Mott deixou essa questão em aberto sobre o empréstimo linguístico banto em um ritual de origem sudanesa. O autor acreditou que esta proximidade linguística não era regra para caracterizar a dança de Tundá como um ritual religioso proto-banto. No campo da linguística, a utilização de palavras de diferentes regiões pode ser entendida como necessárias à comunicação e à compreensão (PETTER, 2013, p. 95). Poderia, então, a palavra acotundá ser fruto do encontro cultural entre o grupo Banto e Mina, o que resultaria em uma palavra "mista", compreensível a ambos os grupos étnicos.

Através dessas novas evidências, “dançar a Caçuto” ou “dança de Tundá” tem sua origem mais antiga, no Brasil, desde 1720³². Além disso, apresentando uma variação da que Mott estudou, em que a mesma seria unicamente de origem sudanesa³³. A denúncia que apresentamos acima apesar de não possuir os detalhes do processo³⁴ analisado pelo citado pesquisador revela em apenas duas linhas a presença banto neste ritual.

Cacûtû ou Caçuto é uma divindade creditada ao povo banto: “*important person. Kikongo or Kimbundu (ka) ntutu 'Bantu divinity' (protector from disease)*” (BYRD, 2012, p. 126). Naquela Freguesia, o nome deste deus era sinônimo da dança denunciada (*costumam dançar o Caçûtû, a que chamamos de Tundá*³⁵). Caçûtû poderia ser o nome de um ritual semelhante à dança de Tundá. Mas, seguindo esta linha de pensamento, estaríamos atribuindo pouca importância ao próprio nome da dança que, como foi visto, é composto por palavras de origem sudanesa e centro-africana.

Em outro documento disponível na Torre do Tombo sobre os “Ritos gentílicos de Angola (1614-1635)³⁶, encontramos a seguinte referência: “Adoração do

demônio em figura de bode a que chamam Caçuto a que se juntam muitos de noite num grande estrondo de atabaques em suas senzalas”. Descrição similar ao que João e Vitória faziam em Una, em idos de 1761. Deixando a visão demonológica de lado, o “demônio” que se referem nada mais é que a divindade angolana que, na Freguesia de São Bento, é o equivalente à dança de Tundá³⁷.

Para a região de Matamba, Congo e Angola (ver mapa 1), ocorre uma variação do nome Caçuto. Nesses locais, existia um tipo de sacerdote referenciado como “cassuto” (MARCUSI, 2015, p. 48). Tinha como função incorporar espíritos da natureza para diversos fins. *Cassuto* ou *Xinguila* era a maneira como se reportavam aos Jagas, que cultuavam os mortos e os elementos da natureza.

Segundo Hippolyte Brice Sogbossi (2004, p. 22)³⁸, os negros couranas (nação Courá) seriam os mesmos hulas do reino de Uidá. Assim, Tundá seria um culto vodum, dada a localização geográfica desses grupos (Courana e Hula). Parés (2016, p. 321) sugere que a palavra “Tundá” encubra uma referência à serpente Dan, originária da região gbe. O culto aos voduns no Brasil, pode ter desencadeado um modelo

organizacional que servisse de base para as religiões de matriz africana que viriam a se formar a partir do século XIX.

Dan ou Dangbé é o nome do vodum associado a píton real. Sua invocação tinha como finalidade propiciar fertilidade nas plantações, controle da chuva, favorecer o país quando estivesse em guerra e curar doenças. Se Tundá é uma referência ao culto de Dan e este era responsável (assim como Caçuto) por curar doenças, seria Dan e Caçuto o mesmo vodum?

O citado "Padre Neto" seria também um "mestre" destas danças. Assim como era Josefa, "o Padre" do Acotundá em Minas Gerais (MOTT, 1986). Provavelmente, João e Vitória aprenderam os caminhos religiosos deste ritual com ele. Mais um dado que corrobora a ideia de que estavam a realizar o mesmo rito religioso em homenagem ao deus de Courá. A dança de Tundá que ocorreu em Minas Gerais, no ano de 1747, fora realizada no período em que se cultua São Cosme e Damião. A dança realizada em Pernambuco ocorreu no dia do divino Espírito Santo. Ou seja, ambas possuíam um traço sincrético com as festividades do catolicismo.

Nas duas danças também não foi possível vir a conhecimento do

Tribunal de Lisboa os ritos secretos que permeavam a cosmovisão dos seus praticantes. Ambas também foram realizadas em casas fechadas, longe dos olhos de quem não partilhava da mesma fé. Existem fortes semelhanças entre a dança de Tundá de Pernambuco e a de Minas Gerais. Sendo assim, seria possível a influência de bantos, ao menos em Pernambuco, neste ritual de origem sudanesa.

Não sabemos a naturalidade do casal. Talvez, João tenha nascido na colônia. Sua esposa, por não haver identificação de sua "qualidade"³⁹, deveria ser branca. Muito embora estivessem em uma região distante, esse era um espaço apropriado para se realizar todo tipo de crenças. Em outro processo aberto pela Inquisição lisboeta, revelou-se como era o comportamento dos negros e outras gentes nos espaços longes dos olhos das autoridades religiosas.

Segundo o documento, "*nos sertões tão distantes até da capital deste Bispado [de Pernambuco] o clero é muito raro, e ainda esse quase todos de neófitos*"⁴⁰. Os vizinhos distam entre três e quatro léguas e raramente moram em pequenos povoados. Próximo a comarca da Manga tem em média 100 homens brancos e cerca de 3000 negros,

pardos, cabras e tapuias e mestiços. Ali vem negros da Mina, Angola e Benguela. Os piores usam de “*mil danças diabólicas, feitiços compostos de raízes venenosas, invocam astros e demônios*”⁴¹.

Uma terra longe de tudo e todos, com clérigos inexperientes, era o ambiente indicado para o surgimento e prática de outras crenças não-cristãs. A superioridade numérica de negros, pardos e outros também corrobora para a maior difusão de outras religiões. João ou sua esposa devem ter tido contato com algum negro da Costa da Mina, em especial, um courana. Isso poderia indicar por que um ou outro conhecia algo tão específico da África Ocidental.

Por fim, uma pergunta que pode suscitar outros debates a respeito do tema: a dança de Tundá teve sua origem em Pernambuco ou nas Minas Gerais? A documentação mais antiga é de 1720, no Rio de Janeiro. Em seguida, a de 1747, que trata do ritual na Capitania das Gerais, enquanto que a de Pernambuco data de 1761. Porém, Josefa Maria, “o Padre do Acotundá”, fora criada em Pernambuco. Teria ela trazido algum conhecimento desta última Capitania? Será que Josefa conheceu o “Padre Neto”? Ou, ambas as danças descritas não passam de simples coincidências sem nenhuma outra relação?

¹ Para a região da Costa da Mina, a única feitoria que Portugal (em conjunto com a Holanda) mantinha era a de Ajudá. Para visualizar essa e outras feitorias ver MAPA 2. Ver também: IANTT. Ministério do Reino, mç. 599, nº 15. (Representação da mesa da inspecção da Baía (brasil) para a Rainha [D. Maria I]).

² Na Torre do Tombo existe um documento que trata do comércio de escravos com a Costa da Mina na segunda metade do século XVIII, um mapa que contém todas as feitorias que ali existiam, divididos por suas respectivas nações. Infelizmente, não foi possível a reprodução do mapa em função do seu tamanho. Para que o leitor tenha acesso ao conteúdo, transcrevemos a seguir as informações do referido documento: “Nota: em todas as partes desde Cabo Lahou até Acará há trocas de ouro, marfim e cativos. As bandeiras pintadas ao longo da Costa indicam os fortes, e feitorias dos europeus. Os lugares que tem em um só pau mais de uma bandeira é porque há ali outros tantos fortes das nações que mostram as mesmas bandeiras. Entre as duas bandeiras que estão com os panos para a banda do mar tratam os franceses de fazer um forte. No de S. André estão os ingleses fazendo uma nova feitoria. Uma das três fortalezas inglesas que se mostram com as três bandeiras em um só pau está quase abandonada. A feitorias são: Cabo de S. Apolônia (Grã-Bretanha); Rio da Cobra ou Ancobrá (Holanda); Rio Massum (Holanda); Axém (Holanda); Cabo das Três Pontas (Holanda); Adique ou Dixcove (Grã-Bretanha); Boutry (Holanda); Aldeia Tacorary (Holanda); Sacondo (Holanda e Grã-Bretanha); Samá (Holanda); Comemdo (Holanda e Grã-Bretanha); São Jorge da Mina (Holanda); Santiago (Holanda); C. Cono (Grã-Bretanha); Morea (Grã-Bretanha); Agga Feitoria (Grã-Bretanha); Cormanem (Holanda); Tantungueri (Grã-Bretanha); Apang (Holanda); Anna Mabú (Holanda e Grã-Bretanha); Vineba (Grã-Bretanha); Berkú (Holanda); Jhido (Grã-Bretanha); Acará (Holanda e Grã-Bretanha e ?); Ningo Grande (?); Alampo (Holanda); Aquitá (?); Popó Pequeno (?); Ajudá (Holanda, Portugal); Onim (Holanda); Rio Feroso ou de Benim (Feitoria abandonada, bandeira branca). Ver mais em: IANTT. Ministério do Reino, mç. 599,

nº 15. (representação da mesa da inspecção da Baía (Brasil) para a Rainha [D. Maria I]). A folha que contém o mapa não está enumerada.

³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo nº 4740.

⁴ Caso já conhecido na historiografia sobre Pernambuco, em que um governador é acusado pela Inquisição portuguesa de permitir batuques de escravizados em praça pública. Para maiores detalhes: QUEIROZ, Josinaldo Sousa. Entre a permissão e a proibição: conflitos entre africanos, capuchinhos italianos e a administração secular na capitania de Pernambuco (1778-1797). Dissertação de Mestrado em História. Recife, 2018.

⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo nº 4740.

⁶ "Tabaques, que são como espécie de tambor, marimbas e outros de ferro". Arquivo Nacional Torre do Tombo, Processo nº 4740. "Tabaque (tambaque, atabaque) é o mesmo [que] tantã [...] uma pele seca de animal estendida sobre a extremidade de um cilindro oco. Os instrumentos de ferros não possuem identificação. Sugerimos alguns instrumentos percussivos, utilizados atualmente no candomblé, provenientes da África. "O agogô – corruptela de *akokô*, relógio ou tempo (hora), em nagô, é quase sempre um pedaço de ferro qualquer, percutido por outro menor". "O chocalho – cilindro de folha-de-flandres com seixos dentro". "O *adjá*, campainha de metal utilizada para reverenciar o santo". Todos esses instrumentos foram descritos por Edison Carneiro, no século XX, em referência aos candomblés baianos que existiam àquela altura (c. 1933). Cabe salientar que, segundo o próprio autor, existiam vários cultos desde os de origem banto, jeje, jeje-nagô, caboclo entre outros. Os instrumentos aqui descritos, são utilizados comumente nos grupos de origem banto, jeje e os nagôs. CARNEIRO, Edison. **Religiões negras**: notas de etnografia religiosa; negros bantos: notas de etnografia religiosa e de folclore. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 74-75.

⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo nº 4740.

⁸ Essa era a designação dada pelos ingleses a *wari*.

⁸ Essa era a designação dada pelos ingleses a Wari

⁹ A ideia de parentesco para a *Wari* (casa) é similar a dos africanos que foram deslocados como escravos na mesma embarcação. Não é necessário a existência de um laço sanguíneo na *Wari*, assim como para os malungos, o que importa são os laços de solidariedade estabelecidos durante a travessia do Atlântico. Sendo assim, nas duas situações descritas, a noção de parentesco são semelhantes. Ambos desenvolvem laços de solidariedade para sua sobrevivência.

¹⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Caderno do Promotor 86, fls. 232.

¹¹ Idem; Marcussi demonstra as semelhanças entre *quilundo*, *saquelamentos*, *zumbi*, *bizumbi* e *calundus*. Através de relatos de viagens e fontes inquisitoriais, este autor apresentou a matriz dos *calundus* do Brasil e suas variações ortográficas nas regiões de Angola, Luanda e outras. Para a discussão completa ver: MARCUSSI, Op. Cit., pp. 29-51.

¹² Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Processo nº 14557; SWEET, Op. Cit., p. 157-158.

¹³ Pierre Verger listou oito autores que escreveram sobre este vodun. VERGER, Pierre. **Notas sobre o culto aos orixás e voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e na Antiga Costa dos Escravos, na África**. 2nd ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 232 e páginas seguintes. Trataremos em seguida sobre este vodun.

¹⁴ "A expressão [feitico, feiticeiro] é africana, e vem do termo – *Mokisso*, ídolo da Guiné, que os portugueses por corrupção pronunciaram – *feitisso* e depois feitico [...] A melhor prova dessa etimologia está na palavra *Moquissia* também de origem africana, que segundo Moraes significa virtude oculta, que influi no bem e no mal e serve de descobrir os futuros, segundo a credulidade daquelas gentes". ALMEIDA, Candido Mendes de, 1818-1881; Brasil. [Leis etc.]; Portugal. [Leis etc], p. 931. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242733>> Acesso em: 09/04/2017. Atualizamos a

ortografia do documento, mas mantivemos a pontuação original. Discutimos em seguida o conceito de feitiço e fetiche.

¹⁵ Segundo Marcussi: "Ganga" é a transcrição portuguesa para o quicongo *nganga*, que significa "sacerdote". MARCUSSI, Alexandre Almeida. *Cativeiro e cura: experiências religiosas da escravidão atlântica nos calundus de Luzia Pinta, séculos XVII-XVIII*. Tese de doutorado, USP. São Paulo, 2015, p. 130.; Tradução nossa: Ganga 'chefe', 'dono' (a). Multilinguístico Bantu *nganga* 'mestre'. "Ganga 'boss', 'owner' (A). *Multilinguistic Bantu nganga 'master'*". BYRD, Steven Eric. *Calunga, an AfroBrazilian speech of the Triângulo Mineiro: Its grammar and history*. Presented to the Faculty of the Graduate School of The University of Texas at Austin in Partial Fulfillment of the Requirements for the degree of Doctor of Philosophy. The University of Texas at Austin, 2005, p. 201.

¹⁶ "Inexistem evidências de culto a Apolo em Delfos antes do século VIII a.C. Conforme a tradição, Apolo nasceu na ilha de Delos e, ao partir de Cnossos rumo à Delfos, este local já havia sido ocupado pelos cultuadores da deusa-mãe Gê ou Gaia (delphýs = útero), sendo guardado por seu filho, o deus-serpente Píton. Apolo venceu Píton, mas se reservou a reverência de manter o nome desse como um epíteto para o culto em Delfos (Apolo Pítio), com sua sacerdotisa sendo conhecida como a Pítia e seus jogos sendo conhecidos como pítios". FERNANDES, Edresi. Santuário, jardim e pólis: pitagorismo, epicurismo, urbanidade e política. In: CORNELLI, Gabriele (Org.). **Representações da cidade antiga: categorias históricas e discursos**. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 89.

¹⁷ ALMEIDA, Op. Cit., p. 931.

¹⁸ Inicialmente, o culto ao Vodum era realizado pelos descendentes dos *adjas*, que se localizavam no médio e baixo Daomé (atual República do Benin). Seu panteão está dividido em inúmeras divindades, que ao longo do tempo eram de caráter público ou particular (no caso, os voduns das famílias reais). Se entende "vodum" como "deus". Na definição de Melville J. Herkovits, o vodun pode ser evocado para ajudar seus adoradores. Ele pode estar representado como uma força invisível ou como um objeto. Para este autor, baseado nos nativos africanos, "o vodun, ele próprio, é o poder". Bernard Maupoil atesta que muitos voduns viveram na terra, e por isso existe uma troca entre divindades e humanos. Nos cultos a estas divindades, o vodun voltaria a ser humano, e o homem teria a oportunidade de conhecer os segredos do plano sagrado. Para Pierre Verger, o vodun (e o *Orisa*) é parte da natureza, agem de forma sensata e disciplinada e formam uma cadeia que possibilita a relação do homem com o desconhecido. Ver mais em: HERSKOVITS, Melville J., and FRANCES S. Herskovits. **Dahomey Narrative: A Cross-Cultural Analysis**. Evanston, IL: Northwestern University Press, 1958.; MAUPOIL, Bernard. **La geomarclie a l'ancien11e Cote des Esclaves**. Paris: Institut d'Ethnologie, 1943; VERGER, Pierre. **Notas sobre o culto aos orixás e voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e na Antiga Costa dos Escravos, na África**. 2nd edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

¹⁹ Esta área corresponde ao sudeste de Gana, passando por Togo, até o Benim. As línguas denominadas "gbe" antes eram conhecidas como "ewe". Atualmente, a língua gbe engloba, além do ewe, o adja e o fon. Ver mais em: LAW, Robin. *Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo 'mina'*. **Tempo** [online]. 2006, vol.10, n.20, p. 99.

²⁰ Todo o grupo gbe-falante utiliza o termo "vodum" para referir-se a sua divindade. Enquanto o grupo iorubá reconhece sua divindade como "orixá". A palavra vodum teve seu primeiro registro em 1658, no livro *Doctrina Christiana para a Lengua Arda*, escrita por missionários capuchinhos espanhóis. PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. Campinas: UNICAMP, 2006, p. 37.

²¹ PEIXOTO, António da Costa. **Obra nova de língua geral de Mina**. Manuscrito da Biblioteca Pública de Évora. Agência geral das colônias. Lisboa, 1944.

²² *Hihávouvódum* (Nosso senhor); *avódumgê* (contas de rezar); *avódumcu* (quaresma); *avódumnhí* (páscoa); *héhíhávouvódum* (peço-lhe pelo amor de Deus); *máhipomvódum* (vou a missa); *máhidōvodum* (vou confessarme); *máhichlevódum* (vou rezar); *máhivódumchuhe* (vou para a igreja); *avóduno hé cû* (um Padre morreu). PEIXOTO, Op. Cit., pp. 18, 19, 21 e 23.

²³ PEIXOTO, Op. Cit., p. 32.

²⁴ PEIXOTO, Op. Cit., p. 29.

²⁵ No início da denúncia, aparece grafado como "Vitória", e no corpo do texto como "Victorina".

²⁶ Tradução nossa: "A meu conhecimento, a primeira referência a "Caçûtû", or "Caçuto", no Brasil ocorre em uma lista de 1720 "Ritos da Angola Pagã" do Rio de Janeiro. Ao descrever os angolanos do Rio, o autor escreve: "Eles adoram a figura do diabo na figura de um bode que eles chamam Caçuto...": "To my knowledge, they first reference to "Caçûtû", or "Caçuto", in Brazil occurs in a 1720 list of "Rites from Pagan Angola" from Rio de Janeiro. In describing the Angolans in Rio, the author writes: "They adore the Devil in the figure of a goat that they call Caçuto...": SWEET, James H. *Domingos Álvares, African Healing, and the Intellectual History of the Atlantic World*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011, p. 248.

²⁷ Transcrita tal qual o documento. Por se tratar de uma dança com elementos supostamente religiosos,

acreditamos que ser a Dança de Tundá, Tundá ou Acotundá. Analisamos esse caso em seguida.

²⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Caderno do Promotor nº 124, fls. 430.

²⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Caderno do Promotor nº 124, fls. 430.

³⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Caderno do Promotor nº 124, fls. 430.

³¹ "Nos documentos setecentista encontrados sobretudo nas Minas Gerais, esta etnia aparece referida com diferentes étimos: Courá, Curá, Curamo, Curano, Courana, Courama, Courá-Baxé, Courano da Costa da Mina, Mina Courá etc. Consultando a lista das etnias de G.P. Murdock (1959), encontramos três diferentes famílias lingüísticas com nomes semelhantes a Courá: entre o povo nilota Sidano, das margens sudoestes do planalto etíope, há as tribos Koira, Kuera e Kwera; entre os Bantóides do planalto da Nigéria estão os Kurama e Kuruma e, finalmente, entre os hotentotes do Sul da África, na atual Koronaland, vivem os Corana, também grafados Korana. Portanto, de onde seria a Nação Courá dos adoradores do Boneco de Paracatu? Das cabeceiras do Nilo, da Nigéria ou da África do Sul? Não temos a menor dúvida em localizar na Costa Ocidental da África o lugar de origem dos Courá de Minas Gerais - mais precisamente no território hoje ocupado pelo distrito de Lagos, na Nigéria. Portanto, os Courá do Brasil são Sudaneses tanto quanto seus vizinhos Mina, Gêge, Fula, Nagô, Galinhas, Lanu, Mandé etc". MOTT, Op. Cit., p. 15

³² ". SWEET, James H. **Domingos Álvares: African Healing, and the Intellectual History of the Atlantic World**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011. p. 61 e 248.; IANTT. Conselho Geral do Santo Ofício. Tomo XXXI (1720). Livro 272, f. 123-123v.

³³ No Piauí, Tundá apresenta outro significado. Para mais informações ver: MOTT, Luiz. Transgressão na calada da noite: um sabá de feitiçarias e demônios no Piauí colonial. **Texto de História**, v. 14, p. 57-84, 2006.; SILVA, Carolina Rocha. O sabá do Sertão: feitiçarias, demônios e jesuítas no Piauí colonial (1750-58). Dissertação de mestrado em História, UFF. 2013.

³⁴ Arquivo Nacional Torre do Tombo, Processo nº 1551.

³⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Caderno do Promotor nº 124, fls. 430.

³⁶ MOTT, Luiz. Feitiçeiros de Angola na América portuguesa vítimas da inquisição. **Revista Pós Ciências Sociais**. v.5 n. 9/10 jan/dez, São Luis/MA, 2008.; IANTT. Conselho Geral do Santo Ofício. Tomo XXXI (1720). Livro 272, f. 123-123v.; SWEET, James H. **Recriar África: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)** / James H. Sweet; trad. João Reis Nunes; Luís Abel Ferreira. - Lisboa: Edições 70, 2007, p. 153-154.

³⁷ Cabe ressaltar que, para a região de Una, nos parece que havia um complexo processo de crioulanização das práticas religiosas distintas. Para James H. Sweet: "There were congregations devoted to "Caçûtû," an oracle who took the form of a black goat in spirit-possession rituals." And there were practitioners of rituals known as quibando, divinations used to determine past events, like the origins of illness". Tradução nossa: Haviam congregações dedicadas ao "Caçûtû," um oráculo que assumia a forma de um bode negro em rituais de possessão de espírito. E haviam praticantes de rituais conhecidos como quibando, divindades usadas para determinar eventos passados, como as origens de doenças". SWEET, James H. **Domingos Álvares, African Healing, and the Intellectual History of the Atlantic World**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011, p. 61. Além desse intercâmbio cultural entre diferentes grupos africanos, ali, na região de Una, também havia um processo similar entre os indígenas. Sabemos que nesta freguesia não só os nativos participavam do culto da Jurema como também pardos e brancos. Não obstante, o ritual continha traços do catolicismo português. Ver: WADSWORTH, James E. "Jurema and Batuque: Indians, Africans and the Inquisition in Colonial Northeastern Brazil", **History of Religions**, n. 46/2, 2006; SWETT, Op. Cit., p. 61. Sobre o ritual da jurema, na Paraíba, durante o século

XVIII, ver: FREIRE, Gláucia. **Das "feitiçarias" que os Padres se valem:** circularidade cultural entre indígenas Tarairiú e missionários na Paraíba setecentista. Dissertação de Mestrado em História. Campina Grande, 2013

³⁸ "Os Minas mahi (ou Maxi) eram os pertencentes ao grupo étnico Maxi, composto de Maxinu ma mosô 'povo de maxi não viu as colinas'. A este grupo pertencem os Agonlin de Covê, Zagnanado, Gbanamè, entre outros. Os Maxinu mo sô 'povo maxi viu a colina', denominação alusiva à muralha de colinas que rodeia a cidade de Savalou, são exclusivamente os desta cidade e, em alguma medida, a povoados vizinhos, como Logozohè e Monkpa. Mariza de Carvalho Soares (2000:109), no seu estudo sobre os chamados "maki", no Rio de Janeiro, confessa desconhecer o étimo de makis. É certamente a evolução diferente de "Maxi". "Cabu" é a evolução diferente de "Covê". Os "ianos" são os ajanu ou ajanu, povos situados no Sul e no centro ocidental da atual República do Benin. São falantes das línguas Adja e ewé, componentes do tronco lingüístico adja-ewé-fon. Sobre os chamados de "coura" ou "couranos", não cabe a menor dúvida de que eram os "Xwla" ou "xwlanus", daí a evolução diferente de Xwla por coura e Xwlanus por couranos. O termo poderia ser grafado também como "Xula". Refere-se a habitantes da cidade sul-ocidental, na faixa costeira do Benim, chamada Grand Popo. A administração francesa os chamou "Popo". No Brasil e em Cuba também foram conhecidos como Popó. A autodenominação étnica é "Pla", e não será estranho ver identificações do gênero na ampla bibliografia de arquivo disponível no Brasil". SOGBOSSI, Hippolyte Brice. Contribuição ao estudo da cosmologia e do ritual entre os jêje no Brasil: Bahia e Maranhão. Tese de Doutorado em Antropologia. Rio de Janeiro, 2004, p. 22; Segundo Toyin Falola e Matt D. Childs, a presença de falantes Iorubás está bem documentada nas capitâneas da Bahia e Minas Gerais. Em Rio das Contas (Minas Gerais), é registrado em um censo de 1748-1749, a presença de muitos escravos nagô. Estes sujeitos foram descritos como "*born on the Mina Coast, their more specific ethnonym - in this case Courana and Nagô - being registered as part of their names*". FALOLA, Toyin & MATT D. Childs (eds). *The Yoruba Diaspora in the Atlantic World*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2004, p. 78.

³⁹ Entende-se por qualidade a cor da pele. Para uma discussão sobre o assunto, ver: RÊGO, João Figueirôa e OLIVAL, Fernanda. Cor da Pele, Distinções e Cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII). **Tempo**, n. 30, 2011; PARÉS, Luís Nicolau. O processo de crioulanização no Recôncavo Baiano (1750-1800). **Afro-Ásia**, 33 (2005), p.87-132; RAMINELLI, Ronald. Impedimentos de Cor: mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750. **Vária História**, Belo Horizonte, vol. 28, 1º 48, p. 699-723, Jul/Dez de 2012; SANTOS, Jocélio Teles dos. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificação racial no Brasil dos séculos XVIII e XIX. **Afro-Ásia**, 32 (2005), p. 115-137

⁴⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo nº 6240, fls. 33-33v.

⁴¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo nº 6240, fls. 33-33v.

FONTES

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Caderno do Promotor nº 124, fls. 430.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Conselho Geral do Santo Ofício. Tomo XXXI (1720). Livro 272, f. 123-123v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, mç. 599, nº 15

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo nº 4740.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo nº 6240

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Caderno do Promotor 86, fls. 232.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Processo nº 14557

PEIXOTO, António da Costa. *Obra nova de língua geral de Mina*. Manuscrito da Biblioteca Pública de Évora. Agência geral das colônias. Lisboa. 1944.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro.; SOUSA, Jéssica Rocha. O Comércio de Almas: As rotas entre Pernambuco e costa da África-1774/1787. *Revista Ultramares. Dossiê Ultramares*. Nº 3, Volume 1, Jan-Jul, 2013.

ARAÚJO, Maria Farias de. *Governadores das nações e corporações: Cultura Política e Hierarquias de cor em Pernambuco (1776 – 1817)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói, 2007.

BASTIDE, Roger. BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas No Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. 3ª edição. Livraria Pioneira Editora. São Paulo. 1989.

BYRD, Steven Eric. *Calunga, an Afro-Brazilian speech of the Triângulo Mineiro: Its grammar and history*. Presented to the Faculty of the Graduate School of The University of Texas at Austin in Partial Fulfillment of the Requirements for the degree of Doctor of Philosophy. The University of Texas at Austin, 2005.

_____. *Calunga and the Legacy of an African Language in Brazil*. New Mexico University, 2012.

CARNEIRO, Edison. *Religiões negras: notas de etnografia religiosa; negros bantos: notas de etnografia religiosa e de folclore*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

DELFINO, Leonara Lacerda. *O Rosário dos Irmãos escravos e libertos: Fronteiras, identidades e representações do viver e morrer na diáspora atlântica. Freguesia do Pilar-São João Del-Rei (1782-1850)*. Tese apresentada ao PPGH-UFJF, Juiz de Fora, 2015.

FALOLA, Toyin & Matt D. Childs (eds). *The Yoruba Diaspora in the Atlantic World*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2004.

HERSKOVITS, Melville j., and FRANCES S. Herskovits. *Dahomey Narrative: A CrossCultural Analysis*. Evanston, IL: Northwestern University Press, 1958.

LOPES, Gustavo Acioli. *Negócio da Costa da Mina e o comércio atlântico: tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco (1654 - 1760)*. Tese de doutorado, USP. São Paulo, 2008.

MARCUSSI, Alexandre Almeida. *Cativeiro e cura: experiências religiosas da escravidão atlântica nos calundus de Luzia Pinta, séculos XVII-XVIII*. Tese de doutorado em História, USP. São Paulo, 2015.

MAUPOIL, Bernard. *La geomarclie a l'ancien11e Cote des Esclaves*. Paris: Institut d'Ethnologie, 1943.

MOTT, Luiz. Feiticeiros de Angola na América portuguesa vítimas da Inquisição. *Revista Pós Ciências Sociais*. v.5 n. 9/10 jan/dez, São Luis/MA, 2008

_____. Acotundá: raízes setecentistas do sincretismo religioso afro-brasileiro" In: *Anais do Museu Paulista*, nova série, volume XXXI, São Paulo, 1986. 122

_____. O calundu-Angola de Luzia Pinta: Sabará, 1739. *Revista do IAC*, Ouro Preto, n. 1. Dez 1994.

_____. Transgressão na calada da noite: um sabá de feiticeiras e demônios no Piauí colonial. *Texto de História*, v. 14, p. 57-84, 2006.

PARÉS, Luis Nicolau (org). *Práticas religiosas na Costa da Mina. Uma sistematização das fontes europeias pré-coloniais, 1600-1730*. URL: <http://www.costadamina.ufba.br/>, acessado em 30/03/2017.

_____. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: UNICAMP, 2006.

_____. *O rei, o pai e a morte: a religião vodum na antiga costa dos escravos na África ocidental*. Companhia das Letras, 2016.

_____. O processo de criouliização no Recôncavo Baiano (1750-1800). *Afro- Ásia*, Salvador: UFBA, n. 33, p. 87-132, 2005, p. 89.

PETTER, Maria Margarida Taddoni. A Tabatinga revisitada: a manutenção de um léxico de origem africana em Minas Gerais (MG-Brasil). *Moderna sprak* 2013:1.

RAMINELLI, Ronald. Impedimentos de Cor: mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750. *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 28, 1º 48, p. 699-723, Jul/Dez de 2012.

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. 2.ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SOGBOSSI, Hippolyte Brice. *Contribuição ao estudo da cosmologia e do ritual entre os jêje no Brasil: Bahia e Maranhão*. Tese de Doutorado em Antropologia. Rio de Janeiro, 2004.

SOUZA, Laura de Mello. Revisitando o calundu". In: GORENSTEIN, Lina e CARNEIRO, Maria L. Tucci (Org.). *Ensaio sobre a intolerância: Inquisição, Marranismo e AntiSemitismo*. São Paulo: Humanitas, 2002.

_____. *O diabo na Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

STABEN, Ana Emilia. Visões sobre o comércio de escravos entre Pernambuco e a Costa da Mina no século XVIII. *VII Jornada Setecentista*. UFPR, 2007.

_____. *Negócios dos escravos: o comércio de cativos entre a Costa da Mina e a Capitania de Pernambuco (1701 - 1759)*. Dissertação de mestrado, UFPR. Curitiba, 2008.

SWEET, James H. Domingos Álvares, *African Healing, and the Intellectual History of the Atlantic World*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

_____. *Recrutar África: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)* / James H. Sweet; trad. João Reis Nunes; Luís Abel Ferreira. - Lisboa: Edições 70, 2007.

THORNTON, John. "Religião e vida cerimonial no Congo e áreas Umbundu, de 1500 a 1700". In.: HEYWOOD, (Org.), *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

VERGER, Pierre. *Notas sobre o culto aos orixás e voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e na Antiga Costa dos Escravos, na África*.

2nd edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

A ORIGEM DA IMAGEM-POSTAL DA CIDADE DO RECIFE

Roberval da Silva¹

RESUMO

A história dos homens confunde-se com a história das imagens. No imaginário social, a busca por retratos que revelem os cenários da vida datam desde os primórdios da humanidade, na evolução da tecnologia, o homem passou a retratar o seu cotidiano de forma singular e afetiva. Desde as pinturas até o advento da fotografia, a vida não deixou de ser retratada. Com o tempo, os desenhos, a xilogravura, a pintura e a fotografia ampliaram ainda mais o imaginário visual em todos os recantos do mundo. O retrato das cidades também não passou despercebido. Com o advento da fotografia, as fotos dos pontos referenciais e patrimoniais da cidade acabaram por si mostrar nos Cartões-postais. O presente artigo procura elucidar a origem da imagem cartão postal da cidade do Recife, que ficou conhecida como a Veneza brasileira.

ABSTRACT

The history of men is confused with the history of images. In the social imaginary, the search for portraits that reveal the scenarios of life date from the dawn of mankind, in the evolution of technology, man began to portray his

daily life in a singular and affective way. From the paintings until the advent of photography, life has not stopped being portrayed. Over time, drawings, woodcuts, paintings and photography have further expanded the visual imagery in every corner of the world. The portrait of the cities did not go unnoticed, either. With the advent of photography, the photos of the referential and patrimonial points of the city ended up showing itself in the Postcards. This article seeks to elucidate the origin of the postcard image of the city of Recife, which became known as the Brazilian Venice.

INTRODUÇÃO

Fascinados pela Medusa da mitologia grega com o seu olhar paralisante, procuramos identificar e mapear interessantes aspectos da História da cidade do Recife, desde o aparecimento da pintura, até os registros dos fotógrafos locais que não só retrataram o dia-a-dia das pessoas como também acabaram por inventar o Cartão-Postal da cidade evocado como a Veneza Brasileira.

É importante advertir, quando se trata de analisar uma fonte documental visual, quer seja pintura quer seja fotografia, as interpretações são múltiplas e não há um só modelo capaz de revelar com facilidade as tramas e os enredos da

cena passada, sobretudo, em se tratando de considerar as dificuldades de estudar um conjunto de imagens fragmentadas cujos opacos retratos não são formalmente capazes de revelar aquelas paisagens que foram soterradas pela memória do tempo, igualmente, os rostos retratados das pessoas que já se foram.

Outro aspecto que nos cativou na escolha investigativa dessa temática foi à idéia perceptiva, aos olhos do público, de que os primeiros artefatos visuais e retratos fotográficos das cidades trouxeram consigo a promessa de revisão da cena passada. A franca noção sensível daquele acontecimento que se foi, mediante o click da câmera, não só pode ser revivido, mas pode ser rememorado. As imagens de cidades estão por aí a procura de quem possam decifrá-las.

Nessa busca intensa e conflitante, de avanços e recuos, a fim de compreendermos os paradigmas que regem as normas perceptivas do imaginário visual, descobrimos que há muitas formas de se contar uma história e de imaginá-las visualmente. Começemos com esta:

Havia na China Clássica um imperador sábio e protetor das artes. Um dia, ele pediu ao seu

pintor favorito que apagasse do seu quarto de dormir um painel que retratava uma grande cachoeira pintada na parede, que, de tão real, perturbava seu sono. Intrigado, o pintor indagou: como poderia uma simples pintura perturbar o sono de alguém? O imperador lhe respondeu: ela perturba quando o barulho de sua forte queda-d'água penetra e invade o meu sonho.¹

É sempre bom começarmos um tema complexo com a versão de uma narrativa mítica como esta, pois acreditamos que há nessas inocentes estórias um jogo sedutor de várias possibilidades de aprendizagem que muitos tratados acadêmicos não conseguem apreender. Desse modo, os aspectos históricos que investigamos emergem da análise e de uma fonte documental muito rica em informação e, ao mesmo tempo, aberta à suscetibilidade. Em vista disso, pode ser que a nossa versão não seja uma história diferente, ou mesmo empolgante, mas, com certeza, acabou se transformando em um exercício de muito esforço e de extrema paixão.

PRIMEIRO CAPÍTULO: A INVENÇÃO DO CARTÃO-POSTAL

Começemos com uma questão: Toda grande cidade tem uma Imagem-Postal?

Sem perder de vista a Medusa mitológica grega, cujo olhar paralisante transformava os "curiosos" em estátuas de pedra, recorrendo a metáfora moderna da câmera fotográfica, a proposta do texto procurou identificar, mapear e até conjecturar cenas de Pinturas, Desenhos e Fotografias panorâmicas da Cidade do Recife, Pernambuco, Brasil, que deram origem a formação de sua Imagem-Postal conhecida como a *Veneza Brasileira*. Marco simbolizado pelas pontes e rios entrecortando-a

A imagem Cartão-Postal retrata o marco patrimonial e identitário de uma cidade. Nesse caso, o Cartão-Postal do Recife tem o mesmo efeito de identificação, reconhecimento e de pertencimento para os recifenses que o Cartão-Postal da *Torre Eiffel* tem para os parisienses e o mundo. O Cartão-Postal de uma cidade responde da mesma forma que uma identidade visual perante os olhos de todos que apreciam. O mesmo se aplica às *imagens da Torre da Liberdade, Nova Iorque, o Big Ben de Londres, o Cristo Redentor, Rio de Janeiro.*

A identidade visual de uma cidade nem sempre esteve presente, ela é histórica. E como tal, está continuamente em construção. O

cartão-postal não acontece da noite para o dia. Por vezes, ele surge como obra preiteando a postalidade local, o exemplo disso pode ser visto no Monte Rushmore, Dakota do Sul, onde encontram-se esculpidas as faces de alguns ilustres presidentes americanos. Por outras vezes, a imagem postal pode ser aproveitada por meio do cenário natural, como é caso do tão conhecido Monte Fuji japonês.

O Ícone Postal não é só uma imagem visual tributária do marco referencial, é, ainda, uma forma de pertencimento, uma trajetória de relacionamento junto à visão idealizada e desejada dos moradores pronta a contaminar os olhares curiosos dos visitantes e apreciadores de retratos.

Seguindo o ritmo de investigação da produção identidade-visual e de outras formas de pertencimento patrimonial, retido nas paisagens panorâmicas do Recife, cortadas por rios e pontes, a décadas conhecida como a *Veneza Brasileira*, pudemos constatar que a cidade, ao longo dos anos, possui um enredo visual agregado a outras modalidades de expressões literárias e artísticas: cronistas, escritores, cordelistas, músicos, teatrólogos, cineastas,

dançarinos, grafiteiros, poetas e assim por diante.

Uma outra constatação percebida no decorrer da pesquisa, apesar do Recife estar cortado por apenas dois Rios (Capibaribe e Beberibe), a invenção do termo *Veneza Brasileira* corresponde a uma visão romântica e a uma afeição plástica que os agentes locais tinham da bela cidade italiana banhada pelo Mar Adriático e serpenteada por dezenas de canais e gôndolas flutuantes.

O paradigma da imagem visual é um campo fecundo cheio de possibilidades. Uma vasta região aberta à similaridade da imaginação e da criatividade, mas a imagem visual por si só não garante a legitimidade dos propósitos planejados, quer dizer, não basta esses ou aqueles agentes decidirem quais serão as imagens visuais que serão correspondentes ao Cartão-Postal de suas cidades conforme seus desejos. O desenho postal da cidade é muito mais do que uma simples visualidade referencial. Como já mencionamos, ela é uma construção que percorre não só a perenidade dos anos como também acaba por passar para além da tênue linha que conflui o imaginário social e o imaginário visual.

Nessa confluência de tradição e renovação da imagem visual e social da metrópole recifense, os retratos flamencos paisagístico de Franz Post testemunho da era nassalina, a *velha fotografia artística* cotidiana de Francisco du Bocage, o singelo poema de João Cabral de Melo Neto, *Rio Capibaribe*, assim como o verso *Evocação do Recife* do poeta modernista Manuel Bandeira, as frutíferas lembranças juvenis pintadas por Cícero Dias, os trechos mágicos e surreais inundados nas páginas *Armorialistas* de Ariano Suassuna, a profundidade cultural de *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, a rememoração dileitante revista nas páginas *Romanceadas* de José Lins do Rego, a visão futurista exaltada nos *Artigos Sociológicos* de Josué de Castro, os pululantes *Frevos* compostos pelo Mestre *Capiba*, os *Filmes* delirantes dirigidos por Cláudio Assis, a maestria encorpada nas *Obras Plásticas* de Francisco Brennand e tantos outros artífices se inserem na mesma ordem de evocar o Recife-Veneza-Brasileira.

Se o termo *Veneza Brasileira* é uma invenção histórica, um discurso visual e social, então qual é a sua origem?

Quando se menciona o vislumbre da construção do

paradigma visual-postal, a compreensão da iconografia em suas múltiplas contingências consonantes aos retratos de paisagens urbanas do século XIX e XX, implica recorrer a uma operação de análise crítica junto a uma série de leituras e de informações imantadas às imagens circunstanciadas ao contexto social de sua produção, reprodução e recepção. Isso corresponde sucessivamente, ao imaginário social e cultural que os povos pensam e imaginam a sua cidade.² Por assim dizer, todo imaginário cultural é uma invenção discursiva que agregou múltiplos valores históricos idealizados cotidianamente.

O campo das imagens no Brasil, antes do advento da máquina fotográfica, já conhecia as atividades da pintura voltadas ao retrato das principais províncias. O destaque relativo a esse tipo de desenhos eram as técnicas de xilogravura e, mais tarde, a litografia. Ambos artefatos visuais eram, extenuadamente, usado como meio de reprodução de paisagens de cidade, áreas rurais, retratos de pessoas e de famílias.

Logo após a primeira metade do século XIX, a fotografia de províncias tornou-se não só uma mensagem codificada bem como um

caro e raro produto inserido no universo cultural e social das camadas mais abastadas. Nesse aspecto, esse tipo de consumo acabou por se fadar num discurso visual comprometido com classes sociais, categorias profissionais, grupos familiares, indivíduos e, ainda, uma outra forma de memória afetiva e patrimonial.

Revelado através do olhar do fotógrafo e recepcionado aos olhos do espectador, a câmera fotográfica capturou traços fragmentados de época do século XIX: ruas iluminadas, bairros saneados, alamedas arborescentes, jardins de passeios, marcos patrimoniais, costumes familiares, modas estrangeiras, hábitos fugazes, lazer, entretenimento, trabalhos avulsos, controles sociais, entre outras práticas sociais cotidianas.³

A recente produção historiográfica sobre os estudos de cidades do Brasil ao longo dos anos tem revelado o quão Recife desde os meados do século XIX pouco se diferenciava em suas fachadas urbanas das outras metrópoles regionais. À medida que as cidades do Sul-Sudeste se desenvolviam alavancadas pelo impacto dos projetos de modernização importados da Europa, a capital pernambucana

identicamente acompanhava o ritmo. Há milhares de fotografias arquivadas na Fundação Joaquim Nabuco comprovando o compasso frenético das mudanças estruturais empreitadas pelo engenheiro sanitarista Saturnino Brito nos últimos lustros do século XIX.

O aparecimento de imagens retratando panorâmicas de cidades são frutos da imaginação dos seus produtores combinados as práticas sociais do seu tempo. Essa passagem da pintura panorâmica para a fotografia, reflexos de vistas urbanas, apareceu na Europa e nos Estados Unidos do final do século XIX. Preocupado com a propagação da fotografia como obra de arte, o fotógrafo americano *Alfred Stieglitz* voltou-se para o aprimoramento das imagens focando sua lente nos temas urbanos mediados por elementos humanos em movimentos.⁴

1. STIEGLITZ, Alfred -1890



Não se sabe ao certo se o navio francês, embarcação que trouxe o abade *Louis Compt* ao Brasil

com a primeira câmera fotográfica, antes de chegar ao Rio de Janeiro, teria aportado no Recife. Todavia, o relatório apresentado ao Governo da Província pela Comissão de Exposição de Pernambuco cita o aparecimento do *Daguerreótipo* entre os anos de 1842 e 1843.

Relativo a isto, o escritor e ensaísta *Gilberto Freyre*, no livro *A Presença dos Ingleses no Brasil*, destaca: *por volta de 1842 e 1843, aparece no Recife um americano chamado Charles Forest Fredricks... Esse estrangeiro não só se mostrou ser um excelente fotógrafo como também era dotado de um espírito empresarial eclético.* O pequeno anúncio do Diário de Pernambuco publicado em 30 de dezembro de 1843 fornece evidências da montagem do seu estúdio fotográfico na Rua Nova, centro do Recife, e dos produtos importados oferecidos a clientela local.

E não há dúvida quanto à questão, foi *Charles Forest* quem deu início ao hábito de fotografar as paisagens das vias urbanas do Recife.

No capítulo seguinte abordaremos um pouco da trajetória histórica seguindo a intensidade circunstancial nas estruturais sociais e culturais que proporcionou a

invenção do Cartão-Postal referindo a cidade do Recife como a Veneza Brasileira.

2º CAPÍTULO: A CONSTRUÇÃO DO CARTÃO-POSTAL DO RECIFE

Nesta segunda parte, a nossa investigação procurou rastrear algumas pinturas, desenhos e fotografias que registraram aspectos visuais da História da cidade do Recife. Em busca de um olhar urbano cosmopolita, os artífices das imagens, da literatura assim como os artistas locais registraram as mudanças infraestruturas da cidade através de suas frequentes reformas de modernização entre o final do século XIX e o início do século XX.

Nesse momento do texto, procuramos estudar a origem da identidade visual da cidade por meio de mapas, e algumas pinturas, desenhos e fotografias que retratam as vistas panorâmicas, cujas práticas possibilitaram a criação de um imaginário visual que se tornou responsável pelo Cartão-Postal do Recife inspirando a todos o reflexo romântico de uma verossímil Veneza Brasileira.

2. Mapa da região, hoje conhecida como Recife. Século XVI



Não há dúvida quanto ao fato, o desenho de mapas precede a pintura artística e a fotografia. Os primeiros mapas datam a urbanização dos Fenícios. No caso da região, hoje conhecida como Recife, até onde investigamos, as primeiras imagens que tiveram o cuidado de retratar as paisagens da cidade tanto do ponto de vista geográfico quanto de cenário só ocorreram por volta de 1637, com a chegada da missão artística holandesa patrocinada pelo Conde Maurício de Nassau.

3. Pintura retratando a cidade do Recife de Frans Post. Século XVI



Diante das emergentes políticas de conquistas e ocupações empreitadas pelos holandeses, Maurício de Nassau tomou a providência de transferir a capital administrativa para um ponto estratégico.

Após o batismo da cidade, em 1637, como cidade Maurícia, Nova Amsterdã, o conde Maurício de Nassau abriu uma sequência de reformas e inovações de infraestrutura, fazendo aterros, construindo casas, edifícios e pontes. Como parte do seu projeto de modernização, ele trouxe um grupo de profissionais compostos por pintores, desenhistas, cartógrafos, botânicos, arquitetos e engenheiros. Entre 1637 a 1644, homens como Gaspar Barléu, Frans Post, Willem Piso, Jorge Marcgrave, Alberto Eckhout, Zacarias Wagner, Cornelius Sebastianzon Gollijath, Pieter Post, deram início à inspiração visual do que mais tarde seria a Veneza brasileira.⁵

Por volta de 1840 e 1860, o americano Charles Forest Fredricks, de espírito empresarial, instalou um estúdio fotográfico na Rua Nova, oferecendo novos produtos, bem no coração da cidade. Esses aspectos foram detectados em um anúncio

publicado no *Diário de Pernambuco* de 30 de dezembro de 1852:



Primeira Fotografia do Recife - Charles Forest - 1843



Para muitos estudiosos do gênero de imagens, a paisagem urbana moderna é a expressão da ordem e do caos manifestada no formato de produção do espaço físico cujos traços acabavam registrados pelos olhos dos artistas e dos fotógrafos da época. É o caso da xilogravura.

Se com o tempo o mercado da xilogravura foi se ampliando, a presença do fotógrafo no meio doméstico da cidade foi também assumindo relevância. Esses

profissionais registraram momentos singulares do aburguesamento dessas pessoas ricas e afinadas com as convenções correspondentes ao novo tempo. Da informalidade doméstica à solenidade pública, os ritos burgueses foram fotografados no dia-a-dia.⁶

Gravura de Luíz Schappriz - s/d

Dentre os novos hábitos urbanos provindos do estrangeiro, logo incorporados por boa parte da população recifense, estava o passeio público. Como se vê nessa xilogravura, além do artista pontuar as margens do Rio *Capibaribe*, rente as alamedas, a presença de populares transeuntes, acabou registrando o novo lazer, o passeio público. A outra perspectiva do quadro era uma forma encontrada pelo pintor de render homenagem à recém-inaugurada Ponte Conde Da Boa Vista cortando Rio Capibaribe. A pintura nos mostra a margem direita da principal ilha do Recife já calçada.

A procura do olhar urbano cosmopolita começou na Europa e rapidamente chegou ao Brasil. À cena desta xilogravura, nela existe um leve toque da paisagem cosmopolita

na cena citadina retratando a imagem do rio e ponte.

Certamente, podemos ver o quanto às fotografias que retratam cenas abertas se aproximaram profundamente das tradicionais pinturas paisagistas. Nossos levantamentos documentais indicam que Luiz Schappriz era um artista que logo se instalou e se familiarizou com as vistas da cidade. Depois de ficar conhecido por seu talento paisagístico, passou a produzir uma série de cenas corriqueiras locais. Sua produção foi tão intensa que o levou a escrever alguns livros sobre a iconografia das vistas panorâmicas pernambucanas.

A fotografia abaixo foi tirada por João Ferreira Vilela em 1865. A cena fotografada da cidade aspirava outros olhares além dos marcos visuais. Ela se posiciona como corte espacial de uma visibilidade sugestiva e associada às imagens das cidades modernas que estavam sendo apreciadas naquele momento. Embora esse retratista já tivesse fotografado os pontos mais conhecidos do Recife, a cena dessa fotografia não retrata as pontes e os rios familiares da cidade.⁷

Por sua vez, a foto parece propositalmente retratar uma cena que se distancia das intimidades e

dos marcos visuais do Recife. Talvez o seu objetivo fosse o de associar o panorama local ao de uma metrópole europeia ou americana.

**Fotografia do Cais do Trapiche
tirada por Gilberto Ferrez – 1875:**



O retrato de Gilberto Ferrez, tirado em 1875, do Cais do Trapiche exhibe a antiga Associação Comercial do Recife e os antigos casarios, estilo parisiense, que foram destruídos na reforma da década de 1920.

No texto que narra as impressões do poeta Baudelaire sobre Paris do final do século XIX, Walter Benjamin comenta que uns dos aspectos que caracterizam as construções da modernidade são os novos materiais como o ferro fundido e o aço temperado que serviam como bases de sustentação e, ao mesmo tempo, como fachadas cravadas de adornos artísticos.⁸ Nesse sentido, o

ideal do progresso técnico marcou também as formas das construções grandiosas por sua convenção estética. Vinculadas às ideias europeias, as autoridades locais não tardaram a importar técnicos e materiais para promover as construções públicas do Recife. O mercado São José e a ponte 7 de Setembro, construída em 1895, são um bom exemplo dessa influência.

A paisagem urbana moderna é a expressão da ordem e do caos que se manifestam na forma de produção do espaço físico. Esses aspectos mostram-se definidos e materializados nos prédios, nas ruas, nas praças, nas pontes e outros tipos de infra-estrutura moderna. Como podemos ver, a fotografia seguinte mostra o passeio público à margem do Rio Capibaribe dentro dos novos hábitos de lazer. Ela também inspira outras manifestações de contornos sociais, políticos e artísticos que lhe dão uma identidade reconhecível.

Este pequeno trecho extraído do livro *A cidade do Recife*, de Josué de Castro, explicita a temática acentuada:

É essa planície constituída de ilhas, penínsulas, alagados, mangues, paus, envolvidos pelos braços d'água dos rios que, rompendo passagem através da cinta sedimentar das colinas, se espriam remansosos pela

planície inundável. Foi nesses bancos de solo ainda mal consolidado mistura ainda incerta de terra e de água – que nasceu e cresceu a cidade do Recife, chamada de cidade anfíbia, como Amsterdã e Veneza, porque assenta as massas de sua construção de pontes quase dentro de água.

A linguagem poética do autor retrata a cidade através do seu físico natural e de suas construções. Identificá-la significa materializá-la de forma reconhecível. Mas as cidades mudam e, com elas, seus cenários. A reforma iniciada pelo Conde da Boa Vista, em meados de 1842, implicou a montagem de um novo perfil de modernização. São poucas as imagens hoje existentes que retratam as reformas desse período, embora os jornais comentem com grande destaque os transtornos provocados aos moradores, pelas mudanças em curso. Esse governante ficou conhecido pela construção de outras pontes que uniam a ilha do Recife às partes continentais.⁹

Segundo as pesquisas de natureza demográfica da época, a população da cidade, instalada no centro do Recife, já atingia aproximadamente entre 50 a 60 mil pessoas. Trata-se de uma densidade populacional bastante expressiva para uma cidade que ainda tinha

como principal fonte de renda a produção açucareira.

O projeto de modernização do final do século XIX, iniciado no Rio de Janeiro, provocou grandes mudanças infra-estruturais e ganhou adeptos por todo o país; o Recife não foi a exceção. Na base desse projeto, as ações de modernização do governo de Barbosa Lima (1892-1896) ganharam relevância por criarem políticas de linhas de crédito, a fim de renovar os engenhos e montagem de Usinas Centrais, com o objetivo de estimular o setor industrial açucareiro, como também à criação da Escola de Engenharia e a abertura de novas avenidas no centro do Recife. Os projetos infraestruturais deste membro da elite local também proporcionaram a inauguração de novas pontes com postes de ferro com lamparinas aquecidas por combustível líquido.¹⁰

Já a reforma que a cidade sofreu no período do Governador Sérgio Loreto, nas primeiras décadas do século XX, gerou profundas mudanças em seu espaço físico. Foi um projeto de modernização abrupto que ganhou forte crítica nos jornais. A rebeldia e os comentários da população pobre eram contra o autoritarismo do genro do governador, Amauri de Medeiros,

engenheiro sanitaria responsável pelas obras.¹¹

Há dezenas de fotografias arquivadas na fundação Joaquim Nabuco que retratam o embate travado pelos homens públicos, entre o novo e o velho, os jovens técnicos burocratas, aliados das reformas, defendiam um projeto de modernização importado da Europa pautado nos ideais do Progresso Civilizatório Sanitário positivista desde o final do século XIX. No caso do Recife, o fórum desse embate se materializou na destruição de ruas estreitas, chafarizes, prédios antigos, praças populares, áreas de cortiços e zonas boêmias da cidade. Parte da antiga cidade foi derrubada, a fim de justificar a implantação da cidade moderna sem perder a inspiradora visão idílica da Veneza Italiana.

Segundo Flávio Guerra, em seu livro *"Velhas Igrejas e Subúrbios Históricos"*, as primeiras reformas de modernização impostas ao Recife datam do período holandês. No livro, auxiliado pelo engenheiro Pieter Post, o conde Maurício de Nassau construiu num espaço de 8 km² inúmeros casarios, dois fortes e três pontes. Mais à frente, no século XIX, coube ao Conde da Boa Vista, Francisco do Rego Barros, ao lado de uma missão de técnico francês chefiada pelo

engenheiro Louis Vauthier, dar início a um projeto de grande porte que resultou no alargamento de ruas, abertura de novas avenidas, construção de cais, prédios públicos, teatros e até o palácio do governo. Essas mudanças trouxeram não só a construção de novas pontes como a criação habitual da navegação de barcos de passeio pelos rios que cortavam a cidade. Portanto, as pesquisas comprovam que a capital da província pernambucana desde a sua fundação até os anos de 1970, sofreu ininterruptas reformas que mudaram o seu cenário e as suas fachadas patrimoniais sem perder o referencial visual, batizado pelas elites locais de Veneza brasileira.

Dentre os empreitados e vertiginosos processos de modernização urbana de grande porte, que o centro do Recife sofreu ao longo de sua história, acontecidas entre as décadas de 1910 a 1920, as mudanças incluíam alargamentos de ruas, encanações de água, praças, chafarizes, eletricidades, estradas pavimentadas e uma série de empreendimentos estruturais que mobilizaram toda a cidade.

Um rápido olhar na fotografia logo abaixo mostra como a cidade do Recife entra no século XX. A cena lembra os escombros das cidades

européias bombardeadas na Primeira Guerra Mundial.

Fotografia da reforma do Recife do início do séc. XX – anônima



Imersos à poeira, os antigos casarios e cortiços da zona portuária sofreram profundos impactos de destruição. Mais uma vez, suas estreitas ruas foram alargadas, seus antigos bondes, puxados por tração animal, foram substituídos pelo vapor e suas antigas lamparinas a óleo cederam lugar à eletricidade. Era a chegada dos novos tempos, escreveu Mário Sette a esse respeito.¹² Pelos escombros espalhados podemos ver os vestígios de uma memória soterrada que lembrava o domínio das antigas famílias aristocráticas, as quais, diante dos novos tempos, cediam lugar à República burguesa fundamentada na *Ordem* e no *Progresso Técnico*. A cidade mudava em seus aspectos físicos, mas continuava governada pelos mesmos grupos aristocráticos que sonhavam evocando com saudosismo a

lembrança memorial de uma postulada Veneza brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reiteramos, a paisagem urbana ou rural, que responde aos olhos dos observadores como a identidade visual de uma cidade, é um produto histórico específico que só pode ser explicado através da sociedade que a produziu no contexto das relações materiais e no campo das ideias e sensibilidades dos seus moradores, em suas práticas cotidianas. Nessa perspectiva, os conceitos do que é novo e do que é antigo, provinciano ou cosmopolita, tornam-se frutos dessas produções.

Segundo Roland Barthes, em seu livro *A Câmara Clara*, a imagética responsável pela identidade visual de uma cidade, no imaginário de sua população, necessariamente, se deu com a ampliação do processo de educação do olhar. No caso do Recife, o começo das produções referentes à identidade visual esteve, inicialmente, mais vinculado aos artistas visitantes estrangeiros, mais tarde, tais ícones visuais acabaram sendo adotados pelos literários, artistas e visionários locais.¹³

Antes mencionadas e comprovadas pode-se afirmar categoricamente que o pictorismo do Recife cortado por pontes e rios, vêm de longa data.

Investigando algumas fontes, descobrimos que a montagem de muitos estúdios/ateliês na cidade do Recife acirrou ainda mais a concorrência pela procura de fotos de cidades.

De 1880 em diante, a troca da fotografia entre as pessoas, baseadas nas relações afetivas, ganhou espaço e acabou repetindo a cartomania, troca de fotografias, iniciada na Europa. Na Fundação Joaquim Nabuco, encontramos inúmeros cartões fotográficos de cidade e de pessoas com dedicatórias de singulares afeições que indicam as mudanças na sensibilidade perceptiva visual daqueles que trocavam fotografias como forma de carinho e amizade.

A substituição da pintura/retrato do patriarca que ficava no centro da sala principal das casas das famílias tradicionais pelo uso da fotografia da família reunida na imagem fotográfica. Não só essas modalidades fotografias, outras postais de cidades, passaram a serem guardadas nos álbuns dos novos extratos sociais mundo a fora,

as lembranças dos pais, dos filhos, das viagens, das festas, passeios piqueniques, das esposas, dos agregados e dos escravos supriram a maestria imaginaria visual do novo tempo.¹⁴

Se a origem da vista panorâmica, cartão-postal da *Veneza Brasileira*, aconteceu com a chegada da Missão *Maurício de Nassau* no século XVII, nessa mesma trajetória, a produção local possibilitou uma imagem referencial patrimonial do Recife que ficaria conhecida por todos como a Veneza brasileira.

Cartão-Postal da Cidade do Recife -1996.



Desde a ideia do Cartão-Postal fotográfico introduzida em 1865 por Heinrich Von Stephan, à época diretor-geral do serviço de Correios do Império Alemão, a percepção da identidade-visual de cidades, projetadas por artistas entre outros produtores de imagens, ao longo do tempo, postadas tanto nos álbuns de família quanto nos cartões postais

vendidos publicamente acabou consolidando tal prática social até os dias atuais.

Por fim, o retrato postal referencial e patrimonial da cidade não só mudou a visibilidade imaginária visual que se tinha das

idades, como também acabou por perpetuar a imagem do Recife como a *Veneza Brasileira* dos Trópicos.

¹ Doutor em História e Professor da Universidade Federal de Campina Grande.

² 1. BELLA FILDEMAN (Org.). *Desafio da Imagem*. São Paulo: Papyrus, 1988, p. 40.

³ CALVINO, Italo. *As cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1980, p. 109.

⁴ BELLA FILDEMAN, idem, 1988, p. 78.

⁵ STIEGLITZ, Alfred. *Camera Work*. New York. Editora: Taschen, 2013, p.5.

⁶ MELLO, Antônio Gonsálves. *Cartografia Holandesa do Recife*. Recife: Phng/2, 1976, p. 97.

⁷ KOSSOY, Boris. *O Olhar Europeu: O Negro na Iconografia do Século XIX*. São Paulo: Editora Universitária, 1994, p. 11.

⁸ FERREZ, Gilberto. *Raras e Preciosas Vistas e Panoramas do Recife – 1755 a 1855*. Recife: Secretaria de Educação de Pernambuco, 1968, p. 14.

⁹ BERMAN, Marshall. *Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar. A Aventura da Modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986, p. 15-29.

¹⁰ MATOS, Potiguar. *Gente Pernambucana*. Rio de Janeiro: Tempos Brasileiros, p. 45.

¹¹ SETTE, Mário. *Arruar História Pitoresca do Recife Antigo*. 3ª edição Coleção Pernambucana – Vol. XII. Recife: Secretaria de Educação de Pernambuco, 1978, p. 53.

¹² REZENDE, Antônio Paulo. (Des) encanto Modernos – Histórias da Cidade do Recife na Década de Vinte. Recife: FUNDARPE, 1997, p.74-76.

¹³ ALMEIDA, Magdalena. Mário Sette o Retratista da Palavra. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2000, p.145-148.

¹⁴ BARTHES, Roland. *A Câmera Clara. Notas sobre Fotografias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

¹⁵ SAGNE, Jean. *O Velho Ateliê Fotográfico*. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 123.

Bibliografia

ANDRADE, Manuel Correia. *O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste*. Recife: SUDENE, 1975.

ANGELA DE BARROS, Kátia. *O Moderno e o Figurado nas Pinturas*. São Paulo: Cúltrix, 1989.

ALMEIDA, Magdalena. Mário Sette o Retratista da Palavra. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2000.

BARTHES, Roland. A Câmera Clara. Notas sobre Fotografias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BERMAN, Marshall. Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar. A Aventura da Modernidade. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BELLA FILDEMAN (Org.). Desafio da Imagem. São Paulo: Papyrus, 1988.

CALVINO, Italo. As cidades Invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1980.

FERREZ, Gilberto. Raras e Preciosas Vistas e Panoramas do Recife – 1755 a 1855. Recife: Secretaria de Educação de Pernambuco, 1968.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. Dicionário Chorográfico Histórico e Estatístico de Pernambuco. Rio de Janeiro: Gráfica Guanabara, 1927.

KOSSOY, Boris. O Olhar Europeu: O Negro na Iconografia do Século XIX. São Paulo: Editora Universitária, 1994.

LUBAMBO, Kátia. O Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero. Recife: Fundação de Cultura do Recife, 1991. Coleção Gilberto Freyre.

MELLO, Antônio Gonsálves. Tempos dos Flamengos. Recife: FUNDAJ, 1979.

MELLO, Antônio Gonsálves. Cartografia Holandesa do Recife. Recife: 1976.

MOURA, Abelardo Filho de. Desafio da Modernidade. Niterói : Vozes, 199
NORMANDO, Paulo. Vistas e Paisagens Brasileiras. Belo Horizonte : Editora Universitária, 1995.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

REZENDE, Antônio Paulo. (Des) encanto Modernos – Histórias da Cidade do Recife na Década de Vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.

SAGNE, Jean. O Velho Ateliê Fotográfico. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SOUTO MAIOR, Mário, SILVA, Leonardo Dantas. O Recife – Quatro Séculos de sua Paisagem. Recife: Massangana, 1992.

SETTE, Mário. Arruar História Pitoresca do Recife Antigo. 3ª edição Coleção Pernambucana – Vol. XII. Recife: Secretaria de Educação de Pernambuco, 1978.

TARCÍO, Clóvis Eugênio de. Impressões sobre a Pintura Paisagista. São Paulo: Editora Moderna, 1986.

A HISTÓRIA E A CIÊNCIA NO BRASIL: MÁRIO GUIMARÃES FERRI E A ORGANIZAÇÃO DA COLEÇÃO RECONQUISTA DO BRASIL

*THE HISTORY AND SCIENCE IN
BRAZIL: MÁRIO GUIMARÃES FERRI
AND THE ORGANIZATION OF THE
RECONQUISTA DO BRASIL
COLLECTION*

Gisella de Amorim Serrano ¹

José Otávio Aguiar ²

RESUMO

Esse trabalho analisa uma importante coleção histórica intitulada "Reconquista do Brasil" e publicada, a partir de 1973, pela Editora mineira Itatiaia em coedição com a EDUSP - Editora da USP. O que se pretende é analisar os sentidos atribuídos à reescrita da história do Brasil por meio de um viés que englobava um cariz científico. Esse caráter científico é revelado pela preocupação com os "temas de ciência" e pela publicação das obras de viajantes naturalistas. Procura-se revelar, nesse texto, as possibilidades de aproximação entre História e Ecologia, numa perspectiva onde ciência e cultura inserem-se numa concepção singular de conhecimento histórico do Brasil. Para tanto se destacou o perfil acadêmico de seu organizador, o professor Mario Guimarães Ferri, assim como o contexto sócio político onde se insere a edição.

Palavras-chave: história e ciência, ecologia, coleção.

ABSTRACT

This work analyzes an important historical collection entitled Reconquista do Brasil and published, from 1973, by Editora mining Itatiaia in co-edition with USP 's Editora. The aim is to analyze the meanings attributed to the rewriting of Brazilian history through a bias that encompasses a scientific aspect. This scientific character is revealed by the preoccupation with the "themes of science" and by the publication of the works of naturalistic travelers. In this text, we try to reveal the possibilities of approaching History and Ecology, in a perspective where science and culture are part of a unique conception of historical knowledge of Brazil. For that, the academic profile of its organizer, Professor Mario Guimarães Ferri, was highlighted, as well as the socio-political context where the edition is inserted.

Keywords: history and science, ecology, collection.

"A aranha teceu a teia durante a noite. De manhã, vários insetos estavam presos nos fios pegajosos. A aranha, usando a própria teia, diligentemente os embrulhou, armazenando-os para futuras refeições. Se você já deparou com uma teia num bosque, talvez tenha se detido um instante para apreciá-la, mas logo prosseguiu o passeio. Da próxima vez, pense um pouco na aranha, na sua teia e o mundo que a cerca. Como é que a aranha foi parar no meio do mato? Será que as aranhas desta espécie vivem exclusivamente em florestas? Por que a teia fica a dois metros do chão e não a meio metro ou a sete metros? Isso poderia ter alguma coisa que ver com a temperatura, o vento, ou com a espécie de insetos preferidos pela aranha? Será que algum animal tenta comer a aranha? Que acontece com a aranha quando a teia é destruída pela chuva ou pelo vento? O mundo da aranha vai ficando cada vez mais complexo à medida que pensamos nele". (PRINGLE, 1971: 07)

A coleção Reconquista do Brasil é o projeto editorial mais conhecido da Editora Itatiaia. Em colaboração com a EDUSP, a editora mineira chegou a publicar mais de três centenas de títulos (precisamente 306) até 1992.

A Reconquista do Brasil aumentou as vendas da Editora Itatiaia. Inaugurada em 1973, já havia apresentado cerca de 160 volumes em 1984 (HALLEWELL, 1984: 526). A importância dessa coleção é justificada pela propaganda da própria editora que a definira como "uma

primorosa coletânea de textos" (QUEIROZ, 2009: 19).

Para Laurence Hallewell, essa coleção, assim como outros empreendimentos editoriais não passaria de uma imitação da coleção Brasileira então importante coleção lançada pela Cia Editora Nacional, em 1931, como parte da Biblioteca Pedagógica Brasileira, dirigida por Fernando de Azevedo¹.

Na esteira de empreendimentos editoriais voltados para a reconstrução da história do Brasil, como apontara Hallewell, a coleção procurou se afirmar pela sua tentativa de reescrita do passado brasileiro, pela seleção de textos variados que almejavam a completude do conhecimento da história do país. O objetivo declarado pela própria editora implicaria uma ressignificação histórica. Afirmava-se que a coleção procurava reconstruir e informar "os primórdios do nosso país, sendo fundamental para aqueles que buscam uma melhor compreensão do Brasil" (QUEIROZ, 2009: 19).

Segundo depoimento de A. Brito da Cunha a Reconquista do Brasil seria "considerada, no país e no exterior, o conjunto de obras mais importante para o conhecimento do passado no Brasil", sendo sua

"importância só comparável à da *Brasileira*" (WEISZFLOG, 1986: 42).

A ideia da coleção nascera de seu editor mineiro, Pedro Paulo Moreira dono da Itatiaia que havia convidado o professor Mário Guimarães Ferri para dirigi-la (QUEIROZ, 2009: 41). Sua pretensão seria, segundo declarara certa vez, a busca pela manutenção das obras como os originais (Queiroz, 2009).

O título dessa coleção traduz claramente a sua ideia formadora: reconquistar o Brasil, reescrever sua história, restaurar suas origens, refazer os caminhos da história. Certamente a coleção invocava para si um sentido de reorganização sistemática da memória nacional. Na orelha da obra de Richard Burton "Viagem de canoa de Sabará ao oceano", volume 37 da coleção, João Etienne Filho ressalta a importância da leitura dos viajantes numa coleção que oferece "ao que, para realizar um Brasil melhor, precisam saber mergulhar em suas raízes".

A escolha dos títulos e a sequência adotada demonstra que a maioria dos títulos publicados nessa coleção era composta por viajantes, com suas descrições da fauna, com a exposição de um Brasil fisiogeográfico, ou seja, um viés

histórico que parecia querer aproximar história e natureza.

O que nos ocupa, nesse texto é identificar, alguns aspectos da relação expressa entre história e ciência no interior dessa coleção. O que propomos aqui, sucintamente, é identificar e problematizar os meandros de uma construção narrativa da série que repousa, entre outros aspectos, sobre a importância do conhecimento da ciência brasileira para a própria compreensão de sua história. É, sobretudo, contextualizar, a reelaboração do conhecimento histórico por meio da coleção num momento em que pesavam questões científicas pautadas na emergência dos problemas ecológicos.

Nesse sentido começamos pela própria organização da coleção. Mário Guimarães Ferri foi professor do departamento de botânica da Universidade de São Paulo. Mais precisamente "*um biólogo e ecólogo*" (WEISZFLOG, 1986: 37). Mário Guimarães Ferri formou-se pela USP onde obteve o título de doutor em Ciências em 1944 com a primeira tese de doutoramento no campo da Botânica no Brasil (FERRI, 1980: 15) e de Livre-docente em 1951 (FELIPPE, 1986: 33). Estagiou nos EUA com bolsa da Fundação Rockefeller (Columbia University, no Boyce Thompson Institute e no California

Institute of Technology). Ao voltar ao Brasil ajudou na organização do curso de Fisiologia Vegetal da USP, então o primeiro curso prático sistematizado (LAMBERTI, A.; ANDRADE, M.A.B.; FERRI, M.G., 1974: 09).

Mário formara-se dez anos depois da criação da própria Universidade de São Paulo, num momento onde a formação de botânico associava-se à formação mais geral das ciências naturais.

A organização da cadeira de botânica na USP esteve intimamente ligada à vinda do alemão Felix Rawitscher de quem Ferri fora colaborador.

Para a Cadeira de Botânica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foi convidado o Prof. Felix Kurt Rawitscher, renomado botânico alemão que aqui chegou em 30 de junho de 1934, em companhia do Prof. Ernest Bresslau e organizou um bom ensino nos moldes do que se operava nas melhores universidades da Europa. O Prof. Rawitscher iniciou a organização da Cadeira de Botânica com o auxílio dos funcionários Sra. Maria Ignês da Rocha e Silva, Sr. Aléssio Padula e Sr. Georg Seyfried, horticultor diplomado na Alemanha. Preocupado com a formação de discípulos, Rawitscher convidou para seu 1º Assistente o Prof. Karl Arens, do Instituto de Botânica de Colônia, que foi substituído por Hermann Kleerekoper. O 2º assistente da Cadeira de Botânica foi Mário Guimarães Ferri, licenciado da 3ª turma de alunos de História Natural, que desde agosto de 1939 pertencia ao seu quadro de colaboradores. Entre os

colaboradores da época, estavam Berta Lange de Morretes e Mercedes Rachid, licenciadas em 1941 e 1942, respectivamente. Um pouco mais tarde foi contratado o Sr. Aylthon Brandão Joly, da turma de 1945. Quando o Prof. Rawitscher regressou para a Alemanha, por motivo de saúde, ficou responsável pela Cadeira, o Prof. Mário Guimarães Ferri. Sob a iniciativa do Prof. Rawitscher tiveram início no país, em bases consistentes, os primeiros estudos fisiológicos, voltados, prioritariamente, à compreensão das relações hídricas das principais formações vegetais do Brasil, particularmente do cerrado. Disponível em: <http://www.ib.usp.br/ibhistoria/50anos/1934bot.htm> Acesso em 03 fev. 2018.

Assim, foi ao lado do professor Felix Rawitscher, que Mário G. Ferri "iniciou as pesquisas com plantas dos cerrados" (FELIPPE, 1986: 33) e, por isso, tornou-se conhecido por estudos pioneiros em duas frentes "o estudo dos fitormônios e o da Ecologia tropical", sobretudo no estudo das auxinas, então ainda desconhecidas no ocidente (FELIPPE, 1986: 33-34).

A tese de Regina Horta Duarte estuda nos anos 1920 no Brasil a Biologia como um campo de conhecimento. Para a historiadora homens letrados como Mello Leitão, Roquete Pinto e Alberto José Sampaio tornaram a Biologia como arma de combate político ou na expressão de Regina, conceberam uma espécie de "biologia militante".

Algumas décadas anteriores, algumas instituições, como a Associação Brasileira de Ciências já caminhavam para a identificação dos saberes mais especializado em detrimento dos saberes do generalista. No Museu Nacional, local privilegiado para os estudos da autora, a biologia torna-se carro chefe de ações de cunho educativo. (DUARTE, 2010: 26)

Sua tese demonstra as estratégias impetradas pelos três cientistas no sentido de apresentar caminhos para o estudo e a divulgação científica na tentativa de afirmação do próprio campo de conhecimento em que militavam e da profissionalização desse mesmo campo.

Apesar da tese da autora analisar outro período da história das ciências, ela ilustra e contextualiza parte das disputas pela especialização de um campo de conhecimento científico e aponta algumas das estratégias organizadas com vistas à divulgação pedagógica do conhecimento científico.

Em décadas posteriores, nos anos 1970 e 1980, a edição de livros e revistas como os da coleção Brasileira de Fernando de Azevedo, estabelecerem-se no campo de debates científicos e ainda, de certa

forma constituem expressões da tentativa de difusão de estudos científicos a um público maior.

A organização de uma coleção com a marca da ciência a partir da publicação de estudos científicos demonstram o papel pedagógico e divulgador de coleções como a Reconquista do Brasil nesse período.

No trabalho de organização editorial misturam-se duas ocupações fundamentais na vida do professor Ferri. De um lado seus estudos e pesquisas científicas e não desvinculados a esses, a sua atividade como presidente da Comissão Editorial da Editora da Universidade de São Paulo, cargo que ocupou entre 1964-1985 (CUNHA, 1986: 42).

Aliando as duas esferas de ações, Mario Ferri, acabou produzindo muitas obras acerca das ciências no Brasil, sobretudo aquelas inseridas na coleção da editora Itatiaia. Ao que parece, embora tenha publicado seus "temas de ciências" por outras editoras, foi na organização da coleção Reconquista do Brasil que encontrara um campo frutífero de divulgação científica. Para ilustrar citamos, entre as obras de sua autoria ou organização publicadas entre as décadas de 1970-1980 por outras editoras: a tradução de Mário Guimarães Ferri lançou outras obras

de sua autoria por ou em colaboração com outras Editoras além da Itatiaia. “Temas de ciências é também o título de uma coleção lançada pela editora Itatiaia cujo primeiro volume foi Ecologia Geral em 1980”. Na coleção Reconquista do Brasil consta: Ecologia: temas e problemas brasileiros (Reconquista do Brasil, v. 03) em 1974.

Ecologia Geral, de R. Dajoz (1972) em coedição com a editora Vozes; em 1974 o livro Botânica em coautoria com outros dois professores do departamento de Botânica da USP (Maria Amélia Braga de Andrade e Antonio Lamberti) pela coedição com a Editora Melhoramentos (1972); História das ciências no Brasil, pela Coord. Ed. Pedagógica e universitária e Edusp, três volumes (1979, 1980, 1981) entre outros artigos em revistas especializadas. Já pela Editora Itatiaia citamos: Ecologia Geral (coleção Temas de ciência, v.01) em 1980 e Ecologia: temas e problemas brasileiros (Reconquista do Brasil, v. 03) em 1974.

O termo ecologia foi empregado, de forma pioneira, pelas referências que temos, pelo biólogo alemão E. Haeckel, no idos d 1866. O neologismo era empregado em sua obra *Generelle Morphologie der Organismen*. Sua composição parece vir da junção

didática de duas palavras gregas: Oikós que quer dizer casa, e logos, cuja semântica remete a estudo. Ecologia significa, literalmente, assim, Ciências do Habitat. Seria a ciência que estuda as condições de existência dos seres vivos e as interações, sejam elas de quaisquer naturezas, entre esses seres vivos e seu meio de interação atuais destes termos, uma pretensão de hierarquização. Importante destacar que este termo não recebeu a semântica atual antes de generalização de sua utilização a partir dos anos de 1960 e de suas lutas sociais, nas quais a bandeira ecológica conquistou, gradativamente, seu lugar.

Se de um lado podemos sublinhar a importância da Ecologia naqueles anos de organização dos campos de conhecimento científico no Brasil, sobretudo nas Academias como a USP, podemos também destacar a importância política dada a assuntos ligados ao meio ambiente. A partir da década de 1970 observa-se uma ampliação das preocupações dos governos e dos estudiosos com a degradação da natureza no planeta. A ampla divulgação do tema fez-se sentir no mercado editorial que então voltara sua atenção aos temas da Ecologia.

A conferência de Estocolmo em 1972 viera demonstrar a escala mundial das preocupações e expor as singularidades dos problemas que ligavam o homem e sua relação com a natureza ao longo dos anos e para com o futuro. Nessa altura, a concepção da falta de equilíbrio entre o esses dois elementos, ou melhor, a reafirmação de concepções que inseriam o homem na própria natureza estava em curso, como se vê num dos pontos da própria "Declaração de Estocolmo", a seguir:

O homem é ao mesmo tempo criatura e criador do meio ambiente, que lhe dá sustento físico e lhe oferece a oportunidade de desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. A longa e difícil evolução da raça humana no planeta levou-a a um estágio em que, com o rápido progresso da Ciência e da Tecnologia, conquistou o poder de transformar de inúmeras maneiras e em escala sem precedentes o meio ambiente. Natural ou criado pelo homem, é o meio ambiente essencial para o bem-estar e para gozo dos direitos humanos fundamentais, até mesmo o direito à própria vida. (Declaração de Estocolmo, 1972).

Na introdução do primeiro volume da coleção "Temas de ciência" Mário demonstrava uma preocupação com a importância real do debate

Hoje, a ecologia é matéria obrigatória até em revistas e jornais. E, por isso mesmo, começou a atrair a atenção de todo o mundo, que percebeu poder usá-la em benefício próprio. Assim, certos políticos passavam a empenhar, em geral

demagogicamente, a bandeira ecológica. (FERRI, 1980: 10).

Sintomaticamente uma discussão filosófica foi organizada e editada por um grupo de intelectuais em 1983 que tinham como objetivo de problematizar a preocupação sistemática com a Ecologia no cenário mundial. Intitulada Ecologia e cultura a obra refletia sobre ecologia e ética; ecologia e capital, relação homem e natureza. Marcada pela influência dos estudos marxistas da época a obra revelava que a exacerbação das discussões ecológicas demonstrava a evidente problemática oriunda de uma sociedade industrial. Raul Francisco Guimarães, um dos autores da coletânea de artigos afirmava certa confusão e inconsistência na definição dos problemas ligados à teorização do problema, segundo ele:

Decididamente, existe o que Jean Pierre Dupuy chamou de 'nebulosa ecológica'. Ela se explica em dois pontos essenciais: o primeiro é a universalidade das reivindicações do momento e segundo, consequência do primeiro, a pouca consistência da sua ideologia. (GUIMARÃES, 1983: 55).

M. G. Ferri definiu sua concepção de Ecologia como "uma ciência que estuda todos os seres vivos em suas relações recíprocas e em suas relações com o ambiente em que vivem" (FERRI, 1986: 01). Para ele, uma ciência multidisciplinar que é

uma "síntese de conhecimentos" (FERRI, 1980: 18).

Na obra de Eugene P. Odum escrita em 1931 e traduzida em 1977 por Kurt G. Hell, outro professor de Botânica da USP, encontramos uma definição que parece ter influenciado a formação dos cientistas do Brasil, Mário Guimarães Ferri adverte que uma espécie de "pensamento ecológico" não seria novidade, representado desde o Velho e o Antigo Testamento, passando pela teoria de Malthus considerava ainda o trabalho dos viajantes e naturalistas como Humbolt, Spix, Martius e Saint-Hilaire porque "*ocuparam-se de nossa Geologia, de nossa flora e de nossa fauna, com um modo ecológico de pensar*" (FERRI, 1986: 5).

Em seu texto "Ecologia geral" Mário ainda expõe:

pode-se dizer, ainda que o "pensamento ecológico" fez sempre parte do equipamento mental do naturalista, de um modo quase subconsciente ou automático. Mas foi somente na segunda metade do século XIX que se fizeram tentativas para a individualização de uma ciência especial que encerrasse conscientemente esse pensamento. (FERRI, 1980: 13).

No primeiro volume da coleção Temas de ciência organizada pela editora Itatiaia e pela Editora da Universidade de São Paulo em 1980 é que Mário Ferri esclarece melhor esse

argumento no prefácio de sua obra "Ecologia geral". Segundo ele,

esses naturalistas viajantes, principalmente do século XIX, tinham um "pensamento ecológico", embora nessa época a Ecologia não figurasse ainda no rol das ciências, visto que, como tal, só se organizou e disciplinou no fim do século passado e começo deste. No desenvolvimento da Ecologia, não só no Brasil como em todo o mundo, atribuímos grande importância aos trabalhos de Warming, em Lagoa Santa. (FERRI, 1980: 09).

Talvez seja por meio dessa indicação que possamos encontrar resposta para a apresentação de tantas obras de "ciência" então presentes na coleção Reconquista do Brasil.

Ao que nos parece a coleção Reconquista do Brasil esteve condicionada, entre outros aspectos, pela marca de formação de seu organizador aliada a um contexto intenso de ampliação do interesse e do debate ecológico no Brasil. Ao reunir um amplo panorama fornecido pelos viajantes, por exemplo, Mário Guimarães divulgava uma noção de Ecologia particular e, quem sabe, inovadora no Brasil. Nesse caso, conhecimento histórico não estaria dissociado de uma concepção científica ligada aos desdobramentos da organização sistemática do conhecimento biológico, especificamente ecológico. Na tradução de sua concepção científica

da história estaria nas entrelinhas do programa editorial da coleção uma concepção que talvez pressupusesse aproximar ciência e cultura.

A historiografia tem discutido amplamente a importância dos relatos viajantes sob diversos aspectos. Vanzolini reitera a importância relativa dos viajantes a partir do século XIX para a Zoologia e a catalogação de espécies no Brasil. Segundo ele,

a zoologia fez, nessa época dentro de nossa ótica, rápidos progressos, pela interação de dois mecanismos: aceleração do conhecimento de faunas, levando também a uma conscientização zoogeográfica, e aperfeiçoamento da sistemática, por meio de obras no estilo do systema naturae, cobrindo de forma diagnóstica, seja toda a zoologia, seja uma classe ou ordem. (VANZOLINI, 1996: 205).

Como exemplo ele relativizou alguns dos estudos desses viajantes. Entre os que nos interessam estariam Spix, Martius, Príncipe Maximilian e Agassiz. Esses autores foram publicados na coleção organizada por Mário G. Ferri e, todos eles, segundo a análise de Vanzolini teriam sido estudiosos de grande importância para o desenvolvimento científico do Brasil (VANZOLINI, 1996: 231).

Lorelai Kury também afirma a importância da viagem dos "cientistas que se faziam naturalistas" como uma das etapas do fazer ciência no século

XIX, movida, sobretudo pela influência de Humbolt. Para a autora:

A abordagem Humboltiana da natureza não é, assim unicamente intuitiva: o viajante mede de maneira sistemática e precisa os fatores físicos que intervêm em cada lugar estudado, tais como a temperatura, altitude, pressão, umidade, além de estudar os hábitos das principais espécies vegetais que compõem a paisagem na qual o naturalista se encontra (...). Os viajantes naturalistas que vieram ao Brasil e reivindicavam a influência de Humbolt, tais como Von Martius e ou Auguste de Saint Hilaire, optaram pela viagem: queriam "ver com os próprios olhos". Porém cabia a eles transformar sensações, experiências e seres vivos em novas espécies de animais e plantas que se encaixassem na ordem natural das famílias, em herbários, animais empalhados, bichinhos imersos em álcool, descrições detalhadas escritas de modo inteligível em cadernos de viagem, etc. A viagem é em geral considerada pela história natural como uma das etapas necessárias para a transformação da natureza em ciência. (KURY, 2001: 865).

Para Kury as viagens e suas descrições sistematizadas em textos e ilustrações em sua preocupação marcadamente descritiva pressupunha a ordenação de conjuntos de dados numa "postura ecológica 'avan la letre'" (KURY, 2001: 868). Associados às viagens estariam, assim, segundo a percepção dessa autora, leituras singulares da própria natureza, sobretudo no seu tratamento "como conjunto de indivíduos animais e vegetais".

O que estaria em jogo, portanto é uma concepção inovadora da natureza na sua relação com os seres sociais assim como uma maneira peculiar do proceder científico do próprio naturalista, no tratamento de seus objetos, na tentativa de descrição máxima dos "conjuntos" ou "quadros" naturais vivos, ou seja, do seu fazer ciência.

Como afirma Ana Lúcia Cruz, "o naturalista é o profissional paradigmático da ciência iluminista da Europa das Luzes" (2002: 68). Retomando o argumento de Marie Lousie Pratt, ela reafirma o papel da ciência natural nas expedições e viagens (CRUZ, 2002: 68).

É nesse aspecto que se pode compreender a inauguração da coleção com o título: "Lagoa Santa" e a vegetação de cerrados brasileiros" lançada em 1973. A obra recebeu notas e textos complementares introduzidos por Mário Guimarães Ferri, além de seu autor original Eugênio Warming. O livro é tido como "o primeiro livro sobre Ecologia publicado na literatura mundial" (CUNHA, 1986: 42). Em 2000, numa obra destinada a sanar as possíveis lacunas acerca da literatura ecológica em português no Brasil, então marcada pelas obras em outras línguas e sob o intuito de aprofundar questões teóricas para uma ainda

suposta *soft science*, R. Motta Pinto-Coelho, professor do Instituto de Biociências da Unesp-Botucatu, lançou "Fundamentos de Ecologia". Nessa obra, o autor reatualiza a importância dos estudos de Warming, ao considerá-lo como um dos "primeiros estudos sobre ecologia terrestre de que se tem notícia mundialmente" (PINTO-COELHO, 2000: 12).

Em 1908, Alberto Lögren reitera o trabalho de Warming destacando seu lugar na história das ciências:

O presente livro do Dr. Eugen Warming representa a primeira tentativa de organizar uma flora local de uma região determinada do grande território brasileiro. O mérito desta obra, porém, não consiste somente num colecionamento sistemático, com enumeração de espécies conhecidas ou novas, e não se limita a simples descrições fitográficas ou distribuição geográfica; é infinitamente maior, pois é, antes de tudo, o primeiro ensaio de estudos biológicos e fisiológicos jamais feitos no Brasil sobre as relações do manto vegetal com o clima, com o solo e com o próprio homem, em sua ação transformadora sobre a natureza viva. (LÖGFREN Apud KLEIN, 2002: 09).

Salientando a figura de Warming entre outros viajantes-naturalistas, Mário G. Ferri justifica a publicação do volume inaugural da Reconquista do Brasil:

Más é, sobretudo a figura de Eugênio Warming que devemos ressaltar: viveu em Lagoa Santa, a 40 km de Belo Horizonte, de 1863 a 1866, estudando a vegetação de seus arredores, especialmente a vegetação de campos cerrados. Tratava-se de um tipo de vegetação muito estranho para ele, bem diverso de tudo quanto conhecia em outras partes do mundo. Regresando a Dinamarca, sua pátria, Warming publicou um livro intitulado Lagoa Santa: et bildrag til den biologiske plantegeografi, em 1892. Foi traduzido por Alberto Loefgren para o português e publicado pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, em 1908. Esse livro há muito esgotado, era e é indispensável a quem se interesse por problemas do cerrado. Por esse motivo, a editora da Universidade de São Paulo e a editora Itatiaia, de Belo Horizonte, publicaram em 1973 nova edição do mesmo. Fizeram reprodução fac-similar do texto em português e usaram as figuras do original dinamarquês, obtendo ótimo resultado gráfico. Foi introduzido um capítulo "a vegetação de cerrados brasileiros" de Ferri, que fez uma revisão crítica de cerca de 250 trabalhos sobre o cerrado. Incluiu-se nesse capítulo amplo documentário fotográfico do autor. (FERRI, 1973: 05).

Na introdução da obra de Warming, Mário faz algumas ponderações quanto à importância dos estudos do naturalista, de seu pioneirismo e de sua contribuição para a ciência no Brasil e, inclusive para a divulgação da cidade de Lagoa Santa

no mundo. Por ser obra imprescindível para o conhecimento do cerrado e por estar esgotada sua primeira edição, Ferri justificaria a sua nova publicação, afinada, sobretudo pela atualidade do tema da Ecologia naqueles anos.

Mário Guimarães Ferri e Rawitscher foram grandes conhecedores do cerrado brasileiro. Segundo Robert Goodland do departamento de assuntos ambientais e científicos do Banco mundial e também autor do volume 52 da coleção organizada por Ferri, a liderança de Ferri por cinco décadas demonstrou que a maior parte do cerrado não é limitada pela falta de água. Alunos de Ferri descobriram que "o xero morfismo é parcialmente causado por uma falta de nutrientes ou escleromorfismo oligotrófico. Mais, o oligotrofismo está relacionado à toxidez do alumínio" (GOODLAND, 1986: 32).

Ferri não se dedicou apenas ao cerrado, dedicou-se também a caatinga. No segundo volume da coleção Reconquista do Brasil, Ferri aparece novamente ao lado de C.A.M Lindman, sueco que publicou "A vegetação do Rio Grande do sul", na qual Ferri ocupara-se de produzir um capítulo final para sua reedição.

Além dessa obra seguiram-se dezenas de outras organizadas e publicadas seguindo o mesmo padrão conceitual-científico e editorial. Entre elas destacamos os outros 12 volumes iniciais da coleção Reconquista do Brasil: Ecologia (Ferri), Viagem às províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (Saint Hilaire); Viagem ao distrito dos diamantes e litoral do Brasil (Saint Hilaire); Viagem as nascentes do São Francisco (Saint Hilaire); Viagem a província de Goiás; viagem a Curitiba e Santa Catarina (Saint Hilaire); Viagem ao Rio Grande do sul (Saint Hilaire); Viagem ao interior do Brasil (Saint Hilaire); Viagem ao Brasil (Luiz Agassiz); Viagem ao interior do Brasil (George Gardner); Viagem ao interior do Brasil (J. Emanuel Pohl).

Todos esses volumes iniciais sob o mesmo escopo conceitual sugerem uma tentativa do seu organizador de relacionar o conhecimento histórico das ciências naturais, ou melhor, de não dissociá-lo. Sugere uma concepção de história ambiental inaugurada sob a forma de coleção.

O que estava em curso na concepção original da Reconquista do Brasil era reconstruir a história do Brasil, reescrevê-la por meio de fontes originais capazes de criar uma percepção total do Brasil. O destaque

dado à literatura dos viajantes demonstra a tentativa de delineamento de uma fisionomia do Brasil pautada por caracteres fisiogeográficos e culturais muito relacionados ao trabalho dos chamados naturalistas do século XIX. Conforme assinalara Kouri o objetivo dos viajantes naturalistas associava-se a descrição de uma fisionomia que

depende da quantidade, da variedade e da sociabilidade das plantas e dos animais, assim como do tipo de relação dos habitantes locais estabelecerem com a natureza ao longo do tempo. É como se cada fisionomia contivesse uma parte da alma do Brasil. (KURY, 2001: 870).

Na orelha do Livro de Luiz Agassiz e Elizabeth Agassiz Vivaldi Moreira, também autor do volume 225 da Reconquista do Brasil, destaca a literatura de viajantes como parte indispensável do conhecimento histórico e científico do Brasil. Para ele:

o século XIX foi o laboratório em que se processaram as transformações fundamentais da pátria brasileira. A lista extensa dos cientistas, naturalistas de vários matizes como Spix e Von Martius (...) e tantos outros aqui estiveram para estudar o solo, a Flora e a fauna, da maneira mais lúcida e interessada, devassando o interior brasileiro com o único fito de nos revelar a nós mesmos e ao mundo e retratar o tesouro deste país encantado. Uma plêiade de homens do mais alto nível intelectual e moral aqui veio ou aqui permaneceu por longo tempo, vivendo em absoluta empatia com o meio, e o resultado

foram obras, foram livros dos mais interessantes pela contribuição que trouxeram ao patrimônio comum da humanidade. (MOREIRA, 1975: orelha).

É interessante notar as semelhanças entre a estrutura editorial da coleção Reconquista do Brasil e a coleção Brasileira da Cia Editora Nacional no tocante a edição dos relatos dos naturalistas. Constatamos que quase todas as obras publicadas pela coleção da editora Itatiaia constavam também no rol de obras da coleção Brasileira.

Contrastá-las sugeriu-nos uma identificação importante acerca da importância conferida a esses relatos e de outro modo uma reatualização de conceitos relativos à escrita da história e da ciência no Brasil.

Tomamos aqui a obra de Luiz Agassiz e Elizabeth Agassiz, referida acima, como parâmetro ilustrativo. A obra "Viagem ao Brasil 1865-1866" fora publicada na coleção Brasileira em 1937, constando como o volume 95. Em 1975 ela constaria como o volume 12 da Reconquista do Brasil. (confrontar brasileira e reconquista ver artigo)

Diferentemente da obra na Brasileira, a edição realizada pela Editora Itatiaia recebeu um projeto gráfico mais elaborado, com capa colorida (com ilustração de Cláudio

Martins) e ampliação das páginas para 26,0 X 18,0 cm (a Brasileira era uma edição menor de 12,0 X 18,0 cm). O maior destaque quanto às diferenças na publicação é sintomaticamente a inclusão da "orelha" de autoria de Vivaldi Moreira exposta acima e a introdução de "correções" de Mário G. Ferri, justificadas na "apresentação" da obra:

Com tal currículo, não é de admirar que a tradução feita por João Etienne Arreguy Filho, do livro de Agassiz, seja de excepcional qualidade. Tive apenas que fazer alterações em assuntos de natureza científica. Igualmente, em notas de rodapé, procurei trazer esclarecimentos e informações visando a atualizar conhecimentos que, com o decurso de tempo, especialmente em assuntos de ordem taxionômica, sofrem modificações. (FERRI, 1975: 10).

Como se pode apreender, a marca do editor da coleção Reconquista do Brasil fazia-se sentir pela "interferência" nos textos dos naturalistas-viajantes. Embora a obra na Brasileira tenha recebido tradução e notas de Edgar Sussekind de Mendonça (também tradutor de "Geologia e geografia física do Brasil - volume 200 de 1941".), ao que parecem as duas obras se distinguem tanto pelo projeto gráfico (material) quanto pela estrutura de apresentação e seleção dos textos.

O estudo de Vera Chacham acerca do olhar do viajante para as

idades americanas e orientais nos permite avaliar a relação entre a história natural e o domínio da cultura. Para ela, "o olhar sobre a cultura" será singularizado pela:

história ambiental, pela naturalização das produções culturais, ou ainda devido a uma aproximação do tempo social com um tempo da natureza, como um espaço mais próximo da natureza do que da história, se consideramos que no século XIX a história é em grande parte considerada território de ação consciente e política. (CHACHAM, 2003: 97).

Ao citar o exemplo de Charles Ribeirrolles (outro autor publicado pela coleção Reconquista do Brasil nos volumes 29/30) ela nos indica que o olhar do viajante denota o "pitoresco humano". A paisagem tornara-se diferente, passa a ter como objeto o homem, embora classificada e justificada aos moldes da natureza, portanto, "*objeto científico ou estético*" (CHACHAM, 2003: 97). Surge aos olhos do observador um mundo humano determinado pelo "*domínio da natureza*" (CHACHAM, 2003: 98).

Nesse aspecto podemos considerar que a relação entre a cultura e a natureza se expressaria, na visão do viajante, como um objeto intrincado, de feições marcadas pelo cientificismo da época.

Considerações finais

Num artigo de 1991, num artigo sobre o conceito de história ambiental, suas fontes, objetos e linhas de pesquisa, José A. Drumond afirmara que sua "*ambição maior é convencer alguns historiadores e outros cientistas sociais a incorporar variáveis ambientais aos seus estudos sobre a sociedade humana*" (1991: 177).

Naquela época os estudos históricos ambientais ainda mantinham acessa a necessidade de maiores reflexões no campo conceitual. No entanto, a sua ambição remete-nos, sem dúvida, às estratégias da coleção Reconquista do Brasil. Talvez possamos apenas conjecturar hipoteticamente a respeito das ambições que estruturaram a sua linha editorial. No entanto, podemos afirmar que, considerando títulos e conteúdos, uma história que levava em conta fatores ambientais, característica fisogeográficas, foram dispostas na estratégia de recontar a história nacional nos anos 1970.

No mesmo artigo Drumond esquadrinha três aspectos relevantes do trabalho relativo a American Society for Environmental History, nos anos 1970 (1991: 181). Entre eles o foco numa região específica de estudo

e suas particularidades, o intercâmbio com as ciências naturais (traçando quadros físicos e ecológicos) e ainda a relação entre os recursos naturais e as sociedades humanas (1991: 181-183).

Diante desses aspectos em contexto naquela década de organização da coleção é imperativo questionar: as pretensões editoriais de Ferri relacionavam-se à configuração de uma história ambiental? A coleção pressupunha, de alguma forma, orientar-se conceitualmente ao contexto de consolidação de uma história ambiental?

Em 2010, José Augusto Pádua retoma a reflexão acerca da chamada história ambiental reiterando a emergência mais contundente da mesma nos anos 1970, retomando a complexidade da questão e a firmando a importância para o historiador da atenção "às transformações do mundo biofísico ao longo do tempo, buscando reconstituir os ambientes do passado (que se relacionem com os lugares e períodos históricos que estão sendo estudados)" (2010: 95).

Não é nosso intuito retomar e refletir sobre as bases conceituais de uma história ambiental que no século

XXI apresentava-se, segundo Pádua, como: "*um campo vasto e diversificado de pesquisa*" (2010: 96).

Esses estudos conceituais tornam-se fundamentais, no entanto, para a contextualização da organização da coleção Reconquista do Brasil, possibilitando-nos inferir sobre seus direcionamentos estratégico-conceituais e seu caráter histórico ambiental.

A nosso ver, o que propôs efetivamente Mário G. Ferri a partir da introdução dessas obras na coleção apropriando-as numa rubrica diferenciada, foi outro tipo de pioneirismo teórico, o daquele que como apontou Regina Horta Duarte, pensara "*as interações entre as sociedades e a natureza ao longo do tempo (...) como uma das inúmeras práticas constituintes de uma nova postura cultural*". (DUARTE, 2005: 147). Mais do que isso ele já propunha uma história que, para fugir ao anacronismo não chamaremos de ambiental, mas, que, reconhecemos pautada no "*abandono do dualismo entre a sociedade e a natureza*". (DUARTE, 2005: 41-2).

¹ Possui Graduação, doutorado e pós-doutorado em História pela UFMG (ex-bolsista CNPQ e FAPEMIG). Especialização em Supervisão, orientação e inspeção escolar EAD pela Sociesc. Experiência como Pesquisadora visitante na Fundação João Pinheiro Ex-Bolsista de doutorado sanduíche pelo CNPq na Universidade de Coimbra em 2008. Essa pesquisa recebeu bolsa de pós-doutorado da FAPEMIG.

² Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1999) e Doutorado em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003). Realizou pesquisa de Pós-Doutoramento no Programa de Pós em História da Universidade Federal de Pernambuco entre 2009 e 2010. Realizou pesquisa de Pós-Doutoramento na PUC-SP, entre 2016 e 2017, sob financiamento da CAPES.

Fonte

Citamos as publicações de Auguste de Saint Hilaire para efeito de comparação:

Coleção Brasileira – referência das obras de Auguste Saint Hilaire

Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822); Volume 05; ano 1932;

Viagem à Província de Santa Catarina (1820); Volume 58; ano 1936;

Segunda viagem ao interior do Brasil: Espírito Santo; Volume 72; ano 1936;

Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás 2º vol.; Volume 78; ano 1937;

Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais t. 1; Volume 126,; ano 1938

Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás 1º v; Volume 68; ano 1937;

Viagem ao Rio Grande do Sul; Volume 167; ano 1939;

Viagem à comarca de Curitiba; volume 315, ano 1964;

Viagem pelo distrito dos diamantes e pelo litoral do Brasil; Volume 210; ano 1941;

Coleção Reconquista do Brasil – referência das mesmas obras de Saint Hilaire

Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822); Volume 05; ano 1932;

Viagem à Província de Santa Catarina (1820); Volume 58; ano 1936;

Segunda viagem ao interior do Brasil: Espírito Santo; Volume 72; ano 1936;

Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás 2º vol.; Volume 78; ano 1937;

Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais t. 1; Volume 03,; ano 1938;

Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás 1º v; Volume 68; ano 1937;

Viagem ao Rio Grande do Sul; Volume 167; ano 1939;

Viagem à comarca de Curitiba; volume 315, ano 1964;

Viagem pelo distrito dos diamantes e pelo litoral do Brasil; Volume 210; ano 1941;

Referencias:

AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. Tradução: Edgar Süssekind de Mendonça. São Paulo/SP: Companhia Editora Nacional, 1938. (Coleção Brasileira).

AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, E. *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Coleção Reconquista do Brasil. Belo Horizonte/MG: Itatiaia. São Paulo/SP: Edusp. v.12. 1975.

Brasil. Seminário Nacional de Historiografia, 4. Caderno de resumos & Anais. Ouro Preto/MG: Ed. Da UFOP, 2010. p. 1-12.

CHACHAM, Vera. *A natureza americana, a ciência e a paisagem oriental em narrativas de viagens do século XVIII*. Locus, Juiz de Fora/MG, v.9, n.2, p.79-90, 2003.

CHACHAM, Vera. *Natureza e cultura na cidade tropical: Uma leitura de "Brasil pitoresco", de Charles Riberolles*. Varia História, Belo Horizonte/MG. n.4, p.107-125, jan. 2010.

CHACHAM, Vera. *Passado e natureza nas narrativas de viagem ao Brasil e ao Oriente (século XIX)*. Em tese, Belo Horizonte/MG, v.7, p.95-103, dez. 2003.

CUNHA, A. Brito. *M.G. Ferri: O homem e o editor*. In: Weiszflog, A. (Ed). *Mario Guimarães Ferri e sua obra*. São Paulo/SP: Câmara Brasileira do Livro, 1986. p.39-48.

DA CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. *As viagens são os viajantes: Dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII*. História: Questões & Debates, [S.l.], v. 36, n. 1, jun. 2002. ISSN 2447-8261. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2689> Acesso em: 06 fev. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/his.v36i0.2689>.

DAJOZ, R. *Ecologia geral*. Trad. M.G Gerri. São Paulo/SP: Edusp e Vozes, 1973.

Declaração da conferência das Nações unidas sobre o meio ambiente. Declaração de Estocolmo, Junho de 1972.

DRUMMOND, J. A. *A história ambiental: Temas, fontes e linhas de pesquisa*. Estudos Históricos, v.4, n.8, p.177-97, 1991.

DRUMOND, José Augusto. *A História ambiental: Temas, fontes e linhas de pesquisa*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro/RJ, v.4, n.8, 1991. p. 171-197.

DUARTE, R. H. *Por um pensamento ambiental histórico: O caso do Brasil*. Luso-Brazilian Review, v.41, n.2, p.144-62, 2005. Cadeira de Botânica. Disponível em: <http://www.ib.usp.br/ibhistoria/50anos/1934bot.htm> Acesso em 03 nov. 2018.

DUARTE, R.H. *Historia & natureza*. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2005.

DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante: O Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil 1926-1945*. Belo Horizonte/MG: Editora UFMG, 2010. Dajoz, Roger; tradução de Francisco M. Guimarães; revisão técnica de Claudio Gilberto Froehlich. Ecologia Geral. Petrópolis/RJ: Vozes; São Paulo/SP: Ed. da Univ. de São Paulo, 1973.

FELIPPE, G.M. *Mário Guimarães Ferri e sua obra*. São Paulo/SP: Câmara Brasileira do Livro, 1986. p. 33-38.

FERRI, M.G. *Ecologia e poluição*. São Paulo/SP: Melhoramentos (convênio INL e Edusp), 1976.

FERRI, M.G. *Ecologia geral*. Belo Horizonte/MG: Itatiaia. São Paulo/SP: Edusp, 1980.

FERRI, M.G. *Ecologia: Temas e problemas brasileiros*. Belo Horizonte/MG: Itatiaia, São Paulo/SP: Edusp, coleção Reconquista do Brasil, 1974.

FERRI, M.G. *História da ecologia no Brasil*. In: Weiszflog, A. (Ed). *Mario Guimarães Ferri e sua obra*. São Paulo/SP: Câmara Brasileira do Livro, 1986.

FERRI, Mario Guimarães. *Botânica: Morfologia externa das plantas: Organografia*. São Paulo/SP: Melhoramentos, 1959.

FERRI, Mario Guimarães.; ANDRADE, Maria Amélia B.; LAMBERTI, Antonio. *Botânica: Morfologia externa das plantas: Organografia*. São Paulo/SP: Melhoramentos, 1954.

FERRI, Mario Guimarães; ANDRADE, Maria Amélia Braga de; LAMBERTI, Antônio. *Botânica: Fisiologia*, curso experimental. São Paulo/SP: Melhoramentos/USP, 1974.

FILHO, João. Etienne Apud BURTON, Richard. *Viagem de canoa de Sabará ao oceano*. Belo Horizonte/MG: Itatiaia; São Paulo/SP: Edusp, 1977.

GOODLAND, R. *Ecologia do cerrado*. Coleção Reconquista do Brasil. Belo Horizonte/MG: Itatiaia. São Paulo/SP: Edusp. v. 52. 1979.

GOODLAND, R. *O Brasil perde o ecólogo pioneiro*. In: Weiszflog, A. (Ed). *Mario Guimaraes Ferri e sua obra*. São Paulo/SP: Câmara Brasileira do Livro. p. 32.1986.

GUIMARÃES, Raul. *Ideologia do movimento ecológico*. In: DUARTE, Rodrigo et alii. *Ecologia e cultura*. Belo Horizonte/MG: Imprensa Oficial, 1983.

HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: Sua história*. São Paulo/SP: Edusp/ T.A Queiroz, 1984.

KLEIN, Aldo Luiz. (Org). *Eugen Warming e o cerrado brasileiro: Um século depois*. São Paulo/SP: Editora UNESP. Imprensa Oficial do Estado, 2002.

KURY, Lorelai. *Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: Experiência, relato e imagem*. Hist. cienc. saúde, Rio de Janeiro/SJ, v. 8, supl. p. 863-880, 2001. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000500004&lng=en&nrm=iso. Access on 06 Feb. 2018.

LINDMAN, C. A. M.; FERRI, M.G. *A vegetação no Rio Grande do sul*. Belo Horizonte/MG: Itatiaia, São Paulo/SP: Edusp, 1974. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702001000500004>.

LÖGFREN, Alberto apud KLEIN, Aldo Luiz. (Org). *Eugen Warming e o cerrado brasileiro: Um século depois*. São Paulo/SP: Editora UNESP. Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MANTHORME, K. *O imaginário brasileiro para o público norte-americano do século XIX*; Revista USP, v.30, p.58-71, junho/ago.1996.

MOREIRA, Vivaldi (orelha) Apud AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Tradução: João Etienne Filho. Apresentação: Mario Guimarães Ferri. Belo Horizonte/MG: Itatiaia, 1975. (Coleção Reconquista do Brasil).

MOTOYAMA SHOZO e FERRI, M.G. (Coord). *História das ciências no Brasil*. São Paulo: Coord. Ed. Pedagógica e universitária e Edusp, (1979-1981), volumes I, II, III.

ODUM, Eugene P. *Ecologia*. Tradução de Kurt G. Hell. Bibl. Pioneira de B. Moderno. 3.ed. São Paulo/SP: Pioneira, 1977.

PRINGLE, L. *Ecologia: A ciência da sobrevivência*. Tradução de M.C. Biasi. 2.ed. Rio de Janeiro/RJ: Atlântida, 1971.

QUEIROZ, Sônia. *Editoras mineiras*. Belo Horizonte/MG: FALE/UFGM. v. 01/ 02. 2009.

RODRIGUES, C. C. *Brasílica e Reconquista do Brasil: Projetos editoriais de traduções Revista Letras*. Curitiba/PR, n.85, p. 219-230, jan./jun. 2012. Editora

UFPR Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/letras/article/viewFile/27070/19493>. Acesso em 04 fev. 2018.

RODRIGUES, Cristina Carneiro. *As traduções de Bates: Dois naturalistas no Rio Amazonas*. Trab. linguist. apl. Campinas/SP, v.50, n.2, p. 281-300, dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132011000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 07 fev. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-18132011000200004>.

RODRIGUES, Cristina. *Traduções da Coleção Brasileira: Fontes primárias*. Tradução em Revista 5, 1-17, 2008. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12935/12935.PDF> Acesso em 04 fev.2018;

SAINT-HILAIRE, A. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. vol. 05; 1932.

SAINT-HILAIRE, A. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. 1974.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem à comarca de Curitiba*. v.315, 1964.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem a Curitiba e província de Santa Catarina*. Tradução Regina Regis Junqueira; prefacio Mario G. Ferri. Belo Horizonte/MG: Itatiaia; São Paulo/SP: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem à Província de Santa Catarina (1820)*. vol. 58; 1936.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. v.167; 1939.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás*. 2º vol.; vol. 78; 1937.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás*. 1º v; vol. 68; 1937.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem pelo distrito dos diamantes e pelo litoral do Brasil*. v.210; 1941.

SAINT-HILAIRE, A. *Segunda viagem ao interior do Brasil: Espírito Santo*. v. 72; 1936.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. t.1; v.126; 1938.

SERRANO, Gisella de A. *Religião e patrimônio na coleção Reconquista do Brasil: Alguns apontamentos*. In: AGUIAR, José Otávio.; RODRIGUES, André Figueiredo. *História, Religiões e religiosidade: Da antiguidade aos recortes contemporâneos, novas abordagens e debates sobre religiões*. São Paulo/SP: Humanitas, 2016.

SERRANO, Gisella de Amorim. *Historiografia brasileira a partir da Coleção Reconquista do*

SOLORZANO, Alexandro; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; GUEDES BRUNI, Rejan Rodrigues. *Geografia, história e ecologia: Criando pontes para a interpretação da paisagem*. Ambient. soc., Campinas/SP, v.12, n.1, p. 49-66, June 2009. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2009000100005&lng=en&nrm=iso. Access on 06 Feb. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2009000100005>.

VANZOLINI, P.E. *A contribuição zoológica dos primeiros naturalistas viajantes no Brasil*. Revista USP, São Paulo/SP, v.30, p.190-238, julho-agosto de 1996.

WARMING, E.; FERRI, M.G. *Lagoa santa e a vegetação dos cerrados brasileiros*. Coleção Reconquista do Brasil. Belo Horizonte/MG: Itatiaia. São Paulo/SP: EDUSP, 1973.

WEISZFLOG, A. (Ed). *Mario Guimaraes Ferri e sua obra*. São Paulo/SP: Câmara Brasileira do Livro, 1986.

WEISZFLOG, A. (Ed). *Mario Guimarães Ferri e sua obra*. São Paulo/SP: Câmara Brasileira do Livro, 1986.

ASSENTAMENTO E APA TAMBABA, MEIO AMBIENTE E ORALIDADE – ENTRECruzAMENTOS

Pedro Costa Guedes Vianna ¹

Ronaldo Leão Soares ²

RESUMO

Este artigo se propõe a contar a história do Assentamento Sítio Tambaba, inserido na Área de Proteção Ambiental – APA Tambaba, pela voz dos próprios assentados, bem como suas interações com o meio ambiente a sua volta. Para tanto, a perspectiva deste recorte histórico se dá nos campos da História Ambiental e da História Oral, campos esses que convergem em aspectos comuns, ou seja, são campos da História que se entrecruzam. Da mesma forma, há o entrecruzamento do Assentamento com a APA. Sendo assim, é a partir desses entrecruzamentos que vamos conhecer as relações socioambientais desta comunidade rural e da APA com os interesses socioeconômicos da região, baseados na especulação imobiliária para atender a indústria do turismo.

Palavras-chave: Assentamento Tambaba, História Ambiental, Oralidade

ABSTRACT

The present article intends to narrate the story of Tambaba Farming Settlement, inserted in the Environmental Protection

Area - APA Tambaba, by the voice of the settlers themselves, as well as their interactions with the surrounding environment. For that, the perspective of this historical cut manifests in the fields of Environmental History and Oral History, fields which converge to commonplaces, that is, intertwining fields. Likewise, there is an intersection of the Settlement with the APA. Therefore, it is from these intertwinings that the social-environmental relations of this rural community and of the APA with the region's socio-economic interests will be acknowledged, based on real estate speculation to serve the tourism industry.

Keywords: Tambaba Settlement, Environmental History, Orality.

Este artigo tem por objetivo contar um pouco da história do Assentamento Tambaba e a sua (inter) relação com a Área de Preservação Ambiental – APA Tambaba no seu entorno. Para tanto, apresentaremos concisamente o Assentamento e a APA Tambaba, para, posteriormente, fazermos o entrecruzamento destes dois atores com a urbanização e o turismo e, assim, identificarmos alguns impactos socioambientais decorrentes deste entrelaçamento que ora é benéfico, ora não para os trabalhadores do assentamento.

Da mesma forma trabalharemos com os possíveis pontos de convergência entre as Histórias Ambiental e Oral, em que no nosso entendimento há um entrecruzamento entre esses dois campos históricos, os quais são possibilitadores de construção histórica. Ou seja, neste artigo abordaremos alguns aspectos da História Ambiental e da História Oral, para entendermos a dinâmica da luta pela terra, a preservação do Meio Ambiente, a especulação imobiliária e a crescente indústria do turismo na região.

ASSENTAMENTO TAMBABA

O Assentamento Tambaba é resultante da ocupação que aconteceu na fazenda Tambaba, no dia 04 de agosto de 1986, por 62 famílias. A área que foi ocupada está localizada no Município de Conde, litoral sul da Paraíba.

A história da ocupação da fazenda não difere da grande maioria das ocupações que acontecem no Brasil a fora na luta pela terra, ou seja, segue o mesmo roteiro: uma grande área improdutiva concentrada nas mãos de uma pessoa e um grande grupo de pessoas sem terra para produzir minimamente seu sustento. Como podemos ver nas palavras de Emília Moreira, a fazenda Tambaba

não fugia a regra dos latifúndios especulativos, pois era uma antiga fazenda que “quando da vistoria realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA constatou-se a inexistência de exploração agropastoril ou de residentes na área.” (MOREIRA, 1997a, p 44).

Explorando o que foi dito acima em relação à inexistência de exploração agropastoril, de residentes na área, poderemos ver as razões da ocupação, ou seja, havia uma fazenda improdutiva e sem moradores de um lado, de outro várias famílias que viviam na região de trabalho alugado e ou morando em terras de outros, praticando agricultura de subsistência e ou até mesmo morando nos manguezais próximos. Além disso, parte da fazenda havia sido desmembrada e vendida para a produção de bambu, situação que despejou algumas famílias de pequenos trabalhadores rurais que viviam dentro dessa área e não tinham mais para onde ir.

Assim, esses trabalhadores começaram a se organizar através da Comissão Pastoral da Terra - CPT. Uma das lideranças do grupo era Edneusa, e conforme suas anotações, digamos um caderno de memórias, ela relata que a decisão de ocupar a fazenda se deu durante uma reunião em João Pessoa na Comissão Pastoral

da Terra, onde mesmo com a orientação dos coordenadores da CPT para que se esperasse mais um tempo, o grupo decidiu que daquele dia não passaria e assim retornaram para suas moradias e começaram a se organizar, juntaram o pouco que tinham e com a família, à noite, se reuniram e rumaram para ocuparem a fazenda.

Ainda sobre as palavras de Emília Moreira, a fazenda apresentava “relevo de plano a suavemente ondulado e os solos são predominantemente sílico-argilosos de média a fraca fertilidade natural aparente” (MOREIRA, 1997a, p. 44), mas os trabalhadores mesmo cientes deste fato estavam determinados a ocuparem a área, “do jeito que tava não podia ficar, ou nós passava fome na beira da estrada ou entrava na terra e começava a plantar o roçado de macaxeira e criar os bichos para dar de comer aos filhos, nós não podia esperar mais” (Zé Bilora)

Segundo as palavras dos assentados, a primeira ocupação aconteceu na área que fica do lado esquerdo da pista da PB - 008 (sentido norte - sul), onde hoje há a plantação de bambu e onde alguns desses agricultores já viviam nessa área.

O primeiro, aí quando saiu naquela cerca do lado de lá, porque a primeira ocupação foi do

lado de lá. Sabe onde tem aquela cerca? (...) “foi quando o Bambu tomou conta. aí os morador que tinha correu tudinho. Do Bambu, que tinha, só ficou eu e mais dois”. (José Bispo Neto, 2013)¹

Até o ato de desapropriação, houve quatro despejos/reintegração de posse, todos de forma violenta e sempre articulados pelos grupos/pessoas interessados na especulação imobiliária, com suporte do poder público, principalmente do Município de Conde, visto que pelas palavras de Emília Moreira a “Prefeitura do Conde, (...) tinha planos para transformar a área num polo de turismo ecológico.” (MOREIRA, 1997a, p.61)

(...) nessa invasão aqui foi em oitenta... em oitenta e seis pra oitenta e sete. (...) Não foi? Aí que as casa da gente foi tudo queimado. Zé Bilora, como era mais velho, e os outro mais velho, levaram quatro despejo. Eu, como tava mais novo ainda, ainda levei dois. E uma pisa mais dos capanga, mais. Aí dos capanga. Aí, agora, mandado... Pelo Aluísio Regis² e mandado pelo proprietário. (...) (Severino Sinézio, 2013)³

Entre uma desocupação e outra os posseiros retomavam as atividades na área ocupada, recomeçavam os roçados, (re)construíam a casa de farinha com apoio de outros assentamentos e de comunidades vizinhas. Porém, entre cada ato de despejo/reintegração mais famílias abandonavam a luta

devido a violência. Das 62 iniciais em 1986, no ano de 1989 restavam apenas 28 famílias. Após o último despejo que aconteceu em agosto de 1989, os posseiros foram levados para a sede da Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba – FETAG/PB, onde ficaram alojados até setembro de 1989, quando saiu o ato de desapropriação pelo Decreto Estadual 13.262/89, tornando a fazenda em área de utilidade pública destinada a criação de um centro para produção de hortifrutigranjeiros.

A insegurança ainda, até o ano de 2014, rondava aos agora assentados. Com o decreto iniciou-se uma batalha jurídica e política. Mesmo tendo ocorrido a desapropriação falta a regulamentação do assentamento (titulação de posse da terra). A demora para isso se deve nas divergências de valores: o valor que os proprietários pretendiam e o valor proposto pelo Estado. Os proprietários reivindicavam que a indenização fosse paga em valores de áreas urbanas enquanto o Estado pretendia pagar a indenização em valores referentes a áreas rurais. Essa discussão tem início devido a um decreto de 1986 do Município de Conde que incluía toda a área da fazenda Tambaba em perímetro urbano. Esse decreto surgiu com dois objetivos claros, primeiro conter o avanço de ocupações de

trabalhadores rurais que estava se intensificando na região e, segundo, na hipótese de haver a desapropriação, como de fato houve, o valor a ser pago seria maior, visto que o valor de área urbana é maior que o da área rural e assim o poder público municipal atendia também seus interesses particulares, já que o prefeito a época era um dos proprietários de áreas na região. Pela parte do Estado o valor a ser pago se respaldava por a área da fazenda estar inscrita no Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA como propriedade rural.

Outro fator de interesse para que a área não fosse destinada a um assentamento rural é a localização. A área ocupada e posteriormente desapropriada se encontra sobre uma falésia a beira mar entre duas das mais belas praias do litoral paraibano, Praia do Coqueirinho e Tambaba, que pelo olhar de corporações imobiliárias de capital transnacional é muito valiosa e uma comunidade rural não é compatível com a região.

APA TAMBABA

Dois anos após a desapropriação para assentamento, a prefeitura de Conde cria na Praia Tambaba, em 25 de janeiro de 1991, através do Decreto 276/91, uma área de preservação ambiental para prática

de naturismo e ficando sob responsabilidade, como forma de concessão, da Associação dos Amigos da Praia de Tambaba - AAPT. Posteriormente, em 1996 foi criada a Sociedade Naturista de Tambaba - SONATA, mas só oficializada em 2000 que assumiu a responsabilidade pela área. Essa breve introdução fez-se necessária para entendermos como se deu a criação da APA Tambaba.

Como pode ser visto, em 1991 foi criada uma Área de Preservação Ambiental sob os cuidados de naturistas. São esses naturistas que, preocupados com o Meio Ambiente e diante da ameaça de degradação ambiental da região devido a crescente ocupação imobiliária desordenada, vão começar a propor a criação de uma Unidade de Conservação - UC de Proteção Integral de caráter estadual. Entretanto isso não pôde acontecer, uma vez que o espaço em questão já possuía um grande número de áreas particulares, inclusive o Assentamento de Agricultores Rurais Tambaba. Assim, passou-se a pensar em uma unidade de uso sustentável, categoria APA, e para tanto organizaram várias atividades como um abaixo assinado e entregaram ao Governo do Estado, somando-se a estudos da Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba - SUDEMA. Como resposta,

finalmente, em 26 de março de 2002, é criada uma unidade de conservação que deveria, além de assegurar o direito da propriedade particular, garantir a preservação das inúmeras espécies botânicas endêmicas, a cobertura vegetal e a fauna. (ALMEIDA, 2006, p.55)

Inicialmente, a APA Tambaba ocupava uma área de aproximadamente 3.270 ha. Porém, seus limites não contemplavam algumas das bacias hidrográficas da região, perdendo-se, assim, verdadeiro propósito da sua criação: "a conservação de remanescentes dos ecossistemas existentes na área e dos recursos hídricos, uma vez que parte do sistema hidrográfico, incluindo as nascentes dos rios, estava fora do seu território". Assim, através do Decreto nº 26.296, de 13 de setembro de 2005, do Governo do Estado, foi alterada a delimitação da área de proteção ambiental APA Tambaba, que, desde então, passou a ter como limites os divisores das bacias hidrográficas que drenam a região, limitando-se a leste com o Oceano Atlântico, totalizando uma área de 11.500 ha. (ALMEIDA, 2006, p. 55)

Com essa nova configuração espacial a APA Tambaba passa a ocupar espaços territoriais de três municípios - Conde, Alhandra e Pitimbu. Na zona litorânea a APA abriga as praias de Tabatinga,

Coqueirinho, Tambaba e Barra do Graú no município de Conde; e a Praia Bela no município de Pitimbu.

A dinâmica social da APA consiste em vários grupos sociais e econômicos que vão desde grupos que se pautam na preservação do Meio Ambiente para garantir seus modos de vida, como também os grupos que indiferentes ao meio natural visam somente o aspecto econômico, bem como é possível encontrar os que consideram alguns locais da APA místicos.

Conforme estudos de 2011, do total da área da APA, ou seja, dos 11.500ha, 2.178,27ha são compostos por assentamentos rurais, equivalendo 18,94%; enquanto que as monoculturas de cana-de-açúcar e bambu ocupam um espaço de 38,46% o que corresponde a 4.423,22ha; outras atividades e ou pequenas propriedades utilizam 2.661,34ha, o equivalente a 23,14%; e a área ocupada por mata é de 274,41ha perfazendo 2,40% e por último os 1.962,76ha ou 17,06% de ocupação urbana e em expansão. (SANTOS; SOUSA; SILVA NETO. 2011) Com esses dados é possível ter uma pequena noção da diversidade socioeconômica da APA.

Em 2014 se iniciou os estudos para elaboração do Plano de Manejo da APA Tambaba, documento necessário para a definição de normas

específicas para um plano de manejo adequado.

Sobre esse assunto, a Sr.^a Sonia Matos Falcão⁴, em entrevista, respondeu:

Está em fase de licitação a contratação do Plano de Manejo da UC, o qual subsidiará políticas públicas de ordenamento e gestão da ocupação e uso do território em conformidade com os objetivos de manejo da UC; bem como para minimização de atividades potencialmente impactantes. (Sonia Falcão, 2013)

Enquanto não houver zoneamento ambiental nem Plano de Manejo, a Sr.^a Sonia explica que a SUDEMA emite licenciamentos individualizados, onde são analisados: o porte da vegetação, a potencialidade do ambiente para criação de unidades de proteção integral (mosaico de Uc's), compatibilidade com Plano de Gestão Integrada do Projeto Orla, entre outras variáveis.

Em decorrência disso, a APA de Tambaba vem sendo agredida por práticas agrícolas incorretas e pela ocupação imobiliária voltada para o turismo, contrariando o seu objetivo básico: "compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais" (BRASIL. Lei 9.985, Artigo 7º, parágrafo 1º).

ENTRECruzAMENTO - HISTÓRIA AMBIENTAL COM HISTÓRIA ORAL

Entendemos que para conhecer a história do Assentamento Sítio Tambaba e toda a dinâmica de interesse turístico e imobiliário pela região, que ainda mantém resquícios de Mata Atlântica e de interesse preservacionista, ambas as questões deveriam ser abordadas pela ótica da História Ambiental e narradas pelos próprios assentados, ou seja a história do assentamento só poderia ser conhecida pelo entrecruzamento da História Oral e da História Ambiental, o que se justifica pela falta significativa de fontes documentais ao mesmo tempo em que as principais fontes, os próprios assentados, estavam dispostos a narrarem suas experiências de vida e por serem profundos conhecedores da região, pois eram moradores em terras alheias e ou até mesmo nas beiras de rios, como o caso do Índio Tibira que antes da ocupação morava num mangue próximo ao hoje assentamento.

Para entendermos como se dá o entrecruzamento, vamos buscar em alguns teóricos tanto do campo da História Ambiental como do campo da História Oral a(s) base(s) para este artigo e, ao mesmo tempo, dialogar com outras Ciências. Ao fazer esse diálogo, identificamos de pronto uma

característica comum a esses dois campos de abordagens históricas: a interdisciplinaridade.

Nesta lógica, Verena Alberti se refere à interdisciplinaridade da História Oral da seguinte forma:

Por fim, observa-se atualmente, não só a História como em todos os campos do saber, a valorização da interdisciplinaridade. A História beneficia-se do diálogo com a Antropologia, a Literatura, a Sociologia, a Ciência Política e outras áreas do conhecimento. O fato de uma pesquisa de História oral ser interdisciplinar por excelência constitui, pois, mais um fator que favorece hoje sua aceitação por parte de historiadores e cientistas sociais. (ALBERTI, 2005, p. 164)

No mesmo sentido, a História Ambiental leva o historiador a conversar com as mais diversas áreas do conhecimento e desapegar-se de práticas historiográficas, proporcionando assim um conhecimento interdisciplinar onde a paisagem - a natureza - passa a condição de objeto histórico e de documento histórico. A interdisciplinaridade é a "capacidade de dialogar com outras ciências sem descaracterizar a disciplina de origem. O espírito deve ser de cooperação e não de dissolução disciplinar com perdas explicativas". (MARTINEZ, 2006. p.63)

Ao estudar a atividade humana relacionada com o meio ambiente ela busca não só nas ciências sociais, mas

também nas ciências físicas e biológicas, os dados para a historicidade. Além disso, a História Ambiental dialoga principalmente com os outros campos da História, visando descortinar a relação do homem com os recursos naturais em um determinado tempo e espaço.

Outro ponto em comum entre as duas Histórias (Ambiental e Oral) está na preocupação com comunidades e grupos sociais marginalizados que ao serem analisados, enquanto campo de estudo histórico, reforçam o assunto sobre o papel social do historiador.

Neste caso, como em alguns outros que adotam determinados procedimentos desenvolvidos pela História oral, a entrevista não é tomada como fonte a ser interpretada e analisada, mas como instrumento que terá certo efeito sobre a comunidade – seja ampliar sua consciência histórica, seja aprender com os que já passaram por experiências semelhantes como se adaptar a uma situação adversa. Na mesma direção vão as ações que utilizam a História oral como forma de reforçar e legitimar a identidade de grupos comumente marginalizados. (ALBERTI, 2005, p. 165)

Assim, Martinez ratificando o papel da História Ambiental diz que a mesma “coloca em relevo o papel social do historiador, sua força social, efetiva ou potencial, na construção de novas perspectivas profissionais e de

relacionamento com a sociedade” (MARTINEZ, 2006, p. 25)

Ainda para esta questão, a História Ambiental expõe o papel social do historiador, sua importância na construção de novas perspectivas, nova maneira de explicar o mundo atual a partir da pesquisa histórica e social. Para Martinez, “ao renovar a visão do passado, a História Ambiental pode, ainda, descortinar uma visão crítica do presente.” (MARTINEZ, 2006, p.26). Ou seja, ao estudar o seu meio ambiente pelos acontecimentos locais, regionais e nacionais, o historiador pode entrever caminhos possíveis de soluções e de redução das desigualdades sociais.

O ponto de entrecruzamento da História Oral com História Ambiental que discute o papel social do historiador revela mais duas situações de convergências entre esses dois campos de estudo da História: a História do tempo presente e o trabalho de campo.

Assim, vamos encontrar novamente nas palavras de Verena Alberti que muitos temas contemporâneos forçaram o estabelecimento de um novo campo na História, o campo da História do tempo presente onde os relatos orais foram incluídos como fontes para expor as experiências coletivas e ou individuais. Neste sentido, Alberti vai dizer que as fontes escritas também

podem ser subjetivas e com isso, diante de novas perspectivas, os historiadores passaram a incluir em seus estudos o cotidiano, as formas de relações sociais e outros temas que quando “investigados no “tempo presente”, podem ser abordados por meio de entrevistas de História oral”. (ALBERTI, 2005, p. 163)

E ao escrever sobre os historiadores e o meio ambiente Paulo Henrique Martinez diz que as pesquisas em História Ambiental têm, não só a convicção, mas também a necessidade de explicar os grandes problemas sociais e econômicos da atualidade e nesses problemas a temática ambiental está intrínseca. “E neste caso, ainda o historiador pode “assistir às cenas mais vivas do seu passado” (MARTINEZ, 2006, p. 25)

Com isso, para “assistir às cenas mais vivas” o ir a campo faz com que os historiadores ambientais interajam com as fontes, não somente as fontes naturais – bióticas, mas também com as fontes sociais – antrópicas. Prática em que o conhecimento local de comunidades e dos moradores podem se transformar em importantes fontes para a construção da história ambiental.

(...) ver o impacto da mudança social de maneira realmente detalhada (...) como as mudanças no ambiente social geral mudaram os estilos de vida, os valores e as relações no interior de uma comunidade tradicional. Pelo sentimento de descoberta nas

entrevistas o meio ambiente imediato também adquire uma dimensão viva: o qual não é apenas conhecido, mas sentido pessoalmente. (...) Uma coisa é saber que as ruas ou campos em torno de uma casa tinham um passado antes que ali tivesse chegado; bem diferente é ter tido conhecimento, por meio das lembranças do passado, vivas ainda na memória dos mais velhos do lugar (THOMPSON, 1998, p. 30 - 31)

Neste sentido, as principais fontes deste artigo foram os próprios assentados que se dispuseram a contar suas histórias de vida em entrevistas, ou seja, a História Oral foi a ferramenta metodológica utilizada. Com isso, conhecer a história desses homens e mulheres, hoje assentados no Sítio Tambaba que dividem o mesmo território dentro de uma área de proteção ambiental com a urbanização privada faz acontecer o entrecruzamento da História Oral com a História Ambiental. Esse entrecruzamento Jó Klanovicz define como uma aproximação entre as Histórias Ambiental e Oral que proporciona um caminho alternativo, o qual incorpora nas discussões relatos à história composta de elementos humanos e não humanos sem que os mesmos fiquem restritos a espaços geopolíticos ou somente a cultura. (KLANOVICZ, 2012. p. 162)

Este entrecruzamento entre esses dois campos de abordagens históricas também é reforçado por

Enrique Leff quando fala da necessidade para a História Ambiental de um repertório de métodos que possibilitem a abordagem na utilização da natureza, sejam de ordem econômica, cultural e ecológica e "até o resgate de saberes e práticas tradicionais das diferentes culturas com relação ao seu entorno ecológico". (LEFF, 2005, p. 15)

Para o conhecimento das práticas e saberes tradicionais e as suas relações com meio natural, a História Oral tem papel preponderante que somada a História Ambiental vão favorecer a abordagem das identidades e os sentidos culturais da natureza e com isso a interpretação ou explicação das narrativas relativas as (inter) relações sociedade/natureza, bem como a identificação dos atores sociais.

Como pode ser observado, para fins deste artigo, a história do assentamento é recheada de depoimentos de alguns assentados que foram rememorando um período de suas vidas, que fazem questão de manter vivo na memória, como, por exemplo, episódio de luta pela terra por qual passaram, enquanto outros preferem nem lembrar, a exemplo de uma assentada que numa entrevista ao ser perguntada sobre o que lembrava do período da ocupação responde: "(...) eu apago, apago para não lembrar o sofrimento que já

passou, foi muito duro. (...) Apaga da memória para não lembrar, é como lhe estou dizendo eu quero apagar tudo que se passou, esquecer para não lembrar né, é muito complicado." (Joana Nascimento, 2013)⁵ Essa seletividade nas lembranças é ratificada por Sonia Maria de Freitas quando diz:

A seletividade e o esquecimento estão presentes no processo da memória. Do ponto de vista psicanalítico, o esquecimento não é visto como um fenômeno passivo ou uma simples deficiência do organismo. As lembranças que "incomodam" são expulsas da consciência, mas continuam atuando sobre o comportamento no inconsciente. Portanto, selecionar ou esquecer são manipulações conscientes e inconscientes, decorrentes de fatores diversos que afetam a memória individual (FREITAS, 2002, p. 61)

Os assentados, que aceitaram relembrar o que haviam passado, buscavam não só na memória o que presenciaram e sentiram, mas contribuíram com fotos e recortes de jornais da época. Assim, essas novas informações se tornaram importantes para dar credibilidade aos relatos. Essas contribuições revelaram duas situações interessantes: uma foi a possibilidade de detectar que dos vários jornais paraibanos, o que mais noticiou a situação dos ocupantes da fazenda Tambaba foi o Jornal O Norte, que

disponibilizou seu acervo para esta pesquisa; a outra situação foi a descoberta de um diário, um caderno de memórias escrito por uma das principais lideranças da ocupação, Edineusa Nascimento⁶. Este "caderninho", conforme palavras da própria Edineusa, guarda a memória do dia-a-dia dela e de seus companheiros, desde o início da ocupação até a concretização do assentamento.

ENTRECRUZAMENTO DO ASSENTAMENTO E DA APA TAMBABA E AS QUESTÕES IMOBILIÁRIAS

Como foi possível ver, na região do litoral sul Paraibano há vários assentamentos rurais, mas a opção pelo Assentamento Tambaba, em conhecer a sua história, se dá pelas peculiaridades ali existentes, que despertaram nosso interesse, como a desproporcionalidade nos tamanhos das parcelas; estar inserido em área urbana; a pluriatividades dos assentados; se localizar dentro do território de uma área de proteção ambiental e ser um assentamento com vista para o mar.

Portanto, a escolha por esse assentamento está contemplado no que José Henrique Martinez define como escala local, pois é onde, para esse autor, "os problemas ambientais

locais são abundantes e propícios para a iniciação no estudo da História Ambiental. (...) As possibilidades de diálogos com as comunidades locais e grupos sociais são diversas e enriquecedoras da análise histórica". (MARTINEZ, 2011. p. 331)

Saindo de João Pessoa, capital da Paraíba, indo no sentido norte-sul pela rodovia PB-008, 40 quilômetros em direção a Praia de Tambaba, depois do acesso a Praia de Coqueirinho a vegetação a beira da pista dificulta a visualização das casas dos assentados, o que faz com que muitas pessoas que por ali transitam não façam ideia de que há ali um assentamento rural ou no máximo interpretam como uma pequena vila. Porém, esse quase anonimato desaparece quando entra em cena o interesse imobiliário pautado pela indústria do turismo.

O processo de ocupação imobiliária na região onde hoje se localiza o território da APA Tambaba, podemos afirmar que é recente, pois se intensifica no início dos anos 1990, com o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR/NE e da ampliação da rodovia PB-008.

Como foi visto antes, no intuito de conter o avanço de assentamentos rurais na região, o prefeito de Conde, à época, decretou a região como área urbana inserida no

perímetro urbano do município e com isso favoreceu a abertura de loteamentos, que sem a fiscalização e também sem um ordenamento ambiental se expandiu rapidamente e de forma desordenada, tanto que o Assentamento Tambaba tem como vizinhos dois condomínios privados.

A região litorânea, de bela paisagem e propícia para o turismo de sol e mar, é muito procurada por estrangeiros, principalmente europeus que vão adquirindo áreas, se instalando e abrindo pousadas, *resorts* e condomínios em áreas com resquícios de mata atlântica, sendo que para instalarem seus projetos imobiliários promovem a limpeza ambiental, derrubando e ou queimando a mata nativa, ao mesmo tempo em que vão forçando por via financeira, expulsando pequenos moradores e ou agricultores.

Como pode ser observado nas palavras de um assentado que vivia na região ao descrever um pouco como era e o que ele conhecia da história do local: "Aqui onde é tudo loteamento, era tudo coberto de mato. Agora, isso aqui era de uma proprietária só, Dona Olegária. Ela chegou e saiu vendendo. Vendeu uma parte para o Bambu. Vendeu outra ali pro loteamento." (José Bispo Neto, 2013)

Essa facilidade em abrir loteamentos e condomínios privados

dentro da APA Tambaba acontece pelos seguintes motivos: o tipo da unidade que é de uso sustentável, categoria APA e pela efetivação do zoneamento ecológico junto com o Plano de Manejo.

Ao propor um zoneamento ecológico para a APA Tambaba, Nadjacleia Almeida registrou que a vegetação arbustiva ocupa as áreas que anteriormente eram de ocorrência da Mata Atlântica, que foi retirada para expansão urbana e para a utilização da madeira para diversos fins comerciais. Essa "derrubada da mata" é confirmada pelo assentado José Sinézio, descendente de índios e prefere que lhe chamem de Índio Tibira, que nasceu no território onde é APA e hoje é agricultor no Assentamento Tambaba. Em caminhada pelo local, quando perguntado da mata, como ele lembra, ele conta:

Diminuiu. Depois que arriaro os mato, começaram a arriar os mato. Aqui era mato. Isso aqui era tudo mato. O pau mais fino que tinha era um metro quadrado assim. Tudo isso acabou. Foram derrubando, arriando com as mato. Acabaram com tudo e desapareceram. Aí ficou alguns se criando (Severino Sinézio, 2013)

Este depoimento de Índio Tibira se refere à implantação de condomínios e loteamentos ao redor do assentamento e que interferem no dia-a-dia dos assentados.

Por estar numa localização privilegiada naturalmente, o Assentamento Sítio Tambaba é constantemente alvo de investidas de especuladores imobiliários que defendem a não existência naquele local de uma área rural e sim a ampliação de condomínios e loteamentos privados favorecendo as

classes médias altas e elites enriquecidas (os "ganhadores", em contraposição aos "perdedores", ou "losers") [que] passaram a privilegiar amplamente a escolha de habitar em áreas isoladas, protegidas de um "mundo externo" caracterizado negativamente pela insegurança, destruição ambiental e heterogeneidade social. O "mundo de dentro" dos condomínios passou a ser valorizado como local de refúgio verde, contato com o mundo natural, liberdade para os filhos em ambientes seguros. (SVAMPA apud DUARTE, 2011. p. 128)

Esta urbanização cercada, somada ao crescimento do turismo com pousadas e *resorts*, age em dois sentidos na vida dos assentados, um de forma negativa onde o assentamento é um entrave para o crescente desenvolvimento urbano da região e o outro não chega a ser totalmente positivo, mas não é de todo negativo, porque esses empreendimentos turísticos e imobiliários favorecem a complementação de renda para alguns assentados que praticam a pluriatividade como porteiros,

cozinheiras, faxineiras e outras atividades nesses locais. Essa pluriatividade é em grande parte exercida pelos mais jovens, filhos de assentados que buscam no trabalho externo ao Assentamento uma complementação de renda que os possibilite a permanência no meio rural. "É uma alternativa que eles encontraram pra sobreviver devido à situação do assentamento em épocas de baixa produtividade" (Jailson Pereira da SILVA, 2013)⁷

Conforme ele, essa possibilidade de ter um serviço externo ao Assentamento é um dos fatores para continuar na roça. Com o que ganha de salário em outra atividade, pode se manter como agricultor em épocas de baixa produtividade agrícola e também adquirir bens que somente com a renda do trabalho agrícola não seria possível.

Sobre a baixa produtividade agrícola no assentamento, não bastasse o solo ser de fraca fertilidade, há outros fatores que impedem o desenvolvimento local que são a falta de titulação dos lotes, ou seja, a regularização fundiária. Desde o ato da desapropriação até 2014 ainda falta o Governo Estadual promover a regularização fundiária e legalização do assentamento com a titulação dos lotes que passa também por um debate interno do Sítio

Tambaba em torno de qual a forma dessa titulação: individual ou coletiva.

Essa regularização fundiária e a titulação poderão favorecer a inclusão do Assentamento nas políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, entre outros. Sobre a titulação, coletiva ou não é uma discussão que vem desde o início do assentamento. O assentado Charles da Silva é temeroso em relação ao futuro da comunidade, pois pensa que no momento em que um assentado vender o seu lote, sua parcela vai abrir precedente para que haja aumento na pressão pela venda dos outros lotes. Por isso, ele é um dos defensores da titulação coletiva, porque espera que mesmo com a valorização e a crescente urbanização no entorno o Assentamento

(...) continue assentamento, né? Agora, eu vejo o futuro um pouco ameaçado através disso. A gente aqui do lado do condomínio, a terra ficando valorizada mais ainda, pode ser que alguém tenha em mão documento individual e vai vender. E aqui a gente ficando na minoria, a gente fica pressionado, sendo obrigado a vender, né. Nasci, me criei aqui e não pretendo deixar isso aqui por nada. (Charles da Silva, 2013)⁸

Na esperança de regularização e titulação, os assentados seguem seus trabalhos e buscam novas formas de complementação de renda, uma delas é a retomada de um

projeto de desenvolvimento sustentável baseado na produção de hortifrutigranjeiros pelo sistema mandala, um sistema alternativo para produção de alimentos orgânicos. Esse projeto iniciou com a parceria da Superintendência de Administração do Meio Ambiente – SUDEMA e os assentados visando o desenvolvimento sustentável dos agricultores inseridos na APA Tambaba e também para contribuir na preservação da APA Tambaba, cuja característica principal é a de uso sustentável.

A permanência dos agricultores na região contribui para barrar a expansão imobiliária desordenada e com isso o aumento de atividades que causam impactos socioambientais como podemos observar nas palavras de Sonia Matos Falcão ao justificar a parceria da SUDEMA na implantação do projeto mandala:

(...) e se levarmos em consideração o caso do Assentamento Tambaba, o potencial paisagístico e ambiental do seu território suscita o interesse imobiliário pelas suas terras, e caso não ofereçamos sustentabilidade para manutenção da atividade, estaremos contribuindo para a ocupação desordenada daquele ambiente, e principalmente pela expulsão da população local. (Sonia Falcão, 2013)

Ainda na defesa dos agricultores, vamos encontrar nas palavras de Ignacy Sachs a importância dos pequenos agricultores para a preservação ambiental,

Os camponeses são capazes de fazer serviços ambientais essenciais, de ser os guardiões das paisagens e os gerentes dos recursos de que depende nossa existência – solos, águas, florestas e, por extensão, climas. Evidentemente, será preciso incitá-los e até remunerá-los por essas funções, começando por garantir aos camponeses, que dele são privados, o acesso à terra e aos recursos naturais necessários para viverem. Na falta disso, esses prisioneiros de estruturas fundiárias desiguais terão de se apropriar de modo predatório do mínimo de recursos indispensáveis para sua sobrevivência, ou de emigrar para as favelas. (SACHS, 2010. p.08)

Como observamos acima, os agricultores têm um papel importante na preservação ambiental e para tanto se faz necessário o provimento de subsídios e garantias de permanência na terra. Dentre esses subsídios, também se inserem os aspectos históricos no sentido dialógico entre os agricultores e seu entorno, no caso a APA Tambaba.

A maneira como os assentados se apropriam da meio ambiente a sua volta, seja para agricultura ou para outras práticas como a de um novo projeto que está se discutindo, no assentamento sobre eco turismo rural

comunitário nos remete ao texto de Donald Worster, "Para fazer História Ambiental", em que apresenta os três níveis em que a História Ambiental ou Eco-História atua: o primeiro trata da natureza propriamente dita, como se organizou e funcionou no passado; o segundo aborda o domínio socioeconômico, na medida em que este interage com o ambiente; o terceiro enfoca as representações sociais relacionadas ao mundo natural.

Para ele, Worster, o que caracteriza o primeiro nível são os estudos que visam reconstruir a paisagem do passado, para que o historiador ambiental conheça o funcionamento da natureza antes da presença humana. Para isso, ele, o historiador, tem que se valer das Ciências Naturais e, principalmente, da Ecologia que "investiga as interações entre os organismos e entre estes e os seus ambientes físicos". Sem esse estudo primeiro e básico, a história ambiental perde seu embasamento e sua coerência.

O segundo comporta "a cultura material de uma sociedade, as suas implicações para a organização social e a sua interação com o ambiente natural". Ou seja, as ferramentas e modos de trabalho e as relações sociais originadas desse trabalho que de forma direta ou indireta afetam o meio ou vice-versa.

No terceiro nível, o historiador ambiental investiga "o pensamento sobre a natureza", sem esquecer que "as ideias são socialmente construídas" e que diferem de pessoa a pessoa, evitando as "generalizações fáceis sobre a "mentalidade" de um povo ou de um lugar." Neste nível, estão as percepções, os valores, os mitos, o folclore, a literatura, a religião, o desejo, entre outros pensamentos sobre a natureza ou sobre a relação homem/sociedade/natureza.

Entretanto, essa divisão em três níveis dos estudos ambientais serve apenas para clareza, pois

...eles de fato constituem uma investigação única e dinâmica, na qual natureza, organização social e econômica, pensamento e desejo são tratados como um todo. E esse todo muda conforme mudam a natureza e as pessoas, numa dialética que atravessa todo o passado e chega até o presente. (WORSTER, 1991, p.202)

Para este estudo, nos pautamos no segundo nível onde estão implicadas as apropriações do meio natural tanto pelos assentados como pelos agentes imobiliários e turísticos no território da APA Tambaba. Aqui, os historiadores ambientais têm buscado na Antropologia leituras que ajudam no entendimento de várias questões pertinentes a cultura material humana e natureza. Este nível, portanto, se

presta a analisar a relação homem e meio natural na reciprocidade das mudanças: o papel da natureza na modelagem dos métodos produtivos e as mudanças causadas na natureza por esses métodos.

Sobre essa relação homem – meio natural e a possibilidade de alteração nos métodos produtivos é possível identificar a mudança que a constituição da APA no entorno do Assentamento ocasionou nos assentados, desde a prática de pensar na produção orgânica de subsistência e o pouco excedente, quando ocorre direcionado para pousadas da região. Ainda nas mudanças dos métodos produtivos, o desordenamento urbano e turístico na APA está levando os assentados trabalharem e ou se qualificarem em trabalhos comuns aos trabalhadores urbanos para se inserirem no mercado de trabalho da indústria do turismo e na crescente urbanização privada. Ou seja, os assentados estão se adaptando a exploração do meio natural para complementação de renda.

Referentes às apropriações do meio natural pelos agentes imobiliários, estes se resguardam, na grande maioria das vezes, na esfera jurídica para implementarem seus projetos urbanísticos, ignorando economicamente, social e culturalmente os assentados ou em alguns casos aproveitam a existências

dessa comunidade rural para justificarem seus projetos, vendendo a ideia de que o desenvolvimento urbano na região implicará também no desenvolvimento socioeconômico do assentamento.

Isso faz com que se desenvolva um conjunto de ações, visando à apropriação e a transformação da natureza de acordo com as necessidades capitalistas, agregando valor econômico a ela e agindo imperativamente sobre os recursos naturais, não recriando a natureza, mas criando uma valoração para a mesma. (SOARES, 2014, p. 93 – 94)

Desta forma o meio natural, conforme a lógica consumista da sociedade capitalista, é apropriado, transformado em mercadoria, com novos valores e estilos de vida que têm seus consumidores, seus clientes, naqueles que a compram e a consomem, ou seja, agora a natureza, o meio natural passa a ser visto como um símbolo, uma imagem de poder, de qualidade de vida, reproduzem um conceito de elevado padrão de conforto e lazer com segurança e belezas cênicas, atrativos para os ricos e novos ricos, além de garantirem total sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES

Tratamos apenas como considerações, não conclusões, porque como percebemos na história do Assentamento e da APA Tambaba

não foram colocados os pontos finais. Inicialmente porque a História é constante, dinâmica, não é pronta e acabada e também por ainda faltar a regularização fundiária e a tão desejada titulação por parte dos assentados, ao mesmo tempo em que a forma de titulação, coletiva ou individual, renderá bons e calorosos debates e demandará muito tempo de reunião dos assentados. Para a APA, ainda falta a sua “certidão de nascimento”, ou seja o zoneamento ecológico e econômico para regulamentar os usos (e porque não também os abusos?) de seu território.

Até nas incertezas o Assentamento e a APA se entrecruzam. A dinâmica socioeconômica dos assentados está diretamente ligada aos usos da APA, seja pela produção orgânica de subsistência, seja pelas interações do avanço imobiliário e turístico. Enquanto o Governo Estadual não tiver vontade política para promover a titulação de terras e publicar o Plano de Manejo, a vida que segue no assentamento é de incerteza quanto à permanência na terra, da mesma forma que para a APA é uma incógnita o que pode ser feito, construído, preservado.

Ao propormos uma análise sobre o entrecruzamento da História Ambiental com a História Oral, rapidamente e superficialmente já

detectamos pontos em comuns desses dois campos de estudos históricos, como a interdisciplinaridade, o trabalho de campo, os questionamentos quanto ao papel social do historiador e a necessidade de explicar os problemas socioambientais da atualidade, do tempo presente, mas que têm raízes mais profundas no tempo.

Pautados nestes pontos convergentes das Histórias Ambiental

e Oral é que podemos dialogar com vários atores que compõem a APA e também com aqueles que compõem o Assentamento Tambaba e só assim conhecermos a multiplicidade de interesses sociais, econômicos e ambientais e também identificarmos uma variedade de grupos sociais que compõem o mosaico humano da APA.

¹ Pós Doutor Professor Colaborador do PRODEMA/UFPB

²Mestre do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFPB E-mail: ronaldoleaos@hotmail.com

³José Bispo Neto assentado no Assentamento Tambaba. Depoimento para Ronaldo Leão Soares em 2013.

⁴Aluisio Vinagre Régis era o prefeito do município de Conde na época da ocupação.

⁵ Severino Sinézio é assentado em Tambaba. Depoimento para Ronaldo Leão Soares em 2013.

⁶ Sr^a. Sônia Matos Falcão, servidora do Estado da Paraíba, trabalha na Coordenadoria de Estudos Ambientais – CEA/SUDEMA. Depoimento para Ronaldo Leão Soares em 2013.

⁷Joana Nascimento é assentada em Tambaba. Depoimento para Ronaldo Leão Soares em 2013.

⁸Edineusa Nascimento,foi presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais do Sítio Tambaba e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conde.

⁹ Jailson Pereira da Silva é assentado em Tambaba. Depoimento para Ronaldo Leão Soares em 2013.

¹⁰ Charles da Silva é assentado em Tambaba. Depoimento para Ronaldo Leão Soares em 2013.

Referências:

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, C. B. (Org.) Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

ALMEIDA, Nadjacleia. Proposta de Zoneamento Ecológico Econômico para a Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual de Tambaba-Paraíba. João Pessoa, 2006. Dissertação (Mestrado) Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA/UFPB.

FREITAS, S. Maria. História Oral: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas/ EFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

KLANOVIČ, J. História oral e história ambiental no sul do Brasil: estudo de caso sobre a fruticultura em Fraiburgo. In. Dossiê - História, natureza, cultura e oralidade - II. v. 15, n. 1. 2012. p. 161 - 183

LEFF, Enrique. Construindo a História Ambiental da América Latina. In Dossiê: História Ambiental - Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Florianópolis. v. 12, n. 13. 2005. p. 11 - 29

MARTINEZ, Paulo H. História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção questões da nossa época; V. 130)

_____. História ambiental: um olhar prospectivo Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia, v.24, n.1, jan./jun. 2011

MOREIRA, Emília. Por um pedaço de chão. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

SACHS, Ignacy. Barricada de ontem, campos de futuro. In Dossiê Teorias socioambientais. v. 24, n 68 - Estudos Avançados São Paulo: USP 2010.

SANTOS, Marcos Leonardo Ferreira dos.; SOUSA, Lucia Helena Gurjão de.; SILVA NETO, Cícero Fidélis. Análise do uso e ocupação do solo da Área de Proteção Ambiental Tambaba - litoral sul da Paraíba. Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Curitiba, PR, Brasil, 30 de abril a 05 de maio de 2011, INPE p.4526 - 4532

SOARES, Ronaldo Leão. Assentamento e APA Tambaba à guisa da História. João Pessoa, 2014. Dissertação (Mestrado) Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA/UFPB.

SVAMPA, Maristela. Los que ganaron: la vida en los countries y barrios privados. 2ª ed. Buenos Aires: Biblos, 2008. Resenha de: DUARTE, R.H. Los que ganaron: La vida em lós coutries y Barrios privados. Revista Porto, 2011, n. 01, p. 127-130.

THOMPSON, Paul. A Voz do Passado: História Oral. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 4. n. 8, 1991.

**CRIPTOJUDAISMO NA MESA DO
INQUISIDOR. TÁTICAS
FEMININAS PARA A
MANUTENÇÃO DE COSTUMES
JUDAICOS EM FINS DO SÉCULO
XVI (PERNAMBUCO, ITAMARACÁ
E PARAÍBA).**

CRYPTTOJUDAISM ON THE
INQUISITOR'S TABLE. FEMININE
TACTICS FOR THE MAINTENANCE OF
JEWISH CUSTOMS AT THE END OF
THE XVI CENTURY (PERNAMBUCO,
ITAMARACÁ AND PARAÍBA)

Ms. Priscila Gusmão Andrade –
Doutoranda da Universidade Federal
de Pernambuco.
Email:priscilaandrade28@gmail.com

Dr. Juciene Ricarte Apolinário
– Professora efetiva da Universidade
Federal de Campina Grande. Email:
jucieneufcg@gmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa determinados costumes que descendem de tradições da religião judaica, e são denunciados ou confessos ao representante inquisitorial, durante a primeira visita da Inquisição a terras brasileiras, no século XVI. Mas especificamente quando o visitador se

detém nas Capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba (1593-1595). Mostrando a importância da atuação feminina, que a partir de táticas usadas nas brechas do cotidiano, se mostraram enquanto figuras vitais para a permanência dessas práticas, em meio as vigilâncias de uma sociedade católica e punitiva.

PALAVRAS-CHAVE: Inquisição,
Criptojudaísmo, Cotidiano, Século XVI.

ABSTRACT

This article analyzes certain customs that descend from traditions of the Jewish religion, and are denounced or confessed to the inquisitorial representative during the first visit of the Inquisition to Brazilian lands in the 16th century. But specifically when the visitor stops in the captaincies of Pernambuco, Itamaracá and Paraíba (1593-1595). Showing the importance of the female performance, which from tactics used in the gaps of daily life, have been shown as vital figures for the permanence of these practices, amid the vigilance of a Catholic and punitive society.

KEY WORDS: Inquisition;
Criptojudaísmo; Tactics; Century XVI

Diferentes trabalhos já foram produzidos sobre inquisição, seja a partir da perspectiva estrutural do

tribunal, ou ao pensar os acusados e processados sobre diferentes óticas e pontos de vista.¹ Um grande número desses trabalhos se centra na Inquisição Moderna, ou Inquisição Ibérica, que se iniciou em 1478 na Espanha e em 1536 no país lusitano. Durante os séculos de funcionamento do Santo Ofício, o Brasil nunca teve um tribunal instituído, mas se encontrava sob a alçada do de Lisboa, estando assim, inserido na jurisdição inquisitorial. A primeira visitação oficial que veio ao Brasil ocorreu ainda no século XVI, entre os anos de 1591 a 1595, iniciando sua atuação na Bahia e logo depois seguindo para a Capitania de Pernambuco, abrangendo Itamaracá e Paraíba.

O representante oficial da inquisição, Heitor Furtado de Mendonça, passa entre os anos de 1593 a 1595 nessas três localidades, marcando um período de acusações e confissões de diferentes crimes que se encontravam na alçada inquisitorial. Dentre eles o que mais foi alvo das denúncias, o "crime de práticas judaicas". As acusações surgiram de diferentes espaços; vizinhos que observavam a casa ao lado, escravos que viram atos suspeitos, amigos que presenciaram situações duvidosas, familiares que temiam ser envolvidos em "pública fama", desafetos que

queriam prejudicar seus inimigos. A inquisição havia chegado ao Brasil, carregando consigo seu clima de medo, todos podiam ser denunciados, e os cristãos-novos temiam um estigma que traziam consigo, do reino para a América portuguesa.

"O cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada" (CERTEAU, 2009, p. 38), diz Michel de Certeau, logo no início de seu livro "A invenção do Cotidiano 1: Artes de fazer". E apesar de uma frase tão pequena, se a compararmos as trezentas e dezesseis páginas de densa leitura dessa obra, ela sintetiza uma parte central da ideia desse autor, ao escrever este livro, ousaríamos dizer que é a frase que melhor sintetiza a crença notável que o mesmo demonstrou ter ao longo de seu texto com "seus" objetos de estudo, "seus homens ordinários".

Michel de Certeau foi um pensador de múltiplas nuances; um Jesuíta que deu contribuições à área da filosofia, psicanálise, além da histórica. Seu texto "A operação historiográfica", põe em palavras "explicitas" as regras silenciosas que regem o trabalho do historiador que se encontra na academia (CERTEAU, 2010, p. 65-106), trazendo contribuições notáveis para as

gerações que se seguem. A invenção do cotidiano é um trabalho encomendado pelo governo francês em 1974 - para entender sobre os problemas de cultura e sociedade na França desse período - e que é publicado pela primeira vez, por ele e alguns colaboradores, em 1980.² Sobre esse trabalho, Burke diz:

Enquanto os sociólogos que o precederam estudavam o que era chamado em geral de "comportamento" dos consumidores, eleitores e outros grupos, de Certeau preferiu falar em "práticas", *pratiques*. [...] Uma razão para ele se referir às "práticas", e não ao "comportamento", era fazer com que seus leitores levassem as pessoas sobre as quais ele escrevia tão a sério como elas mereciam. [...] de Certeau, ao contrário, enfatizava sua criatividade, sua inventividade. Descreveu o consumo como uma forma de produção. (BURKE, 2005, p. 103).

Percebemos assim que Certeau viu o consumidor comum, não apenas como um receptor passivo dos produtos impostos pela mídia, mas também como um produtor de significações, de burlas e microrresistências cotidianas. Para o autor os grandes e micro poderes³ que se encontram na sociedade, não minam a capacidade de criatividade das pessoas. Luce Giard nos diz, que Certeau resume sua posição sobre os

indivíduos que pesquisa, em uma frase "*sempre é bom recordar que não se devem tomar os outros por idiotas.*" (GIARD, 2009, p. 19). Por isso que para o mesmo, o cotidiano não pode ser visto como um lugar de passividade, mas sim como um espaço de invenção, ao falar sobre Certeau, Vanderlei Silva vai colocar:

Para Certeau, o cotidiano só pode ser pensado como um lugar prenhe de interpretações, de desvios que transformam os sentidos reais em sentidos figurados. Dessa forma, as pessoas comuns podem, no cotidiano, subverter a racionalidade do poder, agindo de forma sub-reptícia e engenhosa. (SILVA, 2009, p.77).

E aqui podemos encontrar a primeira ponte do pensamento desse autor em, "A invenção do cotidiano", com o nosso artigo sobre as cristãs-novas denunciadas ao Santo Ofício na primeira visitaçã da Inquisiçã as terras brasileiras. Pensando de que maneira essas mulheres encontraram espaço para subverter, em seus cotidianos, as proibições que lhes eram impostas. Como criaram suas microliberdades, em meio aos olhares vigilantes e punitivos da sociedade.⁴

É importante sabermos que o número de denúncias contra os cristãos-novos nessa visitaçã foi deverás notável, de 279 denúncias

que se apresentaram ao visitador durante o tempo que ele esteve nessas regiões, 118 se deram contra pessoas que diziam ser de “raça cristã-nova”, o que certamente não é um número inexpressível. Se nos ativermos a análise de Tarcizio Quirino, que conclui que nesse período haviam em Pernambuco um total de 3.200 portugueses, e que entre esses, é estimado que haviam 400 pessoas que descendiam dos judeus (QUIRINO, 1966, p. 38), esse número de denúncias nos parece ainda mais expressivo. Certo que a análise de Quirino é baseado nas fontes de origem inquisitorial, o que não nos permite ter um número exato dessas pessoas, pois não temos como saber se todas ou quantos indivíduos que eram de origem *neoconversa*, haviam sido denunciados ou se confessado com o visitador. Situação essa, que também não nos impede de perceber o alto número de denúncias contra essa gente.

E entre essa proporção significativa de denúncias, as acusações contra as cristãs-novas também não se mostraram apáticas, as mulheres criptojudias sabiam alargar as brechas das vivências cotidianas em uma sociedade vigilante

e punitiva. Ao falar sobre a temática, Assis destaca a alta expressão de acusações contra os cristãos-novos dizendo o seguinte sobre as mulheres; “o número, dentre eles, de mulheres delatadas não seria desprezível – fato que comprova o papel de destaque reservado à mulher para a divulgação criptojudáica” (ASSIS, 2012, p. 280).

No “Livro da Primeira Visitação do Santo Ofício as partes do Brasil”, que se refere a Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. Encontramos um total de 38 denúncias contra mulheres cristãs-novas, desse número, 36⁵ pessoas foram à mesa do visitador para denunciar alguma cristã-nova que tivesse cometido alguma prática judaizante, e entre as repetições, pois algumas mulheres foram denunciadas mais de uma vez, ficamos com um total de 34 cristãs-novas que sofreram denúncias por atos judaicos, e 5 mulheres confessas pelo mesmo crime. Ou seja, entre 118 denúncias contra os cristãos-novos, 32,2% foram contra mulheres cristãs-novas, e entre essas 28,8% por práticas judaizantes.

TABELA 1 – CRISTÃS-NOVAS DENUNCIADAS POR JUDAISMO.

	Denunciante	Denunciada	Denúncia
01	Beatriz Luis	Branca Dias	Santos diferentes
02	Joana Fernandes	Branca Dias	Guarda do sábado
03	Isabel Frasoa	Branca Dias Ana; Beatriz Fernandes; Felipa de Paz; Andressa Jorge e Isabel Fernandes	Guarda do sábado/ Santos diferentes Guarda do sábado
04	Diogo Gonçalves	Branca Dias	Guarda do sábado
05	Ana Lins	Branca Dias Beatriz Fernandes (Alcorcovada); Felipa do Paso; Isabel Fernandes; Ana de Paz e Andresa Jorge	Guarda dos sábados/ Desrespeito a hóstia/ "Cabeça de boi" sobre a cama nos sábados Guarda do sábado
06	Antonia Bezerra	Ines Fernandes	Guarda do sábado
07	Felipe Cavalcanti	Violante Rodrigues; Antonia Dias e Branca Dias Branca Dias	Fazer esnoga Guarda do sábado
08	Fernão d'Alvares	Mulher de Cristovão Martins	Guarda do sábado
09	Barbara Castellana	Branca Mendes	Vazar água dos potes/ Amortalhar o corpo em roupa nova
10	Angela Antônia	Inez Fernandes	Guarda do sábado
11	Gaspar Fernandes	Inez Fernandes e Maria de Paiva	Não comer peixe cação e bagre
12	Maria Alvares	Beatriz Mendes	Amortalhar o corpo em roupa nova

13	Maria de Faria	Maria Alvares	Blasfêmia contra Cristo
14	Catarina de Lemos	Catharina Alvares	Açoitar o crucifixo/ Blasfêmia contra Cristo
15	Gaspar do Casal, o moço	Gracia Fernandes e Isabel do Casal	Não comer coelho nem enguia
16	Maria Lopez	Branca Dias; Inez Fernandes; Beatriz Fernandes; Felipa da Paz; Isabel Fernandez e Andressa Jorge	Guarda dos sábados
17	Antonio Leitão	Gracia Fernandes; Isabel do Casal; Maria e Luzia	Não comer coelho nem enguia
18	Isabel de Lamas	Branca Dias; Inez; Violante e Guiomar Fernandes	Guarda do sábado
19	Maria Alvares	Branca Dias	Injúria ao crucifixo
20	Thomé Dias	Maria de Paiva	Não comia peixe cação nem raia
21	D. Joana de Albuquerque	Joana Mendes	Guarda do sábado
22	Catharina	Mulher de Antônio Gonçalves	Açoitar crucifixo
23	Diogo Barreiros	Branca Dias	Fazer esnoga
24	Brasia Monteiro	Branca Dias	Santos diferentes
25	Catharina da Mota	Catharina de Figueiredo	Guarda do sábado
26	Paula Soares	Maria Alvares	Vazar água dos potes
27	Micia Vaz	Isabel Vaz	Vazar água dos potes
28	Francisco Fagundes	Branca Rodrigues	Açoitar crucifixo
29	Isabel de Paiva	Guiomar Soeiro	Vazar água dos potes
30	Francisco Soares	Maria Alvares e Guiomar Soeiro	Vazar água dos potes

31	Maria da Fonseca	Beatriz Sousa e Guiomar Soeiro	Vazar água dos potes
32	Joana Mendes	Maria Alvares	Vazar água dos potes
33	Luzia Lourenço	Beatriz Mendes; Inez Lopes e filha de Inez Lopes	Cozinhar de modo judeu
34	Isabel Fernandes	Branca Dias	Adorar a Torá
35	Ana Ferreira	Gracia Luis e Maria	Blasfêmia ao crucifixo
36	Cosmo Frazão	Guiomar Fernandes e Branca Dias	Não comia peixe cação nem lamprea Santos diferentes e Torá

Dados encontrados no livro da **PRIMEIRA, Visitação do Santo Ofício as Partes do Brasil: Denúncias e confissões de Pernambuco 1593-1595**. Prefácio de José Antônio Gonçalves de Mello. Recife, FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. 509+158p. (Coleção Pernambucana – 2ª. Fase, 14).

Entendemos então, que se essas mulheres foram tão notavelmente denunciadas, é porque se mostraram enquanto figuras importantes para a transmissão e manutenção desse judaísmo oculto. Em meio ao monopólio católico, sua atuação no interior do lar, na privacidade da casa, foi de fundamental importância para a manutenção de práticas judaicas, em artigo sobre a atuação feminina para a transmissão e permanência do criptojudaísmo, Novinsky coloca:

Mulheres cristãs-novas apresentaram no Brasil uma resistência passiva e deliberada ao Catolicismo. Foram prosélitas,

recebiam e transmitiam as mensagens orais e influenciavam as gerações mais novas. O Judaísmo persistiu no Brasil durante 285 anos como expressão religiosa e como mentalidade, [...] Dois fatores foram fundamentais: a mulher e a Memória. Os Inquisidores sabiam que as mulheres eram as principais transmissoras da heresia judaica e

logo nos primeiros interrogatórios lhes propunham a questão: quem foi que lhes ensinou? (NOVINSKY, 1995, p. 554- 555).

Os inquisidores questionavam nos interrogatórios e nos questiona

Novinsky em seu texto; “quem foi que lhes ensinou?”, trazendo-nos uma problemática essencial para entender essas mulheres, pois compreendemos que as tradições culturais de origem judaica, não eram aprendidas sozinhas ou nos espaços públicos da região. Afina, em fins do século XVI, o Brasil era um ambiente de proibições e monopólio católico, onde as vigilâncias se viam presentes no dia a dia da população. Quando nos deparamos com a confissão de Branca Ramires, esse questionamento se apresenta. Ela confessa:

Disse que depois de ela ser casada, houvera ora seis anos, que em sua casa, em um corredor da sua sala, lhe morreu um seu escravo brasil inda pagão, de câmaras de sangue. E depois dele morto, estando ele inda em casa, antes de o levarem a enterrar, ela mandou vazar fora a água dos potes da cantareira da sala, donde ela confessante bebia. (PRIMEIRA, 1984, p. 106-107).

E quando perguntada pelo inquisidor, quem havia lhe ensinado aquela prática de vazar as águas dos potes quando alguém morria em sua casa, falou:

antes dela casar, estando em casa de seu pai e mãe, viu uma ou duas vezes que morrendo em casa escravos a dita sua mãe, Maria Álvares, mandou lançar água fora dos potes, dizendo que tinha nojo e asco daquêles defuntos, e que dali lhe ficou a ela, confessante, fazer o mesmo. E que também viu,

sendo moça, em casa de sua avó Beatriz Mendes, que morrendo-lhe um escravo em casa, a dita sua avó mandou também lançar fora a água dos potes da Cantareira, dizendo também que por asco e nojo do defunto. (PRIMEIRA, 1984, p. 106-107).

O costume de despejar na rua toda a água de uma casa quando ocorre uma morte na mesma, foi uma prática denunciada ao Visitador não apenas uma vez, e tem na tradição judaica o propósito de “*fazer com que as pessoas saibam que alguém faleceu, permitindo a vinda dos vizinhos para confortar os parentes enlutados e para que os cohanim⁶ saibam que não podem entrar naquela casa*” (ASHERI, 1995, p. 90). Elias Lipiner também nos elucida sobre a prática, em trabalho sobre o vocabulário Inquisitorial, e vai colocar:

O monitório de 1536 determinava que fossem denunciados ao Inquisidor, como judaizantes as pessoas que “*derramavam e mandavam derramar a água dos cântaros e potes quando alguém ou alguma morre,*” [...] O costume de vazar fora a água dos cântaros por morte de alguém em casa era considerado pelos Inquisidores como principal rito judaico, e por meio dele costumava a população de cristãos velhos identificar os cristãos-novos. (LIPINER, 1977, p. 59-60).

Branca Ramires se dirige a mesa do Visitador, no dia 12 de

dezembro do ano de 1594, ainda no tempo de Graça⁷. Situação interessante de se observar, é que sua irmã, Guiomar Soeiro também se encaminha a mesa do Inquisidor para confessar-se, no mesmo dia que a irmã. Não sabemos a hora que se confessaram, mas provável que tenham ido juntas, caminhado uma ao lado da outra, durante o trajeto que as levava até a presença de Heitor Furtado, uma autoridade que se tornara a mais temida naquela região, um representante do tribunal inquisitorial. Vão falar sobre suas culpas, mesmo correndo o risco de tornarem-se ré do Santo Ofício, e por tal sofrer todo tipo de estigma, violência e humilhação que envolvia um processo Inquisitorial.

Talvez tenham tomado essa decisão de se confessarem após muitas discussões e ponderações entre si, provável que essa determinação tenha vindo a partir do medo que alguma denúncia fosse lançada contra elas, afinal eram cristãs-novas, e na mentalidade da população, propensas a cometerem atos judaicos. Deviam conhecer os olhares vigilantes que se marcavam na sociedade onde estavam inseridas, por certo já tinham escutado alguém falar sobre a fama pública que tinham alguns cristãos-novos da Capitania,

talvez elas mesmas tivessem comentado sobre, se escandalizado com alguma história que haviam lhes contado em algum momento de "fofoca".

Deviam também, estarem presente na missa de apresentação de Heitor Furtado, e assim escutaram a leitura do Monitório⁸ e dos crimes que estavam na alçada de investigação do visitador. Se não estavam presente na missa e não sabiam ler o Monitório fixado na porta da igreja – o que era o mais comum entre os moradores da época -, logo ficaram conhecendo quais eram os delitos visados, afinal as notícias corriam rápidas, quando a Inquisição aparecia.

Se não sabiam o significado do ato cometido, quando ficaram conhecendo as ditas "cerimônias de judeus" ao qual deveriam ser denunciadas ao visitador, devem ter ficado bastante aflitas, já por outro lado, se haviam cometido a prática intencionalmente, devem ter temido a denúncia, que sabiam podia surgir de diferentes espaços. E assim, Guiomar Soeiro chega ao Visitador e vai confessar:

E confessando disse que depois de ser casada, haverá ora oito anos, lhe morreu em sua casa uma negra brasilica chamada Cecília e depois de a levarem a enterrar, logo como a levaram mandou ela

confessante vazar fora a água dos potes da Cantareira da sua câmara, de que ela confessante bebia, e mandou trazer água fresca da fonte. [...] e que isto só fêz a dita vez, e a fêz com nojo que tinha de um grande fedor que ficou da dita negra que morreu em um corredor da sua sala e que não teve tenção ruim, nem sabia que era cerimônia de judeus e agora o soube depois que veio a visitação do Santo Ofício. (PRIMEIRA, 1984, p. 108-109).

De certo que foi questionada aonde havia aprendido a “botar água fora”, e vai dizer:

respondeu que o aprendeu de sua mãe Maria Alvares, a qual ela viu três ou quatro vêzes, morrendo-lhe escravos em casa, tanto que os levaram para enterrar, mandar vazar a água dos potes [...] disse que a dita sua mãe sempre, tôdas as vezes que lhe morriam escravos da porta a dentro em casa, mandava botar a água fora dos potes e trazer água nova. (PRIMEIRA, 1984, p. 108-109).

Interessante observar que, de fato, chega ao Visitador quatro denúncias envolvendo as irmãs e sua família no que diz respeito a essa mesma prática, que de acordo com as denunciadas, conheceram a partir de sua mãe, sendo assim aprenderam a “fazer as cerimônias dos judeus”⁹ dentro de suas casas, com sua mãe. Branca Ramires ainda cita ter visto o mesmo costume na casa de sua avó, nos permitindo perceber aí, o que quis dizer Anita Novinsky em citação

acima, quando nos fala sobre transmissões orais que influenciavam as gerações mais novas (NOVINSKY, 1995, p. 554). Em outro momento da confissão de Guiomar, a mesma coloca que a sua mãe, “*sempre, todas às vezes*”, que morria um escravo, mandava vazar a água dos potes. Sua mãe não as acompanha para também se confessar ao visitador, e tão pouco, houve por parte de suas filhas alguma menção que justificasse os seus atos.

Justificativa tal, que vai chegar aos ouvidos de Heitor Furtado três dias após a confissão das irmãs, em dia 15 de dezembro de 1594, por parte de Francisco Soares, irmão das “confessantes”, que se dirige a mesa do visitador para denunciar sua mãe Maria Alvares e sua irmã Guiomar Soeiro¹⁰. Conta, que por volta de oito ou nove anos atrás, duas vezes morreu gente em sua casa e nas duas vezes sua mãe mandou “*lançar fora a agua dos potes que estavam na Cantareira da sala donde ela bebia e tornar a enche-los com de agua fresca da fonte*” e conta que nas vezes que a viu fazer isso perguntou o motivo e a mãe lhe falou “*que o fazia por asco e nojenta*”¹¹.

Quando vai falar de sua irmã, conta que a mesma lhe disse que cometeu a tal cerimônia, mas que ele

denunciante não a viu fazer. Também Joana Mendes, filha de Maria Alvares, e irmã dos já citados, vai denunciar sua mãe, pela mesma prática de vaziar água dos potes, no dia 20 de dezembro do mesmo ano, contando ao Visitador que quando morreu sua irmã Beatriz Mendes *"mandou a dita sua mãe Maria Alvares lançar fora a agua dos potes que estavam na Cantareira"*¹².

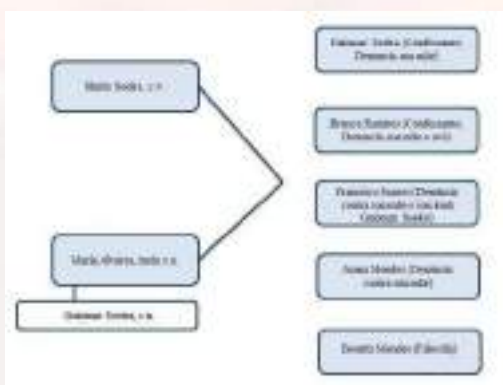
Provável que os irmãos temiam a possibilidade de sua família ser denunciada, afinal os atos que se encontravam no Monitório, enquanto práticas judaizantes, haviam realmente ocorrido, e os riscos dos olhares vigilantes não eram ignorados pelos cristãos-novos. Parece que o medo era justificável, tendo em vista duas denúncias que se apresentaram contra a família, a de Isabel de Paiva contra Guiomar Soeiro, a avó das "confessantes", e que ocorreu no dia 14 de dezembro de 1594¹³. Ou seja, um dia antes da ida de Francisco Soares ao visitador e dois dias após as confissões da moças. E a de Maria da Fonseca contra Guiomar Soeiro, a confessante, que se apresentou a Heitor Furtado, dois dias depois de Isabel de Paiva no dia 19 de dezembro¹⁴. Ambas as denúncias são referentes a mesma prática da família de "vaziar a água dos potes"¹⁵.

Entretanto, se as irmãs confessas entendiam o significado de sua prática, e o fizeram enquanto "cerimônia judaica", a fonte não nos permite inferir, e não nos cabe falar o que não foi dito. É possível, que, como coloca Guiomar ao visitador, ela não soubesse que o ato era "cerimônia de judeus", e assim elas não o tivessem feito enquanto entendendo ser ali uma herança da religião de seus ancestrais, com todo um significado no ato de "jogar fora a água da casa, quando alguém morria".

Mas não poderemos negar à existência do costume, a perpetração da prática, a tradição que se manteve. E assim não deixamos de nos perguntar se sua progenitora realmente não lhes explicou o sentido daquele ato, ou se a própria sabia ou não esse significado. Apenas o nome de Guiomar Soeiro surge nas denúncias, mas tanto ela quanto sua irmã praticaram o mesmo costume e vão se confessar ao visitador. A mãe Maria Alvares, e a avó Guiomar Soeiro estavam mais próximas do tempo em que o judaísmo era permitido na metrópole portuguesa, onde a cultura judaica era seguida livremente. Na denúncia de Isabel de Paiva, a própria avó diz *"que na sua terra lançavam agua fora quando alguém morria"*¹⁶.

Tornando assim possível, que seu apego a esses laços não fossem tão insignificantes, e que tenha transmitido o costume para suas netas, de maneira consciente. Mas como antes observamos, sobre o motivo não podemos ter certeza, talvez a prática tivesse se mantido, de fato como um ato de nojo por parte, principalmente das “confessantes”. A cultura judia e cristã, de diversas formas se misturou no tempo de convivência do judaísmo livre no reino, algumas práticas podem ter sido herdadas sem que seu significado fosse o mesmo para a religião judaica e para as cristãs-novas do Brasil.

GRÁFICO 1 – FAMÍLIA DE MARIA ALVARES



Dados encontrados no livro da **PRIMEIRA, Visitação do Santo Ofício as Partes do Brasil: Denúncias e confissões de Pernambuco 1593-1595**. Prefácio de José Antônio Gonçalves de Mello. Recife, FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. 509+158p. Il. (Coleção Pernambucana – 2ª. Fase, 14).

O ato de “jogar fora a água dos potes” quando da morte de alguém aparece em sete denúncias diferentes contra mulheres, com algumas delas sendo citadas em mais de uma denúncia¹⁸. E em um quadro total de cinco confissões de cristãs-novas por práticas judaicas, o mesmo costume é confessado por quatro mulheres diferentes¹⁹. Foi o caso de Violante Pacheca, que assim como as irmãs Soeiro, foi ao visitador quando ele estava em Itamaracá, no dia 17 de janeiro de 1598. Filha de pais cristãos-novos, e casada com um cristão velho, conta que há três ou quatro anos atrás ela era moradora da Paraíba e morreu dois de seus filhos em sua casa, e quando faleceram ela mandou jogar fora “a água dos potes e quebrou os púcaros que estavam nos mesmos potes”²⁰.

Depressa ela vai justificar o seu costume, “mas que isto fez sem nenhuma ruim tenção, porquanto o seu marido disse que tinha nojo daqueles púcaros”²¹, justificando inclusive o motivo de sua atitude, por conta do nojo que tinha o marido, que era cristão-velho. Entretanto, Violante já apresentava esse hábito, de vazar a água dos cântaros na morte de alguém dentro de casa:

E que outrossim, haverá 13 ou 14 anos, morando na Bahia de todos os Santos, lhe morreu uma filha sua moça de 8 anos, ou estando ela amortalhada em casa, ou sendo já levada a enterrar, vazou também ela confessante a água dos potes [...] mas também o fez sem ruim tenção, somente por nojo ou asco.²²

Violante já tinha esse costume a um considerável tempo, e como esperado, vai outra vez, justificar a sua atitude para Heitor Furtado, pois quando o mesmo lhe pergunta com quem ela aprendeu “as ditas cerimônias de deitar água fora”²³, vai responder que ninguém lhe ensinou tais coisas, e nunca o fez por mal intenção. Mas é interessante que a “confessante” também fala de outras práticas, contando que; “tirou a lândoa do quarto traseiro”, e que “costuma cozer a panela de carne, com cebola ou alho frito em azeite”²⁴. O uso de alho e azeite está associado à culinária judaica, Angelo Assis coloca que as receitas Sefaradis são ricas no uso do azeite, não apenas por conta da importância que ele tem para a cultura judia, mas também por conta da herança ibérica, mediterrânea e oriental que esse grupo carrega (ASSIS, 2012, p. 283).

Certamente, Violante Dias aprendeu esses costumes com

alguém, talvez não as tenha praticado enquanto uma cerimônia judaica, e nem soubesse a relação com essa religião que tinham tais atitudes, mas não foi sozinha que aprendeu os costumes confessados. O uso de azeite para fritar o alho e a cebola diz que foi seu cunhado quem a ensinou, mas essa não era uma norma de cozinhar entre a população de cristãos-velhos, e o hábito de vazar a água dos potes quando da morte de alguém, com quem aprendeu? Aonde conheceu esse costume? Vemos que não o fez apenas uma vez, e as cometeu em situações com considerável distância de datas, todas as doenças de seus filhos lhe causavam nojo para que fosse preciso jogar a água dos cântaros fora? Seus pais eram cristãos-novos, provável que em algum momento tenha visto a realização da prática dentro de sua casa, ou na casa de algum familiar próximo, se não conhecesse o costume não o teria efetivado, mas de onde surgiu essa prática, infelizmente a fonte não nos permite saber.

Tabela 2 - CRISTÃS-NOVAS CONFESSAS POR PRÁTICAS JUDAIZANTES.

	Confessa	Local de morada	Confissão
01	Beatriz Mendes	Itamaracá	Vazar água dos potes
02	Branca Ramires	Itamaracá	Vazar água dos potes
03	Guiomar Soeira	Itamaracá	Vazar água dos potes
04	Violante Pacheco	Itamaracá	Usa o nome de Deus em vão Vazar água dos potes Cozinhar de modo judeu
05	Isabel Fernandes (mamaluca)	Itamaracá	Blasfêmia

Dados encontrados no livro da **PRIMEIRA, Visitação do Santo Ofício as Partes do Brasil: Denúncias e confissões de Pernambuco 1593-1595**. Prefácio de José Antônio Gonçalves de Mello. Recife, FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. 509+158p. II. (Coleção Pernambucana – 2ª. Fase, 14).

Sendo os costumes transmitidos no interior dos lares, que era um espaço fortemente feminino, ficamos mais propensos a perceber, a importância dessas figuras para a transmissão dessa religião oculta. Lina Gorenstein ao falar sobre o criptojudaísmo entre as mulheres do Rio de Janeiro, vai fazer a seguinte colocação; “*Era certamente um conhecimento que deveria ser mantido em segredo, por se constituir em um crime [...] O criptojudaísmo era praticado no âmbito doméstico*” (GORENSTEIN, 2005, p. 369).

Branca Ramires e Guiomar Soeiro vão se confessar pela prática, e findam por denunciar sua mãe e avó na mesa do visitador. Como já vimos

anteriormente, chegaram um total de sete denúncias contra mulheres cristãs-novas por “*vazarem a água dos potes*” quando morre alguém dentro de casa. Acusações feitas por parentes, vizinhos e visitas, boa parte delas demonstrando a falta de privacidade na colônia, e vigilância velada que se dava contra os cristãos-novos. É o caso de Isabel Vaz, meia cristã-nova, que é denunciada por sua escrava Micia Vaz, no período de Graça concedido a Itamaracá, em 9 de dezembro de 1594²⁵, por há muitos anos antes ter, “*mandado vazar fora a água dos potes*”, após a morte de um escravo da casa.

Uma das maneiras de melhor entendermos as denúncias que envolviam os costumes que se

passavam dentro do cotidiano familiar, é lembrarmos exatamente, que a privacidade que se construía no Brasil colonial era bem diferente da ideia moderna de privacidade. Não apenas as residências permitiam pouca intimidade aos moradores, como as relações se construía de modo pouco privativo. As visitas apareciam sem ser convidadas, entravam nas casas sem muita cerimônia e assim acabavam vendo as mais diferentes situações, *“faziam visitas sem cerimônia uma prática corriqueira. As pessoas simplesmente chegavam e se faziam anunciar sem prévio aviso, encontrando os moradores despreparados para recebe-las”* (ALGRANTI, 1997, p. 116).

Vejamos, por exemplo, a denúncia de Catharina contra a mulher de Antonio Gonçalves, em 25 de fevereiro de 1594, no período de Graça concedido a Vila de Igarapé, por açoitado um crucifixo. A denunciante era cunhada de um funcionário da fazenda de Antonio Gonçalves, e estava na casa principal quando a dona da casa a mandou ir para um cômodo com sua irmã, e se dirigiu para outro espaço da casa, fechando as portas de ambos. Catharina não obstante ser visita na casa vai *“espreitar o que a dita mulher do dito*

*Foam Gonçalves Manaya queria fazer na dita sala onde ela se ficou com outra parenta ainda moça”*²⁶. E assim conta; *“que viu assim a sobredita açoitando o crucifixo por espaço de tempo aquela vez somente”*. Oras, mesmo com a tentativa da acusada de não deixar que as convidadas vissem o que ela iria fazer, não vai haver um respeito a esse tipo de privacidade, por parte da denunciante.

Citemos também a denúncia de Catharina de Mota contra Catharina de Figueiredo, pela guarda do sábado, onde a denunciante sempre visitava a casa da acusada, e sem cerimônia observava seus atos; *“e ela denunciante ir muitas vezes a casa da dita Caterina de Figueiredo [...] pudera escutar pela manha muito cedo que foi lavar uma saia de pano sem necessidade”*²⁷. Podemos perceber que, sem muita cerimônia e delicadeza com a intimidade dos moradores das casas, se construía as relações cotidianas de privacidade.

A guarda dos sábados estava presente nos monitórios inquisitoriais por serem um indício de cerimônias judaizantes, e é uma das práticas mais denunciadas na Primeira Visitação da Inquisição. Das 32 denúncias feitas contra mulheres cristãs-novas, 12 envolviam esse

costume. Não trabalhar aos sábados é um indicio do *Shabat* judeu. De acordo com Michael Asheri o *Shabat* é o sétimo dia da semana, e começa ao pôr do sol de sexta-feira, terminando no pôr do sol do sábado:

A razão pela qual o *shabat*, assim como todos os outros dias, é contado a partir do pôr-do-sol do dia "anterior" está nos versículos iniciais da Torá, onde a criação do mundo é descrita: "E foram a noite e a manhã o dia primeiro" (Gn 1, 5). A noite vem antes da manhã, no computo do dia. (ASHERI, 1995, p.125).

Segundo Tova Sender, a guarda dos sábados parece ser o mais importante dos 613 mandamentos, e é mencionado nas duas versões dos dez mandamentos, seja por associação a criação do mundo em Êxodo (20:8) e assim ao evento divino, seja por associação a saída dos escravos do Egito em Deuteronômio (5:12) e assim a simbolização do final de uma fase e início da outra (SENDER, 2001, p. 30-31). Na obra que fala sobre O *Shabat*, em coletânea sobre festas e costumes judaicos da congregação israelita paulista, Abraham Milgan vai discorrer um pouco sobre o significado desse dia para os judeus:

O povo judeu reconhece o *Shabat* não somente um mandamento Divino, senão também uma valiosa dádiva, parte do próprio

erário de Deus, um presente que tem enobrecido a vida dos judeus aos sábados, fazendo com que sua existência durante o resto da semana se torne suportável, [...] o judeu vive o resto da semana em função do *Shabat*. [...] Para o judeu, representa nada mais nada menos do que "o antegozo da completa ventura que aguarda os homens bons do mundo do porvir". (O *Shabat*, 1961, p. 8).

O *Shabat* é um dia muito especial na cultura judaica, é um ato simples, mas que inspira uma futura paz eterna para todo o povo, um dia que serve como fonte de benção, como uma preparação e alento para os seis dias de trabalho da semana. A importância desse dia para os judeus, e o fato de ter sido um dos costumes mais citados entre as denúncias contra as cristãs-novas pernambucanas é, deveras significativo. Seja por ter sido uma das práticas mais repetidas, seja por ser um costume mais fácil de ser observado pelos que estão de fora.

Afinal, por ser esse um dia comum de trabalho para essa população, ver quem agia de forma diferente chamava à atenção, e ainda pior, se o observante sabia que a atitude era cometida por parte um cristão-novo. Por ter o *Shabat* grande mérito na religião judaica, é cercado de organizações para a celebração do dia sagrado, como a preparação de

pratos seletos e a arrumação do lar já nas sextas-feiras, como se fosse para acolher uma visita, pois no sábado nenhum trabalho deve ser feito (O Shabat, 1961, p. 14-19).

E em diferentes momentos da documentação podemos encontrar menção a essas tradições, na denúncia de Joana Albuquerque contra Joana Mendes, em 5 de março de 1594, a denunciante vai dizer que a acusada era “*judia e fazia cerimonias de judia*” e guardava os sábados, vestindo neles roupas novas e lavadas e que mandava limpar a casa nas sextas-feiras²⁸. Também na denúncia feita por Joana Fernandes contra Branca Dias, logo no início do período de graça que Heitor Furtado concedeu a Pernambuco, em 3 de novembro de 1593. A acusadora aprendeu serviços domésticos na casa de Branca, havia trinta e quatro ou trinta e cinco anos passados, quando era bem mais nova. E ainda assim, observou as práticas e lembrando-se delas:

[...] a dita Branca Dias mandava nas sextas feiras (segundo sua lembrança era nas sextas feiras a tarde) lavar e esfregar o sobrado, por ela denunciante e por outras moças suas discípulas, e elas lhe esfregavam o sobrado um dia em cada semana que segundo sua lembrança era nas sextas feiras a tarde e nas mesmas sextas feiras a tarde mandava Branca dias lavar a louça da casa pelas suas negras

[...] e nos ditos sábados jantavam sempre uma iguaria que nunca comiam nos outros dias da semana.²⁹

Destarte, detalhada foi à denúncia de Joana Fernandes, para situações que se deram tantos anos atrás, mas não apenas a dela, pois vários detalhes também tiveram nas outras denúncias de alunas de Branca. A permanência dos rituais que envolviam o *Shabat* parece que se deu de diferentes maneiras na casa da matriarca, e com sua família. Inclusive quando se trata da preparação para o dia de sábado “*cumpre preparar todos os pratos com antecedência. Acrescente ainda a faxina que precede todos os dias de Shabat*” (O Shabat, 1961, p. 18), atentemos para o momento que Joana Fernandes diz que lavavam o sobrado uma vez por semana, e que era nas sextas-feiras.

Essas situações, não deixaram de ser observada por suas alunas, a família parece não ter se preocupado em deixar suas práticas proibidas à mostra, ou não esperava que elas chegassem a ser denunciadas por essas moças. Mas também, não tinham como saber que a Inquisição iria alcançar essas terras. Interessante é também observar que,

mais de uma das meninas que frequentou a casa de Branca Dias foi denunciar a mesma e sua família, mas foram situações que se deram muitos anos antes da chegada do visitador, e eram elas muito novas no tempo que presenciaram tais atos, por qual motivo essas situações foram marcantes? Por outro lado, outros acontecimentos que presenciaram devem ter se perdido no esquecimento dos anos, e outros que foram denunciadas podem ter se dado diferente do que foi relatado, não temos como saber, apenas ponderar a partir das brechas que se abrem nos relatos.

O uso de roupas "finas" também está entre as atribuições ligadas ao *Shabat*, "o que nossos Rabinos interpretam no sentido de que as roupas sabáticas devam ser diferentes das dos demais dias" (O *Shabat*, 1961, p. 14), prática que não escapou aos olhos vigilantes dos denunciantes, e certamente a família de Branca Dias e Diogo Fernandes não é excluída de denúncias desse tipo. Na denúncia já citada, de Joana Fernandes, a denunciante faz menção a essa prática "se vestia com camisa lavada e apertava a cabeça com seu

tocado e vestia neles o melhor vestido que tinha"³⁰. Também Isabel Frasoa ao denunciar Branca e suas filhas, em 6 de novembro de 1593, vai colocar que "as sobreditas se vestiam nos sábados dos melhores vestidos, e com camisas e toucados lavados e se lançavam na cama as sexta feiras a tarde lençóis lavados".

Em meio ao que encontramos nas denúncias ao visitador, entendemos, que havia devotada vigilância em cima dessa população, e por isso nos apropriamos do conceito de tática, de Michel Certeau, pois se havia a vigilância, existiam as táticas que eram constantemente exercidas por parte dos colonos, e conseqüentemente das cristãs-novas, como forma de agenciamento contra o que lhes era imposto. A partir das denúncias e confissões que se apresentaram a mesa de Heitor Furtado, não podemos afirmar que os costumes praticados eram exercidos enquanto uma cerimônia judaica com um significado cultural e religioso, mas a permanência do costume não pode ser ignorada, afinal a memória transmitida ao longo das gerações carrega notáveis significados.

¹ Diferentes trabalhos fazem uso da Fonte inquisitorial para sua escrita. Ao se utilizar desse tipo de fonte para a produção da obra "O queijo e os Vermes" Carlo Ginzburg contribui notavelmente para a popularização dos estudos sobre inquisição.

² Informação presente na apresentação do livro "A invenção do Cotidiano", por LuceGiard. GIARD, Luce. História de uma pesquisa.

³ Michel de Certeau faz um diálogo com Michel Foucault, mas detidamente com seu livro "**Vigiar e Punir**", e sua tese das redes de pequenas vigilâncias que se estabelecem em todas as camadas da sociedade. Debate melhor encontrado no capítulo IV, "Foucault e Bourdieu", de "**A Invenção do Cotidiano 1**".

⁴ Não temos a convicção de que Michel de Certeau pode ser pensado para qualquer prática dos sujeitos, em qualquer época da história. Temos em mente que existem situações e situações, e que tamanha independência individual e criativa dos indivíduos, é questionada por outras correntes historiográficas. Mas para o estudo de caso, aqui trabalhado, há inovação de Certeau, de pensar o sujeito em sua individualidade ativa, é de notável abertura de portas para o entendimento das Criptojudias que estão presentes na documentação.

⁵ Ver Tabela 1.

⁶ Um *cohen* é um sacerdote, um descendente de Aarão, o irmão de Moisés.

⁷ O tempo da graça era o período onde o inquisidor, antes de iniciar suas atividades contra os delitos fixava na igreja os Editos de Graça e o Monitório, onde na missa de apresentação do Visitador, era estimulado que as pessoas fossem confessar suas culpas e denunciar as heresias que sabiam de terceiros, em um prazo de trinta dias, recebendo com isso indulto e tendo a possibilidade de ficar livre do confisco de bens.

⁸ O Monitório era a lista de delitos que estava na alçada de abrangência do tribunal inquisitorial. Sendo a partir dela, que os moradores por muitas vezes sabiam pelo que deviam se confessar ou denunciar ao visitador.

⁹ Expressão utilizada pelo Inquisidor durante a Confissão de Guiomar Soeira.

¹⁰ Idem, Francisco Soares contra sua mãe Maria Alvares e sua irmã Guimar Soeiro, p. 373-374.

¹¹ Grafia atualizada, Idem, p. 373-374.

¹² Grafia atualizada. Idem, Joana Mendes contra sua mãe Maria Alvares, p. 385-386.

¹³ Idem, Isabel de Paiva contra Guimar Soeiro, p. 371-372.

¹⁴ Idem, Maria da Fonseca contra Isabel Soares e Guiomar Soeiro, p. 381-382.

¹⁵ Em dissertação de Janaina Sousa, a mesma se refere à família e coloca que não comiam determinados alimentos proibidos na cultura judaica, mas não encontramos referência ao ato, tanto nas confissões das duas irmãs, como nas quatro denúncias que envolvem a família. – SILVA, Janaina Guimarães da Fonseca e. Modos de Pensar, Maneiras de viver: Cristãos-novos em Pernambuco no século XVI. Dissertação de mestrado, Recife, 2007. P. 57.

¹⁶ Grafia atualizada. Idem, Isabel de Paiva contra Guimar Soeiro, p. 371-373.

¹⁷ Ver Tabela 1.

¹⁸ Ver Tabela 2.

¹⁹ Ibidem, Confissão de Violante Pacheca, cristã nova, na Graça, p. 117-118.

²⁰ Idem.

²¹ Idem, Confissão de Violante Pacheca, cristã nova, na Graça, p. 117-118.

²² Idem, p. 117-118.

²³ Idem, p. 117-118.

²⁴ Ibidem, Micia Vaz contra Isabel Vaz, p. 363-364.

²⁵ Grafia atualizada. Idem, Catharina, que não tem crédito, contra a mulher de Antonio Gonçalves Manaya, p. 240-244.

²⁶ Grafia atualizada; Catharina da Motta contra Catharina de Figueiredo, Idem, p. 360-362.

²⁷ Grafia atualizada. Idem, D. Joanna de Albuquerque contra Joana Mendes, p. 246-247.

²⁸ Grafia atualizada. Idem, Joana Fernandes contra Branca Dias, p. 30-32.

²⁹ Grafia atualizada. Idem, Joana Fernandes contra Branca Dias, p. 30-32.

³⁰ Grafia atualizada. Idem, Isabel Frasoa contra Branca Dias, suas filhas e outras pessoas, p. 44-45.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ASHERI, Michael. *O judaísmo vivo: as tradições e as leis dos judeus praticantes*. 2ªed. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Famílias e Vida Doméstica*. In: NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral) e SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ASSIS, Angelo Adriano Farias de. *Macabeias da colônia: Criptojudaísmo Feminino na Bahia*. São Paulo: Alameda, 2012.

BENAZZI, Natale; D'AMICO, Matteo. *O Livro Negro da Inquisição: A reconstituição dos grandes processos*. Lisboa: Âncora, 2001.

CALAINHO, Daniela Buono. *Agentes da fé: familiares da inquisição portuguesa no Brasil Colonial*. Bauru, SP. Edusc, 2006.

COLEÇÃO FESTAS E COSTUMES JUDAÍCOS. *O SHABAT: Antologia de obras sobre o dia santificado do sábado*. Fundação Fritz Pinkus, Congregação Israelita Paulista, São Paulo, 1961.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

LIPINER, Elias. *Santa Inquisição: terror e linguagem*. Rio de Janeiro: Documentário, 1977.

MAIA, Ângela Maria Vieira. *À Sombra do Medo: Cristãos-Velhos e Cristãos-Novos nas Capitâneas do Açúcar*. Rio de Janeiro: Idealizarte, 2003.

MOTT, Luiz. *Filhos de Abraão & Sodomia: cristãos-novos homossexuais nos tempos da Inquisição*. In: GORENSTEIS, Lina & CARNEIRO, Maria Luisa Tucci (org.), *Ensaio sobre a intolerância: Inquisição, Marranismo e Anti-semitismo*. São Paulo: Humanitas, 2005.

NOVINSKY, Anita W. *Cristãos-Novos na Bahia*. São Paulo: Editora Perspectiva/Editora USP, 1972.

PIERONI, Geraldo. *Os excluídos do Reino: A inquisição Portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia* – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

PRIMEIRA, *Visitação do Santo Ofício as Partes do Brasil: Denúncias e confissões de Pernambuco 1593-1595*. Prefácio de José Antônio Gonçalves de Mello. Recife, FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. 509+158p. II. (Coleção Pernambucana – 2ª. Fase, 14).

Regimento do Santo Ofício da Inquisição, dos reinos de Portugal. In. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, a 157, Nº 392, jul/set 1996, Livro I, Título I. P. 717-721. Regimento de 1640.

SCHLESINGER, Hugo. *Pequeno ABC do pensamento judaico: Síntese de definições dos valores religiosos, morais e éticos do judaísmo*. Editora B'NAI B'RITH, São Paulo, 1969.

SILVA, Janaína Guimarães da Fonseca e. *Modos de pensar, maneiras de viver: Cristãos-novos em Pernambuco no século XVI*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 2007.

SIQUEIRA, Sonia A. *O Poder da Inquisição e a Inquisição como Poder*. Revista Brasileira de História das Religiões – Dossiê Identidades Religiosas e História. São Paulo, ano I, n. 1, p. 84-93, 2008.

TRIGUEIRO, Tatiane de Lima. *Um caso de "feitiçaria" na Inquisição de Pernambuco*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. *Moralidades Brasílicas: Deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista*. In: NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral) e SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DESERTIFICAÇÃO E SEMIÁRIDO BRASILEIRO: ÍNDICES E INDICADORES BIOFÍSICOS E SÓCIO-ECONÔMICOS

Sérgio Murilo Santos de Araújo¹
Eduardo Rodrigues Viana de Lima²

RESUMO

O presente artigo aborda a desertificação, enquanto fenômeno complexo da relação sociedade-natureza, e a utilização de índices e indicadores para avaliação do fenômeno, especificamente no Semiárido brasileiro e entorno. Metodologicamente parte-se de uma revisão bibliográfica, levantando-se várias referências nas quais são abordados indicadores largamente utilizados e outros que ainda carecem de emprego mais aprofundado. Buscou-se na literatura científica e em periódicos o que foi produzido sobre o tema desertificação, seus indicadores e sobre a região do Semiárido Brasileiro. Por fim, constata-se que para o fenômeno de desertificação, pela sua complexidade e pelas propostas realizadas, ainda não foi estabelecido um consenso quanto ao conjunto de indicadores aceitos como mais adequados para abordar a desertificação em toda sua complexidade; porém, já há um conjunto de indicadores e índices consagrados nos estudos já realizados.

Palavras-chave: Degradação das terras; Terras secas; Caatinga.

ABSTRACT

The present article approaches desertification, as a complex phenomenon of the society-nature relations, and the use of indexes and indicators to appraisal the phenomenon, specifically in the Brazilian semiarid and around area. Methodologically, it starts with a bibliographical review, search several references and addressing widely used indicators and others that still require more in-depth using. In the scientific literature and in periodicals, what was produced on the topic of desertification, its indicators and on the Brazilian semiarid region was searched. Finally, it appears that for the desertification phenomenon, its complexity and the proposals made, has not yet established a consensus as to the accepted set of indicators as better suited to address desertification in all its complexity; But, there is already a set of indicators and indexes recorded in the studies already carried out.

Keywords: Land degradation; Dryland; Caatinga.

1. INTRODUÇÃO

A área de terras emersas do planeta Terra cobre 149,67 milhões de km², o que representa menos de um terço da superfície terrestre que é de 510,3 milhões de km². Porém, as terras emersas ainda apresentam limitações para ocupação humana

como as áreas cobertas por gelo, com relevo montanhoso, afloramentos rochosos, terras áridas (desertos), semiáridas e subúmidas secas; todas com graus de restrições severas ao uso pelo homem, principalmente pela indisponibilidade ou escassez de água para cultivos e outras atividades, por limitações tecnológicas.

Desde a década de 1970 ficou evidente que os recursos da terra são finitos e que o próprio homem pode comprometer sua disponibilidade, isso como resultado das repercussões do movimento ambiental e dos diversos estudos e documentos em eventos internacionais, como o Relatório do Clube de Roma e a Conferência de Estocolmo, ambos do ano de 1972. Como recursos da terra incluem-se o solo, a cobertura do solo (vegetação) e as paisagens, que são importantes componentes do *habitat* e do bem-estar humanos. A terra e os processos que ocorrem em seus ecossistemas auxiliam na preservação e conservação da biodiversidade terrestre, na manutenção e regulação do ciclo da água, no armazenamento e na reciclagem do carbono e em outros serviços ambientais (IBAMA, 2004).

A degradação das terras (e dos solos) tem importância fundamental para a sociedade, uma vez que

constituem a base das atividades humanas, principalmente da agropecuária, responsáveis pela produção de matérias-primas para a agroindústria, na produção de alimentos e sustento das populações. As perdas de solos, por erosão e pelo empobrecimento ou alteração de suas características edáficas (redução de nutrientes/fertilidade, salinidade, etc.), são colocadas como preocupação de governos em níveis internacionais e nacionais e dos pesquisadores de diversos campos de estudos que tratam da temática do meio ambiente. Nas áreas consideradas como ecossistemas vulneráveis um dos problemas de maior destaque, e alvo de ações nas últimas décadas, tem sido o processo de desertificação.

As regiões áridas e semiáridas no mundo constituem cerca de 33% das terras emersas e onde vivem cerca de 2,6 bilhões de pessoas, ou seja, aproximadamente 35% da população mundial (NAHAL, 2004; PAN BRASIL, 2005), o que demanda o uso dos recursos destes ambientes para sobrevivência de humanos e dos animais criados. O manejo de regiões áridas e semiáridas têm demonstrado que há ainda o uso de práticas inadequadas para a sua diversidade e dinâmica natural, o que tem

provocado a degradação das terras e a desertificação.

A desertificação pode ser entendida, de forma sumária, como a redução ou destruição do potencial biológico da terra (NAHAL, op. cit.). É um problema de grande intensidade na região subsaariana, habitada por mais de 200 milhões de pessoas e onde cerca de 20% a 50% das terras estão degradadas. Esta degradação, particularmente do solo, é também severa em outros lugares no mundo, como Ásia e América Latina dentre outras regiões (PAN BRASIL, op. cit.).

O Semiárido brasileiro é marcado historicamente por períodos de secas severas que afetam o desenvolvimento socioeconômico da região. A irregularidade das chuvas, no tempo e no espaço, prejudica o desenvolvimento das atividades agropecuárias, além disso, a degradação das terras, que está associada ao manejo inadequado dos solos, é preocupante uma vez que reduz a capacidade de reprodução das atividades econômicas (PATRÍCIO; ARAÚJO, 2016). As secas reduzem a produtividade agropecuária e a atividade biológica das plantas nos ecossistemas, causando mortandade e escassez de alimentos para os animais impactando ainda mais o quadro problemático da região.

No presente artigo aborda-se a desertificação, enquanto fenômeno complexo da relação sociedade-natureza, sua área de ocorrência, especificamente no Semiárido brasileiro e seu entorno, e a utilização de índices e indicadores para avaliação do fenômeno.

2. DESERTIFICAÇÃO E O SEMIÁRIDO BRASILEIRO

2.1 O que é desertificação? Os passos de uma conceituação

Existe ainda certa confusão quando se aborda a desertificação e alguns autores utilizam o termo desertificação como sinônimo de degradação sem atrelar a ele uma escala espacial ou temporal e também o confundem como formação ou crescimento dos desertos. Isso decorre da própria evolução do conceito e dos estudos de desertificação, que serão abordados a seguir.

O conceito de desertificação, definido pela UNCCD (1994) como "a degradação da terra nas regiões áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas, resultante de vários fatores, entre eles as variações climáticas e as atividades humanas", traz alguns questionamentos, uma vez que lhe

falta maior precisão. Para Matallo Júnior (2001) ao se fazer uma análise crítica do conceito de "desertificação" pode ser apontada algumas fragilidades teóricas e/ou metodológicas, tais como: a) amplitude conceitual; b) ausência de métodos de estudo universalmente aceitos; c) ausência de métodos confiáveis para a identificação de processos de desertificação; e d) falta de uma metodologia de avaliação econômica da desertificação.

Segundo Matallo Júnior (op. cit.) a ideia de "degradação da terra" é complexa em seus diferentes componentes - como os solos, a vegetação, os recursos hídricos, e redução da qualidade de vida da população. Sendo cada componente relacionado às áreas de conhecimentos também diferentes: físicos (solo), biológicos (vegetação), hídricos (águas) e socioeconômicos (qualidade de vida da população).

Outro aspecto que se deve levar em conta é o de que quando se fala em degradação das terras não foi colocado um nível (ou escala) dessa degradação, o que faz pensar que qualquer nível de degradação seja desertificação. Ao longo do tempo, tem sido dada maior ênfase às áreas com níveis moderado, acentuado e severo de desertificação. Em geral,

aceitou-se ao longo dos anos que um conjunto de indicadores presentes numa dada área, ou região, evidenciasse que o processo estava em curso, que serão abordados posteriormente.

A evolução do conhecimento e do conceito de desertificação foi proposta por Mainguet (1994 apud VERDUM et al., 2001), na qual estabeleceu cinco fases nas diferentes variações conceituais associadas ao processo em diferentes escalas espaciais e temporais, quais sejam: 1) da conscientização, 2) da percepção exagerada do processo, 3) da dúvida sobre o processo, 4) do mito do crescimento do deserto e 5) do novo realismo.

A **fase da conscientização** aponta as atividades humanas como causa principal do processo de deterioração do solo e da vegetação; e o recorte temporal desta fase situa-se na década de 1940. O Engenheiro Francês Aubreville (1949) é apontado como o precursor dessa conscientização quando identifica o surgimento de "verdadeiros desertos" nas ex-colônias européias no norte da África.

A **fase da percepção exagerada** é marcada pela necessidade da elaboração de um

conceito único e da espacialização do fenômeno na escala mundial, que temporalmente situa-se na década de 1970. O ápice desta fase é o reconhecimento científico do processo na Conferência das Nações Unidas sobre a Desertificação, realizada em Nairobi, no Quênia, em 1977. Ainda nessa fase, de acordo com Verdum et al. (op. cit.), entre os anos de 1977 e 1984 incluiu-se as zonas sub-úmidas no mapa da desertificação das Nações Unidas, ampliando a área do processo (em 35% das terras) e a população afetada pela desertificação, o que se caracteriza como um exagero do processo na escala mundial.

A **fase da dúvida** aponta problemas na caracterização do processo quanto à: extensão, causas e soluções, irreversibilidade ou não e a dinâmica complexa das areias associadas aos centros irradiadores com concentração populacional. O recorte temporal situa-se no final da década de 1980. Questiona-se também a rentabilidade das tecnologias aplicadas.

A **fase do mito do crescimento** (do deserto) tem como característica marcante a ideia de que os desertos estariam aumentando, como também os corpos dunários nesses ambientes. Nesta fase a desertificação caracterizou-se muito

mais na degradação ambiental nas áreas do entorno de vilarejos do que em aumento ao longo das margens dos grandes desertos como se afirmava.

A **fase do novo realismo** fica caracterizada (ou marcada) pelo pouco conhecimento da dinâmica climática capaz de elucidar as crises pluviométricas e hidrológicas, especialmente no Sahel entre os anos de 1968 e 1985. Permanece a dúvida se tais períodos de seca freqüentes realmente terminaram. Quanto à degradação do ambiente, destaca-se a percepção errônea que se teve em relação a algumas áreas, no que se refere ao espaço geográfico da degradação e a capacidade de regeneração dos ecossistemas afetados, como nas áreas sub-úmidas secas, relacionadas ou não às atividades da sociedade. Vale destacar as ideias de Verdum et al. (op. cit.), em que assinalam:

A desertificação passa a ser compreendida como processo singular com combinação de variáveis locais e não mais como um processo generalizado de degradação global em determinadas ecozonas. Nesse sentido, torna-se fundamental estudá-la na ótica de suas causas, processos e efeitos na busca da determinação das combinações de variáveis atuantes. (VERDUM et al., op. cit., p. 85). Grifo nosso.

Sá et al. (2010, p. 127) discorrem que a desertificação se constitui em um nível de degradação extremo aplicado à terra, à cobertura vegetal e à biodiversidade com perda da capacidade produtiva de uma determinada área. Assim, a degradação dos recursos naturais de uma determinada área pode ocorrer em diferentes níveis e chegar até níveis altos e extremos que é a desertificação. Obviamente que o processo só se aplica às áreas áridas, semiáridas e sub-úmidas secas. Como tratam Lanchim et al. (2016, p. 64): “desertification is best to be understood as an extreme case of land degradation, which is expressed in a persistent reduction or loss of biological and economic productivity of lands”³. Grifo nosso.

A degradação das terras é um fenômeno complexo que reduz a fertilidade do solo, a produtividade biológica dos ecossistemas, a cobertura vegetal e os recursos hídricos (LANCHIM et al., 2016). Não se deve confundir desertificação como um processo de formação de desertos. Na realidade as palavras podem ser semelhantes e terem origem etimológica comum, mas os processos são diferentes em nível de escalas temporal e espacial. Deve-se entender sempre a desertificação

como a degradação em terras secas, onde se enquadram também os desertos. Ou seja, a desertificação é muito mais um processo de degradação na escala humana do que natural-geológica e Mainguet (op. cit.) propõe a escala de uma geração (20-25 anos).

Abraham et al. (2006) assinala que a desertificação se constitui como um processo global de deterioração ambiental em terras secas, afetando o meio biofísico e produz impactos sobre a vida humana, ao mesmo tempo os grupos sociais são agentes que contribuem para aumentar o processo:

En este contexto, pobreza y desertificación se hallan enlazadas y se constituyen en un “círculo dilemático” en el marco del cual, la “pobreza” conduce a la explotación indiscriminada de los recursos, esta dinámica provoca la degradación general del sistema y esta condición vuelve a acentuar la pobreza.[...] la desertificación se entiende como un problema complejo, de naturaleza sistémica, que afecta la estructura y el funcionamiento de las tierras secas y que abarca múltiples relaciones entre factores biofísicos, socioeconómicos, políticos e institucionales. (ABRAHAM, 2006, p. 28).

A definição acima articula quatro dimensões que podem ser visualizadas na Figura 1. Primeiro, nas

múltiplas relações entre o suporte físico-biológico das terras secas, do lado da oferta; segundo, na demanda por parte dos grupos sociais; e tais relações se inscrevem no espaço e tempo, apresentando-nos deste modo nos conceitos de níveis de aplicação e escalas espaciais e temporais (ABRAHAM, 2003).

Cabe ressaltar que, se tratando da desertificação, reverter o quadro de degradação em curso é um objetivo comum em nível mundial, nacional e local. Para isso acontecer deve-se introduzir mudanças profundas na pauta do comportamento local e internacional. Tais mudanças graduais conduzirão finalmente ao uso sustentável das terras e garantirá a segurança alimentar para a crescente população mundial. Portanto, a luta contra a desertificação é só parte de um objetivo mais amplo: o desenvolvimento sustentável dos países afetados pela seca e a desertificação. (UNCCD apud ABRAHAM, 2003, p. 26).

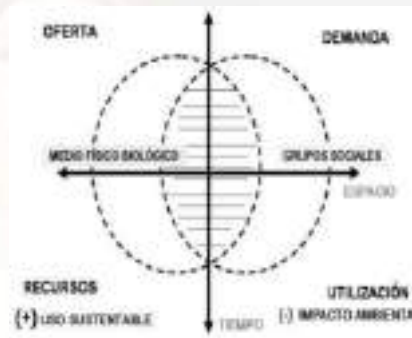


Figura 1 – Relações ambientais.
Fonte: ABRAHAM (2003).

As principais causas da desertificação estão associadas às atividades humanas como sobrepastoreio, desmatamento e queimadas, gestão inadequada da agricultura (práticas mal planejadas de uso do solo e de irrigação), consumo de lenha como combustível para a indústria e a urbanização (TAVARES; ARAÚJO, 2015). Em termos de estimativas, no início dos anos 2000, o sobrepastoreio utilizava 680 milhões de hectares; o desmatamento, 580 milhões de hectares; a gestão inadequada da agricultura, 550 milhões de hectares; o consumo de lenha como combustível em 137 milhões de hectares; enquanto a indústria e a urbanização, 19,5 milhão de hectares (MEA, 2005).

2.2 Semiárido Brasileiro: Espaço da Desertificação?

A primeira delimitação política do Semiárido brasileiro data do início do século passado, quando se tentou definir a área no Nordeste do Brasil em que ocorria o fenômeno das secas. Um evento climático que sempre causou perdas no campo econômico e social à população dessa região; isso devido à escassez de água e nos períodos mais críticos de secas abaixo das condições de produção pelas atividades econômicas e de abastecimento para beber e dessedentação de animais. Entretanto, deve se considerar que ao fenômeno natural ou climático, soma-se a sua estrutura social estabelecida com raízes ainda no período colonial e que produz um modo de relação muito peculiar de dependência das classes menos favorecidas ao poder local, tornando a população vulnerável ao fenômeno natural. Como atesta Rego (2012, p. 70):

Em 7 de junho de 1936, pela Lei nº 175, o governo Getúlio Vargas criou o Polígono das Secas, com o objetivo de atender às populações residentes em tal área, em uma superfície de 672.281,98 quilômetros quadrados. Em 1951 a área foi aumentada para 936.993, estendendo-se posteriormente até 1.085.187. Pelo Decreto-Lei nº 8. 486, de 28 de dezembro de 1945, a IFOCS transformou-se em Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), órgão que perdura até os dias de hoje.

O Semiárido brasileiro está inserido na sua maior parte na Região Nordeste do Brasil, macrorregião que abrange 18,27 % do território nacional, possuindo uma extensão de 1.561.177,8 Km². Destes 962.857,3 km² estavam inseridos no antigo "Polígono delimitado em 1936 e revisado em 1951, sendo a primeira tentativa de ordenar as políticas públicas oficiais voltadas para a região e dos quais 841.260,9 km² abrangiam o Semiárido nordestino (ARAÚJO, 2011).

O "Polígono das Secas" foi considerado a área oficial de ocorrência das secas no Nordeste até 1989, quando foi realizada uma nova delimitação; entre 1936 e 1989, a extensão territorial do polígono foi ampliada e passou de 672.281,98 km² para 1.085.187 km² (PAN-Brasil, 2005). Com a nova delimitação de 2005, o Ministério da Integração Nacional definiu a região Semiárido Brasileiro (RESAB ou SAB) e aumentou sua extensão, passando a 878.973,34 km². Vale salientar que esta área é superior à soma dos territórios de quatro países: Alemanha, Itália, Cuba e Costa Rica (MIN, 2005).

O Ministério da Integração Nacional ao estabelecer, em 2005, uma nova delimitação para a Região

do Semiárido Brasileiro, utilizou alguns critérios climáticos, como: I. Precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; II Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações (P) e a evapotranspiração potencial (ETP), no período entre 1961 e 1990; e III. Risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990. Esses três critérios foram aplicados consistentemente a todos os municípios que pertencem à área da antiga SUDENE, inclusive os municípios do norte de Minas. A extensão da região Semiárido Brasileiro (SAB) ficou com 982.563,3 km², na qual a Região Nordeste concentra em torno de 89,5% (878.973,34 km²), abrangendo grande parte dos Estados nordestinos (exceto o Maranhão) e parte do Estado de Minas Gerais, que possui os outros 10,5% restantes de seu território, com 103.589,96 km² (MIN, op. cit.).

Com a nova delimitação, o território do SAB passou dos 892.309,4 km² para 969.589,4 km² e sua população abrangia cerca de 22 milhões de habitantes, tomando como base o censo do IBGE do ano 2000. Segundo dados do IBGE (2011), em 2010 a região Nordeste contava com

uma população de 53 milhões de habitantes. Ao passo que a região SAB contava com aproximadamente 23 milhões de habitantes, em que pese suas características bastante severas em condições ambientais tão presentes no imaginário social e construído pela chamada "indústria das secas". Em 2014 foi estimada uma população de 23.846.982 habitantes, com crescimento médio para a região de 5,24 % para o período de 2010 a 2014 (BRASIL, 2015).

Deve-se salientar que a delimitação do "Polígono das Secas" assim como do SAB, foram levadas em conta critérios climáticos e especialmente da ocorrência das secas. Embora haja grande diferenciação regional no espaço do Semiárido, sua homogeneidade, se é que ela existe, se delimitou em função do clima e das secas limitadas pela isoieta de 800 mm de média anual. Essa linha contínua de pluviometria engloba dentro dela algumas áreas com valores maiores do que 800 mm de média anual e que são diferenciadas em características do restante do Semiárido.

No ano de 2017, em reunião do Conselho Deliberativo da Sudene (Condel), que tratou sobre a nova Região Semiárido Brasileiro, ficou

decidido a revisão dos municípios que fazem parte do seu território, incluindo-se mais 54 municípios, e editada a Resolução 107/2017. Com isso, a extensão territorial da região deverá ultrapassar um milhão de km² (SUDENE, 2017). Posteriormente, em novembro, a região do SAB foi ampliada e englobou municípios do bioma cerrado e que demandam estar nesta região tão somente por receber recursos de políticas públicas destinadas à região.

Para delimitar e conceber uma região é necessário atribuir parâmetros ou indicadores que permitam essa delimitação. Qualquer que seja o tipo de região que se queira delimitar, ela só se baseia unicamente nos critérios ou parâmetros pré-estabelecidos. Assim, tais critérios podem ser físicos, biológicos, sociais, econômicos, entre outros. Na Geografia a categoria de análise definida pelo termo *área* é uma porção geométrica da superfície terrestre, enquanto *região* trata-se de uma área que: "possui características que a torna homogênea em função de critérios estabelecidos por um estudo; possuindo coesão, proveniente da correspondente relação da associação de características definidas tão somente pelos critérios adotados"

(WHITTLESEY, 1960; ARAÚJO, 2004, p. 26).

Concorda-se com Bertrand (2004) para quem: "todas as delimitações geográficas são arbitrarias" e, nesse sentido, o critério arbitrado (e arbitrário) foi o climático. Para delimitar a Região do SAB, a isoieta contínua de 800 mm, dentro das regiões nordestinas do Sertão e Agreste, foi e é utilizada como o melhor critério. Isso porque o que marca a região são as condições climáticas e as secas, ou pelo menos é isso que está incutido na sociedade e nas políticas do Estado a priori.

Levando-se em conta o clima, tendo como ênfase a problemática da degradação das terras e desertificação, o índice de aridez (Ia) abaixo de 0,65 delimita o alcance das áreas que são susceptíveis ao processo de desertificação. Ou seja, engloba a atual área denominada Região Semiárido Brasileiro, o Agreste e o Sertão nordestinos, o norte de Minas Gerais e as áreas de entorno, extrapolando o SAB. Grosso modo, os limites são o rio Parnaíba a noroeste, o limite do "Espigão Mestre" (Chapadões ocidentais do oeste da Bahia) a Oeste e os limites orientais da sub-região do Agreste, a leste e sudeste, no contato com a sub-região da Zona da Mata, seria a área

susceptível à desertificação. Também pode ser incluído um trecho do leste e nordeste do Maranhão, constituído pelos Lençóis Maranhenses, ultrapassando o limite do rio Parnaíba e parte do estado do Espírito Santo, como áreas do entorno (Figura 2).

Figura 2 - Localização da Região Semiárido Brasileiro e das Áreas Susceptíveis à Desertificação.



Fonte: Atlas das áreas susceptíveis à desertificação do Brasil / MMA (2007).

3. ÍNDICES E INDICADORES DE DESERTIFICAÇÃO

3.1 Como medir a desertificação?

Depois de o que é? E como ocorre? Outra pergunta deve ser feita: Como medir a desertificação? (pergunta que responde a quanto). Medir exige um número, uma quantidade. Coisa que não é simples,

pois envolve uma complexidade de aspectos quando se refere a um fenômeno geográfico (espacial e temporal) complexo. Normalmente ao se abordar um fenômeno, seja simples ou complexo, se faz necessário lhe atribuir dados quantitativos e qualitativos, que são complementares. A abordagem científica de um fenômeno ou de seus processos requer um dado numérico, mensurável no espaço e no tempo. Para isso, os estudos diversos nas ciências se servem de indicadores ou de índices.

Os indicadores são utilizados para compreender melhor fenômenos de ordem social, econômica e ambiental. Geralmente expressam uma medida, ou seja, são mensuráveis e servem para quantificar uma realidade de modo simplificado. Já os índices exprimem geralmente a quantificação de forma sintetizada de um conjunto de indicadores. É uma média, que pode ser ponderada ou não, ou até uma soma final de um conjunto de indicadores.

Embora seja comum a utilização dos termos índices e indicadores como sinônimos cabe esclarecer que há uma diferença entre eles. Um *indicador* pode ser entendido como um dado individual ou agregado

de informações, enquanto o *índice* é o resultado de operações (estatísticas ou matemáticas) de um conjunto de dados simples ou complexos (KHANNA, 2000 apud SEICHE et al., 2007, p. 139). Pode-se afirmar que:

[...] a diferença está em que um índice é o valor agregado final de todo um procedimento de cálculo onde se utilizam, inclusive, indicadores como variáveis que o compõem. Pode-se dizer também que um índice é simplesmente um indicador de alta categoria (KHANNA, op. cit.). Grifo nosso.

Assim, um índice agrega um conjunto de dados e tem uma complexidade alta, envolvendo vários dados sociais, econômicos e ambientais, o que permite ter maior número de indicadores, e que envolve a relação da sociedade com a natureza, podendo-se ponderar os pesos de cada indicador, ou conjunto de indicadores, que reunidos podem compor um índice geral e que é por natureza complexo.

3.2 Índices e Indicadores para Desertificação: um consenso?

Mundialmente, alguns projetos e sistemas de indicadores foram estabelecidos; no entanto, verifica-se que não há consenso sobre quais são

os indicadores mais adequados ou que possam ser aplicados em todos os lugares do mundo. Ou seja, não há um sistema de indicadores unificados para a desertificação em nível mundial; uma vez que as atividades e os processos ambientais, assim como as características do ambiente, diferem entre si nas escalas locais e regionais. A tônica tem sido o estabelecimento, em cada país ou continente, de alguns indicadores mais gerais aceitos no nível mundial – geralmente associados à susceptibilidade, nos quais se destacam os físico-ecológicos e alguns sociais e econômicos – e outros que se propõem em nível regional ou local.

Ainda nos anos 1970, houve uma tentativa de formular um sistema de indicadores para desertificação no nível mundial, quando da preparação para a Conferência de Nairobi que se realizaria em 1977. Um Workshop, patrocinado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA reuniu um conjunto de pesquisadores de vários países com o objetivo de discutir e apresentar contribuições para um sistema de indicadores (MATALLO JÚNIOR, 2001). Todavia, como assinala Matallo Júnior (op. cit., p. 33): “não houve um trabalho de ajuste desses indicadores em termos de uma metodologia

específica para o assunto. Assim, o resultado foi mais uma lista exaustiva, do que uma metodologia de indicadores”.

A uniformização de indicadores para a América Latina teve como balizador a necessidade de implementação da Convenção da Desertificação e o acesso aos recursos financeiros, que nos dizeres de Matallo Júnior (2001, p. 38): “poderiam depender de parâmetros com aceitação geral, tais como área e população afetadas, o que exigiria que os diagnósticos utilizassem a mesma metodologia e indicadores”.

Essas ideias surgiram na Conferência Nacional e Seminário Latino-Americano da Desertificação (CONSLAD), ocorrido em Fortaleza no ano de 1994. No caso brasileiro foi organizado em 1996 um Workshop na Fundação Grupo Esquel – Brasil, com o objetivo de reunir vários pesquisadores para propor e sistematizar indicadores para a desertificação. O resultado foi a seleção de 19 indicadores, divididos em aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos, conforme Quadro 1. (MATALLO JÚNIOR, op. cit.).

Quadro 1 – Indicadores estabelecidos pelo workshop da Fundação Esquel para Desertificação em 1996.

INDICADORES	VARIÁVEIS
1. Erosão	Percentual e solos erodidos; Intensidade e tipo
2. Salinização	Condutividade elétrica; Sodificação/alcalinização
3. Perda de fertilidade	CTC/pH/Aluminização
4. Cobertura vegetal	Percentual de cobertura
5. Índice de vegetação	Método específico de sensoriamento remoto
6. Produtividade agrícola	Kg/há
7. Produtividade pecuária	Kg/há
8. Disponibilidade de água superficial	Vazão
9. Disponibilidade de água subterrânea	Profundidade dos lençóis
10. Qualidade da água	Conteúdo salino
11. Coeficiente de uso	Demanda atual de mão de obra/demanda potencial de mão de obra
12. Coeficiente de excesso	Oferta atual de mão de obra/demanda potencial de mão de obra
13. Coeficiente de saturação	Demanda atual de mão de obra/demanda potencial de mão de obra
14. Ingresso	Renda per capita

15. Estrutura etária	Distribuição por idades
16. Migrações	Crescimento líquido
17. Densidade demográfica	Habitante/km ²
18. Nível de educação	Tempo de escolaridade
19. Dinâmica demográfica	Série temporal de densidade demográfica e migrações

Fonte: Matallo Júnior (2001).

Em vários lugares do mundo, indicadores têm sido utilizados para avaliar o fenômeno da desertificação, em diferentes escalas espaciais (e também temporais). Muitos países têm desenvolvido sistemas de indicadores ou índices diversos para aferir a suscetibilidade bem como a situação da desertificação, como são os casos de regiões como o Mediterrâneo europeu e africano, América do Sul e Ásia, além de outros.

A título de exemplo, na Europa o projeto DESERTLINKS (*Combating Desertification in Mediterranean Europe: Linking Science with Stakeholders*) reuniu um conjunto de indicadores para desertificação, denominado de Sistema de Indicadores de Desertificação para a Europa Mediterrânea (*Desertification Indicator System for Mediterranean Europe – DIS4ME*). O sistema conta com 140 indicadores de desertificação, distribuídos em quatro categorias: Físico-Ecológicos; Econômicos; Sociais e Institucionais

Abordando somente os indicadores Físico-Ecológicos ou Biofísicos, pode-se ter noção que se trata de um conjunto bastante variado e extenso. Os indicadores Físico-Ecológicos do projeto DESERTLINKS podem ser englobados em três categorias: clima, solos e vegetação, sendo eles compostos por características dos componentes do meio biofísico que juntos somam 42 indicadores.

A categoria Clima engloba: temperatura atmosférica; índice de aridez (1); índice de aridez (2); índice de qualidade do clima; seca; índice de seca; precipitação efetiva; evapotranspiração potencial; precipitação; erosão hídrica; precipitação sazonal; velocidade do vento. A categoria Solos engloba: capacidade de infiltração; matéria orgânica na superfície do solo; matéria orgânica misturada em profundidade; material geológico subjacente; fragmentos rochosos; potencial de salinização; exposição da vertente; formação de crostas;

profundidade do solo; erosão do solo (USLE); erosão do solo (medida); índice de perda do solo; índice de qualidade do solo; índice de estabilidade do solo; estrutura do solo; capacidade de infiltração da água. E, por fim, a categoria Vegetação engloba: áreas de mato; conservação da biodiversidade; área desflorestada; resistência à seca; elasticidade do ecossistema; proteção a erosão; fragmentação da floresta; coberto vegetal RS; tipo de coberto vegetal; índice de qualidade da vegetação.

Deve-se chamar atenção para a complexidade e quantidade dos índices abordados, o que coloca em evidência a necessidade da pesquisa ser interdisciplinar e formada por diversos profissionais, necessitando também de algum profissional (ou alguns) que tenham a visão do todo, ou seja, que exerça uma função de generalista com uma visão transdisciplinar.

Deve-se salientar que os indicadores apresentam limitações quanto à escala de observação ou análise, ou seja, nem todos servem às diversas escalas de abordagem. Alguns se apresentam apropriados na escala local, outros em escalas regional, nacional etc. Na Europa foi

desenvolvido o Índice de Sensibilidade Ambiental (ISA) para caracterização e identificação dos fatores que produzem situações críticas, o que permite informar aos tomadores de decisão sobre a gestão do uso do solo na escala local. Outro índice desenvolvido, já na escala regional, foi o PERSERA (*Pan-European Soil Erosion Risk Assessment*) – Determinação de Risco de Erosão de Solo Pan-Europeu, com o objetivo de avaliar a erosão do solo em escala europeia, baseado em indicadores físicos (BRANDT; GEESON, op. cit.).

Outros programas e projetos de pesquisa e desenvolvimento e indicadores para desertificação para a Região Mediterrânea tem sido desenvolvidos. Os esforços europeus mais recentes ficaram evidentes na busca de indicadores sociais e econômicos que reflitam as causas e ou efeitos do fenômeno tão complexo que é a desertificação (ROSÁRIO, 2004). Os programas desenvolvidos podem ser vistos no Quadro 2.

Quadro 2 - Portugal - Listagem de Projetos – PORTUGAL /EUROPA – 1991-2012.

Acrônimo	Período	Título	Website
MEDALUS I	1991-1992	Mediterranean Desertification and Land Use	http://www.medalus.demon.co.uk/
MEDALUS II	1993-1995	Mediterranean Desertification and Land Use	http://www.medalus.demon.co.uk/
MODMED I	1994-1996	Modeling Vegetation Dynamics and Degradation in Mediterranean in Mediterranean Ecosystems	-----
MEDALUS III	1996-1998	Mediterranean Desertification and land Use	http://www.medalus.demon.co.uk/
MODMED II	1996-1997	Modeling Vegetation Dynamics and Degradation in Mediterranean in Mediterranean Ecosystems	-----
	1996-1999	Policy- Relevant Models of the Natural and Anthropogenic Dynamics of Degradation and Desertification and their Spatio-Temporal Manifestations	-----
	1997-2000	Effects of Land Use and Land Management Practices Changes on Land Degradation under Forest and Grazing Ecosystems	-----
	1998-2000	Relating Research and Policy in Formulating and Implementing Environmental Policies for Combating Land Degradation and Desertification in the Mediterranean Basin	-----
	1998-2001	Consequences for the Mitigation of Desertification of EU policies affecting Forestry Activity: A Combined Socio-Economic and Physical Environmental Approach	-----
	1998-2001	Restoration of Degraded Ecosystems in Mediterranean Regions	-----
	1998-2003	Control of Salination and Combating Desertification Effects in the Mediterranean Region Phase II	-----
DRASME	1999-2002	Desertification Risk Assessment in Silvopastoral Mediterranean Ecosystems: Bases towards a Sustainable Management of Natural Resources	http://medias.obs-mip.fr/ricamare/interface/projet/drasme.html
DISMED	2001-2003	Desertification Information System for the Mediterranean	http://dismed.eionet.europa.eu/
MEDACTION	2001-2004	Policies for Land Use to Combat Desertification	http://www.icis.unimaas.nl/medaction/
MEDRAP	2001-2004	Concerted Action to Support The Northern Mediterranean Regional Action Plan to Combat Desertification	http://nrd.uniss.it/medrap/medrap_home.htm%20
DESERTLINKS	2001-2004	Combating Desertification in Mediterranean Europe : Linking Science with Stakeholders	http://kcl.ac.uk/projects/desertlinks/
CLEMDES	2002-2005	Clearing House Mechanism on Desertification for the North Mediterranean Region	http://www.clemdes.org/
LADAMER	2002-2005	Land Degradation Assessment in Mediterranean Europe	http://www.ladamer.org/ladamer/

REACTION	2003-2005	Restoration Actions to Combat Desertification in the Northern Mediterranean	http://www.gva.es/ceam/reaction/
DesertWatch / Extension	2005-2006	Desertification Monitoring Service / Information System (ESA)	http://www.desertwatch.info/
Execução			
DeSurvey	2005-2010	A Surveillance for Assessing for Assessing Monitoring of Desertification	http://www.desurvey.net/
LUCINDA	2006-2008	Land care in desertification affected areas: from science towards application	http://geografia.fcsh.unl.pt/lucinda/
SADMO	2006-2008	Desertification Evaluation and Control System for the Western Mediterranean	http://cmrp.ist.utl.pt/SADMO/index2.htm
PRACTICE	2009-2012	Prevention and Restoration Actions to Combat Desertification. An Integrated Assessment	http://www.ceam.es/practice
DESIRE	2007-2012	Desertification Mitigation and Remediation of Land- A Global Approach for Local Solution	http://www.desire-project.eu/

Fonte: Maria José Roxo, 2017. Seminário Comemorativo do dia Mundial de Combate à Desertificação – Junho de 2012. Departamento de Geografia e Planeamento Regional – FCSH-UNL.

3.3 Indicadores Utilizados No Brasil

Desde os anos 1970 é possível identificar textos produzidos sobre o tema desertificação, inicialmente abordagens conceituais, com discussões que vão desde a semântica do termo até possíveis contribuições metodológicas para avaliar a situação.

O primeiro estudo que buscava fazer um diagnóstico das áreas em processo de desertificação talvez tenha sido formulado pelo professor Aziz Ab'Saber (1977) no trabalho intitulado: "*Problemática da desertificação e savanização no Brasil intertropical*". O autor, baseando-se nos estudos das paisagens, com indicadores fisionômicos, das aéreas

que continham ou eram suscetíveis ao processo de desertificação, delimitou algumas áreas que denominou de geótopos áridos no Nordeste.

Os geótopos distinguidos apresentavam as diferentes paisagens áridas e são descritos de forma sucinta a seguir.

Os Altos Pelados caracterizam-se como áreas destituídas ou com redução em 80% da cobertura vegetal nos interflúvios de colinas desnudas, aonde a camada superficial do solo havia sofrido processo erosivo e apresentavam uma cobertura de fragmentos dispersos de quartzo, deixados pelo transporte dos materiais mais finos do solo, como silte, argila e areia fina. Como áreas de ocorrência o autor cita a região do Alto Jaguaribe, na divisa Ceará-Paraíba e Vale do rio Vaza-Barris,

norte da Bahia (SALES, 2003; AB'SABER, 1977, 2003).

Outro geótopo é o dos *Salões*, que podem ser caracterizados como as áreas de planícies aluviais dos baixos vales costeiros com solos salinizados e vegetação rasteira halófila. Salões também ocorrem em áreas deprimidas do relevo, como no rio Salitre, na região de Juazeiro-BA, e riachos na região de Macururé e Chorrochó, municípios também baianos.

Os *Vales e Encostas Secas* são geótopos que se apresentam em áreas de sotavento com relevos serranos ou de *cuestas* escarpados com cascalheiras, fragmentos de rochas e com pouca alteração das rochas. Corresponde aos setores sedimentares no centro sul do Piauí, sudeste da escarpa da Ibiapaba e cuesta do Apodi.

Os *Lajedos - Mares de Pedra* são geótopos caracterizados pela presença de inselbergs e campos de inselbergs, pela aridez rochosa definida, ressaltada por degradação antrópica do entorno. Ocorrem nos sertões de Paulo Afonso/BA, Milagres/BA, Quixadá/CE, Patos/PB, e Arcoverde/PE. As *Áreas de Paleodunas Quaternárias*, são paleodunas quaternárias facilmente

remobilizadas pelas atividades antrópicas e o autor se refere ao campo de dunas de Xique-Xique na Bahia, não faz menção a outro tipo semelhante na região semiárida.

Áreas de Topografias Ruiniformes e Cornijas Rochosas Desnudas com Aridez Rochosa Característica apresentam topografias ruiniformes situadas à frente ou na base de morros testemunhos e escarpas estruturais, com pouca ou nenhuma interferência antrópica. A melhor representação dessas áreas fica por conta de Sete Cidades em Piracuruca no Piauí.

Áreas de Revolvimento Anômalo da Estrutura Superficial da Paisagem são colinas superficialmente degradadas com a remoção parcial dos solos rasos, por erosão antrópica formando um tipo regional de terras ruins. Aparece nos arredores de Sertânia em Pernambuco. As *Malhadas ou Chãos Pedregosos* - caracterizam-se por diferentes tipos de chão pedregosos, oriundos da liberação de fragmentos de quartzo proveniente de cabeços de dique e veios ou da desagregação de antigas cascalheiras. Ocorrem numerosos casos de malhadas na Bahia, Ceará, Pernambuco e Paraíba.

As *Áreas Degradadas por Raspagem ou Empréstimos de Terra* correspondem às faixas de terra degradadas à margem de caminhos e estradas, decorrentes das ações humanas relacionadas com a raspagem de solos e material mineral provenientes do manto de alteração ou regolito para construção de aterros e barragens e ocorrem indiscriminadamente em todo território do Semiárido brasileiro.

Um sistema de indicadores ou índices para o tema da desertificação englobando medidas nos componentes do ambiente foi formulada na segunda metade da década de 1970, quando foi publicada uma metodologia que incluía indicadores para a desertificação com o professor Vasconcelos Sobrinho.

A proposta de indicadores para a desertificação feita pelo professor Vasconcelos Sobrinho (1978) reuniu um total de 34 indicadores. Estes foram divididos em seis categorias: físicos (8 indicadores), biológicos-agrícolas (8), uso da terra (6), assentamento das populações (4), biológicos humanos (3) e de processo social (5). Deve ser salientado que ele parte de uma referência base que foi o trabalho de Reining (1978) intitulado *Handbook of desertification indicators* (SAMPAIO et al., 2005).

Depois do trabalho pioneiro de Vasconcelos Sobrinho, outro conjunto de indicadores foi proposto pelo Grupo do Piauí que publicou trabalhos com metodologia de indicadores para desertificação. A primeira formulação da metodologia foi coordenada por Rodrigues (1992) e que, em nova versão, foi aprimorada por Ferreira et al. (1994). A lista composta por 19 indicadores para desertificação teve grande repercussão porque foi adotado pelo Ministério do Meio Ambiente que baseou o mapa da desertificação no Brasil produzido pelo órgão nestes indicadores (Mmarhal, s/d 2). O trabalho foi criticado porque se tratava de qualificar os indicadores em presentes ou ausentes e o tratamento de forma homogênea (linear), sem pesos (MATALLO JÚNIOR, 2001; SAMPAIO et al., op. cit.).

Lemos (2001) no trabalho intitulado: *Níveis de Degradação no Nordeste Brasileiro*, também publicado na REN, construiu um Índice de Degradação (ID) com o objetivo de mapear a degradação nos municípios dos nove estados do Nordeste brasileiro. Para a construção do ID utilizou-se procedimentos de análise multivariada e empregaram-se indicadores econômicos, sociais e biológicos. Com base nos resultados

da pesquisa, estimou-se que 62,6% dos municípios estudados apresentam percentuais de degradação superiores a 80% sendo o estado da Bahia o que apresentou a maior média do índice de degradação. Estimou-se também que pelo menos 7,6 milhões de habitantes do Nordeste sobreviviam em áreas afetadas por níveis de degradação superiores a 60%.

Araújo et al. (2014) no artigo intitulado: "*Desertificação e pobreza: existe um equilíbrio de baixo nível?*" Publicado na REN, abordam as relações entre desertificação e pobreza no Semiárido brasileiro. A análise utilizou dados socioeconômicos e de produtividade das culturas de milho e feijão para o Ceará. Foi realizada uma comparação entre os municípios considerados de maior susceptibilidade à desertificação em relação aos menos susceptíveis. Os resultados mostraram o impacto negativo da desertificação na produção e produtividade das lavouras nos municípios mais suscetíveis ao fenômeno, assim como sugerem influência sobre o menor crescimento do PIB.

Segundo os autores, a queda da produção e da produtividade resulta das condições naturais, assim como da utilização de técnicas

agrícolas que contribuem significativamente para o processo de desertificação, como o desmatamento e as queimadas, e que tendem ao aumento dos níveis de pobreza. Os resultados indicaram também a existência de equilíbrio entre as variáveis estudadas, podendo ser considerado de baixo nível, sendo necessárias políticas públicas eficientes que incluam variáveis econômicas, técnicas e sociais, como observado no Programa de Desenvolvimento Hidroambiental – PRODHAM do Ceará, para romper tal condição de equilíbrio, e promover o aumento dos níveis de renda e da qualidade ambiental.

Na região Nordeste do Brasil, principalmente no Semiárido, observa-se em escala regional que as áreas diagnosticadas como mais críticas em processo de desertificação ocupam setores deprimidos do relevo (depressões), geralmente a sotavento ou "sombras de chuvas", nos trechos do relevo oposto aos brejos, ou áreas úmidas, das sub-regiões do Agreste ou do Sertão. São os casos dos Cariris Velhos: na Paraíba; do Seridó: Paraíba-Rio Grande do Norte; do Sertão do Jatinã e Raso da Catarina (Sub-médio São Francisco baiano e pernambucano). Áreas estas que

apresentam os mais baixos índices pluviométricos do NE.

Em trabalho publicado na Revista Brasileira de Climatologia o professor Bueno Conti (2005) mapeou algumas áreas e faz uma análise com base climatológica. Em seu trabalho fica evidente que as áreas com menores índices de precipitação (e maiores índices de aridez) correspondem aos núcleos de desertificação ou áreas em níveis de degradação alta. Grosso modo, correspondem às áreas definidas pelo trabalho de Aziz Ab'Sáber (1977): "*Problemática da desertificação e savanização no Brasil intertropical*", tratado no início desta seção.

Fica evidente que no Brasil o uso de indicadores para o tema desertificação tem sido utilizado por diversos especialistas, com destaque para as áreas das ciências naturais, humanas e engenharias. Nota-se que geralmente a abordagem busca a integração dos diversos fenômenos do ambiente dada a complexidade dos processos que envolvem a desertificação/degradação das terras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conceituação ampla e a complexidade do fenômeno de

desertificação geraram por algum tempo confusão por parte de alguns pesquisadores, no entanto, hoje há uma melhor compreensão do fenômeno. E o que ainda está para ser buscado é a melhor solução de convivência, e de forma sustentável, com os ambientes das terras secas.

As diferentes visões e estudos (escalas temporais e espaciais) permitem concluir que nas diversas áreas do conhecimento, a noção de escala, espacial e temporal, torna-se fundamental para a escolha dos indicadores, sua adequação à metodologia e as respostas que se queira alcançar. Uma coisa é certa, se faz necessário abordar o tema, seja diagnosticando sua propensão/susceptibilidade ou situação, em níveis de escalas espaciais e temporais apropriadas.

No Brasil, torna-se necessário atrelar o fenômeno a um conjunto complexo de indicadores que se constituem a chave fundamental de combate ao problema, alguns deles muito mais no campo do território, das relações de produção e da estrutura fundiária. Esta, segundo Conti (2005) caracterizada pelo latifúndio que limita o acesso à terra e à água, deixando a maior parte da população sem alternativas a não ser utilizar áreas impróprias – com solos

rasos e facilmente degradáveis, pedregosos etc. Sabe-se que o quadro natural propicia a degradação por sua fragilidade ambiental, no entanto, o

quadro político, econômico e social é a base do processo de degradação pelo modelo de exploração concebido e perpetrado por séculos.

¹Dr. em Geociências (UNICAMP), Professor da Unidade Acadêmica de Geografia – Centro de Humanidades e do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais - Universidade Federal de Campina Grande- PB. E-mail: sergiomurilosa.ufcg@gmail.com;

²Dr. em Geografia (UNESP), Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Centro de Ciências Exatas e da Natureza – Universidade Federal da Paraíba. E-mail: eduvianalima@gmail.com

³ A desertificação pode ser melhor entendida como um caso extremo de degradação da terra, que é expressa em uma redução persistente ou perda de produtividade biológica e econômica de terras (tradução nossa).

Referências

ABRAHAM, Elena; MONTAÑA, Elma; TORRES, Laura. Desertificación e indicadores: posibilidades de medición integrada de fenómenos complejos. Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona. Vol. X, núm. 214, 1 de junio de 2006. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-214.htm>. Acesso em: 10 de maio de 2012.

ABRAHAM, E. M. Desertificación: bases conceptuales y metodológicas para la planificación y gestión. Aportes a la toma de decisión. Revista Zonas Áridas, Lima: Centro de Investigaciones de Zonas Áridas, Univ. Agraria La Molina, Nº 7, p. 19-68, 2003. Disponível em: <http://www.lamolina.edu.pe/zonasaridas/pdf/revi.pdf>. Acesso em: 5 de ago. 2017.

AB'SABER, Aziz N. A problemática da desertificação e savanização no Brasil intertropical. São Paulo: Instituto de Geografia da USP, 1977. (Geomorfologia, 53).

_____. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 159 p.

ARAÚJO, S. M. S. de. O Pólo Gesseiro do Araripe: unidades geoambientais e impactos da mineração. Campinas-SP: o autor, 2004. Instituto de Geociências/Tese de doutorado em Geociências, área de Administração e Política de Recursos Minerais. 305 p.

_____. A Região Semiárida do Nordeste do Brasil: Questões Ambientais e Possibilidades de uso Sustentável dos Recursos. Rios Eletrônica - Revista Científica da FASETE, ano 5, n. 5, p. 89-98, dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.fasete.edu.br/revistarios/media/revistas/2011/a_regiao_semiarida_do_nordeste_do_brasil.pdf>. Acesso em: 14 de jan. 2017.

ARAÚJO, Flávia T. de V.; NUNES, Ana B. de A.; SOUZA FILHO, Francisco de A. de. Desertificação e pobreza: existe um equilíbrio de baixo nível? Revista Econômica do NE, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 106-119, jan./mar., 2014.

BERTRAND, Georges. Paisagem e Geografia Física Global. Esboço Metodológico. Revista RA'EGA, Curitiba, N. 8, p. 141-152, 2004. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3389/2718>>. Acesso em: 21 de mar. de 2017.

BRANDT, Jane; GEESON, Nichola. Desertificação e indicadores. Série Folheto A, número 2. LUCINDA, s.d. Disponível em: <<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/unccd-PT/ond/lucinda/Lucinda>>. Acesso em: 15 de abr. 2017.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. Semiárido brasileiro ultrapassa 23,5 milhões de habitantes. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2014/09/semiarido-brasileiro-ultrapassa-23-5-milhoes-de-habitantes>>. Acesso em: 15 de mar. De 2015. (Portal Brasil publicado: 02/09/2014 18h24).

CONTI, J. B. A questão climática do Nordeste brasileiro e os processos de desertificação. Revista Brasileira de Climatologia, V. 1, N. 1. p. 7-14, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. Relatório perspectivas do meio ambiente mundial. Estado do meio ambiente e retrospectivas políticas: 1972-2002. PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2004. Disponível em: <http://www.wwiuma.org.br/geo_mundial_arquivos/r>. Acesso em: 01 de jan. 2016.

LAMCHIN, M.; Lee, J.Y.; Lee, W.; Lee, E. J.; Kim, M.a, Lim, C.; Choi, H.; Kim, S. Assessment of land cover change and desertification using remote sensing technology in a local region of Mongolia. Advances in Space Research, Nº 57, p. 64-77, 2016.

LEMOS, José de Jesus Sousa. Níveis de Degradação no Nordeste Brasileiro. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 32, n. 3 p. 406-429, jul-set. 2001.

LOURO, V. Sobre indicadores de desertificação para Portugal Continental. In: Desertificação: Sinais, dinâmicas e sociedade/ Victor Louro (Coord.). Lisboa: Instituto Piaget, 2004. p. 129-151.

MATALLO JUNIOR, Heitor. Indicadores de Desertificação: histórico e perspectivas. – Brasília: UNESCO, 2001. 80 p.

MAINGUET, M. Desertification: natural background and Human mismanagement. 2nd. Edition. Berlin: Springer-Verlag, 1994.

MEDITERRANEAN DESERTIFICATION AND LAND USE - MEDALUS. European Commission, Framework Programme 5, 1999. 94 p. Disponível em: <<http://www.medalus.demon.co.uk/>>. Acesso em: 20/4/2017.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT - MEA. Ecosystems and Human well-Being: Desertification synthesis. 1 Ed. Washington-DC: World resources Institute, 2005.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MIN. Nova delimitação do semi-árido brasileiro. Brasília: MIN/Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2005. 35 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. Atlas das áreas susceptíveis à desertificação do Brasil / MMA. Brasília: MMA, 2007.

NAHAL, Ibrahim. La desertification dans le monde. Paris: L'Harmattan, 2004. 150 p.

PATRÍCIO, M. da C. M.; ARAÚJO, S. M. S. de. Indicadores socioambientais dos municípios de Cabaceiras e Barra de São Miguel - PB - Brasil: fragilidades e vulnerabilidades à seca e à desertificação. Espacios, V. 37 (Nº 24), p. 4, 2016. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a16v37n24/16372404.html>>. Acesso em: 10 de jun. de 2016.

PROGRAMA DE AÇÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO E MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DA SECA – PAN – Brasil. Brasília: MMA/Secretaria de Recursos Hídricos, 2005.

RÊGO, André Heráclito. Os sertões e os desertos: o combate à desertificação / André Heráclito do Rêgo. – Brasília: FUNAG, 2012. 204 p.

RIBEIRO, M. R.; SAMPAIO, E. V. S. B.; GALINDO, I. C. L. Os solos e o processo de desertificação no Semiárido brasileiro. *Tópicos em ciência do solo*, Viçosa, MG, n. 6, p. 319-412, 2009.

RODRIGUES, V. Avaliação do quadro de desertificação no Nordeste brasileiro: diagnóstico e perspectivas. Fortaleza: Conferência Internacional dos Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semi-Áridas - ICID, 1992. Estudo especial. 34 p.

ROSÁRIO, Lúcio do. Indicadores de desertificação para Portugal continental. Lisboa: União Europeia – EU/ Direção Geral dos Recursos Florestais – DGRF, 2004. 59 p.

ROXO, Maria José. Seminário Comemorativo do dia Mundial de Combate à Desertificação – Junho de 2012. Departamento de Geografia e Planeamento Regional – FCSH-UNL. Disponível em: <<http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ei/unccd-PT/event/resource/docs/seminario-cdmcd/maria-jose-roxo-estudos-e-projetos-i-d-combate-a-desertificacao>>. Acesso em: 12 de set. 2017.

SÁ, I. B. de; CUNHA, T. J. F.; TEIXEIRA, A. H. de C.; ANGELOTTI, F.; DRUMOND, M. A. Processos de desertificação no Semiárido brasileiro. In: Iêdo Bezerra de Sá (orgs.) *Semiárido Brasileiro: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação*. Petrolina EMBAPA, 2004. p. 126-158.

SALES, Marta C. L. Evolução dos estudos sobre desertificação. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 14, p. 9-19, 2003.

SAMPAIO, E. V. S. B.; ARAÚJO, M. do S. B.; SAMPAIO, Y. S. B. Propensão à desertificação no semi-árido brasileiro. *Revista de Geografia*, Recife, vol. 22, nº 2, p. 59-76, 2005.

SICHE, Raúl; AGOSTINHO, Feni; ORTEGA, Enrique; ROMEIRO, Ademar. Índices versus indicadores: Precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, vol. X, n. 2, p. 137-148, jul.-dez., 2007.

Semiárido brasileiro: pesquisa desenvolvimento e inovação / editores técnicos, Iêdo Bezerra Sá, Pedro Carlos Gama da Silva. – Petrolina: Embrapa Semiárido, 2010. 402 p.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE. Delimitação da Região Semiárido Brasileiro. Disponível em:

<<http://sudene.gov.br/planejamento-sudene.gov.br/component/content/article?id=834>>. Acesso em: 16 de dez. 2017.

TAVARES, V. C.; ARAÚJO, S. M. S. Diagnóstico socioeconômico e ambiental das vulnerabilidades à desertificação na comunidade do Bravo – Boa Vista/PB. *Revista Brasileira de Geografia Física*, vol. 8, n. 5, p. 1541-1556, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpe.br/revistas/rbge/article/view/233572/27179>>.

Acesso em: 15 de mar. 2016.

VERDUM, R.; QUEVEDO, D.; ZANINI, L. S. G.; CANDIDO, L. A. Desertificação: Questionando as bases conceituais, escalas de análise e conseqüências. *GEOgraphia. UFF. Niterói*, V. 3, N. 6, p. 83-91, 2001.

WHITTLESEY, Derwent. O Conceito Regional e o Método Regional. Rio de Janeiro: *Boletim Geográfico*, Nº 154, p. 5-36, 1960.

UNCCD. *Convention des Nations Unies sur la Lutte Contre la Desertification dans les Pays Gravement Touches par la Secheresse et/ou la Desertification*. Genebra, Suíça: Nations Unies, 1994. 65 p.